

Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura

José Ricardo Ramalho

Neide Esterci

organizadores

Beatriz Costa

Francisco Lara

Pedro Pontual

Maria Aída Bezerra Costa

Elsa Sousa Kraychete

Fernanda e Cascão

Maria Emília Pacheco

Cláudio Nascimento

Maria Angélica Gentile

Jean Pierre Leroy

Ivo Polleto

Victor Asselin

E-book
2ª edição

José Ricardo Ramalho
é Professor Titular
de Sociologia
do Departamento
de Sociologia
e do Programa
de Pós-Graduação
em Sociologia
e Antropologia –
IFCS-UFRJ

Neide Esterci
é Professora Titular
de Antropologia
do Departamento
de Antropologia –
IFCS-UFRJ

Na disputa pela memória política do país, torna-se obrigatório destacar a visão e o valor dos próprios militantes que se constituíram em força de resistência ao autoritarismo do pós-1964 e que mantiveram, mesmo com risco para sua segurança pessoal, o compromisso com o combate à ditadura, com a luta pela democracia e pela igualdade social.

Militância política e assessoria:
compromisso com as classes populares
e resistência à ditadura

José Ricardo Ramalho
Neide Esterci
Organizadores

E-book
2ª edição



2021
São Leopoldo

© Dos Organizadores – 2021
joserocardoramalho@gmail.com

Design: Raquel Noronha

Impressão: Allprint

1ª reimpressão – 2019

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luís H. Dreher (UFJF)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

M644 Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura / Organizadores: José Ricardo Ramalho e Neide Esterci. 2ª ed. [e-book] – São Leopoldo: Oikos, 2021.
360 p.; 15,5 x 23 cm
ISBN 978-65-5974-013-0
1. Política. 2. Militância política. 3. História social. 4. Classe popular. 5. Ditadura – Resistência. 6. Entrevista. I. Ramalho, José Ricardo. II. Esterci, Neide.

CDU 32

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

- 05 *Militância política e assessoria:
compromisso com as classes populares e resistência à ditadura*
José Ricardo Ramalho e Neide Esterci

ENTREVISTAS

- 29 *Beatriz Costa*
- 49 *Francisco Lara*
- 73 *Pedro Pontual*
- 99 *Maria Aída Bezerra Costa*
- 129 *Elsa Sousa Kraychete*
- 159 *Fernanda e Cascão*
(Fernanda Macruz [em memória] e Rodolfo Alexandre Inácio)
- 197 *Maria Emília Pacheco*
- 223 *Cláudio Nascimento*
- 261 *Maria Angélica Gentile*
- 285 *Jean Pierre Leroy (em memória)*
- 311 *Ivo Polleto*
- 343 *Victor Asselin (em memória)*

Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura

José Ricardo Ramalho
Neide Esterci

Apostar no trabalho político de transformação social a mais longo prazo foi opção de um significativo número de pessoas e instituições que se dedicaram ao paciente processo de resistência à ditadura civil-militar brasileira do pós-1964¹. A estratégia se faria através do engajamento discreto em atividades junto às classes trabalhadoras, com a opção de se “voltar para o povo”, valorizar o “saber popular”, desenvolver uma consciência crítica e reforçar suas formas de organização².

Neste livro, pretendemos ressaltar alguns dos principais atributos e orientações comuns a esses militantes e assessores, tendo por base relatos de um elenco de 12 deles (6 mulheres e 6 homens), recolhidos ao longo dos últimos cinco anos. Aliando perfis de boa formação profissional à disposição para o trabalho político de apoio a este segmento da sociedade brasileira, destacamos as motivações que os levaram à interação com trabalhadores e movimentos sociais³.

Chama-nos a atenção a grandeza política daqueles que conscientemente ficaram “na retaguarda”, reconhecendo no conjunto diverso de trabalhadores e seus movimentos os reais sujeitos da história. Neste sentido, atribuímos ao elenco de nossos entrevistados, um papel muito importante nos desdobramen-

1. Este texto tem como base o artigo “Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura”, publicado na *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014.

2. Segundo Reis, “[...] não é à toa que cada vez mais gente fala em uma ditadura civil-militar, e não apenas uma ditadura militar. A noção de uma ditadura militar foi criada logo depois do golpe, pelas esquerdas [...]. Era um recurso político legítimo na época, porque a gente queria isolar a ditadura. Fingíamos ignorar os apoios que ela tinha no mundo civil [...]”. REIS, Daniel A. As conexões civis - entrevista ao jornal *O Globo*, realizada por Leonardo Cazes. Rio de Janeiro, *O Globo*, 15 de fevereiro de 2014, p. 3.

3. Este livro é resultado de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPQ e pela FAPERJ (Programa Cientistas do Nosso Estado).

tos políticos pós-ditadura, mesmo porque muitos deles se mantiveram em cena, colocando a experiência acumulada a serviço da criação de novos caminhos nas tarefas de governabilidade, nas políticas partidária, sindical e nos movimentos sociais no campo e na cidade.

As trajetórias descritas se referem, principalmente, a situações e experiências vividas nas três décadas que vão do início de 1960 até o final dos anos de 1980, quando entrou em vigência a Nova Constituição e realizou-se a primeira eleição direta para presidente, no pós-ditadura. Nossa intenção, ao estimular esses relatos, foi abarcar contextos marcados pela repressão e restrição às liberdades de expressão e organização, neles identificando elementos indicativos das suas fontes de motivação e inspiração militante, fossem elas de origem familiar, vindas do universo de ensino e educação, oriundas de propaganda política, de entidades religiosas, ou resultantes da conjuntura nacional e/ou internacional marcada pelo surgimento e ascensão de novos ideais.

Esses militantes e assessores, ora vinculados a grupos clandestinos de esquerda, ora a setores progressistas das igrejas e a organizações de assessoria e formação política⁴, se recusaram à opção de luta armada e acreditaram na organização popular que se constituiria sob o controle e liderança dos próprios trabalhadores no seu processo de emancipação.

Passei a me aproximar mais dos operários [...]. Os contatos tinham de ser muito cautelosos. Eram conversas mantidas à noite, ou nos fins de semana, em visita às casas daqueles com os quais nos sentíamos mais seguros. Produzíamos e distribuíamos panfletos e boletins com notícias que pudessem incentivar as conversas.

Na faculdade, eu não optei por clínica, fui direto para a área de concentração social e educacional. A formação, inclusive o estágio, um dos que eu fazia, era numa favela na periferia de São Paulo. O estágio era dar aula de alfabetização para jovens e adultos. Naquela época, era mais de adultos. Ia todas as noites numa favela e final de semana trabalhava também com a organização da comunidade, a partir das necessidades concretas. Tinha também um cursinho de legislação trabalhista que a gente dava.

4. Sobre o papel das organizações de assessoria e formação, ver ASSUMPÇÃO, Leilah Landim. *A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese (Doutorado), IUPERJ, 1993.

A motivação para que revisitássemos estes militantes veio, em grande parte, do contexto de recomposição da vida institucional do país: com o funcionamento de Comissões da Verdade nas instâncias federais, estaduais e municipais, acionadas para apuração e revisão da história daqueles anos; e, sobretudo, do sentimento da necessidade de recuperar para registro, além dos fatos, as atividades e os perfis de parte daqueles que, tendo atuado na resistência à ditadura, não foram, ainda, devidamente conhecidos e/ou reconhecidos. O convívio com muitos desses personagens no espaço das organizações de assessoria aos movimentos sociais, das igrejas e das universidades nos fazia ver o quanto era preciso resgatar o significado de sua atuação nas lutas de então^{5,6}.

O CONTEXTO POLÍTICO DOS ANOS 1960 - 1980

Antes do Golpe Militar

A parte mais enfatizada das trajetórias de nossos entrevistados transcorria na conjuntura política marcada pelo autoritarismo, já que as relações construídas junto às classes populares, nos anos anteriores ao Golpe de 1964, haviam sido atingidas pela repressão policial às organizações sindicais e pela perseguição e prisão de seus líderes, no campo e na cidade.⁷

Campanhas de oposição haviam sido feitas à esquerda e ao trabalhismo do governo de João Goulart e, no contexto internacional de “guerra fria”, articu-

5. Ao recolher, através de entrevistas, relatos orais da experiência de militantes, supomos, como Pollak, que histórias de vida são na verdade os “resumos condensados” de histórias sociais individuais, que podem ser apresentadas de muitas formas, dependendo do contexto no qual são relatadas, e que, nas variações de uma história de vida, seja individual ou coletiva, haverá sempre o cuidado por parte dos entrevistados para que os critérios de “coerência e continuidade”, de “credibilidade” e “sentido de identidade” estejam assegurados. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4-5.

Halbwachs já havia compreendido que embora toda história de vida, ou memória autobiográfica faça parte da história em geral, esta última não representa o passado a não ser de uma forma resumida e esquemática, “enquanto que a memória (do biografado) nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso”. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 55.

6. Como sugere Eclea Bosi, a memória atende ao chamado do presente, e para usá-la temos “que transpor muitas vezes a distância temporal entre o fato narrado pela testemunha e o acontecido”. ECLEA BOSI – entrevista. *Revista Dispositiva*, n. 2, 2012. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2012.

Compreender os relatos de vida implica sempre a perspectiva da vida como um trajeto, como um percurso que tem começo e fim - no sentido de finalidade. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina P. Baptista de Figueiredo; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

7. Segundo Fausto, “[...] nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram, em regra, os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de cinco mil membros”. Mas a repressão ocorreu também no campo, principalmente aos trabalhadores das Ligas Camponesas, além dos estudantes da UNE, que em seguida ao golpe, tiveram sua sede destruída. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 467.

lou-se um rompimento com a ordem democrática, sob o argumento de possíveis ameaças representadas pelo comunismo e pela transformação do Brasil em uma “república sindicalista”. Segundo Dreifuss, eram componentes de uma “elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados [...], objetivamente, transformando o aparelho do Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia”.⁸

O momento democrático vivido entre os anos de 1945 e 1964, intervalo entre duas ditaduras (1937-1945 e 1964-1984), foi importante na história, pois os trabalhadores passavam a exercer papel de destaque na vida política;⁹ os sindicatos haviam se fortalecido, tanto em termos de organização quanto pelas manifestações públicas sob a forma de greves de grande porte, que tomavam as ruas nos anos 1950 e 1960; temas novos, como custo de vida, desemprego, inflação, passaram a fazer parte da agenda dos que viviam do trabalho na cidade e no campo.

Os primeiros anos da ditadura

A intervenção autoritária do Estado em 1964 implicou, porém, em grave recuo das atividades sindicais, e crescentes obstáculos foram impostos à militância política. Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, e o maior fechamento do regime, setores da esquerda fizeram opção pela luta armada¹⁰, mas naquele contexto, segundo Ridenti, “organizações clandestinas de peso, como a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mantiveram-se críticos à alternativa armada que vinha sendo proposta”.¹¹

A repressão foi responsável pela desarticulação de atividades de resistência que vinham sendo desenvolvidas na cidade e no campo, levando à necessidade de empenhar esforços na construção de estratégias, mais tímidas e muitas vezes utilizadas clandestinamente, para driblar os mecanismos de dominação de

8. Para Dreifuss, “[...] apesar da administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos da política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não militares, é bastante notável. [...] Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou na melhor das hipóteses, de tecno-empresários”. DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 417-419.

9. RAMALHO, José Ricardo. Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: o significado das greves de 1968 em Contagem e Osasco. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (orgs.). *1968 - 40 anos depois - História e memória*. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2009, p. 131-149.

10. Sobre este assunto ver REIS, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 42-3.

11. RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S. (orgs.). Op. cit., 2004, p. 58.

classe, presentes nas fábricas e nas fazendas. Mas, gradativamente, em muitos casos, à revelia da própria instituição sindical, a resistência política dos trabalhadores foi se afirmando.

Em 1968, dois movimentos grevistas surpreenderam o Regime Militar, pelo nível da organização de base e pela boa articulação da contestação: o dos metalúrgicos de Contagem (MG) e o de Osasco (SP). Embora oriundos de tradições políticas diferentes, eles representaram, por sua luta, o embrião do sindicalismo militante que viria a se firmar a partir de 1978, no ABC paulista.¹² Entre as principais características desses dois movimentos estavam a organização clandestina no local de trabalho, a ação de grupos de esquerda, e a postura autônoma e crítica à legislação trabalhista autoritária.

Embora a repressão às atividades sindicais não tenha arrefecido após as greves de 1968, tornando-se, ao contrário, mais sistemática e violenta, a resistência “miúda” dos trabalhadores nos espaços fabris das principais regiões industrializadas do país passou a ser o outro modo possível de enfrentar a aliança entre o empresariado e o Estado autoritário. A censura à liberdade de expressão dificultava a divulgação dos diversos conflitos que ocorriam nesses espaços, mas relatos das paralisações e notícias de operações de boicote à produção, realizadas pelos trabalhadores, acabavam vindo a público através de boletins sindicais, revistas e dossiês disseminados pela “retaguarda política” organizada por entidades de assessoria ao movimento popular, ou através das Pastorais Operárias. E mostravam que a resistência operária continuava na luta por liberdade sindical e melhores salários, mesmo sob as condições bastante adversas que persistiam.

Anos 1970

Somente na segunda metade dos anos 1970, com o fim dos confrontos armados, é que setores das esquerdas passaram a se empenhar na construção de uma frente de resistência, adotando plataformas de luta pelas liberdades democráticas e se propondo a uma política de alianças com o “objetivo de ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar”.¹³

Foi nesta nova conjuntura que, segundo Perruso, os militantes retomaram e aprofundaram o trabalho de base junto aos setores populares.¹⁴ Entre os participantes mais importantes desta luta política, estavam segmentos da Igreja Cató-

12. RAMALHO, José Ricardo. Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: o significado das greves de 1968 em Contagem e Osasco. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (orgs.). *1968 - 40 anos depois - História e memória*. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2009, p. 131-149.

13. ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs.), op. cit., 2004, p. 323-324.

14. PERRUSO, Marco A. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.

lica que adotaram “posturas de luta contra o arbítrio, em apoio aos trabalhadores urbanos, aos camponeses, aos estudantes e, em muitos casos, envolvendo-se diretamente com as lutas populares e os movimentos sociais de oposição”.¹⁵

O importante mesmo deste tempo, a meu ver, foram os inúmeros agentes de pastoral popular, religiosos e leigos, que começaram a aprofundar seu trabalho junto às classes populares. [...] As iniciativas foram ganhando dinamismo: grupos de jovens, grupos de mulheres, comunidades de base, participação nas lutas dos bairros, das Associações de Moradores, nas lutas dos posseiros rurais, grupos de reflexão, alfabetização de adultos, abaixo-assinados por melhorias... Enfim, uma diversidade de iniciativas nos mais diversos lugares.

Esse movimento, segundo Löwy, resultou na constituição de “uma rede que ultrapassava os limites da Igreja como instituição” e congregava cristãos que partilhavam da “opção prioritária pelos pobres”. Para o autor, este chamado “cristianismo da libertação” incluía “uma prática social emancipadora, novas formas de prática religiosa, e uma reflexão espiritual (mais tarde teológica), que explicam o conflito entre a Igreja e o regime militar”. E explicaria, a partir de 1978, um novo movimento dos trabalhadores da cidade e do campo e, afinal, o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos quais se integraram militantes e quadros dirigentes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do trabalho pastoral.¹⁶

Naquele momento, cresciam os conflitos no campo, face aos processos de expropriação do campesinato que se intensificava nas novas áreas de fronteira, especialmente na região Amazônica, em virtude de políticas governamentais que estimulavam o avanço das frentes de expansão. Houve também um aumento no número de delegacias, sindicatos e federações rurais, que, desde o início dos anos de 1960, se articulavam através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Movimentos sociais se multiplicaram por todo o país em ações de luta por terra: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, finalmente, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais forte deles.

15. ARAÚJO, op.cit., p. 338.

16. LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil – partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 411.

Mesmo com a repressão, tanto os movimentos de luta por terra, quanto o sindicalismo rural mais centrado nas lutas trabalhistas, ganharam força nas décadas seguintes. Emergiram lideranças combativas que resistiram à usurpação de terras e à negação de direitos, e se revoltavam contra o recurso sistemático aos assassinatos de trabalhadores nas áreas rurais e periferias urbanas. Diante de tais agressões, foram muito importantes as manifestações de apoio e solidariedade das Igrejas.¹⁷

O fruto da Assembleia [da Comissão Pastoral da Terra], depois de seis dias de reflexão, debates e elaborações, foi o documento 'Igreja e Problemas da Terra'. Provocou polêmica, especialmente por ter assumido a diferenciação entre 'terra de trabalho' e 'terra de exploração' entre os critérios de legitimidade da propriedade da terra. O importante é que a CNBB fundamentou sua posição doutrinária em favor da propriedade voltada para a produção de alimentos e contra todo tipo de propriedade usado como oportunidade de exploração do trabalho humano e da natureza e de especulação.

Militantes e assessores se envolveram nesse processo através da formação de quadros, de atividades de educação popular e produção de material escrito para denúncias sobre as condições de trabalho e contra a violência dos proprietários de terra.

Escrevemos duas cartilhas: O Posseiro e a Terra e outra sobre o Sindicato. A gente discutia entre nós, escrevia, juntava alguns lavradores e colocava na mão deles, observando as reações. Quando tropeçavam ou não entendiam, reescrevíamos. Foi o trabalho de construção das cartilhas.

A maior parte dos nossos entrevistados teve inserção na esquerda crítica ao PCB e se alinhava majoritariamente aos setores próximos aos movimentos da Igreja Católica. O papel dos leigos e de suas organizações – Ação Católica,

17. Sobre esta temática, ver entre outros, CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp/NEAD, 2010; FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Inês (orgs.). Introdução – a diversidade das formas das lutas no campo. In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – vol. 2*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009; GARCIA JR, Afranio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989; RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo dos trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Inês (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, vol. 2. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

JUC etc. –, segundo Löwy, compuseram um movimento importante e foram, na verdade, “os primeiros a se interessarem pelo marxismo e a buscar novas formas de ação social”.¹⁸

Quando era um grupo de trabalhadores, tinha uma aula sobre mais-valia, e me lembro da reação quando eles entendiam o que era a mais-valia. Era uma reação de indignação, de sentimento de exploração. Entrávamos também - quando era grupo de bairro -, com a questão urbana, a ausência de serviços, a diferença entre o centro e a periferia, a desigualdade... Aí entrava a parte de utopia: ‘Mas isso pode ser transformado’.

Anos 1980

Segundo relatos dos entrevistados, a conjuntura do final dos anos 1970 teria trazido para o espaço público acontecimentos expressivos da insatisfação dos trabalhadores. Talvez, nesse sentido, é que dez anos depois de Contagem e Osasco, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978, 1979 e 1980) tenham assumido características de ruptura com a tradição sindical corporativa instituída, desde o início dos anos de 1930, sob a tutela do Estado.¹⁹

Entre as principais características atribuídas ao “novo sindicalismo”, afirma Cardoso, destaca-se a postura crítica à estrutura sindical corporativa, e embora seus militantes estivessem organizados em “sindicatos oficiais”, a estratégia era voltar-se para dentro das fábricas, no trabalho de organização; promover uma ampliação das pautas de reivindicação nas negociações coletivas, incluindo demandas de organização por local de trabalho; e manter certa distância da política partidária, em um primeiro momento, como negação explícita da relação sindicatos/partidos, característica do populismo.^{20,21}

18. LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias, op. cit., p. 415.

19. A reorganização do movimento sindical em plena ditadura foi atribuída por Rodrigues à emergência de uma nova geração de dirigentes sindicais não vinculados ao esquema político comunista-petebista, anterior a 1964, e nem às organizações políticas de esquerda, mas associada a um movimento à esquerda do setor da Igreja Católica, com “opção pelos pobres” e próximo aos movimentos populares. RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr., Armando et al. (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 13.

20. CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999, p. 34-35.

21. Os eventos promovidos pelo “novo sindicalismo”, além de expressar contestação à ditadura, também surtiram efeitos no sentido de promover a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. A Central desempenhou um papel importante na condução das lutas dos assalariados, e na avaliação de Jácome Rodrigues, sua emergência pode mesmo ser considerada como “expressão da luta por direitos de cidadania para amplas camadas das classes trabalhadoras”, e, mais que tudo “se firmou como um ator político importante” para os desdobramentos do processo político de abertura e consoli-

Superimportante nessa época foi todo o esforço que a gente fez tanto dentro do movimento sindical como do movimento popular para mostrar a importância dessa união entre o movimento sindical e o popular, entre o rural e o urbano. Daí a importância da greve dos Metalúrgicos do ABC, quando se procurou articular o movimento popular para levar o apoio dos bairros. Diversos clubes de mães fizeram arrecadação de solidariedade.

MILITANTES E ASSESSORES

Diferentes tipos de trabalho político

Foi nessa conjuntura de repressão aos trabalhadores e mobilização de suas organizações, que militantes e assessores, ouvidos por nós, atuaram politicamente. Tiveram diferentes tipos de inserção institucional, política e profissional, agiram em variados espaços sociais e regionais do país e se engajaram no apoio às organizações camponesas e sindicais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, junto a movimentos de bairro, sindicatos e entidades educacionais, no Sudeste.

Fiz parte de um grupo de universitários que atuava num bairro operário, em [...]. Além de conviver e participar ativamente das iniciativas comunitárias e da vida das pessoas no bairro, organizamos um curso de Madureza, para preparar os jovens para os exames oficiais de conclusão do curso ginasial.

A gente ia se distribuindo nas reuniões de sindicato e das roças. Sempre se propunha a ir a cada um dos núcleos. Ia uma equipe para discutir, discutia temas mais amplos, e tinha a cartilha. [...]. Eles liam devagar, não tinham habilidade de leitura, mas como tinha desenho, e a gente lia na reunião, ficava mais fácil.

A proposta era trabalhar com as comunidades e estimular a solidariedade e a possibilidade de criar espaços de discussão sobre a realidade social. Foi o caso, por exemplo, do uso do rádio como estratégia educativa, que já vinha desde o período anterior a 1964.

E tudo foi avançando: cooperativa, sindicato, grupos. A impressão era de que você ajudava a criar um lugar de encontro na comunidade: a escola radiofônica era um lugar das pessoas se encontrarem de noite, conversarem e discutirem o que estava acontecendo. Esqueci de falar que, junto com o rádio, vinha um lampião que ajudava na iluminação da sala de aula. Então tudo começava a mudar, e daí se começava a querer mudar mais.

O mesmo se colocava para a inserção nas fábricas e oficinas associadas à indústria, para proporcionar uma melhor aproximação com o operariado.

A discussão mais ampla acabava chegando naturalmente à crítica do cotidiano da fábrica e acabava levando à crítica ao geral da sociedade. [...]. Assim podia desenvolver um trabalho compatível com a minha formação e experiência acumulada [...], ou seja, aquele junto ao grupo dos metalúrgicos e de Pastoral Operária.

Relações familiares

Foi bem frequente que os relatos se referissem aos pais como pessoas bem reputadas, de famílias “honradas” e “queridas”; conservadoras politicamente, “fechadas” em termos morais, porém, abertas em termos sociais.

Também foi repetida a referência aos pais como pessoas preocupadas com as desigualdades socioeconômicas no mundo e dedicadas à filantropia, como forma de minorar situações de injustiça social e pobreza que acometiam grande parte da população.

Meu pai [...] visitava as famílias pobres nos arredores da cidade. Fui com ele muitas vezes nessas visitas. Assim, fiquei conhecendo, desde cedo, o avesso da cidade, ou seja, os lugares onde viviam os ‘pobres’ que eram, sobretudo, os descendentes dos antigos escravos, em condições muito precárias. Minha mãe dava aula numa escola da periferia, para crianças destas famílias mais pobres.

Eu sou de uma família que sempre trabalhou com educação. Tenho várias tias professoras. [...]. Minha mãe era professora. [...]. Meu pai era uma pessoa que ideologicamente não era de esquerda, mas não era uma pessoa de direita, pois tinha sensibilidade em relação aos problemas da desigualdade social e à pobreza. Era uma pessoa que gostava de se informar muito sobre as coisas, gostava de debater muitos temas comigo. [...].

As incursões feitas no universo dos entrevistados informam que eram de famílias que classificaríamos, e foram por eles mesmos classificadas, como de classe média, urbana ou rural, e, na sua maioria, bem-postas economicamente; entre os de área rural, havia os que, mesmo começando a vida na condição de empregados, lograram tornar-se comerciantes e/ou pequenos fazendeiros; muitos deles, pertencentes a famílias de segunda geração de imigrantes, vindos da Europa no final do século XIX.

Sou filho de uma família de camponeses, descendentes de imigrantes italianos aqui chegados no século XIX. [...]. Minha mãe foi professora desde os 14 anos, e era professora na roça.

Na geração dos pais, as mulheres, eram principalmente orientadas a cultivar prendas domésticas, embora prezando sua “autonomia”; na geração seguinte, as que assim desejaram, puderam dedicar-se a uma profissão, via estudos – como pedagogia, assistência social, economia e ciências sociais; e os homens, eram orientados prioritariamente para a medicina, engenharia, atividades empresariais e comerciais. Seus relatos contêm referências de estímulo aos estudos por parte das famílias, o que se confirma pela formação universitária de quase todos.

Eu fui a primeira mulher da família a fazer uma universidade e ir trabalhar.

Eles não têm trajetória de estudo, embora leiam e escrevam muito bem, não concluíram o curso primário. Talvez, por isso, tenham feito todo o esforço e dado todo o incentivo para que os filhos estudassem. Era uma casa de pessoas com pouco estudo, mas que tinha livros.

Meu pai era um camponês que conseguiu vir para a cidade. [...]. Gostava muito de ler. [...] O filho tinha que estudar, tinha que ser doutor. Para o meu pai, isso foi fundamental.

Vida escolar, opções profissionais, primeiras experiências políticas

Alguns relatos mostram que as opções profissionais também haviam levado em consideração a perspectiva de estar próximo dos mais pobres e se envolver em ações que lidassem com as questões sociais da desigualdade.

Não me arrependo nunca de ter feito Serviço Social. Foi por aí que comecei a descobrir o mundo. Por causa dos estágios, tinha que subir

os morros, visitar meus clientes, descobrir onde é que estavam, onde é que moravam e como viviam.

A formação, inclusive o estágio, um dos que eu fazia, era numa favela na periferia de São Paulo. O estágio era dar aula de alfabetização para jovens e adultos. Naquela época, era mais de adultos. Ia todas as noites numa favela e, no final de semana, trabalhava também com a organização da comunidade, a partir das necessidades concretas.

A atividade política, mesmo antes da ditadura, já se fazia através de espaços institucionais como diretórios acadêmicos, centros de cultura e arte - na produção de jornais, panfletos -, que recebiam influências de uma esquerda que lhes era muito próxima, embora nela não tivessem se engajado. Admiravam os discursos dos colegas politizados e apreciavam o que entendiam como capacidade destes de interpretar a realidade social.

Eu logo passei a compor o Diretório Acadêmico, do qual fui primeira secretária, e depois, presidente, no período em que lá estive, entre 1967 e 1970. E a determinação de ter algum trabalho popular também se manifestou nessa época, porque existia então, o serviço social individual e o comunitário. [...]. Eu já era militante também... [...].

Com relação à formação e trajetória educacional, os relatos indicam ter havido sempre, da parte deles, expectativas de abertura no espaço escolar para tratamento de temas relativos aos problemas do mundo. Lembram que, já na faculdade, a própria conjuntura política estimulava o debate e a tomada de posições de contestação ao regime.

Perguntavam ‘o quê que você vai fazer com Serviço Social; o que é que é isso?’. É um curso para gente que quer trabalhar com pobres, e eu quero trabalhar com pobres. [...]. Nessa inspiração da convocação cristã, você escolhe um caminho na vida, e se há uma desigualdade, há uma injustiça, então, o seu lugar é nessa batalha.

Participação política e a influência da Igreja Católica progressista

A formação religiosa católica é frequente nas narrativas: a Igreja aparece na história familiar e pessoal através do espírito de caridade para com os pobres, mas também é responsável pela politização que se seguiu à contestação política da conjuntura pré-1964 e, a partir de 1968, à “opção pelos pobres”, feita pela

Igreja progressista²². Percebe-se, na maioria dos casos, uma influência decisiva da Ação Católica no processo de formação da militância política e no envolvimento em atividades voltadas a combater situações de desigualdade social.

Passsei a ser da Ação Católica no âmbito da paróquia. Fui dirigente e estava situada no braço da JIC – Juventude Independente Católica. [...]. A apropriação da metodologia da Ação Católica – ‘ver, julgar e agir’ – para mim, foi um marco.

Lá participei de uma equipe em que o vigário tinha uma pastoral muito ligada à Ação Católica Operária – ACO e à Juventude Operária Católica – JOC.

Tive relação principalmente com a JUC [...] e com a JAC, que é a Juventude Agrária Católica. [...]. Participávamos dos encontros de formação, das assembleias. Com isso, a gente começa a ter outro tipo de formação, que inicialmente, não era baseada no marxismo: era na linha de consciência histórica. [...]. Não era uma consciência meramente teórica, intelectual, não. Era a capacidade de perceber onde e como se deveria agir.

Eu acho que a Ação Católica teve uma influência grande na minha vida [...]. De uma maneira geral, a Ação Católica abria para uma inquietação diante do mundo. [...]. Então havia esse estímulo a uma abertura mais comunitária. Nas reuniões mensais, as reflexões eram aprofundadas com a ajuda do método ‘ver, julgar e agir’, que era o método da Ação Católica.

Uma parte de nossos entrevistados estava na universidade no período da ditadura, quando, impulsionados por ideais de transformação, se envolveram em atividades políticas de contestação da ordem. Nesse contexto, a mensagem político-ideológica do discurso marxista revelou-se mobilizadora e adequada à organização do pensamento político e à compreensão e organização intelectual do mundo no sentido da mudança.

22. De acordo com Löwy, a “teologia da libertação” foi expressão cultural de um movimento social que apareceu no começo dos anos 1960 e que incluiu “setores significativos do clero – padres, freiras, ordens religiosas, bispos; dos movimentos religiosos leigos, como a Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC); das Comissões Pastorais, como a de Justiça e Paz, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária, e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)”. LÖWY, op. cit., p. 411-412.

Naquela época do movimento universitário, tinha que ter um compromisso de base. Então, era alfabetização de adultos. Eu sempre fazia as coisas que gostava, mas você tinha que dar uma contribuição para a emancipação do povo brasileiro como questão ética, mística, ideológica e etc...

Acreditava, mesmo em plena ditadura, que era possível seguir um caminho de coerência, ter um trabalho com algum sentido social. Também não tinha nenhuma opção pela luta armada. Por ser da AP, o caminho era o da política.

A Igreja Católica progressista abria-lhes espaço de indagação, discussão e contato mais próximo entre iguais e interclasses, e o marxismo oferecia-lhes uma chave de ruptura e compreensão do mundo, a porta para elaboração de um ideal de reorganização das relações sociais.²³

Tinha Paulo Freire, tinha influência do marxismo, mas um marxismo muito ligado ao cristianismo, o marxismo cristão, e o humanismo do Mounier, do Teilhard de Chardin. [...]. Fizemos um intercâmbio entre a Oposição Metalúrgica de São Paulo e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará, porque a Oposição Metalúrgica era uma referência em termos de uma organização operária, e o Sindicato de Santarém estava se constituindo como uma referência de sindicalismo rural.

Desde os anos 1960, de acordo com Araújo, organizações católicas de tendência esquerdista envolveram-se com a luta política no país. A própria criação da “Ação Popular – AP (que mais tarde se tornaria a Ação Popular Marxista Leninista – APML)” foi derivada “de grupos católicos, tais como a JUC – Juventude Universitária Católica, a JEC – Juventude Estudantil Católica e a JOC – Juventude Operária Católica”. Para a autora, no período 1974-1985, tal relação teria se acentuado “em alguns setores da igreja, especialmente através [...] do trabalho das pastorais”.²⁴

23. Era ainda, segundo Löwy, um marxismo marcado pela radicalidade de seu anticapitalismo e com forte conotação ético-religiosa: o sistema era rejeitado como perverso, como “estrutura monstruosa, baseada em todos os tipos de abusos, explorações e crimes contra a dignidade humana”. *Ibidem*, p. 416-17. Para Löwy, a descoberta do marxismo pela esquerda cristã não foi um processo puramente intelectual via universidade, mas o encontro com a realidade da pobreza. Para se opor a ela era necessário superar os limites da visão caritativa tradicional, e compreender suas causas. *Ibidem*, p. 412-13.

24. ARAÚJO, *op.cit.*, p. 338-39.

Uns eram mais militantes, outros menos, outros simpatizantes, mas quem dava a rota política era a AP. [...]. Queríamos saber de quem estava ativo, não só em trabalho de educação popular, mas em organização de cooperativas, atividades com trabalhadores rurais, etc. Quem estava, de fato, se esforçando para exercer uma resistência à ditadura, quem não tinha parado. A maioria desses trabalhos contava com a cobertura das Igrejas. Era um guarda-chuva enorme e, também, o único possível.

ESTRATÉGIA DE LUTA E DE MILITÂNCIA POLÍTICA

Os nossos entrevistados não aderiram à luta armada que alguns assumiram na conjuntura de final dos anos 1960 e início dos anos 1970, mas respeitaram sempre os que haviam feito tal opção.

O trabalho era político, porque não é só luta armada; o pessoal pensa que luta armada é assaltar banco. A gente dizia, esse negócio aí não. Depois, o PCBR terminou entrando porque foi pressionado pelas circunstâncias. O meu trabalho era pegar os documentos e conversar com trabalhadores, um da área química, outro rural, por exemplo.

A repressão sempre presente

Todos os que mais investiram nesta militância sofreram, de alguma forma, os efeitos da repressão, sendo perseguidos e/ou aprisionados, interrogados e, alguns, torturados, por manterem convicções e compromissos assumidos ao longo dos anos, tendo suas opções apoiadas por familiares e confirmadas por histórias de vida pessoais e trajetórias escolares, vocacionais e profissionais.

Fui presa por ser da AP.[...]. Nesse meio tempo fui julgada, mas não recebi pena, embora eles tenham recorrido. Só mais tarde, quando fui anistiada, é que eu soube que eles tinham recorrido da última pena. [...].

Eu fui preso em fevereiro de 1974. Foram me buscar no escritório da [...], e me levaram num fusquinha. Dentro do túnel Santa Bárbara, me enfiaram um capuz para eu não ver que estavam me conduzindo ao DOI-CODI, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. [...].

Para alguns de nossos entrevistados, a prisão resultou também em situações de tortura física, com consequências pessoais profundas.

Entrei para a área rural em 1974 - final de 1973, começo de 1974. Nesse período de 1968 fui presa em 1969, depois fui solta em 1970. Acho que foi o pior momento da minha vida, porque não tinha um amigo solto, as notícias que a gente recebia eram de que a pessoa ou tinha morrido, ou ia exilada numa troca de embaixador, ou estava sendo barbaramente torturada.

Aí me jogam já no sofá, o cara me deu um soco que a cabeça rodou. [...]. Ali você começa a apanhar. Foram em cima da mesa, tinha uma carta do Dom Helder para o Dom Ivo, o que foi péssimo, mas foi bom ao mesmo tempo. 'Esses caras são ligados à Igreja, está aqui! Ah, vamos conversar bem com eles'.

Eles, por sua vez, já haviam feito a opção de contribuir para a organização popular através de assessoria e educação. Pelos relatos, vê-se que, às vezes, na prática da assessoria militante, a fronteira entre o clandestino e o que não é parece tênue, e a consciência dos riscos marcaram as expectativas de atuação daqueles que realizavam um trabalho político em situação de não clandestinidade.

Atividades e formas de ação

Particpei de um grupo de universitários que atuava num bairro operário[...]. Além de conviver e participar ativamente das iniciativas comunitárias e da vida das pessoas no bairro, organizamos um curso de madureza, para preparar os jovens para prestarem os exames oficiais de conclusão do curso ginasial.

Isto incluía até mesmo ocupações rápidas de fábrica, a despeito dos riscos de repressão.

Tomávamos rapidamente a fábrica por vinte, trinta minutos, que era o tempo até ser acionado o alarme. Mas cortávamos tudo, comunicação de telefone, tudo. Entrava cortando tudo. Tomava a fábrica, fazia a denúncia, de que era uma ditadura, de que tinha que se organizar, de que todo mundo tinha que resistir, de que o Brasil só ia para trás, e fazia a difusão da nossa linha política.

Do mesmo modo ocorria nas áreas rurais, com ênfase no estímulo ao trabalho comunitário e à educação popular.

Era roça comunitária e educação popular através da educação sindical. [...] O que nos salvou foi que a gente ensinou o pessoal a fazer horta, que ajudou na merenda escolar, e minha colega ensinou as mulheres a preparar caldos, sopas de verduras, de tudo.

Seu engajamento incluía experiências de assessoria voltadas à educação popular sob inspiração do método Paulo Freire, tanto através de cursos de “análise da realidade social”; da produção de material didático e político voltado para o processo de conscientização dos trabalhadores, com vistas ao enfrentamento das desigualdades de classe; como estratégias de disseminação de propostas de valorização dos mais pobres.

A gente produziu muita cartilha naquela época.... Depois, a gente se assumiu como educador popular, mas quando chegou lá foi como agente pastoral. E o educador popular tem que ter imersão na comunidade [...]. Produzimos muita cartilha, muito boletim e muito cor-de-l, para traduzir os temas complexos numa linguagem popular.

Uma proposta de educação diferenciada e marcada pela leitura crítica da realidade social tornou-se estratégia de penetração junto aos setores populares.

Foi nessa conjuntura de repressão aos trabalhadores e mobilização de suas organizações que militantes e assessores, ouvidos por nós, atuaram politicamente.

A multiplicação dessas iniciativas e a difusão desse tipo de conhecimento crítico foi a característica central das atividades políticas, e, nos relatos, esta prática aparece em situações variadas.

A gente dava curso para os multiplicadores, e a ponta desse processo era uma cartilha. Os multiplicadores eram lideranças mais engajadas, de consciência mais crítica. Produzíamos o material para eles, para o curso, que era menos lapidado, mas tinha uma base. Podia ser uma apostilha. Com textos de bibliografia, recebiam a cartilha, saíam de lá, e iam aplicar aquele curso num nível mais básico, para neófitos; e a cartilha funcionava como instrumento.

A tradição dos PCs, qual era? Era a tradição vanguardista. Vamos levar a formação para os trabalhadores, porque eles precisam ser formados, e só nós, os intelectuais, conhecemos o marxismo e, portanto, devemos transmitir à classe trabalhadora. O Instituto Cajamar surgiu num

processo inverso. Foram os trabalhadores que sentiram necessidade de criar o Instituto, que acharam o espaço físico. E aí eles nos chamam, vários intelectuais orgânicos, para fundarmos juntos o Instituto.

PERFIL INSTITUCIONAL E DIFERENTES FORMAS DE APOIO

A atuação das entidades de assessoria aos movimentos populares e sindicais e a inserção nessas organizações, integram, também, boa parte dos relatos. Mantidas principalmente por entidades internacionais ligadas às igrejas católica e protestantes, estas experiências reproduziram, de forma organizada, esta concepção de militância política, com desdobramentos importantes em termos de produção e de socialização de (contra) informação e discussão dos melhores meios para atingir os setores populares. Algumas das mais atuantes têm o seu papel descrito nos depoimentos dos entrevistados.

Era um ecumenismo comprometido com a justiça social. As atividades e programas do CEI - Centro Ecumênico de Informação eram diversas; entre eles, o Programa de Educação [...]. O objetivo deste Programa era contribuir sobretudo para o processo de formação dos agentes de pastorais populares das igrejas protestantes e católica.

O NOVA insistia muito na valorização do saber popular. [...] O que a gente tinha em vista era criar e desenvolver uma pedagogia capaz de valorizar e fortalecer a participação popular na construção de caminhos para 'um outro mundo possível' [...].

Então a gente tinha todo esse trabalho de assessoria, de consultoria, na área de metodologia do trabalho social, e o RENOV era um espaço de resistência política também.

O CEAS era um ambiente muito plural e muito acolhedor, agregava pessoas perseguidas, pessoas de esquerda. [...] Além dos jesuítas, os demais estavam, ou tinham estado, ligados a experiências no movimento popular, movimento estudantil e a partidos políticos de esquerda.

A FASE teve uma importância enorme lá em Santarém para ajudar a construir a Oposição Sindical e as informações sobre as formas de representação dos camponeses: como eles viam a organização. Isto era muito importante para refletir sobre a pauta sindical.

A ligação com setores progressistas da Igreja deu-lhes acesso à infraestrutura e força institucional, e a associação com seus agentes ampliou a possibilidade de diálogo com grupos populares e de trabalhadores.

Este tipo de militância e assessoria também produziu conhecimento e contou com a colaboração de setores universitários dispostos a construir uma relação mais próxima às classes trabalhadoras. Diversas publicações se dedicaram a motivar debates sobre a conjuntura política e econômica, a apoiar iniciativas de organização popular, a investir em práticas de educação popular, se empenhando em registrar a visão daqueles grupos sociais que nunca tinham voz.

Perruso mostra como isto se manifestou nos meios universitários, através de “[...] apoio político puro e simples, passando pela assessoria prestada na forma de ‘educação popular’, de ‘formação política’ (que exigiam um conhecimento sociológico especializado a respeito da cultura, da política etc.) da classe trabalhadora e chegando a formatos sofisticados de pesquisa engajada: pesquisa participante, pesquisa-ação, entre outras.”²⁵

Esse movimento de aproximação manteve laços com um pensamento intelectual que, no período, se constituiu no espaço acadêmico, e que enfatizava a necessidade de buscar e valorizar novas formas de expressão dos trabalhadores, dos sindicatos e dos movimentos populares.

Lembro de um artigo [...] que sintetizava um pouco esse debate e defendia a posição que não éramos apenas assessores dos movimentos. Assessor, argumentava, é aquele que é convidado para essa posição pelo assessorado e nós, muitas vezes, agíamos organizando movimentos, incentivando manifestações. Enfim, éramos assessores de quem? Dos movimentos? Da Igreja? Mais complexa era a relação com a Igreja, instituição com concepção de mundo muito consolidada.

Bom, eu passei a me aproximar mais dos operários, na Cidade Industrial. Os contatos, naquela época, tinham que ser muito cautelosos. Eram conversas mantidas à noite, ou nos fins de semana, em visitas às casas daqueles em quem se tinha mais confiança. Produzíamos e distribuíamos panfletos e boletins com notícias que pudessem servir para incentivar as conversas.

Ainda de acordo com Perruso, os militantes, assessores e intelectuais estudiosos dos movimentos sociais, em sua maioria, passaram a valorizar a diver-

25. PERRUSO, op. cit., p. 20.

sidade oriunda das experiências “de baixo” e a advogar uma “compreensão densa” da sociedade brasileira a partir dos movimentos sociais, para priorizar a compreensão “por dentro” e, às vezes, “ao lado” da vida e das lutas dos trabalhadores, via estruturas sociais e intelectuais.²⁶

Traduzindo em uma linguagem de hoje, o que a gente tinha em vista era criar e desenvolver uma pedagogia capaz de valorizar e fortalecer a participação popular na construção de caminhos para ‘um outro mundo possível’, um mundo de ‘bem viver’, ‘de vida digna para todos’, ‘um socialismo democrático’.

Eram propostas que [...] tinham nascido no chão de cada Escola: a superação da dicotomia entre técnica e política, a gestão democrática e coletiva da escola por todos, monitores e alunos, a criação coletiva do saber em cada oficina e em cada sala de aula. E, sobretudo, a construção da solidariedade em todas as relações entre as diversas pessoas que participavam da escola. A prática da colaboração e do companheirismo era o ‘modo de ser’ do CADTS: no estudo, no zelo pelo que era de todos, nos debates sobre a realidade, nas relações com os movimentos e lutas dos trabalhadores. E também no modo de enfrentar e resolver as brigas, os conflitos, as diferenças e as divergências, que não faltavam nunca!

A arte nesse país é explosiva em termos de mobilização, de envolvimento e tal. Claro que você pode politizar a arte ou não. Isso é outra questão. Mas, a capacidade vem dessas raízes latinas que a gente tem, que são do relacional muito forte, do afetivo, do sentimental. Por isso que *show* de música, junta gente, procissão junta toneladas de gente, futebol, quatrilhões de pessoas[...].

Segundo Perruso, esse tipo de abordagem implicaria, no plano teórico, na recusa dos modelos classistas vigentes, de análises mais rígidas, ampliando o escopo analítico, que passaria a abarcar as articulações dos “de baixo”, cada vez mais, no sentido de movimentos “abertos” (e não de classes “de antemão” determinadas). Esses intelectuais militantes e assessores não se proporiam mais simplesmente a produzir teorias ou políticas “para os trabalhadores”. Era necessário produzi-las com os trabalhadores, concretamente, junto a seus mo-

26. *Ibidem*, p. 68-69.

vimentos. Essa “ida ao povo” movia-se por ideais de justiça social, socialismo, democracia. “E logrou respeitar a autonomia das experiências de lutas dos setores operários e populares no movimento sindical e nos movimentos sociais urbanos e em geral”.²⁷

A PRÁTICA E A CRÍTICA DA ASSESSORIA

Este é o espírito que movia a ação. A experiência de imersão dos agentes de classe média junto aos grupos populares, trabalhando para dar-lhes protagonismo político, exigiu, segundo nossos entrevistados, um exercício permanente de avaliação e reflexão sobre a prática de assessoria. Em alguns casos, a conjuntura de repressão obrigava que o acompanhamento de iniciativas de organização popular se fizesse apenas através de cursos, palestras e pesquisas.

Particpei de muitas assessorias a grupos de base da Igreja Católica e outros movimentos. Eram pequenos cursos ou palestras sobre temas econômicos e políticos. A segunda metade dos anos 1980 foi dominada pelo debate sobre a convocação da Assembleia Constituinte, a democracia, mas também os ‘pacotes’ do governo para conter a inflação. Na área da economia, os temas mais debatidos eram as altas taxas de inflação, a dívida externa, o arrocho salarial e a histórica questão agrária. Nós, do CEAS, éramos muito chamados para conversas, debates sobre estes temas com grupos populares, fossem ligados à Igreja, fossem de outros movimentos.

Outras vezes, o acompanhamento implicava o envolvimento do assessor nos impasses e conflitos dos grupos populares e na busca de soluções. Ramalho, ao refletir sobre a atuação de assessores que acompanhavam permanentemente organizações populares ligadas às igrejas, nesse período, observa que o assessor se via em “posição de coparticipante, corresponsável e agente no processo de encaminhamento e tomada de decisão”.²⁸

27. *Ibidem*, p. 124. Tomando como exemplo textos de Eder Sader & Maria Célia Paoli, Perruso demonstra a presença de uma crítica ao viés antidiversidade e pró-homogeneidade presente nas interpretações pré-70 sobre as classes populares, especialmente as populistas e marxistas ortodoxas, apontando a “tentativa fantástica de apagar a diversidade interna decorrente de diversas experiências vindas dos grupos sociais no espaço social brasileiro – experiências diversas de dominação, de práticas culturais e de processos de trabalho – em nome de uma homogeneidade que se torna, no pensamento, pré-condição para a participação social e política desses grupos”. *Ibidem*, p. 56.

28. RAMALHO, José Ricardo. Uma prática de assessoria à pastoral popular. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectiva e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 25.

No Rio de Janeiro, atuei mais em área de posseiros. Pessoas que ocupavam aquelas terras por várias gerações e os grileiros estavam chegando para botar esse pessoal para fora. [...].

Assessor, argumentava, é aquele que é convidado para essa posição pelo assessorado, e nós, muitas vezes, agíamos organizando movimentos, incentivando manifestações. [...]. É um texto muito polêmico, muito bom, ainda tem a sua atualidade. Como pano de fundo, muitas questões se entrecruzavam: como proceder frente aos movimentos, como valorizar o conhecimento popular e não apenas os de matrizes teóricas? Na verdade, na raiz desse debate estava outro, sobre os sujeitos da história. O bom disso tudo é que a revista acolhia muitas contribuições vindas do mundo acadêmico, mais teórico, como também muitas reflexões vindas de pessoas que estavam em contato com os movimentos sociais, relatos de experiências, relatórios de pesquisas, histórias de movimentos e lutas [...].

Os assessores não podiam ser ingênuos, e como observa Perruso (2009: 313-315), “eram cheios de nuances”; “tinham que se engajar junto aos setores populares em movimento, sem com eles se confundirem. Para tanto, tinham que operar sempre uma separação prévia. Tratava-se de uma relação entre mundos diferentes, o intelectual e o popular. Campos diferentes”. Mas o “trabalho de base” implica no mínimo de demonstração de compromisso político, o que pode dar ao assessor maior possibilidade de interferir em questões relativas aos interesses da outra classe.²⁹

Em suma, a militância política aliada ao trabalho de assessoria, que caracteriza o ativismo de nossos entrevistados, requer condições e disposições. Ela combina acesso à educação de qualidade, boa formação profissional e disposição para colocar os conhecimentos auferidos a serviço de setores populares; implica ter vivido e absorvido valores de ambientes abertos politicamente e com preocupações com a situação dos “outros”; e ter desenvolvido uma perspectiva de transformação social, de rejeição ao modo capitalista de organização da sociedade. Requer ainda a disposição pessoal de enfrentar riscos, além de uma dose considerável de altruísmo e destemor, para dedicar-se politicamente aos trabalhadores. Supõe ter aprendido a fazer trabalho político de pouca visibilidade.

29. PERRUSO, op. cit., p. 313-15.

CONCLUSÃO

A iniciativa de apresentar, ainda que resumidamente, os atributos e trajetórias dos militantes assessores soma-se a muitas outras manifestações que se empreendem para a recuperação de uma memória obstruída por versões oficiais conservadoras e omissas, veiculadas como verdadeiras e definitivas por algumas instituições, entre as quais as Forças Armadas e certo tipo de imprensa que sempre apoiou a ditadura.

O empenho de colocar na disputa pela memória a visão dos próprios militantes sobre sua inserção no contexto do período autoritário representa um esforço de ressaltar o valor daqueles que se constituíram em força de resistência e que mantiveram, mesmo com risco para sua segurança pessoal, o compromisso com o processo de combate à ditadura, de abertura política e de transformação social. Revela um determinado perfil de militante disposto a colocar sua capacidade profissional a serviço da formação política e da produção de conhecimento, tendo como instrumento principal o trabalho de educação e assessoria aos trabalhadores, o que confere atributos inestimáveis a este e outros grupos de pessoas que, no Brasil, dedicaram suas vidas à causa da liberdade e da justiça social.

Beatriz Costa

A HISTÓRIA FAMILIAR

Sou carioca e sempre morei no Rio. Minha família vem de um percurso mais longo. Meu avô materno era português e veio para o Brasil por volta de 1870, com 20 anos de idade aproximadamente. Aqui, já morava um irmão, e pouco depois começaram a chegar sobrinhos e primos. Primeiro, ele se dedicou ao comércio, tinha uma loja de ‘secos e molhados’. Anos mais tarde, envolveu-se também com a indústria fabril, em especial, de tecidos. Eu não o conheci, mas sobre ele sempre ouvi falar que era um homem extremamente honrado, dessas pessoas que ninguém duvidava da palavra dada. Esse caráter do meu avô marcou muito a família.

Minha avó materna era brasileira, carioca, nascida no bairro de Madureira. Quando ela e meu avô se conheceram, ele era viúvo e já tinha quatro filhos. E - como ela gostava de lembrar -, logo se apaixonaram e se casaram. Tiveram oito filhos. Minha mãe era a filha mais nova. Ao contrário de quase todos os seus irmãos e irmãs, não foi estudar na Europa. Para sua alegria, estudou aqui mesmo e viveu aqui mesmo a sua juventude.

Minha avó e meu avô por parte de pai eram portugueses e nunca vieram ao Brasil. O avô era industriário, se não me engano, trabalhava como técnico numa fábrica de tecidos. Temos, até hoje, uma carta que os operários escreveram quando ele teve que sair da fábrica. Uma carta manuscrita e assinada por todos, reconhecendo a força que ele sempre dava às suas lutas e reivindicações.

Meu pai nasceu em Portugal e veio para o Brasil em 1912, com 12 anos de idade. Chegou e logo começou a trabalhar como contínuo numa loja de comércio. Não tinha nem o curso primário completo, concluiu aqui, enquanto trabalhava. Meu pai era parente do meu avô materno, e foi assim que ele e minha mãe se conheceram e se casaram, em 1934. Nessa altura, ele trabalhava em sociedade com mais dois primos, numa loja de comércio. Uns dez anos mais tarde, por volta de 1945, criou-se uma situação delicada na firma, e ele preferiu deixar a sociedade com os primos. Ficou desempregado. Minha mãe o apoiou totalmente; nós, filhos, já éramos todos nascidos, e ela assumiu junto com ele todo esse pedaço de vida mais difícil.

Foi aí que ele escolheu mudar de ramo e passou para a avicultura. O primeiro galinheiro foi construído nos fundos do terreno da nossa casa. Depois, como a experiência deu certo, o galinheiro mudou de endereço e se tornou uma granja. Talvez a gente possa dizer que, nessa época, começavam a soprar no Brasil ventos mais fortes da investida multinacional no ramo da avicultura. Assim, essa granja, iniciada artesanalmente, evoluiu para uma média empresa agroindustrial, que contava com uma parceria multinacional. Mais tarde faliu, porque não aguentou o jogo das multinacionais, quase todas norte americanas, que se impuseram na avicultura com seu capital, sua lógica, seus métodos, suas técnicas, suas prioridades.

Você é a filha mais velha?

Sou a mais velha de cinco irmãos: três mulheres e dois homens. Uma família de classe média. Estudamos todos no Colégio Santa Rosa de Lima.

Qual era a expectativa que os pais tinham para vocês?

Eu fui a primeira mulher da família a fazer uma universidade e trabalhar. Mas não é que meus pais tivessem alguma expectativa; eles não tinham sonhos com relação ao estudo das filhas mulheres. Eu até tive que batalhar um pouquinho para romper um certo silêncio. Assim... veladamente, a preferência era que eu fosse aprender prendas domésticas, a cozinhar. Mas esse não era o meu entusiasmo, e eles também, em nenhum momento, me impediram de seguir a minha escolha.

O MUNDO VAI SE ALARGANDO

Isso foi quando?

Nos primeiros anos da década de 50. Em 1954, eu fiz vestibular e entrei para a PUC-RJ, onde fiz pedagogia e me graduei em 1958. Nesse último ano, junto com a licenciatura em pedagogia, eu fiz também o curso Pós, de orientação educacional, que a PUC tinha acabado de criar.

Nessa época você teve alguma participação política?

Até pouco mais da metade da década de 1950, eu ainda guardava a tendência conservadora recebida da família. Depois, fui assumindo outras perspectivas.

E quais foram as influências que fizeram você mudar?

Nem sei bem como explicar que certos acontecimentos, ou certos encontros, te abrem para outras perspectivas. Eu acho, por exemplo, que a Ação Católica teve uma influência grande na minha vida, sobretudo a JIC (Juventude Independente Católica). De uma maneira geral, a Ação Católica abria para

uma inquietação diante do mundo. Isso conta muito. A gente era muito incentivada: ‘Olha para o lado, conversa com as outras pessoas, procura saber o que elas pensam sobre tal assunto...’. Então havia esse estímulo a uma abertura mais comunitária. Nas reuniões mensais, as reflexões eram aprofundadas com a ajuda do método ‘ver, julgar e agir’, que era o método da Ação Católica. Os assuntos não eram propriamente políticos, mas eram sempre ligados à realidade e às preocupações dos jovens. Sobre cada questão, tinha uma reflexão.

A JIC geralmente se reunia nas paróquias, e eu lembro quando, na minha paróquia, o nosso grupinho de JIC decidiu fazer um encontro sobre ‘Juventude na Era Atômica’, que era um tema quente na ocasião. Foi ótimo! Para ajudar, chamamos o padre Vasconcelos, que era um jesuíta muito querido pelos jovens da época, uma pessoa de cabeça mais aberta para aquele tempo. Fizemos não sei quantos cartazes e convites chamando os jovens do bairro. No dia, foi gente de sair pela janela. Isso foi por volta de 1955. Então você ia se abrindo, não ficava só naquele mundinho familiar ou dos amigos mais chegados, mas ia se ligando aos temas e situações que faziam parte da nossa vida de jovens.

Na PUC, algum autor ou algum professor teve influência na sua formação?

Quando eu entrei na PUC, o curso de pedagogia, a partir do segundo ano, incluía aulas de ciências sociais. E, exatamente, quando eu passei para o segundo ano, em 1956, chegou de volta ao Brasil, o padre Ávila, que estava estudando sociologia, na Bélgica. E chegando aqui, logo assumiu toda a área de ciências sociais da PUC. Para nós, foi uma riqueza. Digo para nós, porque, praticamente, todos os colegas também pensavam assim. Realmente, foram ares novos que entraram no nosso curso com o padre Ávila. Ele trazia para as aulas o mundo e a vida social acontecendo. As suas aulas não eram uma teoria abstrata, mas ligadas aos desafios sociais colocados na história das sociedades.

Coisa parecida eu posso dizer com relação às aulas de alguns professores de psicologia no curso de orientação educacional. Uma influência das mais profundas trazidas por eles foi sobre a dimensão do próximo como ‘outro’. Partiu desses professores a indicação de uma leitura que se tornou uma das referências mais importantes na minha vida: *O Personalismo*, de Emmanuel Mounier.

Com certeza teve também outros professores e outras pessoas; eu sempre fui uma pessoa ‘influenciável’!

EDUCAÇÃO – PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

Você se formou e foi trabalhar aonde?

Fui trabalhar na Escola Gonzaga Junior, que era anexa ao Colégio Sion, e conhecida como ‘escola dos pobres’ do Colégio Sion. Fui para lá a convite da

Marta Ligneul. Era uma pessoa extraordinária. Ela era a diretora de fato, mas sem nenhuma conotação de poder nem de hierarquia. Diretora no sentido de dar à escola uma proposta de educação e uma diretriz pedagógica.

Era uma escola onde todos os alunos e suas famílias eram igualmente importantes do ponto de vista humano e social. Ali, não se fazia nenhuma diferença em relação às alunas do Sion - o que nada tem a ver com assistencialismo, nada. Claro, as meninas que estudavam no Sion eram de uma outra realidade social. A maioria dos alunos da Gonzaga Junior morava no Cerro Corá e em outras favelas do entorno. Eram pessoas pobres mesmo e adoravam a escola, exatamente porque, ali, eram recebidas e valorizadas em toda a sua dignidade humana. Todas e todos.

A proposta da escola era assumida e levada adiante por todos os professores. As classes eram do curso primário completo: do preparatório até a quinta série. Eu não hesito em dizer que a Escola Gonzaga Junior, com toda a simplicidade, desenvolvia uma educação da melhor qualidade que se podia desejar naquele tempo. Eu trabalhei lá durante dois anos, como professora da 4ª e da 5ª série, em 1959 e 1960.

Vocês discutiam assuntos políticos na escola?

Sim, mas aí é preciso explicar melhor. Por um lado, a proposta da escola se traduzia muito mais numa dimensão ética: a valorização do direito de todos a uma vida digna e, portanto, a uma boa educação. Isso estava presente em tudo, nos conteúdos de cada matéria, no modo de ensinar, nas relações dos professores com os alunos e com as famílias..., mas não se expressava numa linguagem propriamente politizada. A preocupação era com o bom ensino para todo mundo e que todos pudessem aprender e se desenvolver como pessoa humana. Se alguém não ia bem na escola, íamos procurar a família, saber o que estava acontecendo, por quê... eu tinha uma aluna que era epiléptica, agitadíssima! Naquele tempo, as escolas não eram obrigadas a aceitar alunos epilépticos. A questão da integração de alunos com necessidades especiais passava longe! Dependia completamente da escola e da relação da escola com as famílias. Sobre essa minha aluna, todos os professores eram unânimes: 'Não vamos mandar essa menina embora nunca, de jeito nenhum!' Lembro da alegria dela e da mãe no dia da formatura! ... Mas este é só um exemplo.

Por outro lado, a escola era, sim, um espaço de conversa política, sobretudo entre os professores mais interessados. Naquela época, o país começava a viver um tempo de movimentação política crescente e, sem dúvida, isso se refletia nas conversas e discussões entre nós. E aí não tem como me esquecer do dia em que Fidel Castro veio ao Brasil pela primeira vez, depois da vitória da re-

volução cubana (1959). A embaixada de Cuba ficava bem em frente à Escola Gonzaga Junior, era só atravessar a rua. E então, é claro, no dia em que ele foi à embaixada, estávamos todos lá no portão... nós e uma pequena multidão, batendo palmas e dando as boas-vindas.

EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO

Você sai da Escola Gonzaga Júnior nos anos 60?

Em 1961, eu fui trabalhar na SETER (Sociedade Escolas Tele-Radiofônicas). Era um projeto de educação de jovens e adultos, sustentado por verba federal e estadual. Só para dar uma ideia, a SETER fazia um trabalho de alfabetização e pós-alfabetização através do rádio, mas em regime do que se chamava 'recepção organizada', ou seja, a recepção das aulas não era individual, mas em turmas: uma salinha com os alunos e um monitor. E o rádio. O nosso trabalho era sobretudo com o monitor. Na sala, o monitor devia não só ouvir as aulas e receber as orientações através do rádio como também recriá-las e dinamizá-las com os alunos. Todos os dias, alguém da equipe da SETER ia em uma escola no horário das aulas para poder estar pessoalmente com a turma de alunos e o monitor. E uma vez por mês tinha uma reunião com os monitores de cada área da cidade: centro, zona norte, zona oeste, Campo Grande e arredores. Então havia um contato direto e contínuo entre nós.

Na SETER, tinha duas equipes: uma, de professores, mais responsável pela preparação das aulas que iam ser transmitidas pelo rádio. E outra, mais responsável pela 'supervisão', isto é, pelas visitas que fazíamos às escolas no horário das aulas. Nesta equipe, a maioria dos supervisores era ou tinha sido da JOC (Juventude Operária Católica). Os professores também deviam fazer supervisão, embora não todos os dias, como os supervisores. As reuniões semanais entre as duas equipes garantiam a troca entre todos e possibilitavam uma ampla participação conjunta nos trabalhos.

A aula pelo rádio ensinava o quê? Português, matemática...

Alfabetização, português, matemática, elementos de história e ciências, inseridos nessas matérias, além de uma aula chamada 'educação para a transformação' que incluía legislação trabalhista, direitos sociais, análises da realidade...

Antes de implantar uma escola, a gente ia aos lugares, reunia os moradores ou quem fosse, e discutia longamente a proposta que nos levava ali: 'Estão interessados numa escola assim? Não estão? Por quê? Têm outras sugestões?' ... A escola só começava se tivesse alguma aceitação na área.

Vocês iam com a cara e a coragem? E eram bem aceitos?

Muito bem aceitos. Os lugares eram as favelas, o meio rural na zona oeste do Rio, presídios, sanatórios, também o leprosário de Jacarepaguá, igrejas onde costumava haver reuniões de domésticas, canteiros de obras... esses eram os principais. Em quase todos esses lugares a proposta da escola era bem recebida. Primeiro, devido à novidade do rádio; depois, porque o monitor representava uma garantia de apoio na hora da aula. O monitor era sempre alguém do lugar, indicado ou escolhido pelos próprios interessados.

Geralmente, os monitores eram muito bons. Além disso, contavam com a presença regular de um supervisor da equipe da SETER. Ninguém na SETER suportava esse nome ‘supervisor’, mas nunca inventamos um substituto! De todo modo, era supervisão muito mais no sentido de uma avaliação feita junto com o monitor e os alunos sobre o que estavam achando da escola: das aulas, do estudo, quais as dificuldades, as sugestões, etc.

A relação entre os supervisores e os professores era a mais estreita possível. A gente redigia a aula, mostrava para os supervisores, eles ouviam a aula lá na escola, traziam para nós a repercussão e, todo mundo junto avaliava. Então, era um trabalho apaixonante para todos, gostava quem redigia as aulas, gostava quem fazia a supervisão, gostava quem era aluno, gostava quem era monitor.

A divisão de trabalho nada tinha de hierárquica, a começar pela própria diretora, Heloisa Tibau Guimarães. Era uma pessoa magnífica, de uma simplicidade extraordinária. Poucas pessoas eu conheci com tamanho sentido de justiça e de solidariedade.

“ENTENDER MELHOR A REALIDADE”

Você era responsável por alguma parte específica?

Eu era responsável por aquelas aulas que levavam o nome de ‘educação para a transformação’.

Isso foi até quando?

Eu entrei na SETER logo depois que ela foi criada, em 1961, e fiquei até o fechamento, em 1964. Foi um período de intensa ebulição social e política no país, e tudo isso repercutia dentro da SETER. O movimento estudantil ampliou muito a sua atuação. Com a criação dos CPCs (Centro Popular de Cultura), a UNE estendeu as suas atividades e as suas preocupações culturais e educativas. Os encontros nacionais e regionais sobre alfabetização de adultos e cultura popular começaram a tomar vulto. Paulo Freire ganhou o país com a

sua crítica à ‘educação bancária’ e a sua proposta de uma alfabetização libertadora, uma educação como ‘prática da liberdade’.

A verdade é que esse tempo de efervescência crescente trouxe para a SETER alguns desafios novos. Nos primeiros anos, a perspectiva do nosso trabalho era um mundo de justiça para todos, onde todos pudessem ter salários capazes de garantir uma vida digna para toda a família. Para nós, era fundamental a questão do respeito aos trabalhadores e aos seus direitos. Nenhum de nós era anticomunista, embora ninguém tivesse uma formação teórica que lhe permitisse dizer por que não era. Só que, com o crescimento das discussões nos movimentos sociais, outros elementos começavam a entrar nos debates. E isso a gente percebeu sobretudo com a vinda de Madel, Rogério e Terezinha, que passaram a fazer parte da equipe a partir de 1962 - se me lembro bem. Todos os três eram recém-formados na Faculdade de Filosofia da UFRJ e, portanto, participantes de todo aquele dinamismo que se dava no meio estudantil.

Entrando na SETER, eles trouxeram uma contribuição muito grande para a nossa reflexão teórica e para a nossa participação nessa movimentação social. Por um lado, quando era para a SETER ir participar num encontro maior de alfabetização de adultos ou sobre cultura popular, onde estavam presentes os mais diversos movimentos, como UNE, JUC, PCB, AP, UBES, etc., normalmente, quem ia pela SETER era Madel ou Rogério. Porque a equipe não tinha todo esse preparo. Eu, por exemplo, entendia, acompanhava, ia tomando as minhas posições... mas enfrentar uma discussão teórica naquela ocasião!? Nem pensar! Por outro lado, e por isso mesmo, uma grande contribuição deles foi também para a própria equipe da SETER – isto é, foi obrigar a gente a ler, refletir, ver que o problema não era uma questão apenas de salário.

Enfim, não bastava ‘querer’ um mundo melhor. Como disse o Jether, alguns anos mais tarde, ‘se você quer mudar a realidade, tem que entender melhor a realidade’. Eu me lembro da última reunião de monitores que fizemos na SETER, em fevereiro de 1964. Foram todos os monitores de todas as escolas. E, dessa vez, a primeira discussão foi sobre ‘análise da realidade’. Análise da realidade do mundo capitalista. Foi uma discussão muito bonita, coordenada pela Madel, com a participação de todos, supervisores, professores e monitores. Todo mundo saiu revigorado para continuar o trabalho.

O CONTEXTO DA ÉPOCA: ANOS PRÉ-64 E O GOLPE

E aí, em março, veio o Golpe civil-militar: foi um desastre!

Na verdade, ninguém de nós esperava, embora não por falta de indícios. Por exemplo, ao longo de 1963, por várias vezes recebemos a visita de alguém do

IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) ou do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que tomava conhecimento do trabalho da SETER, ou de algum vereador da direita católica. iam lá tentar nos convencer do perigo comunista que rondava o país e insistiam na necessidade inadiável da gente colocar o trabalho da SETER na linha de uma cruzada anticomunista. Conosco não tiveram sucesso...

O Golpe levou ao fechamento da SETER. As verbas federais e estaduais, que financiavam o projeto, foram imediatamente cortadas e, além disso, o risco da repressão chegar até nós e atingir também os monitores era uma ameaça de todos os dias. Não tínhamos como continuar. Foi uma tristeza, que doeu fundo em todos nós!

Pessoalmente, a SETER foi um trabalho que me possibilitou começar a construir uma opção política mais articulada, mais afirmativa, mais assumida. Acho que naquele tempo eu compreendi que militância política é o grande amor que você tem pelo que faz junto com os outros, na luta por uma sociedade justa e digna para todos. E, por isso, a esperança não morre, mesmo quando às vezes é uma esperança apenas no que parece ser uma gota d'água. Mas não morre.

NOVAS PARTICIPAÇÕES E A RESISTÊNCIA À DITADURA

Onde você foi trabalhar depois?

Fui trabalhar no MEC, eu e Margarida, que também trabalhou comigo na SETER. No MEC, fomos para um programa de educação supletiva de nível médio que também utilizava o rádio. O programa era coordenado pela Janete, a quem eu já conhecia desde os tempos de JEC (Juventude Estudantil Católica). Sabíamos que todo cuidado era pouco. Como era um programa nacional, logo descobrimos algumas pessoas conhecidas nas equipes locais de alguns estados; a maioria era de pessoas que tinham trabalhado no MEB (Movimento de Educação de Base), da CNBB, e que, como nós, tiveram que buscar outro lugar. No começo, ainda tentamos aproveitar alguns encontros regionais e nacionais, promovidos pelo programa, para discutir algum tema interessante sobre educação de adultos. Mas nem isso foi possível, logo fomos denunciadas ao diretor, entre outras coisas, porque, num dos encontros, usamos a palavra 'conscientização'... que era proibida! O diretor nos chamou: 'De agora em diante estão proibidas de fazer qualquer coisa a não ser administrar o programa, e mais nada. Não podem conversar com mais ninguém'.

Margarida e Janete saíram logo depois, eu ainda fiquei por algum tempo. Essa nova situação, porém, não me impediu de participar das manifestações públicas de resistência à ditadura. Foi assim no enterro do estudante Edson Luís, no início de 1968, que seguiu em cortejo a pé, da Cinelândia, no centro

da cidade, até o Cemitério São João Batista, na zona sul. Um momento forte e emocionante, de reação e resistência à repressão que vinha crescendo a cada dia. Em junho, teve a passeata dos 100 mil, um dia inteiro de manifestações intensamente participadas... Unindo todo mundo havia como que uma corrente muito forte de solidariedade. Nessas e em várias outras ocasiões, com outros colegas do MEC, saíamos do trabalho discretamente e íamos nos juntar aos milhares de pessoas que estavam nas ruas.

Mas evidentemente, o MEC, agora mais do que nunca, era apenas um lugar onde eu estava empregada. Em dezembro de 1968, foi decretado o AI-5 e a repressão aumentou muito. A militância tinha que ser por outros caminhos.

ECUMENISMO E A OPÇÃO PELOS POBRES

Aí é que entra a minha participação no CEI (Centro Ecumênico de Informação). Era um ecumenismo comprometido com a justiça social. As atividades e programas do CEI eram diversas; entre eles, o programa de educação, que foi onde eu mais participei. O objetivo deste programa era contribuir sobretudo para o processo de formação dos agentes de pastorais populares das igrejas protestantes e católica. É bom lembrar que, de 1962 a 1965, foi realizado o Concílio Vaticano II, da Igreja Católica, que teve uma grande influência na vida da igreja. Mesmo sem ser algo unânime, aqui no Brasil e na América Latina, de um modo geral, ele trouxe uma abertura enorme para o social, na linha de uma opção preferencial pelos pobres. Não foram poucas as congregações e ordens religiosas que, a partir de então, se definiram por uma atuação nessa perspectiva. Não foram poucos os padres, freiras e também leigos que decidiram se inserir nas favelas, nas áreas rurais, nas periferias. Com eles, o trabalho de pastoral popular ganhou um compromisso e uma atenção cada vez maior. Eram muitos os que buscavam entender melhor o mundo popular e fazer de fato alguma coisa na linha da justiça e da promoção de uma vida digna para todos, por mais simples e discreto que fosse o seu trabalho.

O programa de educação do CEI procurava ir ao encontro dessas preocupações. O trabalho era realizado sobretudo em encontros e reuniões para os quais o CEI era chamado a colaborar. Em geral, eram reuniões e encontros promovidos por agentes de pastoral popular interessados nesse tipo de discussão e reflexão, alguns com a cobertura oficial da igreja, como o Instituto Nacional de Pastoral (INP) e outros semiclandestinos mesmo.

Tenho ainda, bem viva na memória, a preocupação do Jether, diretor do CEI, que, como bom professor de sociologia, definia assim essa colaboração do programa: 'Se queremos trabalhar com o povo, temos que entender melhor a realidade do povo. E para isso é preciso ter elementos teóricos. Não adianta

só falar que a realidade é injusta e opressiva; igualmente importante é o ‘como’ entendê-la: é necessário um método de análise da realidade. É necessário aprimorar o ‘ver, julgar e agir’. Daí que a prioridade do programa de educação do CEI era contribuir para o acesso dos agentes de pastoral a um método dialético de análise da realidade que ajudasse a um entendimento maior do capitalismo e das suas estruturas de opressão e desigualdade social. Eu fazia parte da equipe organizada pelo CEI para levar adiante este programa.

Nessa ocasião, me chegou às mãos o livro de Marta Harnecker, da editora Siglo XXI: *Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico*. Foi um achado na época! Uma pérola de apresentação pedagógica! Pelo menos, foi o que pensamos na ocasião. Logo me dediquei a traduzir para o português, dando uma versão ainda mais didática do que o original espanhol. O padre Paiva, do INP, imprimiu como apostila dos cursos e encontros, deu o título de ‘Método Psicossocial’ e espalhou pelos interessados. Foi um sucesso! ... Com o tempo, porém, fomos desenvolvendo mais a nossa análise e sobretudo nos demos conta da necessidade de um senso crítico mais atento à complexidade da história!

A MULTIPLICAÇÃO E O DINAMISMO DOS AGENTES

Mas o importante mesmo deste tempo, a meu ver, foram os inúmeros agentes de pastoral popular, religiosos e leigos, que começaram a aprofundar o seu trabalho junto às classes populares. As iniciativas foram ganhando dinamismo: grupos de jovens, grupos de mulheres, comunidades de base, participação nas lutas dos bairros, das associações de moradores, nas lutas dos posseiros rurais, grupos de reflexão, alfabetização de adultos, abaixo assinados por melhorias... Enfim, uma diversidade de iniciativas nos mais diversos lugares. Eram como sementes anônimas da força, da coragem, da perseverança, que germinavam nos mais diferentes pontos deste país, na luta por um mundo de justiça e de liberdade para todos. E que, às vezes, confluíam em manifestações mais visíveis como tantas mobilizações, de moradores a prefeituras, para reivindicar melhorias e direitos. Outras vezes, refluíam para um curso silencioso, mas sempre vivo, sempre em movimento. A ditadura não conseguiu matar o movimento popular.

Quem mais participava no programa de educação do CEI?

A Eurípedes, que era mais conhecida pelo apelido carinhoso de Filhinha; Diana Cunha, Paulo Cesar Botas, Carlos Brandão, José Peixoto, José Inácio, Zilá Borges. Entraram depois o Beto Ricardo, você (José Ricardo). Não sei se lembrei de todos.

Todos trabalhavam no CEI?

Nós não trabalhávamos no CEI. Nós nos reuníamos para preparar esses encontros solicitados ao CEI. Era um trabalho feito em fim de semana ou à noite. Não era totalmente clandestino, mas também não era público; era algo sempre cuidadosamente discreto. Em certos encontros, a depender da conjuntura do momento, alguns de nós trocavam o nome e adotavam um codinome.

Os encontros, em geral, eram realizados nos fins de semana ou feriados, para dar tempo de viajar. Eu, por exemplo, nunca faltei ao trabalho no MEC e nem cheguei atrasada por causa de alguma dessas viagens; até mesmo por uma questão de segurança!

Por que você saiu do MEC?

Eu saí em 1971, em parte porque não aguentava mais, em parte também porque a situação foi ficando meio esquisita; você vê que está na hora de sair... É que, além da atividade no CEI, eu tinha também uma atuação de apoio aos muitos que necessitavam de ajuda para não serem presos, para saírem do país, para continuarem vivos. E isso, de algum modo, oferecia riscos que você nem sempre podia controlar... Muitas vezes, vendo alguém da segurança do MEC entrar na minha sala, eu pensava: chegou a minha vez... Felizmente não chegou! Mas, em 1971, achei que estava na hora de sair.

Coincidiu também que, nessa época, Aída Bezerra chegou ao Brasil e veio morar no Rio, depois de ter concluído um curso de sociologia em Paris. Ela tinha sido da equipe do MEB-Pernambuco e trazia uma vasta experiência de trabalho no mundo rural. A gente já se conhecia desde antes do Golpe.

De volta ao Brasil, ela trouxe um projeto de pesquisa sobre *Tipologia de Educação de Adultos no Brasil*. É bom esclarecer que, naquele tempo, não usávamos o nome 'educação popular'. Era importante não levantar suspeitas... Por isso, a preferência era falar em 'educação de adultos', 'educação para o desenvolvimento', ou algo parecido. Bom, este projeto trazido por Aída já estava aprovado e financiado por uma agência de cooperação canadense, e ela me convidou para trabalharmos juntas.

Esta pesquisa nos levou a fazer umas tantas viagens a lugares de quase todas as regiões do país, para entrevistar pessoas e grupos envolvidos com práticas de 'educação de adultos', na linha daquelas a que já me referi antes: trabalhos nos bairros populares e em áreas rurais, com grupos de jovens, de mulheres, operários, posseiros, etc. Muitos desses grupos e trabalhos nós já conhecíamos das nossas respectivas atividades anteriores, ela pelo MEB, eu pelo CEI. E isso nos permitiu constatar de perto uma situação que já vinha de mais tempo, conforme transparecia em muitos encontros do CEI, mas que agora tinha se

transformado numa grande angústia. A maioria dos grupos visitados era unânime: ‘Não aguentamos mais esse isolamento, estamos precisando de um lugar onde a gente possa se encontrar para discutir com confiança uns nos outros, discutir sobre o que estamos fazendo... Será que estamos indo na direção do que queremos? Como avaliar? De repente, não é nada disso!?’ Enfim, era toda aquela dificuldade de troca de experiências e de comunicação que depois do AI-5 tinha ficado quase inviável.

Na verdade, hoje, para entender melhor essa situação, a gente tem que se lembrar que naquele tempo não havia nem computador, nem *internet*, nem correio eletrônico, nem *Facebook*, nem celular, nem *Ipod*... O noticiário de TV e rádio era censurado. Toda comunicação era feita através do correio, por telefone ou... pondo o pé na estrada. Então as pessoas se comunicavam, sim, mas sentiam o peso de passarem um longo tempo ilhadas nos seus trabalhos e discussões, ainda mais no interior de todo esse país.

Essa constatação veio confirmar a importância de um outro projeto que chegou a nós naquela ocasião. Bem-vindo projeto! Era para a realização de um seminário nacional. Foi trazido por Henryanne de Chaponay. Ela era do *Comité Catholique contre La Faim et pour le Développement*, uma agência de cooperação francesa que, entre outras, deu um grande apoio aos projetos educativos e sociais de resistência e combate às ditaduras.

O projeto de seminário trazido por ela era patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que a encarregou de realizá-lo em três países da América Latina, mas acho que aqui não é o caso de entrar em detalhes sobre isso. Basta dizer que, no Brasil, o objetivo era realizar um seminário reunindo agentes de trabalhos populares, ou melhor, de educação de adultos. Henryanne já conhecia Aída desde quando ela esteve em Paris, e pediu que ela se encarregasse de organizar a equipe responsável pela preparação e realização do seminário. Eu fiz parte dessa equipe.

O seminário foi realizado em São Paulo, em dezembro de 1972. Dele participaram muitas daquelas pessoas e grupos a quem já conhecíamos de trabalhos e de contatos anteriores. Foram aproximadamente 40 participantes de todo o país. O encontro foi considerado tão bom e oportuno que todos foram unânimes em reivindicar um segundo seminário para dali a um ano, o que veio a acontecer em dezembro de 1973, em Salvador, na Bahia. E foi também por reivindicação dos participantes destes seminários que nasceu o NOVA, com a missão de levar adiante o processo iniciado em dezembro de 1972. Ou melhor, o NOVA (Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação) foi criado como um espaço de discussão e troca de experiências entre agentes de educação. Em junho de 1973, Aída, Letícia, Jorge, Ivandro, István e eu formamos a primeira equipe. Em 1975, vieram Regina, Pedro e Bernard.

O TRABALHO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM TEMPOS DE REPRESSÃO

Qual a relação do NOVA com as organizações clandestinas?

Na verdade, nós sabíamos que o NOVA era uma casquinha de noz, por isso procuramos nos cercar de alguns cuidados. O principal deles foi a decisão que tomamos de manter o NOVA desvinculado de qualquer organização partidária clandestina. Então, individualmente, você podia ter a participação que quisesse, na organização política da sua escolha, mas não podia envolver o NOVA na atuação dessa organização.

Por que não misturar?

Em primeiro lugar, porque abominávamos o aparelhamento das instituições e a manipulação das pessoas. Longe de nós chamar a pessoa para uma coisa que, no fundo, não era bem aquela que estava sendo falada, mas sim uma outra que não podia ser falada.

Além disso, havia também uma questão de segurança. Era tudo muito vulnerável. E, nesse ponto, acho que nós tivemos muita clareza. Desde o início, combinamos o seguinte: 'O NOVA não tem nada a ver com as escolhas ou ligações partidárias de cada um. O NOVA não é um 'aparelho' partidário, é uma instituição de educação que tem um alinhamento político sim. Mas não vamos confundir as coisas. Não somos correntes de transmissão de nenhum grupo partidário'. Mais tarde, pudemos comprovar que essa foi uma decisão sábia.

AS PRISÕES

Vocês foram presos ou tiveram problemas com a repressão?

Desde 1971, eu participava de uma organização política chamada Movimento Popular de Libertação, o MPL. Na verdade, o MPL não chegou a ter muita influência na minha atuação, mas eu sentia falta de me manter ligada a uma organização que de algum modo ajudasse a pensar e a discutir uma estratégia política mais ampla de transformação social. Foi uma tentativa.

Em janeiro de 1974, começaram as primeiras prisões de participantes do MPL; primeiro, em São Paulo, logo a seguir, no Rio. Aída e Letícia também faziam parte e, no Rio, Letícia foi a primeira a ser presa e levada para o DOI-CODI. Aída e eu fugimos na mesma noite e ficamos quase seis meses 'fora do mundo'. Nesse meio tempo, contamos com o apoio de vários amigos, entre eles pessoas da minha família. Alguns a gente nem conhecia, eram amigos de amigos. São pessoas de quem você não esquece nunca!

A polícia foi atrás de nós várias vezes, na minha casa, na casa de Aída, no NOVA. Logo procuramos um advogado que nos aconselhou a esperar, antes de tomar qualquer decisão. Juridicamente ainda não havia nada a fazer.

A partir de maio, quase todos os companheiros que foram presos já estavam soltos, depois de muito torturados. Em fins de maio, soubemos que ia ser decretada a nossa prisão preventiva. Aí a coisa mudou de figura. Tínhamos que tomar uma decisão: ou fugir para o exterior, ou ficar fugidas no país por um tempo indeterminado, à espera que o processo fosse julgado, sabe-se lá Deus quando! E, ainda assim, com o risco de sermos condenadas à revelia como foragidas. Ou então, além destas alternativas, a experiência do advogado Artur Lavigne, apontava ainda uma terceira: como nas acusações que pesavam sobre o MPL não acharam nenhuma prova material, uma outra alternativa, no nosso caso, seria a gente se apresentar diretamente ao coronel encarregado do IPM (Inquérito Policial Militar), sem passar pelo DOI-CODI. Claro, o advogado foi muito franco: com a experiência que ele tinha e as informações que pode recolher, nada indicava que a gente ainda fosse submetida a torturas, mas sempre havia o risco... ‘Vocês topam?’ ... ‘Topamos’. E assim foi. Valeu a pena correr o risco! Ficamos presas, fomos interrogadas durante 15 dias; e depois voltamos ao ‘mundo’. Isso foi em junho de 1974.

O julgamento só veio a acontecer em 1978, ou seja, quatro anos depois das primeiras prisões e de decretada a prisão preventiva dos foragidos.

Você foi condenada?

Não. Quase todos foram indiciados, mas ninguém foi condenado.

As prisões tiveram alguma repercussão no NOVA?

Durante todo o tempo da nossa ‘ausência’, o NOVA manteve as portas abertas todos os dias. Jorge e Ivandro ficaram lá, sem arredar o pé, garantindo aquilo que nos unia e que, com certeza, era muito mais do que apenas a legalidade de uma instituição. Volta e meia, a polícia ia até lá à nossa procura, e eles tranquilamente diziam que estávamos de férias...

Quando fomos soltas e voltamos a trabalhar, estávamos ‘livres’, mas indiciadas num processo da Justiça Militar, sem prazo de encerramento. Por isso, para dar continuidade às atividades do NOVA (que na verdade mal tinham começado!), achamos que o mais prudente era ninguém ter qualquer ligação partidária, pelo menos naquele entretempo.

Isso não significava, porém, ter que ficar solta no ar. Para mim, por exemplo, teve particular importância um grupo do qual eu comecei a participar, mais ou menos em fins de 1974. Um grupo onde havia estudo, troca de experiências, análises de conjuntura, reflexão crítica das nossas propostas e estratégias de

atuação. As pessoas que participavam tinham experiências e militâncias diversas – de fábrica, de atuação sindical, de escola pública, de educação popular. Juntos, a gente ia construindo e reconstruindo referências importantes para a nossa compreensão da realidade daqueles tempos e para a atuação de cada um. Tudo num clima de extrema fraternidade. Esse grupo significou uma contribuição preciosa e decisiva na minha caminhada. Inclusive o meu trabalho no NOVA teve muito a ganhar com esta minha participação.

Dá uma ideia do trabalho do NOVA.

Na linha do que foi apontado pelos participantes dos seminários de 1972 e 1973, a prioridade do NOVA era o trabalho com agentes e grupos que desenvolviam trabalhos de educação popular. Nesta linha, decidimos que as principais atividades seriam assessorias, seminários e publicações.

No início, as publicações eram muito mais um desejo do que uma possibilidade imediata... a repressão não dava trégua. Nossos primeiros artigos foram publicados na revista do CEDI, da qual recebemos a maior força e a melhor acolhida. Depois, a partir de 1976, ousamos começar uma coleção editada pela Vozes: *Cadernos de Educação Popular*.

As assessorias eram nossa principal atividade. Tinham o sentido de uma reflexão crítica conjunta, quer dizer, uma reflexão crítica com o grupo que pedia de nós uma ajuda na discussão e avaliação do seu trabalho. Não era uma palestra. O ponto de partida era as questões que o pessoal trazia. Talvez, por isso, gostavam tanto.

As assessorias eram sempre no lugar de atuação do grupo. Isso nos possibilitou conhecer grupos e trabalhos em locais os mais diversos deste país. Quase sempre chegávamos três ou quatro dias antes do encontro propriamente dito, para poder conhecer melhor a realidade local: os moradores, as atividades do grupo, os movimentos, as histórias, etc.

A mim isso deu uma riqueza enorme, sob vários pontos de vista, cultural, ético, social, político.

Não sei dizer quantas assessorias o NOVA realizou, mas acho que eram, no mínimo, seis por mês. Das regiões do país, o norte e Mato Grosso foi onde menos estivemos, devido ao preço das passagens, que eram bem mais custosas.

Entre as outras regiões, eu, pessoalmente, trabalhei bastante no Nordeste, com diversos grupos.

O CEAS

Com o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social de Salvador - Bahia) eu diria que desenvolvi uma parceria muito especial. Tínhamos muitos pontos

em comum. Com eles, e também com a CPT-Bahia, lembro bem que aprofundamos juntos uma reflexão preciosa sobre o sentido pedagógico e político do ‘trabalho de base’ ou ‘na base’, que era uma prioridade na atuação de cada um deles e também de muitos outros grupos. O que nos movia não era uma preocupação piegas nem populista, pelo contrário! ... Houve discussões riquíssimas. Só um exemplo: ‘partir das bases’ significa ouvir o povo, deixar falar, conversar e discutir, valorizar a sua experiência, o seu saber. Mas... ‘partir das bases’ para chegar aonde? Trata-se de um artifício pedagógico?’ A preocupação comum era fortalecer o protagonismo popular na transformação social. Daí o sentido de um ‘trabalho de base’ como espaço em que ‘as bases’ possam se construir como sujeito social, criador crítico das suas formas de organização e das suas propostas. ‘Partir das bases’ no sentido de que o povo traga o seu pensamento, as suas propostas, a sua experiência, as suas escolhas e decisões...

O NOVA insistia muito na valorização do saber popular. Reagíamos à redução do conhecimento ao conhecimento científico. Talvez, em alguns momentos, fomos meio fundamentalistas e não deixamos suficientemente claro que o saber popular nada tem de puro, nem de autossuficiente. Mas, traduzindo numa linguagem de hoje, o que a gente tinha em vista era criar e desenvolver uma pedagogia capaz de valorizar e fortalecer a participação popular na construção de caminhos para ‘um outro mundo possível’, um mundo de ‘bem viver’, ‘de vida digna para todos’, ‘um socialismo democrático’.

Olhando os anos de trabalho durante a ditadura, o que você percebe? Foi possível levar adiante alguma coisa dessa construção?

Em todos os lugares, havia repressão, o clima era de repressão. Mas, dentro mesmo deste clima, você via surgir uma multiplicidade de práticas as mais criativas e diversas. Desde locais de encontro e troca de experiências onde as pessoas tinham possibilidade de contar e discutir seus problemas, até iniciativas em conjunto por melhorias no bairro ou no trabalho. Foram crescendo reivindicações por escola, saúde, creches, salários; muitas vezes eram os próprios interessados que tomavam eles mesmos a iniciativa de construir ou inventar respostas para as suas reivindicações.

No campo, entre os posseiros e pequenos proprietários, havia diversas formas de resistência aos poderosos da terra que queriam expulsá-los de suas posses. Depois, o MST veio fortalecer e ampliar muito esse movimento. As Oposições Sindicais Metalúrgicas foram um movimento de grande apoio às lutas operárias, sobretudo ao fortalecimento das lutas no chão de fábrica. Tinha as escolas de trabalhadores que resistiam ao ensino profissional fragmentado e monopolizado pelos empresários.

Enfim, o que eu posso dizer não passa de alguns exemplos. Mas eu diria que, por baixo do pano, havia como que um rumor surdo e anônimo de ‘um outro mundo’ em construção, desde aquela época... descontínuo, frágil, limitado, mas, de algum modo, em movimento.

AS ESCOLAS DE TRABALHADORES

O que eram as escolas de trabalhadores? Eram atividades de educação operária?

As escolas de trabalhadores eram iniciativas de formação profissional criadas em vários estados por grupos de operários ou por associações em que eles se apoiavam. A maioria foi criada nos anos 70, cada uma no seu canto, sem grandes alardes: em Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre. A partir de 1979, com a ajuda de diversas intermediações, entre as quais o NOVA, algumas delas começaram a se reunir regularmente em seminários anuais. Em 1989, resolveram dar uma formalidade maior à sua união enquanto expressão de uma proposta de educação para cidadãos trabalhadores, e se constituíram num Conselho de Escolas de Trabalhadores (CET). Em 1995, o CET elaborou a sua plataforma de educação para cidadãos trabalhadores.

O CET nunca foi um grupo fechado, e as escolas sempre foram autônomas entre si. Mas tinham em comum alguns objetivos. O que as aproximou, desde o início, foi a recusa de formar mão de obra conforme os interesses e necessidades dos patrões ou do seu mercado. O objetivo era possibilitar aos trabalhadores uma educação de qualidade na qual ‘formação profissional’ significasse a apropriação e o desenvolvimento crítico dos conhecimentos técnicos e científicos necessários ao seu trabalho; e que fosse também uma educação política do cidadão trabalhador, crítico, preocupado em compreender a realidade do nosso tempo, solidário e comprometido com as lutas e iniciativas dos trabalhadores.

A minha participação em toda essa experiência se tornou maior a partir de 1979, no Primeiro seminário das escolas; e a partir daí foi contínua.

A pedido das próprias escolas, eu e o Xico Lara, que já participávamos de outras iniciativas e atuações aqui no Rio e na Baixada Fluminense, formamos uma espécie de núcleo encarregado de preparar e organizar os seminários anuais. Além disso, a gente se encarregava também de subsidiar regularmente as discussões e reflexões levadas em cada escola. Dávamos uma atenção grande às análises de conjuntura, sobretudo porque a realidade se tornava cada vez mais complexa...

Em 1980, pouco depois do segundo seminário, organizamos um debate entre alguns participantes das escolas, para aprofundar a discussão sobre uma das questões da maior preocupação de todos: ‘A dimensão política da formação

profissional', e depois, publicamos na revista *Cadernos do CEDI*, editada pelo CEDI. Eu diria que esta reflexão permanece atual até hoje.

Mas, além de participar no nível do CET, isto é, do conjunto das escolas, eu tive uma participação mais intensa no CADTS (Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social), que era uma escola de trabalhadores situada em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Isso para mim foi muito importante. O CADTS era como uma referência concreta para a minha atuação no CET, e também em outras iniciativas. No CADTS, eu podia participar na realização concreta das propostas discutidas nos seminários, e que, depois, vieram a compor a plataforma de educação do CET. Eram propostas que, por sua vez, tinham nascido no chão de cada escola: a superação da dicotomia entre técnica e política, a gestão democrática e coletiva da escola por todos, monitores e alunos, a criação coletiva do saber em cada oficina e em cada sala de aula; e, sobretudo, a construção da solidariedade em todas as relações entre as diversas pessoas que participavam da escola. A prática da colaboração e do companheirismo era o 'modo de ser' do CADTS: no estudo, no zelo pelo que era de todos, nos debates sobre a realidade, nas relações com os movimentos e lutas dos trabalhadores. E também no modo de enfrentar e resolver as brigas, os conflitos, as diferenças e as divergências, que não faltavam nunca!

O CADTS foi uma das experiências mais ricas e mais marcantes que eu tive no meu trabalho.

INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR

Isso foi em meados da década de 1980? De que maneira a crise econômica desses anos se refletiu na sua atuação?

Nesse tempo, os problemas gerados pela conjuntura econômica, em especial, o aumento do desemprego, agravaram muito a vida dos trabalhadores. Cada vez mais esta situação, no dia a dia, aumentava a sua preocupação e a sua insegurança. Por volta de 1982, em conversa com o Xico Lara, achamos que valia a pena reunir alguns operários para saber diretamente deles a explicação que tinham para a crise. Como a realidade industrial e operária era muito diversificada, realizamos oito encontros: nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Discutimos a proposta com amigos que tínhamos em cada um desses lugares, e eles se encarregaram de organizar os encontros com os operários possivelmente interessados. Eu e o Xico participamos de todos os encontros e anotamos todas as discussões.

Olha! ... as análises feitas pelos operários trouxeram uma riqueza enorme de percepções, de detalhes, de informações! Inclusive, segundo o depoimento

de muitos deles, no final das discussões. Para eles mesmos, ‘foi muito importante conversar sobre tudo isso’. Nós trabalhamos um pouco as falas, digitamos sob a forma de apostilas e reenviamos para os diversos grupos. Depois, publicamos na coleção *Cadernos de Educação Popular*, editada por NOVA/Vozes.

Ao mesmo tempo, esses encontros com os operários confirmaram um outro desafio que já vínhamos percebendo: a importância de aprofundar a discussão e a troca de experiências entre iniciativas de economia popular que, naquela conjuntura, estavam se multiplicando em quase todo o país.

Neste caso, o CADTS deu o primeiro passo, acompanhado do NOVA: em 1985, realizaram um seminário reunindo pessoas e grupos de vários estados - Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo. Suas produções eram diversas: calçados, bolsas, brinquedos pedagógicos, muitos deles feitos com material reciclado recolhido nas comunidades, roupas, enxovais para recém-nascidos, utilitários para uso doméstico, equipamentos agrícolas para a agricultura familiar, móveis, etc. As produções eram diversas, mas todas pautadas nas necessidades e na vida dos trabalhadores e suas famílias, e não no lucro privado de uma minoria. Isto ficou bem claro nas discussões do seminário.

São apenas pequenos exemplos. Eles se inscrevem nas discussões que começavam a se desenvolver naquele tempo, sobre os caminhos para a construção solidária de uma economia popular na perspectiva de uma outra economia, uma economia de inspiração socialista.

DESAFIOS NOVOS

A partir do final dos anos 80, que novos desafios se colocaram para você?

Os tempos são outros. Muita coisa mudou no Brasil e no mundo ao longo destes anos. Por exemplo, o capital financeiro e a ideologia neoliberal dominaram o planeta como um todo e controlam todos os caminhos que visam levar à igualdade social e fortalecer a solidariedade humana. Fico pensando, cada vez mais, que para construir alternativas concretas para uma nova sociedade, um grande desafio passa hoje pela necessidade de desvendar muito melhor estas mudanças e seus entrelaçamentos nas diversas dimensões da vida. A meu ver, este é um dos grandes desafios que, entre outros, enfrentamos nos tempos de hoje. E que exigem o aprofundamento de uma reflexão crítica continuada.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 04/10/2012,
por José Ricardo Ramalho, Neide Esterici e Francisco Lara.

Francisco Lara

RELAÇÕES FAMILIARES

Sou de uma família mineira. Meu pai foi nascido e criado em Resende Costa, município desmembrado de Tiradentes, Minas Gerais, no início do século passado (1913), quando ele já tinha 11 anos. Sua família era muito considerada na cidade, porque ligada aos donos de fazendas mais antigas da região. Entre os antepassados consta até a figura do inconfidente José de Resende Costa, que morreu no degredo, na África. Apesar disso, na geração de meu pai, quase já não possuíam mais terras: faziam parte de uma antiga oligarquia rural, agora em decadência.

Minha mãe era natural de São João Del Rey, filha de um comerciante meio aventureiro que mexia com mineração. Perdeu a mãe e o irmão mais velho com a gripe espanhola quando ainda era menina, e teve de enfrentar muitas dificuldades no início da vida.

Qual era a atividade dos seus pais?

Meu pai trabalhou a vida toda como dentista, além de exercer um cargo na Justiça: foi escrivão do crime na comarca de Resende Costa. Minha mãe formou-se no curso normal e foi designada para lecionar em uma escola primária em Resende Costa, quando conheceu meu pai. Depois de uns dez anos de casados, já com sete filhos, a família mudou-se para São João Del Rey, quando eu tinha uns 4 ou 5 anos. Fomos de uma cidade menor, mais interiorana, para outra mais desenvolvida, e reconhecida como uma cidade histórica. De início fomos morar num bairro fabril. De manhã éramos acordados pelas sirenes das fábricas, em sua maioria de tecidos. Foi um recomeçar a vida - um baque forte para a família.

Por quê? Problemas financeiros?

Mais que problemas financeiros, questões de ordem familiar e também por motivos políticos. Na verdade, nunca soube muito a respeito destes assuntos de família. O que me lembro é que na época os salários demoravam meses para serem pagos, de modo que o dinheiro era coisa rara. Vivíamos dependurados na caderнета do armazém e o aluguel muitas vezes era pago com atraso. A vida era difícil, mesmo porque eram muitas bocas para se alimentar. Só mais para o final da vida meu pai conseguiu comprar uma casa para a família em São João Del Rey.

VIVÊNCIA RELIGIOSA E OPÇÃO DE VIDA

O curioso é que, tendo tido uma vida em tudo semelhante à de meus irmãos, eu tenha feito uma escolha bastante diferente da deles, do ponto de vista político e de inserção social. É como se eu tivesse vivido a mesma história, mas pelo outro lado. Meus pais eram católicos muito fervorosos. E, na época, mais que uma cidade, Resende Costa era como se fosse um mosteiro - da igreja, situada no alto da colina, o padre era quem dominava toda a cidade, com mais autoridade do que o prefeito. Era, ao menos, como víamos.

Certa vez, apareceu por lá um casal - acho que da Assembleia de Deus -, pretendendo iniciar uma missão protestante. Logo que a notícia se espalhou, o povo todo se juntou - conforme contam -, na frente da pensão onde o casal estava hospedado, querendo linchá-los. Uma cena muito triste. Meu pai foi um dos que conseguiu acalmar o povo e acompanhar o casal em segurança, para fora da cidade.

Meu pai era vicentino e, em São João Del Rey, visitava as famílias pobres nos arredores da cidade. Fui com ele muitas vezes nessas visitas. Assim fiquei conhecendo desde cedo o avesso da cidade, ou seja, os lugares onde viviam os 'pobres', que eram, sobretudo, os descendentes dos antigos escravos, em condições muito precárias. Também em São João minha mãe dava aula numa escola da periferia, para crianças destas famílias mais pobres. Em casa ela tecia muitos comentários sobre as condições de vida dos seus alunos, não poupando comparações. Ora, isso tudo foi construindo dentro de mim uma percepção da ligação entre aquela religiosidade familiar e a realidade social daquele mundo de pobreza vivido nas periferias, o que se aprofundava ainda mais com a celebração do Natal, muito cultuado pela família. Estas vivências é que foram se acumulando e sedimentando como que um chão para as escolhas futuras.

Você é o mais velho?

Não, sou o quinto entre nove irmãos. Sou o filho do meio: são quatro acima de mim e quatro abaixo.

POLÍTICA ESTUDANTIL E TRABALHO SOCIAL

Fiz o primário em São João Del Rey, e o ginásio e o colegial aqui no Rio, no Colégio Santo Inácio. Fui do Aloisianum, que era uma espécie de seminário vocacional dos jesuítas. Morávamos numa casa bem grande, na rua Bambina, e estudávamos no colégio, que era na rua São Clemente. Bem perto, íamos a pé para a escola.

Era uma espécie de colégio interno?

Era mais que isso. Num casarão enorme morávamos uns 45 garotos ou jovens, que além de acompanhamento religioso e espiritual - pois a intenção era

de entrar para a Companhia de Jesus -, estudavam no Colégio Santo Inácio, ali perto. Cheguei, depois, a fazer o noviciado dos jesuítas, mas não segui em frente. Voltando para Belo Horizonte, fui fazer o curso de filosofia na UFMG. Naqueles anos, além de fazer faculdade, eu dava aulas para ajudar a família, atuava na política estudantil e também participava de um grupo que desenvolvia trabalhos sociais num bairro de periferia, em Belo Horizonte.

Em que período?

Isso foi em 1967 - 1968, anos de muita agitação e efervescência política, até que viesse o AI-5. Mas, como dizia, participei de um grupo de universitários que atuava num bairro operário em Belo Horizonte. Além de conviver e participar ativamente das iniciativas comunitárias e da vida das pessoas no bairro, organizava [junto ao grupo] um curso de madureza, para preparar os jovens para prestarem os exames oficiais de conclusão do curso ginásial.

Naquela oportunidade fizemos uma pesquisa para saber quais as necessidades mais urgentes sentidas pela população. Para nossa surpresa a necessidade apontada como a mais urgente não foi nem hospital nem creche, mas sim uma escola ginásial. Botamos, então, mãos à obra: conseguimos um terreno, construímos o prédio e botamos para funcionar o ginásio da comunidade. Anos depois, esta escola foi incorporada à rede pública de educação.

Quem eram essas pessoas?

Éramos um grupo de estudantes que vinham de diversos cursos: serviço social, medicina, história, filosofia... Foi neste grupo que, em 1967, fiquei conhecendo Luisa, uma pessoa muito especial e que tinha um papel destacado no grupo. Nosso casamento foi ali mesmo, no final de 1969, na igreja do bairro Primeiro de Maio, com a presença de todo o povo com quem a gente convivia.

OPÇÃO POLÍTICA ORGANIZADA

Mas antes disso, ainda em 1968, os participantes deste grupo foram buscar uma opção política mais organizada, o que acabou dividindo o pessoal entre a AP (Ação Popular) e a POLOP, na época, aliás, o POC (Partido Operário Comunista). Eu acabei indo para o POC, por buscar uma maior identificação com os trabalhadores, e porque era a organização política que apresentava, a meu ver, uma análise política e uma base teórica mais fundamentada. Nós vivíamos como em um cristianismo de fronteira, ou quem sabe, novamente nas catacumbas, só que agora de um novo tipo, no mesmo *front*, junto com todos os que lutavam por uma sociedade mais justa, e que, então, eram os perseguidos pela Justiça.

E o POC?

O POC veio da junção da POLOP com uma dissidência leninista do PCB do Rio Grande do Sul. Só que a nossa estadia no POC durou pouco. Ficaram no POC os que apoiavam a luta armada. Nós, que achávamos que a luta armada não tinha apoio da população e que o caminho era seguir no trabalho de formação e de organização dos trabalhadores, voltamos a constituir a POLOP, desta vez com o nome de OCML-PO (Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária).

E a AP?

Era uma organização construída pelo pessoal da JUC - Betinho, Luiz Alberto, e muitos outros, ainda uns dois ou três anos antes do Golpe Militar. Eu estava ainda no colégio e ouvia contar sobre eles. No início, tinham uma inspiração maior no personalismo cristão, de Emmanuel Mounier. Já lá por 1968, 1969, era grande a influência do maoísmo e pensava-se mais em uma revolução que vinha do campo para a cidade.

Mas a minha decisão foi de participar de uma política operária mais bem definida. Por isso, mesmo estando ainda na faculdade, em Belo Horizonte, minha decisão foi de trabalhar com os operários, deixando de lado a política estudantil. Por isso, além de atribuições de controle da segurança interna da organização, ia tomando contato com o mundo operário.

1968?

Em 1968, ainda estava envolvido com a política estudantil. Foi em 1969 que comecei a militar mais diretamente no meio operário. Um fato curioso: como responsável pela segurança interna do grupo, eu devia manter contato com um sujeito que era estudante de sociologia e que trabalhava no DOPS. Era nosso informante lá dentro do DOPS. Uma situação bem no limite, quase impensável para a época.

Mas de onde vem essa relação de lealdade, de confiança?

Vinha da força interior que a gente não sabia muito bem como explicar, do desejo de ver este mundo renovado, com justiça e fraternidade; da convicção de que a solidariedade é mais forte que o egoísmo, e de que, por isso, aquele desejo era capaz de unir as pessoas.

INFLUÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Antes de falar da sua atuação pelo partido, conte um pouco sobre a universidade. Algum autor, estudo, ou filósofo chamou mais atenção?

Sem dúvida, a grande influência foi do padre Vaz (Antônio Claudio de Lima Vaz), o nosso professor de antropologia filosófica, mas que dava o tom

do curso de filosofia como um todo. Diria que o seu humanismo foi que moldou a nossa leitura de Marx. Sim, porque os tempos estavam mais para Marx. Era um marxismo esquemático e ortodoxo, e tínhamos um professor de marxismo muito simpático, o professor Bicalho, que havia participado das primeiras direções da UNE na década de 1940, durante a ditadura Vargas. Neste meio tempo tivemos aulas também sobre Hegel e sobre o percurso da filosofia no Brasil, com uma professora que depois viria a fazer parte também da mesma organização política que nós - Lúcia Acerboni. Mas outros professores também foram muito importantes, como José Henrique Santos, Moacir Laterza, Armando Lopes...

Na verdade, assumi uma leitura marxista da sociedade capitalista, mas sem nenhum apego maior a um determinismo histórico mais fechado. Aos poucos você entende que se não se conta com uma fé assim mais crítica, acaba-se caindo em sucedâneos idolátricos que apenas substituem aquela religiosidade mais profunda que cada um já traz dentro de si mesmo.

O exemplo da União Soviética, dos regimes comunistas, não era uma inspiração?

Não, não era uma inspiração não. Éramos críticos do stalinismo. Mesmo se buscássemos inspiração em Lênin, aquele não era um exemplo a se seguir, de jeito nenhum. E nem o exemplo de Cuba, pois tínhamos claro que a ilha (e a sua história) não podia ser comparada à complexidade do Brasil. Sempre pensamos que devíamos responder aos desafios da formação da sociedade brasileira deixando de ser área de influência do capitalismo, senão não teríamos outro destino a não ser o do subdesenvolvimento - o desenvolvimento do subdesenvolvimento, para usar a expressão de Grunder Frank.

Quando você fala 'a gente', está falando desse grupo que se formou na universidade?

Sim, o grupo de universitários de que eu fazia parte dividiu-se em dois: parte foi para a AP e parte foi para o POC, mesmo se tínhamos um pensamento que vinha sendo construído em conjunto.

Mesmo dentro de uma e outra organização, a relação continuou de alguma forma ou...?

Por algum tempo, sim, enquanto continuávamos atuando no bairro. Mas logo as tarefas de cada organização foram se ampliando e as relações escasseando.

O movimento estudantil de maio de 1968 na França teve alguma influência em vocês?

De alguma maneira sim, sobretudo no movimento estudantil. Era um movimento de recusa ao capitalismo, que aqui tinha a cara da ditadura; de crítica dura ao estilo de vida pequeno burguês e de busca de alternativas, não só ao sistema como um todo, na perspectiva do socialismo, mas no que isto se refle-

tia na vida pessoal, em nossa vida de estudante (escolha profissional, reforma universitária, etc.) como também nas escolhas político-organizativas.

Temos de lembrar também das questões específicas que eram muito fortes, como a luta contra os Acordos MEC-USAID; a luta pela incorporação dos excedentes, os que haviam passado no vestibular, mas não havia vagas para eles; a intervenção do governo nas universidades, etc.

A BUSCA POR UM NOVO MODELO DE UNIVERSIDADE

Buscávamos a construção de outro tipo de universidade, mais democrática, em que os professores não fossem eles os donos, mas que compartilhassem com os alunos não só os conhecimentos, mas também o poder de regulação da vida estudantil. Nesta direção, no curso de filosofia, conseguimos feitos muito importantes com apoio de boa parte dos professores, sob a liderança do padre Vaz.

Os professores conservadores reclamavam muito, escandalizados: ‘Mas o poder agora vai ser dos alunos!?’ . Isto porque na reforma interna que fizemos, a cada semestre, os professores tinham que apresentar com antecedência as suas propostas de curso para o período a seguir, e os alunos é que escolhiam os cursos que faziam, compondo o seu currículo pessoal dentro das exigências mínimas estabelecidas. Além disso, os alunos podiam também buscar outros cursos correlatos dentro de toda a universidade, a fim de compor a sua grade. Isto, hoje, até parece pouco, mas naquela época...

Você entrou na universidade em 1964-65?

Formei-me no colégio em 1963; em 1964 e 1965 fiz o noviciado dos jesuítas; em 1966 comecei a fazer sociologia, na faculdade dos jesuítas, naquele tempo, na Via Anhanguera, em São Paulo. E em 1967 transféri-me para o curso de filosofia na UFMG, em Belo Horizonte, formando-me em 1969.

MILITÂNCIA APÓS O AI-5

A sua militância no partido ocorreu antes do AI-5?

Não, foi a partir do AI 5. Antes, eu atuava na política estudantil. Quando veio o AI-5, todos nos recolhemos num sítio próximo de Belo Horizonte, esperando o que iria acontecer. Aos poucos é que as atividades foram sendo retomadas, só que com um grau de preocupação e cuidado infinitamente maior.

Mas vocês já faziam o trabalho de formação antes?

Na verdade, como muitos de nós éramos professores, já fazíamos um trabalho de formação com os nossos alunos. A receptividade do povo para debater a

situação, até antes do AI 5, era muito grande. Depois, ficou mais difícil, mesmo assim, era possível, depois de criado um clima de confiança mútua. Mas sempre dentro de muita discrição e cuidado.

A DISCUSSÃO SOBRE A LUTA ARMADA

Como foi a discussão sobre a luta armada ou outra opção dentro do POC?

Isto foi no decurso de 1969, em que o partido fez a opção pela luta armada. Mas nós permanecemos no pequeno bloco, junto com Eder Sader, que insistia que o povo não estava entendendo assim, e que era importante seguir no trabalho de conscientização e organização dos operários dentro das fábricas, nos sindicatos e em seus locais de moradia.

Em 1969, tem essa opção. E você se encaminha para que tipo de trabalho político?

Bom, eu passei a me aproximar mais dos operários na Cidade Industrial. Os contatos naquela época tinham de ser muito cautelosos. Eram conversas mantidas à noite ou nos fins de semana, em visitas às casas daqueles em quem se tinha mais confiança. Produzíamos e distribuíamos panfletos e boletins com notícias que pudessem servir para incentivar as conversas.

Foi num desses encontros que tive um relato precioso de um operário que havia participado da greve da Belgo-Mineira, em 1968, quando o ministro do trabalho Jarbas Passarinho teve que ir até lá para negociar com os operários e acabou tendo que conceder um aumento para os trabalhadores de todo o Brasil.

Em meados de abril daquele ano correu, à boca pequena, que haveria uma greve no início do mês de maio. Os patrões e encarregados se prepararam para enfrentar a greve no dia marcado. Só que a greve não aconteceu. Os patrões cantaram vitória e relaxaram. Uns 15 dias mais tarde, quando já tinham levantado a guarda, aí os operários atacaram. Pela manhã, o pessoal do turno do dia entrou, mas o pessoal do turno da noite não saiu. A greve estava declarada, e os gerentes e a direção ficaram trancados nos escritórios. A fábrica foi cercada pela polícia, que ameaçava invadir. Acontece que, dentro do galpão onde funciona a trefilaria, tinha uma bomba de gasolina para abastecer os veículos dentro da fábrica. Diziam que a bomba ficava dentro do galpão para não poder ser vista em caso de algum ataque aéreo, já que a planta foi construída durante a guerra... [...] Na boca do tanque de gasolina, um grupo de operários com uma caixinha de fósforos na mão ameaçava explodir o tanque e fazer voar a usina pelos ares, caso a polícia desse um passo que fosse para dentro da fábrica. A negociação foi feita com a direção do sindicato dos metalúrgicos, que fora chamado especificamente para isso. E ninguém nunca ficou sabendo quem foram os cabeças da greve.

Essa organização da greve se deve ao trabalho político das organizações?

Sim, sem dúvida. Aliado, é claro, à situação de penúria e de opressão a que estavam expostos os trabalhadores e as suas famílias naquele tempo. O operário que me contou isto era ligado à COLINA (Comando de Libertação Nacional), se não me engano.

E a igreja?

Teve uma parte da igreja que apoiou muito, sempre; uma parte, mesmo que pequena, esteve sempre ao lado do povo.

ESTABELECENDO LAÇOS DE CONFIANÇA NO COTIDIANO DA FÁBRICA

Como se fazia o trabalho político numa situação tão difícil?

Tinha o trabalho mais pessoal, de conhecer as pessoas, trocar ideias, ganhar a confiança e conversar sobre as condições em que se estava vivendo.

Além disso, tinha o trabalho de dentro da organização, de analisar a situação, levantar os assuntos, produzir boletins e folhetos, apresentando fatos e denúncias. E o trabalho de se combinar ações junto com os outros grupos.

Volta e meia éramos chamados até para fazer um bate-papo sobre a situação em alguma escola pública da região. Sei que coisa para fazer não faltava, o dia era até muito curto.

Como era o trabalho de convencimento? Era uma conversa sobre conjuntura, sobre socialismo...

Não diria que era um trabalho de convencimento, mas uma conversa bem inicial: sobre a situação do operário, a sua família e suas condições de vida; a situação na fábrica, a relação com encarregados e engenheiros, o ritmo do trabalho, exigência de produção, perigo de acidentes... E também sobre o conhecimento do operário: o que o operário conhecia e que era ou desconhecido ou desprezado pelos engenheiros. Essa era uma das conversas que mais rendia.

E os operários gostavam de relatar as estratégias usadas por eles, para botarem o engenheiro em dificuldades quanto aos conhecimentos práticos de sua profissão. Tinha operário que era mestre em botar o engenheiro numa situação difícil, só para mostrar que o estudo na universidade não servia muito para resolver os problemas concretos que apareciam no trabalho.

Era então uma conversa mais voltada para o cotidiano da fábrica, mais do que uma discussão mais ampla, política.

Sim, era mais sobre o cotidiano da fábrica. A discussão mais ampla acabava chegando naturalmente. A crítica ao cotidiano da fábrica acabava levando à crítica ao geral da sociedade. Hoje, é difícil imaginar o nível de opressão em cima do operário e do povo em geral: o povo era oprimido, desqualificado, o operário era um nada, um zero à esquerda. Você se sentia pisado mesmo. E isso marca o coração de qualquer um.

Que tipo de problema vocês enfrentavam e quais as maiores dificuldades?

A dificuldade maior era de criar o laço de confiança, não humanamente apenas, mas politicamente. O laço de confiança político era o passo mais delicado e complexo. Não que você tivesse de convocar a pessoa para fazer parte da organização, para fazer crescer a organização, não era isso, porque a intenção maior era a organização do movimento operário, entendeu? Mas, mesmo assim, a confiança política era o passo mais delicado a se dar. Quer dizer, qual o momento de você passar de uma conversa normal de futebol ou de um problema de família, sei lá, para a questão da organização na fábrica e da luta contra a ditadura e a exploração. Era uma passagem até natural, já que uma coisa puxa a outra, mas isso tinha de ser feito com o máximo de segurança...

Vocês, da organização, faziam uma avaliação periódica sobre os avanços do trabalho político?

Sim, em geral, vinha alguém da direção nacional, trazendo uma análise política da conjuntura e discutindo as principais linhas de ação. Foi assim até que a situação se deteriorou, no segundo semestre de 1971, por causa de muitos companheiros que foram presos em São Paulo, obrigando a muitos deslocamentos no conjunto da organização.

VINDA PARA O RIO DE JANEIRO

Foi por isso que você veio para o Rio, em 1971?

Sim, pessoas muito próximas a nós haviam sido presas em São Paulo, e a nossa situação na Cidade Industrial começava a ficar delicada. Já tínhamos o primeiro filho e, quer pela família, quer também pela organização, não podíamos correr o risco de sermos presos. Precisamos ficar sumidos uns tempos até resolver para onde ir. Assim, com o apoio de membros da Igreja Católica, ficamos hospedados em um convento de freiras enclausuradas, em Macaúbas,

numa espécie de retiro espiritual. Passamos lá meados de agosto e o mês de setembro daquele ano.

Foi quando a organização nos encaminhou para o Rio de Janeiro. Aceitamos vir, mas sob a condição de que resolveríamos onde morar por nós mesmos, sem chance para qualquer hipótese de ‘aparelhos’ da organização. Era mais seguro assim.

E viemos para o Rio, num Jeep 1948, o pai, a mãe e o filho, a uma velocidade de 40 km por hora... Foram três dias de viagem e mais muitas peripécias, até que alugamos uma casinha de fundos, no bairro de Ramos. Procurei trabalho e acabei me empregando na FAET (Fábrica de Aparelhos Eletro-Térmicos), no Rio Comprido.

Na FAET você trabalhou em que setor?

Trabalhei no setor de pessoal. Achava que era um lugar estratégico para ficar conhecendo as pessoas e poder conversar. Podia circular pela fábrica e até levar pessoas de confiança para irem trabalhar lá. A grande surpresa foi que, quando entrei na fábrica pela primeira vez, eu topei lá dentro com um antigo companheiro, que na época militava na Pastoral Operária. Uma linda coincidência. Logo em seguida vieram trabalhar ali também outros militantes da JOC, a Juventude Operária Católica.

Foi assim que, logo no Primeiro de Maio de 1972, pudemos juntar vários grupos, inclusive esse pessoal da Pastoral Operária, e formamos o Comitê Primeiro de Maio, um grupo que atuaria em surdina dentro do sindicato dos metalúrgicos e de várias fábricas, contando com a liderança principal do Joaquim Arnaldo, velho militante da Ação Católica na categoria dos metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Fazíamos reuniões periódicas, para acompanhar a situação da categoria nas diversas fábricas e também a vida sindical, em um momento muito delicado, por causa da forte repressão. E nos reuníamos em algum lugar reservado, todo dia Primeiro de Maio, cada ano em maior número, para renovar os nossos compromissos de luta.

Pouco a pouco, como a organização política da qual eu fazia parte foi se enfraquecendo por causa das prisões, acabei deixando o vínculo direto com a PO (Política Operária) e passei a assumir, como coletivo, a PO (Pastoral Operária), passagem que se deu de modo muito natural.

Esta aproximação foi então com o grupo operário e não com a Igreja?

Sim, com o grupo operário. Mesmo porque a minha perspectiva de ‘igreja’ não era de uma igreja fechada, de dimensão paroquiana, mas de dimensão do mundo, olhando para o mundo como o grande desafio, tendo como perspectiva

o ‘Reino’ anunciado nos evangelhos, incompatível com a injustiça, a exploração e a opressão vividas naqueles tempos. Na verdade, eu nunca fui muito institucional não. Logo fizemos uma relação forte também com o pessoal da Pastoral Operária de São Paulo, que tinha uma importante atuação no Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

E aqui no Rio, qual era a penetração de vocês nas fábricas?

A penetração era grande, no sentido de que você podia contar com a participação de diversos companheiros, de diversas organizações, em quase todas as fábricas maiores. Além disso, a partir da luta sindical, que mesmo reprimida resistia, a rede de relacionamentos se estendia a todos os setores ligados ao sindicato dos metalúrgicos, dos estaleiros às eletromecânicas, até às pequenas oficinas.

E como que era a relação com o Partido?

Bom, aí a diferença era mais forte. Porque era um pessoal muito conchavista e muito pelego. Era o que achávamos na época. Certamente, a gente era muito preconceituoso. Mas, em geral, todos tínhamos uma resistência muito grande em relação ao Partido. A gente deixava a relação com o Partido por conta do Joaquim Arnaldo.

TRABALHANDO NA FASE

Quando você saiu da FAET para a FASE?

Foi em 1972 que eu fui trabalhar na FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, era o nome na época. O salário que eu recebia na FAET estava muito curto, e estávamos esperando o nosso segundo filho. Então, procurei um emprego que pudesse ajudar mais a pagar as contas. Foi assim que, visitando um amigo que trabalhava na equipe nacional da FASE, ele me perguntou se eu não gostaria de ir trabalhar lá, na equipe do Rio. A antiga equipe havia sido toda presa, e estavam recompondo uma nova equipe - faltava mais uma pessoa, com capacidade para desenvolver trabalhos de comunidade em todo o Estado.

Ora, por que não? Isto me possibilitaria manter contato com muito mais gente e dentro de uma perspectiva que podia ser compatível com a nossa visão política, de trabalho nas comunidades, mesmo se, como instituição, a FASE estivesse ainda em uma posição mais conservadora.

A FASE era uma instituição criada por um padre americano, o padre Leising, que havia se voltado inicialmente para uma campanha de motorização do clero católico: ‘Um padre motorizado vale por dois’, era o *slogan* institucional.

Passada esta FASE inicial, a instituição começou a investir num trabalho de desenvolvimento de comunidades, sobretudo com as comunidades católicas. Era um trabalho baseado numa sociologia muito funcionalista e imediatista, mas que enquanto equipe nos propúnhamos a transformar. Quando entrei, em 1972, já havia uma contestação interna grande à estas ideias, e então não foi difícil operar uma passagem a uma perspectiva, digamos, estrutural histórica.

Assim podia desenvolver um trabalho que estava compatível com a minha formação e experiência acumulada, dentro de um campo de atuação que era complementar ao da minha escolha preferencial, ou seja, aquele junto ao grupo dos metalúrgicos e de Pastoral Operária. Só que este de forma pessoal e mais ou menos sigilosa, como convinha na época.

O certo é que, aos poucos, dentro da FASE, fomos fazendo a transição, de um tipo de intervenção mais assistencialista e despolitizada, para um trabalho junto às comunidades, mais voltado a se organizar para enfrentar necessidades concretas, desleixadas pelas autoridades públicas, como a construção de uma ponte feita em mutirão, a organização de uma creche comunitária e de cursos de alfabetização ou de madureza, etc. E, ao mesmo tempo, aproveitando a convivência e as reuniões para dar início a uma análise sobre a situação que estávamos vivendo e os problemas que estávamos enfrentando. Tudo isso desenvolvido com muita cautela.

PRISÃO

A sua prisão, em 1974, foi por causa disso?

Não diretamente. Mas ao mesmo tempo sim. Acontece que o grupo de Pastoral Operária de São Paulo foi quase todo preso por ligação com uma organização política chamada MPL (nada a ver com o movimento pelo passe livre de hoje). MPL era Movimento Popular de Libertação, ligado, no exterior, a Miguel Arraes, Almino Afonso e por aí. Ora, o grupo de Pastoral Operária do Rio não só era muito ligado ao de São Paulo como também estava sendo visado por esse MPL. Então, havia uma relação forte por aí. Além disso, pessoas da equipe nacional da FASE foram presas também, por ligação com o MPL. Deste modo ficava muito difícil escapar desta.

Eu fui preso em fevereiro de 1974. Foram me buscar no escritório da FASE, na rua das Palmeiras, em Botafogo, e me levaram num fusquinha. Dentro do túnel Santa Bárbara me enfiaram um capuz para eu não ver que estavam me conduzindo ao DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Para eles, eu tinha de ocupar uma função nesse MPL, ser a ligação entre os intelectuais e os operários... E vai você dizer que não!

Depois de todo aquele horror, esperamos mais quatro anos até que, em 1978, fomos julgados e fomos todos absolvidos pelo tribunal militar. Certamente por conta da tal abertura '*lenta, gradual e segura*' que estaria começando. Era o final do governo Geisel.

Neste interregno tivemos a nossa terceira filha, Claudia, a caçulinha da casa.

O PERÍODO PÓS-PRISÃO E UMA NOVA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DENTRO DAS FÁBRICAS

E o que mudou depois da prisão?

Na verdade, a prisão acabou rendendo ótimos frutos. Depois que saí fiquei conhecendo um companheiro que também esteve preso e, por isso, buscava um novo modo de atuar sem levantar suspeitas. Este companheiro estava trabalhando na White Martins, na avenida Brasil, onde exercia a função de inspetor de qualidade numa seção de tornearia. Era uma seção de tornos revólveres, cada um com o seu operador de máquina. Um técnico montava e regulava as máquinas, os operadores produziam as peças e um outro técnico fazia o controle de qualidade das peças produzidas.

Imagina se fossem tornos mecânicos, seria um torneiro mecânico por cada máquina: cada um deles prepararia a sua máquina, produziria as peças com mais autonomia e cuidaria, ele mesmo, da qualidade da sua produção. Só que com um salário muito maior e com um poder de pressão e reivindicação também muito superior. Ou seja, o tal avanço tecnológico mesmo produzia a separação entre os operários, colocando uma grande parte deles como simples operadores, sem conhecimento quase nenhum e nenhuma autonomia.

Pois foi observando aquela divisão feita entre as tarefas do montador das máquinas, dos operadores e do controlador de qualidade que este companheiro encontrou outro modo de atuação: estudar junto. Vamos estudar juntos o que é a tarefa de cada um, e assim, estudando juntos, vamos poder recompor todo o conhecimento do antigo profissional torneiro. Se vocês sabem operar a máquina, falta o conhecimento de quem prepara a máquina para o trabalho e o conhecimento do inspetor de qualidade, que aprova ou não as peças produzidas. Assim, se a gente recompõe esses conhecimentos que foram divididos para aumentar os ganhos e diminuir os custos financeiros da produção, a gente acaba podendo recompor os conhecimentos do profissional inteiro - o torneiro mecânico. E acabamos discutindo e conhecendo também todos os mecanismos que servem para manter o domínio sobre os trabalhadores dentro das fábricas e descobrindo como organizar a resistência.

Foi assim que este nosso companheiro, o Zé Maria, percebendo que os operadores de máquinas se interessavam pelo que ele fazia, propôs que comesassem a estudar juntos ali mesmo, na fábrica, com os dois técnicos, o montador e ele, o inspetor de qualidade. Começaram então a comer mais rápido para poder, no intervalo da refeição, aproveitar o tempo para estudar juntos.

Uma amiga que morava vizinha à fábrica chegou mesmo a notar a diferença. O jardim gramado da fábrica, que costumava ficar cheio de gente na hora em que ela voltava para casa, de um dia para o outro passou a não ter mais ninguém por ali - sumiu todo mundo. Estavam todos no refeitório, estudando juntos.

Até que veio o encarregado do turno e proibiu aquele amontoamento no refeitório. Quem quisesse estudar, que viesse fazer os cursos do SENAI oferecidos pela fábrica. Só que o pessoal já havia experimentado o gostinho de estudar junto, em solidariedade, ensinando e aprendendo entre si, uns com os outros, em fraternidade e em colaboração mútua. Sendo proibido ali, então decidiram buscar outro lugar onde pudessem se reunir e continuar a estudar.

E encontraram. Foram bater nas portas do bispo da diocese católica de Nova Iguaçu, na época D. Adriano Hipólito. D. Adriano indicou então a igreja da paróquia de Agostinho do Porto, às margens da via Dutra, de fácil acesso para o pessoal, que passou a se encontrar lá todos os sábados à tarde. Foi aí que eu entrei nesta história e comecei a trabalhar com eles.

ESTUDANDO E VALORIZANDO O TRABALHADOR – A CÉLULA SOCIALISTA

Você se juntou a eles nesse projeto?

Sim, devia ser no segundo semestre de 1974. Eles haviam conseguido um lugar para se reunir aos sábados, no porão de uma igreja em Agostinho do Porto: era um lugar para, de início, estudar junto. Mas este começo foi um grande achado, porque, além de estudar, o espírito de fraternidade tomou conta da vida toda. Então, era estudar junto, jogar futebol, dançar, manter uma caixa comum, discutir a situação da fábrica, a condição operária, a luta sindical e por aí vai, até fazer festa e passear com as famílias. Ou seja, aperfeiçoamento profissional, conscientização política e várias ações e momentos juntos, caracterizando uma vida em comum, ou uma autêntica célula socialista.

A CUAP

Como eu já tinha a experiência da vida de fábrica e havia feito curso de desenho mecânico no SENAI, fui convidado para ocupar o lugar do outro técnico, que não poderia acompanhar o grupo aos sábados. Com o tempo, e como eu seguia trabalhando na FASE, pediram também uma ajuda institucional,

pois se havia chegado à decisão de formalizar a associação como uma pessoa jurídica. Assim fundamos o CUAP (Centro União e Aprendizagem entre Profissionais), ainda em 1974 ou início de 1975.

A ideia básica era a de valorização do operário - naquele tempo, considerado um zero à esquerda - e de reconhecimento do valor da pessoa do trabalhador e do seu trabalho. A partir do estudo em conjunto, da solidariedade, do aprender uns com os outros, da valorização da pessoa de cada um. Assim começou um processo muito rico e muito bonito e que cativava todos aqueles que se aproximavam. Aos quinze ou vinte que deram início dentro da fábrica, na White Martins, logo se juntaram muitos outros, vindos de diversas outras fábricas.

Com que recursos vocês contavam?

Com recursos próprios. Cada um contribuía com o que podia, e mantínhamos uma caixa comum. Tínhamos que garantir a alimentação para quando nos encontrávamos e mais alguns equipamentos e livros... O importante era que usávamos as próprias oficinas e máquinas das fábricas como fonte de estudo, de prática e de pesquisa. É claro que a FASE contribuiu também com alguma coisa, em especial com as despesas jurídicas.

Logo, logo, com o crescimento do pessoal e a diversidade dos locais de trabalho, nós também tivemos que diversificar: abrir mais núcleos e ampliar os cursos, que eram quase todos na área da mecânica industrial. Afinal, quase todos eram metalúrgicos. Assim, além da sede na igreja de Agostinho do Porto, abrimos mais os núcleos da Pavuna e do bairro Periquitos, em Duque de Caxias.

E iniciamos também um curso supletivo, com turmas diárias à noite, na Pavuna e em Periquitos, que era feito em convênio com o curso supletivo noturno do Colégio Santo Inácio, que nos garantia o certificado.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO E A PEDAGOGIA SOLIDÁRIA

Qual a diferença entre este curso e os do SENAI?

É que no SENAI cada um fazia o curso consigo mesmo. Você podia fazer o curso todinho sem falar nem uma palavrinha com o seu companheiro do lado. Era um curso só voltado para servir aos empresários, formando pessoal para ser um 'operário padrão', na época... nem sei se hoje ainda tem disso.

Já entre nós era o oposto, no sentido de que estávamos voltados para os interesses e necessidades do próprio operário. Assim, tudo era muito discutido e conversado junto. Era um ajudando o outro, no estudo, no aprendizado, na pesquisa e na vida. No estudo, ninguém ia para frente sozinho. Só se ia adiante depois que todos tivessem segurança daquilo que tinham aprendido.

Era todo mundo junto, trabalhando e construindo em conjunto o conhecimento. E trabalhando com todo o carinho, com todo o cuidado uns com os outros. Se você não sabe, diz que não sabe e não inventa história. Vamos procurar saber juntos, que isso é o mais importante. E a solidariedade se mostra tanto nessa busca conjunta do conhecimento como no apoio à vida familiar, na caixinha de contribuição mútua, enfim, em todos os aspectos da vida.

Era uma experiência que não tinha paralelo. Além do mais, uma iniciativa dessas, construída assim entre os trabalhadores, naquele momento, era uma coisa muito preciosa: se ninguém dá importância para nós, nós mesmos é que temos de reconhecer a nossa importância e a nossa humanidade. No fundo era este o grande segredo do CUAP.

UM ENSINO SEM PROFESSORES

Como é que vocês uniam isso? Quem vai ensinar tem na cabeça que vai valorizar o trabalhador?

Mas aí é que está... a cabeça não era a de quem vai ensinar, porque você ia aprender com os outros as coisas que você não sabia e ensinar aquilo que você havia adquirido com a sua experiência ou estudo. Assim, não havia alguém que fosse o professor. E isso naquele momento foi muito importante: não tinha um 'professor' na verdade. Tinha um grupo com experiências diversas, procurando contribuir uns com os outros. Por isso, era mais fácil, porque era voltado para a experiência profissional e a valorização do operário, da pessoa do trabalhador. Era isso o que estava na cabeça e na vontade de todos.

Bom, é claro que como isso cresceu bastante, logo apareceram organizações políticas buscando imprimir o seu rumo no coletivo, passando por cima do trabalho de construir juntos os consensos e quebrando, então, a inspiração original da associação. Assim começaram as divergências e as disputas, coisas enfim muito naturais na convivência humana. Mas a situação ficou de tal modo difícil que, para resguardar o dinamismo daquela inspiração inicial, resolvemos, um pequeno grupo, romper com tudo que havíamos construído juntos até ali, até mesmo o nome e a figura jurídica, e recomeçar o longo caminho novamente.

Quanto tempo vocês ficaram no CUAP?

De 1974 a 1978. Uns quatro anos. Depois saímos e fomos recomeçar o trabalho. Ficamos com o local cedido a nós por D. Adriano, na paróquia de Agostinho do Porto, em São João de Meriti. Ali reuníamos trabalhadores da Remington, da FAET, da TRW, da GE, etc. Mas como as fábricas eram em locais muito dispersos, aos poucos fomos novamente constituindo vários nú-

cleos: este, de Agostinho do Porto, em Nova Iguaçu, outro em Guadalupe, para a região da avenida Brasil, outro em Maria da Graça, outro na Penha... Ou seja, em locais de concentração industrial no Rio de Janeiro.

E as características do trabalho continuavam as mesmas: a valorização da pessoa do trabalhador, através do aprendizado técnico feito em conjunto, do estudo, pesquisa e discussão, de modo a seguir avançando na compreensão da questão social, em especial no que se refere ao mundo do trabalho.

A OCUPAÇÃO DAS TERRAS E A AÇÃO CAMPO-CIDADE

Nessa época ocorre um fato importante além das greves de metalúrgicos e de professores, sobretudo. No campo, aqui mesmo no estado do Rio, os trabalhadores rurais iniciam um processo de ocupação de terras. E nós passamos a ter contato com eles, iniciando um processo de solidariedade campo-cidade. Íamos também para a roça, participar de mutirões, para roçar o terreno, plantar ou colher. E sempre havia tempo para conversar sobre a situação e perceber como podíamos nos ajudar mutuamente.

Da nossa parte, nós havíamos formado em Guadalupe uma oficina mecânica de tipo industrial, que ao mesmo tempo em que servia para aprendizagem, servia também para fabricar equipamentos, ferramentas e utensílios de utilidade para os agricultores. De modo que, além de conversar e visitar, podíamos também trocar equipamentos por alimentos. Esta foi uma relação que traria muitos frutos para o nosso trabalho logo em seguida.

Nesse período já havíamos criado outra figura jurídica para dar a necessária cobertura legal para as nossas atividades: o CATT (Centro de Aprendizagem Técnica entre Trabalhadores). Mas deixa estar que dentro deste termo ‘técnica’ não víamos apenas a frieza de números e fórmulas neutras, pois aprendemos a perceber o calor do processo de conhecimento dos trabalhadores, todo recheado do histórico de suas lutas sociais.

Seguimos, portanto, desenvolvendo o estudo da técnica nos grupos de estudos e, ao mesmo tempo, preparando o pessoal para fazer os exames de primeiro e de segundo grau. Alguns professores da rede pública também contribuíam nisso conosco.

O COMPROMETIMENTO COM A CAUSA

Os professores também eram trabalhadores voluntários?

Éramos todos comprometidos. Nesse tempo não havia isso de trabalho voluntário. Essa palavra ‘voluntário’ não existia no cenário daquela época. Era

compromisso pessoal. Todos nos dedicávamos a esta causa da solidariedade entre os trabalhadores.

Foi quando estávamos no CATT, em 1979, que fizemos o primeiro seminário das escolas operárias. Porque assim como acontecia aqui no Rio, onde havíamos percebido a importância de formar os operários dentro de locais e processos de educação do próprio movimento dos trabalhadores, acontecia também em outros lugares no país. Na época, a gente tinha conhecimento de grupos em São Paulo, em Belo Horizonte, em Recife, em Salvador, pelo menos. Então decidimos: ‘Vamos juntar este povo, conversar, trocar experiências e levantar desafios em comum’. E foi um encontro impressionante, o reconhecimento e compreensão mútuos, a sintonia entre grupos que se viam pela primeira vez. E as discussões acabaram provocando muitos desafios que mexeram com a cabeça de todo mundo.

OS ENCONTROS DO SABER OPERÁRIO

Vocês fizeram um congresso?

Foi aqui, numa sala do Colégio São Vicente, no Cosme Velho. Procuramos quem tivesse a coragem de nos receber naquela época. A sala mal dava para caber todo mundo. Ficamos todos bem apertados, mas encantados por ouvir e saber o que estava sendo feito por iniciativa dos próprios trabalhadores, no sentido de se construir um saber operário nos vários cantos do país.

Não foi um congresso: foi realmente um ‘seminário’. Foi o primeiro seminário de uma longa série que, na verdade, iria terminar só muito recentemente, em 2013. Mas, a primeira série foi a dos anos de 1980 a 1985, no Rio, em Belo Horizonte, em São Paulo, em Recife...

Esses seminários, além de se caracterizarem pela troca de experiências no que diz respeito à educação técnica e política entre trabalhadores, de trabalhadores para trabalhadores, levantava também, ano a ano, uma série de desafios que cada grupo levava de volta para ser trabalhado por todo o ano em seus locais de atuação.

AS IDEIAS CENTRAIS

As ideias básicas que serviam de norte a estas atividades de educação entre trabalhadores eram bastante simples e efetivas: reconhecer e valorizar as experiências e os conhecimentos de vida e de trabalho que cada um traz e, a partir deles, construir em conjunto o novo conhecimento, valorizando a contribuição de cada participante. A participação efetiva de todos e de cada um era solicitada sobretudo buscando-se explicitar os porquês de cada passo. Um processo longo de perguntação, de espera paciente, de pedagogia solidária e de constru-

ção criativa do conhecimento. Acrescentado de uma característica fundamental: buscando dar visibilidade aos conteúdos e às escolhas políticas escondidas por trás dos caminhos do conhecimento e das escolhas tecnológicas da sociedade. Aqui se encontrava embutido o reconhecimento de que, seja a educação técnica e profissional, seja a tecnologia como tal, elas não são neutras, mas sim vinculadas a interesses muitos específicos dentro da sociedade.

De modo que a formação política se tornou um elemento fundamental do processo de educação e aprendizagem compartilhado. Até mesmo alguns que tinham uma visão de usar a técnica mais como pretexto ou trampolim para fazer um discurso político, que acabava ficando desvinculado, foram sentindo e sendo convocados a buscar este processo mais abrangente e integrado. Ou seja, uma formação política que buscava uma mudança efetiva, desde o modo de pensar a tecnologia e a organização do trabalho até os modos de se educar, de governar e de conviver com os outros, uma mudança a se difundir para todos os locais onde o trabalhador se encontra: no trabalho, em casa, na escola, no lazer...

Neste sentido, o texto *A Dimensão Política da Formação Profissional*, que resultou de uma discussão entre participantes destas escolas, foi muito importante. Foi como que o registro do início dessa jornada que iria muito longe – que, a bem dizer, segue vigente até os dias de hoje.

O SURGIMENTO DO CADTS

Pois foi destes encontros que acabou surgindo, aqui no Rio, o CADTS (Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social). Nós do CATT, que tinha sede no bairro de Guadalupe, nos juntamos a outros grupos que atuavam no município de Duque de Caxias e formamos o CADTS, que foi se localizar no bairro de São Mateus, em São João de Meriti, acolhido pelo padre Paul Jean Guerry, que cedeu o local em sua paróquia e com todo o apoio de D. Mauro Morelli. Isto lá pelos anos 1983 - 1984.

A grande riqueza deste momento foi que nós mantivemos, no CADTS, o contato com os agricultores do interior do estado do Rio. E, a partir daí, fomos solicitados por agricultores do nordeste, em visita às nossas oficinas, a produzirmos equipamentos adequados à agricultura familiar. Foi quando nos dedicamos a construir um protótipo de policultores e de outros equipamentos que, depois de experimentados, eram úteis não só para os agricultores, mas também serviram de base para a sequência de tarefas do aprendizado da mecânica industrial. De tal modo que tínhamos ali, em mãos, como objeto de estudo e de produção, um elemento cheio de conteúdo para o aprendizado da solidariedade e do discernimento político para os trabalhadores.

Este foi sem dúvida um processo que deixou suas marcas por toda a história do CADTS. Só que, com o crescimento das encomendas, manter juntas a produção e a aprendizagem, sem que um processo engolisse o outro, ficou impossível. E acabamos por formar uma associação que se incumbiu do processo de produção destes equipamentos: a APAC (Associação de Produtores Autônomos da Cidade e do Campo), que está ativa até os dias de hoje [2012].

APAC

Quando surge a APAC?

Como dizia... a demanda de equipamentos agrícolas por parte das associações de agricultores estava aumentando, e não dava mais para seguir fabricando só no processo de aprendizagem. Resolvemos então criar uma associação de produtores autônomos que pudesse dar conta da produção, a APAC. Criamos essa associação no Primeiro de Maio de 1986, juntando trabalhadores urbanos e rurais: monitores do CADTS e agricultores do Núcleo Agrícola Fluminense sediados na Fazenda Capivari, em Duque de Caxias – uma ocupação feita ainda antes do Golpe de 1964.

É bom notar que, se o CADTS fazia parte do trabalho social da diocese da Igreja Católica de Duque de Caxias, ou seja, era uma instituição vinculada à Ação Social Paulo VI desta diocese, a APAC nós a instituímos gozando de toda a autonomia. E para isso contamos com todo o apoio de D. Mauro.

A APAC existe até hoje?

Sim, está ativa até hoje. Passou por uma série de vicissitudes. Quando em 1990 foi feito o sequestro da poupança pelo governo Collor, a APAC sofreu um golpe muito forte, ninguém mais tinha dinheiro disponível. As associações de agricultores não contavam mais com recursos para adquirirem equipamentos. Assim, abruptamente, a APAC teve que se ocupar mais de equipamentos urbanos, sobretudo para prefeituras na Baixada. Por algum tempo, manteve uma linha de pesquisa voltada para equipamentos agrícolas, em parceria com técnicos do IAPAR do Paraná. Mas até isso aos poucos foi se extinguindo.

Com o tempo, a APAC acabou seguindo um caminho mais ligado aos desdobramentos do movimento de economia solidária, vindo a servir como uma espécie de - mais que incubadora -, abrigo para iniciativas econômicas populares.

E o CADTS, continuou funcionando?

É claro. Depois que a produção foi para a sede da APAC, o CADTS recompôs a sua equipe e seguiu com as suas atividades de cursos, nas áreas da mecâ-

nica industrial, elétrica e, depois, reparos de aparelhos, enrolamento de motores, eletrônica e também cursos de informática e de práticas de administração.

De fato, a partir de 1988, o CADTS teve um novo ânimo, recuperando uma coisa que havia se perdido por causa do excesso de produtivismo. Recuperou-se a proposta da solidariedade no aprendizado, de apoio mútuo, de não deixar ninguém para trás. Todo mundo tinha com que contribuir; não se ia para frente enquanto cada um não estivesse dominando o assunto, e todos tinham que se manifestar e contribuir, todos tinham que participar. Era só ver: os meninos chegavam lá - os meninos e adultos - mudos, todo mundo assim caladinho, e saíam de lá outras pessoas, falantes, participantes, informados... Uma coisa muito bonita de se ver.

Além disso, foi de fundamental importância para o CADTS a constituição do Conselho de Escolas de Trabalhadores, criado em 1989, entre as escolas que haviam superado os percalços da ditadura. O CADTS participou deste Conselho desde o início. Assim, se a metodologia continuava a mesma, os aprofundamentos que se seguiam a cada um dos seminários anuais deste Conselho foram muito importantes, sobretudo para a própria formação das equipes de trabalho. Ou seja, uma formação voltada para a problematização política das tecnologias, para a discussão do papel do trabalho e dos trabalhadores na sociedade, para incentivar a criatividade quanto aos métodos e conteúdos; e voltada também para os desafios da participação de todos na gestão da convivência e das atividades comuns na escola.

Nesse sentido, chegamos a montar um conjunto de textos para servir de inspiração e fonte de pesquisa, a respeito da história do trabalho e das lutas dos trabalhadores: uma espécie de fio condutor e de roteiro para os debates políticos nos cursos técnicos.

No CADTS vocês faziam avaliação permanente?

Todos os sábados, avaliação da semana e programação da semana seguinte. Precedido sempre de uma discussão sobre as principais questões postas pela conjuntura política. Na verdade, era uma comunidade de educação em ação.

De fato, esta foi uma experiência muito rica para todos, aprendizes, ex-aprendizes e monitores. Para os trabalhadores da região foi uma falta muito grande quando o CADTS teve que fechar as portas, por decisão da diocese de Duque de Caxias, pouco depois que D. Mauro deixou a diocese.

Além da relação com o Conselho de Escolas de Trabalhadores, que outras relações o CADTS desenvolveu na Baixada?

Além de abrir relações com diversas associações de agricultores familiares, pudemos, a partir daí, construir uma espécie de plenária de movimentos sociais

que juntava o CADTS, o MUB (Movimento União de Bairros), de Duque de Caxias, especialmente o pessoal do movimento pela moradia, o grupo de Defesa dos Direitos Humanos... E fizemos uma interassociação que se chamava Ação Cultural de Trabalhadores, a ACT, buscando desenvolver ações coordenadas, uma das quais acabou resultando numa ocupação no bairro São Bento, em Duque de Caxias.

A CAPINA

Mas, sem dúvida, uma das iniciativas mais sólidas que surgiram de alguma forma junto com todo este dinamismo foi a CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa). Percebendo que na cidade a falta de empregos levava o pessoal a criar o seu próprio modo de trabalho e sustentação, e que também no campo proliferavam as associações de camponeses agricultores, observamos que esse pessoal geralmente tinha muita experiência no campo da política, mas precisava de muito apoio para ajudar a gerir seus negócios ainda incipientes. Então, por que não um núcleo que pudesse oferecer este respaldo, resguardando o cuidado com práticas de administração e gestão que fossem coletivas e democráticas?

Esta foi a inspiração para se criar a CAPINA, no que a participação do Ricardo, que trazia toda uma experiência empresarial crítica e muito bom senso, foi fundamental.

A CAPINA existe até hoje?

Sim, e tem prestado uma contribuição muito importante em todo esse processo social de construção de alternativas econômicas por parte dos movimentos sociais, seja em áreas urbanas, seja, sobretudo, nas áreas rurais. ‘Como construir iniciativas econômicas que sejam coerentes com propostas políticas, de fato, democráticas e solidárias?’ Este é o grande desafio.

A CAPINA faz o quê?

De início fazia assessoria ou consultoria direta a organizações econômicas populares: cooperativas e associações de agricultores e as suas organizações de apoio, grupos de produção associada, escolas de trabalhadores e até mesmo ONGs.

Rodamos o Brasil todo durante alguns anos nessas assessorias: configurar as organizações de modo que melhor atendessem aos seus objetivos; adequar os processos administrativos e de gestão, construindo canais e instrumentos para a gestão compartilhada e responsável; e, enfim, construir um modelo para o estudo e o acompanhamento permanente das condições de viabilidade econômica destes empreendimentos econômicos populares.

Foram mais de duzentos grupos assessorados. Só que não dá para acompanhar tanta gente aqui do Rio de Janeiro com apenas três ou quatro gatos pingados. Então a CAPINA construiu uma espécie de curso específico de empreendimentos econômicos populares para assessores locais: um curso de estudo de viabilidade econômica e de gestão democrática de iniciativas econômicas populares.

Ao par deste setor havia se criado também, há mais tempo, um departamento comercial em apoio sobretudo aos produtores da agricultura familiar, que ministrava cursos práticos para gerentes de comercialização das associações de agricultores e fazia uma educação para o comércio.

Além disso, numa terceira linha de trabalho, a CAPINA abrigava também a nossa Oficina Pedagógica, que é este trabalho com as escolas de trabalhadores e de acompanhamento do CET, o Conselho de Escolas de Trabalhadores.

OS SINDICATOS

Nesse processo de escolas de trabalhadores, onde ficavam os sindicatos?

Diria que os sindicatos, ou muitos deles, buscaram criar as suas escolas. Alguns até com muito sucesso, como é o caso da Escola Mesquita, do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre, que completou 50 anos neste ano. É uma escola regular, técnica, que faz parte do Conselho de Escolas de Trabalhadores.

A grande discussão é que a educação e a formação profissional são de responsabilidade do estado. Muito bem, mas somente agora isto está sendo implementado, com os Institutos Federais de Tecnologia. Até a pouco, a formação profissional ficava por conta dos serviços do sistema S, que administravam privadamente recursos que eram públicos. Não conseguimos reverter isto, mas hoje o Pronatec resgata, em parte, a qualidade pública destes recursos.

Mesmo assim, acreditamos que o debate sobre a qualidade e a orientação deste tipo de educação, seus conteúdos, métodos e perspectivas, é algo que deve interessar diretamente aos trabalhadores e, portanto, aos seus sindicatos. Infelizmente, não vemos que eles tenham nem posicionamento nem maior interesse neste assunto, tirando as exceções, como a dos metalúrgicos do sul.

Houve um tempo em que este tema foi bastante discutido na CUT e, certamente, foi pela intervenção não só da CUT como, especificamente, de participantes do Conselho de Escolas de Trabalhadores que, no princípio do governo Lula, acabamos derrubando a proibição legal de criação de escolas técnicas por parte do Estado brasileiro. A proibição havia sido decretada no tempo do Paulo Renato, ministro da educação de FHC.

Não é porque o Estado assume a tarefa que é sua quanto à educação profissional que os movimentos dos trabalhadores tenham que se retrair. Mas, certa-

mente, a história está aí à nossa frente, e estes temas estão para ser retomados na sua íntima relação com a realidade atual do Brasil e do mundo, e já em patamares bem mais adiantados do que aquele que tivemos de enfrentar.

Para finalizar, você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Sim, faria as seguintes observações: primeiro, que usei e abusei da primeira pessoa do plural. Gostaria de dizer que não se trata aqui, de forma alguma, de uso do plural majestático. É que eu não posso absolutamente falar em meu próprio nome. Esse é um trabalho de muita e muita gente. É a experiência de uma multidão. E não dá para sair citando nomes, não só porque são muitos, mas porque cometeria muita injustiça por qualquer esquecimento. Só gostaria de me referir à parceria de trabalho com a Bia, Beatriz Costa, nestes anos todos, sobretudo a partir dos seminários das escolas de trabalhadores, especialmente na Oficina Pedagógica do Conselho destas escolas.

Uma segunda observação é que se costuma valorizar muito o papel dos que optaram pelo enfrentamento armado contra a ditadura. Creio ser necessário dizer que há armas e armas. E, certamente, as armas da consciência e da organização foram fundamentais para o enfraquecimento da ditadura militar na segunda metade dos anos 70.

Enfim, considero também importante dizer que todas essas atividades que fui relatando fizeram-se acompanhar de um processo continuado de leituras e debates correspondentes aos diversos âmbitos de participação. Além de Marx e Gramsci, numerosos autores poderiam ser citados: Claude Berger, por exemplo, foi muito debatido por nós a respeito da associação dos trabalhadores e da abolição do salariato; autores que poderíamos chamar de autonomistas, como A. Pannekoek e C. Castoriadis, também foram muito lidos e debatidos; diversos autores da sociologia do trabalho, como H. Braverman, André Gorz e outros; os da história econômica, como F. Braudel, G. Arrighi, K. Polanyi; e também autores nossos mais diversos, como Chico de Oliveira, Marilena Chauí, Conceição Tavares, José Luis Fiori, e muitos outros. Sempre no sentido de buscar decifrar os caminhos do processo histórico percorrido e estabelecer as referências por onde seguir construindo alternativas para os movimentos sociais dos quais fizemos parte.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 30/11/2012,
por José Ricardo Ramalho, Neide Esterici e Beatriz Costa.

Pedro Pontual

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

Eu sou de uma família que sempre trabalhou com educação. Tenho várias tias professoras. Meu pai era psicólogo, professor da Escola Politécnica da USP, FGV, e teve muita influência sobre mim, que sou psicólogo e educador. Nos anos 1960, ele trabalhou no MEC aqui em São Paulo. Trabalhou muito com qualificação profissional, na época, era ensino industrial, com a criação de escolas técnicas. Minha mãe era professora, meus tios e tias eram professores, quer dizer, havia essa vocação por educação presente na família.

Meu pai era uma pessoa que ideologicamente não era de esquerda, mas não era uma pessoa de direita, pois tinha sensibilidade em relação aos problemas da desigualdade social e à pobreza. Era uma pessoa que gostava de se informar muito sobre isso, gostava de debater muitos temas comigo, e no final da vida, inclusive, pena que faleceu aos 69 anos, foi se convertendo. Chegou a fazer uma viagem a Cuba, sem me contar. Ficou uma semana em Cuba: ‘Eu quero conhecer esse lugar que você fala tanto, que é tão bacana, não sei das quantas...’. Voltou superanimado, fez palestras sobre Cuba para empresários, sobre a situação econômica e social da ilha. No final da vida, estava trabalhando mais com a chamada área de relações humanas - psicologia do trabalho, nas empresas. Me lembro que também batia no peito, até no círculo dele, dizendo que em 1989 tinha votado no Lula no primeiro turno. Lembro até de um dos últimos telefonemas que me deu, falando todo entusiasmado, em 1989, da *Perestroika*, Gorbachev. Disse: ‘Filho, eu estou achando que essa história está indo rápido demais e muito precipitado, não vai dar certo’. Achei meio profético. Era um lado interessante, apesar de uma formação que não era de esquerda. Ele fazia uma projeção de futuro com um governo mundial... É gozado que, um pouco mais à frente, quem falava disso para mim também era o meu querido (que se foi esse ano) Gushiken. Também falava de governo mundial.

PAIS: SENSIBILIDADE SOCIAL

Meus pais, nessa parte de justiça social, tinham também uma forte sensibilidade, que a gente chamaria hoje de assistencialista, mas que teve influência

sobre mim. Meu pai e minha mãe, quando eu era muito pequeno, faziam parte de uma organização que tem aqui em São Paulo que se chama Organização de Auxílio Fraternal. A OAF se organizava a partir de casais de classe média e tal, que saíam distribuindo alimento para moradores de rua. Saíam à noite. De vez em quando, eles saíam numa Kombi levando lanche para as pessoas. A gente também passava, às vezes, um período de férias em Campos do Jordão e se hospedava em um convento de umas irmãs vicentinas. Me lembro que uma das atividades que a gente acompanhava sempre era quando as Irmãs iam buscar doação de alimentos nos sítios vizinhos da serra que ligava Campos do Jordão a São José dos Campos para abastecer a obra assistencial que tinham. Pediam que o meu pai fosse com a Kombi, e acabávamos indo junto. São coisas assim, que de alguma maneira tiveram a sua influência.

Seus pais frequentavam igreja, missa?

Sim, mas não era um negócio muito rígido não. Lembro que o meu pai preferia ir às igrejas que tivessem missas mais curtas.

Era mais caridade do que fé religiosa...

Isso. Eles davam muito valor à Páscoa, mais do que ao Natal, por causa do significado de passagem. Agora, um personagem da família teve grande importância nesse período, está viva até hoje, felizmente, tia Stela, com 90 ou 91 anos, que naquela época tinha uma ligação grande com os dominicanos... Nós somos três irmãos: eu sou o mais velho; outro irmão, um ano e quatro meses mais novo; e uma irmã, sete anos mais nova. E quando chegou a primeira comunhão quem fez a nossa preparação, minha e do meu irmão, foi essa minha tia Stela. Ela fazia em casa mesmo. Fez uma preparação que tinha um conteúdo social, evangélico, ela punha uma pontazinha de conteúdo social.

A IMPORTÂNCIA DO “VOCACIONAL”

Então, acho assim que do ponto de vista familiar eram essas as influências. O que foi inicialmente uma escolha dos meus pais, e que depois acabou sendo para mim determinante, foi a escola que eu estudei - particularmente a escola -, o período de ginásio e colegial na terminologia da época. A escola primária não teve tanta influência assim, a não ser um bom processo de alfabetização e uma boa formação conteudista. Mas a escola que teve uma influência na minha formação - compromisso, assim, decisivo - foi uma escola pública de nível estadual, uma das experiências mais ousadas de educação que se fez na rede pública de ensino de São Paulo, e eu diria que do Brasil.

Eram os chamados Colégios Vocacionais, coordenados por uma educadora - uma das pessoas que teve forte influência na minha formação como educador popular - que é a Maria Nilde Mascellani. Ela foi uma pessoa que teve uma contribuição para a educação brasileira que ainda não foi suficientemente valorizada. Foi ela quem coordenou essa experiência dos Colégios Vocacionais. Eram cinco no estado de São Paulo. Um deles ficava no Brooklin, bairro da Zona Sul de São Paulo, onde eu e meu irmão estudamos. Os outros ficavam em Americana, Barretos, Batatais, Rio Claro, e o último em São Caetano.

Era uma escola com forte conteúdo social, político. O objetivo era formar os alunos para agir sobre a realidade. Era uma escola de tempo integral, com atividades das 8 da manhã até às 16 horas, e a gente tinha coisas muito inovadoras. Hoje, às vezes, a gente ouve pessoas falando sobre algumas práticas pedagógicas como se fossem uma absoluta novidade, e eu às vezes digo: 'Eu já vi isso'.

Em que período foi isso?

O Vocacional foi fundado mais ou menos em 1963. Eu entrei no começo de 1964. Estudei de 1964 a 1969, juntando o ginasial e os três anos do colegial. E, por exemplo, tínhamos lá a matéria de estudos sociais como área central do currículo, além de português, matemática, ciências e tal. Era um conteúdo vasto que incluía artes plásticas, teatro, educação musical, práticas comerciais, artes industriais. A escola tinha um pequeno Banco escolar e a gente aprendia a administrar e gerir a cantina... tinha até uma matéria chamada economia doméstica que trabalhava aspectos ligados à organização da vida doméstica. Tinha artes industriais, marcenaria, essas coisas. A estrutura de currículo era muito interessante.

EDUCAÇÃO RENOVADORA

Na primeira série, estudávamos o bairro e a comunidade onde a escola estava situada. Estudávamos as favelas, as instituições do bairro, sempre trabalhando a questão da desigualdade. Na segunda série, estudávamos o estado de São Paulo; na terceira série, o Brasil; e na quarta série, o mundo, especialmente a América Latina. Um dos instrumentos pedagógicos era o estudo do meio, e nós, então, na terceira série, fizemos uma viagem a Minas Gerais. Estudamos tanto aspectos históricos como aspectos da desigualdade social, visitamos minas de carvão, entrevistamos os trabalhadores e os donos das minas, e todo o currículo tinha uma pergunta orientadora.

Cada bimestre tinha uma pergunta sobre as razões da diversidade da realidade brasileira, as razões da desigualdade. Todas as disciplinas trabalhavam tentando - do seu ponto de vista, do seu conteúdo -, ajudar a responder essa

pergunta. Isso está retratado até em um documentário que saiu recentemente com depoimentos de ex-alunos e ex-professores dessa experiência, mostrando inclusive porque ela foi fortemente reprimida pela ditadura militar.

Durou até...

Durou até 1970, mas em 1969, quando eu saí, a experiência sofreu um processo de intervenção militar mesmo. O exército invadiu as cinco escolas, prendeu professores, alunos, a Maria Nilde foi processada, sofreu o chamado Inquérito Policial Militar. Lembro que foi muito estranho, pois no meio da ditadura, com todo o controle que teve a imprensa, em 1969, esse assunto saiu como matéria de capa daquela revista *Visão*.

Inclusive a Maria Nilde apareceu como figura de capa, e tinha um depoimento nessa matéria, de um general que era responsável pelo Inquérito Policial Militar em que ele diz o seguinte: 'Que o Vocacional era um escola muito interessante, tinha técnicas pedagógicas muito modernas, como por exemplo, o trabalho de grupo; mas só tinha um grande problema: que eles mostravam para os alunos que existia luta de classes, aquela história de ficar entrevistando operários e empresários, e trabalhadores rurais, o que induzia os alunos à consciência não sei se da luta de classes'. E agora, saiu esse documentário chamado *Vocacional, uma aventura humana*, produzido pelo cineasta Toni Venturi, que também estudou no Vocacional.

De onde que vinham essas pessoas que compunham a matriz política?

Tem um livro sobre o assunto, de Angela Toledo Piza. Tinha uma forte influência humanista, de Mounier, Teillard de Chardin. A Maria Nilde tinha muito essa formação, um pouco de Sartre na história; ela estudou no Liceu de Sevre, na França, e uma matriz marxista, assim bem pouco ortodoxa - diria marxista, humanista e cristã, em certo sentido -, também estava presente.

A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Algum professor marcou mais, estimulou mais? Ou era o grupo, a equipe?

Acho que foi a equipe como um todo. Mas a Maria Nilde foi a pessoa que depois me marcou mais, sobretudo porque continuamos trabalhando juntos, fui aluno dela na Faculdade de Psicologia da PUC-SP, e nos tornamos amigos. No colegial, no chamado segundo grau, teve algo que foi importante, que estruturou o currículo do segundo grau, mais voltado para a questão do trabalho, associando, digamos assim, entre aspas, o ensino profissionalizante com uma visão humanista, com conteúdo geral.

O currículo era organizado em subconjuntos, você tinha que fazer a opção. Eu escolhi a de serviço social. A gente estudava meio período e outro meio período tinha que trabalhar, tinha que ter alguma experiência profissional em algum lugar. A minha primeira experiência profissional não teve muito a ver com serviço social. Fui trabalhar no consultório de um tio meu, que era oftalmologista. Trabalhava de secretário particular dele, para resolver todas as questões. Essa experiência de trabalho me fez conhecer territorialmente a cidade de São Paulo, porque ele me mandava fazer coisas em bairros ou regiões que eu nunca tinha ideia de onde ficavam...

O MOMENTO DAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS

Sou natural de São Paulo, mas, naquele período, vivi na região de Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo. Mas o meu tio às vezes me mandava para um bairro da Zona Leste, e tive que me virar para achar. Bom, mas aí passou esse período do colégio, e acabei indo para o cursinho pré-vestibular. Algumas questões me passavam pela cabeça quanto ao que fazer. Cheguei a pensar em fazer algo na área de diplomacia, relações internacionais. Era mais uma fantasia do que uma opção de fato. Uma outra vontade, um pouco mais séria, era de fazer jornalismo, mas que eu rejeitei por conta do período da ditadura. Pensava: 'Vou fazer jornalismo para depois não poder escrever o que eu penso, é bobagem. Acabei indo para a psicologia. Na verdade, a minha dúvida era entre pedagogia e psicologia.

Em 1971, entrei na faculdade. Em 1970, fiz o pré-vestibular em um cursinho aqui de São Paulo, que se chamava Equipe. Esse cursinho tinha também um conjunto de professores ideologicamente quase todos de esquerda e que formavam muito para essa visão de engajamento social. Lembro do Ricardo Maranhão, professor de história; Laura, que era professora de geografia e participava do grupo teatral 'União e Olho Vivo'; tinha o Platão que era professor de português; o Raimundo, de história geral, enfim, foi marcante. Foi também o momento em que conheci uma pessoa que faz parte da trajetória de minha vida até hoje, que é o Paulo Roberto Martins Maldos. Ele trabalhou sempre com a questão indígena, e está na secretaria geral da Presidência da República, inclusive é meu chefe. Ele é o secretário nacional de Articulação Social.

Eu sou diretor de um dos departamentos dessa secretaria, que se chama Diretoria de Participação Social. Eu conheci o Paulo no pré-vestibular do Equipe, e ficamos amigos. Considero o Paulo um irmão meu. Quando conto a minha história, conto sempre muito conectada com o Paulo, até porque os meus irmãos de sangue não tiveram uma trajetória semelhante à minha do ponto de vista profissional - essa coisa de compromisso social. O meu irmão mais novo foi mais

para a área de administração de empresas, e a minha irmã foi a que ficou um pouco mais próxima, foi para a psicologia, mas clínica, que eu nunca fui.

Você encontrou o Paulo nesse cursinho?

No cursinho. Depois, nós dois escolhemos fazer psicologia. Eu resolvi a minha dúvida entre psicologia e pedagogia por um critério que foi o seguinte: os cursos de pedagogia estavam muito controlados pela ditadura, e na PUC de São Paulo tinha, na área de psicologia, uma área muito forte de psicologia social e educacional - e uma das professoras era a Maria Nilde Mascellani. Essa minha trajetória tem muito a ver com ela. Mas aí, junto com ela, tinha também o padre Alberto Abib Anderi, que era professor de psicologia social e trabalhava nas periferias da Zona Sul de São Paulo, com trabalho social. Enfim, era um corpo de professores muito progressistas que tinha na PUC, tanto é que a gente fez coisas que para aquele período eram quase impensáveis.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Quando você estava no Vocacional o movimento estudantil era muito intenso, 1968 e tal. Você participou do movimento estudantil?

Participei. Nunca fui dirigente de entidade estudantil, mas participava das manifestações que tinham a ver enfim, com a luta contra ditadura, defesa dos presos políticos...

Quem eram as principais lideranças? O José Dirceu... nesse período, o Luiz Travassos?

Era o Zé, era o Travassos, o Palmeira. Eram eles sim... eles eram mais lideranças universitárias, e eu estava mais ligado aos secundaristas.

Nessa época, você já se defrontava com correntes políticas que tinham feito outras opções, já tinha esse tipo de discussão?

Até o cursinho eu tinha notícias, sabia da existência de quem tinha outras opções. Eu ouvia falar da guerrilha do Araguaia, ouvia falar que tinha o PCdoB, que tinha gente com outros caminhos. Mas eu não tive nenhuma participação direta nesses movimentos, nem era influenciado. Por exemplo, no movimento estudantil, não me filiei a nenhuma das correntes que tinha na época, como 'Caminhando', 'Refazendo', 'Liberdade e Luta' e outras.

Você estava falando da faculdade...

Na faculdade eu não optei por clínica, fui direto para a área de concentração social e educacional. A formação, inclusive o estágio, um dos que eu fazia,

era numa favela na periferia de São Paulo. O estágio era dar aula de alfabetização para jovens e adultos. Naquela época, era mais de adultos. Ia todas as noites numa favela, e final de semana trabalhava também com a organização da comunidade, a partir das necessidades concretas. Tinha também um cursinho de legislação trabalhista que a gente dava.

O RENOV: ASSESSORIA E RESISTÊNCIA

Nesse período em que estava fazendo faculdade, como a Maria Nilde era minha professora, ela tinha um escritório de planejamento educacional. É importante registrar para a história também esta entidade. Ela tinha um escritório que foi a alternativa profissional que ela pode ter depois de cassada. A PUC acolheu-a como professora. Em uma universidade pública ela não poderia dar aula. Não iria para uma USP, não poderia ir.

Ela montou um escritório chamado RENOV (RENOV Relações Educacionais e do Trabalho). Nesse escritório do RENOV, além do estágio para a faculdade lá no trabalho de favela, eu também trabalhava já no segundo/terceiro ano de faculdade. Como o curso de psicologia era em período integral - mas tinha uns buracos de horários livres -, então, nos períodos livres, trabalhava no RENOV. Comecei a trabalhar com orientação vocacional para jovens.

Fazíamos consultoria para algumas escolas, montagem de projeto educacional, projeto de currículo, esta face escolar. Mas além dessa assessoria para a face escolar, o RENOV trabalhava com a educação popular no sentido bem mais amplo. A gente dava muito curso sobre trabalho social, metodologia no trabalho social, para organizações e entidades sociais. Lembro de um curso que fomos dar em Ribeirão Preto, para uma organização que trabalhava com menores de rua, em Campinas, com profissionais ligados à saúde. Tinha um secretário de saúde que era do Partidão e abriu um espaço para formar o pessoal da rede pública de Campinas para a questão da metodologia de trabalho social. Isso tudo ainda no meu período de faculdade, de 1971 a 1976.

Tínhamos todo esse trabalho de assessoria, de consultoria na área de metodologia do trabalho social, e o RENOV era um espaço de resistência política também. De um lado, juntava as pessoas que não tinham feito dígitos, a opção pela luta armada, para o trabalho que o RENOV fazia, mas que, ao mesmo tempo, acolhia pessoas que tinham feito aquela opção e que tinham lá um ponto de contato, um ponto de acolhida.

Inclusive, um pouquinho mais para frente, quando alguns começam a sair da prisão, abriu-se uma alternativa de trabalho lá no Instituto Sedes Sapientiae, dirigido pela emblemática figura da Madre Cristina. Mas o RENOV era um ponto de contato também muito forte, com as pastorais sociais e de direitos

humanos. Então, no RENOVA, por exemplo, a Maria Nilde tinha uma relação muito estreita com a Prelazia de São Félix, com D. Pedro Casaldáliga e com toda equipe da Prelazia - inclusive a Eli Pires, uma das pessoas que teve que fugir de São Félix por conta da repressão, era a secretária do RENOVA.

O OLHAR DE EDUCADOR

Andei muito com a Eli pela periferia da Zona Sul de São Paulo. Conversávamos muito sobre todo aquele momento histórico e as perspectivas de cada um de nós diante dele. Nossa... agora fiquei emocionado, porque a Eli foi uma pessoa também muito importante na minha formação como educador popular e militante. A Eli faleceu há uns quatro, cinco anos. Nossa, ela adorava falar. Ia comigo dar aula de alfabetização, à noite, na favela. Trabalhávamos durante o dia no escritório, eu estudava na PUC e, à noite, pegava um ônibus com ela, no final do expediente, e íamos para o Rio Bonito, que é um bairro da Zona Sul. Dávamos aula à noite, e no fim de semana também íamos lá para organizar a comunidade.

Agora, voltando à sua pergunta sobre se foi me colocada a opção de luta armada. Eu diria o seguinte: nunca me foi colocada enquanto um convite explícito, mas eu sabia da existência. Tinha contato com pessoas que tinham feito esta opção. Eu não tinha nenhuma rejeição ou objeção a essa opção. Tinha respeito pelas pessoas que fizeram esta opção, só que achava que a minha era outra. A minha opção era de um trabalho mais de retaguarda, de organizar a população. Acho que por toda essa formação de trabalhar com trabalho popular.

A opção da Maria Nilde também nunca foi pela esquerda armada, embora tivesse respeito, e acolhia muito também. Eu transitei, digamos assim, próximo desses grupos, mas sempre mantive a opção de fazer um trabalho mais de assessoria popular, assessoria em educação popular, e sempre, eu diria, com esse olhar educativo.

Lembro de uma experiência marcante do período que dava aulas com a Eli. A gente dava aula para um grupo lá, de noite... dava aula num barraco, e o grupo era formado por pessoas de mais idade. Então, um grupo de jovens da favela começou, durante o período em que dávamos aula, a fazer bagunça em torno do barraco. Gritavam, xingavam... Uma noite, eles passaram a agredir com mais força, jogar pedra e tal. Os nossos alunos queriam que eu e a Eli tomássemos uma atitude autoritária, de ir lá e esculachar com os caras, ou até de chamar a polícia. Tivemos então a sensibilidade de dizer: 'Não, espera aí, vamos conversar com esses meninos'. Fomos conversar e perguntamos: 'Por que vocês estão agredindo? O pessoal está estudando, aprendendo' ... 'Porque vocês vêm aqui e só dão atenção para eles e não fazem nada com a gente' ... E

nós: ‘Mas o que vocês gostariam de fazer?’ Aí, um deles falou: ‘A gente gostaria de fazer teatro’. Aí começamos um grupo de teatro com esses jovens... ‘Mas como a gente vai fazer uma peça de teatro com esses meninos? Quem que vai escrever essa história, o texto? Como é que vai ser?’... Para a nossa surpresa, acho que talvez mais minha do que da Eli - até porque a Eli já tinha toda a experiência lá de São Félix -, eles começaram a falar o que gostariam de retratar, e montamos o texto em uma tarde.

Depois, comecei a entender: na realidade, o teatro para eles era uma representação da realidade vivida. Essa experiência foi tão significativa que, mais à frente, lá nos anos 1990, me aproximo também do Augusto Boal, que foi uma pessoa que eu curti muito. Eu até me dei de presente nesse final de ano um livro sobre a pedagogia do Augusto Boal, um livro recente que saiu sobre ele - eu tenho diversos livros dele.

PROFISSÃO E FAMÍLIA

Mas falando de outros questionamentos, voltando assim para o lado familiar, como é que a minha família encarava essa opção que eu estava fazendo... a impressão que tenho é que meu pai, em um primeiro momento, imaginava que eu ia seguir uma outra trajetória na psicologia, ou da clínica, ou da psicologia do trabalho, que era a que ele se dedicava. Só que, naquele momento, ele se dedicava do ponto de vista dos empresários - ele era consultor, já tinha deixado um pouco o trabalho do MEC - e trabalhava mais com consultoria para relações humanas e industriais, empresas... Villares, Volkswagen, essas coisas. Mas ele respeitou a minha opção, e isso foi muito importante. Embora não entendesse bem o que eu fazia, até porque não podia contar tudo. Tem esse outro dado.

O clima era tão pesado naquele período, que era arriscado compartilhar em detalhes tudo que eu fazia, até com meus familiares. Por exemplo, o trabalho da favela era tranquilo contar e tal, mas, por exemplo, tinha um outro trabalho junto aos familiares de presos políticos que fazia com a Maria Nilde e a Madre Cristina e que não podia contar. Eu tinha o respeito dele, ele só não entendia muito. Um dia, uma amiga cujo pai também era desse meio industrial me contou que os nossos pais se encontraram, e o pai dela perguntou para o meu pai sobre o que eu fazia... e aí meu pai parou, pensou um pouquinho, e disse: ‘Ele é um missionário. Ele é um missionário’ [risos].

E o conteúdo do trabalho do RENOV? Qual era o tipo de influência pedagógica - suponho que Paulo Freire? Misturava com marxismo, de alguma forma?

Tinha Paulo Freire, tinha influência do marxismo, mas um marxismo muito ligado ao cristianismo, o marxismo cristão, e o humanismo do Mounier, do

Teillard de Chardin... Na área pedagógica, ainda aparecia aquele livro do Ivan Illich, *Sociedade sem escolas*, justamente para questionar o papel da escola e a necessidade de construir uma sociedade educadora. Lá no RENOVA e na faculdade, a Maria Nilde sempre insistiu, e isso foi importante na minha formação - ela sempre trabalhou com equipes multidisciplinares.

Nessa equipe nossa que tinha estagiários, ela acabava misturando o trabalho da PUC com o do RENOVA. Era uma simbiose grande. O estágio que eu fazia na PUC era discutido no RENOVA, e tinha gente que participava do grupo que ia na favela que não tinha nada a ver com a PUC, nem com a psicologia da PUC. Então, havia nas equipes, gente ligada à psicologia, pedagogia, tinha arquitetos. Tive uma influência importante de uma ala progressista da Arquitetura, arquitetura com compromisso com as classes populares. Tínhamos também médicos, sociólogos, historiadores, advogados, economistas, etc. E tinha essa ligação com a Prelazia de São Félix. Outras pessoas foram marcantes nas discussões do RENOVA. Um deles foi o Florestan Fernandes, era a vertente mais marxista.

Ele já estava na PUC nesse período?

Acho que isso foi um pouquinho mais para frente. A gente leva ele primeiro para dar cursos no *Sedes Sapientiae*, depois que ele vai para a PUC. Então tinha o Florestan, tinha D. Pedro Casaldáliga, tinha o Darci Passos, que era um economista de formação marxista, mas também de formação humanista cristã, dava um seminário de economia para nós no RENOVA. E aí, quando foi em 1975, já tínhamos contato com a Madre Cristina, diretora da Clínica Psicológica do *Sedes Sapientiae*. O *Sedes Sapientiae* era conhecido mais por sua clínica psicológica.

HISTÓRIA DO CEPIS – “SEMEADORES DA UTOPIA”

O que é o Sedes Sapientiae?

O *Sedes Sapientiae* é o seguinte: a PUC, nos anos 1960, tinha duas faculdades: a Faculdade de Filosofia São Bento e a Faculdade do *Sedes Sapientiae*. Aí a PUC resolve fundir, deixar de ter duas faculdades, virar só PUC. Então, a Congregação das Cónegas de Santo Agostinho cria um instituto chamado Instituto *Sedes Sapientiae*. Formalmente, não tinha nenhuma ligação mais com a PUC, embora tivesse relações superfraternas, mas era um instituto cultural, tinha uma clínica psicológica gratuita, era um dos poucos serviços de atendimento fora da rede pública.

Era uma clínica psicológica gratuita e tinha como diretora a Madre Cristina, que era uma pessoa superprogressista, tanto no campo da psicologia quanto no

campo da política, nos direitos humanos. Madre Cristina, quando criou o instituto, além da clínica psicológica, resolveu ampliar e criar outros centros. Cria então o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, chamado CEPIS. Aliás, foi lançado recentemente um livro sobre a história do CEPIS, sob o título de 'Semeadores da utopia'. Eu, inclusive, fui um dos entrevistados.

O CEPIS foi então criado em 1975?

Isso, 1975, em Perdizes. As Irmãs construíram um prédio novo para o Instituto Sedes Sapientiae... Mas antes de falar do Sedes, vou voltar só um pouquinho. Havia uma ligação muito estreita entre a Maria Nilde e a Madre Cristina, uma dupla dinâmica e de garra, de resistência e de aglutinação de pessoas. Quando já estávamos no RENOV, e o CEPIS ainda não tinha sido criado, a gente começou, além dos trabalhos sociais de periferia, a fazer um trabalho de solidariedade com perseguidos políticos e famílias dos presos políticos.

Isso antecede inclusive a fundação do Comitê Brasileiro de Anistia. É um pré-CBA. O que a gente fazia? A Maria Nilde e a Madre Cristina reuniam um grupo, do qual eu fazia parte, com advogados, psicólogos, padres, freiras, historiadores. Naquele momento, principalmente na região sul da cidade de São Paulo, havia um trabalho de direitos humanos muito forte, e o bispo responsável pela região da Arquidiocese de São Paulo dava importante apoio a este trabalho de solidariedade com as famílias dos presos.

APOIO E SOLIDARIEDADE AOS PRESOS E PERSEGUIDOS

Como é que a gente fazia esse trabalho? Se reunia na clínica psicológica, todos os sábados à tarde - era religioso, das 14 às 18 horas -, assim muito clandestinamente, digamos, porque era uma operação muito arriscada. Reunia esse grupo de apoio com as famílias dos presos, os parentes, mulheres, irmãos, e a gente de um lado fazia um levantamento das necessidades de apoio, material ou psicológico, espiritual. Eles traziam um relato do que estava acontecendo nos presídios, com os presos e presas políticos(as).

Deve ter sido assim absolutamente mobilizante...

Muito mobilizante. Ouvíamos esses relatos e procurávamos recursos e outras pessoas para ajudar. E tinha um esquema de multiplicação desse grupo. O grupo que se reunia aos sábados, na clínica, era assim coordenador do processo; mas cada um de nós se comprometia, no seu espaço, ou profissional ou como estudante, a formar um grupo de apoio para o qual passava as informações sobre o que estava acontecendo. E esse grupo de apoio também ajudava a angariar apoio, fundos ou recursos profissionais.

Eu, por exemplo, estava terminando Psicologia, tinha um ou dois grupos de várias faculdades com quem me reunia e passava as informações. Quando os presos(as) entravam em greve de fome - porque teve várias greves de fome -, montávamos um trabalho de solidariedade, de panfletar nas faculdades, nos bairros, para que as pessoas tivessem ciência do que estava acontecendo. Foi um trabalho impactante para mim. Me fortaleceu muito ver o sofrimento porque passavam aquelas pessoas que tinham feito um outro tipo de opção, que não era a minha e que, portanto, mereciam e precisavam ser apoiadas.

Tinha situações muito curiosas, que eram pequenos segredos de estratégia. Uma delas era assim: as pessoas eram presas, e muitas vezes os organismos de repressão, DOI-CODI, DOPS, etc., não reconheciam que a pessoa estava presa. Um dos códigos que descobrimos para saber se a pessoa estava presa naquele lugar era levar uma cesta de alimentos. Se eles recebessem a cesta de alimentos, era o código para confirmar que a pessoa estava lá. Madre Cristina era uma freira insuspeita, já mais de idade, com seus cabelinhos branquinhos, etc., e muito corajosa.

Quando tinha um caso em que a gente precisava saber se estava na OBAN, ela mesmo pegava a cesta de frutas e ia lá. Entrava... os caras de nariz empinado: 'Eu vim entregar isso aqui para fulano de tal'. Se os caras recebessem, era sinal de que ele estava preso lá. Um apoio importante para esse trabalho veio da divulgação internacional. Passávamos a mensagem para fora do país através de uma jornalista que era ligada à BBC de Londres. Ela passava esses relatos todos para a BBC. Quando a notícia saía na BBC, internacionalmente, tinha um impacto aqui dentro. Quem ouvia a BBC naquela época ficava sabendo que tinha presos políticos no Brasil e tal.

UM CICLO DE PRISÕES

A repressão não controlava, não monitorava esse trabalho de vocês de alguma forma?

Monitoravam, por exemplo, o RENOV. Convivi com a repressão próxima... nunca fui preso, mas sempre próxima. O RENOV era uma casinha no bairro do Campo Belo. Tinha um ponto de ônibus bem em frente - eu lembro bem disso -, e aí tinha esquema de revezamento. Sempre tinha um cara devia ser do DOPS - que ficava no ponto de ônibus o dia inteiro, olhando o movimento do escritório. Telefone totalmente grampeado, que a gente sabia, até que teve um ataque mais explícito à Maria Nilde.

Foi em janeiro de 1974, ela foi presa. Ela estava fazendo um estudo encomendado pelo Conselho Mundial de Igrejas de Genebra sobre as repercussões da matéria educação moral e cívica, criada pelos militares e assessorada jornalisticamente pelo Dermi Azevedo.

Trabalhou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) uma época...

Trabalhou no CEDI e trabalhava com a gente no RENOV, e ajudava com esse relatório. E aí aconteceu o seguinte: em dezembro de 1973, a repressão tinha uma suspeita de que a Maria Nilde teria relações como PCdoB. Por quê? Porque o PCdoB era um desses partidos da esquerda armada que, junto com a AP, tinha um trabalho no campo urbano, mais de inserção na organização popular – com exceção da questão do Araguaia. O PCdoB tinha uma forte inserção no Movimento do Custo de Vida aqui em São Paulo, assim como o pessoal da AP tinha uma forte inserção no processo de organização popular.

A repressão suspeitava que a Maria Nilde tinha ligações com o PCdoB. Quando eles prenderam o Comitê Central do PCdoB na Lapa, a chamada ‘Queda da Lapa’, em dezembro de 1973, a repressão foi até a casa da Maria Nilde para tentar prendê-la. Mas ela estava no escritório. Precisamos tirar ela às pressas do escritório. O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh tirou ela do escritório. E eu saí com uma outra colega da Psicologia, e fomos avisar D. Paulo Evaristo. D. Paulo, então, esconde a Maria Nilde por umas semanas. Acho que foi no Hospital Santa Catarina. Mas, em janeiro de 1974, a repressão toma consciência desse relatório que estava fazendo para o Conselho Mundial de Igrejas. Nesse momento, eu estava na Paraíba...

Ela foi presa junto com o Dermi e algumas pessoas, militantes de igreja das pastorais sociais. Prenderam a Maria Nilde, o Dermi, o Valdemar Rossi, acho que o Vito Gianotti, o pessoal ligado principalmente à Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo. Foi um ciclo de prisões. Caiu também um pessoal ligado ao Partidão. A Maria Nilde não chegou a ser torturada fisicamente, mas foi muito torturada psicologicamente. O Dermi foi muito torturado fisicamente, barra pesada! Tanto que essa história do filho dele, recente... nossa! Me marcou demais. Porque eu conhecia o Dermi daquele período, foi o sofrimento dele que me marcou muito.

Maria Nilde ficou um mês presa, mas foi liberada, muito por influência do D. Paulo, pressionando o DOPS para liberar. Aí, liberaram também o Valdemar Rossi. Mais à frente, seria testemunha de defesa dela na Auditoria Militar. Teve um julgamento, um processo, e as duas testemunhas de defesa foram D. Cândido Padin e eu. Eu, porque tinha sido aluno do Vocacional, então podia dar um depoimento sobre ela como educadora; e D. Cândido, por conta do próprio trabalho no Conselho Mundial de Igrejas. Lembro que fui fazer uma viagem semiclandestina a Bauru, porque ele era o bispo de Bauru, para levar o processo e mostrar o que os militares estavam acusando, e ver como ele podia preparar a defesa. Peguei um trem de madrugada... à noite para Bauru, com aquele negócio debaixo do braço, morrendo de medo que desse algum problema. Entreguei para

ele, conversei com ele, fui superbem acolhido, e fui testemunha de defesa dela na Auditoria. Ela foi absolvida, no final das contas, desse processo.

EXPERIÊNCIAS MARCANTES: NA PARAÍBA E NO ARAGUAIA

Mas, em janeiro de 1974, tive uma experiência muito marcante que foi uma viagem à Paraíba. Aconteceu o seguinte: D. José Maria Pires tinha tido um problema de saúde, e em 1973, ficou uns meses aqui em São Paulo, fazendo palestras em diversas faculdades sobre a realidade social da Paraíba, sobre o trabalho da igreja com os pobres, com as comunidades. No final, um grupo de estudantes de diversas faculdades se interessou em ir passar um período lá, para conhecer o trabalho em comunidade. Ele convidou a gente, principalmente da PUC - eram dois da USP, um da Escola de Serviço Social. Éramos de várias áreas profissionais, um grupo de umas quinze pessoas. Foi interessante porque fizemos seminários de preparação para ir à Paraíba. Quem fez os nossos seminários, semiclandestinamente, foi a Luiza Erundina, que conhecia muito a realidade da Paraíba e era muito ligada a D. José Maria Pires. Ficamos quase dois meses praticamente vivendo durante a semana em uma comunidade... íamos viver lá, conhecer, ver como era o trabalho. Um dia da semana voltávamos para João Pessoa para trocar experiências: contar o que cada um tinha visto, conversar com D. José Maria Pires...

E aí aconteceu o seguinte: algumas dessas pessoas que foram conosco acabaram ficando. O Genaro, da Psicologia, de uma turma da PUC anterior a nossa, ficou direto trabalhando. Vive lá até hoje. Casou com uma médica, Gláucia, que trabalha com saúde popular. O Paulo Maldos voltou para cá, terminou comigo o curso, em 1976, mas depois voltou para a Paraíba. Ficou morando uns dois anos, trabalhando com pastoral social, tanto na área rural como urbana. Tinha um trabalho lá com prostitutas, um pessoal ligado a Cáritas... então o Paulo trabalhava com isso. Eu acabei ficando com vínculos com a Paraíba até hoje por conta disso. Vou muito para lá, tenho muitas relações.

PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA: APRENDENDO COM D. PEDRO

Outra experiência marcante para mim foi com D. Pedro Casaldáliga. Isso além de todo o contato que eu tinha com a equipe da Prelazia por conta do RENOV - o querido e já falecido jornalista Antônio Carlos Moura, que era do grupo de apoio à Prelazia de São Félix do Araguaia, em Campinas, e frequentava muito o RENOV. Teve uma época que a ditadura estava querendo sequestrar o D. Pedro, para tirá-lo de São Félix e expulsá-lo do país.

O mesmo que fizeram com o Jentel.

Fizeram com o Jentel, e a nossa suspeita era que iriam fazer o mesmo com o D. Pedro. Então, esse grupo que se reunia lá no SEDES no sábado à tarde, que também discutia a situação da Prelazia, decidiu que era preciso tirar o Pedro de São Félix por um mês, convidá-lo para vir para São Paulo. Convidá-lo para fazer palestras na periferia, para ficar visível, porque isso diminuía a probabilidade da repressão pegá-lo. Eu fiquei encarregado de ser uma das pessoas que o acompanhariam durante esse mês em todas as palestras. Criei um vínculo realmente de aprendizagem muito grande. Era o guru da minha formação cristã. Tenho vários gurus nessa parte assim mais espiritual; o Pedro é o meu guru principal, digamos assim.

Apesar de toda essa relação que tive com o Pedro nesse mês que a gente correu pela periferia de São Paulo, interior do estado de São Paulo, com os bispos de Itaici, a São Félix propriamente eu nunca tinha ido. Agora, estando no governo, ano passado, eu fui lá. O 'Minha Casa, Minha Vida' tinha um projeto especial para os Xavantes, de construir uma habitação a partir dos elementos de cultura deles. E fomos lá numa missão, com o pessoal da Caixa Econômica Federal, e eu falei para o Paulo Maldos: 'Paulo, quero ir, porque nunca fui a São Félix'. E ele falou: 'A gente aproveita e faz uma visita para o Pedro'. Fomos de avião de FAB lá para os Xavantes.

A cerimônia foi emocionante, a recepção deles, todo o ritual, e depois fomos para São Félix. A Prelazia tinha disponibilizado uns carros, mas não cabíamos todos. Tinha um pessoal da Marinha que tinha umas caminhonetas e disponibilizaram para nos levar à casa do Pedro. Eu até brinquei com o Pedro, no nosso diálogo falei: 'Pedro, como os tempos mudam. Você lembra como a gente andava lá no passado? E hoje, eu chego aqui na frente da sua casa em um carro da Marinha'.

ASSESSORIA E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O CEPIS então começa em 70...

Fico no CEPIS de 1975 a 1986 - doze anos. Fui um dos coordenadores. Mas tinha uma equipe de coordenação que éramos eu, o Paulo Maldos, o Paulo Vanucchi - que tinha acabado de sair da prisão -, e a Madre Cristina o convidou para trabalhar no Sedes. A pessoa quando saía da prisão tinha que ter imediatamente um emprego. Ele era secretário na clínica do Sedes. Mas depois que acabou a condicional, ele pôde voltar a ter atividade pública. Se integra à equipe do CEPIS. A ideia era fazer um trabalho de assessoria pedagógica e política com as organizações populares e pastorais sociais. Essa era a missão.

Sindicato, não? ABC também?

Movimento sindical também, fortemente. Aliás, tanto a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que tínhamos muito contato, oposições rurais, ABC, tínhamos uma atuação em nível nacional; com o Sindicato Rural de Santarém, no Pará, começamos a relação com o pessoal da corrente sindical 'Lavradores Unidos'. Em termos de metodologia de ação sindical, assim como o ABC era uma referência para o sindicalismo urbano, Santarém tornou-se para o sindicalismo rural. Resolvemos, também, naquele período, fazer essa articulação entre a pedagogia e a questão da fé - fé e política -, digamos assim. Convidamos o Frei Betto, fomos a Vitória, onde o Betto morava... A gente achava que precisava ter uma figura forte nessa área, que cuidasse da fé, que fosse uma pessoa proeminente para ser uma linha de frente no que se referisse ao trabalho com as pastorais. Convidamos ele para se mudar para São Paulo e integrar a equipe do CEPIS, e ele topou vir, em 1977.

A Maria Nilde, no começo, também fazia parte, mas depois ela se afasta e fica só na PUC e no RENOV. Tocamos a equipe do CEPIS, então com o Betto, Paulo Vanucchi, Paulo Maldos e diversos outros(as) companheiros (as). Tinha uma parte da equipe com gente profissionalizada, contratada pelo instituto; tínhamos também uma grande equipe de voluntários(as); tinha uma equipe central, multidisciplinar, e depois duas subequipes profissionais, uma, ligada mais a arquitetos, e outra, mais a médicos.

Todos trabalhávamos na periferia e no acompanhamento das oposições sindicais, sindicalismo do ABC - aí já no período de 1979, 1980, atuando muito no Movimento do Custo de Vida, na Oposição Metalúrgica de São Paulo -, sempre com ênfase na formação. Também havia uma atuação no plano nacional.

Os sindicatos solicitavam o curso? Como funcionava?

Isso, ou oferecíamos também, assim como às pastorais sociais e comunidades de base.

Era trabalho voluntário ou os sindicatos pagavam? O CEPIS oferecia de graça?

Não. A gente sobrevivia da cooperação internacional e do financiamento que o instituto nos propiciava. Isto porque o instituto tinha cursos pagos, psicologia, psicanálise, *gestalt*, que geravam recursos que financiavam uma estrutura administrativa básica.

Quantas pessoas eram reunidas nessa equipe?

Eu acho que umas trinta pessoas, contando os voluntários. Havia também alguns que trabalhavam com alfabetização de adultos e que também se constituíam como equipe.

O trabalho era basicamente em São Paulo, ou vocês atendiam o Brasil inteiro?

Era basicamente em São Paulo, em periferias, mas tinha bastante demanda nacional. Fizemos um intercâmbio entre a Oposição Metalúrgica de São Paulo e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará, porque a Oposição Metalúrgica era uma referência em termos de uma organização operária, e o Sindicato de Santarém estava se constituindo como uma referência de sindicalismo rural. Resolvemos, então, fazer um processo de intercâmbio pedagógico. Algumas pessoas de Santarém vinham debater com os metalúrgicos, a gente financiava, e ajudava a financiar a ida de alguns metalúrgicos para Santarém. Lembro-me que usei dois filmes extremamente didáticos para fazer esse trabalho de articulação: o *Braços Cruzados*, *Máquinas Paradas*, filme da Oposição Metalúrgica, e o de Santarém, chamado *Lamparina*, não sei se vocês conhecem. É um filme fantástico.

O CONTEÚDO DOS CURSOS

O que vocês ensinavam nos cursos? Tinha uma parte de marxismo?

Tinha uma parte de marxismo e tinha influência freireana. Começávamos levantando os problemas da realidade local, qual era a visão que tinham da sociedade, do mundo em que eles viviam, os problemas da comunidade. Aí entrava o conteúdo de história da sociedade humana, modo de produção capitalista, mais-valia, papel do Estado, relação entre comunidades, movimentos e partido.

Qual era o material usado? Marta Harnecker?

Um pouquinho sim, mas não muito. Achávamos esquemático demais. Usávamos uns cartazes para discutir história da sociedade humana, lindíssimos, feitos por um desenhista chamado Fabiano, que morava com o Betto em Vitória. A gente entrava nessa parte. Depois chegava no capitalismo, tinha uma educação sobre o capitalismo, mais-valia. Então - principalmente quando era um grupo de trabalhadores -, tinha uma aula sobre mais-valia, e me lembro da reação dos trabalhadores quando eles entendiam aquilo, o que era o negócio da mais-valia. Era uma reação de indignação, de sentimento de exploração.

Entrávamos também um pouco - quando era grupo de bairro - com a questão urbana, a ausência de serviços, a diferença entre o centro e a periferia, a desigualdade... Aí entrava a parte de utopia: 'Mas isso pode ser transformado'. Quando entrava nessa parte, havia um conteúdo também instrumental: noções de como planejar um trabalho na comunidade, como se organizar, como trabalhar em equipe.

Quando era um grupo mais ligado à igreja, entrava uma parte de fé e política, de ligação com o evangelho, a bíblia. Frei Betto cuidava desse departamento. Todos nós tínhamos um pouco disso, porque mesmo o pessoal que era oriundo mais da esquerda armada, como Paulo Vanucchi, da ALN, por causa da ligação com os dominicanos, teve um marxismo muito ligado com o cristianismo; Camilo Torres, era sempre muito citado.

A RELAÇÃO COM OS PARTIDOS COMUNISTAS

Como era a relação de vocês com os partidos comunistas? Porque o CEPIS já ocorreu em um período de ligeira distensão.

Já era o período de distensão. Com o PCdoB, era mais nos trabalhos de bairro, porque eles tinham gente que trabalhava em movimento de creche, no Movimento do Custo de Vida. Com o Partidão, era mais na área sindical. Um dos trabalhos que fazíamos pelo CEPIS era assessoria ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, com forte influência do Partidão. Só que a gente atuava com uma parcela da diretoria que era menos ortodoxa, e que queria fazer um trabalho mais de organização de base, não tanto de cúpula. O presidente do sindicato era da tradição cupulista do PC da época. Tinha uma parte da diretoria que queria fazer um trabalho mais de base. Aí, eles montaram uma escola, naquela época chamada supletivo, a CEMETAL.

Trouxemos uma companheira educadora de Nova Iguaçu, a Ana Lucia, que era uma pedagoga muito bem formada, e montamos um supletivo superousado, assim meio inspirado na experiência do Vocacional, superpolitizado. Nós, do CEPIS, íamos quinzenalmente dar uma assessoria pedagógica à equipe de professores(as) e apoiar a Ana Lúcia como coordenadora. Só que chegou uma hora que o presidente do sindicato desconfiou que a gente estava articulando com a parcela da diretoria que atuava no CEMETAL uma oposição sindical contra ele, e mandou fechar a escola...

O MOVIMENTO SINDICAL

Por que o Paulo tem muita ligação com o ABC, mas vocês, menos?

Não, eu tinha também bastante, muito forte. Quando estava no CEPIS, dava aulas no departamento de formação do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Era uma das minhas atividades, junto com pessoas de outras ONGs. Tinha gente da FASE aqui de São Paulo, o Léo, o Valdo. Dávamos aula no departamento de formação. No início dos anos 1980, ainda no CEPIS, acompanhamos todo o processo de criação da CUT, e eu inclusive fiz parte

da equipe da primeira direção nacional eleita, presidida pelo Jair Meneguelli. Depois, o que acontece? Em 1986, tem início uma discussão sobre a criação do Instituto Cajamar.

Na verdade, antecedendo a própria criação da CUT em 1980, Frei Betto, com um conjunto de lideranças do movimento sindical e popular, cria a ANAMPOS (Articulação de Movimentos Sindicais e Populares), que se constituiu com o objetivo de explicitar princípios políticos e de ação que fossem um contraponto, de um lado, ao peleguismo, e de outro, à tradição aparelhista de organizações como o Partidão e o MR-8, que tinham presença nos movimentos sindicais e populares. Tínhamos uma estrutura muito pequena de secretaria desta articulação, da qual eu fazia parte ainda enquanto CEPIS, e o primeiro documento público da ANAMPOS ficou conhecido como ‘Carta de João Monlevade’.

Vale recordar e registrar que, antes mesmo da criação da ANAMPOS, um grupo de educadores populares e militantes independentes construiu um texto intitulado de ‘*Crítérios*’, no qual procuramos enunciar os princípios para um trabalho de base autônomo, independente, que nos distinguisse das organizações da esquerda tradicional que se relacionavam com movimentos, muitas vezes, na ótica da correia de transmissão, e com a prática do aparelhismo. Este documento circulou semiclandestinamente por todo o Brasil e serviu de base para o que viria a ser, posteriormente, os princípios da ANAMPOS.

Você trabalhou nos ENTOES?

Acompanhei os ENTOES, e tinha o ENOS. O ENOS era mais ligado às oposições sindicais de linha mais ortodoxa, puxado pela Oposição Metalúrgica de São Paulo e algumas outras. Os ENTOES já eram mais ligados à Oposição Metalúrgica de São Paulo, aceitando mais o sindicalismo de São Bernardo. Porque tinha uma disputa sobre a melhor concepção de sindicalismo. Tanto é que a Oposição Metalúrgica de São Paulo, naquela época, começou a pensar em criar uma espécie de partido político que chamavam de Ativo Operário. Eles nos convidaram para participar das reuniões do tal Ativo Operário. Fomos em uma ou duas reuniões e achamos radical e vanguardista. Mas eles desativaram o Ativo Operário, embora mantenham uma articulação até hoje, assim, política... e têm um projeto de Memória da Oposição Metalúrgica com publicações e seminários.

CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES: A UNIÃO DAS LUTAS

Depois de criada a CUT, em 1983, a segunda tarefa da ANAMPOS era criar a Central de Movimentos Populares [CMP]. Trabalhei fortemente, como

articulador, na história da Central de Movimentos Populares. Era um tema difícil porque alguns movimentos achavam que criar uma Central de Movimentos Populares podia passar por cima da especificidade de cada movimento. Era transportar um modelo que funcionava no movimento sindical, mas que não funcionaria no movimento popular, por ser muito diverso e específico. Defendíamos que não se tratava disso e, sim, de criar um espaço de articulação de vários movimentos, respeitando sua autonomia e diversidade. A CMP (Central dos Movimentos Populares) foi, finalmente, fundada em 1993, e cumpriu, em outubro de 2013, seus 20 anos de existência.

O que eu acho superimportante nessa época foi todo o esforço que a gente fez, tanto dentro do movimento sindical como do movimento popular, para mostrar a importância dessa união entre o movimento sindical e o popular, entre o rural e o urbano. Daí a importância da greve dos metalúrgicos do ABC, quando a Central procurava articular o movimento popular para levar o apoio dos bairros. Diversos clubes de mães fizeram arrecadação de solidariedade para poder levar. Foi importante eles perceberem, concretamente, que estavam na mesma luta, vinculados ao movimento sindical. Nessa época do CEPIS, também começam os meus primeiros contatos pessoais com o Paulo Freire, quando ele volta com a Anistia.

Ele vem para o CEPIS?

Não. Ele cria um instituto chamado ‘Vereda’, junto com a Vera Barreto, José Carlos Barreto... mas a gente o convidava para algumas conversas no CEPIS, junto com outras pessoas de referência. Tinha a matriz marxista, o Florestan Fernandes, mas tinha outras referências também, como o Luiz Eduardo Wanderley, o Luiz Alberto Gómez de Souza, lá do Rio. Eram seminários de formação para a equipe. Chamávamos essas pessoas para melhorar a nossa capacitação. Aí começa um intercâmbio que na minha história pessoal foi muito importante, com centros de educação popular de outros países da América Latina. Havia uma rede de centros que se organizava na América Central, principalmente, chamada ‘Alforja’, coordenada por Oscar Jara, Carlos Nuñez, Raul Leis, sociólogo e teatrólogo panamenho que faleceu recentemente...

ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DE ASSESSORIA: AS INICIATIVAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE LIVROS

Como era a relação do CEPIS com outras entidades, como CEDI, FASE, NOVA?

Tínhamos uma articulação muito grande. Fazíamos seminários de troca de experiências, trabalhávamos juntos. Nesse processo de criação da CUT, todo mundo trabalhou junto, CEDI, FASE, CPV. O NOVA, nem tanto, no caso da

CUT. O NOVA tinha uma posição, lembro que nos respeitávamos muito, mas tinha uma pequena diferença: eles tinham uma visão mais anti-institucional, valorizando muito mais o trabalho com educação popular na base e com cultura popular. Mas FASE, CPV (Centro Pastoral Vergueiro), CEDI, todos trabalhamos na construção dessas organizações.

Há pelo menos duas experiências que queria citar, porque foram muito inovadoras naquele período já de democratização. Uma foi a do 'Jornalivro'. O Jornalivro era uma publicação que nós, lá do CEPIS, mais o CPV, mais a FASE, fazíamos. Os trabalhadores, na nossa concepção, não tinham acesso aos livros por causa do preço, e era importante que lessem para sua formação geral. Então a gente editava o livro na forma de um jornal. Editamos a Mãe, do Gorki; editamos um livro sobre a Nicarágua, chamado *Nicarágua Livre...* alguns livros sobre literatura geral; editamos o livro da Moema Viezzer, que contava a história da líder operária boliviana, Domitila, Se me deixam falar, que teve grande difusão... Rodou esse Brasil inteiro, esse *Jornalivro*. A gente recebia cada depoimento lindo, de mulheres lá da Amazônia, que liam e discutiam em grupo o *Jornalivro* sobre a Domitila.

De quantos exemplares era a tiragem?

De dez a quinze mil. Funcionava por um esquema de autofinanciamento. Principalmente os sindicatos, compravam antecipadamente mil exemplares, e isso permitia a gente se autossustentar. Tinha um pouco de dinheiro da Cooperação Internacional.

Quanto tempo durou o Jornalivro?

Durou uns cinco anos, mais ou menos. Depois, a questão econômica estrangulou, começou a cair a Cooperação Internacional, começou a ter um mercado editorial na cobertura também mais ampla, enfim...

Havia outra experiência que se chamava Núcleo de Correspondência. Era uma iniciativa nossa, também do CPV e da FASE, em que a gente buscava reunir diversos materiais, relatos de experiência, pequenos boletins, etc. Tínhamos o endereço de um número enorme de organizações que sabíamos que não receberiam aquele boletim - por exemplo, um boletim de pastoral que tinha um forte conteúdo social importante, mas que o movimento sindical não necessariamente receberia. A partir da nossa listagem, mandávamos esse boletim para todo mundo. O Núcleo de Correspondência foi também uma boa iniciativa.

Vocês tiveram preocupação de arquivar esse material?

Esse é um dos dramas atuais. O CPV era a entidade que fazia isso. O CPV foi minguando aos poucos. Eles não conseguiram, em um determinado período

do, se reciclar com a rapidez necessária. Esse material está lá para ser digitalizado. Estou tentando dar uma força nessa história. Eles pediram para o Ivan Valente, do PSOL, fazer uma emenda parlamentar pedindo recursos ao Ministério da Cultura para digitalizar esse acervo, para ver se ajuda.

O NASCIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

E vocês tiveram participação na criação do PT?

Tivemos sim, pois o PT nasce no ano de 1981, fortemente ligado às lutas dos movimentos sociais. Esse campo precisava criar um instrumento político próprio, e no começo dos anos 1980, eu participei do primeiro encontro que discuti a criação do PT, o prévio ao lançamento do partido, que foi no Sedes Sapientiae. O primeiro encontro oficial de fundação, em 1981, foi no Colégio Sion, e ali, também estive presente.

Mas além de criar o PT, principalmente os sindicalistas, sentiam que para poder formular propostas de alternativas para o Brasil que pudessem incidir sobre a Constituição, precisavam ter um espaço de formação próprio.

Aí surge a ideia do Instituto Cajamar, que fez uma importante inflexão na história da esquerda do Brasil. A tradição dos PCs, qual era? Era a tradição vanguardista. Vamos levar a formação para os trabalhadores, porque eles precisam ser formados, e, só nós, os intelectuais, conhecemos o marxismo e, portanto, devemos transmitir à classe trabalhadora. O Instituto Cajamar surgiu num processo inverso. Foram os trabalhadores que sentiram necessidade de criar o instituto, que acharam o espaço físico.

E aí eles nos chamam, vários intelectuais orgânicos, para fundarmos juntos o instituto. Paulo Freire é convidado para ser presidente do instituto, um presidente de fato, não era para apenas emprestar seu nome. E, de fato, ele assumiu a tarefa proposta, participando de uma série de atividades do instituto e nos ajudando com suas sempre fecundas reflexões sobre uma educação popular e libertadora.

A assembleia de fundação foi em agosto de 1986. Durou, como instituição, até janeiro de 1997. Infelizmente, aí o PT começa a priorizar a via eleitoral e deixa de priorizar a formação. Na verdade, foram dois fenômenos: uma crise financeira - o Cajamar dependia muito da cooperação sindical internacional, tinha vínculos com a Itália; e também uma crise política, que é a minha interpretação, obviamente, sobre os caminhos eleitoralistas que o PT começa a ter.

CAJAMAR E PAULO FREIRE

O pragmatismo eleitoral começa a reinar e aí fecha. Mas o Paulo Freire era o presidente, orientava os nossos seminários - eu era o coordenador pedagógico.

O instituto tinha três departamentos: formação, estudos e pesquisas, e recursos pedagógicos. Eu fui, inicialmente, coordenador da área de recursos pedagógicos, e membro da coordenação política do instituto durante toda sua existência.

Acho que o Cajamar foi uma história importante junto com algumas outras instituições, como foi também, nessa época, a fundação da TV dos Trabalhadores, da qual eu também fiz parte. A gente fundou tanta coisa! Aquela época era um sufoco. O Cajamar teve um papel enquanto centro de formação e de reflexão teórica e política que ainda está por ser sistematizado.

Até hoje encontro gente no Brasil inteiro que fala: ‘Que falta está fazendo um Cajamar!’ Foi tão importante que o Oscar Jara, que trabalha com a sistematização de experiências desse tipo e com quem a gente tem contato até hoje, tem nos estimulado e se propõe a colaborar com a sistematização daquela experiência entre seus fundadores e como ativo participante das atividades ali realizadas com o ex-presidente Lula e diversos outros companheiros que ocuparam recentemente importantes funções nos nossos governos e movimentos sociais.

AS ONGS E AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Fui membro também daquela rede do CEAAL, que até dois anos atrás era Conselho de Educação de Adultos da América Latina. Mudamos, na última assembleia, para Conselho de Educação Popular da América Latina. Fui presidente do CEAAL de 2001 a 2008. O Paulo Freire foi o primeiro presidente, em 1982, quando o CEAAL foi fundado no contexto do encontro de diversos educadores populares latino-americanos que, a partir do apoio e solidariedade emprestados ao processo da Revolução Popular Sandinista na Nicarágua, sentiram necessidade de criar uma rede de articulação das diversas experiências de educação popular em curso em toda América Latina e Caribe.

Essa iniciativa continua?

Continua. É uma rede com cerca de duzentas ONGs, em 21 países da América Latina e Caribe, e que na sua última assembleia decidiu tornar-se um movimento de educadores e educadoras populares. Hoje, o presidente é o educador peruano que vive na Costa Rica, Oscar Jara. Hoje, não estando mais no exercício efetivo, sou um dos presidentes honorários, participando ainda dos momentos mais importantes da rede.

Depois desse período de Cajamar fiz as minhas primeiras incursões governamentais em governos locais. Então, em 1989, na gestão da Luiza Erundina, como estávamos juntos no Cajamar, Paulo Freire e eu começamos a discutir, antes mesmo dele ser indicado a secretário: ‘Precisamos criar um grande movimento de alfabetização na cidade de São Paulo em parceria com os movi-

mentos sociais'. E quando ele foi indicado, me convida para ir para Secretaria, e a gente cria junto o MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo), depois reproduzido e recriado em vários municípios. Tem muitos MOVAs até hoje... ainda tem o MOVA-Brasil e a articulação de MOVAS. Começamos a conceber isso lá nas nossas conversas no Cajamar. Depois, na Secretaria, mais gente entrou na história. Mas eu fui o primeiro coordenador do MOVA.

PIEP/PREFEITURA DE SÃO PAULO: A AVENTURA DE GOVERNO

Tínhamos também um projeto chamado Projeto Integrado de Educação Popular (PIEP), que era o seguinte: uma assessoria situada no gabinete da prefeita Luiza Erundina, composta, entre outros, por alguns formadores do Cajamar que foram transferidos para esse núcleo do PIEP. O objetivo era dar assessoria para todas as secretarias, e não só a de educação, como organizar um processo de participação popular com o conteúdo de educação popular. Uma das bandeiras do PT naquele momento era a inversão de prioridades sociais, de recursos; e a outra era a de participação popular. A gente achava - com aquele olhar que veio lá de trás -, que precisava ter educação popular acompanhando os processos de participação, para eles serem verdadeiros, etc. Não fiquei o tempo todo na Secretaria de Educação, mas no PIEP fiquei como consultor até o final da gestão.

Depois, volto para a sociedade civil. Trabalhei um tempo na FASE, em 1993. De 1993 a 1996 fiz uma incursão parlamentar. Trabalhei na Assembleia Legislativa de São Paulo com um deputado metalúrgico, de origem na fábrica, o José Zico Prado, que assumiu o posto na Assembleia sem ter sido dirigente de sindicato, apenas militante da Oposição Metalúrgica, com atuação em comunidade na Zona Leste da cidade de São Paulo. Trabalhei com ele em um mandato. Me chamou para ajudar na formação. Ele queria, através do mandato, a formação dos núcleos de apoio no interior. Daí, em 1997, o Celso Daniel me convida para ir para Santo André. Tínhamos criado, em 1991, no Cajamar, uma coisa chamada Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Democráticas. Por quê? Porque a gente começou a perceber que a teoria que o PT defendia a respeito da participação popular ainda tinha um pouco de influência da história dos *soviets*, conselhos populares, como duplo poder.

Começamos a perceber que isso era absolutamente insuficiente para dar conta da complexidade e diversidade dos desafios enfrentados pelos governos. Daí resolvemos criar um Fórum Nacional de Participação Popular com as prefeituras que mais investiam em processos de participação, e nesse processo, ir construindo, entre aspas, uma teoria própria a respeito de participação popular.

O primeiro documento que a gente fez se chamou *Participação popular, um sonho possível*. O Celso Daniel nos ajudava muito nesse Fórum, era um teórico e um excelente gestor público.

O Celso tinha um espírito de agregação impressionante...

Junto com Paulo Freire, D. Pedro Casaldáliga, Madre Cristina e Maria Nilde, eu diria que ele foi o meu quinto guru. Com o Celso Daniel eu aprendi muito do que é participação como método de governo e de gestão. Ele montou um secretariado lá, de primeira linha; estava o Gilberto Carvalho, secretário de comunicação, tinha o Maurício Faria, urbanista aqui de São Paulo... Quando queria recolher ideias para um projeto estratégico para a cidade, montava seminário para discutir e trazia consultores do mundo inteiro. Foi uma escola. Até hoje eu me emociono...

E o Paulo Maldos?

O Paulo Maldos foi mais para a área indígena, e a gente não se cruzou muito profissionalmente durante um certo período. Voltamos a nos encontrar agora, no governo federal. Mas se a gente está dando conta da complexidade desta nova tarefa, pelo menos no meu caso, essas experiências como membro de governos locais foram fundamentais, principalmente a de São Paulo. Naquela época, a aventura de governar São Paulo era quase tão grande quanto a aventura de ganhar o governo federal. E também a escola que foi para mim a gestão do Celso Daniel.

A SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

E essa passagem depois para a secretaria geral da presidência, como é que foi?

Outra pessoa que faz parte da minha trajetória e do conjunto de gurus inspiradores é o Gilberto Carvalho. Em tudo isso que eu contei, o Gilberto foi sempre parceiro e cúmplice na ANAMPOS, nas pastorais, fé e política - depois quando cria o PT, teve um período que ele foi o secretário nacional de formação política, e eu fazia parte do coletivo da Secretaria. Enfim, o Gilberto acompanhou tudo isso, depois o Cajamar e Santo André. Quando o Lula ganha, em 2002, fui conversar com Gilberto, e ele me perguntou: 'Você quer ir para o governo?'. 'Mas como assim, quer ir para o governo?', indaguei. Ele falou: 'Você, com toda a sua história e sua experiência, você pode ser um assessor de algum ministro'.

Mas aí comecei a ver o Frei Betto indo para o governo, Oded Grajew, Ivo Poletto, bando de gente importantíssima do lado de cá, digamos assim, da sociedade civil. Como eu sempre fiz esse trânsito entre sociedade civil e o gover-

no, comecei a questionar se devia ir. Como o convite não era específico - você quer ir para o governo? -, falei: 'Gilberto, acho que vou ser mais útil para o nosso projeto de mudar esse país ficando na sociedade civil, porque vai ser um período complicado a relação de sociedade civil também com o governo Lula. Tem muita gente importante na sociedade civil indo para o governo, então prefiro ficar ajudando do lado de cá'. Ele arregala um olho desse tamanho e pergunta: 'Posso falar para o chefe (Lula) isso?' ... 'Pode, sim. E não só diga para ele que não vou, como diga o motivo'.

Mas quando chegou em dezembro de 2010, com a vitória da Dilma, Gilberto deixou de ser o chefe de gabinete e assumiu a secretaria geral da Presidência da República - que tem por vocação fazer a relação do governo com a sociedade civil, acompanhar os processos de participação e educação popular -, e ele me convida para ir para o governo. Aí, disse: 'Bom, agora eu não tenho como recusar'. Eu estava em um momento pessoal de vida que também me permitia isso. Aí juntou duas coisas: uma, porque o convite foi para o tema que eu trabalhei a minha vida inteira - essa foi a primeira razão; a segunda, claro, a vontade de ter uma experiência no âmbito de gestão com a complexidade que tinha; e a terceira, pelo fato de ser um convite do Gilberto. Era irrecusável, porque o Gilberto é uma pessoa com uma postura política, ética e pessoal assim... fantástica! Ele tem um estilo de gestão absolutamente democrática.

Entrevista realizada em São Paulo (SP), em 20/12/2013,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici

Maria Aída Bezerra Costa

UMA FAMÍLIA DIVERSA

Meu pai vem de uma família grande. O meu avô, muito progressista para a sua época, queria que as filhas estudassem, e o meu pai as acompanhava por recomendação dele. Nessa tarefa, terminou se preparando para professor – que não era o seu sonho -, e trabalhou por alguns anos em colégios no interior do estado.

De onde você é?

Nasci e me criei no Recife. Meu pai era do interior de Pernambuco e veio para o Recife quando meu avô para lá se mudou com a família, porque tinha se engajado como fiscal de renda do estado. Minha mãe era da Paraíba, de João Pessoa. Perdeu a mãe com 3 meses de idade e foi criada pela avó, descendente direta de índios. Então, em matéria de mestiçagem, eu sou bem nutrida. Pedaco português (minha avó materna era filha de portugueses), um pedaco índio, um pedaco negro e outro árabe na veia. Meu pai tinha uma fisionomia de árabe: moreno, narigudo, e de olhos azuis.

Ele terminou não se dando muito bem como professor de colégios do interior. A maioria da clientela era composta dos filhos dos senhores de engenho, de tradição muito católica. No último colégio em que ensinou, o bispo quis obrigá-lo a dar aulas de religião. Ele pediu ao bispo para escolher outra pessoa para assumir a tarefa. Não tinha nada contra a inclusão da matéria, mas, pessoalmente, não se sentia em condições de assumir porque não professava nenhuma religião. A partir daí, criou-se uma campanha contra o colégio e, dadas as circunstâncias, terminou por deixar o colégio e voltou para o Recife.

Minha mãe casou muito nova, com 16 anos, e quando ela e o meu pai voltaram para o Recife, já era mãe de quatro filhos. Somos, ao todo, nove. Na sequência, sou a sexta. Éramos cinco homens e quatro mulheres. Hoje somos menos. Já morreram três nesses últimos cinco anos. Um deles foi José Valdemir, primo e irmão de criação. Portanto, nos contávamos como dez.

Do que me lembro menina, éramos uma família pobre. Quando meu pai deixou de ser professor, foi sobrevivendo com o que conseguia como trabalho. Trabalhou na prefeitura e, um tempo, foi até tira. Da polícia, saiu na hora em que quiseram obrigá-lo a fazer tortura (Estado Novo).

Guardo uma lembrança muito boa da relação entre meus pais. Eram desses casais que não acabavam nunca de conversar. Eles eram de classes diferentes: meu pai, de classe média, e mamãe, de família muito pobre. Tenho uma lembrança assim, quase que fotográfica, das horas de almoço: aquela mão morena do meu pai cobrindo a mão muito branca de minha mãe.

Com as conversas que circulavam, gravei a impressão que foi depois dos acontecimentos do assassinato de João Pessoa que meu pai entrou para o Partido Comunista. Então, de um lado, tinha a minha mãe, que era de um catolicismo, digamos, tradicional popular, desses que frequenta a Missa do Galo e o Domingo de Ramos e toma distância da sacristia. Do outro, meu pai, ateu. Antes de se casarem, fizeram um pacto: ela poderia batizar e ensinar a rezar os filhos todos que tivessem. Fomos todos batizados. Em contrapartida, por ser ateu, ele não casaria na igreja.

Quem tinha descendência de negros era ele?

Não, minha mãe. O pai de minha mãe parecia um cacique. Era uma mistura típica de negro com índio. Do que ouvi contar, o pai desse meu avô era negro, e assumia as funções de capataz de engenho, na Paraíba. ‘Roubou’ a minha bisavó, e o senhor do engenho patrocinou o casamento, guardando a noiva. Minha bisavó - essa eu conheci -, era uma índia de tranças cinzas.

Como a diferença entre o seu pai e a sua mãe refletia na formação de vocês?

Acho que a gente não se sentia afetado por essas diferenças. Minha avó, mãe de meu pai, não só descendia, mas tinha todos os hábitos de uma senhora de engenho. É dela que vem o nosso lado árabe (Camello Pessoa). Meu avô, seu marido, era uma figura que lembra muito meu pai. Ouvi histórias de sua militância como republicano. Ficou cego em decorrência de catarata. Assim mesmo, ia para o sítio da casa plantar e voltava no final da tarde. Éramos vizinhos, e papai, muitas vezes, à tarde, ia visitá-lo. De vez em quando, eu o acompanhava. Começavam a conversar sobre política. Eu era muito miúda, não entendia nada daquilo que falavam. O que o meu pai trouxe dessas heranças, para nós, não ficava explícito. Não nos interrogávamos nem sobre a origem de papai, nem sobre a de mamãe. Era tudo natural.

A MARCA DA POBREZA E O PESO DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Isso foi quando?

Nasci em 1937, digamos assim que sou do período da II Guerra Mundial. Morávamos na Avenida Norte, em Casa Amarela, na época, periferia norte

do Recife. Digo sempre que não guardo a menor queixa, nem da minha infância nem da minha adolescência. Vivi tudo que tinha para viver - subindo nas árvores, brincando de roda, escutando histórias de fadas e bruxas. Éramos muitos e isso ajudava. Então, não me lembro de ter sido marcada pela pobreza. A força de estar juntos era maior.

Minha mãe era uma pessoa, apesar dos limites de sua instrução, que lia muito. Lia diariamente o jornal. E tinha sempre um romance que estava lendo. Acordava cedinho, nos acordava para a escola, preparava o café, e saíamos. Passava a manhã toda trabalhando nas tarefas domésticas. Mas, depois do almoço, era o seu tempo: o jornal, a conversa com papai sobre as notícias do dia e a leitura do romance.

Sofreu um tanto. Pode-se imaginar o que passou nos tempos de perseguição ao Partido, não tendo ela escolhido ser comunista. Enfim, acho que tudo isso teve peso em nossas vidas: o peso da experiência da pobreza, que trouxe uma imensa aprendizagem para todos nós; o peso da vivência política, como tensão, tem o seu peso, também; e a importância dessa tranquilidade na relação conjugal.

A pressão vinha de onde?

Ela, minha mãe, não entendia muito o que era isso: comunismo, marxismo. Mas, entendia muito da luta dos operários (época da força das fábricas têxteis), da esquerda nascente e da luta da Petrobrás. Não só entendia mas dava força. Agora, Partido Comunista, clandestinidade, era difícil. As pessoas do Partido apareciam lá em casa. Às vezes, chegava uma velhinha com jeito de quem vem pedir esmola, mas estava distribuindo a *Folha do Povo* - o jornal do Partido -, em Pernambuco. Outro cidadão chegava e anunciava: 'Avisa a Bezerra que chegou o soldado do Prestes' Ela reagia: 'Essa casa minha não é um quartel'. Então tinha uma tensão. Papai escrevia também uns artigos para a *Folha do Povo*. Às vezes, não eram bem aceitos, e teve que responder a umas tantas autocríticas exigidas pela disciplina do Partido.

A FORMAÇÃO EDUCACIONAL

E com relação à educação de vocês? Como foi?

Fui a primeira a fazer o curso universitário. Com sua cultura popular, os filhos homens que chegavam à maioria minha mãe pressionava para que fossem trabalhar, dizendo: 'Quem tem filho barbado é gato'. O mais velho começou o colegial, mas parou para trabalhar. Minha irmã mais velha completou o ginásio e não quis mais estudar. A segunda lutou até o vestibular. Só muito depois, já mãe de três filhos, voltou a estudar e fez sociologia.

As mulheres não eram pressionadas para deixar o estudo e ir trabalhar. O destino era outro. Dos meus irmãos homens, dois deles, mesmo depois de casados, fizeram o curso universitário: um fez direito e outro administração pública. Mas, na época, eu fui a primeira a obter um diploma universitário.

Papai fazia um imenso esforço. Era tudo muito apertado financeiramente, mas todos estudaram. Para o primeiro ano do ginásial papai costumava nos matricular no Colégio Americano Batista, e, depois, em geral, seguíamos para um colégio público. Os mais velhos foram direto para os colégios públicos. Mas a segunda leva foi para o Americano Batista. Ele dizia que o colégio era o mais próximo de casa e de fácil acesso, porque começávamos o ginásio muito cedo, com 10 ou 11 anos. Fazia sentido ter cuidado.

Você se sentia estimulada a estudar?

De dentro de mim, nunca me senti estimulada a estudar. A escola sempre foi um atrapalho na minha vida. Gostava de chegar em casa, correr, brincar e ler. A primeira coisa que fazia era tirar a farda e, logo depois, fazia os deveres e ficava livre. Tirava boas notas, mas a escola nunca foi um lugar atrativo para mim. Sempre muito tímida. Tive que lutar muito com a minha timidez. Digamos, a escola não me achava e eu não achava a escola. Não gostava de brincar na escola. Gostava de brincar em casa, com as minhas árvores, com meus irmãos, minha turma. Brincar de roda era à noite. A dificuldade com a escola penso que funcionava como se tivesse aparecido outro mundo. Eu já tinha um. E a escola passou a me dividir em dois mundos.

Mas a escola estimulou a continuar estudando ou foi sua mãe?

Minha mãe não exercia essa pressão. Mas quando eu via os irmãos mais velhos irem para a escola, pedia para ela me ensinar a ler. Na verdade, devo a minha iniciação à alfabetização a minha mãe. Queria ler os gibis que os mais velhos liam. Eu gostava de estudar, mas não gostava da escola. Eu lia em casa o que queria, estudava o que eu queria, mas na escola cumpria, cumpria, fazia o que me mandavam fazer. Papai ajudava a ampliar a nossa curiosidade. Conversas ‘mis’: sobre astros, tragédias gregas, fenômenos da natureza, idiomas e cantos.

O GOSTO PELA LEITURA

Seu pai ou seu avô indicavam livros? Como é que esses livros apareciam?

Nós fomos muitos livres nesse campo. Papai sempre estudou muito, estudava por diversão, história e cálculos determinantes, etc. Então ele era, por

escolha, um estudioso. Isso me chamava a atenção, sim: ‘Como é que papai consegue se divertir fazendo cálculos de matemática?’ Mais crescidinha, me inscrevi na biblioteca municipal do bairro. Lia por autores, tudo que estava disponível: de José de Alencar, de Machado de Assis, etc. Não havia nenhum controle sobre isso.

Mas ele gostava de história também?

Muito. Lia muito e nos sentava em torno dele para contar as tragédias da mitologia grega, falar das estrelas, dos acontecimentos históricos etc. Ensinava a contar e a cantar em francês, em inglês. Declamávamos com ele *Os Lusíadas*; ele sabia aquilo tudo de cor. Enfim, continuava sendo um professor e nunca deixou de ser professor dos filhos. Eu detestava matemática. Mas ele juntava dois, três de nós para ajudar nas nossas dificuldades com a matemática. Lembro da fumaça de cigarro nas nossas narinas.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Os homens foram trabalhar e as filhas seguiram adiante na universidade?

Minha irmã mais velha parou no quarto ano ginasial. Era uma brilhante aluna, mas parou. O irmão mais velho parou no colegial e foi trabalhar. Os outros também foram parando. O encostado a mim, um pouco mais velho, não quis mais estudar. Começou a perder ano, e aí papai perguntou se ele queria trabalhar, e ele disse que sim. Fez concurso no IAPI e com mais ou menos 14 anos foi trabalhar como mensageiro. Papai era funcionário do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários). Foi a partir desse vínculo com o governo federal que ele melhorou suas condições de vida e pode melhorar a dos filhos. Tinha a função de fiscalização dos empresários. Esse meu irmão, que trabalhou como mensageiro, depois de casado, já com todos os filhos criados – e ele teve cinco filhos – voltou a estudar. Fez administração pública, depois fez ciências contábeis. E, durante muito tempo, foi fiscal da Receita Federal.

Você diria que foi a escolhida pelos pais para estudar, fazer a universidade?

Não, não. Eu saí andando normalmente. Não tinha motivos nem interesse em parar os estudos. E os que vieram depois também fizeram a mesma coisa. Um fez medicina, a mais nova, enfermagem, José Valdemir fez administração, e o caçula, agronomia. Eu reivindiquei: ‘Papai, agora eu queria estudar no Colégio Oswaldo Cruz’. Sabia que o Colégio Oswaldo Cruz era um colégio privado, mas não fazia a menor ideia do quanto isso custava. Já tinha

estudado uma parte do ginásio em colégio público, mas não queria continuar. Tinha primos que já estudavam no Oswaldo Cruz, e eu guardava uma boa impressão. Fiz meu curso colegial no Oswaldo Cruz e me preparei para fazer odontologia. Em tempo, descobri o serviço social, e a poucos meses do vestibular de odontologia - e eu ia bem -, mudei de rumo.

Foi uma revolta familiar. Acho que todo mundo apostava que eu seria a primeira a fazer uma carreira de nível superior prestigiada. Escolhi um caminho que ninguém conhecia. Mas o que me atraiu foi o campo de trabalho: as assistentes sociais trabalhavam com pessoas pobres. Perguntavam, 'O que você vai fazer com serviço social; o que é isso?'... 'É um curso para gente que quer trabalhar com pobres e eu quero trabalhar com pobres'. Meu pai não gostou da minha escolha. Mas quando precisei de professor para estudar história, como preparação ao novo vestibular, ele se dispôs.

Você serviu de exemplo?

Não sei como é que eu servi. Mas saí andando. Apostava nos que vinham depois de mim e, quando comecei a trabalhar, contribuía financeiramente nessa direção. O que escolheu medicina, não passou no primeiro vestibular. Minha mãe já começou a sua resistência. Desafiei: 'Não passou no vestibular esse ano, mas quer estudar, não quer?'. Tornou-se um bom médico. A mais nova foi para área de saúde também: enfermagem. O caçula, o agrônomo, seguiu a carreira universitária. Fez mestrado em economia e se engajou na universidade. Passou muitos anos ensinando economia na Universidade Federal de Pernambuco.

A INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO

Como é que surgiu essa ideia 'eu quero trabalhar com pobre'?

A minha conversão para o cristianismo foi um lado disso, teve um papel. Quando eu estava no Oswaldo Cruz, nos anos 1950, o diretor era muito católico. A Páscoa era celebrada. Eu tinha feito a primeira comunhão, porque pedi: já tinha 14 anos. E depois parei com a prática religiosa. Um dia, no colégio, anunciaram: 'Vai ter a Páscoa'. E como eu não iria participar da Páscoa? Então, ia me sentir meio fora do grupo, e era um grupo grande de amigos no colégio. Pensei: 'Vou ter que me confessar, que coisa chata!'

Por acaso, encontrei um padre jovem e recente na paróquia, que era uma pessoa muito aberta. Voltei a me sentir convocada. Descobri que eu queria era isso mesmo, que Jesus Cristo tentava dizer. Meu encantamento tinha muito mais a ver com a mensagem do que se dizer, simplesmente, cristã. Nessa

inspiração da convocação cristã, você escolhe um caminho na vida, e se há uma desigualdade, há uma injustiça, então o seu lugar é nessa batalha.

Quando você entrou na faculdade?

Lembro que foi em 1956.

Como era a Igreja Católica? Esse padre, por exemplo?

Era dos primeiros padres que voltavam de estudos fora do país, que tinham sido enviados ao exterior pelo arcebispo do Recife, dono de uma sensibilidade muito grande em relação à presença dos leigos na igreja. Valorizava a Ação Católica. Alguns selecionados foram estudar em Roma, outros em Paris. Aquele grupo de padres novos tinha cabeça muito mais aberta, muito voltada para os jovens. Na época, uma turma na redondeza de Casa Amarela criou em torno da paróquia um movimento: voleibol, danças, namoro, coro da igreja, tudo isso. Nunca a paróquia teve um coro tão bom.

Sua mãe era muito religiosa também.

Minha mãe era católica porque nasceu católica, e a sociedade brasileira era majoritariamente católica. Mas ela era anticlerical, que é um traço de classe. Não casou na igreja. Casou depois de muitos anos. Eles eram casados só no civil, até que a minha irmã mais velha, tocada pela moralidade da Igreja Católica, pediu, aos 15 anos, que eles celebrassem o casamento religioso. Atenderam. Meu pai negociou com o pároco da igreja de Casa Amarela, essa tramitação entre confissão e comunhão.

A OPÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL

Você escolheu serviço social. Como é que foi?

A escola não era ainda integrada à universidade. Era reconhecida pelo ministério, mas não era da universidade. As escolas de serviço social, no Brasil, têm muito a ver com a rede dos Institutos Seculares, e com a atuação do grande mentor da Ação Católica, Dr. Alceu de Amoroso Lima. As escolas começam a aparecer na década de 1950.

Eram escolas laicas?

No Recife, a escola era laica. Mas era muito marcada pela Igreja Católica. Boa parte das professoras e diretoras, desconfio, era ligada a Institutos Seculares.

Você era da Ação Católica?

Fui, durante um tempo, mas não dei conta. Passei a ser da Ação Católica no âmbito da paróquia. Fui dirigente e estava situada no braço da JIC (Juventude Independente Católica). Mas esse setor tinha muito o clima de gente *chic*. Em Casa Amarela, a gente se divertia muito entre nós, dizendo que não tínhamos roupa para ir às Manhãs de Formação da JIC. Com o tempo, comecei a não ver sentido naquele estilo de militância. Mas a apropriação da metodologia da Ação Católica – ‘ver, julgar e agir’ – para mim foi um marco.

O que era ruim para você na universidade?

Para a minha cabeça, foi muito complicado. Esperava outra coisa. Idealizava.

Não tinha nenhum professor lá que tivesse...

Tinha sim. Aqui e acolá a gente conseguia se aproximar mais de alguns. Mas havia matérias pelas quais ia à secretaria consultar. Fazia o cálculo de quantas aulas podia perder e, dependendo, me mandava.

E os que eram melhores?

No primeiro ano, tinha uma professora que me encantava: era uma das diretoras da escola, dona Dolores Coelho. Fazia gosto você assistir sua aula. O tom de liberdade no que falava. Dr. Paulo Freire foi meu professor, eu gostava muito das aulas dele. Como professor era muito bom. Tinha um discurso atraente. Nessa época, ele já trabalhava na criação dos conselhos de pais e mestres das escolas. Já participava do movimento por mudança no campo da educação. Mas ainda era simplesmente Dr. Paulo Freire. Lembro que ele dava filosofia da educação e outra matéria que eu não me lembro mais, mas acho que era pedagogia.

Boa parte da minha turma vinha da divisão de tuberculose do estado. Quem não fizesse o curso de serviço social perderia o emprego. Era gente muito esforçada e desafiada. Afora disso, a turma contava com duas ou três pessoas mais bem situadas socialmente, e era só. Mas o meu problema não era a turma. Tinha muita gente boa na turma e na escola, de um modo geral.

Não me arrependo nunca de ter feito serviço social. Foi por aí que comecei a descobrir o mundo. Por causa dos estágios, tinha que subir os morros, visitar meus clientes e descobrir onde é que estavam, onde é que moravam e como viviam. Acho que essa proximidade, essa prática, para mim valeu a escola. O resto, mais, ou menos, contribuiu na minha formação.

DISCORDÂNCIAS E DIFICULDADES

Chegou a trabalhar como assistente social?

A programação da Escola de Serviço Social em que estudei era assim: no primeiro ano, o eixo era o estudo do ‘Processo de Serviço Social de Casos Individuais’ e a grande orientação era se preparar para cuidar do ajustamento das pessoas à sociedade. Os pobres eram desajustados e a gente precisava de competência para ajustá-los à sociedade.

No primeiro ano, fiz o meu estágio e quase não passei. A minha nota foi 6, porque eu não conseguia me ajustar com a orientação. Não afinava com o que era proposto. Por exemplo: eu tinha autorizado a um cliente a compra de ferramentas, e era um homem que tinha dez filhos. Era marceneiro, e estava sem ferramentas. Discutia, e achava que devia financiar as ferramentas. Na minha lógica, ele precisava trabalhar. Depois, o homem vendia as ferramentas, comia as ferramentas junto com os filhos. Conclusão: eu tinha orientado mal o caso, e assim por diante.

Outro exemplo: com 19, 20 anos de idade, subia o Morro da Conceição para entrevistar uma prostituta. Perguntava: ‘Por que os filhos da senhora estão tão subnutridos?’... ‘Falta de recursos’. Aí eu continuava: ‘Mas por que a senhora continua com essa vida?’. Ela dizia: ‘Minha senhora, como que eu vou dar de comer a esses meninos? Eu trabalho nisso e depois, quando amanhece, peço perdão à Nossa Senhora’. Ela morava quase em frente ao monumento sagrado, cuja devoção é reverenciada por toda cidade do Recife. Nessa idade, eu não tinha a menor capacidade de recomendar qualquer coisa para uma prostituta profissional. Os casos individuais, sob minha responsabilidade, nunca davam muito certo. Eu não conseguia ajustar nada nem ninguém. Então, eu tirei seis na avaliação do estágio.

O segundo ano era marcado pelo estudo do ‘Processo de Serviço Social de Grupos’. Debruçávamo-nos sobre a sociologia americana, o funcionalismo, como depois consegui interpretar. Era extremamente cansativo. Era nessa matéria que eu procurava saber, na secretaria, quantas horas eu tinha direito de faltar, e administrava. Fiz estágio no Bom Pastor, trabalhando com adolescentes que tinham ‘problemas de conduta’. Também, quase não passei no estágio. Atropelei as normas internas da Congregação. Parecia que eu não conseguia acertar em nada. Mas recebi um convite para entrar na Congregação.

E o último ano era dedicado ao ‘Serviço Social de Comunidade ou Desenvolvimento de Comunidade’. Novamente o funcionalismo americano. Mas a minha escolha afetiva se mantinha em torno de uma especialização para o meio rural.

UMA ESPECIALIZAÇÃO NO MEIO RURAL

Como fiscal, papai trabalhava muito no meio rural. Passava 15-20 dias no interior e voltava coberto de poeira. Ficava imaginando que mundo era esse de poeira. Mesmo menina, escolhia passar minhas férias no engenho dos primos. Depois, adolescente, ia para a casa dos tios, na Paraíba. Meu tio, irmão de minha mãe, trabalhou sempre em escritórios de usinas de açúcar. Um novo tipo de escravidão. Então, fui ampliando meu gosto e meu interesse pelo meio rural.

Na escola, insisti pela minha especialização no meio rural. Mas não tinha mais ninguém interessado. Assistente social, nesse campo, só existia na ANCAR (hoje, EMATER). Não tinha muitas escolhas para a especialização no terceiro ano: ou ia para a saúde, que eu não queria, ou para o campo de menores, que eu também não queria. Instituição fechada, não queria. Sobrou o campo do 'Serviço Social Familiar'. E, por incrível que pareça, apesar da baixíssima nota no estágio do primeiro ano, fui chamada para ser supervisora auxiliar de estágio na Agência de Serviço Social Familiar em que estagiei. Serviço social familiar era o que havia mais perto de mim. Então, me inscrevi nesse campo. Aprendi muita coisa - aliás, algumas eu já tinha prática em casa -, aprendi a passar calças de homem, a pregar botão, a fazer rol de roupas. A professora dessa matéria era muito simpática, competente. Era formada na Escola Superior de Economia Doméstica de Natal.

No final do curso, eu tinha que escolher um campo para escrever a monografia. Claro que não era 'Serviço Social de Casos'. Em 'Serviço Social de Grupo', também havia sido premiada com seis no estágio. Restava o campo do 'Desenvolvimento de Comunidade'. De repente, na diretoria da escola, apareceu um engenheiro do ministério de Minas e Energia, à procura de uma assistente social que quisesse ir para o sertão, para a beira do São Francisco, trabalhar em um projeto de eletrificação rural. Aí, a minha diretora, sabendo que eu era uma pessoa interessada no meio rural, mandou me chamar. E ele reagiu: 'Essa menininha!'. Ela defendeu: 'É ela que quer ir para o meio rural'. E fui.

UM MUNDO NOVO NO SERTÃO

Em 1958, final do curso de serviço social, aceito ir para o sertão. Fiquei muito contente, porque finalmente tinha essa possibilidade. Depois dessa entrevista com o meu futuro chefe, cheguei em casa e disse para papai e mamãe na hora do almoço - (era na hora do almoço que a gente contava tudo... 'Aceitei um emprego'... 'Para fazer o quê?'... 'Para trabalhar, a 500 km daqui, num negócio chamado Comissão no Vale do São Francisco.' Aí, papai

e mamãe, parados. Eu não fazia ideia, naquela altura, que eu estava dizendo para eles que eu ia sair de casa. Tinha que fazer meu estágio e monografia. Era, ao mesmo tempo, o trabalho e a monografia sobre ‘Desenvolvimento de Comunidades’. Fiquei quase três anos lá.

Onde?

Hoje, esse lugar já não existe mais. Está debaixo d’água. Um lugar que se chamava Itacuruba. Tem uma Nova Itacuruba, hoje. A área foi alagada pela hidrelétrica de Sobradinho. Quando estava lá, trabalhava em uma comunidade em Pernambuco, e noutra na Bahia. As duas foram alagadas. O projeto piloto de eletrificação rural cobria uma área muito grande. Foi o tempo em que eu fui assistente social.

Como era o trabalho?

A tarefa era a de ajudar as comunidades a usar os recursos novos que chegavam: a eletricidade, as bombas para irrigação, etc. Enfim, chegava a energia elétrica. Muita coisa chegava, portanto: o cinema, o alto-falante tocando músicas, difundindo palestras para todo povoado. Era uma atuação educativa na direção do acesso aos novos recursos. Tinha que trabalhar para a consolidação da Cooperativa de Eletrificação Rural, composta por associados das duas comunidades (a pernambucana e a baiana). Era um lugar muito pequeno. Trabalhava com as meninas que colhiam cebola nas ilhas. Às vezes, encerrava as atividades às 10 horas da noite. Ficava rouca. No outro dia, tinha que atravessar o rio para trabalhar em Rodelas, do lado baiano.

Eu diria que foi um imenso aprendizado, um mundo novo para mim. Eu gostava, gostava muito do trabalho. As meninas queriam desenvolver um trabalho de artesanato de barro, de pintar as panelas de barro, negócio muito interessante. Os meninos queriam ser escoteiros, e como não havia um homem no lugar, candidato a chefe, fui autorizada pela Federação dos Escoteiros de Pernambuco a assumir essa função. Havia muita alegria em todas essas criações e convivências.

Por que você saiu de lá?

Fui induzida a sair, porque o projeto piloto era um convênio entre o ministério de Minas e Energias e a OEA. Tinha um assessor da OEA, um chileno, doutor Mario Yuri. Tínhamos uma convivência muito agradável. E eu invadia: ‘Em que o senhor acredita, doutor Yuri?’ E ele: ‘No socialismo cooperativo’. Quem sabe, era um precursor da economia solidária! Mas ele e o doutor Aruda resolveram que eu não devia mais ficar lá, porque tinha que ir para os

Estados Unidos. Minha carreira deveria ser, imagino, a de assistente social da OEA, e aí tinha que fazer uma especialização em Wisconsin. Então, era assim: outras pessoas resolviam a sua vida. Podia ter casado lá, com um fazendeiro, que construiu uma casa para abrigar dez filhos. Mas meu caminho era outro.

A DECISÃO DE ESTUDAR NOS EUA

Como bateu na sua cabeça a decisão de ir para os Estados Unidos?

Para me preparar para ir para os Estados Unidos - porque eu não sabia inglês -, teria que voltar ao Recife. Por negociações, fui integrada ao Serviço Social Rural, que hoje é uma parte herdada pelo INCRA. Na dinâmica desse estado brasileiro, as coisas acontecem assim: o Serviço Social Rural já se constituía de uma fusão de organismos. Depois, no governo Jango, passou a ser SUPRA, que abrigava os organismos anteriores. Com o Golpe Militar, a SUPRA, que reagrava esse todo rural, foi dividida em INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), e IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Hoje, tudo isso se chama INCRA. Então, fui lotada no Serviço Social Rural, no Recife. Levei um tempo para me achar de novo na cidade. Não fazia ideia do processo de inadaptação que sofre uma pessoa que passa quase três anos completamente afundada no meio rural.

Para ter uma ideia dessas mudanças, lembro que a diretora da Escola de Serviço Social foi me visitar uma vez, em Itacuruba, e ficou espantada porque eu tomava banho nua com as moças de lá. As moças todas tomavam banho no rio, nuas. E eu ia tomar banho como? Voltei em 1961, e fiquei no Serviço Social Rural, ao mesmo tempo em que começava a nascer o Movimento de Educação de Base.

O MEB E AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

O Movimento de Educação de Base começa a surgir nesse período?

No início de 1961. Eu já tinha tido contato com as escolas radiofônicas, porque o Projeto de Eletrificação Rural previa a instalação de uma emissora de rádio que pressupunha o funcionamento de um sistema radiofônico de alfabetização. A região era marcada pelo analfabetismo. Então, como eu não tinha uma especialização no meio rural, reivindiquei, antes de assumir, um estágio numa experiência. Doutor Arruda me encaminhou para Natal, onde D. Eugênio Sales era Arcebispo Auxiliar e tinha organizado um serviço que incluía um sistema de escolas radiofônicas: o SAR (Serviço de Assistência Rural).

O MEB foi criado no Brasil inteiro ou mais no Nordeste?

A primeira ideia era que fosse o Brasil todo. Depois, Vera Jaccoud – que foi coordenadora nacional do MEB – explicou, numa certa altura, que as autoridades cortaram o Sudeste e o Sul, porque eram reconhecidos como desenvolvidos. Então, ficou o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, incluindo Minas Gerais, porque estava dentro do Polígono das Secas. Institucionalmente, o MEB resultava de um convênio entre o governo federal e a CNBB. A CNBB era beneficiada com a concessão de emissoras nas dioceses e assumia a responsabilidade de um programa de alfabetização de adultos no horário nobre das emissoras: das 18h às 20h.

Qual era o trabalho do MEB exatamente?

Inicialmente, era um trabalho focado, basicamente, na alfabetização. A gente fazia muito mais do que isso e criou muita história. Quando você mexe com gente, você já mexe tudo. E, no caminho, as coisas foram mudando. O MEB de Pernambuco trabalhou com onze sistemas radio-educativos, e cada um deles era uma realidade.

As rádios eram só para os cursos de alfabetização ou tinha outras atividades da igreja?

As emissoras, nos horários previstos para o MEB, focavam a alfabetização nas comunidades marcadamente rurais, e o MEB não se envolvia com outras produções na emissora. Trabalhávamos com uma atividade complementar que era a supervisão. O momento da supervisão, pelos educadores, era também uma ocasião de ativar as potencialidades que eram reconhecidas.

ALFABETIZAÇÃO

Como era o processo da alfabetização? As pessoas recebiam cartilha, as aulas eram através do rádio?

Quando a gente começou, tinha pouca coisa na cabeça. Minha clareza política não era muita. O Movimento de Educação de Base tinha essa preocupação com o aprofundamento: a indicação de livros de autores da época, militantes e filósofos. Era uma formação teórica em andamento. Vera Jaccoud tinha sido coordenadora da equipe nacional de JEC e trazia essa experiência de articulação nacional para dentro do MEB.

Com o acúmulo pedagógico, sentimos necessidade de uma cartilha. Para a sua produção, foi mobilizada uma equipe nacional, com pessoas de diferentes estados. No fim, a cartilha ficou incrível. Mas foi editada às vésperas

do Golpe. Por denúncia, no Rio, uma grande parte foi apreendida na gráfica. Pernambuco conseguiu receber um primeiro lote. Na histeria da direita, imediata ao Golpe, virou alimento de fogueiras em usinas.

Os intelectuais católicos inspiravam essas pessoas?

Durante um ano experimentamos uma coisa que foi a criação e dinamização das escolas. Na comunidade, a casa que ia sediar a escola podia ser qualquer uma. As escolas podiam funcionar até debaixo de uma árvore. Aí, feitas as negociações, escolhido o monitor - que era alguém do lugar e tinha um mínimo de escolaridade-, recebia-se um rádio cativo, que só sintonizava a emissão da aula. Fazíamos a formação da equipe diocesana, e, depois, vinha a formação dos monitores do sistema. Cada equipe preparava as aulas de seu Sistema Radio-educativo, conforme as indicações da realidade local, e escalava a supervisão *in locum*.

Em novembro de 1962, fizemos o I Encontro Nacional de Coordenadores do MEB. Foi a melhor coisa que podia ter acontecido. A gente tinha acumulado mais de um ano de experiência e pediu um encontro nacional. Foi ótimo, porque tivemos que tomar uma direção, fazer uma escolha. Falava uma das coordenadoras: 'A gente não vai voltar para fazer esse trabalho de água com açúcar com um povo que está morrendo de fome'. Aí vieram as contribuições de Luiz Alberto Gómez de Souza, de Luiz Eduardo Wanderley, que ajudaram a refletir mais fundo o trabalho que estávamos fazendo.

O que se tentava entender, na época, era o conceito de revolução. A experiência cubana era atual. Daí não teve mais volta. O que se seguiu foi uma tensão permanente entre o episcopado e o Movimento. O presidente do MEB era D. Távora que, nessa transição, nos deu um grande apoio.

O D. Eugênio também não estava nesse grupo?

D. Eugênio estava em Natal. Era secretário regional da CNBB. Mas, na postura, representava, por assim dizer, a tendência mais conservadora da CNBB. Na sua arquidiocese, a experiência com escolas radiofônicas era anterior ao MEB.

Mas a conjuntura nessa época era muito deflagrada também...

A partir daí começa a esquentar. D. Hélder, que estava no Recife, dava cobertura ao nosso trabalho, assim como D. Carlos Coelho, seu antecessor. Ele e D. Távora se entendiam muito bem. O MEB foi uma belíssima experiência interrompida drasticamente em 1964. Se não fosse o Golpe Militar, o MEB teria um caminho promissor e democrático no campo educativo popular.

Além do Luiz Alberto e do Luiz Eduardo, quem mais estava nesse grupo?

Não me lembro de todos, éramos muitos, porque se tratava de uma representação nacional: Marina Bandeira, secretária executiva do MEB; Raul Landim, era um filósofo da equipe nacional; Carlos Brandão, Zé Inácio Parente, Roberto Machado, ainda estudante de filosofia, enfim, era um time extenso. E D. José Lamartine, representando a Arquidiocese de Recife. Mas foi uma boa experiência como confronto de perspectivas.

Você tem uma ideia de número de pessoas alfabetizadas nessa época?

Tem o relatório, mas não vou consultar agora. Sei que foram milhares e milhares de alfabetizados em todo país.

Tinha alguma ligação com as Ligas Camponesas?

Tinha proximidade. O movimento era vivo. Por exemplo, a professora ia para campo supervisionar a aula, no momento da recepção, e daí emendava a animação com os assuntos que apareciam, desde os problemas técnicos com o rádio até a necessidade de organização dos trabalhadores. Havia treinamento de monitores, de seis em seis meses. Tínhamos um sentido de atualização. Só que isso ia ampliando. Você não controla a potência dos que entram em ação. A gente criava escola junto com eles, trazia o rádio, daí a seis meses, voltava, não era mais a mesma casa. Encontrava o rádio em cima de um paninho bordado, chão varrido, tudo organizado. Uma sensação de expansão da dignidade.

E tudo foi avançando: cooperativa, sindicato, grupos... A impressão é de que você ajudava a criar um lugar de encontro na comunidade. A escola radiofônica era um lugar das pessoas se encontrarem de noite, conversarem e discutirem o que estava acontecendo. Esqueci de falar que, junto com o rádio, vinha um lampião que ajudava na iluminação da sala de aula. Então, tudo começava a mudar, e daí se começa a querer mudar mais.

A AMPLIAÇÃO DOS VÍNCULOS E A HERANÇA DE JANGO

Por quê?

A certa altura, quando me dei conta, tinha costurado um vínculo com a criação do sindicato rural. D. Eugênio estava, há muito mais tempo, na organização do sindicato rural, mas numa perspectiva de cristandade, e a gente não era isso. Nessa tendência, apoiou a estruturação de um serviço com sede em Recife, SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), dirigido por um padre da arquidiocese. O desafio era não perder o trabalhador rural para os comunistas, para as Ligas Camponesas, etc. Essa tendência da igreja

guardava a preocupação de que já havia perdido o operariado urbano, e não poderia perder o mundo rural.

Num determinado momento, essa tensão aumentou. MEB era CNBB, e D. Eugênio era secretário regional da CNBB. Como, ao mesmo tempo, eu era coordenadora do MEB/PE e funcionária da SUPRA, responsável pelo Setor de Sindicalização Rural, tive que fazer uma escolha. Pedi ao MEB para me afastar da coordenação, e enfrentei as discordâncias enquanto funcionária do governo federal. Mergulhei inteira nessa luta.

Você foi ajudar a criar. E quem era?

Na verdade, a SUPRA carregava uma proposta do governo Jango. Jango tinha pressa, e hoje a gente entende o esforço da convocação. Tinha a Liga Camponesa em tensão com o sindicato - conversa longa! Não esquecer que Jango queria os trabalhadores rurais alfabetizados e queria a organização sindical rural alinhada.

Quer dizer, tinha o lado comunista, o lado do sindicato cristão e a sua linha, das pessoas que trabalhavam com você. Era a AP?

Uns eram mais militantes, outros menos, outros simpatizantes, mas quem dava a rota política era a AP. Aí D. Távora chegava e perguntava: 'Aidinha, no MEB quem é de AP?' ... Respondia: 'Não sei, D. Távora, a gente contrata educadores. A gente não contrata ninguém de AP'. 'Você é de AP?' ... Brincava: 'Não sei'. A experiência de clandestinidade já começa nessa época.

Quer dizer, já estamos em 1963-64. As Ligas também já estavam aí?

As Ligas são mais antigas de que Julião. Foi uma organização criada pelos próprios trabalhadores nas regiões de desmembramentos dos latifúndios. Do que sei, Julião foi indicado pelo PCB para assessorar as questões jurídicas que enfrentavam as Ligas.

A AP fazia encontros específicos para discutir educação popular? Era ação política para organizar sindicato rural?

Havia um interesse maior em pensar as estratégias da organização dos sindicatos rurais. Nisso, havia um apoio razoavelmente articulado. A educação popular estava inscrita, mas não era uma estratégia.

Essa equipe que trabalhava com os sindicatos nessa época...

Não era muito grande. Era pouca gente. Mais havia muita cumplicidade entre os que se reconheciam na mesma tendência. Por exemplo, a SUPRA

era um organismo federal. Então, tinha uma cobertura federal para operar dentro da área sindical. Era um trabalho completamente legítimo, aberto. E havia as pessoas que não eram da SUPRA, eram do MEB, ou de outros vínculos, os estudantes da JUC, por exemplo... lembro de Rui Frazão.

Por que você citou o Rui Frazão?

Porque era o pessoal do movimento estudantil afinado com a AP, e que ia mais além.

E a JOC?

A JOC era muito mais urbana. A JEC era muito mais jovem. O peso era a JUC.

O GOLPE MILITAR DE 1964

Com o Golpe Militar em 1964 o que acontece?

O que acontece com uma pessoa que está trabalhando na organização sindical rural? Tivemos que nos mexer. O primeiro movimento foi desaparecer da cena.

Vocês foram perseguidos então?

Depois de uns dias fomos reaparecendo, porque a estrutura do Golpe ainda não estava tão preparada para dar conta dessa diversidade de insurgentes. Lembro que, passados alguns dias, voltei ao trabalho. Aí começa o processo de intervenção nas instituições. Em agosto, a pressão para que eu saísse do país já era muito forte.

Foi para a Europa?

Fui para a Bélgica. D. Hélder temia as consequências no MEB, sobretudo por mim e Zezé, que era coordenadora no Maranhão. Conseguiram uma bolsa de estudos e fomos para Bruxelas, participar de um novo curso do Instituto Lumen Vitae.

Você chegou a ser presa em 1964?

Não nesse período.

Como é que foi o curso? Passou um ano lá?

Um ano letivo, não chegou a ser um ano inteiro. O curso tinha uma estrutura que se dividia. Um tempo maior de formação interna, em Bruxelas;

um tempo de estudo na Inglaterra, depois um tempo de estágio em Gana. E depois a finalização, numa Abadia na França. Essa foi uma experiência inaugurada por influência do D. Hélder. Os cursos tradicionais do Instituto eram em pastoral e catequese. D. Hélder sugeriu a criação de um terceiro ciclo para leigos com atuação no Terceiro Mundo. Na nossa turma, tinha gente do Vietnam, das Filipinas, da Índia, do Congo, de Camarões, do Brasil, da Argentina, da Holanda, da Bélgica e da Itália. Éramos treze.

OLHANDO O BRASIL DE FORA

Você quis voltar imediatamente, mas como o curso se encaixou na sua cabeça? Porque, na verdade, foi um passo atrás comparando à sua prática, não foi?

Não foi fácil, mas houve ganhos. Sobretudo do ponto de vista pessoal. Ver o Brasil de fora, de longe, foi um ganho enorme. Eu nunca tinha olhado para o meu país dessa perspectiva. Conviver, tanto na casa em que morávamos, quanto no curso, com culturas diferentes, cabeças diferentes, era um desafio enorme. Depois, conhecer esses lugares que nunca me passaram pela cabeça: Gana, Inglaterra, França, era uma riqueza. Não conseguia afinar com o diretor. E não conseguia calar: ‘Isso é um negócio de rico, somos só treze pessoas. Não há um gasto de dinheiro muito grande nesse curso?’.

Enfim, alguns momentos me ajudaram muito. Conviver, no interior do Instituto, com pessoas de cultura religiosa e liturgias diferentes foi muito rico. Participar de discussões, como as dos africanos, que diziam mais ou menos assim: ‘Olha, foi muito bom vocês missionários chegarem lá no Congo para dizer o nome do Deus que a gente já conhecia. A gente gostou, mas não precisava trazer o vinho e o trigo. Nós não temos nem vinho, nem tem trigo. Depois vocês começam com esse negócio de casamento monogâmico, de contenção sexual. Aqui, a gente é obrigada a aprender que o mundo está enchendo de gente e, por isso, é obrigada a aprender os métodos de não ter filhos, de reduzir a população. Essa não é a nossa cultura’.

Como é que o Brasil aparecia para você, visto lá de fora?

São duas coisas diferentes. Para mim, era a primeira vez que colocava um Brasil ao lado de outros e podia fazer essa comparação. Com tanto de atraso e, ao mesmo tempo, com tanto de injustiça. Lá, eram ricos, tinham outras tecnologias, mas tinham roubado da gente, entendeu? O entendimento do papel da colonização e de tudo o que se segue. Ver o tanto de coisa que ainda tinha por fazer no Brasil reforçou muito em mim essa necessidade de voltar, de continuar na luta. Em nenhum momento pensei ficar lá fora. Tive alguns

bons professores. Uns eu tinha vontade de jogar dentro da cacimba. Mas, reconheço, tive uns bons professores. O professor de teologia me ajudou para o resto da vida. Realmente me encantei com a teologia.

A VOLTA E O COOPERATIVISMO

Você volta ao Brasil, para o Rio, ou você volta para Recife?

Volto para o Recife e me apresento ao meu trabalho. Já não se chamava mais SUPRA. Era INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Eu tinha saído com licença de saúde e direito a férias. Voltei para perguntar: o que é que eu faço? Perguntei ao interventor da minha instituição e recebi a seguinte orientação: ‘A senhora pega o livro de ponto e assina’. Respondi: ‘Não posso. Tenho um passaporte carimbado dizendo que eu estava fora’... ‘Então, o que é que faz?’ ... ‘Eu posso escrever um relatório’.

Fiz uma seleção das coisas que poderiam interessar, escrevi um relatório. O superintendente enviou um telegrama dizendo que oferecesse ‘[...] à técnica que tinha feito especialização no exterior as condições necessárias de trabalho’. O interventor me nomeou assessora dele. Mas não tinha nada para fazer.

O grupo com quem eu trabalhava antes estava todo no IBRA, e eu, no INDA. O IBRA começou a me convocar. Depois de uns quatro meses, pensei: ‘Quer saber? Vou embora’. O IBRA era o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. O outro era de Desenvolvimento Agrário, mais ligado aos interesses dos latifundiários. Pedi demissão e o interventor perguntou: ‘Por quê?’... ‘Porque eu quero trabalhar, eu gosto de trabalhar’. Fiz uma carta de demissão e, depois, fui lotada lá no IBRA, em 1966.

E que tipo de trabalho você fazia no IBRA?

Respondia pelo Setor de Cooperativismo. Encarregada de implantar a primeira Cooperativa Integral de Reforma Agrária. O governo desapropriou a área de Usina Caxangá e pretendia implantar um projeto de reforma agrária ali. Mas tinha que lotear aquilo tudo. Cada parceleiro poderia ter direito a um pedaço. Mas havia mais trabalhadores moradores do que pedaços. Impunha-se uma seleção. E o previsto era fundar uma cooperativa que organizasse tudo.

E você ficou nesse trabalho de 1966 até...?

Começo de 1966 até meados de 1967. Aí tive que sair porque para a assembleia de fundação da cooperativa tinha sido feito um trabalho em tempo limitado, mas com cuidado. Do que foi feito, o gerente do território do Projeto Caxangá (que guardava o nome da usina) não gostou. Tentamos uma

abordagem que permitisse a escolha da direção da cooperativa do modo mais democrático possível. Na assembleia de fundação, os parceiros fizeram a sua escolha. Então, complicou. O processo não deveria ser esse.

Depois disso, o superintendente do IBRA foi chamado para uma reunião com toda equipe técnica, o que me incluía. E ouvi do superintendente: ‘Quem é a pessoa, a técnica incompetente do setor de cooperativismo?’... Disse simplesmente: ‘Eu’. Do que lembro, a cooperativa tinha urgência de ser fundada por causa de uma prestação de contas do IBRA. E só tinha um caminho para ser fundada: pelo setor do consumo. O resto ainda não podia, porque não estava organizado para tanto.

Para concretizar a cooperativa, os sócios eram os parceiros selecionados, reconhecidos. A maioria era analfabeta. A equipe tinha que chegar até eles, explicar o previsto e quase convencer que era esse o caminho. Mas, na área do consumo, tinha uma rede de barracões herdada da estrutura dos engenhos e que servia como o lugar de abastecimento dos trabalhadores. Com o que recebiam na semana, pagavam a dívida da semana anterior e ficavam devendo a próxima. Era essa a estrutura do consumo. E era daí que a cooperativa tinha que nascer: da organização do consumo. Encurtando: era exploração de terceiros dentro de um território dito público e, com a criação da cooperativa, isso tinha que mudar.

O diretor nacional encarregado do cooperativismo, no IBRA nacional, veio conversar comigo e disse que eu tinha que refazer a ata de fundação. Reagi... ‘Não sou parceira, não sou sócia da cooperativa, portanto, não sou eleitora, não faço parte da assembleia. Todos os procedimentos jurídicos foram encaminhados. A ata está registrada, foi depositada no departamento estadual, que responde por essas questões. Não tem retorno’... ‘A senhora é muito resistente’, ele continuou. ‘Mas eu estou lhe dizendo que não é uma ata de fundação que constitui a cooperativa’.

Foi complicado, porque, para organizar o registro das assinaturas dos sócios, usei papel almaço com duas linhas entre um nome e outro, como espaço em que podiam colocar a impressão digital. Estavam todos identificados. A diretoria foi eleita com uma participação enorme, mas o gerente não queria aquela diretoria. Declarou que a diretoria da cooperativa estava cheia dos seguidores de Miguel Arraes.

Num determinado momento dessa série de acontecimentos, o encarregado do departamento jurídico do IBRA/PE deixou claro: ‘Afastem-se, ou vocês e sua equipe vão ser prejudicadas’. Em 1967, sabíamos muito bem a tradução disso. A minha cabeça foi pedida. Mas me assegurei que se eu me desligasse, a minha equipe seria protegida. Essa foi uma negociação. Pedi demissão.

ESTUDAR NA FRANÇA

Trabalhei um tempo na Companhia de Eletricidade de Pernambuco. A certa altura, percebi que estava tudo escurecendo. As pressões já recomeçavam no meu novo trabalho. Meus relatórios eram mal recebidos. Depois, eu queria estudar; e não tinha que esperar por mais nada. Sabia que não teria oportunidades de emprego. A minha ficha estava marcada. Solicitei uma bolsa de estudos ao CCFD, na França. Fui.

Em 1967, você escolhe que bolsa?

Na verdade, eu queria complementar, consolidar a minha formação. Não perseguia diplomas. Tinha a escolha de um professor/orientador, Yves Goussault, indicado por Vera Jaccoud, que eu acreditava que iria me ajudar a definir o caminho adequado para as minhas intenções. Terminei me envolvendo com uma especialização em sociologia e cheguei ao que aqui corresponde ao mestrado.

Ficou quanto tempo?

Quase três anos. Terminei na Universidade de Paris, na École Pratique de Hautes Études, no campo da sociologia, com uma especialização em relações internacionais.

Mas você escreveu um trabalho. Qual o tema do trabalho?

Foi feito em equipe. Uma monografia sobre o perfil dos trabalhadores que seriam objeto de uma política nacional de educação. A minha pergunta era sobre o que seria uma política de educação de adultos para os trabalhadores no país.

Quem era?

Yves Goussault. Ele me aceitou, mas disse que tinha que começar pelo caminho que todo mundo faz. Deveria me matricular no Collège Coopératif e, ao mesmo tempo, cursar o IRFED. Num primeiro momento, não entendi nada dessa engenharia. Depois, descobri que o Collège Coopératif era a antessala da Sorbonne, onde ocorre toda iniciação à metodologia da pesquisa. O IRFED significava a aclimatação às ferramentas necessárias para quem trabalha no Terceiro Mundo, mais perto das minhas preocupações. O IRFED (Institut de Recherche et Formation pour le Développement) era uma instituição dominicana, inspirada ou criada pelo padre Lebret.

Mas era privado, e eu, começando, não podia pagar. Minha bolsa de estudos era suficiente para me sustentar e estudar na área pública da França, mas não dava para pagar o IRFED. Marquei um encontro com a equipe de forma-

ção do IRFED e negociamos. A equipe considerou que, contando com muitos anos de experiência profissional, se eu aceitasse orientar uma equipe de trabalho específica em educação de adultos, podia assistir às aulas que eu quisesse.

Qual era a bolsa?

Do CCFD (Comité Catholique contre La Faim et pour Le Développement), que, na época, se aliava à resistência às ditaduras latino-americanas. Uma organização não governamental.

De quais autores franceses você sentiu influência? Alain Touraine?

Li Touraine e muitos outros. Mas não fui aluna dele. Sabia que os estudantes que participaram do movimento de maio de 1968 estavam no seu âmbito de influência.

Você estava lá em maio de 1968?

Eu morava na rua Monsieur le Prince, que começa em frente à Sorbonne. Em muitos momentos estive nas manifestações. Respirei muito gás lacrimogêneo.

A APROXIMAÇÃO COM MIGUEL ARRAES

Tua ligação como Miguel Arraes...

Tinha pouca proximidade com ele em Recife. A não ser nas convocações da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Mas, uma vez em Paris, o pessoal me abordou. Pensei muito, concluí e declarei: 'Enquanto eu estiver aqui, assumo uma atuação militante. Mas quando eu voltar quero me sentir livre para repensar a minha inserção'.

O Miguel Arraes tinha um plano articulado de forma organizada para voltar para o Brasil?

Ele sonhava com o retorno. Sonhava com a volta nos braços do povo. Calculo que ao longo de um ano eu ficava perto de dois meses na Argélia, hospedada em sua casa. A gente tratava de várias coisas.

E essa experiência de dar aula na França, na área de educação?

Ah, sim. A equipe lá do IRFED era legal. Alguns eram brasileiros, eu já conhecia. Nessa função de conselheira pedagógica, um grupo escolhia um objeto de estudo e a gente apoiava com a exploração de documentos e os debates. Por exemplo, meu grupo escolheu estudar o sistema de educação do Mali. Foi uma boa experiência. Aproveitei muito.

O RETORNO AO BRASIL

Ao final desse período você volta?

No finalzinho de 1969, voltei. Voltei, mas aí já tinha de alguma maneira assumido certo o compromisso com a organização. Todos tinham esquecido de que eu me queria livre para voltar. Talvez até eu tenha esquecido. Em meados de 1969, chegou uma convocação política: a ‘palavra de ordem’ era voltar para São Paulo no mês de julho. Nem tinha terminado de escrever a monografia. Pensei: ‘Não, não vou’. Fiquei, terminei o trabalho e só vim embora em dezembro. Passei por Recife. Precisava ver a família, matar as saudades.

Para chegar em casa, fiz um longo percurso. Desembarquei no Brasil, lá em Belém, vim cortando caminho pelo meio do mundo. Isso para não desembarcar no Recife. Se eu estava sendo controlada, não sabia. Não sabia se haviam registrado os meus movimentos. Inclusive, nas manifestações de maio de 1968, estavam lá os homens do SNI, fiscalizando os brasileiros.

Passei em casa e, em janeiro de 1970, cheguei ao Rio. São Paulo não. Não tem mar, nem rios. Não sobreviveria.

No Rio, você tinha referências de pessoas?

Zezé morava aqui, já tinha voltado. Concordamos em repartir as despesas do apartamento, porque nenhuma das duas tinha condições de arcar isoladamente. Não queria pedir à organização do MPL (Movimento Popular de Libertação) para me apoiar financeiramente. Inclusive porque queria guardar meu espaço de liberdade. Por isso, antes de voltar, passei pelo Canadá, e apresentei um projeto à *Développement et Paix*, que era uma organização não governamental que também apoiava a resistência latino-americana. Era uma pesquisa no campo da tipologia de educação de adultos no Brasil. O projeto foi aprovado, e eu recebia uma remuneração pela sua execução. Guardei esse pedaço de autonomia.

Mas aqui no Rio você não estava ligada a nenhuma instituição?

Não. A única coisa que eu fiz por cobertura foi pedir ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, ao Dr. Manoel Diegues, que era o diretor, para reconhecer a pesquisa e exercer a supervisão. Deu para entrelaçar, no começo, as duas coisas: a pesquisa e a atividade clandestina pura, no campo da atuação de resistência pela via das ações educativas.

O MPL é uma organização que surge a partir dessa conexão com Arraes?

A referência era ele. O MPL exercia muito uma função de articulação entre as diferentes propostas. Esse lado era simpático. Não se pretender como um

novo partido, mas como um espaço de somar forças. O movimento se mexia para identificar, tomar iniciativas e se articular, quase como uma frente desejável, sem ser ‘ampla’.

Vocês faziam reuniões para discutir linha de trabalho, e tinha alguma interferência na tua pesquisa da Développement et Paix?

A pesquisa me dava muita liberdade de viajar para os lugares que quisesse. No interior do Movimento, as discussões, às vezes, eram muito difíceis. Ainda tinha muita sombra do stalinismo. Na época, tomar a distância desse modo disciplinar ainda era difícil. Sempre foi uma tensão muito grande. Fui até onde pude.

O NOVA

E o NOVA, quando entra na sua vida?

Quando a gente... com o resultado de tantas andanças minhas, de Bia, de Leticia, etc., a gente conseguiu identificar mais ou menos o que estava se mexendo no país como resistência e com uma dimensão educativa. Então, com o patrocínio do Conselho Mundial das Igrejas, dentro de um programa que eles tinham, organizamos um seminário. Foi em São Paulo, e com apoio tanto da Igreja Evangélica como da Católica. Essa é a raiz do NOVA.

Quando foi?

Fins de 1972. O preparo para esse encontro foi muito cuidadoso. Passamos um tempo montando um grupo de referência no país. Chegamos, com a participação de uma equipe, a selecionar uma boa representação de experiências. Foi das melhores coisas que a gente já fez. Juntamos uma boa equipe - Jorge, Bia, Leticia e, num determinado momento, também Henryane.

Todo mundo do NOVA era do MPL?

Não, essa coisa a gente nunca aceitou. Não havia esse compromisso com a organização. A equipe se afinava numa tendência política, mas o trabalho não era vinculado à organização. Esse acordo era explícito. Queríamos saber de quem estava ativo, não só em trabalho de educação popular, mas em organização de cooperativas, atividades com trabalhadores rurais, etc. Quem estava, de fato, se esforçando para exercer uma resistência à ditadura, quem não tinha parado. A maioria desses trabalhos contava com a cobertura das igrejas. Era um guarda-chuva enorme e, também, o único possível.

Quem convocou essa reunião?

Oficialmente, o Conselho Mundial das Igrejas, na intenção de avaliar os projetos que financiava na América Latina.

Mas tem o relatório da fundação do NOVA?

Tem algumas notas sobre os dois encontros que ocorreram antes da fundação oficial do NOVA.

A ideia do NOVA era ser um lugar onde as pessoas se articulassem?

Ser esse lugar, onde as pessoas pudessem se articular, se aproximar. O NOVA podia significar a quebra do isolamento que a repressão impunha. As experiências precisavam se saber, ter com quem discutir, avaliar a direção que estavam tomando, formular indagações.

Quanto tempo você ficou no NOVA?

Perto de treze anos.

Vocês conseguiram essa articulação?

Acho que em boa medida. Conseguimos encontrar com as pessoas, ir aos lugares, fazer o que a gente chamava de assessoria, elaborar algum material. Depois, o NOVA foi se modificando internamente, até o dia em que eu não me achei mais. E quando não me acho mais, eu vou embora. Éramos, inicialmente, uma equipe de cinco técnicos. Mas chegamos a seis. Constituímos legalmente uma sociedade por cotas, com fins lucrativos. Tínhamos um pacto interno: a renda voltava para os projetos. O formato sem fins lucrativos obrigaria a gente a ter instâncias de conselhos, diretoria, e, na época, o aconselhável era 'quanto menos gente girando em torno de nós, mais seguro'. Empresa pequenininha, ninguém se interessa em fiscalizar. Mesmo assim, tudo rigorosamente em dia, e muito limpo nas tramitações.

De onde vinham esses fins lucrativos? Os projetos bancavam os salários?

Os projetos eram elaborados, encaminhados a ONGs internacionais. Uma vez aprovados, os recursos apoiavam as atividades e os nossos salários. O NOVA tinha quase todos os seus projetos aprovados. Os rendimentos financeiros, que poderiam ser considerados lucros, voltavam para os projetos. Esse apoio foi fundamental ao funcionamento de tudo.

Nesse período do NOVA, o trabalho foi num crescendo ou a conjuntura alterou?

Foi diversificando. A conjuntura teve o seu papel. Por exemplo, no começo dos anos 1980, a repressão ao mundo operário nos levou a uma atenção maior para esse campo. A influência de Paulo Freire nos fez atender às solicitações que vinham das experiências de alfabetização de adultos. Abrimos um campo de experimentação. A partir daí é que vem a inspiração da criação do SAPÉ.

ALFABETIZAÇÃO - SAPÉ

O SAPÉ foi fundado em...?

Em 1986.

Você produziu muito material sobre alfabetização?

Já como SAPÉ, o campo de experimentação da alfabetização de adultos, aberto com o apoio da escola Senador Correia, transformou-se num campo de pesquisa – uma das vertentes de uma pesquisa mais ampla que pretendia explorar o ‘confronto de sistemas de conhecimento na educação popular’. A pesquisa de alfabetização de adultos durou três anos. Fomos até à sistematização. Está guardada como acervo, porque, para o passo seguinte, não contamos mais com recursos.

Acho que os documentos deveriam ser escaneados para ficar um legado.

Há a perspectiva de que esse material venha a ser utilizado numa tese de doutorado. Mas ele terá o destino que merece.

Vocês sempre obtiveram recursos das igrejas (protestante ou católica) para fazer esse trabalho?

Da Igreja Evangélica também, mas, principalmente, da área da Igreja Católica. Depois, começa a rarear. Começa a ficar mais difícil. As organizações internacionais começam a se comprometer mais com as diretrizes de seus respectivos estados e, nessa hora, começam a mudar as suas escolhas.

Os sindicatos pediam assessoria também?

Eu não estava muito ligada a esse campo de intervenção.

Você acompanhou a questão da criação da CUT, da incorporação dos trabalhadores rurais, CONTAG, essa discussão?

Acompanhei. A CONTAG aconteceu muito antes. Mas, nesse outro momento, eu já não estava tão por perto. Estava me movendo, respondia a outras

solicitações. Um dia, fui descobrindo que já não gostava tanto desse lugar de fazer assessoria. Havia muitas questões pendentes nas quais precisava parar um pouco. Aí, começo a pensar muito mais em me aprofundar, a olhar mais para o campo da pesquisa.

E o trabalho do SAPÉ?

Era um dos trabalhos que eu sonhava que o NOVA fizesse, mas não foi possível. Uma das nossas definições era a de ‘apoio à pesquisa em educação’. O SAPÉ começa por uma pesquisa. Iniciamos pela área de alfabetização de adultos. Foi nisso que passei três anos. A ideia era trabalhar mais do que o campo da alfabetização: a produção associada, a população de rua. Praticamente, ficamos na vertente da alfabetização e de suas decorrências.

Vocês faziam a pesquisa, produziam conhecimento, escreviam, e discutiam com quem?

Por exemplo, na fase da sistematização, fizemos vários seminários internos, convidávamos pessoas que nos pudessem ajudar para abordar os temas mais relevantes indicados na pesquisa. A gente não conseguiu fazer tudo o que queria, porque dependíamos do apoio do financiador. E numa avaliação da agência financiadora, a pesquisa foi considerada ‘chic’, e não tinha sentido continuar investindo na mesma. Faltava pouco. A pesquisa está toda sistematizada. Daí em diante, se tratava da elaboração, redação e difusão de seus resultados. Foram três anos de atuação, com direito a diário de campo, registros, vídeo, e produção dos alunos.

E essa coisa do ‘chic’ matou?

Tudo que conseguimos escrever foi um artigo, Rute e eu, para um projeto de âmbito sul-americano, que nunca foi publicado em português.

Quantas pessoas eram do SAPÉ?

Éramos cinco ou seis pessoas. Permaneceu atuante durante 20 anos. Caminhamos na direção apontada pelos resultados da pesquisa. A pesquisa chegou a identificar dois grandes problemas: a formação específica de educadores e a produção de material de leitura adequado para adultos. O SAPÉ fez principalmente isso. Chegamos a elaborar e executar alguns projetos inovadores na área da formação de educadores e, com a ajuda de Lygia Segala, que esteve sempre nos apoiando, inventamos o ‘Almanaque do Aluá’, como material de leitura. Produzimos três almanaques. Hoje, foram cedidos ao MEC, e estão acessíveis no dominio.publico@mec.gov. E o último foi financiado pelo MEC.

Tudo produzido pelo SAPÉ?

Sim.

Quando saiu o terceiro?

Em 2005, eu acho.

O SAPÉ vai até quando?

Até 2006. Durante algum tempo, dividimos a sede com a CAPINA. Depois, quando os recursos encolheram drasticamente, nos candidatamos a uma sala do edifício Darcy Vargas, posto em uso social pelo governo do estado. Investimos na reforma da sala e conseguimos uma cessão por cinco anos. A gente apelidava de o 'INPS das ONGs'. Ali ficamos até concordarmos com a desativação do SAPÉ, por falta de condições de funcionamento.

NOVA, CEDI, FASE

Como é que você avalia, nesse período dos anos 1970, 1980, a relação entre instituições como o NOVA, o CEDI, FASE, que prestavam esse tipo de assessoria aos movimentos populares?

Com algumas alianças, mas cada um atuava em seu 'território'.

Mas tinha colaboração? Ou era mais competição?

Não diria competição. Acho que cada um criou uma espécie de cultura institucional, uma esfera de atuação. Aqui, acolá, acontecia de participar de um trabalho mais próximo. Mas era assim, esporadicamente.

Em termos geográficos, a sua atuação no NOVA era mais ligada ao Nordeste, ou você ia também para o Sul?

Ia também para o Sul. Mas o Nordeste sempre foi uma demanda maior. Uma presença em Minas e Espírito Santo; e fomos algumas vezes ao Paraná. Circulávamos muito.

O que você está fazendo agora?

Desde 2003, ainda enquanto SAPÉ, eu mantinha um vínculo com a equipe de formação da CAPINA para os cursos de 'Viabilidade Econômica e Gestão Democrática', cujo objetivo era a formação de assessores/educadores voltados para o apoio às iniciativas econômicas dos setores populares. Quando o SAPÉ foi desativado, a equipe da CAPINA me chamou. Ainda estou por lá.

EDUCAÇÃO POPULAR – UMA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Vocês trabalhavam com os financiadores: às vezes davam plena liberdade, outras não. Então, como é trabalhar com governo?

Depende. Com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - IPHAN foi possível trabalhar muito bem. Uma equipe muito competente e comprometida com o que faz. Fizemos um bom trabalho juntos. Tanto o de avaliação do PROMOART (Programa de Apoio ao Artesanato de Tradição), como na produção do ‘Almanaque Pitinga’.

Qual foi o avanço, no Brasil, da discussão em relação à educação - sem idealizar o passado?

A sensação é que, durante um tempo, ficamos meio que congelando a década de 1960. Os tempos passaram, as conjunturas foram mudando, e novos desafios apareceram. E, do que venho caminhando, não é o formato escolar que responde à demanda de educação popular. Precisamos, com força, retomar o caráter de contextualização da educação popular. Reinventá-la, a partir das feições culturais e das potencialidades dos grupos que precisam de novas ferramentas para exercer a sua cidadania.

Tem muito ainda o que avançar para dar consistência a uma perspectiva de educação para a sociedade toda. Como se um dia não precisasse dizer que tem educação popular e tem também outra educação. Duas educações? É uma perspectiva de insurgência em relação ao que está posto. Esse cheiro de filantropia, de educação para pobres, um dia vai acabar.

Sei do peso histórico e político que tem a expressão de educação popular, e essa nomenclatura ainda identifica tendências. Trabalho com a perspectiva de educação que se identifica com esse percurso, mas o sonho é que esse horizonte contagie outras práticas de socialização de saberes e conhecimentos. É uma luta contra-hegemônica, como tantas outras.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 23/01/2013,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici

Elsa Sousa Kraychete

A ORIGEM NO INTERIOR DA BAHIA

Nasci em Valença, cidade do interior da Bahia, cerca de 200 km de Salvador. Meus pais, Moisés e Maria Carolina, lidavam com comércio e também chegaram a ter uma pequena fazenda na região. Esse comércio era dentro da propriedade, um tipo de comércio que não existe mais hoje. Compravam os produtos da região: cacau, cravo da Índia, farinha de mandioca, um pouco de castanha de caju, e nessa mesma casa comercial eram vendidos produtos como carne, açúcar, arroz, etc., etc. Vendia também remédios, tecidos, confecções, produtos de armarinho... Aos sábados, acontecia uma feira. Produtores, trabalhadores da região, começavam a chegar sexta à noite em animais que traziam as cargas, que chamavam tropas. A feira era uma festa. As pessoas chegavam lá, vendiam e compravam. Meus pais foram sempre ligados a essa atividade comercial e a essa pequena propriedade que não era tão grande. Sou desta família, somos seis filhos, cinco mulheres e um homem...

Era uma feira dentro da fazenda...

Isso era muito comum. Se eu for mais para trás no tempo, essa também era uma tradição dos meus avós. Vivi meus primeiros anos na fazenda dos meus avós, que fazia divisa com mais duas fazendas que produziam e vendiam muitos produtos. Em uma das fazendas tinha até um curtume. Curtume é uma indústria, uma coisa com uma certa sofisticação, e eu me lembro que detestava passar por perto, porque era um cheiro horrível. Tinha padaria, oficina de couro, que fabricava sela para montaria, sapatos e outros objetos. A propriedade do meu avô era 'especializada' em vendas de animais. Em todas as três fazendas as plantações eram muito diversificadas.

A FAMÍLIA E A TRAJETÓRIA COMERCIAL

Quando os meus bisavós morreram e deixaram a terra e algum dinheiro, meu avô virou para a minha avó e disse: 'Eu não quero nada de terra, eu não gosto disso, eu quero o dinheiro, eu vou para o sertão comprar gado, comprar animais para vender aqui'. Tempos depois, quando li Alberto Passos Guimarães, achei

que as três fazendas da minha infância eram um exemplo dos complexos que ele analisava. Minha mãe é a única mulher de uma família de sete homens; só ela de mulher e minha avó. Ela herdou do meu avô o espírito de comerciante. Isso, no final dos anos 1950 - início dos 1960, já estava em plena decadência.

Inverteu, não é?

Inverteu. Na vida, parece que os destinos vão sendo traçados. A família da minha mãe não era rica, mas tinha um certo prestígio. Meu avô era muito conhecido. Meu pai vem de um município vizinho, Mutuípe. Ele chegou muito jovem, para trabalhar na loja de uma das fazendas vizinhas, quando conheceu a minha mãe, que, mesmo muito jovem, já era viúva. Eles não têm trajetória de estudo, embora leiam e escrevam muito bem, não concluíram o curso primário. Talvez, por isso, fizeram todo o esforço e deram todo o incentivo para que os filhos estudassem.

O ESTUDO COMO HORIZONTE PARA OS FILHOS

Era uma casa de pessoas com pouco estudo, mas que tinha livros. Eles compravam livros e incentivavam os filhos para a leitura. Tinha até dicionário, e consultar o dicionário era importante. Meu pai achava que tínhamos que estudar bem português, aprender muito bem a língua, considerava importante se expressar bem. A minha mãe incentivava o estudo, pensava em formatura, e para isso era preciso sair de lá. Ouvi isso desde muito cedo.

Tanto seu pai quanto sua mãe tinham essa ideia?

Ele não tinha a ideia que os filhos sairiam de lá, pelo menos não expressava. Era mais quieto, mais calado. Sob certos aspectos posso dizer que sou de uma família matriarcal. Minha mãe determinava muito esses rumos, era mais de planejar o futuro. Mas ele sempre incentivava que a gente estudasse português, tinha que estudar gramática, porque as pessoas tinham que saber escrever e saber falar. Minha mãe incentivava sobretudo as filhas. Ela achava que mulher tinha que estudar para ter independência. Ela dizia assim: 'Tem que estudar, porque, se casar e não der certo, tem que se cuidar'. Gosto de ter ouvido isso desde muito cedo. Eles tinham muita consciência da importância do estudo, pensamento muito comum em certos meios de classe média naqueles tempos. Eu estou falando da primeira metade dos anos 1960. É também um momento em que o Brasil se modernizava. Eles eram antenados com essas coisas. As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* circulavam lá por casa. Aquilo era uma novidade. Eram revistas bonitas, cheias de fotografias, num mundo em que a televisão ainda não dominava - aqui na Bahia ainda nem tinha chegado. E a gente

folheava, folheava. Eu me lembro de ter ficado encantada com a que trazia a inauguração de Brasília... abril de 1960. Eu tinha 7 anos de idade.

SABEDORIA FAMILIAR

Seus irmãos estudaram, foram para a universidade?

Quatro fizeram universidade. Meu irmão não fez, mas veio morar em Salvador também. Nós começamos os estudos em uma escola municipal com uma única sala. Essa sala acomodava todos os alunos, do primeiro ano até o terceiro ano. Eu não sei como é que a professora organizava. É tão interessante pensar naquele mundo! Muitos alunos, depois da aula, tinham que trabalhar. Os filhos dos mais pobres, os meninos, principalmente, tinham que trabalhar e não permaneciam por muito tempo na escola, não concluíam muitos anos. Nessa escola, estudei até o terceiro ano primário. Quando cheguei ao terceiro ano, minha mãe começou a falar que eu tinha que sair, já não era possível permanecer naquela escola. E aí, para aonde vai? Onde vai estudar? Essa é uma passagem que eu gosto de contar. Na cidade vizinha, Santo Antônio de Jesus, havia um colégio de freiras, e as filhas de pessoas com aquele padrão de renda, em geral iam estudar lá. Ficavam internas no colégio. Minha mãe disse: 'Para lá minhas filhas não vão não!' Talvez tenha um lado muito conservador, mas tem um outro, que acho que nós absorvemos muito bem, o da liberdade. Ela dizia sobre os internatos: 'Ah, um lugar que só tem homem e outro que só tem mulher não dá certo'.

É uma sabedoria.

Ela é uma mulher muito sábia. Ela completava: 'Eu não quero isso, o mundo é muito misturado'. Isso eu trouxe muito da minha família... 'O mundo está aí, vai para o mundo'. Você vai escolhendo... Bem, quando eu estava com 11 anos, numa noite, eu soube que no dia seguinte eu ia estudar em Jequié. De Valença a Jequié, quase um dia de viagem de carro!.

É longe.

Tão longe que inclusive outro dia conversei com ela sobre isso. 'Por que tive que ir para Jequié?' Ela respondeu: 'Porque lá eu tinha uma grande amiga que ia lhe receber'. Passei um ano estudando em Jequié, era outro mundo, uma cidade maior... Eu tinha 11 anos e ia estudar no 4o. ano primário. Fui para a casa de uma família amiga, pessoas de uma generosidade fantástica. Cheguei em março, e a amiga de minha mãe me levou em uma escola, dizendo que precisava de uma matrícula. Contou a história... Vocês acreditam que eu fui parar numa escola em que a professora era de Valença e conhecia minha mãe? Nossa! É uma coisa muito louca. No primeiro dia que eu entro na sala, a professora

disse: ‘Olha, você parece tanto com uma pessoa que eu conheço, eu também sou de Valença’. Bem, ela conhecia a minha mãe. Passei um ano lá em Jequié.

O EMPENHO PARA O ESTUDO LONGE DE CASA

Só eu fui estudar em Jequié. Hoje, quando eu penso nisso, vejo como era difícil para as famílias do interior do Brasil seguir com os filhos na escola. Um dia, perguntei para minha mãe: ‘Como é que você teve coragem de botar a sua filha de 11 anos numa cidade tão longe?’ Ela virou para mim e disse: ‘Você sabe o quanto isso me custou?’ Pensando em toda essa trajetória, acho que o que vale é saber que se é amada. Quando eu fiz 12 anos estava em Jequié. No meu aniversário - em Valença ainda não tinha telefone - recebi dois telegramas de parabéns. Um, assinado ‘Seu pai e sua mãe’, e outro, com o nome de todos os meus irmãos. Ela é dada a esse tipo de carinho.

No ano seguinte, para que todos os filhos pudessem estudar, meus pais compraram uma casa em Valença. Estudei no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias e no Colégio Estadual de Valença, todas escolas públicas com nível de ensino muito bom para as condições do Brasil da segunda metade dos anos 60. No curso ginásial, tive bons professores... gostava muito de história, de geografia e literatura. Tive uma excelente professora de geografia, uma mulher que fazia o aluno pensar. Eu lembro que para entrar em sala de aula tinha que ter um atlas. ‘Geografia não se aprende sem atlas’, dizia ela. E assim se abriu o mundo para mim. O *Mapa Mundi*, eu adorava aquilo, eu viajava, ia e voltava... Nenhum incentivo para decorar. Também lembro com carinho da professora de português, que me introduziu no mundo da literatura de ficção. Comecei a ler José de Alencar, Machado de Assis, Jorge Amado, Graciliano Ramos, as crônicas de Rubem Braga... Até hoje gosto muito de ler romances. A professora de história era também fantástica, muito boa. Lembro muito dessas três professoras, que faziam o mundo ficar muito maior.

Quando conclui o então chamado curso ginásial, outro dilema: para seguir estudando em Valença, as opções eram os cursos Técnico de Contabilidade ou o Normal, orientado para a formação de professores. Novamente, dona Maria Carolina disse: ‘Agora, vai para Salvador’. Falou para o meu pai, que tinha restrições: ‘Como uma menina entre os 16 e 17 anos poderia morar em Salvador, sem os pais?’ De novo, foi acionada a rede de famílias amigas. Minha mãe logo entrou em contato com uma família que me recebeu. Com esta família vivi dois anos... tão generosa quanto a de Jequié. Em Salvador, estudei no Colégio Estadual da Bahia, mais conhecido como Colégio Central, o maior colégio público do estado. Pensava em fazer vestibular para medicina, com uma vaga noção que seguiria a psiquiatria, nada muito excepcional, era o sonho de toda

interiorana que vinha estudar na capital. Estudava biologia e química noite e dia... mas outros interesses foram chegando. Eram os anos 1970, e toda a repressão em volta.

SALVADOR – O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Você estava no colégio em 1970?

Entrei no Central em 1970. As lideranças do movimento estudantil de 1968, em sua maioria, estudaram nesse colégio. Muitas foram expulsas depois do AI-5. Imperava o medo nos primeiros anos de 1970. Lembro que diziam que debaixo de cada cadeira tinha um microfone - exagero certamente -, mas alimentava o medo. A gente não podia ficar falando muita coisa. É curioso... a ditadura expulsava muita gente da política, do pensar o mundo mais amplamente... mas aí também começa a chateação, o filme, a peça teatral, o livro, o jornal... tudo censurado, a indignação com as notícias das prisões e da tortura.

No Colégio, logo me enturmei com o pessoal que gostava de literatura, de cinema, música... Eu já trazia esse gosto, e por esse caminho fui fazendo amizades. Trocávamos muito livros, ampliei o meu repertório de autores, comecei a ler Dostoiévsky, Kafka, Gabriel Garcia Marques, Vargas Llosa... e ia por aí. Até hoje, lembro do meu susto quando abri a *Metamorfose*, de Kafka, e me deparei com a metáfora que o homem era uma barata... 'Que mundo é esse?'. Em Valença, homem era homem e barata era barata, mas segui lendo e fui até o final do livro, para decifrar o mistério. E com esses colegas, comecei a conversar sobre política, ditadura, censura, tortura... Até hoje tenho uma grande amiga que conheci nesse grupo, participamos do movimento estudantil e fomos colegas no CEAS [Centro de Estudos e Ação Social].

Como sabiam das passeatas de 1968 no Rio?

Chegava como notícia, mas era um mundo muito longe. Em Valença, não tinha esses movimentos, não tinha movimento estudantil. Via as notícias na televisão, alguma notícia em jornal, mas naquele momento não constituíam problema para mim. Começo a problematizar essas coisas aqui em Salvador, junto com os colegas do Central. De cara, a censura e a tortura me colocaram em oposição à ditadura. Quando eu comecei a ter notícias de que as pessoas eram torturadas, eu tive ódio do regime, eu tive ódio daqueles que praticavam a tortura, porque eu não podia admitir... ninguém pode admitir que se faça isso.

Na volta das férias do meio do ano, quando já cursava o segundo ano científico, uma das colegas de sala não voltou às aulas, e todos nos perguntamos por ela, que só apareceu algum tempo depois e nos disse que tinha sido presa. Essa

notícia não saiu nos jornais, mas passou a ser muito concreto que o regime prendia e torturava. Tempos depois, soube que se tratava da prisão de militantes da AP (Ação Popular) e do PCdoB, embora a colega nunca tenha entrado nesses detalhes. A censura me fazia pensar... ‘Como alguém vai dizer qual é o livro que devo ler e o que eu não devo ler?’.

A censura e a tortura me incomodaram muito. Comecei a reagir por aí. Lembro também das conversas sobre futebol, no momento da Copa de 1970 - o uso do futebol para legitimar a ditadura. Concordei com tudo, mas não deixei de ver os jogos, e torci pela vitória. Os fatos batem diferentes dentro da gente. É também o momento que começo a ler autores que falavam da realidade brasileira, já não apenas como ficção. E aí veio a decisão: ‘Não vou fazer medicina, não.’ Já lia bons livros de história econômica e me inclinei para o vestibular em economia.

A UNIVERSIDADE E A DITADURA MILITAR

Em que ano foi para a faculdade?

Entre na Escola de Economia da UFBA em 1973. Outro mundo, mais politizado e partidariado. O diretório acadêmico organizou atividades para receber os calouros, debates e filmes - Cinema Novo era a tônica. Ainda no primeiro semestre, teve eleição para a diretoria do diretório acadêmico, com duas chapas concorrendo. Percebia que havia uma oposição forte entre elas, mas eu ainda não associava as minúcias dos discursos às correntes políticas. Na verdade, eu não conhecia os discursos das correntes políticas. Votei na ‘Chapa Nós’, que venceu, e que depois vim saber que era composta por colegas militantes ou simpatizantes do PCdoB e da AP, aliança que não durou pouco tempo. A outra chapa era integrada por colegas do PCB.

Comecei a participar das atividades, em geral as culturais, as mais permitidas naquela época. Passei a ser muito vista pelos colegas que já tinham participação política na escola. Foi um cerco pelas duas tendências. Mas, naquele momento, eu não queria me integrar ao movimento. Até achava que movimento de estudantes não era muito importante, o que valia mesmo era o movimento operário e o movimento dos camponeses. Tudo isso porque li em algum lugar, não tinha nenhum contato com organização política.

Nesse mesmo ano, já no segundo semestre, teve eleição para o DCE, a primeira depois de 1968. Uma única chapa se apresentou, com uma boa estratégia: além dos membros da diretoria, exigência dos estatutos, cada faculdade indicava um estudante que também faria parte de uma espécie de diretoria ampliada. A ideia era aumentar a representatividade do DCE e não identificar lideranças isoladamente. Atendia às exigências da legislação, dos estatutos

aprovados pelo conselho universitário, e ampliava o movimento. Nesse debate sobre as eleições do DCE, dois colegas do diretório me procuraram com o convite, para que eu fosse a representante da Escola de Economia no DCE. A minha primeira reação foi de surpresa... ‘Por que uma caloura para missão tão importante?’ ... Foram muitas horas de conversa, mas não aceitei. Eu batia na mesma tecla: ‘Eu não me sinto preparada, e, de fato, não estava.’ E não fui.

ENGAJAMENTO CULTURAL E POLÍTICO

Não, não integrei a chapa do DCE. Depois de muita conversa, aceitei participar de alguma atividade do diretório. Passei a frequentar as reuniões do pessoal encarregado do jornal do diretório, o *JornalECO*. Na primeira reunião, me comprometi a escrever um texto sobre Pablo Neruda, poeta chileno que acabara de morrer, logo após o Golpe do Chile. Logo, logo, passei a ir às reuniões do CUCA, o Centro Universitário de Cultura e Arte, que atuava em toda a universidade. Este era um trabalho muito interessante, incentivava a formação de grupos de teatro nas escolas, organizava mostras de som, passava filmes nas escolas e no restaurante universitário. Eram atividades bem amplas que atraíam muitos estudantes, mesmo os que não tinham interesse nas atividades mais políticas promovidas pelos diretórios.

Fiquei encarregada pelo CUC (Circuito Universitário de Cinema), que nada mais era que alugar um bom filme, projetar nas escolas e propor um debate no final da exibição, que às vezes acontecia, às vezes não. Por iniciativa do CUCA, organizamos dois grandes *shows* na universidade, um com Gilberto Gil, outro com Caetano Veloso. O *show* de Gil foi na Escola de Direito, ele sozinho; o do Caetano, dois colegas de arquitetura participaram. Sempre buscávamos valorizar o trabalho cultural dos estudantes.

O dinheiro arrecadado nessas atividades foi para financiar a legalização do CUCA, custas com cartórios etc. Nesse processo de legalização do CUCA, fizemos uma ampla consulta aos estudantes para eleger uma espécie de sócio honorário, a partir de uma lista com nomes de intelectuais ligados à cultura. Lembro que entre os escolhidos estavam Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade e Tristão de Athayde, mas havia outros. À medida que a luta política avançou, o CUCA foi sendo esquecido. Os colegas que mais atuavam na cultura foram se formando, outros foram para os diretórios acadêmicos, e o CUCA foi esquecido. Uma pena!

Quais os problemas com as direções das escolas?

Alguns diretores proibiam. As exposições aconteciam nas escolas com diretórios acadêmicos atuantes. Quando proibida a exposição, passávamos nas salas

de aula e denunciávamos o diretor, que queria censurar o já censurado. A batalha por espaços dentro das faculdades era cotidiana, levava ao enfrentamento com alguns diretores que representavam a ditadura dentro das escolas. Algumas vezes garantíamos a atividade, já uma vitória, outras vezes, não. O CUCA também publicava um jornal, o *Saiúva*, que vinha acompanhado da frase: ‘Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil’. Cheguei a participar do grupo que elaborava esse jornal.

LEITURAS – ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Quais as influências de professores ou cursos para você?

Sim, alguns cursos traziam discussões muito importantes. O curso de economia não podia fugir de certos temas, não podia deixar de tratar de questões estruturais do país. No geral, era um momento de crise na escola, muitos professores haviam se afastado por motivos políticos ou porque foram desestimulados, e foram cuidar da vida em outros lugares. O primeiro curso que chamou a minha atenção foi o de introdução à economia, com o professor Walter Batista, a partir do livro do Antônio de Barros Castro e do Carlos Lessa, de orientação cepalina. Os autores faziam um bom contraponto ao livro de Paul Samuelson, autor americano de orientação neoclássica. Era um convite à polêmica. Lembro também das aulas de macroeconomia, com o professor Plínio Moura, que trazia uma visão dos acontecimentos do mundo, e o curso de economia brasileira, com o professor Vítor Ataíde, com questões instigantes sobre o desenvolvimento brasileiro, numa ótica que não ficava restrita às interpretações teóricas; a realidade brasileira aparecia muito. Muitos contrapontos entre a teoria neoclássica e a vida. Era também um período em que a escola iniciava a renovação do quadro de professores, a partir de egressos do mestrado. Muitos são professores até hoje, mas eu não fui aluna deles.

MARX

Existia alguma leitura mais marxista, Marx...?

Muito pouco. Víamos Marx no curso da história do pensamento econômico, junto com todos os pensadores da economia. Aconteciam algumas leituras de textos de Marx por iniciativa dos estudantes, mas nada muito sistemático. No início do curso, o debate que mais chamou a minha atenção foi sobre distribuição de renda. Acabava de sair os resultados do censo de 1970, mostrando, por um lado, o crescimento da economia, do PIB e, por outro lado, a concentração da renda. Era um retrato de corpo inteiro do ‘milagre brasileiro’.

Ao longo do curso, me envolvi muito com a discussão sobre o desenvolvimento, inicialmente, a partir da visão cepalina, predominante entre os professores, dos entraves para o desenvolvimento do país, da América Latina e, em seguida, já trabalhando com a ideia das contradições no processo de acumulação de capital. Saí da escola com questões em torno do desenvolvimento e da distribuição de renda. Esse foi um debate que me pegou. No meio acadêmico da economia era um debate muito forte, porque ficava claro que a distribuição não decorria do crescimento, era uma questão social, de luta pela distribuição dos frutos do desenvolvimento.

CEAS

Aqui entra o CEAS. Eu li no *Cadernos do CEAS*, emprestado por um colega, um artigo sobre distribuição de renda, de autoria de Césare Galvan, jesuíta e professor da Escola de Economia. Foi a primeira vez que ouvi falar no CEAS, no *Cadernos*, que me foi apresentado como uma revista de um centro dos padres jesuítas. Nossa geração era uma geração que formava grupos de estudos. Pipocavam grupos de estudos na escola. Participei de alguns, mas, no geral, tínhamos pouca disciplina, e as atividades políticas tomavam a maior parte do tempo. De todos os grupos que participei, um, apenas um, teve vida mais longa. Durante um ano nos reuníamos, eram três rapazes e eu, para ler e debater o livro *Princípios da Filosofia*, de Georges Politzer, um manual sobre dialética e materialismo histórico, editado pelo Partido Comunista Francês.

Nos reuníamos todos os domingos, pela manhã - isso numa cidade de sol, praia - todos os domingos. Conseguimos, nesse grupo, manter uma boa disciplina. Filosofia, naquele início de vida, não era muito fácil. Líamos conjuntamente, nos revezávamos na leitura em voz alta e íamos debatendo. Levamos um ano lendo esse livro. O grupo funcionou durante um ano... Participei de outro grupo, muito mais eclético, que queria estudar economia brasileira, mas que teve vida curta. Só lemos *Crítica à Razão Dualista*, do Chico de Oliveira. Nos reuníamos no CEAS, no sábado à tarde. [...]

Eu estou falando de 1973, 1974. Éramos muito incentivados a participar da vida cultural e intelectual da cidade. Aqui começa a minha aproximação com o CEAS. O professor Vítor Ataíde, de quem já falei, um dia, no final da aula, me falou de um curso de formação oferecido pelo CEAS à trabalhadores, pessoas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e me convidou para acompanhar o módulo 'Realidade Brasileira'. Respondi que sim, e perguntei: 'Mas, eu vou fazer o quê?' A turma era composta basicamente por pessoas do norte, do Maranhão especialmente, onde o CEAS desenvolvia trabalho de assessoria com as pastorais e trabalhadores que lutavam pela posse da terra. Foi uma experiência

muito importante; nesses cursos de formação era muito valorizada a escuta das experiências das pessoas, os relatos de vida. Pela primeira vez, ouvi falas impressionantes, de muito sofrimento e luta, naquelas terras invadidas pelos grandes projetos dentro do slogan do governo ‘integrar para não entregar’.

Lembro que falei pouco. Eu morria de medo de dar qualquer fora naquele ambiente. Vitor conduzia o debate, ele já tinha muita experiência nesses cursos de formação. Ainda tenho muito viva na memória a celebração religiosa no final, que me impressionou muito. Foi uma missa e um dos celebrantes era um padre do Maranhão. Passei uns oito dias dentro CEAS, convivendo com todos, e ele nunca falou que era padre. Ninguém falou que ele era padre. Foi muito intrigante isso, aquela postura de deixar a fala com os trabalhadores. Outra imagem de um pastor! A celebração foi muito bonita, participativa, no ofertório cada um levou o que trouxe da sua região. Eu nunca tinha visto uma missa assim.

A ESCOLA, O CUCA, O AMBIENTE DE REPRESSÃO

Voltando à escola... em 1973, comecei a participar do CUCA, que atuava em toda a universidade. Eu gostava muito das atividades do CUCA. Em 1974, já cursando o segundo ano, na época da eleição do diretório, já muito identificada com uma das correntes políticas, participei da ‘Chapa Nós’, que contava com militantes e simpatizantes do PCdoB, mas uma boa parte dos integrantes da chapa não tinha qualquer filiação partidária. Fui ser secretária de imprensa. Escolhi esse lugar. Na reunião da escolha das pessoas que comporiam a chapa, eu disse: ‘Participo, mas me sinto mais à vontade na secretaria de imprensa’. Eu era muito assim... ‘Eu vou, mas eu quero isso...’ Sem problema, todos aceitaram. Bem, ganhamos a eleição.

A principal atividade era fazer o jornal do diretório, o *JornalECO*, que deveria ter uma periodicidade mensal, mas que saía de tempos em tempos. Nunca tínhamos dinheiro para arcar com os custos. A impressão era feita em mimeógrafo, numa gráfica de um rapaz que tinha alguma ligação com a esquerda, e o senhor que lidava com o mimeógrafo era um antigo líder do sindicato dos gráficos, que havia sido cassado em 1964. Todo o movimento estudantil recorria a esta gráfica, que era uma empresa legalizada. Outra atividade, mais barata, era o mural de recortes da imprensa diária – *Folha de São Paulo, Estadão, Jornal do Brasil* e os jornais da cidade – *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*. Nos reuníamos uma vez por semana para organizar esse mural: leitura e seleção das matérias, o que implicava em escolhas. Discutia, recortava, e colocava no mural na entrada da sala do diretório, que ficava em frente à cantina, local de muito trânsito. Era um mural muito lido pelos colegas. A gente ia se formando politicamente com essas leituras. Para todas as atividades formávamos comissões. Novamente, a

censura mostrava as suas garras: nos deparávamos, ao longo das matérias dos jornais, com receitas de bolo, poemas, que era uma forma encontrada pelos grandes jornais de denunciar a censura prévia. Para o mural ia tudo, a gente colocava receita de bolo, a gente colocava tudo lá.

Um dia, o diretor da escola chamou o pessoal do diretório e disse, ‘Olha, não vai poder mais ter esse jornal’. Passamos de sala em sala de aula para dizer para os colegas que o mural estava sendo censurado pelo diretor da escola. Falávamos da nossa estranheza, já que se tratava de matérias que já haviam passado pela censura do governo. O mural continuou saindo. Fazíamos também um mural com desenhos, recortes de jornais, mais temático, digamos assim. A cada quinze dias, escolhíamos um tema para ser exposto no mural. Lembro de alguns: no aniversário de morte de Edson Luís, o secundarista morto no Calabouço, no Rio, fizemos um mural com o título: ‘Quem cala sobre o teu corpo, consente na tua morte’, pedaço de uma letra de Milton Nascimento. Outro, na época que Geisel abriu a Petrobras para os contratos de risco, com a entrada de capital estrangeiro, com a chamada ‘O petróleo é nosso’, e o desenho de uma torre de petróleo quebrada.

Eram muito bonitos esses murais, combinavam desenhos, fotografias, poemas, pequenos textos, recortes de jornal. Numa das recepções a calouros, desenhámos um daqueles jogos para criança que, se [o jogador] ganha, avança uma ou duas casas; mas também os empecilhos vindos da estrutura da universidade, que levava a recuar em algumas casas. Tudo isso era feito nas salas do diretório, à vista de todos, para evitar qualquer repressão. Os desenhos, os mais bonitos e elaborados, eram feitos por um colega de arquitetura. Muitas vezes, os colegas de oposição à diretoria do diretório se referiam a esses murais como ‘o enlatado de arquitetura’. O trabalho na área da cultura sempre foi muito valorizado. Na recepção aos calouros de 1975, organizamos palestra com Nelson Pereira dos Santos, sobre Cinema Novo e um show de Macalé. Não incentivávamos o trote.

A ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BAIANO

E sobre o apelo à luta armada?

Nesse momento, do decorrer de 1974, se bem lembro, um colega que participava do grupo de estudo de Pulitzer, começou a me passar material do PC-doB, o jornal *A Classe Operária*, documentos sobre a guerrilha do Araguaia, programa do partido, relato de militantes que haviam enfrentado a repressão e tortura de forma heroica.... Os textos sobre torturas me constrangiam muito, crescia a raiva contra a ditadura e a vontade de mudar. Eu lia, ele marcava um encontro para conversarmos, e não era tão ostensivo no sentido de que todo

mundo deveria vir para o partido... Depois vou falar especificamente sobre isso, uma espécie de estratégia que era fortalecer o movimento, no caso, o estudantil, atraindo pessoas primeiro para o movimento. Até hoje se fala dessa estratégia: se era partidária, do PCdoB, ou se construída pelos colegas que vieram de grupos de jovens da Igreja Católica.

Hoje, quando se discute o movimento estudantil daquela época, aparecem as duas posições. Algum peso pode ter nesse comportamento a avaliação que fazíamos do movimento em 1968, que, sem deixar de acentuar a disposição de luta dos estudantes, a radicalidade do movimento, criticávamos o que chamávamos vanguardismo, de excessiva projeção das lideranças. Independente da origem, eu acho que foi uma estratégia muito boa. O movimento estudantil da Bahia cresceu muito e alcançou importantes vitórias como movimento de massa. Não é à toa que o congresso de reconstrução da UNE tenha acontecido aqui, e que os primeiros presidentes da entidade, pós-reconstrução, sejam baianos, oriundos desse movimento.

A POLITIZAÇÃO E AS GREVES

E o material do PCdoB?

Eram documentos partidários, do PCdoB. Isso tudo era impresso em mimeógrafo a álcool, outro tempo tecnológico. Para ler, levava para minha casa escondido, para ninguém saber dessas minhas leituras. Até aí eu apenas participava do movimento 'Tendência', no qual as principais lideranças eram do PCdoB. Em 1975, fui eleita presidente do diretório, a primeira mulher a ocupar esse cargo. A maioria dos estudantes de economia, na época, eram homens. Olhando para trás, eu nem sei o porquê da minha escolha para o cargo, nunca tive a postura das mais falantes. Talvez a estratégia de privilegiar a organização do movimento, o *tête-à-tête*, de organizar comissões, agregar pessoas... isso eu sabia fazer. A experiência na secretaria de imprensa, na confecção dos murais e do jornal, trazendo gente nova, deve ter contribuído para isso.

Quantas pessoas estavam envolvidas?

A escola era muito pequena, 400 alunos, e os que se dispunham a participar de atividades políticas num tempo de forte repressão não era em número muito grande. Se pensar entre os integrantes da diretoria do diretório, os que participavam das comissões e também das outras tendências políticas, podemos pensar em 50 a 60 pessoas. Na atividade do mural, de recorte de jornal, que era mais sistemática, chegamos a reunir dez a quinze colegas. Assumi a presidência do diretório em junho, perto das férias do meio do ano.

Na volta às aulas, poucos dias depois, começou a greve contra o jubilamento. Começava a primeira greve geral universitária depois do AI-5. Até aí aconteceram as greves da ECA/USP e, aqui na UFBA, a greve da Faculdade de Medicina, no primeiro semestre. A greve começou na Faculdade de Geologia, e, em seguida, outras escolas foram parando. Só não parou a Medicina, que tinha acabado de sair de uma greve, e o Direito que é um caso especial, porque naquele momento, entre os alunos, era grande o número de policiais. Se bem me lembro, havia acabado de ser aprovada uma lei que para ser delegado tinha que ter curso universitário. E a Faculdade de Direito ficou cheia de alunos policiais. Também nesta faculdade, havia um grupo de alunos organizado na ARENA JOVEM. Dentre estes, estavam o hoje deputado Juthay Magalhães, o Luís Eduardo Magalhães, filho de Antônio Carlos Magalhães, então governador, e Luís Cabral, que chegou a ser deputado estadual pela ARENA. Com essa composição era difícil entrar na greve, embora os membros do diretório não se alinhassem por aí. Vou falar um pouco dessa greve. Até hoje, tenho a condução dessa greve como uma lição: a amplitude e a radicalidade do movimento, tudo ao mesmo tempo.

Um mês após o final da greve, o conselho universitário aprovou o fim do jubilamento. Uma vitória e tanto! A greve começou contra o jubilamento, aspecto da reforma universitária do MEC-USAID que excluía da universidade o aluno que perdesse uma matéria duas vezes. Na área das humanas, isso não era problema, mas para o pessoal das exatas era um vexame. O nosso argumento era que o nível de ensino era muito ruim. Geologia era uma escola com muitos estudantes candidatos ao jubilamento, e eles começaram a passar nas salas de aula, convidar os colegas para assembleias, e entraram em greve. A Economia foi a segunda a parar. E muitas outras seguiram, mesmo escolas sem um diretório organizado, ou que eram muito frágeis. Algumas faculdades entraram na greve simplesmente porque não havia como ter aula nos institutos (Matemática, Química e Física), nos quais as turmas eram mistas, compostas por alunos de cursos diversos. Isso é muito curioso. Esse era um dos aspectos que mais criticávamos da reforma do MEC-USAID, que no nosso entender era para dificultar o encontro dos alunos, a formação de grupos, a politização. E aí marcamos a primeira assembleia geral universitária, para tirar um posicionamento coletivo...

A DIRETORIA DO DCE

Com você dirigindo o diretório da Economia.

Eu, da Economia, mas o DCE era muito atuante. A diretoria do DCE contava com lideranças muito fortes. Nessa diretoria, se destacavam Sinval, estudante de medicina, como presidente, e Eduardo Tinôco, meu colega de economia. Os

dois falavam muito bem nas assembleias, tinham grande liderança. Havia também fortes lideranças em arquitetura, psicologia, medicina, geologia, física.

DCE sob liderança do PCdoB, nessa época?

A liderança na chapa era de membros do PCdoB. Muitos podiam ser simpaticantes ou pessoas que apostavam no movimento. Tínhamos muita preocupação com essa assembleia, era preciso ter muita gente, ser representativa... Outra preocupação era com a repressão, mesmo que não fosse direta, ostensiva, podia acontecer o que chamávamos de provocações.

Na véspera da assembleia fizemos uma enorme reunião na sede do DCE, com representação de todas as escolas, todos os diretórios. No início da reunião alguém perguntou: 'Quem, aqui, já participou de uma assembleia geral universitária?' Ninguém! Orientamos para que, na assembleia, nos enturmássemos por escola. Era mais fácil controlar provocações, todos se conheciam. E falamos isso nas convocações nas salas de aula, em cada escola que não havia parado, e nas assembleias das que já estavam em greve: 'Na assembleia, vamos ficar juntos para evitar confusão, infiltração'. A assembleia de cada escola escolhia quem daria, na assembleia geral, os informes da sua unidade. Foi a primeira vez que falei para tanta gente...

Na direção da universidade, o reitor era o professor Augusto Mascarenhas, da direita, direita, direita... Ele tinha sido da diretoria udenista UNE, logo depois de 1945. Foi um reitorado muito difícil para o movimento estudantil. Na greve, a reitoria tentou a todo custo incriminar os diretórios e o DCE. Aqui, acho que a tática de não expor muito as lideranças funcionou e nos protegeu da repressão mais direta. Mesmo assim, tínhamos muito receio do isolamento dentro da universidade. Durante a greve, a comissão de finanças do DCE organizou pedágios nos semáforos para explicar o porquê da greve e arrecadar recursos para as atividades.

Não pedíamos dinheiro, vendíamos jornais da grande imprensa local. No início, a população era contra a greve, alguns acusavam o movimento de baderna... No final, a greve durou um mês, muitos já se manifestavam a favor. O receio do isolamento também nos levou a procurar os setores organizados da sociedade, como falávamos então, associações de profissionais como o Instituto dos Economistas, o Instituto dos Arquitetos, Clube de Engenharia... A Igreja Católica também foi procurada. Com o CEAS a gente já tinha um bom contato.

Sindicatos também?

Não, os sindicatos, nessa época, ainda estavam nas mãos dos pelegos. Ainda não tinha acontecido a renovação sindical. Começavam a aparecer as oposi-

ções sindicais. À medida que o tempo passava, foi se criando o impasse; o movimento tomava corpo, se tornava mais amplo internamente, o que dificultava a ação da repressão, mas a reitoria não abria o diálogo. Nesses momentos de impasse, é difícil ver onde está a saída. Conseguimos marcar uma audiência com o reitor, mas para evitar a repressão às lideranças e manter a mobilização, marcamos para este dia uma concentração na porta da reitoria. Foi tirada uma comissão, o reitor só aceitava ‘representantes legais’, o que significava membros do DCE e DAs. Participei dessa audiência, que não resultou em nada. A reitoria não arredava pé de manter o jubramento. Descemos da sala do reitor e informamos aos colegas concentrados. A palavra de ordem era voltar às assembleias das escolas para discutir os rumos do movimento.

O CONVITE DO MEC E AS AMEAÇAS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nesse impasse, acontece um fato novo, fora dos nossos planos. O vice-presidente do DCE, Eduardo Tinôco, tinha um irmão, o Eraldo Tinôco (muito ligado ao ex-governador ACM) ... tempos depois chegou a ser vice-governador, que trabalhava naquele momento no MEC. Ele ligou para o colega convidando-o a ir a Brasília para uma conversa com o ministro. Maior reboição em nossas cabeças, mas a certeza de que não deveria ir nenhum estudante a Brasília podia parecer conchavo das lideranças com as autoridades, e jogar por terra tudo que vínhamos construindo. Era muito forte a ideia que não deveríamos fazer acordos com autoridades sem ampla discussão no movimento. Também podia ser uma armadilha, quem fosse a Brasília podia ficar preso, lá mesmo.

Não lembro de muitos detalhes, mas um dia fomos informados que um assessor do ministro viria à Bahia e queria um encontro com representantes dos estudantes, sempre os ‘representantes legais’. Fizemos uma contraproposta: como tínhamos uma assembleia naquela data, convidávamos o MEC para falar. E ele foi à assembleia. Se bem me lembro, o nome do assessor era Edson Machado, que fez uma longa explanação, mas a mensagem era: ‘Vocês voltam às aulas e o MEC abre as negociações’.

Assim que ele terminou a sua fala, Sinval tomou a palavra, agradeceu a presença dele e afirmou que a proposta seria levada às assembleias das escolas para debate e decisão mais amplas. E a assembleia foi encerrada. Mesmo com algo em torno de 5 mil estudantes na assembleia, o silêncio foi mortal. ‘E agora? E a repercussão? Os estudantes estão sendo intransigentes, o MEC vem aqui e não tem nenhuma resposta?’ Foi um passo que podia abrir várias possibilidades, uma encruzilhada. Nas assembleias das escolas, a proposta de encerrar a greve para negociar foi rechaçada... Sim, mas que fazer? Diante do

impasse começou a germinar a ideia de buscar um interlocutor, pessoa de reconhecida representatividade na comunidade, para interceder na reitoria, para reabertura do diálogo com os estudantes. Marcamos uma outra assembleia geral universitária, nas escadarias da Escola Politécnica, local mais público, próximo a uma grande avenida. O clima era muito tenso, tínhamos quase certeza que a polícia apareceria. E apareceu!

Lá pelo meio da assembleia, quando olhamos em volta, só víamos capacetes; e logo parou um carro preto, chapa branca, que trazia o secretário de segurança pública, o coronel Luís Artur, muito temido por ter sido chefe da Polícia Federal num dos momentos de maior repressão na Bahia. Ele passa no meio dos estudantes, vai até os dirigentes da assembleia, SINVAL e Tinoco, já cercados por muitos de nós, e pediu para falar. Se apresentou como secretário de segurança pública do estado da Bahia, e estava ali para dizer que terminássemos a greve, senão a polícia ia invadir o *campus*. Começou a apontar e nomear estudantes que ele conhecia, inclusive o colega que havia sido o maior incentivador da greve em Geologia e que havia sido seu aluno no Colégio Militar. E aí? No impasse, que dizer? Olival, estudante de física e ex-presidente do DCE, falou algo assim: ‘Nós não vamos, coronel, voltar às aulas só por esta ameaça, se preciso for, vai correr sangue de estudante’.

Essa fala é muito lembrada até hoje. Claro que ninguém queria sangue de estudante. A assembleia foi encerrada com a palavra de ordem de voltar às assembleias nas escolas. Não foi possível realizar nenhuma assembleia depois disso. Na Economia, escola localizada fora do *campus* e que ficava em frente à Secretaria de Segurança, ainda tentamos realizar uma assembleia à noite. Novamente, a intervenção do secretário de segurança, que atravessou a rua e impediu a realização da assembleia, a despeito da intervenção do professor Carlos Brandão, o diretor da escola, que afirmava ao coronel ser aquela uma reunião entre ele e seus alunos. A que o coronel respondeu: ‘Vão presos você e seus alunos.’.

A ALIANÇA COM A IGREJA

Foi o fim da greve. Nesse momento a ideia de buscar um interlocutor se concretiza. O escolhido foi D. Avelar Brandão Vilela. Sabíamos que o reitor não ia dizer não a D. Avelar, o Primaz do Brasil. Isso deu um rolo dentro do movimento estudantil. As correntes mais radicais afirmavam: ‘Estamos a reboque da Igreja!’. D. Avelar aceitou o convite, conversou com o reitor. Ficou acertada uma reunião do reitor com o presidente do DCE e os presidentes dos diretórios. Foi uma reunião quase solene, na sala do conselho universitário. A proposta do reitor era formar uma comissão - ele chegou a indicar os nomes

- na qual participaria o presidente do DCE, e eu também fui indicada como presidente do DA de Economia.

Sinval tomou a palavra e disse que estávamos ali na condição de representantes dos estudantes e precisávamos consultá-los. Mas não tinha mais clima de assembleia nas escolas. O mínimo que o 'magnífico' deve ter pensado foi, 'estes meninos são muito chatos.' Um mês depois, o conselho universitário se reuniu e acabou com o jubilamento. Saímos da greve muito fortalecidos, com uma grande representatividade junto aos estudantes. O passo seguinte foi eleger, com o voto de todos os estudantes, a diretoria do DCE. Até aí votavam apenas os presidentes de diretórios acadêmicos, um colégio eleitoral. Para concorrer nessa eleição, organizamos a tendência 'Viração'. Ganhamos em todas as escolas.

Ninguém foi preso?

Ninguém foi preso, mas eram muitos os boatos das listas com nomes dos que seriam. Voltando à minha história, essa greve foi um aprendizado para mim, o que é a política no concreto, o que é um movimento de massas, o que é negociar, ser uma liderança... Eu tenho muita vontade de escrever sobre isso. Mesmo os livros que tratam dos movimentos na época da ditadura, não mencionam o movimento estudantil na Bahia. Tem dissertações sobre o movimento estudantil nessa época aqui na UFBA.

Existe dissertação sobre essa greve?

Do pessoal da área de ciências sociais, sociologia e história. Um aluno me entrevistou sobre a origem do movimento. Eu já cheguei depois, sei que na origem estão estudantes de várias tendências políticas, principalmente PCdoB e PCB, muitos, inclusive, vindos de colégios católicos, como o Vieira.

Vieira é um colégio católico?

Colégio Antônio Vieira, dos jesuítas! O Manoel José de Carvalho, que recentemente morreu de câncer, foi uma liderança dessa época, desse início. Era uma liderança com uma capacidade de argumentação incrível. Até diziam que ele levava uma assembleia para onde quisesse. Era muito habilidoso e bem-falante.

Havia uma relação entre o PCdoB e o tipo de formação escolar tradicional católica?

Não sei, acho que não. Muitos dos que retomaram o movimento estudantil aqui vinham dessa tradição católica de grupos de jovens.

A LIGAÇÃO COM O CEAS

De quando é o CEAS?

O CEAS é de 1968. Funcionava em uma sala muito pequena, na Igreja da Graça. O primeiro número do *Cadernos do CEAS* saiu exatamente no dia em que foi decretado o AI-5. Mera coincidência.

Como foi a tua ligação com o CEAS?

São vários movimentos de aproximação. Comecei lendo a revista e indo a alguns debates promovidos pelas equipes de trabalho - urbana, rural e a redação - do CEAS. A revista era muito lida pelos estudantes de economia. Chegamos a usar artigos como bibliografia. A primeira vez que fui ao CEAS foi a partir de convite de um colega para um debate sobre leis trabalhistas, com um juiz do trabalho. Esse debate depois foi publicado como artigo. Já falei do convite do professor Vitor. Depois, conheci Crisóstomo [José Crisóstomo de Souza], que era editor do *Cadernos*.

Quando fui eleita presidente do diretório, colocamos na plataforma - que era uma folhinha de papel mimeografada -, que defendíamos os direitos humanos. Como não éramos os únicos defensores dos direitos humanos, distribuímos essa plataforma para os outros setores organizados. Fui, com outros colegas, ao CEAS. A conversa foi com o padre Cláudio Perani. Fomos ao Mosteiro de São Bento, onde D. Timóteo nos recebeu. Fomos também ao Instituto dos Arquitetos, Instituto dos Economistas. Foram conversas rápidas, mas serviam para alimentar nossa disposição política de não estarmos sós. Conheci também Deodato, que propôs a formação de um grupo para estudar, escrever e publicar textos na revista. O lema era: 'estuda, divulga'. Nada de acumular conhecimento só para os componentes do grupo. O CEAS mantinha uma campanha de assinaturas do *Cadernos* que a cada quatro assinaturas, uma seria grátis. Nós, do diretório, fizemos uma campanha de assinatura entre colegas e professores. O prêmio - recebemos em dinheiro - virava finanças para as atividades do DA. Ou recebíamos exemplares e fazíamos uma rifa dentro da escola com a mesma finalidade.

AS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES

Convidávamos o pessoal do CEAS para debates na escola. Um, sobre dívida externa, Crisóstomo seria o expositor. A direção da escola proibiu e mandou fechar as salas de aula. Crisóstomo chegou, acompanhado do padre Cláudio, e falamos que o debate havia sido proibido e que as salas de aula estavam fechadas. O padre Cláudio perguntou 'Por que não fazemos aqui, nesta sala do diretório?' Achei aquele padre o máximo e realizamos o debate. Por essa

altura, seria lançado o número 50 do *Cadernos*, e o Crisóstomo me convidou para ajudar a organizar o lançamento. Quando terminei o curso de economia, o padre Claudio me chamou para colaborar com a revista, integrar a equipe de redação. Fiquei muito contente com o convite, mas também me achando muito verde para integrar um grupo tão cheio de notáveis. Naquela época, compunham a comissão de redação, Tomás Cavazzuti, Claudio Perani e Andrés Mattos, todos eles jesuítas e doutores em teologia e filosofia; os professores Joviniano Carvalho e Ubirajara Rebouças, professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, além de Crisóstomo, que era o editor.

A revista tinha um prestígio muito grande, também no meio acadêmico tinha boa repercussão. Publicava Milton Santos, José Graziano, Inaiá Carvalho, Césare Galvan, Paulo Freire, entre tantos outros intelectuais e professores universitários. Você também está lá, José Ricardo Ramalho. Nessa época, ainda não havia tantas revistas acadêmicas. A edição de revistas não era tão regulada como é hoje. Todos os membros da equipe liam todos os artigos, e sabíamos quem eram os autores, sem nenhum comprometimento com a boa qualidade. Aí comecei a frequentar o CEAS, jesuiticamente, todas as quintas-feiras, às 18h. Na segunda metade dos anos 1980, me tornei editora do *Cadernos*. Naquela época, para trabalhar no CEAS, não bastava ser um bom técnico, era preciso reunir a esse atributo certa identidade política com a entidade. Daí esse longo movimento de aproximação.

Qual a periodicidade da revista?

Trimestral. Aprendi muito lendo os artigos. Em 1982, fui contratada para trabalhar no CEAS. Isso depois de ter sido demitida da empresa Promoção de Participações da Bahia (PROPAR), empresa de capital misto e subsidiária do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, que foi o meu primeiro emprego. Entrei como estagiária, a convite do professor Valter Baptista, de quem já falei. A empresa pagava muito bem. Um dia, eu e mais três colegas, dois deles também economistas, oriundos da Escola de Economia/UFBA, também com ativa participação no movimento estudantil, fomos chamados à diretoria, onde recebemos nossas cartas de demissão. Nenhuma justificativa técnica, só que era ordem do governador.

Quem era o governador?

Antônio Carlos Magalhães. Com as demissões, as vagas foram ocupadas por filhos de deputados. Fiquei sem emprego. Comecei a distribuir currículo por todo canto. Nesse momento, eu já estava colaborando com os *Cadernos*. Fui contratada na vaga deixada por uma colega que havia passado em concur-

so para a UFBA. Com currículo espalhado por todo canto, as portas dos órgãos de estado estavam fechadas, fui chamada por uma empresa do Polo Petroquímico de Camaçari, recém-instalado, para ganhar 200 cruzeiros, mas optei pelo CEAS, onde fui ganhar 48 cruzeiros por um turno de trabalho. Combinei o trabalho no CEAS com a realização do mestrado em economia.

Em que ano foi?

Fui demitida às vésperas do Natal de 1981, e contratada pelo CEAS em abril de 1982. Continuei na equipe de redação e fazia as chamadas assessorias ao movimento popular, grupos da igreja, associações de bairros, grupos de jovens...

A ASSESSORIA AO MOVIMENTO POPULAR

Que tipo de trabalho era esse?

Além do trabalho na edição da revista, participei de muitas assessorias a grupos de base da Igreja Católica e outros movimentos. Eram pequenos cursos ou palestras sobre temas econômicos e políticos. A segunda metade dos anos 1980 foi dominada pelo debate sobre a convocação da Assembleia Constituinte, a democracia, mas também os ‘pacotes’ do governo para conter a inflação. Na área da economia, os temas mais debatidos eram as altas taxas de inflação, a dívida externa, o arrocho salarial e a histórica questão agrária. Nós, do CEAS, éramos muito chamados para conversas, debates, sobre estes temas com grupos populares, fossem ligados à igreja, fossem de outros movimentos. As palavras usadas para falar sobre a dívida externa não podiam ser as mesmas usadas na Escola de Economia, tinham que ser outras... Um exercício para traduzir em linguagem acessível a todos, muitas analogias e exemplos próximos da vivência das pessoas.

Boa parte do público mal sabia ler. Como os temas tratados rebatiam na vida das pessoas, as falas durante os cursos eram muito valorizadas no debate. Gosto muito de ter participado desse trabalho. Uma experiência muito importante era o curso de ‘realidade brasileira’ no ISPAC, o Instituto Superior da Pastoral Catequética. Nesse Instituto, acontecia, todos os anos, um curso de longa duração, em torno de oito meses, com gente vinda de dioceses de todo o Brasil, para um curso de formação que envolvia vários módulos. O pessoal do CEAS tinha presença em alguns módulos, os padres com temas mais ligados à religião, e Gabriel Kraychete, Crisóstomo e eu, num vasto mundo que chamávamos realidade brasileira, coisas da economia e da política. O módulo de ‘realidade brasileira’ durava um mês, com oito horas diárias. A preparação

do curso envolvia muitas coisas, escolha de textos adequados, preparação de exemplos, perguntas para serem trabalhadas nos grupos.

Gabriel era seu esposo na época?

Sim, éramos casados nessa época. A primeira semana de aula no ISPAC era de escuta, os alunos eram os donos da fala. Falavam de suas vidas, da realidade de onde vinham, das organizações que participavam. Todos os professores eram convidados para esta semana. Uma inversão, não é? Aluno falando, e professor escutando! É difícil ouvir por muito tempo! Eu procurava anotar muitas coisas do que eles falavam para usar como exemplos no curso. As aulas eram muito dialogadas, muitas perguntas, leituras em grupos...

O CEAS era convidado para esses cursos, mas também para assessorar a formação de grupos novos. Não participei mais em grupos já em atividade. O fim de semana era muito movimentado nas paróquias, nos movimentos sociais, quando aconteciam esses encontros para os debates sobre a realidade.

Na equipe de redação, o debate era constante sobre o sentido dos *Cadernos*: 'Quais os temas mais importantes? Os *Cadernos* servem a quem? Que tipo de artigo, que linguagem?' Tudo isso era muito polêmico. Lembro que padre Claudio e padre Andrés, este, sobretudo, eram a favor de uma linguagem direta, mais simples, artigos curtos, para se comunicar mais com o povo. Eu achava que deveria ter as duas coisas. Eu também tinha as minhas pretensões como economista, de ver tratados certos temas. Era uma discussão muito polêmica, aparecia em todas as reuniões de avaliação e planejamento no final do ano. Na origem, sob a liderança do então jesuíta e professor universitário Cesáre Galvan, a revista trazia artigos mais densos teoricamente. Mas já na primeira metade dos anos 1970, há uma inflexão, quando a popularização dos conteúdos e da forma ganham importância. Os grandes incentivadores desses rumos foram Claudio e Andrés, muito ligados a trabalhos de base.

O resultado foi a produção de uma revista voltada para um público muito amplo, pessoal de igreja, estudantes universitários, sindicalistas, estudantes secundaristas. Muitos estudantes secundaristas iam à biblioteca do CEAS fazer trabalhos e usavam a revista como bibliografia. É legal isso... o secundarista é aquele estudante que ainda não foi 'capturado' por uma área de conhecimento. A biblioteca do CEAS mantinha uma ampla rede de permuta entre os *Cadernos* e muitas revistas da América Latina, Europa e EUA, de centros parecidos com o CEAS, como também de universidades. Uma riqueza muito grande na Salvador dos anos 1970, 1980! Daí que a biblioteca era muito frequentada por estudantes e professores.

O AMBIENTE NO CEAS

O PCdoB foi em que período?

Já não lembro de uma data, mas, seguramente, depois da greve de 1975, como integrante da estrutura, formamos uma base na escola e passei a integrar este núcleo.

Quando você saiu da universidade, saiu também do PCdoB?

Não, não. Aí é outra trajetória. Antes, fui morar em um bairro popular, uma outra experiência muito forte, mas também muito legal... Em seguida, falo disso. Quero ainda continuar com a experiência no CEAS. O CEAS era um ambiente muito plural e muito acolhedor, agregava pessoas perseguidas, pessoas de esquerda. Eu não era a única que não era jesuíta e que trabalhava lá. Além dos jesuítas, os demais estavam, ou estiveram ligados a experiências no movimento popular, movimento estudantil e em partidos políticos de esquerda. Em ambiente tão diversificado politicamente, os debates eram muito intensos e, muitas vezes, também tensos. Um tema muito presente era o nosso papel nos movimentos. Assessores? Integrantes? Liderança? Esse debate passou a ser mais frequente a partir do final da ditadura, quando havia mais liberdade de participação e manifestação. Lembro de um artigo de Crisóstomo que sintetizava um pouco esse debate e defendia a posição que não éramos apenas assessores dos movimentos.

Assessor argumentava, é aquele que é convidado para essa posição pelo assessorado e nós, muitas vezes, agíamos organizando movimentos, incentivando manifestações. Enfim, éramos assessores de quem?: Dos movimentos? Da igreja? Mais complexa era a relação com a Igreja, instituição com concepção de mundo muito consolidada. É um texto muito polêmico, muito bom, ainda tem a sua atualidade. Como pano de fundo, muitas questões se entrecruzavam: como proceder frente aos movimentos, como valorizar o conhecimento popular e não apenas os de matrizes teóricas? Na verdade, na raiz desse debate estava outro, sobre os sujeitos da história. O bom disso tudo é que a revista acolhia muitas contribuições vindas do mundo acadêmico, mais teóricas, como também muitas reflexões vindas de pessoas que estavam em contato com os movimentos sociais... relatos de experiências, relatórios de pesquisas, histórias de movimentos e lutas...

Era muito forte esse debate sobre o papel dos que trabalhavam no CEAS, nos movimentos sociais. Lembro que uma colega de origem popular, que morava em um bairro da periferia, foi eleita diretora da Federação das Associações de Bairro e isso gerou a maior polêmica: 'É assessora ou dirigente?'

No geral, o ambiente era de muita liberdade internamente, mas também para o público. No salão do CEAS, aconteciam muitos debates promovidos pela pró-

pria entidade, como também por outros grupos, sem partidarização. É histórico um debate entre CUT e a Unidade Sindical, no momento de maior disputa entre eles. A ideia era publicar os principais pontos do debate como artigo na revista. Passaram por lá, na volta dos anistiados, gente do PCB e do PCdoB, mas também Félix Guattari, numa visita à Bahia, trazido por uma das correntes do PT.

Você considera que essa força do CEAS se deu pela tolerância a outras linhas políticas de interpretação, ou convívio com o marxismo?

É difícil responder a esta pergunta. A Igreja Católica tem uma visão de mundo consolidada, construída ao longo de dois mil anos, e que parte de matriz filosófica distinta da que se consolida com o marxismo. Para além das raízes filosóficas, é fato que, por um período, correntes do cristianismo e do marxismo se encontraram nos movimentos sociais, ambiente onde questões sociais estruturais afloram constantemente. Aqui, acho que o marxismo contribuiu para a interpretação dessa realidade, sobre as causas das desigualdades, por exemplo; enquanto que para outras demandas da existência das pessoas e para grande parte do público dos movimentos, o pensamento cristão atendia melhor.

É preciso ter em conta que essa aproximação acontece em momento político difícil; por um lado, de ditaduras militares em muitos países latino-americanos e, por outro lado, com a emergência da teologia da libertação. Setores da igreja acolheram muitos dos perseguidos politicamente pelas ditaduras. O CEAS é parte desse contexto, a situação concreta, os ares de cada momento definem muitas coisas. O trabalho pastoral naquele momento abrangia muitas áreas: a dos trabalhadores rurais, operários urbanos, moradores de periferia, jovens, mulheres... todas essas frentes permitiam múltiplas interpretações.

CADERNOS DO CEAS

Os *Cadernos* publicavam artigos que contribuíam para o debate sobre esses temas, viessem de marxistas ou de cristãos. Acho que a riqueza está aqui, em fomentar o debate num momento em que a liberdade de expressão estava cerceada. A certeza que o CEAS não era um elo de partidos políticos, ou que deveria espelhar apenas o pensamento cristão, permitia uma amplitude criativa e renovadora. Não dava também para mexer em dogmas da Igreja, já seria demais.

Como é que o CEAS era visto no meio acadêmico e universitário da época?

O meio acadêmico conhecia mais a revista, até porque muitos professores publicavam no *Cadernos*. Há um tempo atrás encontrei o Chico de Oliveira, e na conversa lembrei: ‘Lembra da entrevista que fiz com o senhor, fui lá na sua casa?’ ... e ele... ‘Ainda existe o *Caderno do CEAS*, não vejo há tempos?’ Só

mais um exemplo do quanto a revista era conhecida: lá por meados da década de 1980, um grupo de professores da UNICAMP, da área de educação, que planejava criar uma revista, convidou o *Cadernos* para uma reunião ampla com vários editores de revistas. Nós éramos a única revista não acadêmica. Sabe aquela pergunta que não quer calar? No final, eu fiz: ‘Por que vocês chamaram o CEAS?’. A editora disse: ‘Eu estou chegando de uma pós-graduação na Europa, e muitas bibliotecas têm o *Cadernos do CEAS*. Quero saber como vocês tem essa rede.’ Essa rede vem dos contatos acadêmicos e também da Santa Mãre Igreja Católica, com a sua vocação universalista. A Companhia de Jesus mantinha, na América Latina, em muitos países, centros como o CEAS, como também dirigia muitos colégios e universidades. No Brasil, se penso na década de 1970, a montagem dos cursos de pós-graduação dava os primeiros passos, e é a partir daí que a universidade brasileira passa a produzir e tornar pública a sua produção. Havia distância, sim, mas não era um abismo.

Para você, como professora, não pairava nenhuma dúvida intelectual de trabalhar numa instituição que sofria influência tão grande da Igreja Católica?

Nessa época, eu ainda não era professora da universidade. Muitos me perguntavam o que uma economista fazia numa entidade como o CEAS. Falava dos cursos e sobretudo do trabalho na revista, da análise de conjuntura... a história de trabalho de base não era bem entendida pela maioria. Lembro do reencontro com um colega do mestrado, isso já no início dos anos 1990, quando depois de longo tempo sem nos vermos ele me diz: ‘Soube que você está trabalhando numa ONG!’ Bem, eu continuava trabalhando na mesma entidade, sentada na mesma mesa, editando a mesma revista, o que havia mudado era como essas entidades, antes chamadas de assessorias, passaram a ser vistas, nomeadas. Já começava um outro tempo, quando organizações internacionais, Banco Mundial, PNUD, atribuem papel ativo às ONGs no ideário do desenvolvimento. Eu gostava muito de trabalhar no CEAS, podia combinar estudo com ação política.

Quando assume o Claudio Perani?

O Claudio assume a direção do CEAS em 1973, 1974. Nesse momento, eu ainda não estava trabalhando no CEAS, mas a ideia dele era que a revista estivesse mais sintonizada com o trabalho das outras equipes - trabalho no meio popular, com moradores de periferias urbanas, jovens do meio popular e com assalariados e pequenos proprietários de terras, assalariados rurais, com os quais as equipes urbana e rural se envolviam - publicando artigos que tratassem dessas realidades.

Havia um grande incentivo para transformar os relatórios das equipes em artigos. Era uma forma de pensar o próprio trabalho, refletir, tirar lições. Fo-

lheando o *Cadernos* podemos encontrar artigos assinados como ‘Equipe Rural’, ‘Equipe Urbana’ que resultavam desse esforço de se pensar, tirar lições do próprio trabalho. Um artigo do padre Andrés com o título *A vida é uma luta* é tido como um marco dessa virada, por trazer, a partir dos relatórios de reuniões e viagens, produzidos por ele, a compreensão do povo sobre vida e luta, quando tudo se mistura. Essa era uma discussão sem fim, daí a iniciativa do boletim ‘De Olho na Conjuntura’, suplemento do *Cadernos* voltado para o meio popular. Outro debate importante, já pós-ditadura, foi a relação dos movimentos com os partidos... Fui muito simpática ao surgimento do PT pela sua origem.

Você saiu do PCdoB e entrou no PT?

Não, imediatamente, não. A decisão de me filiar ao PT vem por incentivo dos meninos do bairro onde eu morava, que organizaram um núcleo do partido.

Quem eram os meninos?

Eram meninos de grupos de jovens, uns ligados à Igreja e outros não. Eram jovens moradores de bairros populares, em geral, estudantes, ou iniciando a vida profissional. Esses grupos eram muito ativos em atividades culturais, promoviam muitos debates, imprimiam boletins, cadernos de poesias, apresentavam peças teatrais. O salão paroquial das igrejas, durante os finais de semana, era muito utilizado por esses grupos. As salas das associações de bairros também.

TRABALHO DE BAIRRO

Por que você decide morar no bairro?

Quando terminei o curso de economia, uma discussão era onde atuar. ‘Ir para uma cidade do interior? Ficar em Salvador?...’ Eu não tinha muita inclinação para atuar nas entidades de profissionais.

Na segunda metade dos anos 1970, organizações e movimentos que se articulavam formaram o Trabalho Conjunto de Salvador. As organizações e movimentos que se juntaram já atuavam em conjunto em momentos de dificuldades, ameaças, prisões, perseguições a movimentos. Eram associações de profissionais liberais, como o Instituto dos Arquitetos, Clube de Engenharia, associações de profissionais e agrônomos, serviço social, economistas, administradores, que já se articulavam no Convênio Cultural das Entidades de Profissionais Liberais, e, nessa frente, mais ampla, se juntaram os estudantes e outros movimentos. A coordenação do Trabalho Conjunto se reunia aos sábados, em uma sala do Mosteiro de São Bento, cedida por Dom Timóteo.

Nesse mesmo momento, acontecia uma movimentação forte por moradia em bairros populares, dos que viviam em invasões e eram expulsos pela prefeitura, como também de moradores de conjuntos habitacionais do BNH, ameaçados e, muitas vezes, expulsos pelo banco, já em crise. Todas essas expulsões eram muito violentas, com repressão direta da polícia militar. Eles expulsavam, mas, muitas vezes, os moradores voltavam e ocupavam os terrenos e os apartamentos. Representantes desses movimentos começaram a aparecer nas reuniões do Trabalho Conjunto de Salvador para denunciar e buscar apoio para as suas lutas. Essa aproximação levou à criação do Trabalho Conjunto de Bairros, que passou a agregar conselhos comunitários, associações de bairros e outros movimentos de bairros populares.

Essas articulações não se constituíram legalmente como organizações formais. Era muito fluído, não havia uma filiação. O CEAS não participou formalmente, considerou que era uma entidade de assessoria e não representativa de algum setor, mas apoiava as iniciativas. O Trabalho Conjunto desempenhou um papel muito importante em determinados momentos, dando eco a certas lutas - a expulsão dos moradores da Invasão do Marotinho é muito simbólica -, como também as denúncias na época da prisão de membros do PCB. Foi nesse movimento, de articulação nos próprios bairros, que eu vou morar em um bairro popular. Foi uma decisão do partido, que concordei. Casei, e fui morar no Alto do Peru. A Igreja Católica, nesta área, tinha um trabalho social muito importante, a partir da atuação de padres italianos.

Você e o Gabriel?

Sim, casamos e fomos morar neste bairro.

A VIDA CLANDESTINA E OS MOVIMENTOS DE BAIRRO

Mas a realidade do partido era muito dura também.

É, com atuação clandestina as informações circulavam pouco, só o necessário. A melhor segurança era não saber muito. Até entre namorados, não se conversava sobre a vida partidária; se ambos estavam no movimento de massas, eram muitos os exemplos de pessoas que, mesmo não tendo vida partidária, tinham sido presas por conta de companheiros militantes. Muitos casais, por motivos políticos, tiveram que se separar, era um choro danado, mas a vida seguia. Tinham muita sorte os que podiam encontrar uma área de atuação juntos.

Que tipo de atividade vocês faziam lá?

Participávamos de todas as reuniões que tinha no bairro. Associação de bairro, trabalhos comunitários da Igreja. O Trabalho Conjunto de Bairros iniciou, em Salvador, o Movimento Contra a Carestia, colhendo assinaturas. Na preparação do lançamento do movimento, foram realizados muitos debates sobre inflação e as causas da carestia. Na entrega do abaixo-assinado, em Brasília, com participantes do movimento de muitos estados, representantes desse movimento estiveram presentes. Para o lançamento do abaixo-assinado foi organizado um ato público. Onde realizar? ... a ditadura ainda estava aí com Figueiredo.

O local escolhido foi a Colina Sagrada - seria muito difícil a polícia reprimir moradores de bairros em frente à igreja do Bomfim. O ato foi aberto com um culto ecumênico, seguido de falas de moradores dos bairros. Uma jovem do bairro de Plataforma dirigiu toda a manifestação. Muito lindo! O maior jornal da cidade, no dia seguinte, fez uma matéria de página inteira sobre o lançamento do abaixo-assinado. O dia a dia era muito voltado para os problemas dos bairros, contatos com a prefeitura. O trabalho de defesa dos moradores das invasões e dos conjuntos habitacionais era muito intenso, articulando advogados para defesa e denúncias. A Pastoral da Juventude e o Movimento Popular, organizavam nessa época muitos debates sobre a conjuntura.

A minha participação no Trabalho Conjunto de Bairros foi muito discreta, nunca falei nas grandes assembleias do Movimento Contra a Carestia. Fiz muitos debates, em muitas paróquias, grupos de jovens, associações de bairros, com o mote 'Por que os preços sobem?'. Ajudava na elaboração do boletim, cartilhas... A relação com as lideranças da igreja e de outros movimentos era muito boa, sem atritos, muito respeitosa. Construimos relações de amizade com alguns vizinhos, sobretudo com os que participavam dos movimentos. Havia alguma curiosidade, dos mais distantes, especialmente, sobre aquele casal, mas todos sabiam que éramos economistas, que tínhamos emprego... Claro, era diferente, não era padre, não era freira, não nasceram no bairro, mas nenhuma hostilidade.

Vocês ficaram quanto tempo?

Moramos lá pouco mais de três anos.

Vocês foram contratados pelo CEAS, recebiam salário?

Sim, como assessores do CEAS, sim. Na época de colaboração na revista, não.

A ASSESSORIA QUE VEM DO BAIRRO E A FILIAÇÃO AO PT

E o PT era um partido legalizado...

Um partido legal, pois é. Cheguei a ir a alguns dos encontros estaduais. Lembro de um encontro em Feira de Santana, dentro de um pequeno estádio... muitos dos delegados eram trabalhadores, mais trabalhadores rurais. O clima de discussão política era também de festa, com violão e cantorias.

Você sente que foi um pouco assessorada pelo povo para ir para o PT?

Acho que sim. Foram os meninos lá do bairro que formaram o núcleo e sempre perguntavam: 'Quando você vai entrar para o PT?'. Acabei me filiando. Hoje, não sou filiada a nenhum partido. No CEAS, o debate sobre a formação de novos partidos também esquentou, mais entre os assessores do que com os jesuítas; algumas colegas achavam que não era hora, o PMDB ainda tinha o seu papel na construção da democracia.

Depois dos anos 1990, o que mudou na atividade de assessoria, na opção por trabalhar nos bairros ou trabalhar nos sindicatos?

Começa outro tempo. Eleição da Assembleia Constituinte, eleição direta para presidente, apresentação de candidatos a cargos executivos e para o legislativo, vindos do meio popular, dos movimentos, dava um novo ânimo. Essa conjuntura rebatia e influenciava o trabalho de assessoria, mas o impacto maior sobre as organizações veio das agências não governamentais de cooperação internacional, que financiavam ONGs brasileiras. Por exigência dos financiadores, o trabalho passa a ser mais focado em temas, reforçado pela crítica ao trabalho de educação popular, que visava uma formação mais ampla.

O CEAS resistiu a essa mudança, chegando a perder financiadores. A OXFAM foi a primeira agência a deixar de apoiar nossos projetos. Ficou cada vez mais difícil conseguir financiadores para a edição do 'Cadernos' - claro, isso não era só com o CEAS, muitas outras publicações que visavam um público mais amplo, orientadas para a formação política, encontraram dificuldades, muitas deixando de existir.

Trabalhei no CEAS até o início de 1993. Em 1994, passo a trabalhar no Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADe), representação no Brasil do *Ecumenical Church Loan Fund*, do Conselho Mundial de Igrejas. O CEADe é uma entidade especializada em microfinanças, para apoiar entidades religiosas, empreendimentos cooperativos e pequenos negócios no âmbito da economia popular. Era um trabalho muito específico e, ao mesmo tempo, muito desafiante, que demandava uma outra racionalidade. Uma racionalida-

de com um pé fincado na economia e outro em princípios humanistas, como desejavam os seus dirigentes. Na entrevista para admissão, lembro que pesava muito a minha formação em economia, como também a experiência de trabalho no meio popular. Passei a circular por outro ambiente do meio popular, agora com pessoas que buscavam formação voltada para os seus negócios, de onde vinha o sustento das suas famílias. Trabalhei dez anos no CEADe. Desde 2002, na mesma trilha, me ocupo com ensino e pesquisa sobre desenvolvimento e desigualdades.

Entrevista realizada em Salvador (BA), em 12/10/2012,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterci

Fernanda e Cascão

(Fernanda Macruz e Rodolfo Alexandre Inácio)

AS FAMÍLIAS

FERNANDA

Minha mãe era do Rio, meu pai de São Paulo. Meu pai fazia faculdade de medicina. Diziam que a JUC (Juventude Universitária Católica) de São Paulo era superquadrada, e a minha mãe era da JUC do Rio, que era cheia de festa e tudo. Foi em um congresso em São Paulo que ela conheceu meu pai. Para mim, ele entrou na JUC por causa dela. Acabou atuando em coisas como visitar presos, retirar presos da cadeia.... Discutindo com os militares, dizia: ‘O que é que vocês vão fazer com esse aí? Ele tem problema de coração, não vai atuar em mais nada, libera ele para a Alemanha, Itália, sei lá...’

A gente morava numa casa grande, onde muita gente se escondia, por conta da minha mãe. Às vezes meu pai sabia, às vezes não. Às vezes tinha gente escondida no sótão. [...].

Na época, eu estava fazendo segundo grau. Estudei no ginásio da Maria Nilde Mascellani, o Vocacional: um ginásio de formação supercrítica. E as coisas eram integradas para a gente entender toda realidade. O Vocacional tinha cinco colégios: um colégio na zona de tecelagem; outro na zona de operários; outro na zona de Batatais, que era agrícola; e outro na zona de criação de bois, em Barretos. Tinha troca entre esses ginásios. Era um projeto experimental do governo. Era fantástico, porque a gente ficava de sete e quinze da manhã até às quatro horas da tarde na escola, e tinha de tudo: artes gráficas, artes plásticas... E tinha uma cooperativa para aprender como funcionava.

Em que lugar de São Paulo?

F – Esse aí era lá no Brooklin. Tem até hoje. Foram levas e levas de gente. O Pedro Pontual estudou lá, o irmão dele também, e os pais deles eram envolvidos na formação da coisa. A gente conversando hoje com os professores, a gente lembra: ‘Nossa! Era muito trabalho ser professor nessa escola’. E a gente tinha que ter uma coerência! ...

A ideia desse projeto foi da Maria Nilde Mascellani?

F – Maria Nilde Mascellani. Os professores ficavam nas salas de aula, e as turmas é que trocavam de sala. Tinha a sala disso, a sala daquilo, era aquele movimento da escola inteira. Na época, foi revolucionário. E aí, quando veio 1964... 1968, um coronel chegou e tomou posse de manhã. Maria Nilde foi presa, mas não foi torturada, por conta do defeito físico que tinha. Mas ela era muito assim topetuda, ia respondendo, e o pessoal não precisava torturar para ela falar as coisas [risos]... ela falava. Lembro que quando chegava o Exército para tomar a escola, os alunos todos se punham em posição, cantando o hino nacional.

Tinha uma turma do PCdoB... e eu sempre resvalando no pessoal do PCdoB, que vinha discutir comigo, fazer minha cabeça, querendo que eu me filiasse... ‘Ah... não, filiar, não! Esse negócio de ter que ficar indo em reunião... não. Mas, para participar, ajudar, eu estou aí’. Então, volta e meia, o pessoal... ‘Você leva fulano lá para o aeroporto?’ ... ‘Levo!’ ... Depois perguntavam: ‘Você sabe quem você estava levando? Se você fosse pega você estava fodida, porque era dos mais procurados’ ... Falei: ‘Não sei e não quero saber’.

Quando acabou o Vocacional fomos para o segundo grau. Fui tentar as escolas perto de casa, toda aquela caretice... falei: ‘Gente, eu não dou conta não...’. E aí um dos professores daqui, de filosofia, abriu uma escola particular, o Anglicano, ligado aos anglicanos, também na linha do Vocacional. Tinha um professor de filosofia que era do PCdoB, e a namorada dele, que era a secretária da escola, uma japonesa, com todos esses problemas de família japonesa, namorando um brasileiro, e ela também era do PCdoB... Adorava os dois. Fazia grupo de estudo com eles e estudava um monte de coisa, que a gente entendia e que não entendia [risos].

E no Vocacional alguém despertou você para esse tipo de apoio, a partir das aulas... alguma discussão, debate, alguma literatura?

F – Engraçado, não me lembro disso não. Mas sempre a discussão era assim: o social, o econômico, o político... você tinha que ver todos os ângulos da situação: como é que era a situação do povo... Para entrar na faculdade, tive que fazer maturidade, porque não me adaptava em canto nenhum mais. Mas demorei três anos para fazer maturidade, e eram aquelas perguntinhas, que eu não acertava uma.

Eu estudei em um cursinho superbacana, com um professor de história, também, supercomprometido. Ele fazia debates sobre questões internacionais. Não sei ligado a quem que ele era, mas a discussão que fazia era muito boa. E aí... ‘Que faculdade vou fazer? Não faço ideia. No primário adorava geografia, e soube que a maior ilha fluvial era a ilha do Bananal. Falei: ‘Eu quero ir morar lá... ilha do Bananal, tem os índios... quero ir lá morar e ver como o povo

vive... se vende isso e tal'. E alguém me falou que essa profissão se chamava antropologia. Eu nunca tinha ouvido falar nessa tal antropologia. Comecei a investigar mais a antropologia; ia nas bibliotecas e olhava, achava muito complicado aqueles livros... nossa!

O ENVOLVIMENTO DA MÃE COM D. HÉLDER E A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC)

Tinha coisa que eu gostava. Tinha feito também um curso no Museu do Folclore, em São Paulo, com o folclorista Rossini Tavares de Lima, e ele falava no folclore como tendo um valor, um conhecimento. No final do curso, para você receber o diploma, tinha que escrever um livro, que é esse livro aí, com o título *Folclore dos peões e posseiros na luta pela sobrevivência*. E aí... chamei minha mãe. Achei que o curso tinha a cara da minha mãe, e o Rossini... achei que a minha mãe ia se dar muito bem com ele, porque ele era todo intelectual e tal.

Ela tinha que ir para a Europa para fazer aqueles cursos de francês e de boas maneiras. Os pais dela estavam quebrados lá no Rio, não tinham dinheiro, e souberam que no Canadá tinha uma faculdade muito boa e tinha esse curso de boas maneiras... Aí, ela foi para o Canadá. Quando chega em Quebec, tinha mudado o reitor. Entrou um outro, com uma cabeça mais de sociólogo. E ele falou: 'Olha, já que você sabe francês, você sabe inglês, você sabe português e lê muito, então vai fazer biblioteconomia'. Só que na grade nova deles tinha que fazer um curso básico de um ou dois anos que era sociologia, e depois escolhiam uma biblioteconomia. Ficou lá, sustentada pelo pai e pela mãe. Só que os pais descobriram que ela não estava fazendo nada de boas maneiras, e cortaram a verba dela lá. Só que ela já tinha um grupo de amigos e aí já arrumava trabalho... Ficou lá mais um ano e depois veio embora. Mas quando estava no Canadá, conheceu D. Hélder.

D. Hélder Câmara foi a um encontro de toda a JUC, e como ela estava lá, sabia francês e tal, serviu de tradutora. Era superativa, e foi chamada por D. Hélder para trabalhar com ele, no Rio. Isso foi muito interessante, porque volta e meia encontrava gente da JUC que falava da minha mãe, assim como se ela fosse um troço fundamental, porque eles não tinham dinheiro para nada, não tinham como fazer reunião e nem articulação... e minha mãe, que gostava muito de ler e escrever, tudo na base das cartas, articulou um monte de coisa da JUC. Ela era a *internet* da época...

Você chamou sua mãe para fazer o livro de final de curso?

F – Não, chamei para fazer o curso. Ela adorou, e virou diretora do Museu do Folclore de São Paulo.

[...]

O TEMPO NA USP

Na universidade, por que escolheu filosofia em vez de sociologia?

F – Eu queria fazer sociologia, mas uma segunda opção em filosofia. Na época, na USP, eram os ‘Barracos’. Era um barraco do lado do outro, Psicologia, Sociologia e Filosofia. Então, o que eu fiz? Eu fiz o primeiro semestre de filosofia. Ia às aulas, o professor falando... ‘Essa cadeira vocês acham que existe ou não existe?’ [risos] ‘Como assim?’ ... Em plena ditadura [risos] perguntando se a cadeira existe ou não? Era um horror. Tentava falar com os colegas e tal, e todo mundo de nariz empinado... ‘Gente, o que eu estou fazendo aqui? Eu não conheço os filósofos, não sei o que é filosofia. Não... Então, vou fazer o seguinte, vou começar a assistir as aulas lá na Sociologia’. Na Sociologia, assistia às aulas da Marilena Chauí e do Weffort, que eram mais interessantes.

Mas aí tinha um grupo de teatro. Eu não participava do grupo de teatro, mas acompanhava o pessoal. Era um grupo de teatro supercomprometido, mas também de nariz empinado, também ligado ao PCdoB. Comecei a participar de tudo quanto é reunião desses movimentos políticos de lá, para discutir coisa da faculdade. Participei de alguns encontros com D. Pedro Casaldáliga, fazia encontros com a Maria Nilde, no RENOV (Relações Educacionais e do Trabalho), onde ela depois abriu um grupo de assessoria.

Isso foi na PUC de São Paulo?

F – Teve na PUC também. Mas esse aí foi no RENOV. À noite, escondido, o Pedro vinha, tinha umas vinte pessoas, e falava da realidade lá da Prelazia. E no final... ‘Vocês que são jovens, se resolverem largar a faculdade e ir para lá, vocês vão dar uma grande ajuda’... ‘Nossa, acho que é isso que eu quero! Não quero ficar aqui nessas faculdades não’. Eu fiquei com isso na cabeça; que ia para lá. Ele convidava com tanta naturalidade, que tempos depois, quando eu e Cascão resolvemos topar essa ideia, a coisa não foi bem assim. Quando escrevemos para eles, eles pediram uma biografia, porque ficaram desconfiados de que a gente pudesse ser dedo duro. O Cascão estava junto, que eu não queria ir para lá sozinha.

O ENCONTRO COM CASCÃO

Mas você conheceu o Cascão nesse grupo de teatro, ou antes?

F – Conheci em Londrina, num festival de teatro que tinha também influência do PCdoB. Engraçado... nunca tinha ligado tanto as coisas ao PCdoB. Era um festival fantástico! Tinha um núcleo de teatro com umas vinte pessoas

e cada uma das pessoas era obrigada a ir para o interior e criar um grupo de teatro. Esse festival (hoje Festival de Teatro de Londrina) era a mostra desses vinte grupos teatrais. Depois, tinha palestra com gente bam-bam-bam do teatro... tinha oficinas, e começou a ir um monte de gente de São Paulo. Conheci o Cascão lá. Ele tinha um grupo de teatro, tinha participado... eu fiz teatro lá no ginásio, no Vocacional. Não fazia mais teatro, mas gostava de teatro, acompanhava...

Mas vocês já tinham casado, quando começaram a pensar em ir para São Félix?

Cascão – Juntamos os trapos em 1975. Começamos a namorar lá no Araguaia. Fizemos uma viagem descendo o Rio Araguaia, para conhecer a Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, e continuamos para Marabá, no Pará. Ainda tinha uma ressaca da guerrilha, porque a guerrilha do Araguaia, liderada pelo PCdoB, terminou lá por 1974. Pegamos uma carona em um avião da FAB e quando paramos em Marabá... e tinha um cerco militar... quase que a gente vai preso! Foi em Belém do Pará que começamos a namorar.

F – Deixa eu contar só isso. Eu falei: ‘Que tal a gente ir lá para o Pedro Casaldáliga’. Mas Cascão queria acabar o curso de engenharia na Poli (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). E esse era o meu medo: ‘Putá que pariu, ele vai acabar o curso, vai querer trabalhar como engenheiro, metalurgista, e não vai largar isso nunca mais, e a mãe dele... E eu estou ferrada, não vou para o Araguaia não’ [risos]. Nossa senhora, ele ficou tentando achar emprego de meio período, acabou de formar... Tivemos que escrever nossas biografias. Fizemos uma biografia longa, dizendo quem eram os pais e quem não era, e tal... Quando souberam que a minha mãe era da JUC eles amenizaram. Como o Moura era de São Paulo, de família de São Paulo, eles botaram o Moura meio para vigiar, e ele fazia comunicação...

Quem é o Moura?

C – Antônio Carlos Moura, de Goiânia, foi agente pastoral da Prelazia e era jornalista, um dos editores do *Porantim*, jornal que tem até hoje, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

F – Eu sei que ele telefonava para a gente, encontrava com a gente nesses movimentos da USP. Aí falaram: ‘Eles são gente boa, pode vir e tal’. Mas não éramos engajados, oficialmente, organicamente; a gente participava das coisas, ia à passeata, mas assim... isolados, como grupo de amigos. E quando comecei a namorar o Cascão, ele estava na Poli e a Poli e os ‘Barracos’ eram muito chegados, eram o coração da luta universitária lá da USP. E a Poli tinha um centro acadêmico muito forte, então dava todo um norte, a turma toda tinha uma estrutura...

C – É engraçado... na luta política daquela época, do movimento universitário, quem liderava eram os engenheiros. Não sei se tem a ver com racionalidade, estratégia, coisa militar... Mas eu sei que Geologia, os ‘Barracos’ e a Poli eram a linha de frente da UNE, dos DCEs.

[...]

CASCÃO – BERÇO OPERÁRIO

C – Venho de berço operário, do ABC paulista. Meu pai era técnico mecânico, lá das fábricas do ABC. Só que ele era um cara de uma inteligência acima da média, e foi brindado com uma condição de engenheiro prático na General Motors; teve alguns cursos nos EUA e foi convidado a montar uma fábrica em São José dos Campos, uma filial da GM. Quando eu falo convidado a montar uma fábrica, é que ele era parte de uma equipe - não estou dizendo que ele era o grande estrategista; não tinha curso universitário, mas tinha essa coisa... E eu lembro que a gente tinha em casa um barracão, e tinha lá os tornos e a coisa toda que ele mexia, e eu ficava nessa curiosidade. E com isso ele achou que eu devia ser engenheiro também.

Vocês eram quantos?

C – Cinco irmãos: um faleceu, há dois mais velhos, eu sou o do meio... Mas, então, lá no ABC, Santo André, família operária, eu acho que tem essa coisa assim da raiz popular...

E a sua mãe?

C – Tanto a minha mãe quanto o meu pai são húngaros por parte de pai e mãe; nasceram na Hungria e vieram fazer esse movimento operário junto com os italianos e espanhóis, em São Paulo e Rio. Então, o meu avô criou algumas fabriquetas. Trabalhou como sapateiro, etc., e consertava televisão. E o meu avô por parte de pai era mais agiota, comprador de terreno... e as famílias, bem assim tradicionais. Uma hierarquia muito definida e tal. Mas tinha essa coisa do cigano. Dizem que uma das pátrias dos ciganos é a Hungria, depois começou a diáspora... tem essa coisa de gostar de rodar o mundo. E as festas húngaras eram assim, tinha um casamento... então era três, quatro dias de festa, todo mundo ali, muita bebida e dança e todo mundo tocava violino, *czárdas* e tal... e então esse universo acho que fica fazendo parte da minha alma.

F – A mãe dele era muito linda, superdançarina, lindíssima! ...

C – Mas aí o meu pai vai morar em São José dos Campos... Só que o meu pai era alcoólatra, e uma coisa de tradição, de família, meu avô, pai dele, tio, meu irmão... Meu pai tinha uma posição de excelência na fábrica, mas acabou

sendo expulso, porque bebia e criava problemas. E a gota d'água foi um acidente na via Dutra, que liga o Rio a São Paulo, em que ele quase morreu... um monte de costelas quebradas, perdeu o baço, e ficou aposentado por invalidez. E, ironicamente, com um pouco de dinheiro da indenização eles foram comprar um bar que era de um tio terceiro, húngaro, que vendeu para o meu avô, que passou para a minha mãe. Isso em São Paulo, Vila Anastácio – uma região que na verdade era um bairro industrial. Eram só prédios, fábricas, e algumas casas operárias, e a gente morava lá.

F – Muito húngaro.

A IDENTIFICAÇÃO COM OS TRABALHADORES

C – Aí, ficou um dos terreiros dos húngaros, porque os húngaros também foram morar no bairro da Mooca. Então, quando eu tinha a idade de 9 anos, minha mãe, que era dona de casa, virou uma microempresária. Ela que comandava o bar, porque meu pai não trabalhava. Saí de Santo André, que era um bairro superoperário, ABC, para ir também para Vila Anastácio, um bairro fabril. Tenho um pouco essa matriz, muito comunitária. E o bar possibilitou isso aí. Minha trajetória acho que se deve a essa imersão na classe operária, e por ver suas dificuldades. Esse é um elemento que me desperta, eu não diria para a ação política, mas para a ação comunitária, entendeu? Então, era a coisa do bar, aquele monte de gente que ficava ali, e a turma dos velhos, da meia idade, da moçada...

Os relatos, a exploração e morte, e nordestino que vinha e morava... todos fodidos. Tinha bar e bilhar, e ficava aberto por 24 horas. Chamava 'Fecha Nunca'. Antes, chamava 'Caneca de Sangue', porque nessa coisa de briga e jogo, bilhar à dinheiro, um matou o outro com uma garrafa quebrada. Lembro que teve um episódio, muito tempo depois... porque minha mãe era baixinha, toda parruda, ela foi apelidada de Erundina, porque ela tinha o aventalzinho dela e botava uma estrelinha do PT, para ódio de muita gente [...] o cara puxou a arma para atirar no outro, e ela entrou na frente: 'No meu bar ninguém mata ninguém, baixa essa arma aí seu sem-vergonha, isso é coisa que se faça!? Respeita, não é!' Lembro que a gente trabalhava no bar desde menino...: 'Corre, corre para dentro, está chegando o juizado!' A gente corria e 'emburacava', porque a casa era contígua ao bar.

PRIMEIROS ESTUDOS

Onde você estudou?

C – Estudei no bairro, sempre em escola pública. Naquela época era um privilégio estudar numa escola pública. Estudar em escola pública era estudar em

escola de qualidade... Tive uma formação densa... tinha filosofia! Tinha canto orfeônico, e a gente cantava. E o professor de português, que era altamente rigoroso, um crápula... Tinha ódio dele, mas ele era impecável na disciplina. Era um cara que amava o que fazia. Aí você vai vendo o que é essa coisa mesmo, que Fernanda e eu somos da área de educação, não é, a gente defende a liberdade do ensino-aprendizagem, Paulo Freire... mas a realidade aponta outros caminhos... E eram pessoas abertas, acho que tinham essa coisa do social, além desse componente do bairro. A Fernanda está lembrando uma corrida chamada São Sinistro. Porque na época, tinha 23 anos de São Silvestre, nunca um brasileiro tinha ganhado. Só ganhava estrangeiro. 'Então nós vamos criar uma corrida onde um brasileiro tem que ganhar...' O primeiro item do regulamento era: 'é proibido correr estrangeiro'.

F – Porque o bar dele era um *point* de encontrar muita gente, inclusive muita juventude. Eram cinco irmãos jovens. Atraíam, e jogando conversa fora, criaram um troço fantástico! Essa coisa da ação coletiva de que ele falou antes.

C – Os regulamentos da corrida eram assim: ganhava quem chegava por último; a coroa era de cebola; a faixa, de papel higiênico; e era obrigado a correr fantasiado. Então era o escracho! E foi indo, foi indo, o bairro inteiro começou a fazer parte. Porque a gente, a moçada, ia lá, batia na porta: 'Oh, uma colaboração para a corrida do São Sinistro...' Era assim, e virou uma corrida temática. Então, por exemplo - Judas -, o bairro inteiro pendurava Judas nos postes, nas coisas, no trajeto onde a corrida ia passar.

F – Tinha os esguichos...

C – O pessoal ficava esperando lá, o carro de polícia, não sei o quê... Deu na *Globo*... essas coisas assim. Quando chegou nesse ponto, foi o limite para começar a decadência.

Qual era o circuito?

C – O circuito variava, porque havia uma disputa dos moradores... 'Ah, esse ano tem que passar na minha rua!'. Tinha os grupos dos jovens, mas tinha os adultos também. Então, o meu pai fazia o palanque. Tinha um morador que era da Polícia Rodoviária, então, ele sempre trazia uns três ou quatro batedores. Imagina a glória. Uma corrida que tinha batedor, gente! Nossa Senhora! Era nesse triângulo da Vila Anastácio. Eram fantasias coletivas, e ganhava a fantasia mais original...

Eu lembro que uma das fotos que a gente tem é um ônibus - nós corremos em 8 ou 10 pessoas -, já universitários, já tínhamos entrado na USP. Então, a gente lavava as laterais do ônibus do lado e todo mundo espremido ali. Era uma crítica à ETC - Empresa de Transporte Coletivo. A gente falava que era

Empresa de Transporte de Coitados. Era isso, e foi virando atividades de um dia inteiro. Começamos a fazer ‘rua de lazer’ antes da corrida, e *show*, mas sempre ganhou brasileiro [risos]. Durou uns vinte e tantos anos... Meu irmão, o Marco Antônio, pegou de herança, porque eu e a Fernanda saímos e o meu outro irmão foi morar no interior. E o grupo era o meu irmão, eu, mais umas três-quatro pessoas...

Essa matriz de social-coletivo tem aí esse germe. Mas quando entro na universidade é a explosão, porque você entrava na USP, e na Poli, onde estava o comando do movimento estudantil contra a ditadura militar. Então, entrei em todas as coisas. Porque o centro acadêmico da Poli, não sei porquê, era muito poderoso financeiramente: tinha uma casa do estudante, um cursinho pré-vestibular, tinha uma gráfica, tinha prédios...

No cursinho também, antes da USP, você participou de um jornal de grupo de teatro?

C – Quando fui fazer cursinho no Anglo, eram aquelas salas de 200 alunos. Aquele negócio de massa. Lembro que, durante o cursinho, para entrar na Politécnica, eu dormia quatro horas por noite, porque trabalhava no bar, tinha que estudar e tinha que fazer os exercícios, aquelas coisas todas. Fazer o cursinho era assim uma catarse, todo mundo tinha apelido. Eu me lembro de alguns, notáveis! Tinha um ‘japa’ assim, de 130 kg, lutador de sumô, que o apelido dele era ‘Shirlei’; tinha um magrinho, o apelido dele era ‘Fimose’; agora o mais sensacional era um... sei lá, um ucraniano, desses de pele muito branca, hipertímido, e aí, as aulas eram num anfiteatro... as pessoas iam entrando, e a turma já ficava lá, cada um que entrava tinha um apelido. Esse cara, quando entrava o pessoal, gritava: ‘Oh, semáforo’. E o cara avermelhava na hora!! [risos]. Era branco, mas ficava de um vermelho que reluzia de timidez! E nisso é que peguei o apelido de ‘Cascão’, porque era a época do início da revistinha do Maurício de Sousa. Eu era cabeludo, mochila, aquela coisa de calça surrada, meio *hippie*... aí pegou Cascão. Eu detestava... e por isso que pega!

USP, MOVIMENTO ESTUDANTIL E TEATRO

Você detestava?

C – Claro. Aí entrei na Poli. Trote geral, 600 pessoas, todas carecas, aula inaugural... Aí eu pensei... ‘Maravilha! Agora, aqui, estou anônimo’... Aí, o cara lá... ‘Ô, olha o Cascão aqui.’ Só a minha mãe me chama de Rodolfo. Meu nome ficou Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, porque quando fui candidato a prefeito da cidade de Porto Alegre do Norte, lá em Mato Grosso, ninguém me conhecia por Rodolfo. Então, Cascão entrou no meu nome. Mas, nessa época, eu comecei

essa militância. Entrei na direção do movimento estudantil, mas eu estava ali nas minhas linguagens. No cursinho, eu fiz um boletim, desses ‘fanzine’, esrachando os professores. Quando entrei na faculdade, o cursinho Anglo resolveu criar um centro cultural, e me chamaram para ser o coordenador. Fazíamos várias atividades: mostra de artes plásticas dos alunos do cursinho... e durante os dois ou três anos em que fiquei lá, montei espetáculos de teatro com os estudantes.

Eu dirigia, montava e tal... e tinha também um boletim. Mas, na universidade, eu fiz parte desse Grupo de Teatro da Poli, o GTP, que era a vanguarda também, não só de colocar questões políticas na pauta, mas também de estética. Eu lembro que a gente fez uma montagem do Brecht, ‘*Galileu Galilei*’, só que uma montagem com contraplanos, botando o tupiniquim ali - umas ‘pirações’-, saindo do texto convencional.

O Boal foi uma referência?

C – As minhas referências teatrais, cênicas, vêm de duas grandes escolas: do Boal e do Brecht. A gente acaba pesquisando teatro político de vários caras, mas esses dois... tanto assim que fazíamos o que se chamava ‘teatro de guerrilha’. Porque era na época da ditadura, então tinha lá o ‘bandeirão’ do CRUSP, todo mundo na fila, os estudantes... e a gente de repente apresentava uma micropeça. Lembro que uma delas era com correntes e tal, uma denúncia dos colegas presos e torturados... aí, tchu, tchu, tchu e, de repente, sumia rápido, porque tinha sempre esse risco... Eu, na verdade, não fiz engenharia.

Acho que fiz terapia, porque era uma figura hipertímida. Até os 18 anos, nunca tinha tido contato com mulher, morria de medo... E entrar no teatro foi uma libertação, uma ressurreição, uma aprendizagem, era um processo... Acho que, das diversas artes, o teatro possibilita essa coisa assim, eminentemente coletiva.

E a conexão com D. Pedro Casaldáliga, essa viagem que você encontra a Fernanda, foi nesse contexto?

C – Não, foi lá em Londrina, fazendo teatro. Ela foi convidada para fazer parte do nosso grupo, do GTP. Nessa história que apareceu a coisa do D. Pedro. Sinceramente, eu não iria para o Araguaia. Fui por conta da Fernanda, na questão da paixão conjunta... claro que eu não fui forçado, nem nada, mas tinha medo. Agora, tinha um ingrediente que era o seguinte - a guerrilha do Araguaia! Então, quando a gente foi para lá, a guerrilha estava terminando, só tinha um eco, mas tinha; para mim tinha um romantismo, uma mística da coisa revolucionária. Quando eu estava na militância universitária, tive contato com a UNE clandestina. Então, essa influência da política no grupo de teatro... Marx, Marta Harnecker, estudar Lenin... fazia parte da formação teatral.

Para vocês dois o marxismo aparece nesse período da universidade?

C – Comecei a fazer teatro, na verdade, no Colégio Alexandre Von Humboldt, que era do meu bairro, Vila Anastácio. E o Celso Frateschi, que foi inclusive secretário de cultura do Celso Daniel e depois da prefeitura da Marta Suplicy, coordenava o grupo de teatro da minha escola. Fiz parte desse grupo, morrendo de medo, não é? Eu não queria entrar em cena, mas eles disseram: ‘Está bom, você faz o papel de fantasma. Aí você cobre com um lençol e pronto, aí ninguém te vê, só dois olhinhos, você entra e faz essa cena...’. E aí tinha um prego no tabuado do chão, o lençol enganchou e eu fiquei desnudo na frente do público... saí correndo e pensei, ‘nunca mais faço teatro...’ Já são 40 anos fazendo!

A PAIXÃO PELO TEATRO

Como você está sempre representando o outro no teatro, não ajuda a vencer timidez? Porque não é você, é o outro que aparece, era esse fantasma...

C – O Boal, depois que foi para França... tem um desdobramento do Teatro do Oprimido em que ele entra na área da psicologia. Começa essa coisa do teatro como terapia, o teatro como um instrumento do sociodrama.

F – Mas, agora, o teatro que fazemos hoje funciona de forma diferente: ‘Nós vamos ter um projeto, vamos chamar... chama esse... esse ator.’

C – O que ela está dizendo é o Parangolé, nosso grupo de hoje [...], criado em 1999 por nós, o Lucílio e a Sandrinha, que desenvolve propostas cênicas ligadas a projetos participativos e de educação para a cidadania.

F – É o Parangolé, mas são os grupos em geral. Vai montar aquela peça, decora o papel e tal. Antigamente, não. Era um grupo de teatro, era um grupo de fé, de estudos, você tinha que ler um monte de coisa, todo mundo tinha que ler um monte de peças de teatro para saber que peça íamos montar, ou se ia fazer coletânea, que era uma linha diferente. No GTP, nesse ano, acabamos brigando com a turma, que era mais ortodoxa...

C – Nós batizamos eles de GTP do B, que era uma linha assim mais cartesiana, que apesar do pessoal usar a linguagem da arte, eles entravam para usá-la como um instrumento político... e a gente, não muito conscientemente, mas sempre brigava contra isso: defendíamos a arte como expressão!

F – Achávamos que tinha que ter umas loucuras, uma coisa... de repente o cara aparecer lá em cima, não aqui embaixo! Por que só aqui embaixo? E aí, os caras não aceitavam de jeito nenhum, imagina! Aí decidimos: ‘Então, nós vamos fazer uma colagem de peças do absurdo’.

C – Teatro do absurdo! E o pessoal achou uma alienação total... que a gente era o racha da direita. Então, antes de entrar em cena a gente cantava essa música:

‘Se você acha que isso tudo é um absurdo,
você não está entendendo nada.
Fique com sua crítica,
que a nossa mística capta muito mais
que a sua visão paralítica da política
que a sua visão paralítica da política...’

F – E nós fomos assistir à peça deles, mas eles não foram assistir a nossa não.

Quando vocês foram para Mato Grosso essa prática do teatro fazia parte da ideia de ajudar no trabalho?

C/F – O teatro faz parte da gente.

F – Na biografia que remetemos à Prelazia, a gente falava que tinha essa coisa das artes, das artes plásticas, mas que estava indo para ser agente pastoral. Eles estavam cientes que éramos ateus e que podíamos trabalhar nos sindicatos e nas outras coisas, ajudar no que fosse preciso. Mas eles demoraram quase um ano para aceitar... Acharam, primeiro, que a gente era muito novo...

Que idade vocês tinham?

F – Nem sei... era 1977, Cascão tinha 23 anos, ou 25... E a maioria do pessoal tinha uns dez anos mais que a gente. Mas tinha o Juarez e a Suzana e alguns jovens também da nossa idade. Eles achavam que precisava mudar um pouco também a cabeça dos de lá. Então, tinha uma turma que fazia força para a gente ir.

C – Mas, nessa linha do teatro, depois que eu entrei na universidade, normalmente os estudantes faziam assim: ‘Faz um ou dois anos, faz parte do grupo, escreve um pouco no jornal’, e tal. Mas, para alguns, virou ofício. Acabei virando um desses. Nos cinco anos em que estive na universidade fiz teatro e entrei em crise. Não queria fazer engenharia, mas olhava para os lados, não sabia o que queria. A minha turma de metalurgia foi me empurrando, e peguei o diploma, muito metaforicamente, e entreguei para o meu pai, que queria que eu fosse engenheiro. E fomos alçar voo! Mas, a gente tinha feito teatro de periferia, não é? Naquela época do movimento universitário, tinha que ter um compromisso de base. Então, era alfabetização de adultos. Eu sempre fazia as coisas que gostava, mas você tinha que dar uma contribuição para a emancipa-

ção do povo brasileiro, como questão ética, mística, ideológica e etc. Quando fomos para lá, eu já tinha uma construção mais definida. Estava indo lá para o trabalho de Igreja que era supervanguarda, progressista, mas estava indo fazer a revolução e preparando para a questão da guerrilha.

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MATO GROSSO

Foi um problema para os padres vocês não serem religiosos?

C – Essa foi uma das grandezas do bispo Pedro, o ecumenismo. Tinha outros ateus lá: o Zé Wilson, a Regina Borella, nós dois... todos como agentes pastorais. Mas tinha outros que foram como aderentes da causa da Prelazia, como o casal amicíssimo nosso, a Lucinha e o Carlão. Foram como professores, não eram da equipe pastoral, mas estavam lá colaborando, porque o Pedro sempre disse: ‘Nós estamos aqui com um trabalho eminentemente pastoral, mas temos que atuar na área da saúde e na educação’. Então, ele convocava professores, enfermeiros, médicos... Bem, esse processo todo, de fortalecimento sindical, comunitário e tal, levou à criação, dentro da própria Prelazia, da Pastoral da Política, que se somava à CPT (Comissão Pastoral da Terra), ao CIMI, à equipe de educação, essas subequipes.

F – O pessoal não sabia o que era vereador, o que era deputado. Tinha que começar do zero.

C – Produzimos muita cartilha naquela época... A gente se assumiu como educador popular, mas quando chegou lá, foi como agente pastoral. E o educador popular tem que ter imersão na comunidade; e as coisas são geradas a partir daqueles códigos da realidade - isso é bem ‘paulo freireano’. Produzimos muita cartilha, muito boletim e muito cordel, para traduzir os temas complexos numa linguagem popular.

Como vocês dividiam o trabalho?

F – A gente fazia de tudo. Estávamos organizando a biblioteca, eu encontrei... acho que é do frei Romeu, do CPV (Centro Pastoral Vergueiro), de São Paulo... Nossa! Eles fizeram uma brochura fantástica, de densidade. Só de desenhos! Sempre ia lá e comprávamos as coisas deles. E eles explicavam como eram as técnicas para aumentar e diminuir. Porque todo mundo fazia essas cartilhas: a CPT de Goiás, a de Tocantins... O Cascão sabe desenhar, fazia desenho rápido. Mas quando ele não estava, como é que fazia? A gente escolhia: ‘Eu quero essa cara, e esse braço’. Ficava, às vezes, uma manhã inteira para conseguir fazer o desenho. Mas fazia, e o povo adorava!

Como era o processo? Vocês faziam o material e discutiam em grupo?

F – A gente ia distribuindo nas reuniões de sindicato e nas reuniões das roças. Sempre se propunha a ir a cada um dos núcleos. Ia uma equipe para discutir, discutia temas mais amplos, e tinha a cartilha. O pessoal via, entendia, e cada um pegava essa cartilha e discutia com quem não estava na reunião. E o pessoal achava que era fundamental isso aí. Eles liam devagar, não tinham habilidade de leitura, mas como tinha desenho, e a gente lia na reunião, ficava mais fácil.

C – Desenvolvemos uma coisa - não estou dizendo que era invenção nossa -, que era essa coisa das ondas. Por exemplo, a Constituinte. Para poder produzir um material popular, tínhamos que acessar um monte de textos. Isso se desdobrava em uma base que chamávamos ‘para multiplicadores’. Dávamos curso para os multiplicadores, e a ponta desse processo era uma cartilha popular. Os multiplicadores eram lideranças mais engajadas, de consciência mais crítica. Produzíamos o material para eles, para o curso, que era menos lapidado, com textos de bibliografia... batizávamos de apostila. E eles saíam de lá e iam aplicar aquele curso num nível mais básico, utilizando a cartilha popular para os grupos populares. Sempre tem os desníveis. Então, fazíamos essa escada, que atendia todos os níveis.

Vocês fizeram isso de 1977 até quando? Antes da atividade do circo?

C – Ficamos lá treze anos. Acho que fizemos isto de nove a dez anos, mais ou menos. Inclusive fazendo coisas para a Pastoral, junto com o padre Canuto... eu fiz uma cartilha de crisma. Tive que entender um pouco de crisma e ajudar a escrever.

EXPLICANDO A REFORMA AGRÁRIA

F – O que é interessante é que íamos sempre num rumo e achávamos certo. Entrei para a CPT e, de repente, era a representante da Prelazia na CPT regional, que era o pessoal do Pará e do Tocantins. E aí alguém levantava lá... porque a gente estava falando em reforma agrária, era o ano de 1981... ‘Será que esse povo não sabe o que é reforma agrária?’... ‘Claro que sabe, nós estamos há dez anos aqui, como não sabe!’ Resolvemos pesquisar, e levei o maior susto! Primeiro, perguntando para várias pessoas o que era reforma agrária, e elas diziam, ‘reforma agrária é você ter o seu terreno, cercar seu terreno e poder plantar sossegado, sem ter pistoleiro nenhum’. Nada mais do que isso. Tinha um cartaz da CPT com duas mãos arrebetando o arame farpado... ‘você está rompendo a propriedade privada’... para nós era isso! Aí, comecei a perceber que ir pela pergunta - ‘O que é reforma agrária?’ - não dava. Tinha que ser pela imagem... ‘Esse cartaz, o que significa?’... O pessoal dizia: ‘É a mão fechando a propriedade privada’... Falei

‘Gente, onde é que nós estamos? É outra cultura, estamos pensando uma coisa, e é outra’. Tinha o livro sobre a greve dos engenhos no nordeste, da Lygia Sigaud, que tinha muitas fotos, e eu li para umas lideranças.

Esse livro foi bem aproveitado?

F – Nossa! Para nós foi fantástico! Li umas partes para algumas lideranças. Falei, por exemplo: ‘Oh, Pedro Fernandes, vamos ver aqui uma coisa...’

C – Pedro Fernandes foi um líder sindical, que inclusive me sucedeu na prefeitura da cidade de Porto Alegre do Norte, no Mato Grosso.

F – Vou ler algumas partes. Isso aqui é uma greve que o pessoal, depois de tantos anos, conseguiu fazer. Eu lia, e mostrava as fotos: ‘Eu queria que você falasse dessas fotos’... E aí, era muito engraçado, porque, em uma das mesas de negociação, tinha uns sindicalistas que estavam encostados, e tinha uma mesa em que estavam os patrões. Os camponeses, do lado de lá, e aqui, no fundo, os sindicalistas. Aí Pedro Fernandes dizia: ‘Aqueles são seguranças, estão com os braços cruzados, são gordos e estão segurando os patrões que estão sentados aqui na mesa...’. Ou seja, ele fez uma leitura das fotos completamente diferente do que é uma negociação sindical de greve dos engenhos, que também é rural. Eu falei, ‘Gente, olha o perigo!’ Nesse momento, passamos a ter muito mais cuidado com a questão da imagem. Não era só a gente escolher a imagem, mas discutir com eles se a imagem está querendo dizer isso ou não.

UM NOVO FRONT DE TRABALHO

Como vocês se mantinham? Com o salário de vocês ou com projeto?

C – A proposta do Pedro sempre foi uma forma de comunismo primitivo e recebia apoios de entidades europeias. Todo mundo ganhava um salário mínimo, e essa era a referência de sobrevivência. Aí, houve o desafio de trabalhar com a peonagem, porque tínhamos, como se fosse assim um acúmulo com posseiro, movimento dos trabalhadores rurais, reforma agrária, construção do sindicato, etc. Mas tinha duas coisas novas: a peonagem e garimpo. Então, nos dispusemos a trabalhar nesse *front* e eles conseguiram uma caminhoneta, uma C-10 - a Severina. E com a Severina comecei a fazer frete, inicialmente, na cidade. Nesse momento, começamos a ganhar dinheiro. Então se interrompeu a relação econômica, e a gente passou a...

Isso foi quando?

C – Foi nos anos de 1980 e alguma coisa... Foi tão rápido! Ficamos uns três anos nessa história...

[...]

PORTO ALEGRE DO NORTE - MATO GROSSO

F – Começamos a discutir esse negócio, porque Porto Alegre era a saída do pessoal para o garimpo. Os peões estavam saindo para o garimpo, e a gente precisava estudar essa realidade. A Mercês, no posto de saúde, já falava disso, e o padre Jesus, como padre, já ouvia muitas histórias... Não sei se nessa época, ou um pouco mais tarde, comecei a fazer fotografia para o pessoal fazer carteirinha para entrar no garimpo, porque precisava ter fotografia 3x4.

C – Ela virou a primeira fotógrafa da cidade. Com lata de leite Ninho.

F – Era a lanterna! Não tinha luz, então, era lanterna vermelha, e tal. Aquelas fotos ruins, mas funcionavam. Nessa reunião de planejamento da Prelazia, Cascão diz: ‘Olha, se a gente quer entrar mesmo no trabalho com essa gente, tem que ter uma caminhonete, para fazer frete, entrar nessas fazendas e acompanhar esses peões’. Acho que o Pedro sacou isso. A tia Irene, deu o texto da Neide para nós, e aí, quando veio a outra reunião, tinha uns jovens austríacos ou alemães, que resolveram fazer uma vaquinha e comprar essa C-10. E compraram.

Porto Alegre estava a que distância de São Félix?

C – Duzentos km do Pará, 140 km de Vila Rica, e mais uns 60 km até a fronteira do Pará.

Que garimpo vocês estão falando?

F – Serra Pelada. Tinha outros, em Xinguara, no Rio Maria... Mas o povo todo queria ir para Serra Pelada. Era uma febre! ...

C – Mas, primeiro, é claro, que eu não ia falar assim: ‘Me fretem aqui para eu ir às fazendas, porque eu sou pesquisador...’. Então, a cidade tinha poucas caminhonetas, a nossa foi o terceiro ou quarto veículo que apareceu lá. Comecei a fazer transporte de Porto Alegre para o distrito de Canabrava. E com essa história, comecei a ganhar dinheiro, comprava milho e vendia milho. E como não tinha posto de gasolina na cidade, ia não sei onde, comprava uns latões de 200 litros de gasolina e revendia gasolina. E a gente morava em uma casa de palha com... os latões vendendo, precisava viver, não é?

F – Era um perigo! ...

Continua falando sobre a gasolina, vocês guardavam...

F – Lá não tinha gasolina, e como eles viajavam para fora, iam para Ribeirão, com esse negócio da C-10, o que acontece é que conseguia articular com os movimentos da Prelazia. Porque a gente só saía de Porto Alegre para Ribeirão, Cascalheira e São Félix se tivesse uma reunião, se tivesse um motivo, entendeu? Às vezes, tinha reunião da cartilha de crisma, outras da CPT...

C – Que normalmente eram semestrais, e isso... e as setoriais... Mas, um pequeno parêntesis: nesse ponto de formação, a Prelazia de São Félix, semestralmente, tinha uma reunião com todo mundo, padres, freiras e leigos - de formação e planejamento. Era avaliação e balanço do que cada equipe estava fazendo nas várias frentes. Falava o pessoal dos indígenas, todo mundo opinava sobre tudo e mesmo problemas pessoais... ‘O padre lá está namorando fulana, vai casar...’, e etc. E sempre vinha um cara de fora, Frei Betto, Luiz Alberto Gómez de Souza... vários. Era um momento forte. E Pedro atraía grandes referências...

F – Somente homens! Nunca foi nenhuma mulher...

D. Tomás Balduino participava?

F – D. Tomás ia e participava da reunião, porque ele era da casa. A Nice puxava, e era uma cabeça muito boa: ‘Gente, já que D. Tomás está aqui, e é uma pessoa muito importante, não pode deixar de todo mundo participar’.

C – Mas ele estava presente pela causa indígena. Além do que o Pedro e Tomás eram irmãos mesmo.

Quem fazia isso?

F – A Eunice, conhecida por Nice, e Luiz. Eles trabalhavam lá no Tapirapé.

C – Eles devem estar há cerca de quatro décadas trabalhando com os Tapi- rapé. Então, essa manutenção de um processo de formação se deu via um grupo que articulamos na época da Comissão Pastoral da Política. Tínhamos um grupo de estudo clandestino de atualização marxista, que era com o Wladimir Pomar. Ele também baixava lá...

F – A gente ia oculta, era o Partido Unido do Trabalhador do Araguaia, o PUTA.

Clandestino como?

C – À margem da igreja de Dom Pedro. Talvez ele não tenha sabido. A gente... ‘Vamos nos encontrar em tal lugar!’ ... Então, o Wladimir trazia a análise de conjuntura, e de novo essa questão do PCdoB tangenciando. E tinha, dentro da equipe, alguns ‘pcdobistas’ ou simpatizantes.

A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NA DIVERSIDADE DE AÇÕES

F – Mas a grande construção da unidade se dava dentro da Prelazia. Era assim: uma semana, a de julho, era de formação; a de janeiro, era de avaliação e planejamento. Então, a pessoa que vinha de fora trazia uma análise conjuntu-

ral com as informações que não tínhamos, e ficava participando, dando pitaco/opinião sobre as questões locais e internas da Prelazia.

Era atividade do PCdoB?

C – Não, era da Prelazia, da igreja, do Pedro... a atualização da conjuntura se dava na Prelazia, cujo estrategista era o Pedro. Ele é que trazia essas pessoas. E se dava também à margem desse grupo, que a gente articulava assim, lateralmente. E nisso aí, a formação nossa, as cartilhas, as produções, o teatro... Nunca deixamos de fazer parte da companhia de Teatro Arroz com Abóbora (TEAR - Teatro do Araguaia), sempre introduzindo peças sobre a história da luta da terra...

F – Esse TEAR era junto com os companheiros do Pará.

C – Acho que o primeiro espetáculo que a gente montou...

F – Essa peça de teatro - *Meu Padim segura o tacho que a quentura vem por baixo ou A misteriosa viagem da igreja que trocou a escada, a galhofa e a fortuna pela enxada, a farofa e a borduna*, de autoria do Cascão, foi montada inicialmente para ser apresentada na comemoração de dez anos da Prelazia de São Félix do Araguaia, em agosto de 1981. Mais tarde, em julho de 1982, a peça rodou 2.500 km na semideserta região, levando, a diversos povoados, lazer e consciência crítica, retratando as amarguras e semeando esperanças. Foi um trabalho coletivo, uma peça de dois atos e dois dias! No primeiro dia, encenava-se uma história de vida que tinham muita semelhança com a realidade da região; no segundo, encenava-se a realidade da região, que tinha muita semelhança com história vivida pelas pessoas. Em um mês se montou esse espetáculo, com atores de todos os quadrantes da região. Isto já foi com Paulo Gabriel, que chegou nos anos de 1980, um padre maravilhoso, porque era um poeta!

AS “DESOBRIGAS” CULTURAIS

C – É poeta!

F – Ele tinha essa veia de artista também. E disse: ‘Eu chego numa Prelazia em que a maioria é de leigos, em que há muitos ateus, e diziam que eles é que mandavam na Prelazia, e que eram todos políticos. Chego lá morrendo de medo dessa turma’. E aí, logo que ele chega, ele está lá no ‘bandejão’, na hora do almoço, a gente doida para perguntar sobre as coisas... ‘Como é que você veio parar aqui? Como você se sente no meio dessa discussão toda que teve aqui de manhã?’... e ele: ‘Bom, eu estou aqui para o que der e vier, vamos ver o que eu mudo e o que vocês mudam, não é?’ Era um cara bacana. E ele faz parte disso aqui, como ator. E parece que o santo do Cascão se deu bem com o santo do Paulo Gabriel. E propôs que fosse formado um grupo artístico com pessoas de todas as cidades da região. Eram professores que ficaram um mês juntos, e que foi importante também.

C – Tinha posseiro, enfermeira, professor, dona de casa...

F – Cada cidade da Prelazia tinha que mandar duas ou três pessoas que fossem ‘artistas’ para poder fazer parte disto. E foi muito bacana, porque o Chico dos Bonecos, que é outro artista que veio de Minas, era poeta também... tinha o Paulo Gabriel, o Cascão, o Tiãozinho... Então, aí ficamos um mês, nos quartos do Centro Comunitário lá da Prelazia... e o povo adorou. Montamos várias peças e saíamos apresentando pelos povoados, de caminhão, de barco... Eram as desobrigas culturais.

C – Com uma delas fomos para a Mostra do Araguaia, lá em Goiânia, apresentar nos bairros: tinha artesanato, música, não sei o quê, e essa peça. Nós estávamos num colégio, no palco... enquanto isto a Janaína ficava dormindo atrás de uma cortina, e a Fernanda lá em cena. De repente, entra a Janaína engatinhando, chorando, e aí a Fernanda, que estava lá em cima como freira, desce, pega a Jana, e começa a dar de mamar... Então... essa cena... [risos].

Ela tinha o quê? Um ano?

F – Acho que não tinha um ano não.

C – Nós viajamos num caminhão de retirantes, de lá de Porto Alegre, São Félix, fomos rodando até chegar a Goiânia, dois dias de viagem, e a Jana lá, no meio...

Nesse tempo é que ela ficou esperta.

F – O Paulo Gabriel tinha chegado da Espanha, dizia assim: ‘Eu não consigo imaginar como que essa menina sobreviveu’... Eu falei: ‘Paulo, mas como assim? ... Mais de dez atores, cada um pegava um pouco, ela tinha todo privilégio do banho, toda comida era para ela, a água para ela, a gente sempre achava o melhor lugar para ela... não tinha porque achar ruim!’.

O grupo de teatro então se forma com vocês fazendo atividades de teatro durante alguns anos?

F – Desde São Paulo o sonho da gente era sempre ter um grupo de teatro ambulante. Quando fomos para a região, que o pessoal assumiu percorrer a região toda e, nas férias, viajar nesses caminhões, nossa! ... Era tudo de bom para a gente.

MILITÂNCIA E A IDEIA DO CIRCO

C – É, mas desde que pisamos lá, como artistas, mantivemos essa linguagem, essa forma de expressão no povoado. Fazíamos teatro de Natal, fazíamos quadrilha que rodava o povoado todo com sanfona..., e todo mundo de carro

de boi, era um acontecimento! Era um povoado pequeno..., quando chegamos, tinha 50 casas de palha, na beira do rio Tapirapé. Maravilhoso! Então, sempre foi com essa experiência - no outro patamar -, que a gente começou a articular a região. Mas em Porto Alegre, inclusive, eu era prefeito e declamava poemas. Todo mundo pedia! Eu era declamador de poemas, contador de causos.

Fernanda falou de um caminhão em que circulavam os artistas?

F – Alguns dos artistas eram professores. Pegávamos as férias, julho e dezembro, para apresentar a peça ‘Os 10 Anos da Prelazia’ em todos os povoados. O pessoal da Prelazia fazia a agenda, dois dias em cada lugar. Chegávamos pela hora do almoço, e de tarde fazíamos um arrastão, um cortejo, falando que ia ter teatro. De noite, tinha uma parte do teatro, e no outro dia, ia acontecer a outra parte. Só que se chovesse em um ou em outro dia, o pessoal ficava sem assistir uma das partes da peça. Começou assim a nascer a ideia do circo: ‘A gente precisa ter uma lona’. E o Paulo Gabriel... ‘Eu vou conseguir essa lona!’.

F – O problema é que a gente quando quer uma coisa, acaba pegando outra, e se alguém dá a mão, você quer o braço... A primeira peça foi feita só com o povo da região, mas o Cascão tinha um carro e fazia a articulação da região. Isto para mim que foi fundamental: - Não existe política sem articulação; articulação significa dinheiro para reunião e para o povo se encontrar. Não existe política se não existir encontro.

Isso, nos anos 1970?

F – Não. Acho que já começava a redemocratização, em 1981. Então, foi fundamental a ‘Severina’ (a caminhonete do Cascão) fazendo esses fretes, porque quando ele tinha que levar gente para as fazendas, passava nas equipes do Ribeirão Cascalheira e levava as novidades de São Félix, de Santa Terezinha e do Porto Alegre. Assim foi surgindo a ideia: ‘Nanda, vamos fazer a Arraia!’

C – Criamos, assim, uma organização cultural na região: ‘Arraia’ (Arte Regional do Araguaia). Quando fomos para Goiânia, a Arraia nos promoveu. A Arraia era interessante, porque tinha o sr. Manuel... todo mundo lavrador e a gente provocava: ‘Mas, seu João, o fulano me falou que lá no Piauí o senhor tocava um folezinho ou um pife’... ‘Ah, não, isso não’. ‘Tocava sim, a gente ouviu falar’... ‘É mesmo? Vocês acham que eu devo?’... Nós fomos arranjar um pife para ele, porque ele não tinha mais. E assim foram renascendo músicos de pife, de sanfona, os mágicos... Lá em Porto Alegre, quando a gente foi prefeito, foi criada até uma ACRIMPAN (Associação de Criadores de Música de Porto Alegre do Norte). A gente tinha um palco que chamava Rádio Berrante.

F – Foi uma febre, de a gente criar assim um monte de associações, viradas para o ponto artístico: festivais de música, festival de teatro, e de não sei o quê.

C – A arte nesse país é explosiva em termos de mobilização, de envolvimento e tal. Claro que você pode politizar a arte ou não. Isso é outra questão. Mas a capacidade vem dessas raízes latinas que a gente tem, que são do relacional muito forte, do afetivo, do sentimental. Por isso que *show* de música junta gente, procissão junta toneladas de gente, futebol, quilômetros de pessoas... Na minha tese de mestrado, trabalho essa relação entre festa e política. E por que a esquerda abandonou a festa? Se nós somos um país festivo, temos essa coisa de dançar, de tocar e de se mexer... a gente importa os códigos marxista-leninistas russos, anglo-saxões, e aí todo mundo, no trabalho de esquerda fica reunido, lendo um texto?!...

DIVERSIFICANDO EXPERIÊNCIAS TEATRAIS: GARIS E ÍNDIOS

F – Nós já moramos em Porto Alegre do Norte, em Belo Horizonte, trabalhamos na SLU (Serviço de Limpeza Urbana), formando um grupo de teatro que devia ter de 15 a 20 anos, criado na limpeza urbana, o grupo ‘Até tu SLU’. Fomos convidados pelo CIMI para apresentar na comemoração dos 500 anos de descoberta do Brasil.

C – Havia cerca de 3 mil índios do Brasil inteiro. Foi o maior encontro do CIMI. Nós ficamos uma semana junto com os índios e, num certo dia, apresentamos. Só que nesses dias o pessoal dançava, todo mundo, todas as comunidades. Quando iam fazer alguma coisa, era anunciado: ‘Agora, os índios Xavante!’, e entravam os Xavantes, todos pintados, e começavam a dançar o toré, todos com maracá e outros instrumentos!. Então, a linguagem de diálogo é a dança, é o círculo, é o canto. Não é anunciar: ‘E agora a delegação do Rio Grande do Norte’, e vem o cara que tem a melhor oratória, o mais intelectual, e fala... Eu acho que esse é o desencontro!

F – Mas uns 10 anos antes, tivemos outra experiência com os índios. O pessoal da coordenação do CIMI chamou a gente para apresentar uma peça que tinha sido supertrabalhada com advogados, sobre três propostas...

C – [...] de discussão do Estatuto do Índio, em Brasília.

F – Quantos índios estavam lá?

C – Cerca de mil índios.

F – Mil índios, de várias etnias, e o pessoal da coordenação morrendo de medo da gente... ‘Como é que um grupo de teatro ia se inserir na situação? Porque os índios não gostam muito de palhaçada... Então, o que é que a gente veio fazer aqui? Será que vai dar certo, será que não vai?’ Mas teve uma apresentação, na noite... o pessoal ficou em um espaço... eu sei que tinha índio para tudo

quanto é lado, nas escadas, e aqui embaixo, e tal. E aí, se falou: ‘Ó, a gente vai se apresentar, mas todo mundo tem que apresentar a sua cantoria, a sua dança’. E tinha que ter tradução para todo mundo entender. E nós já éramos a turma do ‘Araguaia pão e circo’ (considerado o pioneiro em Circo Social; iniciou em 1990 em Belo Horizonte e migrou para o Mato Grosso). Nós éramos palhaços. E aí vai o Maneco, o Benoni, o Manuelzinho, os três mais palhaços nossos, e começaram a fazer esquetes de palhaços que não precisava muito entender pela fala.

C – Mais de pantomima!

F – O povo adorou, adorou! E a gente tinha a cada dia de fazer mais outro. E não tinha tanto repertório assim. Então ganhamos! E quando a gente foi fazer o teatro do Estatuto do Índio, no congresso deles lá, eles adoraram.

ENTRADA NA POLÍTICA – INOVAÇÃO NA PREFEITURA

Querida que vocês relembrem a decisão de entrarem na política tradicional e concorrer à prefeitura.

C – Isto foi em 1982. Quatro anos antes, em 1978, aconteceu algo que foi um marco na história das políticas públicas brasileiras, porque algumas prefeituras progressistas se impuseram no Brasil. Inclusive no Espírito Santo, em Vila Velha, um cara que era da ARENA fez uma experiência toda comunitária e, com o PMDB, começaram algumas experiências participativas. Em 1982, o PT elegeu três prefeitos no Brasil; uma mulher, no Ceará, Diadema, e mais um, mais o PMDB, que elegeu um monte de outras prefeituras - parece que nasce daí a experiência participativa-, nasce com o PT. O PT realmente trouxe essa bandeira, infelizmente, abandonou. Ninguém mais quer fazer [governo] participativo. Mas havia, já, uma galera que tinha até como meta eleitoral fazer um movimento democrático participativo. E, em 1982, em comunhão com essas três prefeituras petistas na região, foram conquistadas três prefeituras, fruto desses trabalhos da Comissão Política. Foram eleitos dois agentes pastorais: Tadeu, em Santa Terezinha, e Pontim, em São Félix do Araguaia; e o Diá, em Ribeirão - Cascalheira, que era um peão e virou professor. Ribeirão e Cascalheira, na verdade, no município de Canarana...

F – Ali era uma colonização gaúcha.

C – Eu virei assessor de Canarana. Tínhamos uma história de alguns poucos anos como agente pastoral, clássico. Depois... mas deixa só eu contar essa história: como era a nossa condição econômica. Estou falando de ser agente pastoral recebendo salário; depois, veio a Severina (a caminhonete), e aí passamos a ter complemento salarial como assessores. Eu virei assessor de prefeitura popular. Primeiro, em Canarana e depois em Santa Terezinha; e a Fernanda

vai para a escola pública, vira professora, diretora e tal. Isso não impediu de continuar participando da equipe da Prelazia enquanto membro do ‘bolão’. Fizemos parte desse movimento que chamávamos ‘Corrente Popular’ do PMDB, essas três prefeituras do PMDB. E a gente ia a São Paulo e era confrontado, botado contra a parede pelos companheiros: ‘Por que não PT?..’

F – Em 1982, quem já não falava em PT? E tinha esse Waldo, que era de Porto Alegre do Norte, e que chega à região naquele momento, e já chega petista. Ele e um monte de gente que já chega petista... ‘Vocês têm que ser petistas’. Ele não concorda com a leitura que a gente faz, porque nós discutimos com as lideranças: ‘Vocês acham que o pessoal do sertão vai entender se a gente botar um partido novo? De jeito nenhum!’. Porque ainda agorinha era ARENA I e ARENA II.

C – Então, ARENA I e ARENA II; era MDB e PDS, e o MDB tinha Dante de Oliveira e Carlos Bezerra, dois parlamentares que eram progressistas, que nos davam apoio.

F – Eles eram referência política para o pessoal. Então, era um processo... Mas era uma dúvida mesmo, quem diz que fizemos certo? Quem diz que se a gente rompesse e fizesse aliança com o PT, não dava certo também? Mas os outros municípios não aceitavam. Eram mais conservadores, tanto que, com muita dificuldade, nos colocávamos ao nível do estado, como corrente popular e socialista do PMDB.

C – Colocava o carimbo do socialismo na coisa. E nesse processo de articulação - porque tinha os prefeitos, alguns vereadores e fazíamos um caixa -, todo mundo pagava o dízimo, que era tradição da igreja. Esse caixa financiava os movimentos sociais, o sindicato, e depois começamos a comprar terrenos para fazer casas comunitárias, espaços sindicais, não sei o que mais. Nesse bojo é que fui forçado a ser candidato a prefeito - eu não queria -, ser da ‘Corrente Popular’. Era isso.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Vocês instauraram práticas diferentes de gestão.

C – Tem esse livro, *Democracia no Araguaia*, que a FASE... Tentamos voltar um pouco para ver a experiência, não é? Eu fui vendo, depois, acompanhando essas experiências de Orçamento Participativo [OP] do PT... E tem até uma socióloga que fez uma pesquisa há uns cinco anos atrás sobre o OP, e ela constata que, das inúmeras experiências petistas, muito interessantes e documentadas, 3% do orçamento era empregado para o OP. Estou falando isso porque em Porto Alegre do Norte, quando fui prefeito... Fernanda era também da área de cultura, a gente botava 100% para discutir. Discutia inclusive o custeio. Custeio

significa o quê? ‘Oh, lá naquele setor de fiscalização tem dois fiscais. Estão indo bem? Ou não estão indo bem? Manda embora? Contrata, ou não contrata?’... Que não é só no investimento. É claro que é uma experiência pequena, num município de 10, 12 mil habitantes à época; hoje tem vinte e poucos mil. Muito fácil falar num pequeno território, mas tínhamos o Orçamento Participativo. Normalmente, era anual, mas nós tínhamos encontros semestrais, talvez por tradição da Prelazia. Planejavamos o ano, mas no meio do ano a gente chamava todo mundo para ver o que tinha sido norteadado; se tinha dinheiro ou não tinha dinheiro para regular e etc.

Fazia isso em praça pública?

C – Fazíamos grandes assembleias, e tinha um componente temático também. Além dos representantes territoriais tinha o pessoal dos Direitos Humanos...

F – Eu me lembro de um primeiro, um economista, alguém que tinha vindo de fora para poder falar do OP, então era o negócio da prefeitura... a prefeitura tem o dinheiro... aí, ‘Quanto de dinheiro você vai deixar para a educação; quanto vocês acham que deixa para a saúde; quanto vocês acham que deixa para a agricultura, para não sei o quê?’ Aí o pessoal fica pensando: ‘Não dá. Cem por cento para saúde talvez seja legal, mas não dá, não é? Tem que ter educação, e educação gasta... Pois é, vocês estão vendo?’ É um chute puro. A primeira coisa que se faz é dizer: - Olha 25%... É um chute puro. Aí, depois, na lida da coisa é que vai se ajustando... Então vamos chutar aqui... quanto? Chuta aí, quanto?’ Então, ele foi partindo do chute do próprio pessoal, e ele trabalhou em cima do chute do povo. Falei, ‘Gente do céu, como é que o cara dá conta de um troço tão complexo...’. Para mim, era supercomplexa essa coisa aí.

C – É, porque, no fundo, é isso. Aqui em Belo Horizonte tenho participado uma ou outra vez do OP. É lamentável, porque é um encontro em que o pessoal tem aquele valor... ninguém sabe de onde vem esse dinheiro, decidem, uma guerra santa entre bairros e lideranças para disputar aquela fatia e pronto. E não tem um processo de formação, não é? De onde vem, qual a fonte desses recursos. Então, esse processo de aprendizagem sempre foi uma marca nossa, como educadores populares, de fazer a ação política.

Eu, quando era prefeito, fui a Brasília, e tinha conseguido lá um recurso com um ministro - acho que era até o Dante -, e, antes de chegar, mandei imprimir um cheque, um cheque grande e tal. Acho que tinha uns três metros. Então, mostramos aquele cheque em praça pública, o dinheiro que ia chegar, para ter uma materialidade. Por exemplo, a cidade tinha um conflito fundiário muito grande. Então, para você dar o título de escritura, você tem que fazer um trabalho jurídico muito bem feito, com medição, etc. Conseguimos uma

assessoria de São Paulo, porque a gente tinha amigos que eram da época dos engenheiros que estavam no governo do estado, numa secretaria de integração regional, cujo titular era Chopin Tavares de Lima.

F – Chopin, que era um cara progressista na época dele, tinha sido da JUC, amigo dos meus pais, também superarrojado.

C – Era secretário do Montoro. Qual era o artifício? Criaram o artifício que Porto Alegre do Norte era cidade irmã. Então, o governo do estado passou a mandar técnicos. Nesse caso da questão fundiária, durante dois anos, um dos advogados vinha, e eu terminei o mandato, e ele não conseguiu resolver o imbróglio. Mas o pessoal ficou altamente satisfeito, porque toda a vez que o advogado aparecia, ele socializava o andamento da questão. Eu me lembro da primeira vez que um dos advogados chegou lá, falou assim: ‘Eu estou aqui com umas coisas e tal, e onde que a gente vai?’. Eu falei: ‘Não, entra no carro. A gente vai num outro prédio e tal...’. E de repente, paramos em um palanque, tinha 600 pessoas na rua, e o cara teve que se virar para falar o ‘juridiquês’ dele para aquela turma. Então, era essa coisa do diálogo de rua, o tempo todo, provocando esses técnicos...

F – Os do contra falavam também, não era só gente do lado da gente.

C – E tinha confronto! A gente abriu o microfone, o cara pegava o microfone, e os latifundiários lá... e desciam a lenha, provocavam.

F – Eles tinham que participar também, se não participassem, estavam fora.

INOVANDO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

C – Estou querendo dizer o seguinte: a luta política, e especialmente na questão das políticas públicas, claro que as pessoas sentem como vitória quando conseguem esgoto na rua, porque lutaram por isso. Mas não necessariamente. Qual é a vacina para isso - ‘Ah, lutei e não consegui nada’. Eles estarem acompanhando o processo, seja ele burocrático, jurídico, sei lá o quê. E isso a gente sempre fez, pedagogicamente. Porque a pessoa se sentir pertencendo, acompanhando aquele processo é a garantia da pessoa se sentir satisfeita. Então, esse negócio de ir para a rua o tempo todo, essa coisa de tablado, e a Rádio Berrante, que era o palco que a gente fazia, botava todo sábado e domingo. Disputávamos audiência até com o Fantástico – porque botava 2-3 mil pessoas na rua, assistindo o *show* da Rádio Berrante, um monte de gente que ia lá, participava, tinha o microfone.

F – Tinha dois que puxavam: um era o palhaço...

C – O palhaço Banana.

F – Esse era o Edésio e o outro o Ricardão. O Ricardão trabalhava comigo na cultura, e fizemos pelo menos duas coisas maravilhosas. A prefeitura rece-

beu uma contrapartida de uma fazenda, e aí a gente resolveu fazer uma biblioteca! O nome era: ‘Uma ideia cheia de ideias’.

C – A ideia da Fernanda.

F – Então, a primeira coisa que fizemos foi comprar uma filmadora. Tinha acabado de surgir esse negócio de vídeo, fita cassete... comprei um monte de fitas virgens - umas cem fitas virgens -, uma filmadora, três televisões com cabo que conectava uma na outra, banquinhos e tal. E o Ricardo teve a ideia - porque ele era da turma do futebol, e o futebol lá na região é um troço muito forte dos cartolas de direita, de esquerda, todo mundo junto. O que é que ele fazia? Ele filmava o futebol e ia narrando, e depois o pessoal ia para as suas casas e combinava o boteco que ia passar esse filme que ele narrava, e o pessoal adorava ver...

C – ‘Pára, pára, pára esse lance para a gente rever...’ [risos].

F – Ele fazia a mesma coisa com a Rádio Berrante. Trazia as notícias, a gente dava as notícias que tinham que ser dadas para o povo, e o Edésio tocava as músicas lá: ‘Que música você vai cantar?’. E eles começaram a ser chamados para os outros municípios para cantar lá, e a gente já não sabia mais discutir a dimensão disso.

C – Pois então, esse espaço, esse tablado, esse espaço era isso. As pessoas se inscreviam lá na hora: ‘Eu vou declamar, ou vou contar uma piada, vou contar a minha história, vou dançar, não sei o quê, e tal.’ E entre atos de uma coisa e outra, a gente ia passando informação. ‘Então, a secretaria de educação tem, atualmente, tantas escolas, tantos alunos e tal [...]’. Então, era uma forma de você manter - porque era um programa da prefeitura -, de você passar informações bem leves num contexto cultural... então, num contexto de desejo de estar ali. E a gente fazia o tempero para não ser chato, modorrento, esse momento [...].

Por exemplo, eu coordeno a mobilização social de uns projetos aqui na UFMG, do plano metropolitano, e falamos assim: ‘A condição para a gente fazer a metodologia Parangolé, é não ter mesa’. Então, nunca ter mesa. ‘Ah, mas o prefeito está lá, o deputado está lá’. ‘Então tá bom, eu sou o mestre de cerimônias, a gente anuncia e a gente vai ver se eles falam ou não... depende, tem que ter uma coordenação que define, e eles levantam lá da plateia e pegam o microfone e falam, como um Zé Mané qualquer’. Então, só isso é de um simbolismo tão impressionante! Como o pessoal fala: ‘Esse processo está muito bacana, muito participativo, não é aquela coisa chapa branca’.

Agora o povo de lá era muito teatral, muito artista. O pessoal já escrevia cordel, porque tinha muita gente que vinha do Maranhão e tal. O pessoal adorava fazer teatro e pantomimas assim...

F – Dançar... e o fato é que, até hoje, muita gente faz teatro lá. Nas reuniões, eles sempre falam: ‘Vamos fazer um teatro sobre essa situação dos direitos humanos, vamos fazer sobre a família, vamos fazer [...]’.

AS MAZELAS DA POLÍTICA

E em termos políticos, como é que funcionavam os apoios e as oposições nesse contexto? Vocês elegeram vereadores também?

C – Fizemos barba, cabelo e bigode. Eu tinha sete vagas na Câmara, e foram eleitos sete vereadores do PMDB, da ‘Corrente Popular’. Então dominamos, e eu era prefeito. A primeira coisa que fiz foi rodar nas fazendas, com o gerente de fazenda, fazendeiro - agendava e falava assim: ‘Eu sou prefeito aqui, você sabe que eu sou socialista, mas você está no município e eu estou também. Um precisa do outro. Então, nós estamos aqui, por exemplo, com uma ponte - a ponte que estava quebrada na estrada que liga o Pará...

F – ‘Então temos outras demandas. O que vocês podem colaborar e tal?’... ‘Ah, então a gente empresta um trator, o outro não sei o quê, e tal.’ Aí, em um mês, fizemos uma ponte em mutirão, uma ponte sobre o rio Tapirapé, de uns 100 metros. Um troço inacreditável!

C – A polícia local, como até hoje, estava a serviço, era bate-pau dos fazendeiros. Quando tinha expulsão de posseiro era a polícia que ia lá, queimava barraco, e tal. Antes disso, eu, como prefeito eleito e não empossado, articulei com o Carlos Bezerra, que era governador. Falei: ‘Olha, eu tenho que trocar esses policiais todos. Eu preciso de um delegado que não precisa ser um revolucionário, mas precisa...’ Aí, foi para lá um delegado que era do PT - não sei onde acharam esse cara - e trocaram os policiais. Quando eles perderam a política, os coronéis de Luciara - município mãe, do qual o distrito de Porto Alegre do Norte fazia parte e se emancipou em 1985 -, quebraram o telefone, deixaram quebrado lá, e tal. O que fizemos? Nos primeiros dias de governo rifamos uma televisão, e com o dinheiro, consertamos o telefone. Pensei, então, com essas três ações - a ponte, o telefone e os policiais -, achei que no primeiro ano estava pavimentado, não precisava fazer mais nada. Agora dá para ter uma tranquilidade de fazer uma coisa mais discutida. E foi impressionante, porque saímos de uma escola para 24 escolas, em dois anos...

E aquela história de que a prefeitura foi processada.

C – Saí de lá processado por várias coisas. Uma delas foi assim: chegava verba para fazer uma ponte... porque a maior reivindicação era essa - estrada e ponte que não tinha. Então, com o dinheiro de uma ponte, a gente propunha fazer mutirão, e acabava fazendo quatro pontes. Qual era o pacto? O pessoal entrava com a mão de obra; cada comunidade rural, a prefeitura entrava com o dinheiro para a gasolina, motosserra e não sei o quê, carne... e para pagar o sanfoneiro, porque tinha que ter forró. E qual era a prestação de contas? Não sei quantas vacas, que

o pessoal comeu... só que vaca, em Porto Alegre do Norte, os açougues... era papel de pão que o cara escrevia lá: tantos de gasolina, que tinha lá o posto, não sei o quê. Sei que a prestação de contas era isso. E as fotos das quatro pontes. Aí fui processado por desvio, malversação de recursos públicos.

Antes de eu assumir, o prefeito de Luciara tinha conseguido uma verba para uma ponte que ele tinha prestado conta. Tinha todas as notinhas, e não existia a ponte. Era uma coisa chocante. Você ter as notas frias compradas para comprovar a ponte, para o Tribunal de Contas, valia mais do que as fotos das quatro pontes. Fui pego assim. Consegui recurso para fazer uma estrada que era para ligar Porto Alegre a Canabrava - acho que eram 40 km de estrada -, e ao invés de fazer a estrada por licitação, com uma empresa lá de Cuiabá, a 1.200 km, nós compramos a patola, quatro caminhões, caminhão de petróleo e tal. E esse patrimônio ficou para a prefeitura, deixou uma estrutura para um setor de obras que fez não só 40 km, mas 200... e fomos processados porque não foi feito o processo licitatório convencional dos 40 km de estrada. O governador autorizou a fazer por administração direta. Mas como a direita se escondia, como até hoje se esconde, no Judiciário, eles me processaram por malversação.

E sobre o incidente com vocês, o atentado, etc. Isso está ligado a que momento da administração? Vocês não precisam falar sobre isso se não quiserem.

C – Foi no momento da história da República, quando o Sarney estendeu o mandato de prefeito de 4 para 6 anos, e foram aprovados novos municípios no Congresso. Vários prefeitos foram empossados nessa entressafra. Eu fui o primeiro prefeito de Porto Alegre do Norte, recém-emancipado, com mandato de 2 anos. E como foi assim estrondoso - porque fizemos coisas em todas as áreas... na saúde, por exemplo, tinha um posto abandonado, e terminamos com 1 hospital e 4 postos de saúde rurais, e campos de futebol, e isso e aquilo, iluminação... A gente morou lá com luz de vela, e aí tinha energia elétrica - era elétrica a diesel. Bem, eu não tinha o estatuto da reeleição, e lançamos como meu candidato à sucessão o Pedro Fernandes, que era o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, liderança histórica lá.

Teve um apoio dos outros prefeitos que já tinham ralado 4 anos. Eu também tinha sido assessor da prefeitura, então entrei com um cacife muito maior. Tivemos a vantagem de ter marco zero, porque o município recém-emancipado sobrou com uma escola e um postinho de saúde abandonado, então, tudo que apareceu depois, você tinha visibilidade, era materialidade muito concreta. E mais, eu acho que essa pegada cultural artística que a gente imprimiu, assim, em tudo... inclusive tinha uma coisa - que a Fernanda sempre lembra, e como ela está cansada ela vai esquecer de falar -, a cada três meses a gente fazia uma

churrascada com o funcionalismo público. A gente pegava os carros e ia para a beira do rio Tapirapé... e cerveja, e não sei o quê, e cantoria...

ATENTADO - A VIDA POR UM FIO

O candidato seria o Pedro Fernandes?

C – Foi candidato e se elegeu com um percentual de votos maior do que o meu. Fui eleito com trinta e tantos por cento - eram 8 candidatos na minha época -, e ele foi eleito com quase cinquenta por cento, porque trazia todo esse acúmulo.

Isso foi em 1986?

C – A minha campanha eleitoral foi em 1986. Fui prefeito em 1987 e 1988. Foi nesse momento de 1988 que o Pedro Fernandes foi eleito. O candidato adversário era nada mais nada menos que Luiz Bang-Bang. Pela Comissão Pastoral da Terra era considerado um dos cinco mais perigosos pistoleiros do sindicato do crime que existia naquela região do Pará, da Amazônia e tal. Ele foi acusado de estar envolvido na morte de um senador em Roraima, Rondônia, sei lá; de estar envolvido em contrabando de armas, de drogas em vários estados... Já tinha feito trabalho para o Sarney, e tinha costas quentes no Judiciário. E era um macabro arregimentador e matador de peão e matador de peão.

F – E era todo fino... assim no trato com as pessoas.

C – Todo fino. E tinha episódios que os peões contavam dele ter matado de motosserra peão que fugiu, assim, como demonstração... Bem, tinha nos muros assim: 'Vote no Luiz Bang, o homem das decisões rápidas'. Era o slogan da campanha dele. Bem, ele perde a eleição...

F – Eleição nessa época era contada voto por voto...

C – Demorou três dias para a contagem dos votos em São Félix. Naquela época, era 15 de novembro. E no dia 18 a gente volta, e Pedro Fernandes estava eleito - festa, não sei o quê. Aí, o Bang falou assim: 'Não senhor!' Saiu na rua semeando que ele ia impugnar a eleição, porque tinha muita falcatura do Cascão, não sei o quê, e tal. No dia 20 de novembro, como o boato ficou grande, aí o pessoal chegava lá, 'Não, mas o prefeito...'

F – 'Mas nós não vamos fazer festa?' - a gente falando...

C – Pedro Fernandes está eleito ou não está eleito? Então, boto um carro na rua anunciando no rádio: 'O prefeito de Porto Alegre do Norte, Cascão, informa à população que legalmente foi eleito o prefeito Pedro Fernandes, de acordo com ata do Tribunal Eleitoral de São Félix do Araguaia'. Aí, então, esse carro está rodando na rua e aí chega o motorista...

F – Um garotinho, que era um rapazinho de 17 anos...

C – Era orador nosso - chega desesperado na nossa casa falando assim, ‘Olha, o Bang acaba de meter um revólver na minha boca e pediu para parar de fazer essa divulgação, que ele não ia aceitar, se eu quisesse continuar vivo e tal.’ Então a gente pede para parar, eu e a Fernanda e meu segurança, que andava armado... porque desde que eu fui candidato, quando a gente subia para fazer palanque, tinha sempre um povo armado, porque era...

F – O pessoal precisava saber que tinha gente armada defendendo a gente.

C – Então vamos para a casa do delegado, que ficava a algumas quadras de casa, e falamos para ele: ‘Oh, aconteceu isso e a situação está muito tensa’. Ele falou assim: ‘Volta para casa, fica tranquilo, que eu vou dar um jeito e tal’. Bom, então a gente contorna a quadra da casa dele e passa em frente a quadra da delegacia. Eles estavam de tocaia, vendo o nosso carro lá no delegado, e nos viram sair. Era uma caminhoneta, cinco pistoleiros, o carro do Luiz Bang - a caminhoneta dele de campanha -, dentro dele, o comando de campanha dele, todos os pistoleiros, porque ele era pistoleiro... O irmão estava guiando. Então, a caminhoneta entra em alta velocidade numa esquina e fomos surpreendidos com aquele carro na nossa frente. Como tem aquela guarda - carroceria, que fica em cima assim -, eram dois, já com a arma em punho, e eles atiraram assim bem no...

Quem estava dirigindo?

C – Eu estava guiando com revólver no colo, e o meu segurança também estava com o revólver, e a Fernanda atrás. Eles atiram em mim e no meu segurança. No meu caso, a bala ia pegar no peito, mas bateu no volante e voltou para o painel. A bala ficou alojada lá. No caso do Avelino, ficou alojada no banco, furou ele de ponta a ponta, fez umas curvas, só pegou carne. Eu paro o carro. Eles então começam a atirar com a mão dentro do carro. Nessa história, o Avelino, que pegou o revólver dele, levou um tiro no punho, perdeu o revólver. Eu abri a porta para sair do lado oposto, que era o meu lado, e, na saída, levei um tiro na bunda - eu vou saber disso depois, na hora, naquela tensão não dei fé -, e fico escondido atrás do carro. O carro deles estava no sentido oposto, e a Fernanda dentro - a Fernanda falando assim: ‘Não, eu não vou sair também, porque senão o Cascão está aqui do lado’, e tal. Aí o meu segurança sai pelo meu lado, sai correndo e se esconde em uma esquina, num armazém. Aí eu pensei: ‘Se eu ficar aqui eu estou fodido’, e sai correndo. Quando estou dobrando a esquina, levo um tiro nas costas. Senti mesmo aquele baque, quase me arremessa no chão. Dou a volta, e tem um quintal com uma pocilga de porco, e eles passam com o carro assim e me veem lá no quintal, e continuam atirando. Pulo dentro daquele negócio! Aí eles saem correndo e somem para o Pará.

Eu faço uma versão toda romântica, a minha versão é cinematográfica, porque a Fernanda sai do carro e vê todo aquele tiro e tal, e fala assim: ‘Não, eu preciso pegar a minha máquina lá...’ - ela era a fotógrafa da cidade -, para ir fotografar’. Aí ela sai, pega uma bicicleta e vai correndo para avisar o delegado. Ela vai pegar a máquina fotográfica e enquanto ela vai, o povo está vindo, dizendo: ‘Mataram o Cascão’, e ela: ‘Mataram nada’. Essa é minha visão. E ela está lá atrás, com aquele tiroteio, porque o carro ficou todo baleado, aí ela...

A Fernanda, olhando aquele negócio, pensou: ‘Eu vou fechar os olhos e abaixar aqui, senão eu levo um tiro no olho e fico cega’. Ficou abaixada. Então, o povo vendo ela abaixadinha achou que ela estava morta - porque realmente tinha, sei lá, uns 10, 15, 20 tiros no carro, todo perfurado, em cima, no teto, do lado onde ela estava.

F – A hora que eu fui abrir a porta para sair, Cascão estava agachado, e eu pensei: ‘Eu não posso abrir essa porta senão eu desestabilizo o Cascão. Vou ficar agachada aqui’. Tenho uma amiga que ficou cega de um olho, num acidente de carro... ‘Eu não quero ficar cega não’. Aí fiquei assim... Aí, quando eles saíram...

Eu tinha que ver onde ia o carro, porque eu não sei se o carro ia voltar e ia ainda procurar o Cascão, entendeu. E eu não podia ir atrás do Cascão porque senão eles iam atrás de mim para achar o Cascão. Vi o carro deles pegando a estrada e indo para o Pará, e ainda lá da estrada, eles atirando no rumo do carro. Quer dizer, eles deviam estar vendo o Cascão ou o Avelino. Deviam estar muito nervosos, além de não atirar bem. E aí a gente soube, depois, que eles já tinham preparado a caminhonete com peso suficiente para passar pelos buracos rápido, para passar para o Pará antes da gente falar.

Eu fiquei falando lá, que foi juntando gente: ‘Que que aconteceu?’... ‘Ah, foram esses filhos da puta que vieram aqui para dar tiro na gente’. E aí tinha que ficar dando informação. Mas, na minha cabeça, eu não conseguia localizar nem direito a situação, a casa de quem. As pessoas iam aparecendo e eu não conseguia localizar se esse era do bem ou do mal, entendeu. Eu falei, ‘Não, eu só saio daqui se eu achar alguém muito do bem. Não, eu tenho que avisar o delegado’. Vi uma bicicleta, peguei a bicicleta, e fui lá no delegado avisar... ‘Olha, corre lá, Cascão foi baleado, Avelino também e eu estou indo lá para o carro, lá para a frente da delegacia’. Fui em casa, peguei a máquina e aí fiquei tirando foto.

A Mercês chegou: ‘O que você está fazendo aqui, sua maluca, vamos lá para a casa. O Cascão está achando que você está morta, você tem que ir lá para ver ele e tal’. Antes, encontrei o Ricardão, e ele falou: ‘Não, não é bom você ir lá atrás do Cascão não’. Ele já tinha visto o Cascão cheio de sangue, então ele achou que o Cascão ia morrer mesmo. Então eu falei: ‘Ah, já sei, não é bom ir’... porque a gente

nunca pensa que vai morrer nessa luta toda da gente, a gente nunca acha que vai morrer, nunca acha que... Aí, eu... 'Já sei, não vou, porque pode ter um olheiro deles aqui que vai ver onde eu estou indo para encontrar o Cascão'. Então, deixa vocês se virarem, e eu encontro o Cascão em outro lugar. E aí veio a Mercês e me levou para o hospital. Quando cheguei lá no hospital, o Guilherme, médico, falou comigo assim, todo racional, como se eu tivesse com a cabeça no lugar...

Diz assim: 'Olha só, o Cascão levou uma bala - que ele não poderia fazer uma operação e tirar -, mas está muito profunda e eu acho que não vale a pena tirá-la'. E aí ele enfia o dedo no buraco da bala, o dedo inteiro. Falei, 'nossa que coisa horrível!' ... 'Ele está com dor, mas vamos dar antibiótico para ele' e tal. E nisso, a Radio Comunicação já avisa para o Carlos Bezerra, o Dante, avisou todo mundo, e no dia seguinte, vem um avião com o vice-governador...

C – Que era médico... amigo também.

ESCAPANDO PARA CUIABÁ

F – E levam a gente para Cuiabá. Nunca tinha ido a Cuiabá. Vou com os três meninos. Nós não tínhamos dinheiro nenhum, porque a gente vivia do dia a dia. 'Gente como eu vou viver aqui em Cuiabá, como eu vou comprar as coisas?' Aí, fica assim, um troço assim, essa coisa da igreja, vai ter solidariedade?

C – Elarmin Miranda, que era um deputado do PMDB de Mato Grosso, ficamos na casa dele.

F – Era um cara supersolidário, apesar de não ser tão de esquerda assim. Mas ele foi superbacana com a gente, ele e a mulher dele, a Eliete, toda grã-fina, mas superbacana. Ficamos quase um mês na casa deles. E os três meninos andando para tudo quanto é lado, fazendo xixi, e eu ia limpando... ficava longe do hospital. Toda a vez que ia ao hospital para conversar com o Cascão - que o Cascão já estava bem, já estava medicado, e tal - não tinha como conversar, porque estava assim de gente conversando com ele, os políticos locais, e Cascão gosta dessas coisas também, entendeu.

Político também.

F – Eu não conseguia conversar com o Cascão para saber o que fazia e o que não fazia. Estava ficando insustentável essa coisa, e a gente na casa dos outros, de pessoas que a gente nem conhecia, e tal. Estava esquisito demais. Até que o Cascão sai do hospital e vai para a casa de Elarmin. Ficamos mais um tempo e depois levamos os meninos para São Paulo, para a gente voltar para a posse do Pedro Fernandes.

INSEGURANÇA

C – Mas só completando, quando a gente voltou, perto do Natal - que o atentado foi 20 de novembro, Dia da Consciência Negra -, um mês depois, descemos no aeroporto, e quando caminhava na rua Beto Marco, tinha uns três ou quatro da Polícia Federal, de metralhadora, e uns vinte soldados, todos com arma assim... Eu e a Fernanda ali e tal... falei: 'É, eu que sou o bandido'. Por quê? Porque o Bang falou que voltava se o Cascão pisasse aqui de novo, e tal. O boato era esse. Bem, ele fugiu e tal, mas nós ficamos sob o manto do terror até o dia primeiro, com medo. A toda hora tinha um boato de que tinha gente...

Não ficávamos seguros com aquele policiamento, e os companheiros que ficavam com a gente, todos armados. Vivemos aquela semana, dez dias, sei lá, que passamos muito assim... de afirmação, para a gente passar o bastão com dignidade. E no dia 2 de janeiro, se não me engano, pegamos um voo para Cuiabá. De lá, viajamos para o Rio de Janeiro. Nós não fomos guerrilheiros que combateram a ditadura, mas a gente viveu, no processo da luta da terra, a clandestinidade no mesmo país. Apesar dessa história muito particular, do Bang e tal, a CPT soltou uma lista no momento em que a UDR, naqueles anos, fez uma ofensiva nacional, e houve morte em cascata por todo o Brasil. Nessa época, morreu o Chico Mendes, morreu o deputado do PCdoB, no Pará, Paulo Fontelles, padre, lavradores... Na lista do Mato Grosso, tinha o meu nome. Saímos de lá caçados, fomos vítimas. A nossa opção foi para alguns de lá, medrosa, covarde. Muitos queriam que a gente ficasse...

F – Ficasse uns dois - três meses fora, e depois voltasse...

C – Tem um componente muito emocional. Tenho duas balas aqui no meu corpo. Desde os dois primeiros anos que fomos morar em Porto Alegre, fiquei jurado de morte. Sofri vários atentados, tive que fugir...

F – O pessoal falava, 'Corre que o povo está atrás de você; tem um pistoleiro que está lá só para te matar... Olha, soubemos dessa história...'. Podia ou não ser verdade, mas por vias das dúvidas... a casa queimada [...].

C – Foi a história do Giba, que o Giba nasce com...

F – 1984.

C – Dez meses. Porque a Fernanda estava em trabalho de parto naquele dia, ia ter o menino, e eles tacam fogo na casa. A gente acorda e a casa, que era de adobe e teto de palha, estava pegando fogo, e tinha uns pistoleiros (isso a gente soube depois) esperando eu sair para atirar. Só que eu, burramente, pensei - essas coisas da tensão da hora -, bem... eu lembro que tem que pegar cobertor e apagar esse fogo. Só que eu abafava o fogo com o cobertor de dentro da casa, imagina! Depois, fui pegar o balde, porque tinha um poço dentro de casa que a gente jogava o balde e a água nunca saía. E, assim, com medo de uns docu-

mentos que tínhamos, de fazenda, da CPT, e só tentando salvar aquele negócio. E a Fernanda saiu fora, foi chamar os vizinhos, mas ela...

F – Com a Janaína no colo...

C – Soubemos, depois, que era uns dois, três pistoleiros, que tinham se hospedado na pensão, e que de madrugada saíram...

Foi uma sequência?

C – Uma sequência de ameaças, e claro que eu tinha medo. Mas tinha uma coisa assim da causa - ‘se acontecer, é isso mesmo’ -, como todo mundo que está nesse *front* da luta da terra, até hoje, no Brasil. Agora, no dia que eu levei esses tiros, aí eu passei a ter pavor. [...].

F – Coisas da vida...

C – Ficou o trauma.

[...]

INVESTIGAÇÃO DO CRIME

Teve algum inquérito, alguma coisa que deu prosseguimento à investigação, algum resultado?

C – Ele, o Luiz Bang, foi preso algumas vezes. Foi solto dias depois, com mão desses Sarneys da vida, o processo rolou, tentou-se...

Ele foi acusado pessoalmente do atentado?

C – Claro, tinha provas, a caminhoneta, as armas... Pegaram esses pistoleiros lá na divisa com o Pará. A polícia cercou, e eles foram para a mata e foram presos.

Teve um processo, tudo registrado.

C – Tudo registrado. O Jesus Pina foi na CPI da Pistolagem em Brasília, deu depoimento. Quer dizer, tinha um arcabouço de provas. Tentou-se o desaforamento para o julgamento não ser em Porto Alegre do Norte. Agora, recente, sei lá quantos anos, fomos lá, para um depoimento onde ele estava sendo julgado e fomos testemunhas - na verdade, a Fernanda. Eu fui com ela. Ela foi testemunha, falou na frente dele, teve uma coragem, assim... impressionante! ... Pedro Casaldáliga, lá no tribunal também. Ele foi absolvido pelo júri popular. Eram sete - três votaram pela culpa dele. Se um votasse a mais, ele seria condenado.

F – O juiz... o promotor... e era o Lulinha (Luis Bueno de Aguiar) que estava lá. O advogado dele era um cara teatral: ‘Porque quem deveria estar aqui no lugar dele, como réu, é aquele que está lá no público (era o Cascão), ele é que é o réu, ele que fez a cabeça do povo, eu vou trazer testemunhas’.

C – ‘Comunista. Muita gente invadiu fazenda aqui, propriedade, ele está ali, ó’.

F – ‘Ele matou não sei quem...’ Porque logo que o Cascão chegou, os posseiros contrataram Cascão para ir para uma posse, e Cascão não sabia. Quando chegou lá, era para matar um pistoleiro, e mataram. E o Cascão ficou assombrado - ‘O que eu vou fazer?’. Contratou o Cascão assim... [risos].

C – Eu tinha a Severina, eu fazia frete, e o pessoal veio... ‘Ó, nós estamos indo num lugar assim’... ‘Então está bom, então o frete custa tanto, eu levo vocês’. Claro que eu não era ingênuo nessa história. Só que aí..., ‘Ó, eu deixo vocês no trecho na estrada, vocês vão a pé’... ‘Não, é só até ali’. Nesse ‘só até ali’ demos de cara com os pistoleiros, e eu presencio a morte de um pistoleiro, o Capixaba, que era um terror. Foi impressionante, porque a caminhoneta tinha uma capota, tinha uns oito posseiros na capota e uns dois comigo, na frente. Eles estavam fazendo uma cerca na propriedade de um posseiro que tinha sido expulso. Os posseiros todos perfilados assim, todos armados, apontando para os pistoleiros. Dois pistoleiros saem: ‘Pelo amor de Deus’, ajoelham no chão e tal. E esse Capixaba fica lá, sangue frio, falou assim: ‘O que vocês estão querendo aqui?’... ‘Não, nós viemos aqui para você parar essa coisa, e tal’. E o cara estava com a mão atrás. Ele teve a audácia de pôr o revólver aqui atrás. Ele então pega o revólver para atirar no pessoal, e aí foi aquele São João de tiro assim, *tchoooo*... todo mundo atirou nele. Morreu na hora. Eu tinha ficado com o carro parado lá, e só assistindo aquela cena. Levei o povo para Porto Alegre, o pessoal caiu na mata, eu fiquei: ‘Se eu cair na mata, eu sou cúmplice, fico aqui!’. Sabendo que o pessoal vinha, e como de fato, baixou a polícia, para todo lado avião, e eu fui preso [...].

Isso foi antes de você ser prefeito?

C – Isso antes de ser prefeito. E aí humilhado, umas pancadas aqui e ali.

F – Isso foi 1984.

C – É. Aí o pessoal passou informação para a região toda, e começa a chegar caminhão, caminhoneta. E aí...

F – Isso a gente sabia fazer, jogar informação rápida.

C – No dia seguinte, vieram umas 50, 100 pessoas, de tudo quanto é lugar. O pessoal se juntou lá na casa do padre ou no sindicato, não sei, e falou assim: ‘Nós vamos tirar o Cascão’. E aí marcha aquele tanto de gente rumo à delegacia. E os milicos sabendo disso, falaram assim: ‘Não... você tem que sair daqui’. Me cataram rápido e levaram para outro canto do povoado. O delegado me levou para uma salinha e falou: ‘Ó, está aqui o escrivão, e o senhor fala o que o senhor quiser’. Eu falei: ‘Não, eu sou testemunha, vocês façam as

perguntas e eu respondo o interrogatório como um cidadão comum'. Respondo ao interrogatório, e eles me liberaram. Porque o pessoal subiu de foice, de machado, de revólver, tudo, o pelotão queria me arrancar da cadeia.

F – E já tinha acontecido o negócio lá do Ribeirão Cascalheira. Então, até hoje, o povo quando vê a gente juntando perto de cadeia, o delegado morre de medo [risos].

C – Quantas vezes, por conta dessa articulação da Severina: 'Ah, tem um conflito lá na Cascalheira'. Aí a gente fazia uma coisa. Saía eu e a Fernanda, com a caminhoneta cheia, saía assim 8 horas da noite, tinha que rodar 400 km...

F – Rodar para ir e voltar, antes do sol nascer... sem que ninguém soubesse que a gente tivesse saído de Porto Alegre.

C – E levava aquele tanto de gente todo armado, cheio de munição para ir se juntar. Então, esse apoio assim, era muito legal, era impressionante. Foi um momento áureo de solidariedade e de resistência da região.

F – A tese da Lucinha é muito em cima disso. Como é que a educação não pode ser fora da política, principalmente nessas comunidades. Ela diz assim: 'Se não tivesse chegado o pessoal de Porto Alegre... porque toda comunidade de Ribeirão achava que Santa Terezinha era mais esperta, sabia mais coisa, sabia lutar direito, e tal; Santa Terezinha achava que era Porto Alegre; Porto Alegre achava que era Ribeirão; Ribeirão achava que era São Félix, entendeu? Na hora que chega o apoio de outra cidade, aí o pessoal: 'Chegou o povo para nos apoiar, então nós temos que lutar mesmo'. Era bonito de ver.

A PARTICIPAÇÃO E O CIRCO: EDUCAÇÃO, ARTE E POLÍTICA

C – Bem, para encerrar, de lá para cá, mudamos para o ambiente urbano. A Fernanda passa a militar como arte-educadora, inclusive, fez formação nesta área. Eu, como educador popular, e aí vem a engenharia, ajudou essa coisa do planejamento e de ter participado das prefeituras. Virei assessor participativo, trabalhei com o Celso Daniel, coordenando a participação popular em Santo André, e depois em várias prefeituras petistas aqui de Minas. Nessa história, acho que misturou muita coisa com a arte, e cai na mobilização social. Hoje, eu sou consultor em mobilização social, e sempre entra a arte aí, o teatro. Todas as propostas, sejam da prefeitura, sejam de movimento social pedem: 'Ah, como é que nós vamos mobilizar?' E aí veio o circo, depois vem o Parangolé, e dessa experiência artística tem o Circo Laheto lá em Goiânia, que é o Circo Social de referência hoje, no Brasil.

C – Tem alguns colegas que participaram da experiência do Araguaia com circo, mantendo um pouco essa coisa do palhaço. E o Parangolé, hoje, é uma

empresa. Estamos sediados em Belo Horizonte. De um lado, a gente faz teatro pelas grandes causas, tem uma produção de direitos humanos, participação, lixo, cidadania, etc. E planejamento, articulação de entidades, parcerias e tal. Com isso, já fizemos trabalhos para o Ministério das Cidades, para o Ministério da Meio Ambiente, Governo do Estado, universidades, e acho que temos um sincretismo, hoje, de pisar no popular, no acadêmico, nas políticas públicas, e com inserção de catadores, com trabalho no sindicato. Agora mesmo, a gente fez um trabalho no Sindieletrô (Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais). Foi uma peça, ‘Cordéis do Cafundó’, em que eu sou um cordelista. Virei cordelista por conta dessa experiência toda aí.

C – Mas a pergunta assim... como é que continua? Eu lembro que saiu num livro... ‘*Araguaia um Rio de Poesias*’. Então aqui tem:

‘Meus amigos aqui presentes e de toda a freguesia, os que vieram de São Paulo, os que saíram da Bahia, os que estão aqui sozinhos, no estrangeiro da Europa, da Alemanha e da Hungria, a todos eu vos saúdo, sou cabra da Prelazia. Você que está me escutando, que veio para essa romaria, trazendo na mente esperança e no coração alegria, você que é João, que é Mané, Helena, Clotilde, Maria, Comprido, Tonhão, Filomena e outras tantas companhias, agora, vou me apresentar sou cabra da Prelazia. (Quando teve a romaria lá em São Félix, né) Eu vivi nessa região, 11 anos e seis dias, aqui nasceu meus meninos, aqui foi minha moradia, há oito anos parti, com os filho, a mulher e a fia, e apesar de tanto tempo, longe desta rancharia, bato nos peito e afirmo, sou cabra da Prelazia. Quando na cidade grande eu visito a periferia, e vejo aumentar a miséria e o pobre naquela agonia, mas vejo as luta do sem casa, o movimento de moradia, a pobreza me dá uma raiva, os pobre me dá alegria, e se tudo isso me toca, sou cabra da Prelazia.’

[Palmas]

O CHEIRO DA TERRA

C – Acho que essa coisa na Prelazia, da Igreja - apesar da gente nunca ter se tocado mesmo com essa questão da fé -, acho que a experiência da luta pela terra, que a gente traz para o urbano, esse telúrico, sabe, essa coisa... o cheiro de terra está dentro da gente, em tudo que a gente faz. Inclusive ficamos muito impressionados de como essa causa da reforma agrária, desse mundo rural, não chega muito à cidade; e tendo o MST (Movimento dos Sem Terra) como

referência fantástica, ele é que puxa, que dá norte há muito tempo nos movimentos sociais... leituras de conjuntura de João Pedro Stédile que são maravilhosas, sempre...

F – Nós fizemos, agora, esse último trabalho, o plano diretor de uma cidade... a quantas horas daqui?

C – Conceição do Mato Dentro, quatro horas daqui.

F – Quatro horas daqui. Uma região só de nascentes, e está tudo seco, tudo queimado. A mineradora foi lá e sei lá... essa seca toda que deu... Eles, da prefeitura, alguns jovens secretários, mais progressistas, quiseram que a gente fosse fazer mobilização em todos os bairros da cidade e distritos rurais. Então, foi um trabalho exaustivo. A gente ia para lá com o teatro, com a fala deles lá da prefeitura, explicando às comunidades o que era o plano diretor, o que eles sonhavam para uma cidade melhor, porque que era importante o pessoal participar. Enfim, é esse trabalho que a gente continua fazendo, misturando educação política, arte, o lúdico [...].

Entrevista realizada em Belo Horizonte (MG), em 10/01/2015,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici

Maria Emília Pacheco

UMA FAMÍLIA DE MINAS

Meu pai, Pedro Pacheco, veio do campo. O pai dele era o que no interior de Minas se chamava um sitiante. O meu avô eu não conheci. Morreu tragicamente sob a roda de um carro de boi. Mas foi de minha avó que herdei o nome: chamava-se Emília Vasconcelos Pereira. Ela teve dois maridos e todos os dois morreram tragicamente. Do primeiro, parece que ela não teve filhos. Era portuguesa e chegou ao Brasil com 17 anos - eu acho. A família sabe pouco ou nada da história dela. O primeiro marido foi assassinado a mando de pessoas de uma família rica de um município vizinho a Leopoldina, Minas Gerais. Depois disso, minha avó se casou com o meu avô, João Pacheco de Carvalho, que se instalou no lote 19 da Colônia Agrícola Constança e era irmão de João Pacheco de Carvalho, que também viveu nesta Colônia, no lote 62, que abrigava principalmente italianos. Inclusive descobrimos isto há pouco tempo atrás, porque foi feita uma memória da colonização italiana em Leopoldina, e o nome do meu avô aparece como um dos que ocupou uma pequena área desta Colônia, loteada para receber imigrantes. Tomei consciência então que não apenas a minha avó, mas os ascendentes da família Pacheco também eram imigrantes portugueses. Mas não conhecemos sua história. Mais tarde, viveram em outro sítio, que cheguei a conhecer, onde viveram um dos irmãos do meu pai e uma irmã. Eles continuaram morando lá, e eu os visitei muitas vezes.

Esta história familiar tem a ver com as suas escolhas profissionais?

No fundo tem. Por isso comecei falando do meu lado paterno, que é ligado ao campo. Meu pai saiu do campo e foi para a cidade, porque a mãe dele ficou viúva e, logo cedo, ainda garoto, ele foi trabalhar. Era apaixonado pelo campo, e foi dele que escutei, desde menina, frases como: 'Cada árvore derrubada devia dar lugar a outra ou a duas árvores'. Tinha esta visão, e nos pequenos espaços das casas onde moramos sempre teve alguma horta, ou coqueiro, ou criação de galinha e, por último, na casa atual, tinha um canteiro mínimo, separando um muro de outro, onde ele colheu muitas espigas de milho até a idade de mais de 80 anos.

O EXEMPLO DO PAI

Você se identificaria como descendente de pequeno sitiante?

Não, porque essa história é do meu avô. Meu pai foi cedo para a cidade e passou a se dedicar ao comércio. Ele passou por vários trabalhos, e o primeiro deles foi uma espécie de bedel, num ginásio muito conceituado em Leopoldina, onde se formaram homens que cursaram faculdades pelo país afora. E ele teve uma paixão pela química. Acho que se tivesse tido chance de estudar, teria seguido a carreira de químico. Sabia de cor os símbolos do ouro, da prata... tudo enfim. Por uns anos, fez um pouco de tudo, desde lavar tubos de ensaio até lavar o chão – era o chamado bedel. Depois disto, fez um concurso para a Estrada de Ferro de Leopoldina. Foi ser taquígrafo vida afora. Nunca me esqueço da cena de um amigo que o visitava, e conversavam como se estivessem na frente de um taquígrafo, numa mezinha de vidro, na varanda da nossa casa. Era uma pessoa muito comunicativa e acabou sendo convidado por um fazendeiro que tinha recursos para trabalhar na empresa de transporte dele. Foi o emprego que papai levou até o final da vida, até a aposentadoria. A empresa chamava-se Comissário Barbosa. De Leopoldina saíam tomates, bananas, galinhas vivas para o Rio; e do Rio iam os produtos industrializados para Leopoldina. Trabalhou décadas nessa empresa.

Qual tarefa?

Ele cuidava do escritório, era empregado, mas passou a ser sócio, sem ter dinheiro, devido ao trabalho dele. Tinha apenas o terceiro ano primário, mas de uma escola bem melhor do que as que vieram depois. E gostava muito de ler. Foi também quem me estimulou a ler. Sempre gostei de literatura, e ele gostava muito de Humberto de Campos. Foi o primeiro autor que eu li. E também gostava muito dos discursos políticos - eu ouvia com ele os comícios pelo rádio e também, com ele, comecei a ler jornal. Era um leitor diário do *Jornal do Brasil*, enquanto existiu. Não gostava do Roberto Marinho.

Papai era de 1913. Nos anos de 1920, seguramente, foi bedel, e, nos anos de 1930, trabalhou na estrada de ferro. Eu nasci em 1948. Nos anos de 1940, meu pai já era da firma Comissário Barbosa. Foram esses os três empregos que ele teve na vida. Mesmo depois de se aposentar continuou a trabalhar. Você perguntou se eu fiquei com a herança de sitiante da vida do meu avô. Não. Tenho lembranças dessas histórias, mas a influência mais direta que tive do meu pai foi relacionada à filantropia. Ele não professava uma religião. Acompanhava mamãe à missa - não era religioso, mas praticava a filantropia. Ajudava o asilo e, mais tarde, sempre me perguntava se a FASE não podia contribuir com o

Asilo de Leopoldina; se as agências de cooperação não podiam contribuir; e ele trabalhava muito pelo asilo. Chegou a receber uma medalha e uma placa, em reconhecimento pelo trabalho que fez. Mas também ajudava a Santa Casa. Era o único não médico a integrar, durante uma época, o Conselho da Santa Casa de Misericórdia de Leopoldina. E ajudava também a banda de música, enfim, uma pessoa muito ligada ao social.

Pela porta de casa também. Não passava ninguém na porta que não recebesse algum apoio dele e da minha mãe.

LEGADO MATERNO: A RELIGIOSIDADE E A CULINÁRIA

Já a família da minha mãe era ligada às artes. O meu avô materno era operário. Eu não o conheci pessoalmente, mas conheci minha bisavó materna. Meu avô materno era pintor de paredes e também fazia afrescos. Tenho fotos de uns medalhões que ainda existem na varanda da casa de um distrito de Leopoldina. Fez afrescos também nos tetos das igrejas que desapareceram depois de serem modernizadas. Conheci alguns desses afrescos em varandas de casas que depois foram desaparecendo.

O nome dele ficou nesses lugares?

Tem nome dele e dos irmãos dele no canto do altar de uma igreja de Piaçatuba, distrito de Leopoldina, mas já não existem os afrescos. Seu nome era Luís do Amaral Lisboa. Minha avó também se destacou nas artes da culinária. Foi uma grande doceira na cidade. Doces de origem portuguesa, mas com nome afrancesado de galette. Eram ‘galaté’, ‘lua de mel’, ‘margarida’, ‘chapéu de Napoleão’ e outros doces de festa muito apreciados, além do ‘biscoito de polvilho’ e outras ‘quitandas’, como se dizia na época.

Essas atividades visavam a sobrevivência?

Sim, os filhos vendiam na rua, o mais velho levando numa caixinha fechadinha que ainda existe na família. Ou vendia-se no botequim do meu avô, que era colado lá na casa. E as filhas herdaram esta arte culinária. E, do ponto de vista religioso, a família tinha certa mistura de espíritas e católicos. Ao que consta uma tia parece que se casou, crismou, batizou, tudo no mesmo dia. Eram pessoas muito religiosas. Tanto que foi notícia no jornal da cidade a presença do bispo no aniversário da minha bisavó. Fui muito reconhecida pela ligação com a Igreja, e minha educação foi no colégio católico. A madrinha que eu tive pelo lado da família da minha mãe me ensinou todos os versos de oração. Quando criança, eu declamava e cantava muito, e até coroei Nossa Senhora. Era conhecida como protegida de D. Delfim, bispo de Leopoldina na época.

Tinha uma relação muito grande com minha madrinha. Era o lado Lisboa da minha família. Os católicos faziam uma grande aproximação da igreja com o colégio. Talvez, por isso, eu tenha sido convidada – algo de que me lembrei nesses dias - para fazer uma declamação no Congresso Eucarístico de 1955, em praça pública. Fui a única criança a falar. Tinha então 6 anos e pouco. Era um Congresso Eucarístico, alguns falaram na praça da catedral, e eu fui também saudar São Sebastião, o padroeiro da cidade.

Essa igreja tinha um trabalho social?

Não tenho lembrança disto, e sim dos leilões que os fazendeiros participavam. Mas, dos 3 anos e meio até os 17, quando terminei o curso de professora primária, minha vida toda foi nesse colégio.

O ESTUDO EM COLÉGIO CATÓLICO

Qual era o nome do colégio?

Imaculada Conceição da Congregação Filhas de Jesus, mais propriamente, *Hijas* de Jesus, da Espanha. As freiras eram bem conservadoras, talvez até franquistas, e muito radicais, repressoras. Mas, ao mesmo tempo, davam uma formação sólida nos estudos. Ali se estudava muito.

O conservadorismo desse colégio mexeu com você de alguma forma?

Ah, mexeu! Tem coisas que não sei se vale a pena registrar! Eu ficava revoltada porque elas não aceitavam alunas negras. E é bom dizer que a minha família, pelo lado paterno, tem uma mistura de negros, índios e portugueses. Dizem que minha bisavó era indígena; e o avô era filho de negro com índio. E, na escola, as Irmãs não aceitavam alunas negras, e não tinha freira negra... Na época, a prefeitura tinha cedido uma área fantástica, que era o bosque da cidade, em frente ao qual passei a minha infância. Esse bosque foi doado às Irmãs para fazerem o colégio. Uma parte considerável dele veio ao chão para construírem o colégio. Parece que a prefeitura exigiu que elas aceitassem alunas negras. Aos sábados, quando eu saía do colégio, no término das aulas, tinha uma alameda enorme, e ficou na minha memória a imagem forte de que quando eu virava para trás, lá estavam as meninas limpando os vidros. Para mim, eram as alunas bolsistas - negras ou não. Acho isso muito forte de dizer.

Você não naturalizava isso?

Não. Tanto é que, no final dessa trajetória no colégio, tive um sonho que nunca esqueço - era o colégio desabando! Ninguém morria, mas o colégio de-

sabava. Acho que o ‘desabamento’ do colégio aconteceu quando dei o passo decisivo de sair de Leopoldina e ir para Juiz de Fora.

Ficou no Colégio até o final do segundo grau?

Sim, e terminei o colégio lá. Fui presidente da Cruzada Eucarística, tinha que dar catecismo. E eu era tão pequena que tinha que ter alguém para carregar a bandeira na procissão. São coisas grotescas: aquele mastro enorme esbarrava no chão. Eu devia ter 12 ou 13 anos. Com essa história da Cruzada e do catecismo, andei algumas vezes com as freiras: fui à periferia da cidade, aos bairros populares, para rezar, para pregar catecismo. E é bom dizer que tinha proximidade com a pobreza - uma tia, irmã do meu pai, tinha dificuldades financeiras. Era diferente da minha mãe, que vinha de uma família de operários e de gente ligada ao comércio. Ela inclusive fez curso de técnica de comércio que existia na época - o primário mais dois anos. Minha mãe tinha noções de francês, que aprendeu nesse curso. Esse conjunto de fatores fazia com que eu me sensibilizasse já desde muito cedo com o que observava. Tinha, quase ao mesmo tempo, amor e ódio por aquele colégio. Fui interessadíssima nele, mas, a partir de certo momento, comecei a observar que as freiras não eram tão justas quanto pareciam. A injustiça eu comecei a perceber lá.

Mas terminei o curso de professora primária e, no mesmo ano, terminei o técnico de professora de música no Conservatório Lia Salgado. Tinha 17 anos e fiquei com a opção de ficar em Leopoldina, ser professora primária e seguir o curso de piano. Mas a história me levou para outros caminhos. Acabei deixando a música.

Você tinha irmãos?

Um irmão e uma irmã. E minha irmã não terminou o curso superior. Meu pai dizia: ‘A única riqueza que eu tenho para deixar para vocês é o estudo, então estudem!’ Só que, para estudar, tive que batalhar para sair da cidade, o que era raro naquela época. Minha irmã teve a mesma oportunidade que eu, mas acabou não fazendo o curso superior.

Era mais velha?

Sim, e minha irmã, cinco anos mais nova, e meu irmão, três anos mais novo que eu. Ela ficou com o curso de professora primária, e o meu irmão fez história. Começou em Belo Horizonte e terminou aqui no Rio.

A OPÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL

Você foi logo para Juiz de Fora?

Teve um pequeno interregno, por causa da dificuldade de conseguir a concordância dos meus pais para sair de Leopoldina. A alternativa era estudar em Muriaé - porque podíamos ir e voltar no mesmo dia de Kombi. Lá, as opções eram: pedagogia, letras e matemática. Optei pela pedagogia. Fiz apenas por fazer, e passei. A faculdade era das Irmãs Marcelinas, se não me engano. Mas quando completei 18 anos, cheguei em casa dizendo: 'Cancelei minha matrícula!' E continuei tentando convencer pai e mãe de que queria estudar fora. A decisão de fazer serviço social foi minha; a de ir para Juiz de Fora foi uma condicionalidade. Meu pai já tinha concluído que eu queria mesmo continuar a estudar, mas teria que escolher entre Petrópolis e Juiz de Fora. Rio de Janeiro e Belo Horizonte nem pensar - eram áreas da perdição! Quando eu pensava em Petrópolis, vinha à cabeça imagens daquelas pantufas e daquele museu de Petrópolis. Sobre Juiz de Fora tinha informação de uma vida universitária e de que lá havia outra Igreja que não aquela da opressão. Porque é bom que se diga também que em Leopoldina já havia alguma movimentação dos estudantes secundaristas na década de 1960. Lauro de Oliveira Lima havia estado lá, e eu havia conseguido participar de uma palestra dele. Achei uma coisa muito diferente. Mas, das reuniões que se realizavam com os estudantes do ginásio, não consegui participar. E estudavam lá o Alfredo Wagner e outros mais. Eu era do Colégio Imaculada Conceição, era muito tolhida em casa e no colégio, mas sabia que havia jovens pensando no futuro.

Isso foi em que ano?

Anos de 1964, 1965, 1966, em que ainda fiquei lá.

E o Golpe Militar? Como atingiu Leopoldina?

Eu não conseguia formular nada, a não ser que as liberdades seriam cerceadas. Do ponto de vista individual, eu já era tão cerceada que não conseguia ter a real dimensão do que a nova situação representaria para o povo brasileiro. Exceto sob o aspecto de achar que também a pobreza ia aumentar e que a vida ia ficar mais difícil. Mas tinha 16 anos, e o colégio nos absorvia naquela lida religiosa e dos estudos. O que eu tinha era muita curiosidade.

Não havia uma crítica grande com relação ao Golpe Militar?

Não, porque Leopoldina ainda era uma cidade muito conservadora - de classe dominante ligada ao campo, aos latifundiários.

Quando é que você foi para Juiz de Fora?

Em 1966, 1967... Fui dizendo que queria fazer serviço social. Tinha uma moça de Leopoldina que já fazia esse curso lá. Eu havia conversado com ela e, desde cedo, tinha tomado a decisão de não seguir carreira acadêmica. Já tinha passado no concurso de professora primária e tinha pedido exoneração do cargo, o que causou impacto na cidade: 'Como uma jovem professora faz concurso e toma uma decisão desta?' Meus pais estavam preocupados: 'E se não der certo em Juiz de Fora?' ... 'Se não der certo, eu sigo em frente'. Mas a decisão de não ser professora primária estava tomada. Eu queria uma profissão para fazer alguma coisa pelo povo. Sociologia me atraía muito. Mas eu achava que para fazer sociologia teria que ser pesquisadora ou professora, e o que eu queria era um trabalho prático. Isto foi o que me mobilizou para fazer serviço social.

Você fez todo o curso de serviço social?

Fiz. Sou assistente social, formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Lá também era forte a presença da Igreja?

A direção da Faculdade de Serviço Social naquela época era das Irmãs de Jesus Crucificado, que eram progressistas, e o curso era dotado de muita criticidade – uma palavra que se usava na época. Eu logo passei a compor o diretório acadêmico, do qual fui primeira secretária e depois presidente, entre 1967 e 1970. E a determinação de ter algum trabalho popular também se manifestou nessa época, porque existia então o serviço social individual e o comunitário. Evidente que eu optei pelo comunitário e fui estagiar no Bairro São Benedito, Vila Alpina, com uma colega que hoje é uma grande assistente social - a Marilda Yamamoto. Fizemos trabalho de conclusão de curso juntas, com o título '*Emergência de Líderes no Trabalho Comunitário*'. Eu já era militante também e me incorporei à Ação Popular (AP).

Quando?

Era 1968, 1969.

O movimento estudantil então influenciou nas suas escolhas?

Teve uma força muito grande, enquanto militante, participante da Ação Popular, que esteve em contato muito estreito com os padres. Gente da qual fiquei amiga, como o frei dominicano Hilton Japiassu, falecido em 2015. Então não só a faculdade era dirigida por freiras progressistas como também havia essa interação com os dominicanos, progressistas e engajados politicamente na luta contra a ditadura.

Movimento que surge na Igreja Católica?

Sim. Quando eu termino a faculdade, havia essa vontade de seguir um destino, mas minha opção era seguir uma vida profissional. Acreditava, mesmo em plena ditadura, que era possível seguir um caminho de coerência, ter um trabalho que tivesse algum sentido social. Também não tinha nenhuma opção pela luta armada. Por ser de AP, o caminho era o da política.

Tem um momento em que a AP faz uma opção?

Faz. É a APML (Ação Popular Marxista Leninista). Mas é o momento em que vou me afastando, exatamente porque tinha tomado essa decisão de seguir a vida profissional. Sempre dizendo, também, que não ia trabalhar nem no INPS, para o que havia muita solicitação de assistentes sociais para área de saúde e mesmo para órgãos do governo. Fiquei na expectativa de conseguir outro trabalho que me mantivesse em contato com os setores populares.

OS DEBATES TEÓRICOS NA FACULDADE

Você se sentiu influenciada por algum tipo específico de leitura nesse período?

Sim. Na faculdade, o grande debate era sobre o que pensavam Caio Prado Júnior e Maurício Vinhas de Queirós. Eu concordava mais com o ponto de vista de Maurício Vinhas. Eram grandes debates teóricos sobre o campesinato, o que eram as transformações no campo brasileiro, o caráter da questão agrária. No curso, fiquei muito mobilizada pelos debates sobre o campo. Mas eu ficava também motivada para entender o que eram as organizações de bairro, porque fiz estágio numa sociedade pró-melhoramento, denominação, na época, para associações de bairro em Juiz de Fora. Mais tarde, andei inclusive lendo sobre as formas de organização de bairro no Brasil. Então, eu ficava entre um interesse muito grande pelo debate político-teórico sobre o campo, inclusive, porque sendo de AP, tinha toda aquela discussão sobre a guerra popular, a revolução que vem do campo, o maoísmo. Era muito mobilizada também por ler sobre o que se passava na China, na Revolução Cultural do Mao. Mas a minha prática de estágio me levava a ler sobre as cidades, sobre os bairros. Líamos Marx, Lênin, mas tive sempre interesse em ler os autores brasileiros sobre a nossa própria história. E, lá no serviço social, em algum momento, tivemos essa possibilidade. É bom que se saiba que foi nesse período que se iniciou a chamada reconceitualização do serviço social. Passamos a ter uma leitura crítica sobre a visão assistencialista e outra leitura sobre o que era o trabalho comunitário, que passou a ser orientado pela visão da estrutura de classes da sociedade. E quem deu continuidade a esse movimento de reconceitualização do serviço

social, com uma participação ativa, foram duas colegas minhas - a Marilda e a Ana Quiroga, assistente social em Belo Horizonte. Havia uma interação muito grande entre serviço social de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, que se constituíram em núcleo muito importante de crítica ao serviço social na época. Só que a minha intenção, como já disse, não era seguir uma vida acadêmica.

O 'ELO COM A COMUNIDADE'

Como foi o seu caminho profissional?

Eu achava importante manter um elo com a comunidade e fui para João Monlevade, porque soube que o prefeito desta cidade, do MDB, queria uma assistente social na prefeitura. Fui para lá. Esse prefeito era pessoa de muita iniciativa e coragem, por várias razões, entre as quais, a de atribuir a mim a função de diretora do departamento de serviço social e saúde. Eu, que tinha me formado em março de 1971, em abril, já estava trabalhando na prefeitura de João Monlevade, coordenando esse departamento. E tinha um médico que trabalhava comigo. Eu era a única mulher coordenando um departamento. Ia aos bairros ajudar a criar associações comunitárias. Tinha também um projeto junto às crianças, aos menores, com uma visão muito crítica em relação ao internamento. Lá encontrei o Lar das Meninas, que era uma instituição de internato só para meninas. Um dia desses, encontrei a carta das meninas dirigida a mim, e lamentando que eu estivesse indo embora de Monlevade. Esse era um tempo de discussão sobre os rumos da FEBEM. Havia setores de serviço social que eram críticos ao internamento, inclusive ao Lar das Meninas. Então, além do trabalho de bairro, me lancei nesse trabalho com os menores. Criamos uma marcenaria para ocupar os meninos que tinham interesse em alguma profissão e eram considerados delinquentes - terminologia que aliás eu rejeitava. Mas a carência afetiva deles era enorme! Quando saí de lá, deixei escrito um Projeto Integrado para Menores que não era de internato.

A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM JOÃO MONLEVADE

Qual foi o período que você ficou em João Monlevade?

Comecei a trabalhar em 1971 e no final de 1971 fui presa. Fiquei presa um mês em Belo Horizonte.

E por que você foi presa?

Naquela época, como se dizia, estava caindo o mundo. Já tinha muita gente da AP presa; estava tudo encadeado. Fui presa por ser da AP. Por isso eu disse

que esse prefeito era corajoso. Ele foi me procurar em Belo Horizonte com um advogado e conseguiu ter um contato comigo. Quando saí ainda ia ser julgada, e ele insistiu para que eu ficasse na prefeitura. Fiquei até o final da gestão dele. Nesse meio tempo fui julgada, mas não recebi pena, embora eles tenham recorrido. Só mais tarde, quando fui anistiada, é que eu soube que eles tinham recorrido.

Qual era a acusação?

De liderar o núcleo da Ação Popular estudantil em Juiz de Fora.

Por ter sido presidente do diretório acadêmico?

Isso. Tinha sido secretária, depois presidente.

Fiquei trabalhando na prefeitura até terminar a gestão desse prefeito. Houve inclusive quem dissesse que talvez eu devesse me candidatar à vereadora. Não tinha o menor sentido, não levei adiante. Quando ocorreu a eleição, o MDB perdeu. O mandato do prefeito de João Monlevade terminou em 1972. Mas, durante o tempo que fui chefe de departamento, esse prefeito criou - foi iniciativa nossa de criar - a primeira unidade sanitária tipo C. Ele criou esse posto médico, no bairro Carneirinhos, que era muito habitado. Porque a cidade de Monlevade dependia fundamentalmente da Belgo-Mineira. E nesse tempo que eu era chefe de departamento tinha inclusive morrido uma criança que não foi atendida no Hospital Margarida, porque não era filha de operário ou engenheiro da Belgo. Então, não havia nenhum tipo de assistência. Um dos trabalhos que eu fazia enquanto chefe de departamento era o de organizar um serviço de transporte de doentes até Belo Horizonte, para aqueles que não tinham vínculo com a Belgo-Mineira. Depois, com o passar do tempo, acho que se fez algum convênio da prefeitura com a Belgo-Mineira. Mas Monlevade era uma cidade da Belgo! Me faz lembrar dos estudos antropológicos sobre imobilização da força de trabalho nos bairros operários, vila operária...

Tinha a fábrica com vila operária...

Tinha a vila dos engenheiros, o bairro dos operários, tudo hierarquizado, e o bairro Carneirinhos, por onde a cidade foi crescendo. A criação desse posto médico foi uma coisa muito importante para a cidade, assim como o trabalho de zoneamento do córrego, chamado córrego dos Carneirinhos. Foi muito bom trabalhar com o médico, Dr. Humberto Pimenta.

Ele era médico desse posto?

Era médico do departamento e coordenou esse posto médico. Ele acompanhou comigo toda a implantação do posto: eu fazendo o trabalho de assistente

social, de treinamento do pessoal que ia atender ao público. Essa era uma questão fundamental para mim: como atender bem o público, fazer com que o povo fosse bem recebido naquele lugar. Tinha então que fazer trabalho de dinâmica de grupo, com as secretárias inclusive.

A MILITÂNCIA NA AP

O grupo da AP foi referência para você em Juiz de Fora?

Foi. Tínhamos muitas reuniões, e era o lugar por excelência em que a gente manifestava a nossa cidadania. Porque discutíamos não só os rumos do país - o que representava um país com militares no poder -, mas discutíamos muito as pautas das nossas universidades: a reforma universitária, o acordo MEC-USAID. Quantas vezes pichamos nas ruas contra o Acordo MEC-USAID! E fazíamos discussões grandes sobre isso, e sobre o que representava o imperialismo americano. Os dirigentes que nos orientavam vinham de fora, eram pessoas que tinham outras funções, nacionais, estaduais...

Vocês se reuniam com esses dirigentes, faziam análise de conjuntura?

Isso. E tirávamos também algumas posições com relação à vida universitária, sobre o que queríamos que constasse nos currículos, que fossem as aulas, ou a postura dos professores. Isso nos levava inclusive a propor que tal ou qual professor saísse, que fosse substituído por ser considerado conservador, reacionário... tirar os reacionários do caminho - tínhamos essa pauta bem própria da vida universitária, do que eram esses acordos e mudanças que estavam ocorrendo no ensino; e também uma pauta mais geral do que a gente queria para o Brasil: ter uma revolução popular no Brasil! E aí se acentuava muito o meu interesse sobre o que se passava no campo, com a ideia de que a revolução vem do campo para a cidade. Imaginava isso até o momento que comecei a achar que não era tão simples assim.

Mas quando você foi para João Monlevade não existia mais esse núcleo?

Já era outra conjuntura. Eu ainda ia muito a Belo Horizonte para algumas reuniões.

Essa ideia de revolução popular que vem do campo era uma referência ao maoísmo, luta armada?

Não, eu não participei disso, porque fui fazendo a transição para a vida profissional. Não cheguei a fazer esses debates sobre luta armada.

Era outra conjuntura, da presença do movimento estudantil com muita força. Anos de 1960, não é?

O que pegou muito forte foi o movimento estudantil. Depois, fui fazendo a transição para a vida profissional. Sempre fui muito atenta ao pensamento crítico do serviço social e achando que seguir como assistente social engajada poderia ser o meu caminho.

A prisão foi muito traumática para você? Chegou a ser julgada?

Fui julgada. E a prisão foi traumática. O tempo de prisão foi curto, um mês - considerado nada em relação a pessoas que ficaram anos... Mas cada pessoa vive de uma maneira.

E seus pais?

Eles não me viram, mas logo começaram a acionar contatos para tentar saber o que estava se passando. Ficaram desesperados. Meu pai, quando se encontrou comigo, que eu já tinha saído, disse que estava atordoado; não entendia o que tinha se passado. Décadas depois é que veio a dizer que entendia essa parte da história e que esse tipo de atuação tinha sido fundamental para a democracia do país. Mas, no primeiro momento, foi muito duro.

PERSONA NON GRATA

Você saiu de João Monlevade?

Ainda fiquei lá um tempo. O MDB perdeu a eleição e entrou a ARENA; e o médico que assumiu em nome da ARENA demitiu-me, porque eu ocupava um cargo de confiança.

Mas fiquei um tempo na cidade, e o juiz de direito de menores da cidade gostava muito do meu trabalho. Ajudei a criar o Conselho Municipal de Bem-Estar do Menor. E esse juiz, Dr. Fabio Lucio, era uma pessoa também muito progressista, não era a favor de internar menores, nem de considerá-los delinquentes. Helder Ferreira, que era presidente do Conselho, pediu também que eu ficasse mais uns meses. Queria que eu preparasse um projeto para os menores da cidade. Concordei, e me mudei da cidade depois de preparar o que chamei de 'Projeto Integrado para Menores'. Depois disto não tinha mais o que fazer em Monlevade.

Fui para Belo Horizonte procurar emprego. Dificílimo conseguir emprego, porque eu não queria trabalhar em empresa de jeito nenhum! E nem na área de saúde. Para a academia também não tinha como ir. Novamente tive informação, na Faculdade de Serviço Social, de que ia ser criado em Minas

o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - o INAN. Estávamos ainda em plena ditadura, e teve uma história curiosa, porque havia pressa de instalar o INAN. Era uma decisão dos governantes fazer um trabalho no Vale do Jequitinhonha, conhecido como Vale das Lágrimas por sua pobreza enorme. E havia certa disputa se o INAN ficaria sediado na CODEVALE (Comissão do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) ou na secretaria de saúde. E a CODEVALE, acho que se antecipou, porque na direção dessa companhia estava o Dr. Fidelcino Viana. Ele tinha muito interesse que a CODEVALE abrigasse o Instituto, e havia pressa com relação a isto porque já havia a decisão de implantar o INAN em vários lugares do país. Fiquei em dúvida, mas me atraiu a possibilidade de ir ao Vale do Jequitinhonha, embora sem saber exatamente como iria funcionar esse Instituto. Mas pela questão da alimentação e da nutrição, e estando em causa a pobreza que havia por lá, decidi me apresentar. Eles não pediram nenhum daqueles documentos que costumam pedir inicialmente: atestados de bons antecedentes, folha corrida, nada disso. Meu currículo e histórico escolar foi o que pediram. Fui para a Paraíba, para o primeiro encontro no Hotel Tambaú. Eu fiquei impressionada porque, chegando para combater a fome no Jequitinhonha, entrava no Hotel Tambaú! Era o Primeiro Encontro Nacional de Representações Estaduais do INAN, e lá estava eu. Tenho ainda essa foto, que é histórica, e que mostrei recentemente lá no CONSEA. O que é que tinha que fazer naquele encontro? Tinha que falar, emitir opinião, participar. Eu falei, ‘participei’, e disseram: ‘Gostamos da sua participação’.

Aí, chegou a hora de apresentar os documentos, e eu não tinha. Ainda exigiram que eu fosse ao DOPS, com alguém lá do Instituto. Fui. Nesse ínterim eu já havia ido à Diamantina. Comecei a fazer um diagnóstico com as outras pessoas da equipe, mas o representante estadual - coordenador estadual do INAN - disse esta frase, que eu repeti no dia da minha anistia: ‘De Brasília chegaram ordens superiores, dizendo que você é uma *persona non grata* para o estado brasileiro. Não pode ficar nesse trabalho’. Ainda fiquei uns meses na CODEVALE, porque o presidente da companhia tinha apreciado o meu trabalho. Tudo isto aconteceu entre dezembro de 1973 e abril de 1974. Saí do INAN, mas a CODEVALE insistiu: ‘Vamos ver se você fica’. Mas o Dr. Fidelcino concluiu: ‘Não tem como’. Ainda fiquei em Belo Horizonte uns meses, procurando outro tipo de trabalho, mas não conseguia. E o que eu não entendia é que, quando me pediram toda a documentação, eu já havia sido julgada, não estava mais processada. Só tinha aquele prazo de recorrer à outra instância. Mas eu estava impedida de trabalhar. Minha demissão se deu dessa maneira.

A IMPORTÂNCIA DA ANTROPOLOGIA

E a sua vinda para o Rio de Janeiro?

Eu tive uma cadeira de antropologia durante o curso de serviço social. Lembro-me do nome da professora: era Rosa Stepanenko. Gostei muito de antropologia, e, naquele momento da história, também havia uma discussão política muito importante sobre o que representavam as classes sociais no campo, o campesinato. Isso era cruzado também com as discussões nas organizações de ação política. Naquela época, eu havia feito algumas reflexões sobre antropologia cultural, tinha ficado muito motivada, achei que era um bom caminho e me atraía mais que a sociologia. Também as técnicas da antropologia, os trabalhos de campo, entrevistas, isso tudo me fascinou. Dessa forma, a conjugação desses fatores foi o que me levou a fazer essa escolha pela antropologia. Eu já vim para o Rio determinada a fazer o exame no Museu Nacional.

Você já tinha contato com o Alfredo Wagner?

Tinha. Alfredo foi um colega meu de juventude, um amigo mesmo do grupo da gente lá, que dançava, conversava. E eu então resolvi procurar o Alfredo e dizer a ele que eu estava pensando em vir para o Rio para fazer antropologia. Foi ele que me deu orientação sobre textos que eu devia ler. Eu vim até o Rio, e fui conhecer o Museu Nacional, tomar conhecimento do que deveria ler e tal, com a orientação dele também. E assim cheguei ao Rio, em 1974, movida por essa perspectiva, e dizendo: ‘Se eu passar nesse exame, não tem como me tirarem daqui’. De fato, estudei bastante, e ganhei bolsa com a maior facilidade. Agora estava devidamente instalada no Museu Nacional, e foi lá que eu tive duas informações importantíssimas na vida: uma, na casa de vocês. A Neide não vai se lembrar, mas é importante. Fui lá com a Tatiana Lins e Silva para receber uma orientação da Neide Esterci, porque nós íamos fazer um trabalho de campo na Amazônia, e a Neide era conhecida da Tatiana, considerada uma profissional com experiência de campo e tinha muito a nos ensinar.

CEDI E FASE: ‘A POSSIBILIDADE DE TRABALHAR COM O POVO’

Bom, na conversa com a Neide, ela falou de uma organização que trabalhava com povo, e eu me lembro de ter dito: ‘Mas então existe a possibilidade que eu busco há muito tempo, que é não estar na academia, não estar no governo, não estar nas empresas, estar na sociedade’. Ela falou do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e, se não me engano, falou da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) também. Porque quando nós fomos para Santarém, eu e Tatiana, para o trabalho de campo, para pes-

quisa que o Otávio Velho coordenava, nós já sabíamos da existência da FASE. Foi então pela Neide que fiquei sabendo que havia entidades do tipo CEDI e FASE, e fiquei muito interessada. E a segunda grande informação que eu tive foi no Museu Nacional, através do Otávio Velho, de que estava sendo criada a Comissão da Pastoral da Terra. Achei também muito interessante.

Você estava fazendo trabalho de campo para sua dissertação?

Quer dizer, a chegada ao Rio... minha entrada no Museu Nacional reacendeu o interesse de estudar campesinato, e foi assim que acabei indo para Santarém para fazer trabalho de campo. Nesta oportunidade de ir fazendo, buscando os informantes, acabei encontrando no trabalho de campo, padres, priores, entre eles, o Pastana, que recentemente foi prefeito de Santarém, e o Ranulfo Peloso, que hoje está no CEPIS.

O INTERESSE PELA AMAZÔNIA

Você diria que seu trabalho de campo era nessa linha de pesquisa militante? Isso foi uma questão para você?

Dentro do Museu Nacional eu tinha a impressão que muita gente não tinha nenhuma familiaridade com o campo. Eu não sabia se daria conta. Não fazia sentido ir conhecer um lugar com todo o interesse político meu, que vinha de outra trajetória, de outra história, e sem o interesse de fazer também uma carreira acadêmica. Para mim, o sentido daquela entrada no campo era mesmo de entender que processos, que situações eram aquelas que aquelas pessoas viviam, e poder falar sobre isso não só no meu relatório. Tinha de cumprir exigência acadêmica por um lado, mas também ter a oportunidade, como eu tive, de começar a fazer contatos, conhecer pessoas que estavam ali por outras razões. Eu precisava conquistar a confiança delas. Fui me aproximando e houve um determinado momento quando percebi que o sentido do que eu estava observando e refletindo era de interesse para os processos sociais que se passavam ali. Fui para essa pesquisa, mas já muito mobilizada também, muito atenta com essa oportunidade de conhecer e ver o que se passava na Amazônia.

Nesse período, se intensificavam os conflitos na região, e houve algo que me favoreceu. Houve mudanças na direção da FASE, uma equipe de pesquisa se constituía com o Jean Pierre Leroy, que estava lá em Santarém. Nesse meio tempo, eu já tinha feito contatos através dos informantes e acabei conhecendo as pessoas da FASE, não no primeiro momento, mas depois. E, ao que parece, também houve uma avaliação positiva a meu respeito, pela maneira como eu lidava no trabalho de campo com as entrevistas. Como Jean Pierre Leroy pre-

cisou vir para o Rio para assumir a coordenação da instituição, ficou uma vaga na equipe de pesquisa.

A Laís Mourão era da equipe anterior e tinha ajudado a construir a proposta de projeto. Então fui conversar com o Jean Pierre, que eu já conhecia de Santarém. Fui dizer que achava muito interessante o projeto que a FASE tinha lá e adiantei desse meu projeto de vida, que seria trabalhar numa organização da sociedade. Eu já sabia que era uma organização de educação popular e entendi que essa era uma oportunidade de me engajar, sem precisar realizar uma trajetória acadêmica e sem também abdicar de toda a formação que eu havia tido desde antes. Quando me apresentei e me chamaram, fui para a equipe de pesquisa da FASE.

Quando foi isto?

Foi em 1978. Fiz o exame do Museu Nacional em 1974, e deveria começar o curso no ano seguinte, mas pude começar no segundo semestre de 1974, como ouvinte, na disciplina métodos de pesquisa, com a Lygia Sigaud. Nessa época, também trabalhei como auxiliar de pesquisa da Fani Tabak, que eu tinha conhecido através de uma pessoa aqui do Rio. Depois, criou-se um grupo de estudos e pesquisa em saúde, o PESES (Programa de Estudos Socioeconômicos em Saúde), financiado pela FINEP. Fui de um grupo com a Tatiana Lins e Silva, coordenado por Sergio Arouca, Sergio Goes e outros. Fiz parte desse grupo e voltei a Santarém. Em 1978, passei a integrar a equipe de pesquisa da FASE para um estudo sobre o campesinato em regiões de fronteira, em várias regiões do Brasil onde a FASE atuava.

Já tinha terminado a dissertação?

Naquele tempo, a gente podia estender um pouco mais. Entreguei a dissertação em 1980. Em 1976, quando terminei as disciplinas, fui para o PESES, e quando saí do PESES é que fui para a FASE. Quando comecei a trabalhar na FASE, embora fosse pesquisa, era pesquisa engajada. Porque nós precisávamos, de fato, produzir uma reflexão que subsidiasse o trabalho político e educativo da FASE. Consegui fazer um encontro de vários entes que havia em mim: um pouco da pesquisadora, um pouco da educadora, trabalhando em uma organização social.

A FASE E A REPRESENTAÇÃO SINDICAL E CAMPONESA

A reflexão se expressou através dos encontros, de alguma publicação?

Era bem interessante, porque eu ia para Santarém levando textos que a universidade continuava produzindo. Tínhamos momentos de refletir sobre a pesquisa

de campo, fazer constatações, observações que a gente ia elaborando, e de confrontação que íamos tendo com o tipo de trabalho que a FASE realizava. Naquela época, a centralidade do trabalho era a questão sindical. A FASE teve uma importância enorme lá em Santarém, para ajudar a construir a Oposição Sindical e as informações sobre as formas de representação dos camponeses: como eles viam a organização. Isto era muito importante para refletir sobre a pauta sindical. E como eu disse, na FASE, encontrei um lugar de confluência dos vários entes em mim. Isto não foi fácil, porque sou mineira, mas me chamavam de carioca porque eu era da turma da FINEP. E isto gerava um sentimento interior muito forte.

Como assim?

Eu estava lá entendendo que eu era uma cidadã que resolveu se engajar nesse trabalho, pensando na história do povo, na melhoria da vida do povo etc., e era vista como uma pessoa da FINEP. Porque a FINEP apoiava esse projeto de pesquisa. O projeto era apoiado pelo governo. Imagine! Éramos vistos como gente da academia, ou da FINEP. Tinha que ter certo cuidado, porque embora eu já fosse uma pessoa da confiança política da equipe, era uma pessoa que não estava lá, vivendo a vida do povo. É preciso também considerar que, quando eu entrei, a FASE era a síntese desses dois projetos: pensamentos e práticas da matriz da Igreja Católica e, também, pensamentos e práticas da matriz leninista. Então, era um contexto que requeria muita disposição, muita disponibilidade para, às vezes, enfrentar debates. Certa vez, levei um texto sobre movimentos sociais de um autor de São Paulo, e um colega da FASE disse que aquilo era entregar o ouro a bandido! Era um texto teórico sobre o movimento social, muito interessante. Não lembro o nome do autor.

FORMAÇÃO SINDICAL

Entregar o ouro ao bandido, por revelar detalhes?

Não. Era uma análise de contexto. Porque toda vez que eu ia lá fazia um pouco de análise de conjuntura. Queria fazer uma análise mais nacional, então levava algum texto que pusesse abrir a discussão e aumentar a nossa capacidade de reflexão crítica. Porque era muito forte, da parte de alguns, a noção de que a verdade está sempre com o povo. Havia uma dificuldade de perceber a diferença entre ‘ter compromisso com’ e ‘ser igual a’: um ensinamento da antropologia sobre alteridade, muito importante para a ação política educativa que nós tivemos oportunidade praticar. Digo ‘nós’ porque outras pessoas também fizeram uma trajetória assim. Nunca parei para refletir teoricamente a respeito disto, mas é algo interessante para ser analisado: como você vai refle-

tindo, como vai recompondo, através da análise, aquilo que vem de uma matriz política ideológica cristalizada, que vem de uma organização com sentido de partido; fazendo determinada escolha profissional, mas com uma visão crítica da qual se extrai também algum tipo de ensinamento para a trajetória profissional; você vai aplicando e revendo suas decisões. Tem algo assim na minha trajetória pessoal que considero foi o meu aprendizado. Lembrando pequenas coisas que fizemos até junto com o CEDI, com a CUT, lá pela década de 1980, na área de formação, dá para ver isso. As reflexões sobre a concepção de formação sindical eram eivadas dessas leituras da crítica basista.

A Oposição Sindical de São Paulo também influenciou nesse processo? No início, a FASE tinha uma presença sindical na sua composição, não é?

Tinha. Depois, em algum momento, teve uma ruptura, por ocasião dos eventos de 13 de maio. A certa altura do caminho a leitura de Gramsci foi essencial e fez a diferença a meu ver. Porque nossas reflexões tinham um pouco esse sentido de analisar criticamente a visão muito colada no que o povo pensa. E Gramsci ajudava a pensar isto com a noção de diferença entre senso comum e bom senso, com a concepção acerca da função do intelectual orgânico. Mas era difícil. E era preciso trazer outros conteúdos para as atividades de formação que, muitas vezes, eram baseadas numa repetição do que dizia Lênin, do que dizia Kautsky, sobre a revolução russa. Eu também fui fruto disso. Minha dissertação de mestrado foi meio colada nessa leitura sobre diferenciação do campesinato. Na verdade, eu acho que fui fazendo algumas reflexões e fui mudando muito no meio da história. Porque a gente vai aprendendo muito, vai mudando e vai influenciando. Essa dialética é que é interessante. Então, eu era, ao mesmo tempo, uma leninista meio aferrada numa leitura sobre o campesinato; no segundo momento, já era crítica disso. Fazia uma leitura mais gramsciana e criticava os colegas da FASE que às vezes organizavam um curso de formação muito centrado nessas leituras.

LIDANDO COM A PLURALIDADE PARTIDÁRIA

E a relação da FASE com os partidos políticos, comunistas, era de diálogo, ou mais crítica?

Na FASE havia historicamente pessoas de vários partidos.

Como é que vocês lidavam com pluralidade?

Isto foi objeto de muita reflexão. O ponto básico era que não nos cabia, dentro da FASE, cercear o direito de cidadãos e cidadãs de se engajarem em

partidos e em organizações populares. Houve um momento na FASE em que havia técnicos que faziam parte da direção de associação de moradores, da FAMERJ. O que nos interessava era trazer o conteúdo daquelas pautas e ver a implicação daquelas pautas para a educação sociopolítica, a educação popular. Isso era o que nós fazíamos, e em torno disso havia muito embate. Porque, por um lado, tínhamos pessoas com trajetória mais próxima do Partido Comunista e, por outro, os que vinham de uma militância e influência da Igreja, cujo pensamento repercutia nesses cursos de formação.

E como vocês lidavam com o proselitismo político no processo de formação?

Nas atividades de formação da FASE as regiões possivelmente convidavam de acordo com suas afinidades. A gente sabia, aqui, acolá, quem estava ligado a que partido. Mas não havia preocupação acerca de estar havendo arregimentação das pessoas por esse ou aquele partido. A FASE sempre teve muito clara sua missão de educação popular.

Esse debate sobre formação foi na década de 1980?

Foi. Eu entrei na FASE em 1978, e quando se criou o PT, muitos de nós se envolveram. Mas a passagem anterior pela Comissão Pastoral da Terra foi muito importante, porque a gente exercitava essa função de educadores populares – além de ter um pouco de pesquisa, também tinha essa prática da educação popular. Para mim, particularmente, foi muito importante ter acompanhado de perto conflitos tensos aqui no litoral sul do estado...

Litoral sul que você fala, aqui no Rio de Janeiro?

Sim. Angra, Paraty. E aí a gente era mesmo um pouco pesquisador e um pouco militante. E os trabalhos junto à Comissão Pastoral da Terra tinham muito de militância, como por exemplo, de ir para as manifestações. Hoje, costume dizer que ninguém sabe que por atrás do nome pomposo do Condomínio Porto Galo existiu, antes, Itapinhoacanga! Uma comunidade de pescadores, de caixaras, que foram expropriados para dar lugar a um projeto de condomínio de turismo. A última vez que eu fui àquele lugar fui com um padre da CPT - entramos passando quase que por um corredor polonês, porque eram guardas armados. Eles não só impediam de entrar, como de sair de lá. Eu entrei porque estava acompanhada do frade, e íamos fazer uma celebração. Acabou não ficando mais ninguém, porque era uma perseguição terrível...

A QUESTÃO DE GÊNERO NA FASE

Como a FASE tratava a questão de gênero?

Essa é uma questão interessante, porque a FASE não tratava do tema, e nem eu. É bem interessante porque eu sou de uma geração que apostava que as grandes mudanças na sociedade socialista resolveriam essas contradições, essas formas de subordinação da mulher. Eu me lembro de que foi então no final da década de 1980 que nós começamos a pensar sobre outras formas de subordinação que não eram atravessadas pela luta de classe. Foi exatamente no final dos anos 1980 quando nós lemos um livro chamado *Quando novos personagens entram em cena*, do Eder Sader. Estava nascendo a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, e isso contribuiu para interações entre as organizações dessa natureza. Como a FASE estava engajada na criação da ABONG, começa a desenvolver diálogos com organizações ligadas ao Movimento de Mulheres: SOS Corpo, a SOF (Sempreviva Organização Feminista). Tivemos as primeiras discussões sobre as várias formas de subordinação das mulheres e desigualdades de gênero. Iniciamos então um programa conjunto apoiado por uma organização de cooperação internacional: era a FASE, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o Centro Luiz Freire (CCLF) - com o apoio do SOS Corpo. Foi a partir desse momento, com esse programa de formação em gênero, que a FASE começa a dar um tratamento à situação das mulheres, tanto no campo como na cidade. E isso foi gerando várias iniciativas. Como a FASE tem também um Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, foi decidido que esses fundos seriam destinados aos grupos de mulheres, e isso foi bastante importante porque, com as mudanças de orientação na cooperação internacional, faltavam recursos para essas ações de organização das mulheres. Naquela época, não existiam outros fundos como hoje: aqui no Rio de Janeiro tem o fundo Ângela Borba; hoje, existe uma Secretaria de Políticas para as Mulheres. Estou falando de um tempo em que não tinha nada disso.

O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS

É também nesse período que começam a surgir os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil?

Naquela época era a ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais). A FASE contribuiu muito para a renovação do movimento sindical, mas a FASE não está na origem da formação da ANMTR. Por outro lado, a FASE ajudou a criar uma rede de mulheres na Amazônia chamada Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais, uma articulação que por sua vez vem de

um movimento de mulheres do nordeste paraense. Então, regionalmente, houve alguns apoios da FASE que acabaram depois ganhando essa expressão mais regional de alguns movimentos. Nessa ocasião aconteceram muitos debates no interior da FASE. É desafiador enfrentar a questão de gênero, porque isso significa uma mudança também no comportamento, uma mudança de valores, e é um engajamento que requer um envolvimento em vários níveis da vida. Algumas vezes fizemos análises bem interessantes porque nos demos conta de que grande parte das equipes era coordenada por mulheres, enquanto nas coordenações regionais estavam os homens. Facilmente chegamos à conclusão de que o poder de coordenação das equipes era pequeno. À medida que a FASE foi incorporando essa perspectiva, a análise começou a ficar muito presente, tanto do ponto de vista da percepção sobre como se manifestam as relações de poder na instituição, quanto também no caráter do trabalho que é feito com campesinato e as organizações nos bairros. Com isso, alguns instrumentos de diagnóstico foram se modificando, não só na FASE, mas em organizações que trabalham na perspectiva agroecológica. Os agrônomos, mesmo as agrônomas, chegavam a uma propriedade e os chamados diagnósticos rurais participativos não necessariamente envolviam as mulheres na mesma proporção que os homens. Você passa a observar e analisar criticamente todas essas iniciativas. Por exemplo, eu me lembro de um debate de uma organização do campo agroecológico sobre sementes crioulas, no qual nós acabamos percebendo que a ausência das mulheres impedia identificar que algumas variedades, que se supunham já erodidas, existiam, mas elas eram escolhidas exatamente para alimentação, para cozinhar. E à medida que as mulheres passam a ser convidadas para esses espaços, vieram à tona outros descritores sobre as variedades das espécies. Vamos dizer, então, que o tema foi ganhando lugares diferentes dentro do trabalho, dentro da dinâmica institucional. Ainda temos muitos passos a trilhar. As mulheres vão se organizando no campo e, para vencerem essa batalha tão pesada na sociedade patriarcal, é importante ter direito ao controle do seu próprio recurso, ter uma conta bancária. Enfrentar essa divisão sexual do trabalho não é fácil.

A CONVIVÊNCIA COM RAIMUNDO

E o Raimundo? Quando foi que as trajetórias políticas de vocês se cruzaram?

Conheci o Raimundo aqui no Rio. Depois que nós começamos a namorar eu descobri que ele tinha sido preso junto com o Alfredo Wagner. Ficaram juntos na mesma cela por um tempo. Tanto que o Raimundo se emocionou muito quando foi rever a família do Alfredo lá no sítio, em Leopoldina. Ele tinha visto aquele povo todo, as irmãs, visitando o Alfredo, ainda pequenas.

Eu conheci o Raimundo em 1976. Ele era amigo do Jorge Eduardo Saavedra Durão, e foi através do Jorge que eu o conheci. Começamos a namorar em 1976 - 1977 e em 1978 fui viver com ele.

O encontro com Raimundo teve alguma influência na sua perspectiva política?

Não, não teve. O Raimundo teve outra trajetória de militância do ponto de vista da participação em organizações da esquerda na luta contra a ditadura.

E uma das discordâncias que eu tive com o Raimundo foi em relação à intolerância política de conviver com as várias tendências. Eu era a favor de continuarem, porque a gente estava acabando de sair de uma ditadura, e achava que um partido tinha que ser o lugar em que, como dizia Mao, 'floresçam mil flores'.

Agora, o Raimundo ficou conhecendo também esse mundo das organizações a partir do meu trabalho, da minha inserção, e ele admirava muito o CEDI, IBASE. Depois, quando nasceu o Koinonia, ele foi lá assessorar. Houve um momento em que ele saiu do PT para o PSB, porque ele tinha discordado do segmento majoritário do PT. Na verdade, o Raimundo era mais um homem de partido do que eu.

Essas coisas partidárias pegavam na veia dele.

Ah, pegavam mais nele do que em mim. Minha militância no PT também teve sua dificuldade. Eu decidi que o meu lugar de militância era a secretaria agrária do PT, que eu ajudei a criar. E a partir de um determinado momento, começaram a nos dizer que a secretaria agrária era da pequena burguesia; que a secretaria agrária tinha que ser de camponeses. Nós fomos perdendo esse lugar. Eu me lembro que o Apolônio de Carvalho era um defensor incondicional da secretaria agrária funcionando com a nossa participação.

E outros diziam que não, 'os camponeses não estavam na secretaria agrária, que história era essa?'. E a gente se movimentando. E era assim que a gente construía o partido, com muita disposição. Toda vez que eu passo em frente ao Clube Gurilândia... como passei outro dia, com alguém que foi dessa época também, e a pessoa disse: 'Ô Maria Emília, você se lembra da festa que a gente fazia do PT, da secretaria agrária, para arrecadar fundos, no Clube de Gurilândia, aqui em Botafogo?'. E eu era muito obstinada, porque acho que tem que ter escolhas na vida, e tem que ter causas claras também.

Eu achava que era possível fazer alguma coisa. A primeira reunião do PT que coordenei foi em Parati, no Campinho da Independência, que hoje é uma área quilombola, assim reconhecida em 1999. Mas fiquei sem lugar no PT, porque, na verdade, acabei escolhendo seguir um caminho que tem sentido político na minha ação profissional. Mas o PT ficou também no meio do caminho.

O PT ficou no meio do caminho, ainda no período da ditadura, nos anos de 1980?

A secretaria, esse período aí - 1982, 1983. Depois dos anos de 1990, para usar a terminologia do tempo, eu era a massa do PT. Tinha outras reuniões, mobilizações, passeatas, debates. Eu ia às reuniões, mas sem um lugar determinado de militância. E em 1989, no período da disputa presidencial, participava de reuniões mais amplas.

A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS COLETIVOS

Com o final da ditadura e com a discussão da Constituição de 1988, você sentiu alguma mudança no seu trabalho na FASE?

Muito engajamento na busca de assinaturas pela inclusão da proposta de expropriação de terra - em caso de existência de trabalho escravo; muito debate pela reforma agrária, no período da Constituinte; muita palestra e atividade de formação. E acabei escrevendo o artigo 'O joio e o trigo' que saiu depois em uma publicação do MST.

Esse grupo da FASE que tinha você, Jorge Eduardo, a Leilah Landin, era um núcleo de pesquisa?

Isso. Também o Ricardo Abramovay fez parte do grupo por um tempo; o José Ely da Veiga que participou da pesquisa sobre o processo de assalariamento.

E o Miguel Pressburger, pela CPT?

Ah, sim, Miguel Pressburger era da CPT, e depois a FASE ajudou a criar a AJUP (Apoio Jurídico Popular), que eu também ia muito lá para as discussões que eles faziam.

E a chegada dos anos de 1990?

A entrada dos anos de 1990 tem pelo menos duas grandes questões. A FASE historicamente sempre teve uma reflexão crítica sobre a concepção do desenvolvimento, os rumos do desenvolvimento. Mas, no início dos anos de 1990, houve, de um lado, um aprofundamento do debate sobre o que nós chamamos de construção dos sujeitos coletivos no país - essa discussão veio muito forte dos anos de 1980 -, sobre o papel da classe operária e sobre o papel do campesinato.

A FASE foi sempre movida por essa discussão. 'Mudança social' talvez seja uma das expressões mais recorrentes na história da FASE. E o que é agregado a essa discussão dos anos 1990 é, como eu disse, a leitura sobre os sujeitos coletivos. É quando a FASE começa a entender que também existem outros tipos de contradição na sociedade que não estão dados pela estruturação em classes,

mas que também movimentam a sociedade. O papel das mulheres na luta contra as formas de dominação, o papel do movimento feminista na história e as questões étnico-raciais. Tudo isto começa a ganhar expressão nos debates sobre os sujeitos coletivos. E eu fiquei muito mobilizada.

Talvez esse tenha sido o momento na minha vida em que eu me dei conta sobre a minha história pessoal. É uma história de busca da afirmação da minha identidade. Quando saí trabalhando pelo Brasil, eu fui a única mulher em alguns lugares, e me dei conta de que eu tinha sido bastante ousada, e até rebelde, muitas vezes, mas sem compreender o papel da luta das mulheres. Esta foi uma leitura mais teórico-política, que me fez aproximar e me interessar por ler e escrever um pouco sobre a vida das mulheres no campo. Fiz alguma incursão nesse sentido. Eu me lembro que nessa época, no PT, as mulheres, como Ângela Borba, por exemplo, me chamavam para fazer parte do grupo de mulheres do PT, mas eu era meio arredia, na verdade porque o que eu queria era militar na secretaria agrária do PT. Esse era o meu lugar, e fiquei muito triste, muito angustiada quando deixei de ter esse lugar como espaço de militância. A verdade é essa. Mas, nos anos de 1990, esse debate sobre o papel das mulheres me mobilizou muito politicamente, e fui me aproximando do movimento feminista. E esse foi um debate muito forte dentro da FASE - sobre qual era o nosso papel em relação aos valores e comportamentos internos e também junto aos movimentos sociais.

Você disse que ficou muito angustiada quando deixou de estar dentro...

Eu fui da secretaria agrária. E me chamaram para ir para a das 'mulheres do PT', do movimento, mas eu não estava muito mobilizada para isso. Queria continuar na secretaria agrária. Acabei não indo para as 'mulheres do PT' e ficando sem lugar. Fiquei angustiada porque a militância em que eu estava apostando naquela época era uma militância partidária, além da profissão. Bom... mas então nessa volta aos anos de 1990, esse debate sobre os sujeitos coletivos ganhou uma expressão muito grande na FASE, e também começou a se desenvolver uma visão mais socioambiental, que também tinha sua importância nesse no final dos anos de 1980. A FASE abrigou um projeto muito interessante - o Projeto de Tecnologias Alternativas, que está na base da criação de uma rede. Isto ajudou a impulsionar o debate sobre alternativas no campo, incorporando a visão ecológica que depois foi dar origem à Articulação Nacional de Agroecologia. E eu acompanhei esta importante história...

A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

O que era a Articulação?

A Articulação Nacional de Agroecologia foi criada em 2002. Hoje é formada por ONGs e movimentos sociais. É uma articulação bem ampla: lá estão a CONTAG, FETRAF, Movimento de Mulheres Camponesas, a Via Campesina, e algumas articulações regionais como a Articulação do Semiárido.

Quem patrocina?

Na sua origem, as Agências de Cooperação Internacional deram apoio para que ela se ampliasse, para que se realizasse o I Encontro Nacional de Agroecologia, que foi em 2002. E hoje ainda tem apoio de agências de cooperação da Alemanha e de outros países.

Mas não podemos perder de vista nessa história o processo de mobilização pela segurança alimentar e nutricional. Na década de 90 cria-se o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

NO CONSEA

Quem estava na origem do Fórum?

Na origem do Fórum estava o IBASE, mas tinha também representantes de universidades e alguns movimentos, que são outras forças interessantes. São tanto organizações que estavam mais dispersas como também representações do campo, ligadas à questão da nutrição, dando origem a esse Fórum. E esta passa a ser outra causa que vai sendo incorporada à perspectiva de ação política da FASE.

Eu estou desde então na Articulação Nacional de Agroecologia. Estou já há alguns anos na Coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi o Fórum que me indicou, e foi através do Fórum que eu cheguei ao CONSEA, em 2004. E foi o Fórum que indicou o meu nome para a presidência do CONSEA, e os movimentos acolheram em 2012. Hoje, eu sou presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, até 2016.

Estamos pensando no que você está falando. Tudo costurado. Incrível!

Vocês vejam que a vida se faz por ciclos. Porque eu relutei muito em aceitar esse cargo. Tinha sido chamada um ano antes para a Secretaria de Agro Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, e não aceitei. Mas, um ano depois, com relação a essa indicação, eu pensei muito: Por que não? É uma tarefa complexa, mas é importante também.

[...]

REFORMA AGRÁRIA E DIREITOS TERRITORIAIS

Agora, na minha trajetória, é o seguinte: eu continuo sendo uma das pessoas que sigo pautando a questão da reforma agrária e também dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Isso é muito interessante: quando fizemos o Encontro Nacional de Agroecologia, eu ajudei a organizar esse debate. Mais recentemente, em 2011, a Articulação Nacional de Agroecologia organizou um encontro que se chamou ‘Encontro de Diálogos e Convergências’, juntamente com a Rede de Justiça Ambiental, Fórum da Economia Solidária, Movimento Feminista, Fórum da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Foi um encontro bem interessante, e eu ajudei a fazer o termo de referência, a organizar o debate sobre reforma agrária e os direitos territoriais. Então, isso vem acompanhando a minha história, e foi por isso também que na posse, lá no CONSEA, eu não deixei de fazer referência, especialmente devido aos retrocessos que estão ameaçando os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, dos camponeses e camponesas.

Realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 09/01/2013,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici.

Cláudio Nascimento

LEMBRANÇAS DOS TEMPOS DE MENINO

Eu nasci em um domingo, às 18 horas, no Brejo da Madre Deus, cidade pequena que dificilmente você encontra no mapa. Fica entre o semiárido e o sertão - Caruaru seria a cidade de referência mais próxima. Brejo significa oásis em árabe. Então é uma terra com muita água, era um vale, no meio de montanhas, rios - muita fruta. As frutas de lá eram famosíssimas. Você ia para Recife na feira, o pregão era ‘manga do Brejo da Madre Deus, pinga do Brejo da Madre Deus’. Todo mundo dizia, bom, essa é a melhor que existe.

Era quase um oásis, um paraíso. Então, foi uma infância muito boa, solto na rua, cidadezinha pequena. Meu pai era um camponês. Depois ele conseguiu vir para a cidade. Naquela época, gente do campo ou ia para as Forças Armadas ou ia estudar para ser padre. Ele foi para um Seminário em Garanhuns. Ele e um primo dele que chegou a ser monsenhor em Bezerros, e tornou-se o dono de Bezerros. O meu pai era viciado em baralho, então, à noite, ele pulava o muro e ia jogar. Um dia, não tinha mais nada para perder, apostou a batina. Perdeu a batina e voltou de cueca. Quando pulou o muro, foi pego do outro lado. Aí, o expulsaram do Seminário.

No Brejo, ele tinha um pequeno comércio de tecidos. Vendia a varejo. Naquela época, você não tinha nada industrializado, então as pessoas chegavam e compravam um metro disso ou daquilo. A loja dele era de tecidos para roupa, para fazer toalhas, essas coisas... chapéu, que vinha numas caixas redondas... Todo mundo usava chapéu - chapéu para o sol, guarda-sol e sombrinha. Ele tinha esse negócio, e minha mãe era uma dona de casa. Os pais dela descendiam de portugueses.

Meu avô tinha uma mercearia onde vendia muitas coisas: feijão, arroz, bacalhau, sardinha. Era analfabeto, era pedreiro, trabalhava no cemitério até às 18 horas, porque disse que depois apareciam as almas. Disse que um dia viu uma mulher de preto andando, às 18h e 15 min, e então saiu correndo feito um louco. José Binga (não sei porquê o Binga, até hoje) tinha esse tipo de mercearia e fazia aguardente de raízes. Toda semana experimentava cada uma das várias garrafas que fazia - dizia que não bebia. Mas ele morreu disso, com diabetes e sem o médico saber. O médico, disse: ‘O senhor bebe?’ ‘Eu não

bebo'. Até que um dia o médico perguntou: 'Em que o senhor trabalha?' Aí, ele explicou: 'Toda semana eu faço umas dez, quinze garrafas de cachaça de raízes e eu experimento uma lapada de cada uma'. Os camponeses adoravam estas cachaças.

O Brejo era basicamente isso, tinha um cineminha... Meu pai gostava muito de ler. Veio do campo, e eu não sei por que era o cara que rodava os filmes. Adorava cinema, e a gente ia ao cinema duas vezes por semana. Era a grande distração. Tinha filme que às vezes ficava 3, 4 meses. Era o maior sucesso. Classificávamos os filmes: filme de guerra, policial, faroeste - era o que a gente mais adorava -, e eu, na época, torcia pelos índios, adorava os apaches; e filme de amor - que a gente não gostava -, principalmente se fosse musical. Não tinha televisão, a cidade tinha rádio.

Quando foi isso?

Nasci em 1950 e fiquei no Brejo até 1960. Foram 10 anos muito intensos. À noite, era ir para rua, brincar (jogava bola feito um louco), tinha o colégio... Quando meu pai comprou uma casa bem grande, botou o negócio dele, então já éramos... nós somos cinco, três irmãs, dois irmãos, eu sou o segundo, quatro. Não tinha condição. Era um atrás do outro, todo ano. E ele disse: 'Bom, vamos pegar o Cláudio e exportá-lo para o sítio'.

COMO UM MACUNAÍMA, NO SÍTIO DA AVÓ

Fui banido para esse sítio Amaro, para ficar com a minha avó, mãe de meu pai, que morava lá com as filhas dela. Aí a vida foi bem melhor! Tipo um Macunaíma, cabelo comprido, não cortava o cabelo, de timão - timão é tipo uma camisola sem cueca -, uma sandália de cangaceiro e uma peixeira para cortar fruta. O sítio era uma riqueza. Uns cem tipos de manga, de caju, o que você imaginar tinha. Ficava com os filhos dos moradores, com os camponeses, o dia inteiro. Era sair de manhã... tomava café com a avó e as tias solteironas... mandavam eu sair, eu ia jogar bola, tanger gado, ovelhas, ir para o rio tomar banho. Voltava para o almoço e depois do almoço ia outra vez para essa vida de Macunaíma. Aí, uma tia que era professora dos camponeses reunia esse pessoal à noite, no casarão, para contar história, alfabetizar... Eu ficava também assistindo, escutando aquelas histórias. Ela era artesã também. Fazia umas bonecas para vender na feira. Então a vida ali foi basicamente essa, alegria o tempo todo. No sábado, um morador ia para a cidade num cavalo com caçuá, meus pais mandavam coisas, macarrão, refrigerante Crush, bolacha... porque isso a gente não tinha.

Lá tinha o básico. Minha avó me deu um roçado. Eu vivia trabalhando com eles - não trabalhar por trabalhar-, era lúdico aquilo, colher o feijão, colher o arroz, botar para secar, ensacar, ir para a casa de farinha, tirar a mandioca... Ela me deu um pedacinho de terra para plantar mamona. Era só você jogar, aquilo nasce por conta. Aí eu vendia, ganhava um dinheiro com aquilo. De vez em quando, vinha o seu Laurindo, um cara com as unhas imensas, que fazia o jogo do bicho. Um dia, joguei um cruzeiro, joguei no macaco - dezessete, se não me engano -, e ganhei um cruzeiro. Foi uma festa aquele negócio, era mágico aquilo...

Com as minhas tias era assim, sentavam as pessoas na mesa, elas riscavam um fósforo e o punham dentro da xícara de café, formava uma imagem, então era o bicho que iriam jogar; ou começavam a contar os sonhos: 'Ah, eu sonhei com isso...', jogava todo dia, todo dia o seu Laurindo passava e elas iam fazer uma fêria, era um negócio que fazia parte. Na festa de São João era uma loucura de assar milho. Quando tinha casamento dos camponeses era uma festa, aquele forró, xaxado, arrasta pé e eu ia como filho do seu Zizi - era o apelido de meu pai. Foi um período que me marcou muito mesmo.

'TINHA QUE ESTUDAR, TINHA QUE SER DOUTOR'

Como era a escola?

No Nordeste, o estudo começava com 7 anos. Eu tinha um irmão que tinha 5 e eu tinha 7. Então, resolveram que eu não ia entrar com 7, porque eu ia entrar com o meu irmão. Me botaram para estudar em escola particular, com pessoas que davam aula na cidade e tudo. Aprendi a ler na cartilha da *Sarita* e em gibis e fotonovelas de uma prima. Esquema rígido. O que eu apanhei de palmatória! ... Fiquei esperando dois anos até o meu irmão fazer 7. Então, fomos para o grupo escolar. O problema é que no primeiro ano ele foi reprovado. E me marcou muito. Aqueles dois anos iniciais - eu já sabia aquelas coisas -, aí virei um bagunceiro completo. A transferência do sítio para a cidade foi um trauma. Eu não queria vir, mas a minha avó estava muito doente. Foi no carnaval que eu cheguei à cidade, e me levaram ao barbeiro. O cara cortou meu cabelão imenso, com aquelas máquinas que davam aquele beliscão no teu pescoço e fiquei enlouquecido, passei a odiar Carnaval.

Entre os seus pais nunca houve dúvida que vocês tinham que estudar?

Tinha que estudar, tinha que ser doutor. Para o meu pai, isso era fundamental. Tanto que saímos do Brejo porque a minha irmã mais velha acabou o primário, e lá não tinha ginásio.

A tua mãe também...

Minha mãe estudou nessas escolas privadas, para fazer o primário. Uma letra maravilhosa... mas era só isso. Fez o primário como o meu pai. Aprenderam a ler e a escrever muito bem. No Seminário, meu pai se interessou pelo estudo de história, Revolução de 1930. Era todo empolgado por história, conhecia história mesmo de outros países. Nós saímos - deve ter sido em 1960 -, para Bezerros, onde estava o primo que estudou no seminário com meu pai. Lá ele era famoso. Chegamos num dia que tinha uma festa na cidade. Bezerros parecia ser uma cidade interessante, mas quando não tem festa é uma cidade assim de uma tristeza... e com seis meses, minha mãe não aguentou: 'O pessoal só vai para rua ou dia de feira ou para ir para a missa'. E aí meu pai disse, 'Bom, vamos então sair daqui. Vamos para Caruaru porque é uma cidade maior'. Porque meu pai vivia lá, e a loja ficou no Brejo, e ele tinha aquele vai e vem, muito cansativo, uma vida muito dura. E a minha mãe cuidava da casa, tinha uma empregada - uma ex-escrava, era uma preta velha... nós fomos criados por uma preta velha. Tomava uma cachaça louca... ficava tomando conta da gente completamente bêbada... era Marica o nome dela.

Mas, em Bezerros, o que me marcou muito era que a gente morava ao lado de uma casa mal-assombrada. Eu me lembro de meu pai, de noite, com uma peixeira... tinha um barulho, almas penadas: 'Bom, o que ele vai fazer com a peixeira?' Mas aí fomos para Caruaru. Chegamos no ano da Copa no Chile que o Brasil ganhou. Foi em 1962, me lembro da comemoração. Quando eu morava no sítio, me lembro da de 1958. Uma prima minha trouxe - não sei se era a *Manchete* -, que tinha o retrato do time. Me lembro que era uma foto lindíssima dos caras de 58, e desde essa época me apaixonei por futebol, jogava muito lá na cidade, na rua, vivia jogando... o recreio era basicamente futebol, não tinha outra coisa.

NO BREJO

No Brejo, poucas pessoas tinham rádio, e meu pai tinha um rádio. E tinha um sr. Abílio, que era um coronel da cidade e tinha um parentesco com o meu pai. Ele tinha duas características: tinha um rádio imenso e depois passou a ter televisão. Mas televisão era lá num quarto, e um pistoleiro na frente com um rifle. Se alguém fosse ver a televisão dele, ele mandava atirar.

Era muito forte a religião católica. Meu pai tinha uma época que era Mariano, era militante mesmo daquele negócio e levava a gente, forçava ir às procissões. Eu tinha raiva de procissão, porque tinha que acompanhar a cidade toda naquela naquele negócio, depois que beijava aquela estátua de madeira, do Cristo, entende? ... fui tomando raiva; eu ficava bravo com aquilo. E o padre era vizi-

nho nosso; era um corrupto, roubava as galinhas da minha mãe, que passava para seu quintal. E minha mãe brigava com ele, chamava-o de ‘ladrão de galinhas’, que pegava as galinhas para dar para sua namorada. Esse padre também recebia alimentos da campanha dos EUA, a ‘Aliança para o Progresso’. Vendia o melhor para os comerciantes locais, inclusive para a mercearia de meu avô, e o resto dava para os camponeses. Essa foi minha educação religiosa.

No Brejo, tinha duas oligarquias que faziam as festas. No São João tinha uma quadrilha de um grupo e uma quadrilha do outro. Era coisa braba... Me lembro a campanha presidencial do Lott, do Jânio (espada, vassourinha) ... Tinha uma oligarquia com um, e outra com outro. E tinha as disputas, a coisa da política, porque os dominantes da época contrataram um matador de cangaceiro chamado Cafinfim, um índio, uma figura imensa, com dois metros, com aqueles cinturões tipo do Zapata. Devia ter duas pistolas e uma faca, e todo mundo morria de medo do Cafinfim. Quando tinha comício do outro grupo, ele juntava uma tropa - isso em frente da casa onde a gente morava -, no centro. E foi muito marcante também, porque, no Brejo, o farmacêutico era o pai do compositor Luiz Gonzaga. Então, quando dava o São João, Luiz Gonzaga ia para lá, ia o Zé Dantas, o filho do dono da farmácia... E houve uma noite que foi muito interessante, porque a família Dantas estava do lado da oligarquia que estava por baixo, e chega Luiz Gonzaga para fazer o *show* dele. O padre não quis ceder o salão paroquial, nem o prefeito. Aí os Dantas botaram um caminhão de boleia e carroceria no meio da cidade, à noite, Luiz Gonzaga se instalou com o cara da zabumba e do triângulo e botaram o aparelho de som, e o mundo todinho da redondeza desceu. Foi um negócio assim de louco. Era a rua toda ocupada.

A VIDA EM CARUARU

E Caruaru?

Eu estava então com 11 anos de idade. Em Caruaru também era o colégio, muito futebol de botão nos bairros e muita várzea. Comecei a jogar futebol. Estava entre os cinco melhores jogadores de ‘pelada’ de Caruaru, meio de campo, uma mistura do Gerson e do Sivori... driblava feito um louco, era o ‘fominha’, individualista. Montamos o Rui Barbosa Futebol Clube do bairro, da rua Rui Barbosa. E o meu pai, nessa época, trouxe as irmãs, porque achava que a família tinha que estar toda junta... Jogar futebol de manhã, o colégio à tarde, e à noite, futebol outra vez, o tempo todo, o tempo todo, e ouvindo rádio.

Lá, meu pai deu uma melhorada de vida e comprou televisão, geladeira... essas coisas na época não eram fáceis. Meu pai deixou a loja do Brejo com um tio da minha mãe, e o tio deu uma de corrupto, enrolou meu pai; e meu pai saiu

emprestando dinheiro para os comerciantes... E em 1968, bateu aquela crise toda e ele perdeu praticamente tudo. Já tinha a casa comprada, já tinha vendido a do Brejo para um parente e teve que abrir um boteco, tipo um bar, que era onde vendia cachaça - tipo uma mercearia. Isso foi um recuo em relação à situação de quem tinha uma loja e que podia ter tido uma farmácia.

E com relação à política?

As coisas da política começam mesmo em Caruaru, porque eu via muito meu pai escutando os noticiários nacionais no rádio. Aí veio a queda do Jango, aquelas coisas, e eu nunca esqueci: Arraes, o Mauro Borges em Goiás... Me lembro quando deu a notícia, em 1965, de que ele foi cassado e meus pais comentavam muito. Era rádio, não era televisão. Antes de 1964, estava no colégio em Caruaru, e um dia chegou um padre e duas freiras... e junta o colégio todinho para falar de Cuba - eu nem sabia o que era Cuba... 'Porque em Cuba...' Aí... botou umas fotos, tinha lá uns bandidos, uns terroristas, eles entram na igreja e degolam com a foice a cabeça da freira e do padre. Para nós, que estávamos acostumados com os americanos no faroeste matando os índios, aquele negócio era meio fantástico. Em 1962, eu me lembro, no Brejo, com os meus primos e os meus pais, discutindo a crise dos mísseis em Cuba. Isso foi me marcando muito.

A FEIRA

Caruaru foi um contraponto à vida que eu vivi de fartura. Caruaru tinha uma feira famosa. Aquela feira me marcava muito... ali era outro tipo de campônês. Podia até ter as mesmas condições, mas era um pessoal que não tinha para onde ir. A feira era na rua do Comércio, um negócio imenso, e o que você via era a miséria do pessoal que vinha do campo. Eu ia para a feira com o meu pai. Cinco da manhã pegava um carrinho e ia fazer a feira. Eu adorava, porque na feira tinha os cantadores, vendia-se muitas coisas boas, um sorvete com gelo ralado com essência de frutas (coco, morango), cachorro quente - que não é esse troço de hoje, era pão com carne moída muito boa -, caldo de cana, tanajura torrada - aquela formiga da bunda grande. Eu ia para lá, para cá, ficava vendo aquelas coisas, e isso me deu um sentimento de rebeldia fora do comum. Me lembro que a minha mãe me deu um casaco bonito para frio e eu não conseguia andar com aquilo... E passei a frequentar também o espiritismo. O negócio começou a me chamar atenção, tinha uma biblioteca municipal e era uma loucura de livro. Aí comecei a ler. Me lembro: era Kafka, Freud, Dostoievski e Tolstoi, e começou aquela coisa de ler. Não era ainda político nesse sentido, era literatura. Ia ao Kardecismo e lia Freud e Kafka. Dava um nó na cabeça. Saí do espiritismo.

Você estava com 15 anos?

Quatorze para quinze. Vivia na biblioteca de manhã e continuava jogando futebol, futebol de botão, e colecionando o que seria a *Placar* da época, a *Revista de Esportes*. Era fanático pelo Santos, Pelé e Garrincha. Era fã do Pelé. Meu negócio era ser um Pelé na vida. Tinha um caderno em que eu anotava todos os gols do Pelé. Tinha um time de botão, e como não tinha mais como arrumar botão, a gente fazia de vidro... e surgiu uma ideia de pegar tampa de garrafa - a tampa bem lustrada, cortava a cabeça, botava em cima daquilo -, e ficava jogando, e muitas vezes, jogando sozinho. Tinha cinco times da Itália, eu nem sabia onde era a Itália, mas tinha o Milan, o Fiorentina, a Inter, o Roma e mais um outro, Juventus. E também times de outros países. E, de vez em quando eu fazia um campeonato e jogava sozinho; de vez em quando, a gente disputava botão no bairro. Eu sei que fui campeão uma vez.

O GOSTO PELA LEITURA

Caruaru me marcou muito por aquela miséria, e em 1965, meu pai me botou no colégio estadual, que já tinha uma agitação danada. Tinha uma certa abertura, e eu baixei numas livrarias, e eles desentocaram tudo que estava proibido. Uma das primeiras coisas que eu fiz foi comprar uns doze volumes da Brasiliense, do Caio Prado Junior. Fui lendo todinho. Aí começa a surgir Luckács, e eu comprando... Comprei uma estante de vidro e comecei a botar livro de marxismo na cozinha! Nesse colégio, fiz uma amizade com um tal de Paulo e ia estudar na casa dele. O pai dele era um famoso advogado, extremamente reacionário, mas tinha uma biblioteca de milhares de livros, tudo do Marx, do Lenin. Esse período foi muito isso... conhecer esse cara foi bem importante para mim. E quando eu entro no curso científico, 1965-66, aí tinha muita agitação no colégio, e em 1967, essa coisa cresceu de uma maneira assustadora.

Vocês tinham contato pelo rádio com o movimento estudantil do Rio e de São Paulo?

Não. Tinha uns caras, possivelmente militantes, que circulavam. Em 1965, fiquei na segunda época em matemática, e me botaram para estudar em particular com o professor Aderito, para fazer a prova depois. E deu um estalo. Gostei do cara e cheguei a ponto que, depois de um mês, eu estava ensinando junto com ele. Virei um geniozinho de matemática e física.

Em 1966, no colégio, a turma do primeiro científico tinha militantes de esquerda. Conheci alguns. Em 1966 - 67, comecei a fazer amizade com um deles. Chamava-se Jovenildo. Era dois anos na minha frente e lia muito, e tinha uma rebeldia fora do comum. À tarde, a gente ia para o centro da cidade, ficava atrás

de umas bancas. Ali eram notícias de Che Guevara, Marighela... Era onde reunia a turma toda - Caetano, a música popular brasileira, aquela música do Canudo, do Martinho da Vila, os festivais -, tudo passava por ali. De manhã, ia para a escola, e à tarde, ficava naquela bagunça. O pessoal falando disso e daquilo, e você vai se inteirando das coisas.

O Jovenildo, em 1967, já estava ligado à Corrente Revolucionária, que juntava o que formou a ALN (Aliança Libertadora Nacional), o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Todo mundo ainda estava junto. Em 1967, foi muita manifestação na rua, briga com a Tradição, Família e Propriedade no centro de Caruaru... era um quebra-quebra!. Deu uma briga, a gente dava um jeito de se safar daquelas coisas, e no colégio também, evitar ser reconhecido. Quando foi chegando 1968 passou a ser agitação pesada.

Era colégio público?

Era o colégio estadual. Botavam bomba nos banheiros... E tinha um amigo, Elias, meio anarquista, ele ia ao banheiro, botava uma bomba e explodia aquele troço todo. Mas, na classe, o meu assunto era outro. Era tirar dois professores: um professor de moral e cívica e um de religião. Um tal de Machadinho, de moral e cívica, que tinha sido militar, e nós tiramos esse professor. Depois, veio o de religião, e como eu lia muito Freud, era só jogando pergunta, e o cara ficou enlouquecido, também caiu fora... isso em cima do AI-5. Não tinha muita ideia, enfim, do risco que tinha um troço daquele, e tinha gente de Caruaru que era estudante e já estava embaixo do 477.

ENGAJAMENTO POLÍTICO

Você estava terminando então...

Eu ia terminar em 1968, mas aí vem a morte do Che Guevara, que marcou muito as pessoas e vêm as ações armadas. Com Jovenildo eu conversava muito. Ele tinha uma boa biblioteca e eu também. Ele já estava para as bandas de Recife com outras pessoas. Bom, aí, nisso, não tinha outro caminho. Terminou nessa história de Corrente. Eles chamaram e disseram 'Ó, nós estamos numa organização, surgiu agora, chamada PCBR...', e tinha críticas à ALN 'porque a ALN e Val Palmares é tudo militarista, é foquista, nós somos partido, tal, tal... tem um tal de Apolônio, tem não sei quem... Mario Alves...' Aí falaram do Gorender... Bom, e eu terminei entrando. Aí, a vida mudou.

Você foi para Recife ou ficou em Caruaru?

Fiquei em Caruaru. O trabalho em Caruaru era do chamado 'esquema rural'. Era implantar a guerrilha em Catende, Palmares, Zona da Mata; o meu responsável era um cara já idoso, o Luis Alves Neto, que está vivo ainda. Tinha um esquema muito fechado, tanto que tinha prisões em Recife e não nos afetava. Conheci poucas pessoas, esse cara era um contato permanente, e outros que circularam por lá, militantes, que eram do comitê regional e até do comitê nacional.

Qual era o trabalho?

O trabalho era político, porque não é só ação armada. O pessoal pensa que luta armada é assaltar banco. A gente dizia 'esse negócio aí, não!'. Depois o BR terminou entrando, pressionado pelas circunstâncias. O meu trabalho era pegar os documentos e conversar com os trabalhadores, um da área química, outro da rural, por exemplo. A gente queria convencer o cara - 'aliciá-lo' -, como se dizia na época. O cara lia o documento, a gente marcava um encontro para tirar as dúvidas, aí eu conversava com o meu responsável: 'Olha, o cara fez umas perguntas que eu não soube responder muito bem...' Então, todo dia a gente encontrava esta pessoa. De vez em quando chegava um dinheiro de um assalto a banco, outra vez, eu tinha que montar um aparelho para botar armas lá dentro, ou esconder pessoas noutra cidade, buscar apoio, coisa assim... E dependendo da conjuntura, fazer pichação. Aí era armado. Minha arma eu deixava escondida entre Caruaru e Gravatá, num negócio de uma ponte que tinha lá, eu botava a arma ali dentro. Quer dizer, aquilo era para um tipo de ação e não para eu andar armado, para me defender ou qualquer coisa assim. Nem todo mundo andava armado. E era essa a vida...

Eu já tinha a namorada. Nesse período, lá no Brejo, começou o ginásio, e eles me chamaram para ser professor de matemática. Fui ser professor daquelas mulheres que me alfabetizaram. Foi quando conheci a Leonor. Ela dava aula de português, e eu, de matemática... vai para lá, vai para cá, termina se apaixonando. Leonor tinha oito anos a mais, já tinha sido advogada de Liga Camponesa, pessoal da Ação Popular (AP), e já estava desiludida devido ao Golpe de 1964.

A Leonor veio da Ação Popular?

Esse negócio de luta armada para ela não tinha muito sentido. Caruaru teve muita repressão por causa do Golpe. O que tinha era o pessoal mais jovem. O pessoal antigo já estava muito desiludido ou até com medo. Esse movimento 1967-68 trouxe uma turma nova. Leonor vinha da Ação Católica, ligada ao pessoal do D. Hélder Câmara e depois com a Ação Popular - gente como Eduardo Collier, Fernando Santa Cruz, mortos nos anos 1970. Eu dava aulas

no Brejo, e no fim do ano ocorreu um problema político muito sério. Da minha turma, de 36 pessoas eu reprovei 16 - segunda época. Só que esses já tinham marcado a festa para receber diploma. Quem vinha como paraninfos das filhas da elite local? Marco Maciel, Costa Cavalcanti... A diretora me chamou e disse: nós vamos levar a questão para a Secretaria de Educação, em Recife, com advogado, eles estão querendo. O negócio estava chegando num ponto complicado. Eu estou numa militância e, de repente, estar mexendo com isso, advogado e não sei o quê... Peguei, dei nota 7 para todo mundo. Botei um 7 vermelho. Aí me expulsaram, junto com Leonor. No outro ano nem dei aula, nem a Leonor. Fui dar aula em Cachoeirinha, depois em Gravatá.

Sua sobrevivência era como professor?

A loja do meu pai tinha muitos bêbados, e eu não gostava dali. Era professor de matemática. Tinha um salário, passava o dinheiro para a minha mãe no fim do mês, e meu irmão é quem trabalhava com meu pai. Em Gravatá, um amigo que estava saindo, me botou lá na matemática. Aí um cara da repressão em Caruaru começou a ficar em cima de mim. Chamava-se Josafá, suspeitava de algo. Eu era muito tranquilo, namorava com Leonor, ia para missa para aparentar vida normal, porque ela já era conhecida, fichada. E tinha um tal de Neto, que era extremamente radical, lia o Regis Debray, foquismo... a gente lia uma coisa ou outra, o que conseguia. O Partido dava uns textos de Lenin, Che Guevara - porque teve um momento que não se publicava nada.

Esse Josafá era um tipo que circulava ali, e a gente sabia: 'Ó, esse cara está ligado à polícia em Recife'. Então, de vez em quando, eu ia para a rodoviária (que o meu amigo morava em Gravatá com a mulher dele, a Natália Alves), e a gente já combinava: 'Ó, se descer e eu deixar a caneta cair é porque o alcaquete está por perto'. Era uma coisa que me permitia fazer essas viagens, e, em Bezerros, eu encontrava os caras do PCBR. Era tudo clandestino. Em Gravatá eu lecionei em 1970. A barra já estava pesada, a gente tinha muitas prisões. O PCBR tinha prisão todo ano. Caíam dez, vinte, sobretudo em Recife.

Eu estava no 3º científico, me atrasei dois anos esperando meu irmão, e isso também teve um peso enorme. Eu estava no colégio estadual, passei do estadual para o municipal, porque o que me interessava era organizar um núcleo lá dentro. Fiquei três meses e saí para o diocesano no mesmo ano. Em setembro de 1970, começamos a agitação da campanha do voto nulo. Então se criou a Frente Revolucionária Popular. A FREP, que era PCBR, e outros agrupamentos, faziam a campanha do voto nulo, e isso era muito trabalho, de produzir aquele material e fazer pichação. Iam três caras, todos armados. E também de fazer 'aranhas'. Me lembro, em Caruaru... - a aranha é um arame que você

põe uma bandeirola escrito ‘Vote Nulo’ e joga em fio de alta tensão. A cidade amanheceu com algumas das principais ruas com as aranhas penduradas. Os caras não conseguem tirar, tinha que desligar a eletricidade toda, uma confusão dos diabos! O Luis Alves estava sempre lá, e a Natália, que era a mulher dele. Mas chega um certo momento, em 1970, que prenderam um cara do PCBR, um volante, que era um camponês. Foi preso na Zona da Mata e abriu: ‘O Caruaru tem um fulano assim, assado’. Só que não sabia o nome, porque era tudo nome de guerra.

A CLANDESTINIDADE E O CASAMENTO

Você tinha outro nome?

Acho que o principal era Jaci. A gente escolhia um nome que ninguém sabia se era homem ou se era mulher. Eu usava muito a expressão ‘Tipo’, virou um dos meus nomes. O Luis Alves era muito de segurança: ‘Não te mete com estudante, não vá com aqueles caras de Recife, porque o nosso esquema aqui é muito complicado, é muito clandestino’. Ele vivia em Gravatá, entrava em Catende em casa de camponês, era um clandestino profissional - ele e a mulher. Enfim, antes disso, um dia eu estava caminhando com um baixinho, o Cariri, que vivia no campo... estávamos caminhando para o aparelho que eu tinha montado, na rua Bahia, em Caruaru, e lá vem um primo meu, pequenininho: ‘Claudio! ... - me deu um abraço (um gurizinho), me deu um abraço. Aí, o cara: ‘Pô, eu peguei o teu nome agora, vou tentar esquecer.’ E isso pesou, porque quando houve a queda do volante: ‘Oh, Caruaru, tem um fulano assim, assado’. Na mesma época, prenderam umas 60 pessoas em Caruaru, e eu não entrei na leva porque eles desconfiavam, mas não tinham certeza, eu era estudiosíssimo, era professor de matemática num colégio em Gravatá, namorava a Leonor, que era uma pessoa muito séria, ia para missa, para a igreja... Mas tinha gente que circulava em volta de mim que estava fichada.

E aí mandaram me avisar: ‘Olha, eles só perguntam por você’. Várias pessoas: ‘Olha, o Claudio, não sei o quê, como é que é? Coincide com a queda do volante. Então me encontrei com o responsável, o Luis Alves, e disse: ‘Qual é a alternativa? A barra está muito ruim, a coisa que houve lá em Palmares, agora aqui, o outro companheiro que ficou sabendo o seu nome, tudo isso’. O Luis Alves disse: ‘Vamos fazer o seguinte, ou você vai para a clandestinidade aqui mesmo e a gente monta um esquema profissional - vou ser bem claro, o tempo de duração da vida clandestina é de seis meses -, ou você tem um esquema que é de ir embora para o sul’. Então, combinei com Leonor, antes disso, nos casamos. O padre Pedro Aguiar, no bairro Salgado - porque a Leonor era muito

católica -, reuniu duas colegas dela e fez um casamento, um bairro bem pobre e sem lua de mel. Acho que na lua de mel ficamos lendo a *Filosofia da Práxis*, uma coisa assim. Bom, ela foi para casa dela e eu para a minha família. O meu pai queria o casório, minha mãe nem queria saber, porque para ela a Leonor era comunista. O meu pai queria que eu me formasse primeiro, e nós fomos atropelados porque não deu para falar com as famílias.

O que aconteceu?

Bom... aí se encerram os primeiros 20 anos da primeira etapa da minha vida. Eu tenho quase 100 páginas escritas. Estou criando um *site* que vai ter essa história toda, tipo '*Memórias*'. Faz tempo que venho escrevendo isso. Computador é legal para você fazer essa autorreflexão.

ESCAPANDO PARA O RIO DE JANEIRO

Então resolvemos ir embora. O companheiro disse: 'Se você quer ir para o Rio, não precisa me dizer mais nada. Depois a gente refaz o contato, via o 'Papa' (Jovenildo) com outro companheiro. No Rio de Janeiro você se reintegra à organização'. Ainda teve uma pequena novela nessa história toda. Eu cheguei às 3h da manhã em casa, e aí começa o lado sofrido da vida... falei para o meu pai sobre a situação... Meu pai falava muito de política, de capitalismo, socialismo, e me diz, 'vamos fazer o seguinte: amanhã eu vou com você lá no Tiro de Guerra e a gente conversa com o coronel lá no exército'. Ele não estava sacando a coisa. Eu digo, 'não, acho melhor dar uma saída...' E aí veio a coisa lá do casamento. Eu tinha um vizinho espírita, ex-sargento, e às 3 da manhã me botou no Volkswagen dele e me levou para Garanhuns. Leonor foi se despedir da mãe dela, no Brejo, depois nos encontramos em Garanhuns. Uma moça amiga dela nos levou para uma fazenda. Depois fomos para Palmeira dos Índios, a terra dos Caetés, do Graciliano Ramos, e ficamos lá até pegar um ônibus para o Rio. Era um ônibus com 36 bancos. Eu era o trigésimo sexto. Mas o ônibus quebrou e botaram outro que só tinha 35 lugares. Eu tive que ir em pé. De vez em quando alguém me dava lugar. Isso é mais ou menos começo de novembro de 1970.

Chegamos no Rio 3 de novembro. Na viagem, uma certa hora, entraram dois caras no ônibus: 'Não tem um casal não sei o quê, não sei o quê...'. Foi só o susto, não era conosco. Eu disse para a Leonor: 'Quando chegar ao Rio, não vamos até a rodoviária. Por segurança, vamos descer antes'. Descemos em São Cristóvão, eu não conhecia nada daquela cidade, imagina! Aí pegamos um táxi para a casa da irmã da Leonor, em Piranema. Piranema é caminho de Mangaratiba, perto da Universidade Rural, ali no Km 46 da antiga Rio Santos. Pagamos um dinheirão naquele troço ali, mas o cara levou. Era um sítio. Aí

deu um problema... duas coisas: um, tinha uma sobrinha de Leonor, chamada Lucineia, que tinha ido a Caruaru morar com Leonor em 1968, e lá se empolgou com Leonor, tinha um pensamento de esquerda, e que já tinha voltado para o Rio. Leonor dizia: 'Bom, ali vai ser um apoio bom'. Só que ela estava namorando um cara da Rural que era do DOPS. Esse cara ficou sabendo quem eu era. E o pior: Leonor tinha um sobrinho no Brejo que foi quem cuidou dela - ele estava no Rio nessa época, era fuzileiro naval de busca de grupos de terroristas ou comunistas e subversivos -, um tal de Hilton, e estava junto com o cara lá do DOPS. Ele ia sempre lá, porque era um sítio, fim de semana, tinha folga.

Ele ia de *Volks*, jogava o carro em cima de mim, e me ameaçava: 'Já prenderam a mãe de vocês, lá no Brejo, e em Caruaru...' Era um clima péssimo, porque eu morria de medo. Mas tinha outras coisas. Chegou um ponto em que houve quedas do PCBR lá em Pernambuco. Eles tinham matado o Odijas. O cara chegou um dia lá: 'Prenderam a mãe de Leonor, é isso, é aquilo...' E tinha no jornal, dezenas de militantes presos, inclusive um do comitê central, Benevides, que era o companheiro de uma sobrinha adotiva do Paulo Freire, chamada Miriam Verbena.

Eu tinha conseguido um aparelho para eles perto de Caruaru. Vi o cara duas ou três vezes - eu nem sabia quem era, mil nomes que o cara tinha. Ele tinha vindo de Cuba: era do Comitê Central, era do Rio, do Banco do Brasil. Passou por lá, e eu já estava fora (eu acho que é Cachoeirinha a cidade) e um amigo conseguiu para eles morarem por lá, e quando ele vinha, a polícia veio atrás - o DOI-CODI. O carro deles, uma Kombi, foi jogado no abismo. Eles morreram e dentro tinha nome de militantes. Aí, foi uma queda generalizada, inclusive esse meu amigo, Jovenildo, os caras todos que eram de Caruaru - menos a turma do campo. O padre Pedro foi quem recebeu o corpo dos dois no hospital de Caruaru, Benevides e Sá, ou 'Bebeto', ele negro, ela loura. Foi um negócio. Em Caruaru, todo mundo foi no hospital para ver os terroristas.

FUGINDO DA DITADURA

Bom, e aí havia os nomes... Uma noite, um motorista de táxi, primo nosso, passou lá e nos levou para Itaguaí. Em Itaguaí, o prefeito era do Brejo. Foi vereador, mas fugiu porque meteu bala em alguém. Um outro vereador vivia fugido, um corrupto, e tinha medo: 'Não, não, pelo amor de Deus, não sei o quê...'. Aí, nos levou em outro, que tinha sido da marinha, que conheceu meu pai, que também tinha muito medo. Passamos a noite dentro de um Volkswagen, era um risco. Depois o nosso primo nos levou para Guadalupe, em um conjunto habitacional, tarde da noite. Entramos, e apareceu um velhinho e a mulher dele: 'Você é do Brejo? Ah, filho do Zizi. Eu estudei com o seu pai, que figura

era o seu pai!’ Aí o meu primo disse: ‘A situação deles é essa aqui, eles estão fugindo da ditadura’. Ele disse: ‘Ah, esses filhos da puta desses militares...’ - era brizolista: ‘É só o Brizola voltar que vai acabar com a pouca vergonha desses milicos! Vocês vão morar aqui agora!’ Ficamos no seu Fausto durante um mês.

Eu vinha com o filho dele, que estava desempregado, para o centro do Rio, sem conhecer nada, morrendo de medo: ‘Se der problema esse cara vai junto’. Tínhamos duas referências. Uma, era o Manoel Messias, um comunista de Caruaru, o primeiro comunista do Brasil a fazer um curso de Estado Maior no Exército Vermelho. Era muito conhecido em Caruaru, era vizinho de Leonor, estava no Rio, fugido. Em 1964, foi preso em Caruaru, e assim como o Gregório Bezerra, botaram ele dentro de uma jaula, e desfilaram com ele em Caruaru para mostrar o que era um comunista. Leonor se dava muito com ele. Bom, uma coisa é a gente encontrar o Manoel Messias... outra, é que tem a turma do teatro lá do Brejo, do município do Brejo - Nova Jerusalém, Fazenda Nova, que era a turma do Movimento de Cultura Popular do Paulo Freire -, era a turma do teatro popular, ligado ao cordel. Eles faziam teatro com as Ligas Camponesas. E, em 1964, o Luis Mendonça e sua esposa, a atriz Ilva Niño, foram embora... o Wilker, que com 15 anos era do Comitê Regional do Partido Comunista - ‘Moscouzinho’, era o nome dele; o Carlos Vereza, o Emanuel Cavalcanti, o José Marinho... Eram os que faziam também cinema com o Glauber Rocha, amigos do Nelson Pereira dos Santos, aquela turma toda... Jofre Soares, esse pessoal todo... Essa gente depois entrou na minha vida.

A gente comprava jornal, e vimos que no Teatro de Arena tinha uma peça dirigida por Luis Mendonça, *Morte e Vida Severina*. ‘Bom, então, vamos lá’. A gente desceu uma noite e quando acabou a peça, Leonor falou com o Mendonça. Sua mulher era do Partido Comunista, ainda era muito ligada e ele não estava muito ligado... ‘Vocês vão lá para casa hoje. Depois, vocês pegam a bagagem’. Disse: ‘Quem esteve aqui foi o Wilker, ficou uns tempos. O Carlos Vereza saiu, faz pouco tempo. Vocês podem ficar’. Ficamos lá no quarto e era outra loucura, porque eles não estavam bem. O Mendonça era homossexual, estava de caso com um outro ator e a mulher não aceitava. Estava namorando o Ivan de Almeida, um ator negro da *Globo*, e o filho de quatro anos não aceitava. Sem eles, não sei o que teria sido de nós. Eram pessoas maravilhosas. Talvez tivéssemos entrado na história da ALN, um convite feito via uma prima, para entrar em um Grupo de Fogo no Rio. Se não me engano, ela namorava Paulo Tarso Celestino em São Paulo.

O APOIO DA REDE POLÍTICA

E o Manoel Messias? Aí eles me deram o endereço do Manoel Messias: ‘Vou ver se encontro’. Enquanto isso fiz um concurso e consegui um trabalho

de cobrador no bondinho do Aterro do Flamengo, para turistas, de bonezinho, de gravata, roupa azul, e todo fardadinho. Os outros trabalhadores me chamaram e reclamaram do dono, que não assinava carteira e depois de um mês mandava embora. Foi dito e feito. Depois de um mês, o cara demitiu. Então, encontrei o Manoel Messias e ele me levou para falar com o Wilson, de uma família que tinha todas as empresas de transporte de Caruaru, a ‘Princesa do Agreste’. Wilson era do Partidão. ‘Bom, a sua situação está péssima!. Vou te botar numa obra. Você não pode ficar desempregado numa situação dessas’. Me botou na construção do Hospital Universitário do Fundão. Saía às 5h da manhã para pegar um ônibus no Castelo. Fui primeiro trabalhar à noite com os vigias. Só tinha pistoleiro de Alagoas, e muitos mosquitos. Um dia um guindaste quase me atingiu. Mas um engenheiro me ajudou: ‘Não, você vai morrer nesse negócio’. Aí me passou para o escritório durante o dia. Mas eu não tinha o que fazer. Era uma situação forçada e os caras tinham inveja: ‘O cara ganha igual a gente, fica lendo Shakespeare’. Eu levava livros para ler...

No período em que fiquei um mês morando na casa do Manoel Messias, antes de ter esse trabalho, uma noite entra um negro... tocou a campainha, entrou. Aí o Manoel disse: ‘O Cláudio, esse aqui é o Luis. Ele é dirigente nacional da ALN, é pernambucano também...’ Tinha estudado com o Manoel Messias em Moscou, uma figura! Do Partidão, muito tempo, ele relutou muito em ir para a luta armada, mas terminou o Marighela puxando ele. Nessa época, o Marighela já tinha sido assassinado, entrou o Toledo no Comando Nacional e o Luis foi o terceiro coordenador nacional da ALN. A gente se encontrou várias vezes. Me lembro, uma noite, eu lendo *Por um realismo sem fronteira*, do Roger Garaudy, um estudo sobre o Picasso. Ele: ‘Pô, interessante. Eu não tenho tempo devido a essa vida aí, mas você podia me ajudar. Eu estou louco para ler um livro’. Eu digo, ‘qual é o livro? Eu posso achar’. ‘Mas ele está esgotado nas livrarias’. ‘Eu vejo nos sebos, deixo aqui depois, com o Manoel e tal...’ ‘Se chama *Introdução à Semântica*, de Adam Schaff, um marxista polonês...’. E Luis se deitava com um 38 embaixo do travesseiro. Eu me perguntando ‘o que ele quer com a *Introdução à Semântica* do Adam Schaff?’ Depois, soube que era uma pessoa extremamente sofisticada, estudioso, uma bela figura humana. Costumava ler Lenin em francês.

PCBR E ALN

Como Messias foi muito amigo de Apolônio de Carvalho, Luis me disse o seguinte: ‘Vou fazer o contato com o PCBR, vou te botar na sua organização, mas você tem que me dar um tempo. Enquanto isso, já que você está trabalhando na construção civil, dá uma mão para a ALN’. Eu digo: ‘Pô, mas com vocês

o negócio é muito militarista, é só tiro, assalto'. 'Não, não tem nada disso, não. Nós vamos te botar no setor de massa, lá no meio. Tem quantos trabalhadores?' 'Olha, tem uns 200, 300 peões na obra'. 'Então você vai ficar no setor de massa, fazer trabalho de propaganda, agitação'. Ele me dava aqueles panfletos, tipo decalque, colar na parede, e eu realmente fazia. Mas começou a dar problema no canteiro. Quando a gente ia almoçar - eu era apontador de obras -, era uma mesa enorme, um caldeirão de feijão com louro, aquelas folhas (porque era feijão ruim) e eles botavam para dar cheiro. Aí, na hora do almoço, uns duzentos peões ali naquela roda, um tal de Baiano, magro, moreninho, subia na mesa: 'Esse Médici é um filho da puta... essa ditadura contra o trabalhador...' E todo mundo: 'Ê, Baiano, o que é isso?' Quer dizer, ele era um provocador, era um provocador, mas a peãozada, ninguém entrava na dele. E eu digo: 'Bom, tem que tomar cuidado'. E os decalques, o que eram? Era Ação de Libertação Nacional, tinha um círculo de tiro ao alvo, um revólver lá dentro e a palavra de ordem embaixo: 'Operário, arme-se'. Olha só! E isso era 1971, estava todo mundo ferrado, numa situação péssima, todo mundo morrendo ali.

Luis me fez o contato com o PCBR. Marcou lá na Praia do Flamengo. Cada um levou uma revista, com uma pontualidade extrema, nos encontramos - por fotos que vi depois, eu acho que era Getúlio Cabral, um ex-metalúrgico. Ele tinha fugido do Nordeste após o caso do Teodomiro, que era muito procurado, porque o Teodomiro matou um sargento, e o Getúlio escapou de ser preso. Veio para o Rio, era do Comitê Central, ex-metalúrgico, acho que da empresa Fiat. Estive com ele uma vez. Ele: 'Ó, vamos sair daqui da Praia do Flamengo porque aqui só tem banco e negócio de embaixada...' E saímos andando até o Catete, na Santo Amaro, e ele disse: 'No meu lugar era para ter vindo alguém do Nordeste... Bom, próximo ponto aqui na Santo Amaro, porque vai vir gente de Pernambuco'. No Rio, havia não sei quantos pernambucanos... Eu digo 'está ok'. Nesse momento, já tinha saído lá da construção civil, briguei com o engenheiro e ele me demitiu. Fiz um psicotécnico e, no meio de duzentos, contrataram cinco para o *Jornal do Brasil*. Entrei, porque o psicotécnico era um negócio só de dinâmica, mecânica, porque onde a máquina com papel engata aqui, vai para ali, e eu tinha estudado física, passei. Eram 500 cruzeiros, mil vezes mais do que eu ganhava na construção civil. Agora eu era operário, aprendiz de gráfico.

O trabalho era muito pesado, exigia muito esforço físico, eu não tinha condições para isso. O *Jornal do Brasil* não tinha automação como já tinha O Globo. Assim, terminei saindo do *Jornal do Brasil*. Eles me demitiram. Fui então para o Bradesco fazer um concurso. Tinha 21 anos, e eles disseram 'não, a sua idade está muito avançada para trabalhar'. Ficou ruim a situação, porque eu perdi o contato com a minha organização, e a ALN já tinha me passado adiante. Antes

do contato com o militante do BR, Getúlio Cabral, quando eu estava no *Jornal do Brasil*, o Luis me marcou um ‘ponto’ na Praça das Nações, em Bonsucesso. E vou eu, à tarde, para ali, tarde de inverno, céu escuro. Disse: ‘Eu vou lhe passar um companheiro da ALN, que é responsável no Rio de Janeiro. Ele vai ser o seu contato’. ‘Tá bom, marcamos um outro ponto’. Uma noite, eu estava no jornal: ‘Claudio, olha a sua foto aqui no jornal’. Imagina! Eu digo ‘Putá que pariu. Vocês estão me sacaneando’. Me mostraram a foto de um militante da ALN que tinha sido fuzilado e que era muito parecido comigo. A gente tinha tudo parecido, cara muito jovem, mesmo tipo de óculos. ‘Putá que pariu...’ Quer dizer, o Luis me passou um cara do comando regional não faz um mês e o cara está morto. Esse negócio está desse tamanho, como é que pode!?’

OS LAÇOS COM A IGREJA CATÓLICA

A Leonor conseguiu ser diretora no Colégio Assunção. A CNBB indicou. Porque quando chegamos ao Rio - voltando um pouco atrás -, fomos também buscar ajuda na CNBB, e lá nos disseram: ‘Vocês têm que ir no Catumbi’. Lá, tinha uns padres subversivos que foram presos. Quem eram? Agostinho Preto, Mário Prigol, uma turma da ACO (Ação Católica Operária) e um padre, que depois foi para a Bahia. Fomos lá, conversamos. E aí eles disseram: ‘Vocês vão ver D. Eugênio’. Eu fui com a Leonor e fiquei lá fora. Leonor entrou e explicou: ‘Nós estamos aqui em tal situação’. D. Eugênio perguntou, ‘qual o seu grupo?’ Ela disse: ‘Eu fui da Ação Católica’. Então ele disse para ir até a igreja do Catumbi. Leonor saiu brava. Simplesmente levantou e foi embora. Depois nos apresentaram a outro padre, José Sotero, professor do IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Ficou grande amigo meu. Era de Timbaúba, Pernambuco. Era casado com Lucília, eram da PUC. Fomos fazendo os laços com o pessoal da Igreja, e depois, foi fundamental minha entrada no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). O Mário e esse pessoal todo conseguiram botar Leonor no Assunção.

PRIMEIRO DE MAIO

Quando fiquei desempregado do *Jornal do Brasil*, saía pouco de casa. Era regra, até 19 horas todo mundo em casa. Eu estava no setor de massa, que só tinha eu. No Primeiro de Maio de 1971 encontrei com o Luis, no Leblon. Ele às vezes me passava dinheiro, material. Sentamos numa praça, e de repente a polícia cercou. ‘Pô, e agora?’ Ele disse: ‘Não é da repressão política. Pelo jeito estão atrás de drogados’. Tinha muito *hippie*. Saímos com tranquilidade, passamos no meio da polícia. Luis era dirigente da ALN, tinha retrato espalhado pela cidade. Um dia, ele sumiu, foi morar na Zona Norte, com Amparo Araújo, que era também da ALN. Isso eu soube em 1998, via Amparo, em Recife, onde ela vive.

Bom, então, nesse Primeiro de Maio, ele disse: ‘Pois é, não vou sair. Fico em casa também por causa da repressão’. Eu digo: ‘A gente que vive com a ideia da classe operária, setor de massa, e justo nesse dia, quando é o Primeiro de Maio tem que ficar dentro de casa, onde é que nós estamos? Está ruim a situação’.

E eu comecei então a pensar, e lia muito. Porque eu peguei essa [mania] do Rio de comprar livros. Aquela biblioteca que eu tinha em Caruaru, dei uma mala para um amigo e mandei meu irmão jogar o resto no rio. Vim embora com três livros: um que eu tinha acabado de comprar, que até hoje leio e releio, *A Dialética do Concreto*, do Karel Kosik; um livro de um tal de Manfred, *A Concepção Materialista da Revolução Francesa*, e a *Filosofia da Práxis*, do Adolfo Sanchez Vasques, que tinha acabado de sair. Comprar e ler livros virou um hábito. Eu deixava de fazer alguma coisa para guardar dinheiro para os livros. E, às noites, Leonor trabalhava em Santa Teresa, descia pelos Arcos, pegava o bondinho e me dizia: ‘Ah, mas você podia me buscar à noite, que falta de romantismo!’ Eu digo: ‘Olha, a gente depois das 19h evita sair, eu estou desempregado, tenho documento, mas a carteira não está mais assinada’.

Mas mesmo assim fui. Saí ali da Taberna da Glória, caminhando pela rua da Lapa, e antes de chegar na Lapa, numa esquina, os caras de metralhadora, um camburão encostado, escondido. Todo mundo que passava era preso, uma daquelas batidas. Tinha aos montes. Depois de 19 horas, que eles davam as batidas, a gente não saía. Eu usava um cabelo comprido, jovem, vindo de Pernambuco. ‘É, eu estava no Jornal do Brasil’. ‘É está aqui, mas foi demitido, está desempregado. Bom, vamos fazer uma triagem’. Aí me botaram no camburão. Fui para a rua das Marrecas onde tem um quartel. Fiquei ao todo nove horas. Entrei no final da tarde e saí às 5h horas da manhã. Aquela fileira enorme, e um soldado: ‘Aquele ali é o coronel’. O cara lá numa mesa...

Chamava de um em um. Estava puto da vida. Tinham fuzilado um parente dele. ‘Aqui são duas coisas: é terrorista e gente das drogas, e tinha um bando de *hippie*, de bicha...’, dizia um soldado. E eu pensando ‘dou ou não dou o endereço... se eu invento o endereço, eles vão checar ou não vão?’ Na hora dei o endereço. ‘É rua da Glória, Ladeira da Glória, etc’. Aí fiquei lá no canto, e me mandaram para uma prisão lá na Lapa. Era cheia de prostituta, ladrão, uma confusão lá dentro. ‘Daqui a pouco você vai falar com o juiz’, dizia um policial civil, e um cara da polícia: ‘Tem terrorista aqui? Se tiver é comigo, é pau de arara!’ Ele entrava de vez em quando. E um bêbado: ‘Eu sou terrorista’. Eles gritavam: ‘Daqui a pouco, se for mesmo, nós vamos conversar. Você vai ver o que bom’. Chegou um juiz bem velho e disse: ‘Eu estou vendo que você é pernambucano, gente trabalhadora’. Falei: ‘Seis meses de operário, aprendiz de gráfico no jornal. Minha esposa é diretora de um colégio em Santa Tereza’. O Juiz olhou assim e disse: ‘Tá bom, você vai para

casa, mas tome cuidado porque são 5 da manhã e os caras ainda estão pegando gente aí fora'. Andei a Lapa todinha, um medo danado! Em casa estava todo mundo acordado. Estavam Leonor, Mendonça, o pessoal todo, tinham consultado os hospitais, Instituto Médico Legal, menos a polícia. Foi um susto!

A TURMA DO TEATRO POPULAR

Nesse período, nos envolvíamos muito com teatro. Era essa turma que ia para lá, muito maluca. Mas gostava muito. Era um pessoal muito ligado no Nordeste. Vinha gente ligada ao cinema... o Zé Marinho, professor na Fluminense, montou o doutorado de cinema, da turma do Nelson Pereira dos Santos; Jofre Soares, uma turma do Partidão; Valdir Quadros, que era economista na UNICAMP; Wladimir Carvalho, estava começando... então era essa turma toda... Com o Manoel Messias, quem morava no mesmo prédio era o Alceu Valença. E o Mendonça era Teatro Popular. Só peças baseadas no cordel, *Morte e Vida Severina*, era *Viva o Cordão Encarnado*, era *Chegada do Lampião no Inferno*. Eles viviam essa vida. Aquilo era à noite, e dormiam durante o dia. E quem ia às peças? Era Elke Maravilha, Ivan Setta, Tereza Raquel, Joel Barcelos. E, era tudo meio 'marginal'. Joel Barcelos meteu uma pedra na Embaixada Americana e a Globo não dava trabalho para ele. Emanuel Cavalcanti, Zé Marinho e uns paraibanos que chegavam; Elba Ramalho, ferrada da vida; Vital Santos... Tânia Alves também vivia lá.

Então, à noite, eles chegavam. Na época, ainda estava no *Jornal do Brasil*, chegava também... era aquela gente fumando maconha - mas eu estava na minha: 'Não estou nem aí'. Mas era outro mundo. Eu que cheguei cangaceiro, aí, chego lá, é mulher com mulher, homem com homem... Aí fui amolecendo, digo: 'Bom, esse troço é a coisa mais natural do mundo'. Mendonça tinha o namorado dele e a Elba também era metida com maconha... enfim... Eu digo 'bom...', vai abrindo, foi dando outro sentimento das relações, porque no Nordeste essas coisas assim eram muito complicadas.

Isso foi 1972?

Entre 1971 e 1972. Final de 1972, resolvemos sair. Leonor estava trabalhando e tivemos condições de alugar um *kitnet*, na rua Hermenegildo de Barros, entrada para Santa Tereza.

TRABALHO POLÍTICO E A REPRESSÃO

Que trabalho político vocês faziam?

Nesse período, praticamente não tinha. Ou você fazia ação armada ou contatos, pontos. E eu dei muita sorte, porque o cara não foi duas ou três vezes

ao encontro na rua Santo Amaro. Fiquei sempre fazendo contato, tentando reatar com Pernambuco, mas a coisa estava muito estreita. Então comecei uma relação com a Resistência Armada Nacionalista. Porque tinha um ator chamado Sérgio, era um portuga que ia muito na casa do Mendonça, vivia por lá, era dessa turma toda do teatro. Ele estava ligado a RAN que era uma turma de Caparaó, Amadeu Rocha, um braço direito lá do Brizola. E o Mendonça também, Carlos Henrique Escobar, Tereza Alvim que era ex do Paulo Francis, Tiago Mello, Antonio Callado, Ana Callado, que era a mulher dele... Era uma turma Brizolista, alguns viam da luta de Caparaó. O português conversou comigo, marcou ponto. Era uma rigidez naqueles pontos.

Uma vez eu passei uma situação difícil, com o Luis, no Largo do Machado, rua Machado de Assis, se não me engano. Marcamos num café, três minutos de espera, e nada. 'Vou dar mais dois, vou para cinco. Aí, pedi outro cafezinho e saí na porta: 'Psiu' - um policial, guarda de trânsito disse: 'Você está em posição suspeita aí, o que você está fazendo?' Eu disse: 'Não, eu vim tomar um café. Estou há pouco tempo aqui, não conheço, vim atrás de emprego na área'. Mas, tinha saído com um recorte de classificados daquela área, tinha que ter estratégia. Aí mostrei para ele: 'Mas não deu certo infelizmente. Vou ter que voltar amanhã'. O cara olhou: 'Olha, não tem uma baratinha por aqui, porque se tivesse eu ia te levar para a delegacia para fazer uma triagem. Você vai embora porque essa área aqui é cheia de banco, é muito suspeito...' A gente estava sempre passando por esses momentos.

Mas o Sergio... 'Você tem que entrar na RAN, você tem experiência, veio do Nordeste para quê?' Falei: 'Tá bom, vamos conversar'. Ele marcou, e eu fui na Taberna da Glória. Esqueci a 'revista-senha' e o Amadeu Rocha também. Entrei, olhei: 'Só pode ser esse cara'. Mas não falamos e depois remarcamos. No reencontro, ele disse: 'A nossa ideia é a seguinte, nós vamos fazer feito no Vietnam, vamos separar o Nordeste do resto do Brasil'. Eu penso: 'Esse negócio nacionalista, essa coisa não está legal'. Mas é difícil largar o portuga, porque ele fazia teatro, o único cara que eu contei a minha história. Até que um dia nos encontramos na Vozes, ali no Tabuleiro da Baiana, e eu disse: 'Não, eu já reatei com o PCBR'. Queria ficar livre do cara. Bom, aí eu fiquei fora.

O APOIO DA CNBB

A CNBB ajudava, nos apoiava. A gente escrevia carta, o D. Ivo botava no envelope dele, mandava para o D. Hélder. O D. Hélder mandava um padre em Recife entregar na minha casa, mandava para a casa da Leonor. O esquema que a gente tinha era muito próximo da CNBB. Por exemplo, o D. Ivo recebia livro: *Teologia da Libertação*, do Gutierrez, chegou assim bem quentinho. Dona Cecília Goulart, que era a secretária dele, chegou e disse: 'Ó, Claudio, chegou

esse aqui. Ele não vai ler. Leva para você, depois você me entrega...'. Eu lia aos montes. Era tudo proibido na época... *Pedagogia do Oprimido*... Tudo que chegava na CNBB, ela passava para mim.

Aí prenderam esse amigo meu, o Jovenildo. O pessoal do 'esquema rural' também caiu, infiltração policial. Em 1973, eu estava em um estágio para a Companhia Telefônica. Era trabalho à noite, seis horas, cinco horas, era levíssimo o trabalho. Chegava em casa, dormia, e, então, tinha o dia inteiro para ir para a rua, para ler, para fazer as coisas. Tinha um salário bom e era perfurador, o primeiro passo em computação. Eu era um dos melhores perfuradores. Em certo momento, me chamaram na empresa e disseram: 'Você tem um desempenho fabuloso, vai ser promovido a analista de sistema'. Então parecia que a coisa em termos profissionais ia dar certo, para voltar a estudar e tudo mais.

Aí eu soube que prenderam gente em Recife. Tinha uma turma que ia muito lá em casa, cinco caras da guerrilha de Catolé do Rocha. A coisa mais engraçada é que um deles era irmão desse cantor da música *Mama África*, Chico César. Eles inventaram de fazer uma guerrilha, e cinco deles, com armas e roupas do exército, subiram a montanha de Catolé do Rocha. Um caçador passou por eles e foi para o delegado: 'Ó, delegado tem umas figuras muito estranhas ali com a roupa tipo do exército'. O delegado abriu um álbum: 'Olha são esses aqui; pessoal da esquerda, eles foram para a guerrilha'. Liga para Recife... e o capitão do Exército manda um batalhão. Os caras foram dormir, botaram as tendas, e no outro dia de manhã, quando acordaram, o exército estava em volta. Três anos de cadeia. Depois saíram... filhos de classe média... vieram para o Rio. E nos conhecemos. Eles iam muito lá em casa e começamos a fazer uma autocrítica. Até que um dia a tal da RAN caiu toda, em abril de 1973.

PRISÃO: O INDESCRITÍVEL

Estávamos morando na Hermenegildo de Barros: a Leonor lecionando no Colégio Angelorum, coordenadora pedagógica, e eu estava na CTB, e as coisas pareciam andar bem. Estava tomando sopa para ir para o trabalho, toca a campanha. A Leonor foi abrir, e eu só ouvi ela dizer 'é a polícia'. Aí entram uns quatro ou cinco caras de metralhadora, e o português. Aí me jogam já no sofá, o cara me deu um soco que a cabeça rodou. 'Vocês conhecem esse cara aqui?' Eu não reconheci o portuga. O portuga era do teatro, barba, cabelos longos. Ele estava com o cabelo raspado, sem barba, diferente. Eu digo 'não'. 'Ah, você não conhece o Sérgio? Eu digo, 'ah, sim, mas está diferente'. Ali, você começa a apanhar. Foram em cima da mesa, tinha uma carta do D. Hélder para o D. Ivo, o que foi péssimo, mas foi bom ao mesmo tempo. 'Esses caras são ligados à Igreja, está aqui! Ah, vamos conversar bem com eles'. Aí encapuzaram, bo-

taram dentro de uma Brasília, outro carro foi na frente. ‘Vocês vão para a Ilha das Flores, Ilha das Cobras...’ Aí é um terror completo....

Leonor também.

Leonor também. Fomos para a Barão de Mesquita. Aí encerrou um período longo, desde quando eu nasci, em Brejo da Madre de Deus, até entrar na Barão de Mesquita. É indescritível.

Quanto tempo você ficou?

Fiquei no DOI-CODI cerca de 15 dias, apanhando. Nem sabia mais que dia que era, perdia-se a noção de tempo... luz acesa dia todo, sem dormir... Depois me mandaram para o DOPS. Ficamos mais uns 10 dias.

Mas já conectaram vocês com o PCBR?

Qual a situação do Sérgio? Prenderam a mulher dele, que estava grávida, e ele não estava em casa. Ele ficou sabendo, ficou três dias sem aparecer, e o DOI-CODI mandou o aviso: ‘Ou você se entrega ou a sua mulher vai perder a criança, abortar’. Então ele ficou na casa do Mendonça, ficou na casa de um bando de gente. E foi lá com os advogados: ‘Nós vamos te levar, e eles não vão torturar, aí eles libertam a sua esposa com certeza’. Ele aceitou e foi no DOPS, e eles: ‘Não temos nada contra o senhor, possivelmente é no DOI-CODI, na Barão de Mesquita’. Ele então foi ao DOI-CODI e soltaram a mulher dele. Mas aí o cara foi tratado como um terrorista. Havia um momento difícilíssimo lá dentro: ‘Quem você conhece? Com quem você estudou?’ Se você estudou no Rio e tem um bando de gente de esquerda, para a repressão era fácilíssimo. Aí perguntam: ‘Quem você conhece fora da organização?’. E ele deu o meu nome, falou das casas que ele ficou, e deu o meu nome – ‘Cláudio não sei o quê’. Nem sabia mais, esqueceu na hora... tudo... apanhou muito também... Claudio era do PCBR.

Então os caras foram me buscar. ‘Era o contato do PCBR com a RAN e não era qualquer um’, pensaram. Os militares estavam enlouquecidos, pois naquele mês de março, no Rio de Janeiro - o PCBR, vários pernambucanos, um grupo muito jovem que era o Terceiro Comitê Central, quase todos do Nordeste -, fuzilaram em Copacabana ou Ipanema, o braço direito do Fleury, o delegado Robertinho. O Comando Getúlio Cabral, formado pelo PCBR, a ALN e VAR-Palmares fuzilaram o cara. Dizem que o Fleury enlouqueceu. Foi enterrado com honras militares em São Paulo, e o Fleury entregou os pertences e disse: ‘O revólver dele fica comigo. Eu vou matar um por um, e entrego a arma depois’. E ele realmente fez isso.

SOFRIMENTO E TORTURA

Então, quando eu cheguei no DOI-CODI, queriam os contatos do PCBR. Além do mais, eu vinha do Nordeste, não sabiam o meu nome, eu era muito parecido com um cara chamado Otávio, que era de Pernambuco, que veio praticamente um ano depois. Então pensaram ‘ele é o ‘Otávio’’. Me levaram num barbeiro lá dentro e pegaram o retrato do tal do Otávio e cortaram tudo igualzinho. Ele tinha um cabelo meio sarará e eu tenho uma marca no queixo... Eu vi o coronel que chegou no tal oficial: ‘E aí?’ O barbeiro falou para ele: ‘É ele, sim’. Mas depois eu vi que ele falou: ‘Não é ele não, é diferente’. Aí aliviou um pouco. Mas lá dentro você nem pode imaginar. Com o primeiro choque elétrico fui parar na parede e fiquei no chão, sem controle do corpo.

Não precisa contar.

Sem problemas, isso eu fiz muito. Quando fui para a Europa, fui muitas vezes falar sobre isso para jovens, para os franceses. Era uma loucura! E Leonor esteve comigo nesse momento do DOI. Depois, a história dela, ela passou o diabo. Leonor vai ser um dos depoimentos daqueles pesados. Fui acareado com o Portugal. Eles disseram: ‘Nós botamos o Português dentro do computador’. Eu não sabia o que era computador - computador para mim era aquele negócio enorme, que vi na CTB. ‘Botamos ele junto de um jacaré e vamos fazer a mesma coisa com você’. E eu insistindo: ‘Eu não tenho contato e tal...’. E aí, juntos na sala de tortura, com Leonor, fizeram a pergunta mais complicada para nós. ‘E o Negro, o Crioulo da ALN, vocês conheceram lá no Manoel Messias?’ E eu pensando: ‘Pô, se a Leonor disser que sim, nós estamos mortos’. Porque o Crioulo era do comando que eles queriam pegar de qualquer jeito. Era o último dirigente nacional, era muito conhecido, como o outro dirigente, o ‘Clemente’.

E aí Leonor disse: ‘Não, não sei quem é’. Eu também disse que não conhecia. E eles levaram por isso mesmo, imagina só! Se aparece que não só conhecia a figura, mas que militei com ele, pelo amor de Deus! E eles, muito depois, foram na casa do Messias, em fevereiro, no ano de 1972, entraram lá e o Manoel estava lá dentro. Procuravam o Luis, o Comandante Crioulo. E o Luis tinha passado lá no dia anterior, e na porta, por dentro, botou um bilhete: ‘Manoel, eu estou indo embora, a barra está muito difícil, Nego’. Ele assinava ‘Nego’. Então os caras do DOI: ‘Ó, o bilhete aqui. Onde está esse cara?’ Acabaram com o Manoel Messias. Quando saiu foi para o Canadá com a filha de um sindicalista, Dante Pelacani, aquele da CGT. Foi embora todo quebrado. Nunca mais vi o Crioulo. Sumiu completamente, foi para a Zona Norte, depois se deslocou para São Paulo, andou no Chile, para tentar evitar o racha da ‘Tendência Leninista’, do amigo Rolando Frati.

Você ficou um mês, e depois?

Me mandaram para o DOPS, incomunicável. Enquanto isso, iam ver em Pernambuco, checar algumas coisas, ver quem que tinha contato. Porque do Rio eles viram que eu não tinha contato com o PCB. Só que era uma incomunicabilidade muito interessante. O DOPS é na rua da Relação. Os que já tinham sido julgados, ou os que iam ser julgados e que não voltavam mais para o DOI-CODI, iam para o 'Maracanã', que era uma cela muito grande. Tinha seis celas no corredor, além do 'Maracanã', e eu fiquei na 6 - que era a do Graciliano Ramos -, o pessoal falava.

Antes de me levarem para o DOPS, ainda apanhei um bocado, desmaiei lá no DOI-CODI. Quando saí, encontrei com a Leonor. Leonor estava acabada. Primeiro achava que eu tinha sido fuzilado, ela estava muito mal. E, comigo, saiu do DOI-CODI também o Jaques Alvarenga, professor que era amigo do Escobar, althusseriano, estruturalista. Chegamos no DOPS, a Leonor foi para um outro presídio. Aí deu um problema no DOPS, porque as celas não estavam desocupadas. Fiquei sozinho com o Jacques numa cela, por 40 minutos. Ele me fazia perguntas: 'Você estuda? Eu sou marxista, mas tenho um lado weberiano'. E eu só olhando: 'Putá merda, e eu lá com isso?' O cara não apresentava nada de tortura, só barba por fazer, e gordinho. 'Bom, isso só pode ser polícia'. Mas aí chegou um ponto que você percebe que não é. Ele disse: 'Pois é, eu estou muito angustiado, porque sou professor num cursinho e tive um aluno chamado Merivaldo Araujo, um negro. Foi para Cuba, voltou, era do Comando da ALN no Rio de Janeiro. O Merivaldo esteve no justicamento do Delegado do Fleury. Ele foi um dia lá em casa e levou uma arma quebrada para ver se eu guardava. Mas aí, quando a polícia prende a turma da RAN, ninguém sabia nem o nome da organização. O Amadeu Rocha que inventou depois - todo mundo foi preso sem saber.

Caíram uns quarenta, não sobrou ninguém. Foi trágico, porque tinha um que foi herói da FEB, já tinha sido preso e quando caiu, foi morto. Ele foi ver o Cordeiro de Farias, que lhe falou: 'Não, você vai, eu levo você, eles vão respeitar'. Mataram o cara. Amadeu Rocha tinha um documento de capitão do Exército, já tinha sido de Caparaó. Os caras estavam enlouquecidos com ele, porque ele andava para cima e para baixo, passava pelas batidas com documento de identidade de capitão. Caíram uns quarenta, o Cid Silveira, o irmão do Ênio Silveira, Carlos Henrique Escobar, Teresa Cesário Alvim, a mulher do Callado, todos. E, a Ana Arruda, eu 'dormi' uma noite com ela, numa geladeira. O Rio importou da Inglaterra uma máquina de tortura chamada 'geladeira' que só tinha no Rio. Ficava uma pessoa do lado de fora, outra do lado de dentro, o lado de dentro era branco e extremamente gelado. O lado onde eu fiquei era escuro

e extremamente quente, e você ia ficando com uma sede terrível. Um gás quente era liberado, o que piorava a secura na boca. Se pedisse água eles davam um balde de água salgada. Então tem que resistir. Eu fiquei um dia nesse negócio.

Bom... então, essa coisa que eu estava lhe falando, desse professor... Ele me contou que quando foi preso descobriram a arma e ameaçaram torturar a mãe dele. O irmão dele era capitão do exército, acho que tinha saído por causa do Golpe, tinha pedido demissão. Eles ameaçaram disso e daquilo, com um revólver na cabeça. Quando os caras ameaçaram castrá-lo, foi um desespero total. Terminou abrindo o nome do Merivaldo Araújo e o ponto que tinha marcado com ele. Tinha uma senha, ele ia telefonar, se encontrariam, e entregaria a arma. O DOI-CODI cercou, porque já sabia quem era o Merivaldo, tinha agente vendendo bala, pipoqueiro, e era só DOI-CODI... Eu estava na geladeira à noite quando o Merivaldo entrou no DOI-CODI. Os caras estavam numa alegria louca pela captura.

'NÓS SOMOS PELA VIDA'

Quando me soltaram com a Leonor, nos pegaram no DOPS e levaram para o Ministério da Guerra. Assinamos um documento, e depois um policial civil nos pegou e nos deixou em frente ao Ministério da Guerra, na Presidente Vargas. Falou: 'Vocês estão livres'. Fomos para a CNBB, porque a CNBB soube imediatamente da prisão. Havia um sobrinho de Leonor morando conosco, e ele foi na CNBB. A CNBB agilizou os esquemas que tinha e terminou descobrindo que a gente estava no DOI-CODI, e fez pressão. Depois que saímos do DOPS, ficamos meio sem saber o que fazer. Isso em maio de 1973.

Leonor não conseguia dormir, estava muito nervosa. Leonor foi estuprada, ficou grávida, não acontecia a menstruação. Foi o drama maior. Foi ver o D. Hélder, o D. Ivo - ela era cristã e muito autêntica, muito forte. Os militares enlouqueceram com ela. Diziam: 'Ela não fala nada, o marido falou de uns caras que estão presos, mas ela não fala nada'. E D. Hélder e os bispos não sabiam o que dizer: 'Você não pode ter filho de um torturador, é um absurdo, mas como cristãos não podemos falar em aborto'. E eu sei que uma noite a gente conversou e eu disse: 'Nós somos pela vida, eles que são pela morte, então é uma vida que vem. Não há determinismo de ser um mau caráter. Então vamos respeitar a tua religião e vamos ter a criança'. Aí, no outro dia, ela abortou, resolveu uma situação complicadíssima.

Bom, voltei para o trabalho. Espantei que não me demitiram. Toda a semana tinha que ir ao Ministério da Guerra assinar o ponto. Uma vez nós estávamos na Zezé, ali em Botafogo, na subida do morro Dona Marta. Em frente ficavam as irmãs do D. Hélder, e um dia ele estava lá, ia celebrar uma missa.

Fomos lá, conversamos com ele: ‘Vocês vão lá, assinem e voltem aqui, porque eu vou celebrar uma missa para vocês dois, por tudo que vocês passaram’. Leonor ficou empolgada. De qualquer forma, não era uma missa qualquer.

Chegamos no Ministério... aquilo era dez minutos, ficamos cinco horas. ‘Você, o capitão quer conversar com você’. Ficamos numa sala, e entrou o major Chignal, responsável pelo processo do PCB. Ele abriu uma papelada na minha frente, eu olhei por cima, era tudo de Pernambuco. ‘Você conheceu... pá, pá, pá’. Eu disse: ‘Não, eu não conheci dez pessoas que o senhor... ‘ Não são dez, é um só’. Era o militante que tinha morrido em um acidente de automóvel, que foi lá para ser do comando da guerrilha, o Benevides, cuja esposa era sobrinha adotiva do Paulo Freire.

O meu medo ali era o laço com a ALN. Saímos, e voltamos para casa. O D. Hélder fez a missa e tudo. Era um sábado, fui num sebo comprar um livro do Monteiro Lobato para o sobrinho da Leonor e voltei para ir para o trabalho. Quando chego em casa, a Leonor não estava, e eu percebo que as coisas que eu colocava na mesa, uma gravatinha borboleta, estava tudo fora do lugar. ‘Bom, aconteceu alguma coisa...’ Aí eu vou para a CNBB e no caminho encontro Leonor, subindo na esquina da Cândido Mendes. Ela disse: ‘O DOI-CODI apareceu lá, não abri a porta e vi pelo olho mágico... depois de um tempo foram embora’. Voltamos para a CNBB. Quando eu cheguei, fomos ver o Heleno Fragoso, com o Modesto. Eles disseram: ‘Eles vão prender vocês a qualquer momento. Vamos ver o que a gente pode fazer’.

A PROTEÇÃO DA CNBB E A VIGILÂNCIA DO DOI-CODI

E foi assim que fomos para a CNBB e falamos ‘a situação é essa’. Eles ficavam sem saber o que fazer. ‘Vocês vão ter que sair do Brasil’. Houve um certo momento que a gente estava para sair, mas não conseguimos os documentos para a Leonor. Iríamos para o Chile, agosto de 1973. Mas nós não fomos. Estávamos na escada da CNBB sem saber o que fazer. ‘O certo é que não vamos voltar para casa. Vamos ficar aqui até quando?’ Aí, vinha descendo uma senhora da Justiça e Paz, Branca Moreira Alves, mãe do deputado cassado, Marcio Moreira Alves, que estava exilado. Ela... ‘Ah, vocês estão aqui?’ ‘É, a situação é essa...’, e ela... ‘Vamos lá para casa porque lá não vai ninguém’. Nos levou para o Parque Guinle. Ela era neta do Rodrigues Alves, representava os leigos no Vaticano.

Ficamos lá uma semana. ‘Aqui vocês podem ficar tranquilos, ninguém mexe com vocês’. Era um negócio não muito à vontade, ela deixava ficar, mas na hora da janta era um sufoco. Era muito chique. Botaram um copo com água que era para você lavar os dedos, e eu tomei a água! Mas tinha outro lance in-

interessante, ela tinha uma biblioteca fabulosa... Crítica da Razão Dialética em francês, em dois volumes, eu comecei a ler para passar o tempo. 'Ah, você gosta do Sartre?' Eu digo: 'Esse aqui é o mais interessante'. 'É seu, pode levar, fica de lembrança dessa semana aqui'. Mas aí ela abriu, e tinha uma dedicatória do Sartre: 'Cláudio, esse eu não vou poder dar para você'. Ficamos uma semana...

A Comissão de Justiça e Paz conseguiu uma clínica na Rocinha - clínica psiquiátrica. Fomos para lá porque era do INPS. O diretor é do Partido Comunista, o dr. Heitor, que era de Pernambuco. 'Vamos ficar lá. Eles podem nos prender, mas vão ter que assinar um documento; é kafkiano?' Não tinha outra saída, a saída para o Chile não funcionou. E antes disso, a CNBB nos ajudou com a saúde. Quando eu saí, estava com os dentes quebrados, a CNBB me botou no dentista. 'Tem que ir ao neurologista também'. Aí, nos mandaram para o neurologista, o mais famoso, Silva Borges, se não me engano. Fomos eu e a Leonor. Chegamos no consultório dele e ele falou: 'Ah, muito bem feito isso que vocês passaram. Esse negócio dessa RAN, no meu aniversário, a alta sociedade do Rio de Janeiro estava lá na cobertura e chegaram cinco desses caras. Assaltaram, botaram todo mundo no banheiro, levaram as joias, levaram tudo, tudo. Passei a maior vergonha da minha vida com esses terroristas, e você se meteu com essa gente?' Era o cara que ia cuidar da parte neurológica! Não sendo suficiente, descobri que era o vice-diretor da clínica para onde nós fomos. Eu fiquei num lado e a Leonor no outro, no domingo, dia de visita a gente se encontrava. Ficávamos os dois lá num banco... e quem ia visitar? O Modesto, e aos domingos, dois caras do DOI-CODI, de óculos escuros, ficavam lá sentados, como a dizer: 'Nós estamos aqui'.

É que lá dentro era tão complicado, tinha tantos malucos na clínica, e a Comissão de Justiça e Paz nos pagou um quarto, que tinha um homossexual, cantor de um cabaré na Lapa - gordinho, era uma figura muito humana -, Nelson Gonçalves, Cauby Peixoto, Ângela Maria, era uma alegria botaram um garotinho de família rica que foi preso, era viciado e fazia o laço com a polícia. Esse cara saía, voltava de noite, trazia droga. Quando dava meia noite, os guardas derrubavam a porta, a gente... levantavam os colchões a gente ficava de mãos na parede. Aí eu fui para o diretor, já estava puto: 'Isso aqui é pior que o DOI-CODI...' Lá dentro eu tive duas notícias péssimas. Uma, a morte desse professor Jacques. Vi na TV: a ALN justçou o cara. A outra foi a morte do Luis, em São Paulo, li em O Globo. E numa noite aparece lá um pessoal com o Modesto, numa Kombi, nos pegaram e levaram lá para Itaguaí. Ficamos lá um tempo escondido, muito longe. De vez em quando eu fazia um contato. Quando entrou o Geisel: 'Bom... a gente agora tem que voltar para o Rio. Não dá para ficar aqui'. E foi isso.

O TRABALHO DE ASSESSORIA

Chega 1974. Voltamos a morar com o Luis Mendonça, lá na praia do Russel. Eu dormia de roupa, era uma tragédia aquilo. Porque o pessoal do teatro tocava a campainha às 3h da manhã. Era outra vida a deles. Não queria ser preso sem roupa, imagina a maluquice!. Porque no DOI-CODI, quando você chega, a primeira coisa que fazem é te botar nu. Ao mesmo tempo, começava a acompanhar, ajudava o Mendonça a escrever a introdução das peças. Em 1974, o padre Sotero me chamou e eu fui ser assessor dele. A tese dele tem um capítulo que é meu. Então fiquei trabalhando com o Sotero na biblioteca dele, e os livros que eu tinha terminavam indo para lá. Eu escrevia coisas para ele e comecei a escrever textos para um bando de gente, estudantes... recebia por isso.

Como é que você foi para o CEDI?

Sotero circulava com o Paulo Ayres, acho que o Jether também. O Sotero era padre e ele conseguiu para eu ir lá para a documentação do CEDI. Um dia, levei uma amiga minha, e o Paulo Ayres ficou desconfiado, nos chamou numa sala: 'Cláudio, você não traga o pessoal da sua tendência para aqui'. Eu digo: 'Essa daí não tem nada a ver, o negócio dela é arquitetura'. Mas era o clima da época. Enfim, era interessante o trabalho, porque me deu algumas coisas que ficaram definitivamente. Uma é que tinha o pessoal do Conselho Mundial de Igrejas, o Júlio Santana, Barreiro, e tinha debates difíceis de você ter em outro lugar. Tinha umas análises de conjuntura e todo mundo participava. Depois a gente começou... estava a Zezé, Celina, Lucília... ficar responsável pelos jornais e ler conjuntura. Então eu começava a ler também Poulantzas, não sei o que, e lendo o que é análise de conjuntura; e a gente pegava novos jornais por dia para fazer, e depois chamou *Cronologia*...

Tem o 'Aconteceu'...

Aconteceu, exatamente. Então eu pegava as Forças Armadas, Movimento Operário... a gente fazia a discussão e tirava as notícias. Até que um dia o frei Romeu Dale, do CPV, passou e disse: 'Esse negócio aqui não pode ficar aqui dentro. Vou levar para a Comissão de Fábrica da Volks.'. Aí entrou o negócio de Oposição Sindical da Volks. Ele levava e os caras davam uma certa resposta. A coisa começa a tomar outro sentido... isso ainda em 1975. E também a documentação. Conheci a obra de Mariátegui lá dentro, porque tudo que era proibido de entrar no Brasil, no CEDI entrava. Ali, tinha uma fonte maravilhosa de revistas, sobretudo... livro, menos. Esse trabalho de análise de conjuntura foi evoluindo e me contrataram para trabalhar nessa área. Depois, chega o convênio com o Agostinho. Aí vira uma dupla militância, como o Beto falava

‘você está com dupla militância’. Porque quando chega ali era a coisa do CEDAC – Centro de Ação Comunitária. O CEDAC não existia, mas o Agostinho começa já em 1977, a gente já podia ir para a Oposição Sindical.

Me meteram em Volta Redonda, na Oposição Sindical Metalúrgica. Um setor era trotskista e o outro setor era da Ação Católica Operária através do Altamiro. Tinha o Wagner. Nesse mesmo ano de 1975, tinha a Pastoral Operária... é criada a Comissão Nacional da Pastoral Operária. Tinha disputa, Agostinho, aquela turma ligada ao CEDAC, disputava com outro grupo; o Frei Ivo, Adair, Rogério Vale, era uma briga danada entre eles. Em 1977, já circulava com Agostinho, e a gente trazia muito informe para dentro do CEDI. Agostinho circulava muito e jogava a gente para aqui, jogava para ali. 1977, 78, aí começam as greves, e eu disse: ‘Bom, agora eu vou... antes das greves eu vou estudar, eu tenho que ir para universidade, retomar os estudos’.

Ferreirinha também?

Ferreirinha chega em final de 1978, quando houve a Anistia. Mas em 1978 ainda chega o Piragibe, conhecido como Comprido, que estava exilado. Era uma cabeça muito inteligente. Para mim, inteligência igual a do Betinho. O cara clandestino a vida toda, foi da POLOP, conheceu o pessoal da Dilma, lá de Goiás. Ele era de Goiás lá de cima, Bico do Papagaio. Toda a luta de Ligas Camponesas ele estava envolvido com o Carlos Alberto, que foi assassinado, e com o marido da Maria do Carmo, que era o Juarez Brito. Eles eram amigos, Eder Sader, Emir Sader. Uma turma toda muito bem articulada com o trabalho no campo e que não foi para a luta armada. E o Castro chega, e o Agostinho com aquele jeito dele... ‘Cláudio, vou te mostrar um cara aí lá no Catumbi’. Eu fui para o Catumbi, mas antes disso começamos a mandar para a Oposição Sindical no exílio, porque lá tinha um pessoal (Paulette Ripert, Henriette Chaponay) que traduzia.

Em 1978, foi o maior sucesso lá fora. Eles traduziram, publicaram pelo CEDAL o número especial do *Aconteceu*, e jogaram na Europa o movimento sindical sobre as greves. O pessoal da Oposição Sindical Metalúrgica estava lá, o Ibrahim, Conceição, era esse pessoal... Ferreirinha, Luizão, Roberto de Las Casas, o Roque... era a turma toda que estava lá. Quando é 1978 eu vou no final do ano – novembro –, no Catumbi ... aquele segredo do Agostinho, e lá em cima no último espaçozinho onde tem o sino. Ali estava aquela figura do Comprido, que tinha acabado de chegar da Europa, porque ele não era condenado. Ele era ligado à Oposição Metalúrgica em São Paulo. Ele escapou quando prenderam o Rossi e tudo. Diz que em 1964 ele era economista da Petrobrás.

A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA DE AUTOGESTÃO

Aí eles disseram: ‘Tem um projeto aí, nós estamos chegando da Europa, temos uma ideia do que nós vimos lá de experiência na Argélia, Revolução dos Cravos, de uma coisa de autogestão’. Com a Revolução dos Cravos, o que entrou de livro sobre autogestão no Brasil foi impressionante! Vinha tudo de Portugal, e eu comecei a achar interessante. Eu já tinha uma leitura, e da Europa eles mandaram muita coisa. Chegava aqui no CEDAC... vinha a Angelina, vinha Agostinho - porque eles tinham o contato praticamente direto. Todo ano enviavam três do movimento popular, três do movimento sindical, que ficavam três meses lá na Europa, circulando lá, com o projeto da Henryane para conhecer aquilo... foi Gilberto Carvalho, foi Miguel Rosseto, foi o Ananias, Farias de Lima... Então esse pessoal ia... e quando eu estava lá, eu terminei circulando também...

Quando foi, anos 1980?

As greves de 1979 abriram um espaço imenso. Iriamos elaborar a plataforma do CEDAC com três eixos centrais: a crítica do partido de vanguarda - que era a disputa ideológica com PCB, e que é possível um partido de trabalhadores; depois, a crítica à estrutura sindical vertical. E propusemos o que existia na Europa (depois o Ibrahim escreveu um texto) que é a questão de uma central unitária dos trabalhadores – não Central Única, era uma central unitária dos trabalhadores; e a alternativa do socialismo autogestionário, uma crítica ao socialismo estatal da União Soviética. A saída seria o socialismo com base na autogestão.

Eu fazia o trabalho no CEDI e nos fins de semana andava pelo Brasil. Na época, pouca gente sabia o que era Oposição Sindical, e eu virei especialista, porque esse trabalho era feito com o MOMSP (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) - Valdemar, Anísio, Neto, Bombardi. Houve uma reunião em Paris, em 1978... eu tenho esse material. Estava Marco Aurélio e essa turma toda estava lá. E eles estavam dizendo, pensando no retorno: ‘O que nós vamos fazer no Brasil? Para os do PCdoB, o partido da classe operária já estava lá; do PCB eu acho que não estava lá, e tinha os outros, o Eder, o Marco Aurélio e uma boa parte dizendo ‘não, nós vamos para formação, vamos fazer formação’. Tanto que vem o CEDAC, e criaram mais oito entidades desse tipo. Era uma rede, na verdade: tinha o CEDAC sede no Rio, tinha em Minas, na Paraíba, tinha em Pernambuco, tinha em São Paulo, que era o CAPES, José Ibrahim e Silva, Portela e outros; houve um racha, Rolando Frati, Roque Aparecido, Sílvia Portella, criaram o CEPASE.

A FASE estava nisso aí também?

Recentemente, conversando com Ademar Bertucci, na sede da Cáritas Nacional, em Brasília, fiquei sabendo que o grupo sindical da FASE-SP, esteve

nestas articulações. O próprio Ademar foi a Paris e fez contatos. Mas na entrevista que fiz com Zé Ibrahim este me relatou que a articulação começou mesmo com a ida à Bruxelas de outro membro da FASE, Adalberto Nauchausan, da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Adalberto levou o contato de Ferreirinha para Ibrahim ir encontrá-lo em Paris. Ibrahim, que não tinha contatos com pessoal ‘da Igreja’, no caso JOC, recorreu a Affonso Delelis, sindicalista metalúrgico de São Paulo, que era do PCB, estava exilado em Paris. Ibrahim conhecia o pessoal da FNT, como Groff, da época da greve em Osasco, em 1968.

APOIO À OPOSIÇÃO SINDICAL

A questão da formação foi uma loucura, coisa de três dias, fim de semana. Mil novecentos e setenta e nove todinho foi esse trabalho. Já tinha a Comissão Nacional da Pastoral Operária, basicamente metalurgia, Oposição Sindical, a gente se reunia ali na Posse, em Nova Iguaçu, fazia os encontros nacionais.

O ENTOES foi nesse período?

Voltou o pessoal todo. Ibrahim chegou em 1978, foi ‘boi de piranha’ para experimentar a reação da repressão. Desceu em Viracopos, havia não sei quantas mil pessoas, o PT estava lá. Essa experiência da oposição na Europa eu pesquisei, fui à França e pesquisei material, entrevistei, pesquisei cartas para lá e para cá. Peguei tudo o que houve em 1978 ou antes disso. Um francês, Alfredo Herve, chegou na CFDT (*Confédération Française Démocratique du Travail*), com o René Salane, que era o responsável de relações internacionais. A CFDT tinha uma experiência de JOC muito forte, o sindicalismo da JOC, a autogestão, comissão de fábrica, trabalho de base, greve com ocupação, desde os anos 1950. Alfred falou com o René Salane: ‘Há um companheiro aqui, um negro chamado Ferreirinha, da JOC, ele fugiu, está no trabalho de oposição. Em 1973, o Fleury pegou quase todo mundo, desmontou a oposição que atuava em todos os estados, e a esposa dele está presa, a Ironi, e está grávida. Então, queremos um trabalho de pressão sobre o governo do Brasil para ver se soltam ela, e apoio para ele aqui, apoio financeiro, saúde.’

O René então chamou o Ferreira para conversar. Mas Ironi foi solta, foi para a Bélgica, na barriga estava a Adriane, e quando ela chegou... ‘Bom, o problema não é mais ajuda financeira nem humanitária, a gente quer ver agora como apoiar a Oposição Sindical, o Novo Sindicalismo no Brasil. Ferreira falou: ‘Bom, eu me comprometo a trazer o pessoal operário que está aqui para um trabalho sindical’. Salane pediu então: ‘Entrando aqui, cada um deixa a sua organização de lado, VAL-Palmares, VPR, AP e PC. A nossa questão é outra. É um apoio ao movimento sindical pela CFDT: nós vamos ter recursos

para vocês, dinheiro, publicação e vamos dar um apartamento, onde temos uma gráfica, local perto da sede Central'. Aí, juntaram o Ibrahim, Ferreirinha, Manoel da Conceição, Luizão, Delelis (que era Partidão, mas ia às reuniões), o Rolando Frati, e reuniram algumas pessoas... o Barbosa, que era de Pernambuco (faleceu há pouco tempo), juntaram esses... o Piragibe, como assessor - que não era sindicalista -, e eles começaram a criar Comitês, grupos, na Europa, de apoio à Oposição Sindical, Grupo de Apoio à Oposição Sindical, o GAOs, e remetiam dinheiro para o Brasil.

O MOVIMENTO PRÓ-PT

A gente aqui pegava o *Aconteceu*, *Cronologia* e quando vinha alguém, a gente ia no aeroporto, e os caras levavam para lá. Lá, criaram o *Boletim Brésil des Travailleurs*, foi, então, um tremendo de um trabalho, e depois das greves de 1978 eles resolveram fazer um grande encontro. Marcaram uma data em Bruxelas, estava ocorrendo um encontro mundial do movimento sindical. Então eles disseram: 'Vamos fazer o seguinte, vamos tirar essa data, vamos jogar para frente, porque a gente vai pegar todo esse pessoal'. E, realmente, centrais sindicais do mundo inteiro estavam ali. O pessoal do Brasil todo lá dentro. Fizeram dois ou três dias de debates sobre o que estava ocorrendo no Brasil. Depois desse, em Paris, fizeram um encontro dos comitês para ver o que fazer no Brasil. Decidiram pelo movimento pró-PT, com algumas exceções, que pensava mais em uma Frente...

Esse encontro em Bruxelas foi muito interessante, porque eles chamaram quatro militantes do interior (Brasil). Aí foi o Zé Pedro - que era da Oposição Metalúrgica de Osasco... foi à Bruxelas para falar das greves; o Hélio Bombardi, dos metalúrgicos de São Paulo; o Wagner, das greves de Contagem, lá da metalurgia, e o irmão da Silvia, o Antônio Portela, que era da oposição dos bancários, que em 1979 derrubou a pelegada. Os quatro foram, e tem as palestras deles. O Conceição também estava lá, fez uma palestra bonita: *Porque optei pela Oposição Sindical?* Eu acho que só eu tenho esse texto, escrito da mão dele.

O Rolando Frati fez a abertura: *A História do Movimento Operário Sindical*, que era a vida dele. Ele entrou no PC em 1935. Aí, deu um livro bem interessante. Quando esse pessoal vem, arrasta recurso lá para o CEDAC... essa área sindical do CEDAC era extremamente forte. O Frati é que dizia 'quando a gente reúne o Conselho do CEDAC, tem mais preso político do que o Comitê Central do Partido Comunista'.

Você ficou no CEDI e CEDAC ao mesmo tempo, ou você saiu do CEDI?

No CEDAC, fiquei até 1989. No CEDI, até 1979. Depois saí, porque não dava mais conta. Aí o ENTOES... A proposta do MOMSP era a seguinte: 'Nós

vamos realizar o Encontro Nacional das Oposições Sindicais’, e o pessoal do lado de cá dizia: ‘Não, se a Oposição Sindical quiser fazer o seu encontro, um seminário sindical, faz.. discutir os seus problemas’. Agora, aqui, é um sindicalismo combativo, de massa, que nós não imaginamos fazer um encontro desses sem o Lula, sem o Jacó, sem o João Paulo Pires, Vasconcelos ‘. E aí, o Hélio, o Neto etc.: ‘Bom, mas chamamos vocês aqui para discutir o ENOS’ (Encontro Nacional da Oposição e não o ENTOES). O outro grupo: ‘Não, a questão não é da oposição ou sindicato combativo. O divisor de águas é contra a estrutura sindical. É um encontro nacional de trabalhadores em oposição à estrutura sindical, o ENTOES’... ‘Então vamos votar’.

A RETOMADA DOS ESTUDOS E A MILITÂNCIA

E, o pessoal do MOMSP achou que ganhava, mas perdeu. Fizeram um acordo com os trotskistas da Convergência e esvaziaram o ENTOES, que foi lá em Nova Iguaçu - acho que foi 1980-81. Aquilo foi um trabalho de louco e eu não tinha carteira assinada, não tinha nada. E na época do ENTOES, eu ia fazer um tipo vestibular no CIEPE para ir para a universidade... quando reuniu no CEDAC essa turma toda do sindicalismo: ‘Bom, nós temos que articular um encontro, você vai para o Paraná, você vai articular as oposições rurais para o Encontro do ENTOES’... eu digo: ‘Pô, mais se eu for, e as minhas provas?’... ‘Ah, mas Claudio... o movimento... etc...’. Não precisava muito para me convencer. E lá fui eu, um trabalho extremamente cansativo, viajar à noite, encontros às noites, Medianeira, Apucarana, Pato Branco. Voltei extremamente cansado.

Um dia estava almoçando num restaurante na galeria do Largo do Machado, onde ficava a sede do CEDAC, e desmaiei. O pessoal: ‘Pô Claudio, tu tá fraco, negócio de saúde, não sei o quê’. Aquele troço vinha desde a prisão. E eu comecei a perceber que estava sendo seguido ostensivamente por um cara, durante seis meses. No andar de baixo do nosso apartamento tinha se instalado um pessoal, com aparelhos de escuta na janela. Um dia a Leonor entrou no prédio - nós já morávamos na rua da Glória -, um prédio pequenininho, tinha um cara no corredor... e era o período que começaram a botar bomba em banca de revista, OAB, e Rio Centro. Isso já era 1980 - 81.

Então fui para Recife, repousar junto à família. Disseram: ‘Você vai descansar em Recife, porque você não está bem, precisa se recuperar. Quando estava em Recife, invadiram o apartamento. Leonor me liga... ‘Olha, invadiram o apartamento, tem uma suástica desenhada (os livros do Marx tudo riscado em vermelho, com suástica), tudo aqui jogado no chão’. Aí, eu peguei um avião, voltei. C, chamamos o D. Celso da CNBB, o Ari, que era da Pastoral dos Trabalhador, o Modesto, o Lysâneas, foram lá. No dia que eles foram lá,

tinha uma ameaça de bomba ao lado do Angelorum, todo mundo descendo, e Modesto reconhece um tal de Hélder. Aí eu disse: 'Olha, Modesto, aquele cara é o que estava aqui, várias vezes entrando aqui no corredor'. Ele disse: 'Esse cara é do DOPS, que eu conheço'. Os advogados conheciam ele. Bom, depois que invadiram, esses caras foram embora. A Leonor descobriu que um deles era oficial do exército, cuja filha estudava no Angelorum.

Depois fui saber que a OAB, naquele período, contratou uns detetives para investigar o assassinato do Mário Alves, e descobriram que foram nove militares. Tinha a prova do Raimundo, da Maria Emília - que viu o Mario Alves -, e do Tônico. E aí o que eles fizeram? O Tônico, sobretudo, eles mandaram uma bomba para o escritório dele. O tio dele que recebeu e ficou aleijado. Mandaram para o presidente da OAB, que abriu o processo, o Seabra Fagundes, e a Dona Lyda, a secretária que recebeu - era carta bomba. Foi a mesma época do Rio Centro. Montaram um clima terrível, e aí o Ferreirinha, a gente sentou... tinha um coletivo sindical... era Ferreirinha, João Paulo, Lula, Jacó Bittar... eles se encontravam lá, e o Ferreirinha, disse: 'Bom, vamos fazer o seguinte: nós estamos para construir a CUT, o Claudio é ligado nesse negócio de educação popular, vamos mandá-lo para a França, ele fica na CFDT...'. Aí, a Henryane, que estava no Comitê Catholique, deu uma parte da bolsa e a CFDT deu a outra.

Nessa noite que eu cheguei de Recife, que invadiram o apartamento, a Leonor não ficava sob hipótese nenhuma, ela estava enlouquecida. Aí... nós fomos para onde? Para a casa do Jether e da Lucília. Dormimos lá essa noite, para no outro dia tentar conversar com as pessoas, para ver mais ou menos o que fazer. Depois, nem voltamos lá e fomos ficar na Zezé, esperar a documentação para ir embora. Até que, em julho de 1981, fomos para a CFDT ver como é que era a formação sindical numa central (nós tínhamos esses sindicatos no Brasil, não tinha central sindical), e também cuidar da saúde. Para Leonor foi difícil, porque ela foi num rabo de foguete, assim, foi me acompanhando. Chegou lá, ela foi estudar francês, na Aliança Francesa.

VIVENDO NO EXTERIOR

Vocês ficaram quando tempo no exterior?

De 1981... 82 e 83. Eles queriam mais dois anos, eu digo 'gente, eu já vi tudo aqui' - de formação. Ia para Alemanha, Portugal, Suécia, Itália, Espanha, assistir os cursos, discussões. Li muito no CEDAL, e com o CEDAL eu circulava pela Europa com o pessoal da América Latina. O Gilberto Carvalho, quando esteve lá, nós andamos a Bélgica toda. Fui à Polônia, na época do *Solidarnosc*. Onde eu chegava, comprava muitos livros. Paris eu conhecia pelos sebos, livra-

rias. Eu voltei com 250 kg, veio de navio, é livro que ganhava e comprava. Em viagens posteriores, ia aos sebos: 'O que tem da Rosa, eu quero tudo'. Os ingleses vieram depois, o Raymond Williams e o Thompson, porque na França não tinha esses autores. Então veio uma ideia de uma biblioteca - pensei: 'Um dia, disso aí eu vou fazer alguma coisa'. Eu fiz agora, doando uns 20 mil ao Fórum Social em Porto Alegre, para montar uma Biblioteca Pública.

Eu voltei e fui para a secretaria de formação no Rio com o Ferreirinha. No CAJAMAR, em 1986, começamos a pensar a política nacional de formação da CUT. Assisti o primeiro curso de formação de formadores na Itália, em pleno inverno, um frio desgraçado! Ia conhecendo como é que se monta a estrutura da formação numa central. E funda a CUT. A gente tinha uma decisão a ser tomada, então fizemos alguns encontros - na greve de 1980 ou 1981 -, no ABC. Estávamos em Cachoeiras de Macacu, vinte dias numa atividade de formação com 40 dirigentes do Brasil todo. Só não tinha os caras do ABC. Você levava Zé Pedro, Waldemar Rossi, Manoel da Conceição, vinham os sindicalistas da França, do Canadá, da Itália, para falar sobre o sindicalismo. E depois fizemos, em Teresópolis, os cursos sobre o socialismo. Juntava a fina nata. Vinha gente do Brasil todo. Quando deu 1984, veio as Diretas, aí abriu o campo todo, eu nem sei quantos cursos eu fazia. Andava o Brasil todo.

Pelo CEDAC sempre?

E aí abria uma linha de publicações que tinha o nome de *Brasil dos Trabalhadores*, que era o nome do jornal lá fora (*Brésil des Travaileurs*), um boletim e um jornal que se chamavam *Unité Syndicale*, que o PC pegou o nome.

A DISPUTA ENTRE OS METALÚRGICOS

E a oposição entre o MOMSP e os metalúrgicos do ABC? Há seis meses fizemos no IFCS um encontro e chamamos esse pessoal: Waldemar Rossi... e continua uma certa bronca com o ABC.

Nunca se dissolveu. Continua, continua. Fizemos o seguinte com eles: 'Nós temos uma afinidade muito grande com vocês, vocês puxam a coisa da COB Boliviana, da autogestão, comissão de fábrica, nós estamos juntos... Agora, se não tem massa como tem o ABC - Jacó, João Paulo - não tem sentido para nós falar em sindicalismo desse tipo. Tem que ter sindicalismo de massa. Fundamos o CEDAC, em 1979, andamos o Brasil todo. O Waldemar ficou muito bravo. O acordo era fundar algo junto.

Waldemar adiava a fundação desse Centro. Após o CEDAC, criaram um Centro em São Paulo. Então, tem um problema nosso com eles e eles um pro-

blema com o ABC, e no nosso caso tinha o Zé Ibrahim. Porque o Zé voltou, tinha eleição de metalúrgico de Osasco e ele ganhava fácil. Mas aí tinha a coisa do PT, ele foi para a executiva, teve um papel fundamental, mas nada de sindical. Aí, em 1981, quando eu estava lá fora, chegam um dia em Paris o Jacob Bittar, José Ibrahim, Jorge Bittar e Ferreirinha: 'A CFDT nos botou para fazer um giro pela Europa, porque logo a gente vai fundar a CUT, e precisamos ter os contatos'. Foi assim: o Jorge Bittar e o Ferreirinha foram para o sul: Espanha, Itália, Portugal; e o Jacó e o Ibrahim foram para o norte, para conversar, discutir o apoio para a fundação da CUT, tudo...

Quando tem o congresso da CUT, o Jacó, em parte devido a essa viagem, é eleito secretário de relações internacionais, e ele chamou o Ibrahim para seu assessor. O Ibrahim manda um recado para ele: 'Eu quero ser o responsável de relações internacionais, se você quiser ser meu assessor...'. Porque o Ibrahim tinha o peso de metalúrgico da greve de 1968 - preso, torturado, VPR; Lamarca, exilado... era duro trabalhar isso, tinha um peso grande, e as esquerdas começaram a apoiar o Ibrahim em disputa com o Lula, dentro do PT, e o Ibrahim foi em frente. Até que ele descobre que o negócio do Ibrahim, da autogestão, não tinha nada a ver, principalmente os trotskistas, que eram Centelha, *Em Tempo*. Aí..., deixa o Ibrahim sozinho - o Ibrahim e Lula. O Roque Aparecido várias vezes tentou aproximar. Um dia, marcaram um almoço para o Zé Ibrahim ir lá no ABC, e na hora, assim, pelas 10 horas, o Ibrahim disse: 'Você fala para o Lula, se ele quiser, ele venha aqui em São Paulo ou em Osasco, porque eu que não vou para lá, ele que venha aqui no meu terreiro'.

Então, era uma relação muito difícil, que depois se deteriorou com o José Dirceu no PT. O Ibrahim saiu e perdeu o pé dessa história, ficou trabalhando conosco, mas chegou um ponto aí que ele foi para a Força Sindical, depois para USD do Alemãozinho, e no final a UGT.

A VEIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Para a gente ir até o final dos anos 1980, nesse período já de CUT, CEDAC, você se dedicou a esse tipo de...

Essa coisa ficou no DNA. Era um tipo de compromisso. Porque se eu tivesse saído da prisão, não tivesse ido para o CEDI, o caminho ia ser outro. Não sei se eu ia encontrar Agostinho e fazer esse tipo de coisa. Porque o Agostinho fazia porque tinha recurso do CEDI, um convênio, um contrato que foi feito, que dava para viajar, tudo... sem dúvida nenhuma. Se não fosse isso, eu ia fazer o quê? Ia voltar a estudar ou ia ser um militante do PT. Eu nunca quis cargo do PT, eu fui delegado no congresso de fundação do PT, no Rio, mas digo: 'Não,

PT... nós da autogestão... PT é outra coisa, o negócio são os trabalhadores, a central dos trabalhadores, as comissões de fábrica'. Aí, no CEDI, entrou a coisa da educação popular - tinha vocês, a Bia, o Elter, o Brandão -, e aí juntou o pessoal do NOVA, Aída, Regina, Pedro, Leticia. O próprio trabalho do Jether, também, com a educação popular.

Porque você acha que passou esse período tão grande da sua vida, desde jovem, com a ideia de ser contra o regime, enfim...

Fui vendo isso, comecei a refletir. Quando comecei a escrever as memórias, já tem uns 10 anos, e eu fui lá mergulhar no Nordeste, e penso que fui criando uma 'estrutura de sentimento', sobretudo em Caruaru, um contraponto ao que eu vivi no Brejo, aquela vida solidária, viver no campo, aquela coisa toda. Era uma maravilha aquilo. Depois, o contraste com Caruaru. Caruaru marcou muito um sentimento de injustiça muito forte que tinha, esse negócio foi decisivo...

Depois, a militância, a barbárie do outro lado, a morte de algumas pessoas... porque era você abrir o jornal... eu tinha uma dificuldade imensa - eu choro de alegria, de dor é muito difícil... Você abre o jornal, 'morreu fulano de tal, foi suicídio, foi tiroteio...' a gente sabia que era mentira. Então foi juntando um negócio com o conhecimento, porque eu passei a ler muito, a estudar muito para ter uma base também para entender história, economia, os grandes pensadores socialistas, marxistas, e o principal – a ideia da educação popular.

Meu trabalho foi sempre articular educação popular com projeto político (da autogestão socialista). Assim foi no projeto do CEDAC; depois na política nacional de formação da CUT; em seguida, no INCA (Instituto CAJAMAR); e, por último, nos anos 2000, na SENAES, com a economia solidária, e na RECID, com o tema do poder popular, ambas no governo Lula.

Entrevista realizada em Porto Alegre (RS), em 11/06/2013,
por José Ricardo Ramalho.

Maria Angélica Gentile

INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA

Meu pai era filho de imigrantes italianos. Vieram para cá com problemas políticos. Lá eram pessoas da resistência... mas eram pessoas que tinham pânico, porque viram a família passar por muita coisa. Tanto que eu sempre procurei, dentro de casa, ficar bem disfarçada porque eu sabia que na minha casa era um pânico total.

Tinham passado por muita coisa?

Meu pai não, mas meus antepassados sim. Minha mãe tinha uma irmã que morreu bem novinha, e morreu porque não aguentou de tanto desgosto. Casou-se com uma pessoa que tinha um papel de destaque na direção do PCB, que participou da Intentona e que pegou o Filinto Müller na tortura. Ele não morreu, sobreviveu, era mecânico da aeronáutica, ficou sem condições de sobrevivência porque foi demonizado, era isolado. Ninguém queria saber dele, e para depois reconstituir alguma coisa na vida e conseguir sobreviver, foi uma dificuldade muito grande.

Então, era uma casa que entrava em pânico com essa coisa da militância partidária- revolucionária. Meu pai era servidor e a minha mãe dona de casa. Ela era meio enrolada, porque teve cinco filhas mulheres. Meu pai, como italiano, tinha uma única irmã, e italiano tem aquele negócio de precisar dar seguimento ao nome... e o nome da família dele ia acabar. Então minha mãe, coitada, tentava desesperadamente. Depois não sabia o que fazer com cinco filhos, que não era pretensão dela. Eu fui a última desses filhos. Estás a ver que eu era assim, o monumento da frustração dela [risos].

Quando o seu pai veio para cá?

Antes dos anos 1920. No final da década de 1920, bem novinho, bem criança, então...

Minha mãe era brasileira.

Isso no Rio?

No Rio. Eles vieram para diferentes lugares. Um irmão foi para o Rio Grande do Norte e lá constituiu a família dele. Depois, uma amiga minha que era juíza do trabalho também, a Edna Klaus, me disse que a origem dela tinha relação com a parte da minha família que ficou no Nordeste. Um outro irmão foi e ficou em São Paulo. E o meu avô, com a família dele, veio para o Rio. Eu fiz o meu primário quase todo em São Paulo, porque fiquei muito tempo com esse meu tio de São Paulo. O filho dele casou, e ele e minha tia ficavam muito sós. Eu era muito ligada nele, e então ele me convidou: 'Ah, vem para São Paulo'. Eu era pequena. Vim para cá já para fazer a admissão do ginásio. E aí depois não saí mais.

Esse seu tio de São Paulo era militante ativo?

Não. O militante ativo era meu tio por afinidade, porque ele casou com a irmã da minha mãe. Era um baiano. Casou, e logo depois ela morreu. Se chamava Oscar, tio Oscar. Quando ele morreu, eu era pequena, mas me lembro muito dele, porque era uma lenda. Todo mundo contava a história dele. Ele ficou com muitos problemas, muita sequela, muito problema de saúde, foi muito torturado.

Na época do Getúlio?

Filinto Müller. Foi aqui no DOPS mesmo, no prédio do DOPS, já naquela época ele já era do...

Mas o seu pai não estava envolvido na política dessa forma?

Não, só o pânico. Sempre achando que tudo... hoje, analisando bem, eu diria que ele era um belo anarquista: 'Porque era tudo um bando de ladrão, um bando de safado, que não escapava ninguém, que o cara estava voltado todo para o interesse pessoal dele, que não interessava nem um pingão nos interesses da população, e que para ele tanto fazia como tanto fez, a, b, c'. Era assim, desse jeito. Era um crítico, e não queria saber de nada: 'Tudo vagabundo, tudo ladrão, tudo safado'...

Que tipo de servidor público ele era?

Era da secretaria de fazenda, lotado no setor de fiscalização. Não faltava amigo dele para querer seduzir, levar para as coisas de política, mas ele era avesso mesmo à política partidária. Para ele, UDN e PSD era tudo a mesma coisa. Me lembro que minha mãe dizia: 'Mas por incrível que pareça, os caras da UDN apesar de não valerem nada, serem a direita pior que tem no mundo, são eficientes, fazem as coisas. Pelo menos isso!' Vi ela falar várias vezes do

Lacerda... eficiente, fez escola, fez não sei o quê. E eu falava: 'E matou os pobres também'. Aí ela falava, 'Ahhhh, de direita, claro, mas era eficiente' [risos].

Bom, aí, o que acontece? Quando você vai para a escola, era uma escola boa, tinha bons professores, e os professores - muitos com uma visão política boa -, orientavam a gente para ler. E aí caí na leitura. Li muito, muito, muito, muito.

Tinha muitos professores que eram uma bêtise, uma bobagem, bons tecnicamente, mas que não estavam nem tomando conhecimento. Mas tinha aqueles de história, de geografia que eram pessoas assim, que percebiam, que tinham uma sensibilidade e tudo, e eles davam uma orientação para ler. Me lembro que quando li *A História da Riqueza do Homem* eu falei, 'Gente, eu tenho que atuar' [risos].

Isso foi no início dos anos 1960?

Foi. Terminei o Instituto em 1963. Em 1964, tinha... porque quando você se formava, naquela época, querendo ou não querendo você tinha que trabalhar. Era automático. Virava uma professora do estado. Aí, me enrolei toda. Naquele ano só fiquei por conta do trabalho. Em 1965, fui fazer o pré-vestibular no Hélio Alonso. No cursinho, foi fantástico, porque na minha turma eu já conhecia um pessoal - foi aí que conheci a Aurora, conheci a Sonia Ramos, que era do MR-8, conheci todo mundo. O Hélio Alonso era ali na rua México, 31. De vez em quando, quando estou no centro, passo ali, olho aquela portaria...

Antes de falar no vestibular... as suas irmãs todas fizeram...

Sim, mas nenhuma foi para a militância.

Todas se casaram?

Todas se casaram bem logo. A mais velha fez jornalismo e nem trabalhou. A segunda fez medicina, trabalhou até aposentar. Era do INSS e da Fiocruz. A outra, era do direito também, fez o CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira), também não atuando. Naquela época, ela era duas ou três turmas na minha frente. Quando entrei, ela ainda estava lá. E a outra fez administração de empresas. Fez concurso público e tal e mora em Brasília há mais de 40 anos. O marido dela também era funcionário, também trabalhava em Brasília.

Então, a única que foi para a militância mesmo, fui eu. Essa minha irmã de Brasília, inclusive teve uma experiência traumática, porque no dia que eu fui presa ela foi presa também. Ela sabia, era a única que estava a par da minha militância. Eu já estava fora de casa, e fui me encontrar com ela, pedi para pegar umas roupas e tal, até dinheiro mesmo, que a organização não dava dinheiro suficiente. Encontrei com ela e ela falou: 'Você está indo para onde?' Disse: 'Eu estou indo para casa'. 'Bom, então vamos juntas e quando chegar

na rua você entra e eu sigo'. Daí conversando, fala disso, fala daquilo, os caras vinham cercando a minha rua há duzentos anos, e pegaram a mim e a ela. Ela parece um pouco fisicamente comigo. E aí falei: 'Não, ela é minha irmã, não tem nada que levar'. O cara achou que era o Golpe, porque já tinha havido isso, um irmão que livrou a cara do outro falando: 'Não, mas ele é meu irmão'. E aí o militante se mandou.

Então o cara falou: 'Não sendo uma ou sendo a outra vão as duas', e levou. Ela levou uns tapas, e quando os caras jogaram o jacaré em cima de mim, eles jogaram na sala dela, mas não jogaram em cima dela. De toda forma, botaram na sala em que ela estava, e então minha irmã, ficou... Porque quando você é militante, você tem que saber que está na chuva para se molhar. Por mais que a gente fizesse uma ideia de que aquilo ali era uma barra pesadíssima, é muito mais do que você faz ideia. Não sei como é que se explica isso. Não há uma correspondência entre, teoricamente, o conceito do que você tem do que é e você lá naquela hora enfrentando aquilo. Há um oceano de distância.

MORANDO PERTO DA UNE

No pré-1964, quando você estava no colégio, tua militância já começa no Instituto?

No Instituto, não. No Instituto estava era lendo muito, mas tem outro detalhe também. Eu morava numa rua que até o Marighella tinha morado. Então, casa sim, outra não, morava um da idade do meu pai. Tanto que meu pai não se dava com nenhum deles, porque todos eram militantes do PCB. O mais emblemático deles todos morava numa casa bem velha, ali no número 25 da Correia Dutra. Essa casa derrubaram, e, hoje, acho que é um hotel, desses todos modernos. A rua está desfigurada. Era tudo aquelas 'casaronas' de dois andares. Esse seu Américo era também do Partidão. A frente da casa dele era para a rua Correa Dutra. Aí a casa ia comprida, comprida, muito comprida. No final dessa casa, o terreno dela fechava com os fundos dos terrenos da UNE. A frente da UNE era para a praia do Flamengo, mas a UNE, a configuração daquela casa era um pouco parecida com a casa do seu Américo. Tinha a casa, e depois vinha um quintal grande, comprido, parecia até a casa do meu avô também.

A UNE ficava entre a minha rua e a próxima, que é a rua Buarque de Macedo. Só que era comprida também. Os fundos batiam com os fundos da casa do pessoal da Tânia, que tinha a frente para a rua Correa Dutra. O que acontece? Nós fomos criadas ali junto com o pessoal do CPC, Centro Popular de Cultura. Conhecia todo mundo: Oduvaldo Vianna, Paulo Pontes, todo mundo. Ficavam aquelas crianças ali. A gente era muito pré-adolescente, nem adolescente era. Mas eles eram assim, davam a maior atenção para a gente, a gente adorava

ficar lá. Eles jogavam sinuca e a gente jogava dama, passava o dia inteiro enfiado na UNE. Acontece que quando chegava a polícia para prender o pessoal da UNE, escondido lá no meio de um matinho no quintal, tinha uma escada. Botava aquela escada, eles pulavam o muro, e caíam no quintal do sr. Américo. Saíam pela Correa Dutra, nunca apanharam, pegaram ninguém. Por isso que eles ficaram furiosos, e em 1964, queimaram a UNE.

O Lula até andou falando que ia dar verba para reconstruir o prédio. E a UNE, no governo do Lula, tinha o prédio do direito da UERJ. Quando o Lula foi eleito pela primeira vez, pegou o prédio que era o prédio da UERJ, que já estava fechado há 200 anos, tudo esfolado, e botou a UNE para funcionar ali dentro. Agora, nem sei onde está. Depois que saiu dali, nem me interessa saber, porque a UNE virou a chapa branca.

Então, esse seu Américo, que morava nessa casa, a filha dele, por acaso, mais ou menos da minha idade, casou-se com um menino que era da ALN. Eles foram atuar juntos na ALN e foram trocados no sequestro daquele alemão. Ela e o marido. E aí ela ficou no exílio por dez anos. Mas como o seu Américo fazia? Como era uma casa imensa, a casa devia de ter uns doze, treze quartos, era imensa, todos aqueles militantes antigos do partidão que ficaram desempregados, que tinham dificuldade para tocar com a família e tudo mais, iam morar lá. Lá morava então muita gente boa do Partidão [...]. Eles eram aqueles militantes antigos do Partido. E morreram todos sempre como militantes do partido, do PCB. Até o Prestes, de vez em quando, aparecia por lá.

Você começa enfim a passar por isso...

Ali, a gente já tinha um contato, tanto na UNE quanto na casa dos vizinhos. A gente lia tudo, e discutia... eles contavam sobre a Coluna Prestes e não sei mais o quê... Era uma convivência maravilhosa. O pai desses meninos que escrevem no *Globo* - a Georgette Vidor e o Jorge -, morou muito tempo lá no seu Américo, era um ex-militante. Então, era aquela convivência ali, todo mundo, isso tudo antes do AI-5, de 1968.

ESTUDANTES E A REPRESSÃO DA DITADURA

Entre 1964 e 1968...

Mas quando chegou o AI-5... a primeira coisa que teve um pouco de repercussão foram as prisões de Ibiúna. Todo mundo ficou marcado. Em Ibiúna, pegou todo mundo, tirou retrato, pegou endereço, nome do pai, nome da mãe... Muita gente que até ali ainda estava com a militância estudantil mais ou menos, quando veio aquele negócio de Ibiúna: 'Não, agora, acabou-se tal,

tal, tal...' - foi uma coisa - 'estamos fichados, carimbados'. Então, houve um distanciamento grande mesmo. Muita gente não quis mais saber, não quis mais saber de nada, 'Não, não vou ler mais nada, não quero saber'. Logo em seguida, porque acho que Ibiúna foi em outubro de 1968, quando foi em dezembro, veio o AI-5. Todo mundo percebeu que era chegada a hora de - como dizia o Marighella: 'Quem samba fica, quem não samba vai embora'... ele falava isso. E então todo mundo fez a chamada opção. A ALN surge aí.

Nesse período de 1964 a 1968, o pessoal do Partido foi perseguido também, os operários e tal...

Também. Os operários, militantes também, quando aconteciam certas coisas eles davam uma sumida. Depois, vim a conhecer gente muito mais séria quando estava no movimento sindical, porque vim a conhecer o pessoal da área rural. Até então só conhecia operário.

Eu entrei para a área rural em 1974 (final de 1973), começo de 1974. Nesse período de 1968, fui presa em 1969, depois fui solta em 1970. Acho que foi o pior momento da minha vida, porque não tinha um amigo solto, as notícias que a gente recebia eram de que a pessoa ou tinha morrido, ou ia exilada numa troca de embaixador, ou estava sendo barbaramente torturada. A gente não sabia se a pessoa ia ou não sobreviver. Ninguém falava com a gente, ninguém dava a mínima, e a gente expulsa da faculdade também. Ainda faltava um ano para terminar a faculdade quando caí no decreto 477...

O AI-5 é de dezembro de 1968, e quando voltamos, em março de 1969, praticamente não podíamos entrar porque eles falaram: 'Olha, vocês estão no AI-5'. Deixaram ficar um pouquinho, segundo eles para que pudéssemos fazer a nossa defesa, e eles diziam: 'Se é que vocês têm'.

Foi muito engraçado, eu contei isso para o Zé Francisco naquele dia. O Zé Francisco não sabe assim um milésimo do que a gente fazia no âmbito da CONTAG, usando a estrutura da CONTAG: 'Zé Francisco, você sabia que fizemos a nossa defesa para o AI-5, para o 477, lá na CONTAG?'

Na minha turma da faculdade de direito tinha o filho do Evaristo de Moraes, que era professor de direito do trabalho. O filho dele era da nossa turma, e era ótimo. Ele só não fez a opção pela a luta armada, mas ia a tudo, dava apoio a tudo, ajudava em tudo. E aí ele falou: 'Não, que a gente vai fazer a defesa, é claro!' Então ele falou: 'Nós precisamos de bons livros em um lugar que não levante suspeita' ... Aí a Aurora falou: 'Só se a gente for para a biblioteca da CONTAG'. A CONTAG funcionava, nessa época, na Presidente Vargas... era um andar inteiro.

MILITÂNCIA POLÍTICA

Deixa eu voltar um pouquinho. Você militou até 1968 no movimento estudantil?

Eu me organizei em 1966.

Que trabalho vocês faziam?

O grupo em que eu estava, antes de 1966, ainda não era luta armada. Não era revolucionário. Era a Corrente. Quando foi de 1966 para 1967 esse grupo rachou. Foi o segundo racha. Já tinha tido o racha do PCdoB, e aí o nosso foi o segundo. Em 1967, éramos um partido autônomo, não mais vinculado ao Partidão.

A gente fazia muita coisa. Não era propriamente uma preparação para fazer as ações armadas, mas a gente já fazia alguma ação usando arma. O pessoal falava assim: ‘Se tivesse que usar arma e eu tivesse que dar um tiro, ia acertar qualquer coisa menos o alvo’. Porque eram uns treinamentos muito fuleiros. Mas a gente estava convencido. Quando você pensa hoje: ‘Meu Deus’. Só depois do AI-5, aí sim, é que teve que botar para quebrar. Mas, até ali, era uma coisa quixotesca.

A ação que a gente fazia... fazia levantamento das fábricas, distribuía o jornal. Aquilo já era uma coisa perigosíssima, mas a gente distribuía nas fábricas onde a gente tinha trabalho. Tomávamos rapidamente a fábrica por vinte, trinta minutos, que era o tempo até ser acionado o alarme. Mas cortávamos tudo, comunicação de telefone, tudo. Entrava cortando tudo. Tomava a fábrica, fazia a denúncia, de que era uma ditadura, de que tinha que se organizar, de que todo mundo tinha que resistir, que o Brasil só ia para trás, e fazia a difusão da nossa linha política. E dizendo para os operários que o jornal estava lá, para eles discutirem o jornal em casa, com amigo, com isso... Fazer pequenos grupos para discutir a situação, tentando iludir, enganar a repressão. Não deixar a repressão pegar ninguém, ter cuidado, não sei o quê, cuidado com o que está falando. Enfim, a gente fazia o nosso trabalho lá.

Vocês tinham operários como parte do grupo?

Tinha a base operária. O nosso partido era o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). O nosso secretário geral era o Mário Alves e o segundo secretário era o Apolônio. Um homem que para mim é um Deus. Aí tinha esse partido nosso que herdou toda a estrutura do Partido Comunista.

Você está falando do PCBR?

Eu acho isso horrível, mas a gente, no final, já quando a barra ficou pesada, conseguimos quebrar um pouco isso. Mas era assim, base dos jornalistas, base

dos advogados, base dos professores, base dos operários navais, base da área rural, base... como era o Partidão. Você não misturava muito. Mas como a gente tinha base operária, quem abriu caminho foi o pessoal da base operária. Fazíamos também muita panfletagem. Tirava um bairro para fazer a panfletagem. Até no centro nós fizemos. Ocupar os prédios e jogar panfleto lá de cima, inundar tudo... o pessoal pegava, lia... Fazíamos as passeatas, que também era um movimento de resistência. Depois do AI-5, aí a farra praticamente acabou. Enfim, era uma luta boa, era uma luta de massa boa.

Mas o PCBR chegou a fazer luta armada?

Fez, fez. Eu fui presa assim. Foi um negócio absurdo. Eu devia estar sendo seguida e os caras me pegaram, mas eles me pegaram achando que eu era a loura do assalto. Tinha uma loura nos assaltos de banco aqui. Depois a gente veio a descobrir que o MR-8 tinha uma loura, a ALN tinha uma loura, todo mundo tinha uma loura. Mas eles resolveram achar que era eu. O partido já estava fazendo luta armada, mas eu não era de nenhuma, mesmo porque eu era agitação e propaganda, não era de grupo armado. E aí, quando encontro com essa minha irmã, a minha irmã mais velha, ela era assim meia peruca - essas mulherezinhas que naquela época andavam todas arrumadinhas... E naquela época as mulheres aqui no Rio tinha essa moda de botar peruca. Hoje em dia, quando a pessoa está doente e faz uma quimioterapia e perde o cabelo, as pessoas ficam tristíssimas de ter que botar uma peruca postiça. No entanto, naquela época, era o maior luxo, a maior moda, todo mundo usava peruca - todo mundo que eu digo, que era peruca - que era o caso dessa minha irmã. Ela ia a um casamento e mandou preparar a peruca no salão de cabeleireiro.

Ela então pediu para essa minha irmã com quem eu encontrei, para pegar roupa e dinheiro: 'Olha, eu não vou ter tempo, não sei quê, estou no trabalho, você passa lá no salão tal, e pega essa minha peruca que o casamento é hoje de noite'. Minha irmã foi, pagou e pegou a peruca. E eu estou vendo a minha irmã com um pacote na mão e pensei: 'Esse pacote para mim que não é'. Nem perguntei. Quando os caras abrem aquilo e veem aquela peruca, aí você já viu. Teve um que falou: 'Se fosse você, eu abria o jogo logo. É melhor abrir o jogo logo de saída do que ficar negando'. Então, você já viu... quer dizer, se o que me esperava era mil, foi vezes mais mil. A minha irmã tentava explicar: 'Isso não é dela, isso é da minha outra irmã'. Eles sabiam tudo, tudo, absolutamente tudo. Eles botaram tudo na palma da mão deles. Mas, naquela época, era o início da repressão. Eles não tinham conhecimento de quase nada.

PRISÃO E TORTURA

Início dos anos 1970?

Final de 1969 e início de 1970. Eles estavam tateando. O DOI-CODI estava sendo montado... a cadeira do dragão estava sendo montada.

Em que lugar que era?

Na Barão de Mesquita, na Tijuca. Ali onde é o Primeiro Comando de Escola. O lugar está na lista daqueles que o Tortura Nunca Mais e a Comissão Nacional da Verdade indicaram como os locais onde acontecia isso, e sugeriram que fossem transformados - como se fez na América Latina toda - em centro de memória. A ESLA é um centro de memória, enfim, todos os países daqui da América do Sul fizeram, e aqui é uma resistência muito grande.

Você ficou quanto tempo presa? E depois disso, você foi para fora do Brasil?

Fiquei seis meses presa. Aí, lá em casa, todo mundo começou a dizer: 'Tem que ir para fora, tem que ir para fora'. Uma tia minha que era supercatólica disse que ia para a Brasília, para a Nunciatura: 'Eu vou lá na Nunciatura'. E a Nunciatura era o que tinha de pior, capaz de entregar uma pessoa. No final, minha mãe falou: 'Não, é ela que tem que decidir'. Mas eu estava muito mal, porque saí muito desestruturada, primeiro, porque isso não sai mais de dentro de você; e segundo, porque você é uma pessoa antes deste processo e outra depois, muda totalmente a personalidade. Então, eu estava fazendo tratamento. Minha irmã que é médica tinha um colega que fez psiquiatria, era analista e tal. Atuava até ali naquele... que me parece que não existe mais também... que era aquela Clínica Doutor Eiras, ali em Botafogo. Era famosa essa clínica, era antiga.

Mas esse médico atendia lá, e eu fiquei me tratando com ele. Depois de um tempo, o irmão da Aurora, que era um artista... era um chargista muito bom que trabalhava no *Pasquim* e tudo mais, tinha um humor incrível... então ele falou: 'Não, pode deixar que com a Angélica eu resolvo'. Ele também me ajudava muito, me levava para ir aos lugares. O primeiro dia que eu fui ao cinema achei que era uma coisa do outro mundo!. Porque há um corte com a vida normal. Você já estava vindo de um período de clandestinidade que é já um negócio maluco...

Mas, aos poucos, fui me enturmando. João sempre me levava para cima e para baixo: 'Vamos lá no *Pasquim*'. Eu ia para o *Pasquim* com ele e todo o mundo me tratava assim, e tal: 'O que que você quer?' Era só paparico. Eu fiquei o ano de 1970 todo só me tratando. Não conseguia fazer nada. Quando foi em 1971,

eu estava me sentindo um pouco melhor, comecei a ... O pai da Ana Maria (que era da minha turma e era casada com o Wladimir na época da faculdade), ele era do *Jornal do Brasil*) ... aí ele falou: 'Angélica, vem cá fazer um teste para você trabalhar'. 'Não, nada de jornalismo, nada de jornal', eu falei. Ele falou: 'Não para você fazer redação, é para você fazer correção de texto, essas coisas, nada com jornalismo'. Fiz um teste, passei, o pessoal foi supergentil comigo também. Foi pena que era na época em que o JB ainda era aqui na Rio Branco. Peguei poucos meses aqui. Porque o prédio já estava praticamente pronto ali na Avenida Brasil, e logo em seguida, fiquei pouquinho... mas aí, eu fui... [...].

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS

Saí do JB para ir para o movimento dos trabalhadores rurais. Aí, o que aconteceu? A Aurora, quando a gente ainda estava na faculdade, em 1968, antes do AI-5, tinha um conhecido que conhecia alguém da CONTAG. E ele falou: 'Aurora, porque que você não vai estagiar no jurídico da CONTAG?'. A Aurora foi lá e fez teste, fez entrevista, e conseguiu. Ficou como estagiária lá. A turma inteira tinha a maior inveja da Aurora: 'Poxa, ela conseguiu ir para uma confederação de trabalhadores rurais, isso é que é'... 'Eu não vou trabalhar em escritório'... todo mundo dizia... 'Eu hei de arranjar uma coisa parecida'... Aí, veio o AI-5, acabou-se. Ela entrou no 477 também, ela e a liderança toda do CACO.

Vocês ainda não estavam formados?

Não, faltava um ano. A liderança do CACO inteira pegou 477. Eles foram tão cruéis que além do processo que seria administrativo - o 477 era um decreto para aplicação no âmbito dos ministérios, das faculdades -, pegou também os professores. O Evaristo pegou, não foram só estudantes não! Quatro professores nossos foram cassados, afastados. O melhor deles chamava-se Carlos Arol-do Porto Carreiro de Miranda. Nossa, que homem! Fantástico! Então, Aurora não pode continuar. Aí, a CONTAG já estava de mudança para Brasília, porque em 1964 estava só esperando preparar os prédios. Como era confederação, tinha que ficar onde está a União, e aí, a CONTAG teve que ir para lá. Aqui só ficou a FETAG.

Eu ainda não sabia quase nada daquele encontro de trabalhadores rurais de 1963, que foi fantástico, foi no Caio Martins. E não conhecia a liderança da área rural, ninguém. Foi o pior período, ninguém tinha amigo, não tinha nada. Como é que a gente podia fazer um concurso, como é que a gente podia procurar emprego. Não tínhamos aquela folha de bons antecedentes, enfim, a gente não podia fazer absolutamente nada. Éramos zumbis aqui dentro. Mas quando foi em 1973, voltamos para o movimento, eu e a Aurora. Não me lembro se foi 1973 ou 1974.

Teve alguma coisa aqui no Rio que veio o pessoal da CONTAG, algumas pessoas que a Aurora conhecia. Eles vieram conversar com a Aurora e ela falou que estava em uma situação difícil, porque a gente não podia trabalhar, fazer nada. Tínhamos o curso completo, enfim, mas ninguém ia dar nada para a gente fazer. Só se dava bem quem estava com no *establishment* da ditadura. Sei que ela desenvolveu essa conversa com eles, e eles perguntaram se a Aurora não queria voltar para a CONTAG. Pelo menos lá teria uma situação regular, tal, tal, tal... Ela já tinha um filho, estava separada. A Aurora então veio e discutiu com a gente e me falou: 'Oh, ir para o meio do mato' - que aquilo lá era um matagal, e longe para caramba! Naquela época, levava vinte e tantas horas de ônibus para chegar a Brasília. Era muito longe, era horrível.

Houve alguém que falou: 'Olha, Aurora, você aqui está muito mal, não tem possibilidade tão cedo de modificar, lá, pelo menos é um pessoal bom, é uma possibilidade de fazer um trabalho bom'. Mas nessa altura dos acontecimentos, eu não achava que existisse mais nada dentro das universidades, um Centro Popular de Cultura, um Teatro de Arena, um Teatro do Oprimido, não existia mais nada. Eu falava: 'Esse país não tem mais nada, tem só esse governo aí, com esses milicos e *Pra Frente Brasil*, e não tem nada'.

Então, lá foi a Aurora para Brasília, e eu estava lá no JB, fazendo um trabalho assim... redação. Os jornalistas vinham com aquelas matérias, você dava corpo para aquilo, e fazia revisão de texto para não ter erros de português. Aí, quando foi um belo dia, a Aurora, em uma de suas vindas, veio aqui e falou assim para mim: 'Angélica, existe uma remota possibilidade de você... Eu soube que na Federação daqui eles estão precisando de advogado, e o negócio está começando a ficar muito pesado e eles não estão dando conta'. Só que a Aurora não era bem vista por todos eles, porque era uma pessoa de esquerda, que foi expulsa da faculdade. Só era bem vista pelo Zé Francisco... o Zé Rodrigues, o Urbano, porque esses caras tinham outra cabeça. Mas muitos tinham esse pavor. Eles eram muito fiscalizados pelo ministério do trabalho.

Tinha um SNI dentro do ministério do trabalho. Então, Aurora falou: 'Se eu lhe indicar você vai ser bloqueada logo de cara. Então a gente tem que arranjar uma outra pessoa para te indicar'. Aí falamos com o Altamir, que era o advogado da federação e que já estava bem sobrecarregado. Aurora abriu o jogo com ele e ele então fez a indicação. Um belo dia lá, ele ligou: 'O presidente da federação diz que é para você vir aqui para conversar'. Quando cheguei lá, ele falou de cara: 'A gente não queria contratar mulher, não. O nosso tipo de trabalho não dá para contratar mulher. Mas o doutor Altamir falou que você é pau para toda obra, então, vamos lá'.

O TRABALHO NA FETAG

Me lembro que quando saí, o Altamir pegou uma pilha, um negócio imenso, botou assim na minha mão e falou: ‘Se vira. Leia isso de trás para frente e de frente para trás’. Eram os relatórios de todos os encontros que eles tiveram. Eram relatórios sobre todos os conflitos que havia no Rio de Janeiro. Era legislação, o Estatuto da Terra, Estatuto do Trabalhador Rural, que eu nunca tinha lido. Eram as conclusões daquele encontro do Caio Martins, tudo que tinha sobre Ligas Camponesas, tudo. Era um negócio, uma pilha. Eu quase que pirei. Fui lendo... Gastava-se uma fortuna, porque ligava para a Aurora em Brasília, falava, ‘Aurora, isso aqui eu nunca ouvi falar’. Aí, a Aurora, que já era mais familiarizada para o trabalho, me dava a dica, ‘Não, isso é assim, isso é assado’. E aí eu fui lendo, fui lendo...

Para que você estava lendo esse material?

Naquela época, o departamento jurídico não só acompanhava o processo como dava assistência na área onde estava havendo o conflito. Por exemplo, a polícia baixou em Campos Novos, numa área em que o pessoal estava resistindo e prendeu 100 trabalhadores. Estava todo mundo na delegacia. Tinha que ir para lá e resolver. Cansei de virar noite em delegacia para tirar o pessoal. Vocês não leram aquele livro daquele menino lá de Pernambuco, do... ô meu Deus, o que trabalhava na federação... Romeu. O Romeu conta muitos casos parecidos naquele livro dele.

Você já era advogada então?

Não era ainda, era para ficar lá me preparando...

Você se apresentava como assessora da federação, não?

Não, por enquanto eu não estava nem contratada. Só fui lá e conversei com o Heraldo, que era o presidente da federação. Ele olhou assim e não fez cara de muita fé. O Altamir me deu esse material imenso. Direito do trabalho eu sabia bem, porque eu era aluna do Evaristo. Agora isso aí eu não sabia. E aí, quando foi no início de 1974, tinham-se passado os três anos do 477. A Aurora consultou um advogado antigo da CONTAG... esqueci agora o nome dele... Deu a ele o texto do Decreto-lei 477 - já tinham-se passado três anos - e ela perguntou: ‘Você não acha possível a gente tentar pedir reabertura de matrícula?’. Aí ele leu e falou: ‘Como nós estamos vivendo na era da arbitrariedade, legalmente, não há mais nada que impeça, mas muito provavelmente o cara vai se negar’. Mas disse também: ‘Se negar, nós vamos fazer o *habeas corpus* para que ele seja obrigado a aceitar vocês lá’. Éramos eu e a Aurora. Foi uma guerra, ‘Ah, isso

tem que ir para o ministério em Brasília, ah, isso tem que ir para o conselho de segurança nacional...’, e foi enrolando, enrolando. E eu falando: ‘Aurora, acho que é melhor a gente entrar com MS’. Roda daqui, roda acolá, um dia ligaram lá do CACO pedindo para eu ir lá.

A CONCLUSÃO DA FACULDADE SOB CONDIÇÃO

Quando cheguei o corpo de funcionários inteiro parava o que estava fazendo e ficava olhando como se estivesse vendo um fantasma... e uma mulher falou: ‘O diretor está esperando por você lá em cima, pode ir direto que ele está esperando’. Pensei, ‘isso não pode ser boa coisa’. Quando cheguei: ‘A senhora assenta’. Sentei... ‘A senhora quer uma água?’ Aí ele falou: ‘O ministério da educação colocou em minhas mãos abrir ou não abrir a matrícula para vocês todos’. ‘Eu decidi abrir, mas vou impor as minhas condições’. Eu realmente sempre fui uma pessoa muito atrevida. Então falei: ‘Quais são as condições?’ ‘Vocês duas vão ter presença integral, mas só quero vocês aqui dentro para fazer a prova no final de ano. Não quero vocês duas aqui dentro’. Aí, virei para ele e disse: ‘Sua condição (eu falei isso) [risos], a sua condição vem ao encontro da minha vontade, porque a faculdade que eu frequentava não era isso. Nessa aqui, eu não tenho mais nenhum interesse de entrar’. Falei na cara dele... você acredita nisso?

Me humilhou, aí eu humilhei também. Aí... pronto... Aurora gritava de felicidade. Mas eu disse: ‘Então você se prepara porque agora pode ter uma ‘trampa’ aí, uma armadilha. Vai ver que quando a gente for lá fazer a prova, mesmo que a gente faça uma prova para dez, os caras vão reprovar a gente’. O que a gente tem que fazer: ‘Estudar como se você tivesse fazendo prova para ser advogada da NASA’.

Então ela conversou com o Zé Francisco, que deixou ela ficar estudando. Só dava coisa para ela fazer que era assim... indispensável. Foi um companheiro. Mas aí fomos lá e fizemos as provas no final do ano. Ele era tão bocó que eu além de ser militante, era boa aluna, e responsável pelo setor de apostilas do CACO. Eu que fazia as apostilas, e tinha um conhecimento bom ali dentro. Os caras da gráfica do CACO falavam: ‘Angélica, você leva todas as apostilhas que tem aqui atualmente’. Fomos lá, e fizemos a prova, sem conhecer ninguém, uma turma que a gente nunca tinha visto. Tiramos uma boa nota, porque a gente estudou demais, além do tolerado. Conseguimos, mas depois, para dar a colação de grau, foi outro inferno.

Em 1970?

Nessa altura peguei um horário no JB, porque o JB é por turnos. Toda a empresa jornalística tem o turno de manhã, o outro tal, uma turma de madru-

gada, porque ela não fecha, ela é *full time*. Negociei com os caras e peguei um horário de 7h da noite à 1h da manhã. Ia com o meu Fusca, sozinha, lá para aquela Avenida Brasil. Ali não tinha perigo naquela época, e aí, durante o dia, eu acompanhava o Altamir nas áreas, em audiência, em tudo. Aí comecei a fazer... o pessoal na área rural é muito desconfiado, eles não se abrem com qualquer pessoa, ainda mais mulher.

POSSEIROS E LIDERANÇAS RURAIS

Então fui começando aos pouquinhos, muito devagar. Aí eu vim a saber que, por exemplo, muitas lideranças da área rural eram do Partidão estavam clandestinas, e eram mantidas pelo pessoal que estava trabalhando legalmente. Então se fazia recolhimento de dinheiro para ajudar esse pessoal. E aí vim a conhecer o Pureza, o Bráulio, o Morena, a dona Rosa de Cabo Frio. A que mais resistiu para se aproximar de mim foi a dona Rosa. Ela é negra, assim forte, bem forte... eu nem sei se ela ainda está viva. O único que ainda está vivo é o Bráulio, porque o Pureza morreu, o Morena morreu. Quem mais resistiu foi dona Rosa. Porque tinha dois advogados - dois do Partidão - que davam assistência em Campos Novos, o Rodolfo Pimenta e o Wilson César. Para ela, só existia esses dois, o resto era resto. Eu chegava lá estava uma confusão do diabo, mas ela se negava a falar. 'Não, porque Dr. Rodolfo... não, porque...' Quem ajudou muito a quebrar isso foi o próprio Rodolfo - porque eu era uma novata ainda, nunca tinha pisado na área rural.

Qual era o seu trabalho? Tinha um conflito de terra ou uma reivindicação salarial? Como era a ação de vocês?

No Rio de Janeiro atuei mais em área de posseiro. Pessoas que ocuparam aquelas terras por várias gerações, e os grileiros estavam chegando para botar esse pessoal para fora.

Onde eram essas áreas?

Era Cachoeiras de Macacu, Cabo Frio, Casemiro de Abreu, algumas áreas em Campos. Não me metia na área da lavoura canavieira. Só entrava quando tinha movimento salarial anual, que era o movimento reivindicatório para buscar não só algum benefício de melhores condições de trabalho e tal, como também um reajuste na tarifa. Não se falava em greve naquela época. Eu acho que a primeira greve na área rural que se retomou foi em Pernambuco.

Em 1979, mais ou menos?

Acho que foi 79 ou 80... eu até participei dela. Quando eu puxo aquela folha corrida que eles dão agora - ABIN -, está lá: 'Participou... foi coordenar

as greves dos canavieiros em Pernambuco'. Diz até os lugares que eu fiquei. Aqui ainda não tinha tido greve nenhuma. Depois teve. As áreas em que eu trabalhava eram mais para o lado de cá. Peguei muita coisa em Angra e Parati, muito conflito. Peguei também Cachoeiras de Macacu, Casemiro, Silva Jardim, Cabo Frio. Quando a pessoa fala Cabo Frio - é muito engraçado - porque todo mundo no Rio conhecia Cabo Frio como sendo a praia. Ninguém sabia que Cabo Frio é um município enorme e tem uma vocação agrícola enorme. Foi um dos maiores produtores de laranja do Rio de Janeiro. Entre as piores áreas as mais graves eram as de Cabo Frio, Campos Novos e Cachoeiras de Macacu. Cachoeiras, antes de 1964, era uma área organizada, que foi o ápice da luta aqui... São José da Boa Morte... o nome da fazenda...

A LUTA PELA TERRA: O PAPEL DAS MEDIDAS JUDICIAIS

Mais organizada do que na Baixada?

Nova Iguaçu tinha muito também. Era Cachoeiras e Baixada, pegava até Magé também, pegava Caxias, Nova Iguaçu e Magé. Lá também tinha um grileiro violentíssimo que vem dessa fazenda Casalino. É um pessoal que controla a política de lá, já foram presos por corrupção, enfim... um horror! E um deles era grileiro.

Enfim, aos pouquinhos, fui quebrando essas arestas com muito cuidado, até que um dia, eu estava conversando com um trabalhador e ele tinha sofrido uma agressão violentíssima - destruíram a roça dele toda, bateram nele, na mulher, na frente das crianças -, foi um horror. Aí entrei com as medidas judiciais todas. Naquela época, você lutava muito com medida judicial. Já que você não podia fazer outros tipos de manifestações sociais, então... Nós crescemos de importância, porque éramos o veículo dessas ações. Foi aí que me dei conta: 'Gente, me meti num negócio que é de total importância para a vida dessas pessoas'. Você fica até com medo da responsabilidade. Fiquei assustada, porque eles dependiam totalmente do que eu fizesse.

Eu estava conversando com esse trabalhador e falei para ele... porque teve gente que viu a barbaridade que fizeram com ele, uma violência assim inominável... Aí, disse: 'Olha, mas essas pessoas têm que ir lá para dar o depoimento. O senhor tem certeza que elas irão? Porque, se for o caso, trago essas pessoas para a sede do sindicato, elas dormem aqui na sede, eu falo para a diretoria vir para a sede, dormir aqui'. Tinha que preparar tudo isso, porque eram capazes de sequestrar a testemunha, prender a testemunha. Aí, quando estou falando com ele, ele disse: 'Esse trabalhador, um tal de sr. Aniceto, ó, doutora, eles falaram para mim que vão... que não precisava me preocupar. Só se prendessem

eles. Mas a senhora sabe...' Aí veio a frase que é incrível: 'O coração do homem é terreno que ninguém pisa'. Eu achei assim... uma coisa fantástica. E na dona Rosa, que ela resistia, resistia...

Uma bela época tem lá um morador, um colono, esse sr. Aniceto, que era o mais antigo daquela região - ele era, os avós, os pais, os tios -, todos foram escravos naquela fazenda. Ele era o último descendente dessa família, originária de escravos daquela região, que teria chegado ali com os jesuítas, que foram os donos daquilo ali. E aí a dona Rosa disse, 'Pode falar para a doutora para ela vir, que o sr. Anacleto quer conversar com ela'. O Heraldo falou: 'Não acredito, ele não está mais enxergando, ele não está mais andando'. 'Não importa, ela falou para eu ir lá que ele quer conversar comigo.' Fui levada para a roça dele, porque a Campos Novos é uma reunião de várias fazendas. Uma é Botafogo, a outra é Caveira, a outra é Angelim, a outra é Reta da Barra. São várias... uma é Cabo Frio. Ele morava na Caveira, uma das mais distantes.

Quando chegamos, ele com a cabeça branquinha, um senhor já de uns noventa e poucos anos. Lúcido. Quando entrei ele falou: 'Eu estava esperando a senhora'. 'Eu sei, a dona Rosa mandou recado'. 'Não estava esperando por causa do recado de Rosa, não. Estava esperando porque sabia que um dia você vinha aqui'. 'Mas como?' Aí ele falou: 'Porque eles contam lendas, eles contam... você não sabe até onde é lenda, se é a religião deles'.

Ele usava aquelas contas no pescoço. Parecia um chefe de tribo, digamos assim. Tinha uma coisa na cabeça, tinha umas contas aqui, coloridas, aqui no pescoço. Estava sentado em um lugar bem baixinho, não era uma cadeira, parecia assim um tambor. E aí ele falou: 'Eu vou dizer para a senhora quem a senhora é. A senhora é a Maria Angélica, a senhora foi uma portuguesa dona dessa fazenda, e a senhora foi muito má para os seus escravos. A senhora maltratou os seus escravos'.

'A senhora praticou muita maldade, a senhora era muito cruel, tal, tal, tal... e acabou que a senhora morreu aqui. Se a senhora quiser, vou lhe mostrar onde ela está enterrada'. Ele foi me mostrar uma cova de um monte de gente, enfim... Aí ele falou assim: 'E aí os orixás me disseram, 'ela só vai ter a alma dela libertada quando ela voltar para sofrer com vocês, aí ela vai sofrer junto com vocês, e aí ela vai se libertar de toda maldade que ela fez'.'

Você deve ter ficado trêmula ao ouvir essa história.

Quando contei para o Afrânio ele quase caiu para trás. E aí ele falou: 'Por isso eu sei que a senhora está sofrendo muito. A senhora está do lado mais frágil, a senhora está do lado, de novo, de quem está apanhando, quem está tendo destruição, quem não tem quem ajude, mas a ajuda eficaz que nós tivemos foi

mesmo a senhora. Com a senhora, esse povo todo aqui pode contar. A senhora está cumprindo o seu papel’.

Que história incrível.

A partir daí eu que era a rejeitada, passei a ser a venerada. Aí, tudo deles era com a doutora Angélica, ‘ah, que chama a doutora Angélica’. Sei que quando estive lá com as ações e tudo, chovia. Tinha dia de eu chegar em casa e virar a noite na máquina. Tinha dia de vir dois, três advogados da Federação. Era muita coisa para fazer, para no outro dia estar distribuindo aquilo tudo e tal, tal, tal. Ninguém dava apoio. A gente era ameaçada de morte, os advogados também. Nilson foi espancado. Nilson era também advogado com a gente.

A REPRESSÃO

O Nilson tem uma trajetória bem parecida também. Foi do Partidão, foi preso no Caio Martins e tudo mais, e depois que saiu, voltou como advogado com a gente. Um dia, o Nilson estava saindo da Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, vinha de ônibus, e o ônibus parava numa espécie de lanchonetezinha para as pessoas poderem ir ao banheiro, tomar uma água e seguir viagem. O ônibus parava ali, rápido - cinco, dez minutos-, e seguia. Quando estava entrando no banheiro - tinha assim um corredorzinho, duas portinhas assim -, ele diz que quando pôs a mão, quatro caras empurraram ele para dentro do banheiro e deram uma surra nele, quebraram dois dentes dele, arrebentaram ele todo. Acho que deram com aquele soco inglês, ele todo ensanguentado.

Aí o Nilson convenceu o motorista do ônibus: ‘Não, o senhor vai direto para Niterói, porque eu vou direto para a Federação onde trabalho’. Como a gente nunca saía da Federação antes de nove horas da noite ele deu uma sorte danada. Quando ele chegou, a gente estava lá. Isso foi talvez lá por 1977, 78. Falava-se em Anistia, muito precariamente. Viemos então para a assembleia legislativa, no Rio. Não queriam deixar ninguém entrar... pensamos: ‘Bom, a única alternativa então é a Ordem’.

Sáimos dali com ele todo machucado, fomos para a OAB. Quando chegamos lá, passamos a ter um aliado dentro da OAB. O doutor Daniel tinha três filhos no exílio, só tinha um filho aqui no Brasil. O doutor Daniel era um dos mais antigos conselheiros da Ordem. Ele conhecia tudo, sabia de tudo o que estava acontecendo, e tal. No Conselho da Ordem ele falou: ‘Olha, temos que fazer um desagravo. Esse rapaz vai para o hospital e nós vamos tomar tudo. Ele vai descrever tudo o que aconteceu. Vamos tomar as medidas judiciais, vamos fazer um desagravo público e colocar na imprensa, nem que a gente tenha que

pagar a nota'. Porque o jornal... cansei de conseguir que o jornal fosse lá em Campos Novos, *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, só que, quando eles voltavam com a matéria, não publicavam. Era como se aquilo não existisse.

A partir daí eles passaram só a ameaçar, não pegaram mais ninguém. Ameaçaram o Campanário, me ameaçaram, mandavam recado para os trabalhadores: 'Olha, avisa lá que quando ela pisar aqui de novo, ela será crivada de bala ali na esquina'. Ficavam ameaçando. Mas depois dessa história do Nilson, eles então - porque isso saiu até em jornal...

PERNAMBUCO

Teve repercussão. Daniel é o quê?

Daniel Aarão Reis, o pai do Daniel, do Samuel e da Gilberta. Esses três estavam fora. Só estava aqui o Marco ou Mário. Nessas alturas os presos, a maioria já estava sendo tudo solta. Os que estavam aqui e que sobreviveram estavam sendo soltos. Já se falava um pouco em Anistia.

Nós sofremos muito em Pernambuco também. A gente marcava, cada um ia para o seu município, para a sua região. Uns iam para a Mata Norte, Mata Sul, para o Agreste, para não sei o quê. Quando chegava de noite, a gente marcava um ponto de encontro para saber se todo mundo voltou direitinho. Cada um dava um informe sobre a sua região, se tinha havido algum episódio com a polícia, o que se conseguiu fazer. Só depois voltávamos para Recife, para a Federação.

Teve uma vez - foi na primeira [greve], eu acho - que pegamos muita repressão. Chegamos no ponto de encontro, cada um deu o seu relato, chegou todo mundo - significava que ninguém tinha sido preso. A gente estava verde de fome. Naquela época a gente tinha saúde, comia um pedaço de cana no meio do matagal, o outro trazia uma banana, uma laranja, e lá ia em frente. Quando podia parar para comer alguma coisa, aí parava. Todo mundo verde de fome, ninguém tinha comido nada... então: 'Vamos parar em algum lugar antes de ir'. Porque ainda tínhamos que virar na FETAPE para organizar tudo para o outro dia.

Aquela primeira greve acho que demorou uns três ou quatro dias. Tínhamos dois 'Fuscas' que a Federação tinha deixado. Uns não tinham carro nenhum, e outros tinham esse Fusca. Quando paramos o Fusca para comer um sanduíche, tomar uma sopa... a gente estava sendo seguido e não sabia. Estava todo mundo: Altamir, Campanário, eu, Romeu, Mozart... eu acho até que estava o Moacir, acho que o Afrânio estava, porque Moacir e Afrânio levavam os dados do Instituto, porque naquela época ainda tinha o Instituto da Cana e ainda tinha os dados da FGV para a gente dizer, 'olha tem margem para poder dar um aumento na tarifa'. Eles municiaavam a gente com esses dados. Aí eles

entraram armados: ‘Cambada, essa cambada de comunista, não sei o quê, fogo neles’. Ah, foi um tal da gente correr. Entraram 20 em dois ‘Fuscas’... não me pergunte como. Cheguei a ver que tinha perna para cá, cabeça... eu só podia dirigir. Eu falei, ‘Mas tem que pelo menos pisar no pedal e rodar esse negócio’. E foi entrando, entrando. Tivemos que ir para a Federação, e a Federação chamou a imprensa, enfim...

Chegaram a atirar?

Nós voamos do negócio. Saímos que nem flecha. E aí conseguimos fazer a segunda e fizemos uma aqui também, em Campos. A coisa estava melhorando e que possibilitava uma ação com mais amplitude. Enfim, a Federação começou a ver no movimento sindical como um todo - e a área rural não discrepou - uma repolitização partidária dentro desses movimentos.

Era que ano, você sabe?

Bate mais ou menos com a primeira greve do ABC, foi em 1978. Aí eu me lembro que aproveitamos para criar - foi mais ou menos nessa época - a ANATAG, que era a associação nacional dos advogados de trabalhadores rurais, que não existia. Uma forma de estar melhor organizados, de fazer medidas coletivas em defesa de todo mundo. Até esse Sepúlveda Pertence, que depois foi nomeado para o Supremo, foi eleito presidente da ANATAG.

Nós estávamos em Brasília, já tinha havido a primeira greve do ABC, e aí o Lula pediu para que o Zé Francisco mantivesse o pessoal da área rural o máximo possível para dar um informe do que estava acontecendo na área urbana e pedir o apoio dos trabalhadores da área rural. Por outro lado, iríamos contar o que estávamos conquistando nas nossas negociações na área rural.

Essa primeira foi muito boa, a primeira negociação foi ótima, a segunda não tanto, mas a primeira foi: conseguimos água potável no local; conseguimos dois hectares em volta da casa; conseguimos não trabalhar em dia de chuva forte; e o preço do cubo - que lá era por cubo, aqui no Rio é que é fileira e quadra, lá era por cubo -, e o preço do cubo lá foi muito bom. Me lembro que então fomos - não sei se vocês chegaram a ir naquele CESIR (Centro de Estudo Sindical Rural), eu acho que era um Centro de Treinamento que a CONTAG tinha lá em Brasília...

Porque a Federação tinha um em Maricá. E a CONTAG tinha um, assim, fora daquele bafafá de Brasília. Era um lugar meio fora. A gente andava uns quarenta minutos de carro para chegar lá. Era um centro para a formação de lideranças, discutia as questões salariais. Questão salarial depende muito de formação. É diferente do pessoal da área que eu trabalhava, que era o pessoal

mais da resistência na terra. O CESIR ficou que não cabia uma mosca. Porque todo mundo queria conhecer aquele líder que teve o topete de fazer a greve que parou a Volks. Então lotou. Veio ônibus de Goiás, veio ônibus de tudo quanto era lugar, estava cheio...

Foi a primeira vez que vi o Lula, lá no CESIR da CONTAG. Ele veio, explicou como foi a organização da greve. Ele dizendo que greve não era assim, parou e pronto, tá parado. 'Tem que ter uma organização muito profunda'. Falou como foi a organização da comida, para dar comida para todo mundo, de dinheiro para pagar o aluguel de um ou de outro que estava vencendo, de comprar remédio para aquele que ficasse doente, onde estava concentrado, quem se encarregou disso, daquilo. Abriu a organização da greve e como foi feita a organização, por local, que girava, que mudava para não queimar ninguém, enfim, foi assim. Aí meu filho, foi o rastilho de pólvora. Porque no ano seguinte aqui no Rio, Campos parou... enfim, e um monte de lugar foi parando... Lá no Nordeste todo mundo falou: 'Bom, se lá em São Paulo eles fizeram, a gente faz também'.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Em 1981, na Primeira CONCLAT da Praia Grande - você acha que foi ali que teve uma mudança? Comissão Pró-CUT... porque eu me lembro que a CONTAG foi disputada.

Acho que ali quebrou. Aí começou a partidarizar, e partidarizar pesado mesmo...

Mas a CONTAG ficou um pouco na dúvida, em 1981, de que lado ficava, não?

Acho que a CONTAG não ficou na dúvida, não. Ela não pegou o PT. É que o Zé Francisco é habilidoso... Você sabe que fui mandada embora do movimento porque eu me afinei com o pessoal do PT.

Mandaram você embora?

Por razões políticas. Ali foi o caos. As oposições começaram aí, de 1978 em diante. Antes era tão difícil a luta, porque havia pelego, havia o cara que tinha medo, que não tocava as coisas, que atrapalhava. Mas havia o grupo também que estava ali disposto, e ajudava, e fazia tudo. Então a gente solenemente desconhecia o pessoal 'pelegão' e trabalhava com o que tinha, e ia em frente. Mas aí, o que acontece? Quando chegou nessa época do acirramento político esse pessoal pelego começou a querer dominar, a ocupar espaço mesmo, e diziam: 'Oh, esses porra louca'.

Lembro-me que o Tião Lan, que era o presidente do sindicato lá de Cabo Frio, que trabalhou comigo, um cara que a gente fez a resistência toda junto, que a gente trabalhou junto. Eu fiz tudo isso porque eu tinha o meu guerreiro do lado, o Sebastião Lan. O Sebastião se afinou bem com o pessoal da CPT, e a CPT ficou com o PT - a CPT ficou quase toda ela com o PT -, e o Sebastião ficou com essa linha. O Sebastião ficou tão assim abandonado do movimento sindical como um todo que o grileiro não vacilou e matou, fuzilou o Sebastião lá. Estava de manhã cedo, ele ia levando a produção da terra, da área dele, tinha um mercadinho lá... o prefeito de Cabo Frio, o José Bonifácio, que foi do Partidão também, falou: 'Angélica, quando eu for prefeito nós vamos bolar um tipo de mercadinho municipal para o produtor direto. Vou arrumar um caminhão, passar pelas roças e pegar'. Tanto que esse pessoal da dona Rosa, lá de Campos Novos, fazia a melhor farinha de mandioca do Estado do Rio. Faziam uma farinha de mandioca que nem açúcar refinado não era igual. E a gente, daqui do Rio, para ir lá, para comprar essa farinha lá nessa feirinha... Então ele botou isso lá. O pessoal pegava a sua produção na roça e ficava ali na reta da Barra, que era para pegar quando o caminhão passasse. O Sebastião estava lá. Eles passaram de carro e metralharam o Sebastião.

Você falou da CPT. Nesse período anterior às greves, nos anos 1970, como é que era a relação da CONTAG com a Igreja ligada à área rural?

Eles eram mais próximos com o D. Hélder. Até porque tinha muita gente, até a Zefinha, trabalhou com D. Hélder. Com a teologia da libertação também não se aproximaram muito. Quando surgiu a CPT com uma organização excelente, foi a época que nós mais trabalhamos bem, mais crescemos, mais defendemos gente. Porque os fazendeiros, os grileiros, começaram a temer: 'Ah é, eles vão invadir a roça? Mata cabeça de boi, mata boi deles.' - eles antes não faziam - 'pega boi e mata, e faz churrasco, e chama todo mundo, faz churrasco do boi'. Toma lá e dá cá. Deixar de ficar só se defendendo, e começar a ter uma atitude até mais...

Aí a CPT começou a fazer uma coisa bem mais... O Lan achava ótimo, e falava: 'Ah, é agora, doutora, que a gente está com apoio'. Tinha o Miguel Pressburger. Era uma beleza! A gente tinha um pessoal de base da igreja, o pessoal de base lá de Angra e de Parati, do Padre Pedro. Era um pessoal assim fantástico. Eles faziam emboscada, atuavam mesmo para valer. A gente estava no ápice, mas não era chancelado pela federação e pelos sindicatos. Exceto aqueles dos sindicatos que ficaram próximos do PT, que foi o caso do Lan, por exemplo. Aí não demorou muito para eu ficar demonizada. Entendeu? Não demorou muito eles me escantearam, e eu caí fora. Me mandaram embora, isso

no final de 1979, começo de 1980. Lembro-me que o Romeu e o Zé Francisco ainda ligaram para mim: ‘Ah, não, porque a gente vai conversar com o pessoal da Federação...’ Foi o Romeu que me ligou. Eu falei: ‘Olha, Romeu, a gente está percebendo que está havendo embate difícil de compreensão de como caminhar nessa luta’.

Fica difícil porque eles estão com as entidades na mão. Falei que achava uma coisa intransponível. Ele chegou a aventar uma ida para o nordeste. Foi um chororô danado, mas eu falei: ‘Não, o chororô dá, depois o chororô passa’. Eu falei, ‘eu acho assim, cumpri a minha missão. Enquanto eu estive lá dei o máximo de mim’. Eu dizia: ‘A luta vale a pena, lutar por essa gente...’ Sabe, vale a pena! Assim... do cara ter uma... ele pobre, pobre, ele falando, ‘a senhora é um anjo para a gente, a senhora...’ aí ele pegava um ovo para ele me dar. Nunca falei que não, porque seria uma grande ofensa. Eu falava ‘ótimo’, era uma felicidade!

Isso foi quando?

Começo de 1980. Essa coisa do PT. O PT surge em 1980, mas o movimento sindical estava dividido. O Apolônio criou o PT, foi fundador do PT - imagina eu não ser do PT! Mas eu vi que ficou uma situação assim complicada.

E quando você saiu de lá, você continuou de alguma forma?

Não. Quando saí de lá, foi até Afrânio que falou: ‘Angélica, é um absurdo você não continuar no movimento sindical’. Na área urbana também estava havendo uma situação na qual eu atuei bastante. Estava havendo um processo de seleção muito intenso na área urbana, no sentido de botar para fora os pelegos e fazer eleição, renovando com lideranças autênticas. Isso foi do Oiapoque ao Chuí. Aí Afrânio falou: ‘Eu vou falar com o Felipe Lindoso’. O Felipe era amigo do Jorge Bittar, que era do PT e presidente do sindicato dos engenheiros. O Jorge Bittar falou: ‘Se eu não conheço, manda ela para cá’. Aí, pronto, fui para os Engenheiros e fiquei lá até eu acho que 1984, quando aí já tinha havido uma limpeza nos sindicatos.

ATUAÇÃO NA ÁREA DO DIREITO

Os grandes sindicatos... os pelegos já tinham ido embora - dos químicos, dos petroleiros, dos engenheiros -, a gente ia para lá e fazia o trabalho de eleição e tal. E é óbvio que eu era também advogada trabalhista. Eu era trabalhista pura. Em 1984, uma amiga nossa que já até morreu, que era do PT e tudo, era também militante da minha organização, a Abiga - a Francisca Abigail -, ela sugeriu: ‘Por que a gente não faz concurso público ou para a Defensoria Pú-

blica ou para Magistratura?’ Ficamos no vamos pensar, vamos pensar, pensa daqui, dacolá. Fui eu, Aurora, ela, Abiga, e tinha mais um menino que foi da nossa turma. Já tinha PT, já tinha tudo bem estruturado. Fomos então estudar, fizemos concurso e passamos. Fui juiz do trabalho, a mesma área em que atuava. E aí, nós fomos ser juízes do trabalho.

E você foi juíza do trabalho até se aposentar?

Até me aposentar. Também trabalhei em vários lugares pelo interior. Fiquei um tempo na capital, em Niterói, São Gonçalo, Caxias, Nova Iguaçu, depois vim...

Deve ter tido situações de muito aperto?

Muito aperto, muito aperto. Uma vez a gente estava na casa de um padre bom, da era de comunidade de base. Ele cedeu a casa para a gente ficar lá. Os caras invadiram a casa para pegar a gente. Passamos muito sufoco. Era uma situação muito difícil. As pessoas que eram minhas amigas falavam: ‘Angélica, como é que você aguenta? Você já passou o que já... e você ainda...’ ‘É o carma minha filha, tem que enfrentar’. Como disse, lá, o seu Aniceto, eu tinha que ir lá para fazer o resgate. Que lá no âmago da pessoa você tem sempre um segredo de todo mundo, que você nunca vai saber, se ele vai na hora ou não vai.

Eu fiz muita amizade. O Bráulio até hoje é meu amigo. O Pureza era um dos que a gente fazia a sustentação. Depois tivemos a satisfação de comprar uma posse para o Pureza, lá em Niterói. Fomos nós para lá para restaurar a casa toda, fizemos mutirão. E quando inaugurou a casa, chamou todo mundo, veio aquele pessoal antigo, foi uma festa. O próprio Bráulio ajudava muita gente lá de Nova Iguaçu...

Aliás, outro dia passou na *TV Brasil* um programa falando dos advogados que eram os nossos advogados, na época em que a gente foi presa. Todos eram do partido, aliás, todos, só que o entrevistado era mais velho. Ele advogou para aqueles sargentos de Brasília, aquela revolta dos sargentos em Brasília, ele foi o advogado. O partido mandava o advogado para sustentar, defender o pessoal todo. Ele defendeu o pessoal, aqueles de Cachoeiras de Macacu que mataram o fazendeiro, deram cem tiros no fazendeiro - isso antes de 1964. Então ele era um advogado muito conhecido. Já estava... ele também estava semiclandestino. Quando começou, a gente também mandava... a gente mandava dinheiro para líder sindical e para advogado que não estava podendo botar a cabeça de fora. Um era o Paulo, Paulo Argoeiros.

A ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS

Teve uma hora em que todos eles eram advogados partidários. Tinha um grupo enorme de advogados que eram advogados da Petrobrás, que em 1964 foi todo mundo botado para fora.

Estão lá a Eni, o Nilo Batista.

Muitos já morreram. Não estava o Sussekind porque já morreu; não estava o meu Lino Machado, que já morreu... Não estava o Evaristo de Moraes, porque morreu... Os vivos é que estavam lá, que era a Eni, que era o Nilo Batista, que era aquele menino - o Tercio Lins e Silva -, a Dirce Drac, que era mulher do Miguel. A Dirce era casada com o Miguel...

[...]

Mas você chegou a ser condenada?

Fui absolvida. Nesse nosso processo, até os que estavam já banidos foram absolvidos. Porque era ridículo. Teve uma hora lá que eles botaram uma bomba no carro, arrebentou o carro todo, arrebentou até a parede, se via até as salas lá da rua. O cara era tão burro que quando foi botar a bomba, não sei o que ele fez, custou para correr, um pedaço pegou na orelha dele e o cara me sai com a orelha quase pendurada. O povo todo da faculdade viu, teve que sair correndo para levar o cara. Quando iam levar para o Souza Aguiar, o cara deu um escândalo porque não podia aparecer ali. Logo depois, veio um carro, pegou e levou o cara. Aí a gente falou: 'Não sabem nem botar bomba'. Eles ficaram uma fera. Nós respondemos a esse processo da bomba. Diz que quem botou a bomba foi o CACO.

O CACO era muito ativo, não é?

Era. Inclusive o Wladimir, outro dia, teve um debate com ele ali no Banco do Brasil, ele falou: 'Em 64, nós estávamos lá no CACO fazendo a resistência - no dia do Golpe -, esperando as armas, e cadê as armas, cadê?' O que salvou foi que o comandante ali daquele quartel ali, que pegava a região do CACO, era um cara que foi inclusive cassado. Morreu agora, há pouquinho tempo, e aí ele veio e falou: 'Não, eu vou dar segurança para vocês saírem em segurança'. Ele cercou o CACO, foi assim que eles saíram. 'Ninguém vai pegar vocês, nem vai prender nem nada, vocês vão saindo em segurança'. E o pessoal todo saiu.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 08/05/2014,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici

Jean Pierre Leroy

A FAMÍLIA DE CAMPONESES

Meu pai era filho de camponeses (meieiro), de modo que, quando, no começo dos anos 1980, veio ao Brasil e fomos visitar um tio da Noêmia [esposa de Jean Pierre], meeiro de café na Zona da Mata de Minas Gerais, nem se admirou ao ver as condições em que o pessoal vivia. Porque depois da Primeira Guerra Mundial, na França, o campesinato vivia nessas mesmas condições precárias, inclusive de fome. Foi assim na França, até a primeira metade do século XX.

Eram condições precárias, inclusive com relação à educação. A dificuldade era tal, que meu pai mal terminou o primário. Contava que ele e o irmão mais velho tinham que guardar o gado. Era uma região de Bocage, composta de roças e pastos pequenos, rodeados de cercas vivas. Para poder ler, escondiam-se atrás dos arbustos; mas no inverno, quando caíam as folhas, meu avô os via de longe, e eles, em pé, liam escondidos pelas grandes capas que usavam. Era uma das lembranças que ele tinha. Falo do meu pai e desse tio meu para mostrar como era na geração deles. Eu nasci logo antes da Segunda Guerra Mundial. Foram tempos fortes.

O ABANDONO DO CAMPO

De onde você era?

Da Normandia, do Departamento d'Orne (unidade administrativa correspondente aos estados no Brasil), de uma família camponesa. Meu pai foi o primeiro a sair da terra. Com a industrialização e as ferrovias chegando, ele foi ser carteiro e, logo depois, ferroviário. Isto ainda antes da Segunda Guerra. O fato é que nós nos mudamos várias vezes. Com relação à família de minha mãe é um pouco mais complicado, mas meu avô materno era também camponês; minha avó materna vinha de 'assistência pública', como se dizia. Filha ilegítima, dizia-se, de um artista parisiense, tinha sido entregue aos cuidados do Estado. Meus tios maternos eram quatorze (do lado do meu pai eram sete filhos). A minha mãe ficou órfã aos 2 anos. Eram de outra região da Normandia, Calvados e foram exercer, em sua maioria, profissões autônomas: padeiro, açougueiro (trabalhava com carne de porco), gesseiro, pequeno produtor rural. Por causa da profissão do

meu pai, viemos da Normandia para o Departamento de Anjou, e a seguir para o sul da Bretanha, na Loire Atlantique, atravessada pelo rio Loire. Lá, passamos por quatro lugares, ao longo da infância e adolescência, porque ele era chefe de estação, mas ocupava um escalão menor da profissão de ferroviário.

Era dessas famílias religiosas, católicas, da França profunda, e que, ao mesmo tempo, estavam nessa transição entre o campo e o trabalho operário... operário, propriamente, não, mas trabalhando em cidade pequena, o que já fazia uma diferença.

A família sempre manteve a ligação com a roça através de nossos tios, e em todas as férias íamos para a área rural. Nos marcou muito nessa época a doença e a morte de minha mãe. Eu tinha 10 anos quando ela começou a desenvolver um câncer no seio e morreu em cinco anos. Aos 12 anos, entrei para o seminário, como aluno interno, e meu irmão veio em seguida; minhas irmãs foram também para um internato. Éramos cinco, e pela falta de minha mãe não tínhamos condição nem de passar as férias em casa. Passei toda a minha pré-adolescência e adolescência no seminário.

Era comum que fosse assim?

Poderia ter sido diferente, mas como eu quis entrar no seminário, meu irmão disse que ia também; e foi este o caminho. Com as minhas irmãs, aconteceu que o padre que havia acompanhado de perto a minha mãe conhecia as freiras de um colégio de Nantes. Era barato, e elas ainda teriam uma bolsa; ele mesmo se dispôs a apoiar. Então, meu pai achou melhor estarem juntas as três, a uns 15 km de onde estávamos, do que ficarem a 200 km, lá na Normandia - o que seria a outra possibilidade de residência. Para todo mundo foi a solução.

Você queria ir para o Seminário para estudar?

Sim, mas não só para isso. Meu pai dizia claramente que se não fosse o seminário, seguiria rapidamente o caminho de aprendizado e profissionalização. Não tinha recurso para a gente estudar. E no seminário, me beneficiei imediatamente de uma bolsa de estudos - para quem fizesse concurso, o Estado dava uma parte em bolsa de estudo. Antes de entrar para o seminário, fiquei um ano parado (porque tive uma tuberculose dos 11 aos 12 anos), sem condição de estudar. Nos anos do curso primário não me dava bem nos estudos. No seminário, entrei com alunos dois anos mais novos do que eu. Os professores diziam: 'Esse menino ficou parado um ano e parece que antes não foi muito bem nos estudos...'. Descobriram, então, que eu não enxergava direito. Não ia bem nos estudos por ser muito míope, porque, na verdade, aos 4 anos de idade eu já pegava livro e lia. Como não se comprava livros em casa, eles eram pou-

quíssimos... Revistas em quadrinhos, eu nunca tinha visto na primeira infância. Mas lia livros, romances... Provavelmente, isto até afetou até a minha vista. De qualquer modo, em todo o secundário fiquei em descompasso de dois anos. Não parece, mas é muito nessa idade.

A VIDA E OS ESTUDOS NO INTERNATO

E os livros que você lia?

Meu pai era obrigado a pedir livros e a escola dava, porque eu estava no pré-escolar, mas queria ler. Eu mesmo dizia às freiras: 'Eu quero livro, quero livro...' [risos]. A leitura foi sempre uma paixão. Fiquei em descompasso o tempo todo e me formei com dois anos de atraso. Paradoxalmente, acostumei a não estudar, porque tudo que ensinavam nos primeiros anos do secundário (à exceção da matemática!) era muito fácil, não me motivava. Eu escolhia só o que me interessava. Fiquei em descompasso, em parte por causa da doença e também da morte da minha mãe, que me perturbou muito. Só vim a superar a morte dela muitos anos depois. Foi um drama a vida toda.

Os estudos eram no internato, e minha mãe só uma vez ou outra podia ver a gente. Aliás, uma vez, veio durante as férias grandes que a gente passava na colônia de férias desse seminário.

O seminário era muito bom, mas vivíamos sempre separados; não tivemos uma vida familiar. E não faz tanto tempo que meu irmão me escreveu uma carta comprida, porque há dez anos eu compreendi que tinha sido muito ruim com ele. Tinha dois anos menos que eu, estávamos na mesma sala de aula, e eu sofria com esse descompasso de dois anos. Então, ele pagou o pato. Quer dizer, ele era um dos pequenos e, no princípio, tudo bem para mim, mas acabei pensando: 'Não tenho nada a ver com essa turma de pequenos'. Isto foi duro para ele.

E o colégio como era?

Pensando bem, era terrível! [risos]. Muito rígido, e pouco ou, aliás, nada educativo. Acho que me salvei porque tinha o professor de geografia e história que me motivou para o mundo. Inclusive meu pai encontrou com ele, já velho, e disse: 'Sabe que meu filho lhe deve muito!' E foi isto mesmo! Um ou outro me ajudava; via que eu estava totalmente desconectado. Nós tínhamos morado nessa região muito bonita na costa do Atlântico e, às vezes, sábado ou domingo, o superior do seminário me dizia: 'Você quer passar o dia lá com amigos de infância?'... emprestavam uma bicicleta e eu fazia os 20 km e ia passar o dia lá com amigos. Era exceção. E às vezes oferecia: 'Tenho aqui uma

entrada para o teatro, se você quiser...'... 'Opa!'. Uma vez ou outra, viam que tinham que fazer alguma coisa.

Mas em compensação, por exemplo, eu adorava desenhar. Fazia o meu trabalho em meia hora, tirava o caderno da gaveta e começava a desenhar. Fui proibido! De modo que hoje sou incapaz de desenhar, sou muito inábil inclusive. Mas teve a música que me ajudou muito. O canto coral era como uma válvula de escape. E ler, mesmo que escondido. Tinha uma biblioteca com romances de adolescentes, e me lembro de, em noite de luar, ler num dormitório com 40 camas, e eu perto da janela, lendo à luz da lua... [risos]. Eram quase os únicos momentos... durante o dia, era proibido.

A parte religiosa de formação era muito forte?

Era também muito tradicional, mas, criança, eu fui da Ação Católica de Infância. Eram os chamados 'Corações Valentes' na França. Por sorte, não tínhamos dinheiro para eu ser escoteiro, o que eu teria gostado muito... mas meu pai: 'Nem pensar!' ... Aos 8 ou 9 anos, entrei para os 'Corações Valentes'. Era de graça para a massa, e tinha a pedagogia da amizade, solidariedade, de fazer coisas com outros... um ambiente de abertura, de preocupação com questões sociais.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Quando foi isso?

Foi depois da Segunda Guerra, 1948, 1950. Eu nasci em janeiro de 1939. Meu pai já tinha sido chamado para combater, mas, felizmente, passou o tempo fugindo dos alemães, descendo para o sul da França, e acabou não combatendo. Demorou depois a chegar à nossa casa, porque tinha que passar a linha de demarcação entre a parte ocupada pelos alemães e a outra parte, ainda 'livre', e viajava a pé e de carona. Acho que foi em 1941 que nos mudamos para o Anjou. Morávamos perto de uma usina, a 1 km de um nó ferroviário e a 500 m de uma ponte ferroviária sobre o rio Loire, e me lembro de bombardeios, das bombas caindo, e a gente correndo para o mato... Já morando no Brasil, fomos à França e levei a Noêmia para ver os buracos de bomba, ainda visíveis. Nunca conseguiram derrubar aquela ponte!

Mas a guerra foi um marco. Filmes de guerra... gostar eu não gosto, mas vejo, pois foi algo que eu vivi: enterros de famílias inteiras, essa sensação e esse drama, de ver famílias inteiras mortas, destruídas. Lembro também da Gestapo chegando à nossa casa, à procura do meu pai, furando os travesseiros com a baioneta. Felizmente ele não estava. São coisas que você não pode se impedir de lembrar e de pensar que a vida é algo sério. Totalmente! ...

Gestapo?

É que um ferroviário tinha feito a besteira de roubar a pasta de um alto oficial, num trem, e foram atrás de todos os ferroviários desta área. Felizmente, meu pai não estava, e, por isto, escapou. Não sei o resultado, mas não voltaram para prendê-lo, e ele não entrou na Resistência. Essas lembranças são de 1943 e 1944. A guerra, mais essas atividades organizadas todas às quartas-feiras pela Igreja com os 'Corações Valentes', e, logo depois, a doença da minha mãe, foram elementos que me prepararam de certo modo: o fato de ficar um ano parado e ler tudo que se apresentava na minha frente: Émile Zola, Balzac, Dickens, além de toda uma série de romances terríveis, de direita, sobre o príncipe encantado lá de Norte, o louro ideal - deviam ser fascistas para chuchu -, mas li tudo isto. Mas quando, enfim, entrei no seminário já tinha certa abertura e o que havia de mais quadrado não pegava em mim. Pelo fato também de já deixar para lá, bem... separar o que gostava e o que não gostava. Agora, aos poucos, veio sim, a questão religiosa, a fé, mas foi mais tarde que começou a me marcar mais. Porque lá nos primeiros anos, nada...

A SOLIDÃO E A VIDA POR PROCURAÇÃO

Eu queria servir... me colocar a serviço das pessoas, e o evangelho tinha mais sentido para mim do que o aparato eclesial. Eu já tinha 16 anos quando fui para uma cidade mais perto de Nantes. Eu era extremamente carente de tudo. Meu pai tinha muita dificuldade de falar, expressar carinho, e eu me sentia muito só. Foi quando comecei a frequentar uma família que me deu muito apoio. Ia lá sempre que podia quando estava em Nantes, no seminário, ou mesmo antes, nas minhas férias. Eles tinham um filho operário, jovem, com quem eu me dava muito bem. Ele era militante, e eu vivi, através dele, as lutas operárias de Nantes dos anos 1950, da metalurgia, dos estaleiros. Lutas com morte, inclusive nas passeatas. Vivi tudo isto através dele, por procuração. Isto fazia eu me sentir, aos 15, 16 anos, como alguém que estivesse metido nas lutas sociais, por procuração. A mãe dele entendia a minha carência e me chamava para ir à casa deles para tudo.

SE COLOCANDO A SERVIÇO DAS PESSOAS

No penúltimo ano do segundo grau houve um concurso da União Europeia para alunos da Europa. Era sobre a Europa, e pediam aos colégios e liceus que entrassem no concurso. No seminário, o superior pediu que eu fizesse uma redação. Não queria, mas foi uma ordem. Fui instalado em uma sala, e, quando terminei a redação, eles mandaram o que eu tinha escrito. Concorriam vinte ou trinta estudantes de vários países, e fui premiado: 'Como é que podia acontecer

isso, um cara vindo dessa família, tendo passado esses anos num seminário, falar da Europa?’ Nem era tema de ensino, de formação... Mas a cabeça fervia e o seminário não dava conta. Acho que me abri para o mundo social, para o mundo trabalhador, desde cedo. E não saberia dizer por que, mas, com certeza, isto era o que me motivava para as questões religiosas e, mais exatamente, para o evangelho, onde encontrava essas coisas de ‘estar a serviço’. Havia também a motivação por parte do professor de história e geografia.

Em criança, eu tinha feito coleção de selos. Uma coleção de selos é o mundo que está na sua frente: ‘Este país não conheço!’ ... E o dicionário, o *Larousse*, era um dos sete ou oito livros que tinha em casa quando criança. Então ia ao dicionário: ‘Que país é esse de que nunca ouvi falar? Não existe mais! ... Mas agora o que é esse lugar?’ Eu era curioso sobre o mundo e comecei a ler histórias sobre Missões. Comecei então a me motivar por uma congregação religiosa – a dos Oblatos. Eles já estavam na América Latina e eu estava curioso sobre um colombiano que era o Camilo Torres.

Guerrilheiro!

Para mim era o ideal. Padre e guerrilheiro ao mesmo tempo. Já pensou? Tinha já um compromisso de serviço, de ser padre nessa linha de serviço aos pobres, de fazer alguma coisa. Fiz dois anos de filosofia no Seminário Maior, em Nantes, e depois entrei para esta Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada.

FILOSOFIA, TEOLOGIA E A ABERTURA PARA O MUNDO

Os Oblatos...

Funcionava assim: um ano de noviciado voltado mais para a espiritualidade, a vocação. Eu tinha sempre dor de cabeça, a metade do tempo. Então não conseguia participar das atividades normais e ia trabalhar na roça do seminário. Não aguentava. Quando entrei, houve uma comissão de psiquiatra e psicólogos que fazia entrevista com a gente, e eu soube, mais tarde, que colocaram dúvidas sobre se eu deveria entrar, por eu não ter superado a morte da minha mãe na adolescência. A vocação parecia tão forte que todo mundo achou que eu fosse superar. Mas não foi suficiente. Então, voltando ao tempo antes do noviciado, nos anos de filosofia, em Nantes, eu continuava com esses contatos com o meio operário. Meu pai passou a conversar mais comigo. Ele era sindicalista, mas não fazia barulho em torno disto. Estudei Hegel, Marx, a filosofia da história; economia, muito pouco, só para ler de modo inteligente o *Le Monde*, dizia o professor. Era uma abertura para outro mundo. Depois, na

teologia, tive alguns professores excepcionais, tanto que a minha visão de fé não era nada muito ortodoxa.

Já tinha lido muito o filósofo Emmanuel Mounier, sobre o personalismo. Estudei Sartre também, mas não me seduzia. O professor dizia: 'Esse não é um filósofo'. Me interessei também pelas teorias do jesuíta e filósofo Teilhard de Chardin, sobre a noosfera. A teologia engajada junto aos pobres era uma abertura e tinha que mexer com alguma coisa da realidade, senão não ia adiantar nada.

Durante toda a juventude, além de trabalhar na roça, eu era monitor da colônia de férias e me dava muito bem como educador de jovens. Fui ordenado padre aos 28 anos. Fui para os subúrbios de Roubaix, cidade satélite de Lille, no norte da França, e já tinha pedido para vir para o Brasil. Na equipe de Belém não tinha vaga, tive que esperar. Eu queria vir para América Latina, onde havia 'as grandes questões sociais', a política que me motivava... [risos].

A ESCOLHA DO BRASIL E DA AMAZÔNIA

Por que o Brasil?

Porque quando estava terminando os estudos, lá perto de Limoges, no Seminário dos Oblatos, tivemos visitas de pessoas que trabalhavam aqui no Brasil. Teve também a visita de um oblato do Peru, que inclusive conheceu o Che e tinha tido contatos na Bolívia com o Regis Debray - na época, ativista marxista ligado a Cuba, que foi preso pelo governo boliviano. O fato de ter oblatos na Bolívia era interessante para mim, mas como tinha uma equipe aqui no Pará, com colegas do Seminário, senti maior proximidade.

Enquanto esperava, fui para uma comunidade de oblatos no norte da França. Lá, participei de uma equipe em que o vigário tinha uma pastoral muito ligada à Ação Católica Operária (ACO) e à juventude Operária Católica (JOC), com aquele método 'ver, julgar e agir', a trilogia dos movimentos de ação católica especializada, que era também o método do 'Coração Valente'. Quer dizer, estava presente essa mesma pedagogia com a qual eu tinha convivido desde criança, sem evidentemente elaborar nada.

Como assistente desses movimentos, me sentia muito bem: eles é que tinham de saber, não eu; era a vida deles, não a minha. Eles tinham autonomia de movimentos, e eu tentava fazer com que eles falassem e conversassem. Isto fazia com que eu me sentisse bem com os operários. Nos bairros populares onde atuávamos eram todos do meio operário, e com uma porcentagem grande - mais de 20 - 30% - de migrantes portugueses, espanhóis, árabes. Para as crianças, dávamos o catecismo: como educadores de jovens, fazíamos miséria com essa turma. Conseguíamos mobilizar a massa [risos].

Você ficou quanto tempo lá?

Fiquei dois anos e abriu uma vaga para vir para o Brasil. Demorou quase um ano a mais, porque só em dezembro de 1971 obtive meu visto. Visto para padres da Igreja Católica era muito mais difícil do que para evangélicos norte-americanos. E devia ter alguma razão política, porque um policial francês, passando pelo meu pai perguntou: ‘Ah! Monsieur, seu filho padre está indo para o Brasil, não é?’ ... Mas como eles sabiam disso? Certamente, havia contato com a embaixada brasileira.

A ADAPTAÇÃO AO NOVO MUNDO

Era o auge da ditadura brasileira.

É! E a França aceitou mandar ficha, informação, tudo.

Essa conjuntura daqui não te assustou?

Sim, claro! Acompanhei a ditadura através do *Le Monde*, minha leitura usual, do *L’Observateur*, do *l’Express* e também dos meus colegas que trabalhavam em Marabá e vieram nos visitar. Mas a visão era de que não tinha problema fazer o trabalho com as Comunidades de Base a partir da igreja; ou dentro de uma teologia da libertação ter uma pastoral engajada. Como tudo mais, era algo meio ilusório! Alguns chegavam a falar em trabalho de Ação Católica Operária, referindo-se a Belém [risos]. No fim, me disseram que eu iria trabalhar com pescadores na paróquia de Magalhães Barata, um pequeno município do Salgado, no leste paraense. Eu já tinha tido contato com pescadores no Guilvinec, porto bretão no Oeste da França. Era pesca de arrastão, de lagostim. Embarquei várias vezes com pescadores para conhecer.

Cheguei ao Pará através da Guiana Francesa, aeroporto de Caiena, onde acabei passando minha primeira noite no mundo tropical, num banco de aeroporto, com chuva e barulhos da floresta. Estava no Novo Mundo! Já me sentia no meio da floresta. E em Belém, morto de cansaço, dormi pela primeira vez numa rede! Três dias depois, segui para Magalhães Barata: não tinha luz, e havia um único carro em todo o município! Fiquei nove meses morando lá com o meu colega. Queria conhecer: ia à pesca, ia à roça, acompanhava meu colega nas missas de domingo. Tive durante nove meses esta sorte. Antes, eu havia passado quatro meses no Rio de Janeiro, num curso de aculturação, onde aprendi o português no Colégio Assunção, em Santa Tereza. Depois, foi esse mergulho na vida de pescadores e lavradores do Salgado.

OS DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO E A RENÚNCIA AO SACERDÓCIO

Meu colega tentava fazer algo mais do que dar os sacramentos, mas era meio difícil. Comecei a fazer contato com outros padres. Pensava em algo que pudesse fazer no futuro para mobilizar mais aquela turma. Tinha um padre progressista, tinha as freiras e eu pensando que com o tempo daria para mobilizar o pessoal. O complicador é que havia pescadores que eram donos de barco, mesmo sendo barquinhos, e já representavam um ponto acima dos outros na hierarquia. Mais fácil seria mobilizar os ‘patrões’, os mais altos na hierarquia, os ‘patrões’. Meu colega decidiu ir fazer um curso de técnico agrícola, porque achou que ficar só para dar sacramento não tinha futuro. Eu... ficar sozinho!? Nem pensar, infelizmente. Voltei para Belém, fui ser vigário da paróquia da Marambaia, e orientei meu trabalho pastoral para as comunidades de base. Aí, sim, senti que com os grupos de lá podia fazer muita coisa!

Era 1973?

Sim. Aí senti, e os colegas também, que já entrava em algo que tinha futuro. Lembro inclusive que fiz contato com a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que realizou um treinamento bem interessante com membros de comunidades de base. Só que aí tive uma crise múltipla: emagreci doze quilos porque estava cheio de vermes e com uma depressão. No Salgado, bebia a água que eles bebiam e a comida que comiam, sem ter a imunidade que eles tinham. Não conseguiam me curar. Estava com seis tipos de vermes. Também havia muitas mortes de mulheres em parto. Era terrível, e eu ficava desmontado. Não dá! ... Além do problema da solidão! Decidi desistir de ser padre. Fui para a França em agosto de 1974, mas voltei em setembro: os meus colegas oblatos me dariam um salário mínimo durante seis meses, para eu me virar. Queria ficar aqui no Brasil, fazer um trabalho, mas não era mais padre! Fui então morar lá em cima de palafitas, no bairro de Juruna, sozinho. Um ex-militante cristão, do Banco da Amazônia, que tinha sido cassado, me ofereceu para cuidar do comércio de madeira no Sul do Pará!

O MUNDO RURAL: ARTICULAÇÕES

Em dezembro de 1974, o Matheus Oterlloo, coordenador da FASE em Belém, procurava alguém... ouviu falar de um ex-padre disponível..., e veio me ver. Quinze dias depois, 2 de janeiro de 1975, cheguei a Santarém, contratado por Matheus, outro ex-padre. O coordenador nacional também era ex-padre, canadense de Quebec. Em Santarém, a equipe da FASE era coordenada por uma colega, Cristina, oriunda de Fortaleza. Tinha um técnico agrícola e um ‘técnico

em educação', ambos de Santarém. Havia um trabalho no Ituqui, região predominantemente de várzea, no Amazonas, com comunidades na terra firme; na cidade, com produtores de hortaliças e com as comunidades ao longo da estrada de Alter do Chão. Ou seja, a FASE estava voltada para o mundo rural. Acompanhei minha colega, a Cristina, que era muito decidida e um trator como personalidade, e comecei a compreender mais um pouco de Amazônia.

A FASE estava querendo se orientar para a formação profissional, que, naquela conjuntura, era um meio de voltar a trabalhar com a população, já com a ideia de organização, mas tendo como se justificar. Eu me sentia afinado com isso, e uma das primeiras coisas foi trabalhar com o sindicato de trabalhadores rurais. Para não dar muito na vista, fizemos um convênio com o sindicato pelego, para atuar na formação, na educação sindical das delegacias sindicais. Esse foi nosso gancho... em 1975.

Através de quem faziam os contatos?

Fui procurar o Geraldo Pastana e Ranulfo Peloso da Silva, agentes da pastoral católica que moravam na Colônia Nordestina, enquanto nós trabalhávamos com o pessoal da região do Tapajós e com outros de Ituqui, que era a nossa base. Tínhamos, assim, quatro pontos de contato, mas percebemos que na Transamazônica não tínhamos nenhum. Em 1975, aproveitamos um evento da pastoral, na linha Gaúcha, a quase 350 km de Santarém, e lá fomos nós..., e ficamos conversando com um ou outro... 'Você viu esse cara aí, esse Ganzer...? Interessante esse Avelino, não é...?' Descobrimos dois ou três assim. E tudo isso em cima do convênio, como educadores das delegacias sindicais.

Logo depois, criamos a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Tínhamos resolvido que Ranulfo iria ao encontro nacional de criação da CPT, porque ele era da Igreja. E decidimos falar com o bispo que nos apoiava e criar a CPT, pois precisávamos de algo para nos proteger. Criamos e, em nome da CPT, da Pastoral Rural ou Catequese Rural e também junto com um padre progressista americano, fizemos outra reunião e começamos a montar a oposição sindical, já em 1976. Eu achava que era esse o caminho; os padres lá diziam que a gente ia impor algo que não era deles. Argumentamos que não estávamos inventando, que o sindicalismo já tinha mais de cem anos; estávamos apenas inserindo os trabalhadores rurais de Santarém numa história que já era longa.

Você não era mais padre?

Tinha pedido a dispensa oficial, e foi rápido: em 1975, Roma já tinha me eliminado do cadastro. Fiquei apenas com a pecha de 'ex-padre solteiro'.

O TRABALHO NA FASE: DRIBLANDO A DITADURA

Em 1976, além de você, quem da FASE fazia esse trabalho com os sindicatos?

Lá em Santarém tínhamos o apoio do Matheus, do Istvan e Ida Jancsó, assessores da FASE Nacional, e do Michel Rousseau, coordenador nacional. Localmente, engajaram-se Cristina e depois a Fleury, que se juntou a nós, vinda de Crateús, que contava com um bispo progressista. Os outros dois colegas não tiveram participação nisso, não estavam interessados. A sorte foi termos encontrado Ranulfo e o Geraldo Pastana, que eram filhos de Santarém, e com quem passamos a atuar em parceria. E também tinha ocorrido, em Itaquí, em 1975, o conflito com uma empresa que queria instalar ali uma grande fazenda, e nós ajudamos a combater. Tanto que, até hoje, somos colocados no alto, porque, graças a nós - dizem eles -, não abriram a fazenda. E, ano passado, em Belém, no encontro do Fórum, uma senhora de Alter do Chão, quando me viu, disse: 'Aqui está o profeta!' ... porque a gente dizia para eles não venderem os lotes deles: 'Vocês têm que mostrar que isso é de vocês' ... Essas coisas de organização comunitária.

Como era o trabalho?

Era roça comunitária e educação popular através da educação sindical. No Itaquí, o que nos salvou foi que a gente ensinou o pessoal a fazer horta - que ajudou na merenda escolar -, e minha colega ensinou as mulheres a prepararem caldos, sopas de verduras, de tudo. Quando o SNI foi lá ver o que estava acontecendo, o pessoal dizia: 'A FASE, na briga da terra não tem nada a ver com isso... mas olha a horta, olha os poços que cavamos... graças a eles!'. O tenente do SNI voltou dizendo que a FASE estava com um trabalho muito bom!

Vocês tinham outras ações na organização sindical?

Escrevemos duas cartilhas: *O Posseiro e a Terra* e outra sobre o sindicato. A gente discutia entre nós, escrevia, juntava alguns lavradores e colocava na mão deles, observando as reações. Quando tropeçavam ou não entendiam, reescrevíamos. Foi um trabalho de construção das cartilhas.

Outras cartilhas?

Não, porque ao fazer essas duas já foi se dando todo um processo de formação! E depois, veio o uso dessas cartilhas nas comunidades: a gente lia, colocava na mão deles, e discutia, numa região grande. Não era só distribuir a cartilha, era um processo de formação. Sei que até 1985 ainda eram usadas, inclusive fora de Santarém. Ah, sobre o sindicato começava assim: 'Água não

se mistura com óleo...' para abordar a questão de classe. A ditadura não podia dizer nada! [risos].

Vocês fizeram muitos encontros para discutir as cartilhas?

Sim, sim! Lembro que organizamos um encontro de oposição em que as cartilhas foram discutidas. Mas sem que o sindicato soubesse do encontro. E fomos avançando, até que se apresentou uma chapa. Perdeu, porque o presidente soube. Então, eu fui embora. Os meus sucessores diziam: 'É porque com a igreja não pode fazer certas coisas. Não sabem guardar segredo, não sabem trabalhar na clandestinidade'. Quem veio foi o Antônio Vieira, que era militante político lá de Pernambuco e trabalhava com D. Hélder, mas com formação política marxista. Chegou dizendo: 'Está tudo errado'. Aqui tem que ser na clandestinidade. É ditadura ainda, não pode querer um sindicato com tudo aberto. Passou tudo para a clandestinidade, quer dizer, todo o esquema, os encontros, tudo, tudo...! E então a igreja, a base cristã - que eram de coordenadores de comunidade, os catequistas, mesmo os padres, até os progressistas -, não podia saber, a não ser que entrasse no esquema clandestino.

AS PRESSÕES E O ACÚMULO DE APRENDIZADOS NO TRABALHO DE ASSESSORIA

Conflito entre vocês então, na verdade?

Bom, eu já estava no Rio, na direção da FASE. Quando eu ainda estava no Norte, já havia um anti-intelectualismo; e quando a Tatiana Lins e Silva, a Maria Emília Lisboa Pacheco... e acho que a Leilah Landim vieram fazer pesquisa com o Otávio Velho no Pará (a Tatiana em Santarém, e a Maria Emília no Salgado), foram muito questionadas por colegas da FASE do Pará. Eu não tinha esse ranço anti-intelectual, mas a turma sim.

Você estava falando do Vieira...

O Vieira criticava a pretensão dos intelectuais de quererem saber das coisas. Eu, por exemplo, fiquei magoado, porque quando ia a Santarém, não tinha mais acesso a ninguém; não ficava sabendo do que acontecia, não me falavam. E quando a oposição ganhou o sindicato, em 1980, me convidaram para a posse, mas me trataram do mesmo jeito que trataram o Zé Francisco, presidente da CONTAG. Fiquei puto! Fizeram uma reunião deles juntando as lideranças, e eu não podia entrar porque era o diretor da FASE no Rio de Janeiro. Alguém disse que foi para me proteger, porque não necessitava saber daquelas coisas... Fiquei tão chateado!

A mesma coisa se repetiu no Maranhão. Passei três meses no Maranhão, em Santa Luzia, onde a FASE começava um novo programa. Tinha a foto de um Encontro que fizemos lá com sete lideranças: dois deles foram assassinados, o Nonatinho, presidente do sindicato, e um delegado sindical, e um outro desapareceu. Era barra pesada. O Nonatinho era ligado ao PCdoB, o PCdoB... entende? Me bloqueou. Quando, uma vez no Rio eu ia visitar o programa da FASE em Santa Luzia, não podia me reunir com os militantes. É bom dizer que o colega que assumiu a coordenação da equipe depois da minha saída, ex-padre belga, muito basista, concordava com esse veto. Já o Nonatinho me dizia: 'João Pedro, você já sabe onde fica a minha roça, amanhã de manhã vem tomar um café comigo'. Eu ia discretamente tomar o café na roça, para conversarmos sobre o Brasil, das lutas e tudo... clandestinamente, porque era bloqueado pelo coordenador da FASE e pelo PCdoB. Então vivi uns momentos assim...

[...]

Em resumo, na Amazônia, foram oito meses no Salgado, dois anos em Belém, dois anos e três meses em Santarém e três meses no Maranhão. Posso dizer que foi impressionante a importância que esse período e a Amazônia tiveram na minha vida. Pensando nisso, depois de tudo, foi o que fez de mim o que eu sou hoje. Foi um condensado de formação, de aprendizado. Fico até emocionado!

Houve algum tipo de ameaça?

Teve um momento, sim, porque nesse conflito, lá do Ituqui, levaram presos dois líderes para a delegacia local. Começamos a fazer o plantão na delegacia, eu e a Cristina; ela não tinha medo de nada, entrava na delegacia e começava a gritar: 'Quando é que vão soltar?...' O delegado quase teve um ataque... 'Tirem essa moça de lá que eu não aguento' [risos]. Depois a Polícia Federal entrou na jogada e também mandou intimidar algumas lideranças. Cerca de 60 pessoas encheram então um barco e chegaram à delegacia de Polícia Federal. A polícia dizia que tinha intimado o fulano e beltrano, e eles diziam que se era por causa da questão da terra, tinha que interrogar todo mundo. Mas depois de interrogar vinte ou trinta, o delegado não aguentou mais, mandou todo mundo embora [risos].

Em Santarém diziam que eu e a Cristina íamos ser presos. Íamos ao bar, a gente sentava, e ao nosso redor não ficava ninguém! Só nós dois, tomando nossa cerveja, e ninguém ao redor. Nem ela nem eu tínhamos tido participação em grupo clandestino. Nosso caminho de reconstituição de um país era, sim, pelas comunidades de base. Isto e sindicato, claro. Posso dizer que, desde a França, me preparava para esse tipo de ação, e não para a ideia de integrar algum grupo. Colegas de Belém, por sua vez, ajudaram militantes a deixar o Brasil.

Era disputa entre agentes intermediadores, não era motivo para manter o trabalho na clandestinidade...

Era... Sim... A justificativa era que a gente queria conquistar o sindicato, e, se todo mundo soubesse, os pelegos iam impedir. E a outra coisa é que a gente estava numa ditadura, não dava para arriscar... tinha que ter discrição. Em Belém, tinha trabalho; no Tocantins, tinha trabalho com o movimento em torno do qual se juntou um monte de trabalhadores, para decretar a Lei do Anilzinho (dos direitos dos pequenos produtores, dos pescadores). Mas a gente sabia que nossos colegas do Tocantins - pelo menos o Humberto Cunha - eram ligados a uma dissidência do PCdoB.

NA DIREÇÃO DA FASE: A DIVERSIDADE E AS DIVERGÊNCIAS

E a questão da diversidade política interna da FASE... como você lidou com isso enquanto diretor?

Os programas e suas equipes tinham uma autonomia muito grande. Se fosse um único programa, uma única equipe, integrada, seria mais complicado. A gente tinha certa tolerância. Agora, para mim, foi difícil, porque eu era o único a lidar com todo mundo. Em Santarém, tudo bem, eu ficava de fora, mesmo que torcendo de longe pelo sucesso da intervenção dos colegas de lá. Sobre as questões com as quais eu não concordava, eu questionava o Matheus, que era mais próximo. Ao longo dos anos, o pessoal de Santarém passou a estar todo bem organizado... 'Mas com relação à produção? ... O que estão fazendo?...' Porque eu tinha a visão de que o agricultor tem que agir a partir da sua situação de lavrador. Então tem que produzir; ter a sua autonomia de produtor. Por que então não estão batalhando por uma feira do camponês lá em Santarém? ... Eu questionava nessa linha, sem sucesso.

No Pará, em Bragantina, tinha outra questão: percebia-se que nas vésperas de eleição gastavam mais. Estavam querendo já entrar na política regional. Diziam então que eram do mesmo grupo que eu - ligados à articulação do PT... Mas, espera aí, a FASE não é um instrumento a serviço de política partidária... 'Vejam, a gente se articula com vários setores. Um encontro tem que ter nome - por exemplo -, ligado à pastoral, para dirigir, e não alguém somente ligado a um grupo político'. Mas eu era submetido a pressões violentas, e me lembro de um encontro da FASE do Pará, em Imperatriz, e na mesa do bar tinha uma amiga minha, e da Dorothy ficou indignada: 'João Pedro, é assim que eles tratam você na FASE?' ... Realmente, havia um pessoal que me tratava quase como inimigo em certos momentos.

Mas era um grupo restrito, não?

Não. Eram os vários coordenadores. A mentalidade que predominava era, 'Estou no meu feudo, com o meu grupo e não venha te meter'. Em Fortaleza, eram ligados ao MR-8. Antes mesmo de ser nomeado diretor nacional, fomos - o então diretor e eu - para nos reunir com a equipe da FASE e encontramos as portas fechadas. Voltamos, sem ver ninguém; porque eles recebiam diretamente recursos, com os juros e tudo isso, e usavam - imaginamos -, para o trabalho político. Enfrentamos isso! Dois saíram. Eram todos militantes. E eu dizia que era preciso distinguir mais as coisas. Era como lidávamos; mas não criávamos elo com eles. O que me orientou nos anos da ditadura foi, de um lado, a proposta da FASE, de fortalecimento e recriação de movimento de bases sindicais; e, do outro, a organização nos bairros pobres e favelas, para a melhoria das condições de vida. Isto era importante para o futuro.

Agora, através da FASE de São Paulo - e porque eu vinha da Pastoral Operária, com a qual tive contatos bastante próximos, em 1972, no Rio -, eu me sentia próximo da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) de São Paulo e das comissões de fábrica. Eu conheci pessoas da Pastoral Operária de São Paulo e outras do Rio que sobraram da JOC. Alguns tinham sido exilados: o Ferreirinha, Ironi, a mulher dele, Angelina, que aliás eu já conhecia desde as nossas paróquias no norte da França. Tínhamos colocado nas igrejas grandes retratos da Angelina, porque apoiávamos e denunciávamos a prisão e perseguição de militantes.

A FASE E AS CORRENTES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

Mas em São Paulo a FASE rompeu com a Oposição?

Sim! E rompi com essa turma por que eles acharam que tinham cacife para que toda a FASE fosse então ligada à OSM. A visão da OSM era compartilhada pelas equipes de Porto Alegre, Vitória, Recife e Santarém, até certo ponto. Acho que queriam hegemonizar a FASE. Aliás, não eram os únicos. Eu dizia: 'O que é isso? Então vocês vão fazer uma implosão da FASE!'. Esse rompimento se deu em duas etapas: fizemos um encontro nacional, eu sempre apagando o fogo, mas discutindo o trabalho, mostrando os limites... e avisei ao presidente da FASE, que era ex-funcionário da atual Vale do Rio Doce, alto funcionário, mas um homem ligado à Igreja, um homem bom e muito solidário! Não era político-partidário. E ele: 'João Pedro, esse encontro é perigoso...'... 'Eu sei que é perigoso, eu estou até com medo do que vai acontecer'... Porque ia ser uma briga de foice ter o MR-8, PCdoB, dissidentes do PCdoB, OSM... O que é que ia dar?

Num dado momento, eu disse que não ia ter votação, porque inclusive ia ficar disperso, e eles não eram donos da FASE. A FASE tinha um conselho, e aquilo não era a FASE. Perguntaram: ‘Mas, o que você propõe?’ Eu nem tinha começado a falar e chegou o presidente da FASE. Aí, o pessoal disse que eu tinha montado aquela cena. E respondi que não, que [ele] tinha chegado nessa hora por acaso. Mas tinha chegado naquele momento e, de fora, tinha escutado os gritos e perguntou do que se tratava. Eu expliquei e terminei dizendo que a FASE era um coletivo, que tinha estatuto, e que querer mudá-lo seria assinar o fim da entidade! Então, o presidente apaziguou a turma e o Jorge Eduardo, a Maria Emília e o Ricardo Abramovay passaram a redigir a carta de princípios da FASE... baseada no que rapidamente acabei de comentar.

O FECHAMENTO DO ESCRITÓRIO DA FASE

A FASE de São Paulo não se conformou. Tínhamos um projeto de formação sindical com a FINA (*Interamerican Foundation*) e, um pouco mais adiante, o Geisel decidiu cortar o convênio com os Estados Unidos, e acabou o nosso projeto. A FASE de São Paulo não gostou de ver interrompido esse programa e continuou a investir dinheiro e pessoas nisso. E eu estrangulado: ‘Mas, gente, não tem dinheiro’. Eles, como ainda tinham acesso ao banco, começaram a passar cheques. Eu disse que se continuassem seriam demitidos. E, numa reunião em que estavam os coordenadores regionais: do Pará, Matheus Otterloo; o do Nordeste, Tonhão; o Lourenço Zanetti, aqui do Rio, e eu, decidimos demitir a turma, e fechamos o escritório.

No jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese, o Waldemar Rossi escreveu um artigo denunciando a FASE: ‘Jean Pierre Leroy, Matheus Otterloo e o Tonhão são inimigos dos trabalhadores!’ Lorenzo escapou, pois o seu nome poderia desmoralizar o artigo, já que Lorenzo era um ativo e comprometido assessor do movimento de oposição sindical. Depois, fui ver o Waldemar: ‘Você sabe o que escreveram?’ Ele não quis saber de nada... ‘Foi isso mesmo’. É essa a história, tal como eu a vivi. Na realidade, ou há uma convivência ou não há. Achavam que teriam apoio e não tiveram; os outros entenderam que era uma furada, que não era por aí.

Isto foi entre 1980 e 1983. Porque essa turma de São Paulo, no início, não gostava do Lula, ou pelo menos da atuação do sindicato de São Bernardo. Não queriam saber. Tive uma vez uma briga com o então coordenador de São Paulo... ‘É, vocês estão sempre atrasados em uma batalha’... Porque antes, eu tinha dito a ele: ‘Olha o que está acontecendo lá no ABC’... E eles... ‘O Lula. Ah! É pelego!’ Um ano depois, estavam se aproximando, e eu... ‘Está vendo que era por aí, não tem jeito, é isso mesmo’.

A SOLIDARIEDADE ALÉM DOS GRUPOS

E eu estava aqui no Rio, mas tinha um amigo meu oblato, do Pará, que era eletricitista. Veio para o Rio e se meteu no sindicato dos metalúrgicos. Eu entrei com ele, de certo modo, participei de algumas coisas nas minhas horas vagas. Tinha coisas cabeludas por aqui. Até evitei, com dois ou três outros, uma briga aberta do pessoal, já com a faca na mão, aqui no sindicato. Uma época em que acontecia de tudo, inclusive essas coisas. O que eu acho que conseguimos segurar foi a ideia de que um tipo de coletivo como a FASE faz sentido. E, na FASE, acho que nem sempre dentro de uma equipe a convivência era possível. Mas havia um jogo de ir se equilibrando, porque todo mundo sentia que tinha que ter uma solidariedade para além do seu grupo, se quisesse continuar fazendo o que fazia.

Todos os grupos continuaram?

Menos o de São Paulo, onde a FASE depois se reabriu, mas com outra corrente. E a gente não soube gerir isso. Eu, realmente, como não tinha mais acesso à turma da Pastoral Operária, de quem era mais próximo, fui buscar reconstituir uma equipe através de outros contatos, o que foi um erro. E aí descambou: não conseguimos segurar. As equipes mais próximas da equipe de São Paulo compreenderam que esta atitude não era a mais adequada. Em Porto Alegre, continuaram seu trabalho de formação sindical na mesma linha, sem problemas. No Espírito Santo também. Coordenava a equipe a Alta Fernandes, que em 1970 ou setenta e um havia assumido a JOC no Rio de Janeiro, com a prisão e o exílio da equipe nacional. [...]

A RELAÇÃO ENTRE OS INTELLECTUAIS E O POVO

Como vocês pensavam a relação dos intelectuais com o povo?

Foi um problema sério, porque, de certo modo, os chamados assessores, pesquisadores e a Coordenação Nacional dentro da FASE perderam o acesso ao povo. Em Santarém, só havia contato pessoal com quem tinha tido laços de amizade, de proximidade, uma vez ou outra, indo a Santarém. Senão não participava de mais nada. No Maranhão, tinha o Nonatinho, que depois foi assassinado. Tinha o programa de pesquisa pelo qual eu vim ao Rio. Havia sido elaborado, se me lembro bem, por Laís Mourão e Istvan. Era um projeto grande de pesquisa sobre o campesinato em áreas de fronteira agrícola, financiado pelo INAN e a FINEP. Era a forma pensada para começar a criar contatos entre as várias regiões do país. Estavam previstos sudoeste do Paraná, Goiás - porque tinham recebido um pouco de migrantes do Sul -, mas também porque lá tinha um ponto de apoio dominicano.

D. Tomás, provavelmente.

Acho que foi frei Fernando. E Maranhão e Pará, por causa da FASE. Cheguei ao Rio e tinha que coordenar a pesquisa: se não fosse eu, seria Luís Werneck Vianna. Mas todo mundo achou que não era a mesma coisa. Luís Werneck Vianna iria, com certeza, fazer um bom trabalho de pesquisa, mas ele era de outro mundo. Fui indicado pelos coordenadores. Argumentei que não era pesquisador, mas achavam que eu tinha a capacidade de montar e segurar um programa desse tipo. Montei uma equipe: o Jorge Eduardo, a Leilah Landim, e Ricardo Abramovay.

Soube, mais tarde, que fui criticado por eu ter constituído uma equipe sem conhecimento de onde estava me metendo. Fiquei chateado. Eu tinha lido Otávio Velho e o que ele produzia de reflexão sobre o campesinato lá de Marabá. Tinha acompanhado a pesquisa de Tatiana Lins e Silva em Santarém. Sabia que esse pessoal da antropologia não vinha borboletear em cima do campesinato; que era gente séria e que, então, o ponto de partida ia ser aquele. Sabia que me indicariam pessoas sérias. Quanto ao Ricardo, economista, eu tinha gostado muito dele em conversa, quando o vi na volta do exílio. Era outro mundo político, mas pensei: 'Isso até pode ajudar'. Acho que, no fundo, eu tinha já essa convivência com os vários na FASE, e já tinha treinado um pouco.

Maria Emília entrou neste grupo?

Maria Emília entrou um ano depois no meu lugar - porque fiquei um ano coordenando esse programa, e fui para o sudoeste do Paraná fazer os contatos. Gostei muito da turma de lá, de ASSESSOAR, entidade criada por pequenos produtores rurais do Sudoeste do Paraná, ligada à Igreja Católica. Maria Emília ia para o Salgado, na Região Bragantina; Jorge Eduardo, no Maranhão. Logo no começo estive em Goiás. Gostei muito, aí tinha frei Fernando, um dos dominicanos que foi preso; e outro padre que não era dominicano, e com o qual me dei muito bem. O tempo passou, e não tive mais sinais de Goiás. Não dava para esperar, tinha que começar o trabalho, mesmo que em Goiás. Descobri, mais tarde, que o Fernando falou para alguém, 'O meu santo não se deu com o dele'. E até hoje, eu nunca entendi, mas enfim... Fernando brecou porque não gostou de mim.

A CONTRIBUIÇÃO DA FASE: EDUCAÇÃO, DEBATE E COMPROMETIMENTO

Então, tivemos pesquisadores somente para estados do Norte e o Paraná. Como não dependia dos programas e das equipes da FASE, tínhamos contato direto com o povo. Já em 1977, me tornei um pouco assessor na criação da

CPT no Paraná e dos lavradores. Depois de mim, foi o Ricardo Abramovay que assumiu a pesquisa no Paraná, mas praticamente já tinha me tornado um tipo de assessor. Eu tinha participado da criação da CPT do Norte, e perguntei sobre a CPT do Rio. Decidi entrar nisto e descobri o padre Pedro, que era vigário em Paraty e coordenador da CPT no estado. Conheci Miguel Pressburger, advogado da CPT, e comecei também dizer que eles precisavam de um projeto de trabalho dispondo de mais meios e mais organizado.

Mobilizei Maria Emília e Jorge Eduardo para trabalhar na CPT aqui no estado. Não queríamos gente que fosse só de pesquisa. Eu também acompanharia. Então, continuei a ter contato com a base, não através da FASE, mas porque cavei outros espaços pessoalmente – tem sido assim até hoje. O Jorge Eduardo não se pode dizer que tenha sido um grande colaborador direto da CPT, porque o mundo rural não o atraía muito; Maria Emília, sim, marcou, teve uma presença forte. Um ano depois de termos começado a pesquisa, em 1978, me pediram para assumir a direção da FASE, porque ninguém queria o posto. Havia três propostas colocadas pelo coletivo: Matheus, do Norte; Ademir, de São Paulo; e eu, aqui no Rio. Ninguém queria! Então... ‘Como você já mora aqui no Rio, essa equipe não precisa de você, porque são mais competentes do que você...’ - o que era evidente! Então, não teve jeito. Assumi, em julho de 1978, a coordenação da FASE.

Vocês tinham formação para fazer a pesquisa, mas assumiam uma perspectiva diferente da acadêmica. Como pensavam essa diferença?

As pessoas que faziam a pesquisa se tornavam educadoras. Jorge Eduardo e Maria Emília criaram uma compreensão do mundo rural e de pequeno produtor que foi muito importante. Então, a pesquisa ajudou, foi o elemento pelo qual entramos nesse mundo camponês. Pode não servir para outros, mas falando da FASE, quando, em 1981 ou 1982, redigiram a carta de princípios no encontro, ela era fruto do modo como eles tinham vivido três anos na FASE, se preparado para isso, com melhor conhecimento desse mundo camponês e do que é ser educador. É assim que eu vejo a coisa.

Em 1979, tinha tido o congresso da CONTAG, que não somente nos orientou em relação às nossas posições sobre o movimento sindical dos rurais, mas também nos ajudou a nos articular dentro da FASE. Lembro também o Moacir [Palmeira] e a Lygia [Sigaud], e as lutas dos canavieiros de Pernambuco nas quais tínhamos estado presentes. Eu mesmo estive lá. Mesmo combatendo o sindicalismo pelego não quisemos nos afastar da CONTAG - nem o Vieira, aliás -, queríamos estar lá. Havia uma discussão sobre os rumos do movimento quando se realizou, em 1985, o primeiro congresso do MST.

Eu estive lá com os militantes do Norte, porque mesmo que não tivesse acesso direto, discutia muito com a turma em alguns encontros. E foi aí que a gente decidiu não entrar no MST. No Pará, não precisávamos do MST. Lá, eram posseiros, e era por aí que se avançava, que se ocupavam as terras. Então ninguém entrou. O MST ficou um pouco ressentido com isto, acho! Mas enfim... da discussão do MST lá no sul eu já tinha participado um pouco, bem como das lutas do MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], antes que tivesse esse nome, contra a barragem de Itaipu.

A FASE havia publicado, nos anos 80, um número da revista Proposta sobre barragens. Foi a primeira publicação sobre a questão barragem do ponto de vista dos atingidos - me parece -, e o pessoal do MAB ficou todo entusiasmado! Quando se criou a CUT, a gente discutiu. Eu participei também de tudo isso! Teve um encontro aqui, em Nova Iguaçu, foi um dos primeiros encontros. Em certos encontros, notava-se que havia mais militantes dos lugares onde a FASE atuava. Era uma mostra da nossa atuação e também a FASE permitia essas pessoas chegarem.

E os rurais na CUT?

A CUT foi criada em maio de 1983, e depois da criação eu conversei com Avelino Ganzer - liderança da Transamazônica, do STR de Santarém, eleito vice-presidente da CUT -, que a CUT não podia só ter o povo da área rural como massa de manobra. Tinha que fazer mais, tinha que criar. E ajudei a montar e encontrar recurso para um encontro de lideranças do campo, que fizemos em Goiânia, em que se criou o departamento rural da CUT. Era 1984. Fui a esse encontro como o cara que tinha viabilizado aquilo, mas para palestrar era mais o João Pedro Stédile. E o João Pedro começou como 'puro Marta Harnecker': esquemático, simplista, meio leninista. Fiz, então, uma pálida intervenção baseada em nossas pesquisas que mostravam um campesinato complexo. E o que falei não teve repercussão. O que pegava era o que o João Pedro dizia.

Inclusive, há não muito tempo atrás, quando o João Pedro veio em casa, porque eu fiquei doente... aliás, é bom ficar doente, assim os amigos - porque achem talvez que não voltarão a nos ver -, vêm à nossa casa... E ele foi extremamente simpático e solidário, e conversei com ele: 'João Pedro, você se lembra daquele encontro de Goiânia, da criação dos rurais da CUT, departamento rural?' ... e ele: 'Sim!'. Pois na época eu dizia: 'Meu Deus, mas que simplificação que ele está fazendo! Isso não é campesinato brasileiro, nunca!'. Mas eu entendia como educador que sempre fui, e o Stédile era o dirigente político, que sabia mobilizar... E eu: 'É verdade, você tinha razão, naquele momento, era o seu discurso que tinha que ser feito e não o meu. Porque nós não estávamos ali para criar um núcleo de educação popular'. Então, são os papéis de cada um.

MOVIMENTO DOS SEM TERRA - MST

Há dois anos, a direção do MST me chamou lá na escola de formação Florestan Fernandes. Eu disse que não ia porque não via qual seria minha contribuição no seminário que organizavam. Insistiram, e um colega da FASE acabou me dizendo que tinha que ir porque era uma homenagem. Fomos, Noêmia e eu, e foi muito emocionante. Lá, o João Pedro disse: 'Você não sabe a influência que você teve sobre o MST'. Lembrou que no ano de 1978 ou 1977, lá em Porto Alegre, num discreto encontro com a FASE, foi quando eu o vi pela primeira vez. Nosso apoio em relação à Itaipu, às lutas do MAB e a ocupações do MST, aqui no Rio de Janeiro e no Sul, devem também ter mostrado nosso comprometimento e solidariedade para com as suas lutas.

Na segunda metade dos anos 1980, mandaram para mim um material sobre cooperativismo, pedindo para a FASE publicar. Eu li, depois escrevi uma carta dizendo: 'Mando de volta o material, sem tirar cópia, para não ser tentado a usar isso para falar mal do MST'. Anos depois, escrevi um texto que intitulei *Por uma reforma agrária sustentável*. Fui convidado pela Via Campesina a apresentar e debater minhas ideias num encontro em Belo Horizonte. Acho que ajudou na evolução do MST em relação ao modelo de agricultura que queriam implantar. Me agradeceram - eu acho -, por coisas assim. Para além da amizade pessoal, admiro a capacidade de evolução do MST sem que ele perca o rumo.

DIRETAS JÁ: ENTRE A EDUCAÇÃO E A MILITÂNCIA

E sobre a campanha das Diretas já?

Bom, nas lutas pelas Diretas e pela Anistia eu não entrei. Durante esses anos, a FASE teve pessoas presas, não porque eram da FASE, mas porque eram militantes. Houve pessoas aqui do Rio, do Espírito Santo, o Istvan. Eu tinha a clareza de que se entrássemos na organização sindical, organização de bairro, não seria tão fácil. Eu estava louco para entrar nesses movimentos, mas cuidei de aparecer como uma pessoa que dá apoio, mas que não toma a frente. Eu achava que tinha que passar a imagem de uma entidade em que estava tudo tranquilo, tudo claro, transparente. Então, pessoalmente, decidi que não ia entrar diretamente em nada que pudessem dizer que eu havia me metido em coisas clandestinas ou subversivas.

Participei, é claro, lá no Benett, com os metodistas - você deve se lembrar; fizemos várias vezes eventos lá. Eu mantinha um laço estreito com D. Ivo Lorscheiter e com alguns bispos. Para garantir seu apoio, sempre contava a eles os problemas - o bom e o ruim -, para que, se tivesse algum problema, nunca se pudesse dizer que eu tinha enrolado. Nem sempre esse apoio era possível.

Uma vez, D. Ivo me perguntou: ‘Como está a sua relação com D. Eugênio?’ ... e eu: ‘Nenhuma’, no que ele respondeu que ‘era melhor eu manter distância’.

Agora, da luta pelas Diretas, eu participei, como todo mundo da FASE. Estávamos nos encontros, nas discussões internas, com vistas à redemocratização e, progressivamente, o tema esteve presente nos cursos que organizávamos. Com relação à luta pelas Diretas, posso dizer que a FASE inteira estava presente; o mesmo quanto à Constituinte. Em todo lugar a FASE deu cursos sobre a Constituinte, sobre as emendas populares. Inclusive a Noêmia participou com o Cunca, muito engajado. Foi algo que motivou profundamente, porque esse movimento começou sendo visto como a história de uma pequena entidade como a FASE, de uma pequena oposição sindical de algumas lideranças.

E a ideia era de chegar à CUT, à criação do partido, dentro de uma perspectiva nacional. Era a FASE se realizando nisso, mas se realizando no seu lugar de educação popular e de debate. E o PT se recusou assinar a Constituinte! De qualquer modo, a gente dizia: ‘Olha aí, a vitória do povo!’ E era mesmo. Isto mobilizou muito as equipes da FASE durante três anos.

O debate se voltou mais para essa realidade nacional pós-ditadura?

Sim, sim! Houve realmente um processo de formação política, educação popular. Foram anos florescentes da educação popular no sentido da educação política, a partir da realidade que as pessoas passaram a viver, pensando o novo país. Isto deixou saudade.

NOÊMIA

Fale agora da Noêmia.

Você quer que eu fale da minha história sentimental? [risos]. Quando deixei de ser padre, em Belém, tinha uma moça pelo meio. Não foi isto o detonador. É que, na realidade, não era possível eu continuar padre. Não especificamente porque tivesse encontrado alguém. Era um motivo claro, uma carência afetiva que vinha de muito longe. Na Marambaia, o bairro e a paróquia onde eu vivia em Belém, havia muitas mulheres morrendo de parto. Ficava profundamente chocado com isso!. Entrei em depressão, aumentada, segundo me disseram os médicos depois, por verminose múltipla, que não conseguiram eliminar em Belém - resultado da minha convivência com os pescadores/agricultores do Salgado.

Em Belém, em 1973 e 1974, tinha sempre problema de dinheiro para sobreviver, a gente não queria explorar o pessoal. E então, para ter um dinheirinho, eu comecei a ser auxiliar de pesquisa do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA), que estava sendo criado. Jean Hébette, padre oblato,

era um dos primeiros pesquisadores de lá, com o Samuel Sá, e este me convidou para ser assistente de pesquisa de campo. A pesquisa era sobre a colonização (inclusive por franceses) de Benevides, município próximo a Belém, no século XIX. Aceitei, fui ao campo, e adorei. Fui com uma colega, amiga com quem até hoje mantenho contato.

Meu sonho teria sido estudar, entrar para o NAEA, continuar nesse mundo da Amazônia para compreender melhor. Era impossível; precisaria validar os meus estudos de filosofia, mas enfiei isso na minha cabeça. Em 1976, já em Santarém, eu soube de um curso que validava estudos de filosofia de padres e pastores – era em São João del Rey, Minas Gerais. Em junho de 1976, nas minhas férias, peguei um ônibus e fui até São João del Rey. A Noêmia, que era inspetora escolar, fazia um curso de especialização. A gente trocou algumas palavras, e só. A gente adora contar essa história.

Em janeiro de 1977, voltei para concluir o curso. Sei que eu comecei a paquerar uma colega da Noêmia, para não perder tempo e ocupar o tempo útil. Uma sexta-feira à noite, a ‘namoradinha’ disse que precisava estudar, e fiquei plantado na rua. Foi quando saiu de um bar em frente a Noêmia, com três ou quatro outras pessoas... ‘Ah, Jean Pierre, a gente vai dançar, quer ir com a gente?’... e eu... ‘Claro, eu vou!’ [risos]. Fomos para a boate, conversamos mais do que dançamos e quando saímos, num lindo amanhecer, às 5 da manhã, eu pensei: ‘Vou me casar com ela’. Não falei, é claro, porque tinha a outra. Perdi oito dias, sem coragem de falar, e quando afinal criei coragem para falar com a namoradinha, ela me disse que era a melhor coisa que eu fazia! Que Noêmia era fantástica! [risos].

Voltei para o Pará, e nos correspondíamos por carta, mas, de repente, ela parou de escrever e eu fiquei deprimido. Matheus me levou ao posto de telefone público de Santarém e ligou para casa dela: ‘Noêmia, o Jean Pierre está aqui triste, porque você não escreveu’. Você imagina: gritando na cabine pública! Afinal, fui para o Maranhão, no Pindaré - Santa Luzia, pensando que ela nunca fosse querer vir para o Pindaré, porque era terrível demais! E eu também não ia querer deixar a Amazônia. Propus ir a Minas nas minhas férias, mas ela veio. Fui recebê-la em Belém, e fomos para Santa Luzia. Tinha que tomar banho de caneca, porque só tinha água do fundo do poço e o banheiro era fora da casa, tudo mofado. Ela não falou nada! Começou a fazer limpeza, a cuidar do ambiente. Nessa semana, realizávamos um encontro com algumas lideranças e ela ficou lá, escutando, muito interessada. Íamos depois tirar uns dias de férias. Mas três dias depois, chegou de Belém o Matheus, dizendo que eu tinha que ir para o Rio de Janeiro por causa de um programa de pesquisa da FASE, que eu tinha que ajudar. Reclamei... ‘Como? Vocês me trouxeram para cá faz só três meses, agora tenho que ir ao Rio? É falta de seriedade’.

Ele explicou e me convenceu de que era importante para a FASE – e eu, com aquela mentalidade de padre que obedece, preparei minha mala... peguei a eletrola, o ventilador e uma caixa de livros - que acabou ficando para trás porque não dava para colocar no fusquinha. Fomos a São Luiz falar com a colega que era coordenadora, para ver o que ela achava. Foi então que o marido dela, um ex-padre, disse que podia ficar na FASE no meu lugar. Fomos a Belém, pegamos o avião, e chegamos ao Rio em junho-julho, e nos casamos em dezembro. Rápido, rápido...

Que ano que foi isso?

Foi em 1977. Quebrei a carreira dela, porque ela era responsável pela inspeção em toda região; era uma personalidade em Minas e seria provavelmente nomeada superintendente ou delegada regional de ensino. Ela tinha se feito em cima da competência dela, pois não era de família abastada nem nada; pelo contrário, foi a única da família a ter estudado. Era muito competente. Era um momento em que a legislação escolar começou a pesar mais, freando o clientelismo; então precisavam dela. Ela enfrentava os políticos com a lei na mão. Ela tem histórias muito interessantes e escreveu uma dissertação de mestrado excelente a partir da sua experiência, *O gatopardismo em educação. Reformar para não mudar: o caso de Minas Gerais*. Ela conseguiu sua transferência para o MEC, no Rio. Mas o Newton Cardoso a chamou de volta. Ela ficou dois anos em Caratinga e depois se aposentou, como inspetora, em Juiz de Fora.

Ela não reclama disso?

Disso ela não reclama e sim de eu ter passado trinta, trinta e quatro anos viajando. Foi uma vida muito sacrificada, e eu lhe devo quase tudo do que fiz e do que sou hoje. Depois desse período da ditadura, da constituição, entramos na nova conjuntura brasileira dos anos 1990, com Collor, e a pauta para os intelectuais e as ONGs mudou um pouco. Surgiram novos temas, enfim, novas militâncias, novos processos de formação. E a primeira coisa que se colocou nessa conjuntura foi: ‘Se o movimento existe, se existe a CUT, qual é então o lugar de uma entidade como a FASE que tem trabalho de base?’ Todo mundo dizia que em muitos lugares ainda se sentia falta de ‘organização de base’. Mas, para mim, a questão que se colocava era que a formação política era ligada à vida profissional, de certo modo. O pequeno agricultor, enfrentando a comercialização da sua produção e discutindo as alternativas, acaba discutindo o modelo e fazendo política.

AGROECOLOGIA E A AS-PTA

Eu fui um iniciador, de certo modo, da agroecologia. Porque a FASE não queria muito ouvir falar disso, mas, a partir da minha experiência, eu estava muito incomodado com esse agricultor que derruba a mata, e dois anos depois a terra não dá mais nada. Dizia: ‘Não é por aí...’ Mas não sabia por onde ir. Jean Marc Von der Weid e Sílvio Gomes de Almeida tinham voltado do exílio, na França, e me procuraram, expondo suas ideias e propostas sobre alternativas para a pequena produção familiar. Legal! É isso que eu também gostaria. Como já tinha bastante contato no campo, podíamos juntar pessoas ou entidades, pequenos grupos de vários lugares e promover um encontro como ponto de partida. E começou assim o programa PTA (Projeto de Tecnologias Alternativas). O projeto se tornou autônomo: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

O ponto chave para mim era a discussão de um modelo de agricultura como questão política. Inclusive minha entrada na questão ambiental se deu por aí. Acho que continuar é um desafio para nós. Se a FASE não tinha dado tanta continuidade no seu trabalho junto ao mundo operário por causa dos problemas, agora estavam se organizando, e não era mais um ator direto nisso. Mas, para outros setores, valia a mesma lógica, a mesma percepção de trabalhar e orientar o trabalho da FASE para o futuro. Com o Cândido Grzybowski, em 1989, tentamos criar um programa de políticas agrícolas. Havia uma ONG, criada nessa época, atuando nesse campo: o DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos, do Paraná).

Nós começamos no Rio, com uma ambição nacional, só que o dinheiro não acompanhou. Então, durou menos de um ano, e aí o Betinho pressionou o Cândido para assumir a codireção do IBASE... e o Cândido: ‘O que eu falo? ... Não temos dinheiro, então, o programa já morreu’. Por aí eu achava que era uma linha de trabalho ligada ao campo que seria importante para o nosso mundo de assessoria, já que o movimento sindical não dava conta disso, não se interessava por isto, mas era importante para fortalecimento do campesinato!

Eu estava ainda muito presente nas questões de agroecologia, apesar de a AS-PTA ser autônoma, mas ainda era algo que me motivava e à minha dissertação de mestrado sobre Santarém, que terminei em 1985. Mas eu... não, não terminei porque tive um período lá, 1986 e 1987, que tive problemas de saúde. Bom, foi publicado em 1989, quando escrevi a conclusão. Eu tinha lido que a União Europeia tinha um programa especial para regiões de montanha e do mar mediterrâneo. Valorizava o papel do campesinato tradicional para a preservação das montanhas e do mediterrâneo, muito seco, sujeito a deflorestação

e incêndios; e na minha conclusão, eu escrevi que o futuro do campesinato da Amazônia está ligado à questão ambiental.

O FÓRUM DAS NAÇÕES UNIDAS - NOVAS POSSIBILIDADES

Concluí, então, que é por aí que devia orientar meu trabalho na FASE. Já se falava da Rio - 92. E eu, quando escuto falar que tem um coletivo... 'É lá que eu tenho que ir, senão, por onde é que eu vou?' Foi com esses pensamentos que comecei a participar do Fórum preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Digo, 'eu...'... porque não posso dizer que isso fosse, na época, a visão dominante na FASE. Eu vi esse Fórum como algo novo: 'Aí tem algo novo, vou entrar nessa'. Aí, como a primeira reunião desses ambientalistas fosse uma briga de foice terrível, uma desconfiança de todos entre si, eu cheguei com algumas coisas de bom senso e como não era do meio, o pessoal me viu, no segundo encontro de Friburgo, como salvador da pátria.

Ajudei a Sociedade de Defesa da Amazônia, que tinha essas publicações que usavam os desenhos de Peri (um desenhista da Amazônia), a coordenar a reunião do Segundo Encontro Nacional do Fórum preparatório, em 1990. Orlando Valverde, um grande geógrafo, coordenava - se me lembro bem -, mas estava lá totalmente perdido, e eu ajudei a salvar a reunião, porque como era desconhecido, era mais fácil, então engrenei... Estávamos no primeiro semestre de 1990...

Vamos parar agora?

Eu nunca falei tanto assim!

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 29/01/2013,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici.

Ivo Poletto

IMIGRAÇÃO ITALIANA

Sou filho de uma família de camponeses, descendentes de imigrantes italianos que aqui chegaram no século XIX. À minha família, certamente por ter um recurzozinho, foi oferecida a possibilidade de ir para a área de colonização – Rio Grande do Sul. Meu bisavô foi. O irmão dele preferiu ficar em São Paulo. Eu nasci numa pequena propriedade de 24 hectares, localizada numa área que desde 1877, por aí, já era uma colônia, criada pelas primeiras levas de colonos italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul.

Qual região do Rio Grande do Sul?

Caxias do Sul. Os primeiros chegaram ao município de Farroupilha. Há uma vila ali que até hoje é celebrada como o primeiro núcleo dos imigrantes. Depois chegaram em Caxias. O primeiro nome da cidade foi Campo dos Bugres, e aí a gente já entende: os imigrantes foram jogados em cima do território indígena. Foram tocando os indígenas para poder ocupar a terra. Uma origem muito dolorosa e que levou inclusive para um tipo de conservadorismo. Fui entender isso muito depois. Minha avó, por exemplo, só falava no dialeto *Vêneto* – da região de Veneza; nem chegou a aprender o português. Eu, estudando filosofia, tentava convencê-la de que os índios tinham alma..., mas ela morreu convencida, pelo menos no diálogo comigo, de que ‘eles parecem gente, mas não são’. Fui me perguntar o porquê dessa dureza e entendi que, no fundo, ideologicamente, precisavam afirmar isso porque tiveram que combater os índios e tomar o território deles. Precisavam, digamos assim, negar que os índios fossem gente como eles e que tivessem direitos iguais.

Refiro-me a isso não para falar mal da minha avó, mas para dizer que essa colônia nasce com uma visão muito fechada e muito conservadora. Chegaram aqui - imigrantes europeus do século XIX -, com visão conservadora, e preconceituosos. Meu próprio pai, e outros parentes, tinham simpatia pelo fascismo. Nunca tiveram a perspectiva de uma democracia participativa. Sempre desejavam ter alguém que, com autoridade, fosse capaz de enfrentar os problemas e orientar o povo. Meu pai não foi militante direto, mas a formação fascista - e muito dura -, marcou um pouco a constituição da própria família. Evidente-

mente, isso levou a tensões muito grandes. Somos uma família grande, de onze filhos. Como um faleceu, somos dez ainda vivos, e digerimos, digamos assim, essa nossa formação de maneiras diferentes. Tanto que há um diálogo, uma relação carinhosa entre nós, mas com muitas discordâncias ideológicas.

Trata-se de um conservadorismo que tem raiz na Itália?

Sim, no catolicismo que veio junto com a colonização. Os padres vinham junto com os imigrantes. Era um catolicismo do século XIX, um catolicismo muito de fachada, muito de obrigações. Havia por um lado um devocionismo interessante, mas, por outro lado, certo farisaísmo também. Uma coisa era a vida concreta e outra a vida religiosa. Essa separação a gente viveu muito claramente. Havia um moralismo muito forte, principalmente sobre a mulher. Uma visão de pecado com relação à sexualidade. Você imagina, em relação ao nascimento dos filhos, havia uma perspectiva de purificação - coisas lá do antigo testamento estavam presentes na orientação da moralidade que veio da Itália, com os padres. Achava estranho que meus pais, meus parentes, fossem tão católicos e muito firmes nas devoções aos santos: eles iam à missa todo domingo, cumpriam obrigações, etc., mas também praticavam certas crendices.

Por exemplo, em relação à saúde dos animais, havia bênçãos que eram dadas por determinados personagens, os benzedores. Havia 'benzeção' até para controle de formigas, também para as pessoas, para saúde. Muitos anos depois, lendo o livro *O queijo e os vermes* por sugestão do meu professor, José de Souza Martins, fui descobrir que no fundo ainda estava presente neles aquela divisão que aparece lá no século XVI. Quer dizer, o catolicismo entra forçado sobre culturas que chegaram de diferentes áreas da Europa, e o pessoal não renunciava ao que tinha na vida concreta. Eram católicos firmes, mas ao mesmo tempo tinham outras origens culturais. Então, minha origem está marcada por essas misturas religiosas e culturais.

Com relação a trabalho e escola, como era?

Minha mãe foi professora desde os 14 anos, e era professora na roça. Quando concluiu o curso primário, logo foi convidada a dar aula para a rapaziada de toda aquela redondeza.

Isso nos anos 1930, 1940?

Ela começou nos anos de 1930 ainda. Quando nasci, em 1943, ela já era professora. Dava aula na casa da gente. No casarão tinha uma sala maior, e a aula era dada ali. Tanto que eu, menino, de uns 4 ou 5 anos, ia para a sala de aula e ficava acompanhando. Minha alfabetização de certa maneira foi feita

informalmente, convivendo com os que estavam estudando. Aquele tipo de escola que tinha primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, tudo junto. Como a minha mãe conseguia acompanhar as quatro turmas, sinceramente, até hoje é um mistério. Esse pessoal que estudava até o tal do quarto ano, se fizesse prova, podia entrar no primeiro ano do ginásio, sem fazer o intermediário, que se chamava 'admissão' na época.

Então, havia uma convivência, e o processo de aprendizado era muito interessante. Mas, no meu caso e de alguns dos meus irmãos, nós acabamos entrando no seminário. E o que na época a gente chamava ginásio, e depois segundo grau, etc., foi feito no seminário. Alguns ficaram uns anos, outros saíram, e eu cheguei até a ordenação como presbítero.

E como era a visão dos seus pais com relação à educação de cunho religioso?

Eram favoráveis. Para eles era o máximo de honra ter filho ou filhas - e filhas - que se dedicassem ao serviço como padres ou freiras - eu tenho uma irmã religiosa. Nesse sentido, havia um ambiente favorável. Meu pai participava muito da vivência religiosa. Primeiro, porque ele e dois tios formavam um conjunto que cantava em latim, nos enterros e nas missas de sétimo dia. Não entendiam o conteúdo, mas cantavam em latim. Meu pai brincava muito com isso. E por causa disso, meu pai também terminou sendo muito próximo dos padres, inclusive acompanhando-os nas capelas. Fazia isso graciosamente... ia com aquelas charretes, puxadas por animais.

AGRICULTURA FAMILIAR – PRODUÇÃO DE VINHO

Qual era a produção da família?

No caso do meu pai, como de todas as famílias da região, nessa época, era o vinho. Quer dizer, parreiras, uva, vinho... A gente produzia o vinho em casa e depois vendia para uma cooperativa. Não rendia nada. Se precisássemos de alguma coisa, ainda era o pequeno salário que a minha mãe recebia da prefeitura que terminava ajudando. A renda agrícola era praticamente nada. Mas tem um detalhe: éramos praticamente autônomos em tudo com relação à alimentação, porque se produzia o milho para fazer a farinha, para depois fazer a polenta, que era a base alimentar, assim como frutas e verduras em abundância. Também se trocava esse milho com quem produzia o trigo. Havia um intercâmbio através dos moinhos. A gente comprava pouquíssimas coisas: sal, açúcar...

Todos trabalhavam na roça?

Era o trabalho geral.

Não tinha nenhum empregado?

Não, mas tinha trabalho conjunto. O período de colheita da uva tinha que ser muito intenso porque a uva não dá muito prazo para colher. Então, as colheitas eram feitas em mutirão. Não havia esse nome mutirão, mas eram parentes, conhecidos, amigos, que se juntavam. Faziam numa propriedade, depois em outra, que era o único jeito. Quando a uva era colhida, já se fazia o primeiro processo: o esmagamento dos grãos. Era tudo manual. Também não havia energia elétrica nem nada. A uva, depois de esmagada, precisa tempo para a fermentação. É um processo lento.

Vocês participavam desse mutirão?

Já participávamos - mesmo meninos e meninas. A escola era adequada aos períodos da colheita. Todos participavam no período intenso de colher a uva e esmagar os grãos.

Amassavam com o pé?

Já tinha passado esse período. Havia máquina, mas era manual, energia humana. Tanto para esmagar a uva quanto para, depois, passar o mosto e o vinho para pipas gigantes, para ir purificando. Tudo era manual.

O vinho tinha um simbolismo grande para vocês, ou era só um produto?

O vinho era a fonte de alegria do pessoal. O pessoal bebia vinho à vontade. Vinho é um elemento da nossa cultura. Lembro que, quando pequeno, como havia muitos pássaros, o pessoal fazia caçadas e juntava a vizinhança toda e passava a noite cantando as velhas canções italianas, comendo e bebendo.

As crianças também bebiam?

Não é que não bebessem, mas havia um cuidado: faziam um vinho mais fraco para as crianças, chamavam *vineto*, um vinho mais leve, com menos graduação. Às vezes, misturavam com água e açúcar. Nesse sentido, o vinho é um dos elementos da cultura e um produto de venda. Há um orgulho desses nossos antepassados de terem trazido, lá da Europa, a cultura da uva e do vinho.

Essa solidariedade no processo de colheita da uva fez parte da sua cultura familiar?

Fez, e, ao mesmo tempo, acho que se fazia por uma necessidade. Deixou-se de alimentar isso como um valor. Cada família foi se individualizando e, com o processo de urbanização, isso foi, infelizmente, se quebrando. Meu pai foi forçado a vender a terra porque a cidade foi chegando perto, e o pessoal, à noite, vinha colher uva; se não fosse o cuidado de minha mãe, o meu pai podia

ter atirado em algumas pessoas. Para evitar os roubos, seria preciso construir muros. Como não tinha recursos, decidiu vender. Meus avós, que moravam conosco, vieram junto para a cidade. Eu devia ter então uns 9 anos.

ESTUDOS NO SEMINÁRIO

Sobre a ida para o seminário - você foi primeiro?

Fomos mais ou menos ao mesmo tempo; no meu caso, fui com 10 anos e meio.

Depois de ter saído do campo?

Já morava na cidade. Com 10 anos e pouco, entrei para fazer o ginásio. Não fiz a tal 'admissão' porque tinha feito o curso com a minha mãe. Isso me trouxe dificuldade depois... não pude fazer o curso de filosofia formalmente, porque me faltava um ano de notas. Tive que validar o curso anos depois.

Vocês vieram para a cidade por causa das condições de vida no campo ou para os filhos ingressarem no seminário?

Acho que a opção de meu pai não foi de ir para a cidade para os filhos estudarem. Creio que teria ficado mais tempo no campo. Sentiu-se forçado, porque não havia condições econômicas de proteger a propriedade. A uva é uma fruta deliciosa, para ser colhida na hora, ali na parreira, e comer... O pessoal ia à noite e tirava de quem tinha na uva o ganha-pão para a família; éramos nove, ele esquentou a cabeça. Pensou inclusive em fazer um loteamento, mas como não tinha dinheiro... Quem comprou, logo fez um loteamento, virou um bairro, Cruzeiro do Sul. É uma área que não gosto de visitar porque lembro onde estava o pinheiro, onde estava a fonte, onde estavam os pés de frutas... Tudo está na minha cabeça...

Ele tinha a expectativa de que um de vocês continuasse com a terra?

Acho que tinha. É uma relação sempre com o filho mais velho. Isto é da tradição dessas famílias. Para sorte dele, meu irmão mais velho - antes dele nasceram duas mulheres - é extremamente prático e o ajudava em tudo. Então, ele já participava, e, evidentemente, se não houvesse crise e continuássemos lá, na visão dele, quem ficaria seria ele. Os outros deveriam fazer outros percursos, ir para outra pequena propriedade ou para a cidade. Ele tentou comprar terra no Paraná, depois descobriu que era uma área grilada e teve que entregar a troco de nada. Perdeu dinheiro. Minha família foi uma das vítimas da grilagem dos Lupion.

Como foi a sua experiência do seminário? Os padres eram muito conservadores?

Costumo dizer que pegamos um tempo interessante, mas cheio de sinais contraditórios. Nos seminários diocesanos - e depois isso vai valer para filosofia e teologia -, como havia poucos padres, a formação era feita por religiosos. Os jesuítas, por exemplo, têm uma força muito grande na formação do clero diocesano. Só que pego justamente o período em que os bispos decidiram que os padres diocesanos iam formar os seus padres. O que aconteceu? Primeiro, os padres diocesanos não eram necessariamente tão bem preparados, mas precisavam mostrar que eram formadores melhores do que os outros religiosos. E, para tanto, se apoiavam numa disciplina rigorosíssima. E como não eram muito preparados, isso provocou reclamação da rapaziada.

Houve, então, um processo em que nós aprendemos muita coisa por iniciativa própria. Nós nos virávamos para estudar, inclusive para mostrar aos professores que eles não estavam assim tão bem preparados... Isso foi bom, porque me levou a trabalhar numa linha criativa, de aprender, de ler, de estudar, sem depender do que ensinavam na sala de aula. Aprendi a estudar e saber responder o que eles queriam, mas, por outro lado, ler e estudar por conta própria. Na segunda fase do seminário, ainda antes da filosofia, começamos [a estudar] modernismo da literatura, etc. Chegamos a criar espaços de cultura, inventávamos concursos de poesia, de teatro, de não sei o quê... Nem sei como foi que sobrevivi, porque a tendência de quem se prende muito à disciplina é criar uma média, e tudo que for um pouco mais criativo é relegado. Ou você se nivela ou você tem que sair.

INFLUÊNCIA DOS PAIS

Minha mãe foi importante nisso de gostar de estudar, ler, ser criativo. Isso eu devo a ela. Ao meu pai, devo a disposição de enfrentar a vida, ainda como jovem, discutindo com padres e bispo, se necessário. Herdei isto do meu pai. Por quê? Porque ele era uma pessoa de formação conservadora, mas era um amante - eu diria tresloucado -, do que ele percebia como sendo verdade, como sendo correto. Não conseguia aceitar uma injustiça. Reagia na hora! Nunca foi de ação física violenta, mas em termos verbais sempre foi muito acalorado e defensor do que considerava mais verdadeiro. Ele chegou a brigar inclusive com padres e a enfrentá-los, porque achava que não eram coerentes. Isso significou que, quando mais adiante tive discordâncias com ele, nossas relações ficaram muito tensas, mas nunca houve ruptura. Eram relações tensas, mas de diálogo, porque somos parecidos.

E ele rompeu inteiramente com o fascismo?

Meu pai nunca chegou a romper totalmente com o fascismo. Ele chegou a ter uma sensibilidade maior com relação à situação dos mais pobres e a querer

mudanças - neste sentido chegou a concordar com a gente, desejando mudanças para ter mais justiça. Só que ele achava que o caminho era o do 'grande guia'. Também tentava ser o guia dos filhos, só que trabalhou muito para que os filhos estudassem, e quando os filhos estudam, começam a fazer perguntas, começam a discordar. Eu também tive essas tensões e crises intelectuais e, digamos, ideológicas com ele, mas evitei a ruptura e mantive uma relação afetiva com ele. Quando ele rompia, procurava reconstruir as relações. Terminei sendo até mediador das relações dele com meus irmãos. Sempre dizia aos meus irmãos: 'Quem tem obrigação de compreender papai somos nós. Não podemos exigir dele a compreensão de nossas questões intelectuais. Nosso esforço tem que ser de dialogar, para ele poder também enxergar melhor'.

Minha mãe, por outro lado, é uma pessoa fortíssima, mas muito quieta, muito calma, muito senhora de si. Tinha relação com os filhos, acompanhando todo mundo. Nunca entendi como ela conseguia realizar tudo o que fazia, porque era professora, criava os filhos, a cada dois anos gerava um filho, fazia todo o serviço da casa. Claro que todos nós terminamos aprendendo com ela a cozinhar, lavar roupa, limpar a casa, porque tínhamos que ajudar.

Agora, toda a vez que o meu pai - um cara bondoso, mas ao mesmo tempo duro -, era muito incisivo, mamãe ficava quieta, e no dia seguinte, ou dois dias depois, papai estava diferente. Ela trabalhava a relação com ele de uma forma esplêndida. Ele devia gostar muito dela, porque era ela que o ajudava a voltar para o chão. Ela tinha uma relação afetiva e um poder muito forte em relação a ele. O que manteve o equilíbrio da família foi a mediação exercida por ela. Eu tentei pegar um pouco de um e de outro, mas sou muito mais marcado pelo meu pai.

A VIDA UNIVERSITÁRIA

No seminário você fez a formação secundária, e quando chegou na universidade?

Comecei filosofia em 1960, num seminário com iguais características: a substituição dos jesuítas pelos padres diocesanos. Foram muitas as tensões entre os alunos e os professores, tanto na filosofia como na teologia. Por quê? Porque eles eram mal preparados: a maioria tinha estudado em Roma, e se baseavam nas anotações do que aprenderam lá. Havia, porém, dois professores que tinham estudado em Louvain, na Bélgica: um na área da psicologia e outro na área da sociologia, que abriram caminhos diferentes de pesquisa, de observação e análise da realidade. Isto resultou num choque com os outros professores, que julgavam ser uma visão perigosa e que o melhor seria ficar só na filosofia daquele tipo muito dedutivo.

Detalhe, de novo, só para se ver: nesse período, nos anos 1960, já começava a incentivar pessoas mais adultas para o seminário, para serem padres. Não se devia atrair só meninos com 10 anos ou pouco mais. Mas eles nunca tinham estudado latim. Mesmo assim, o Vaticano impôs que o estudo de filosofia e teologia voltasse a ser feito em latim. Quando chegaram ao primeiro ano de filosofia, um dos professores só queria falar em latim... Na primeira prova semestral, boa parte do grupo decidiu que, em vez de escrever em latim, iria escrever em português, em solidariedade aos colegas que não sabiam latim. Reação do professor: no segundo semestre do curso ele não disse uma palavra em latim. Ele percebeu o absurdo que aquilo significava.

Esse foi um tempo de encontros, de rupturas. Foi o período em que estava se desenvolvendo o Concílio Vaticano II. Então, estávamos, no curso de filosofia, exigindo mudanças, inclusive na metodologia de estudo. Calçávamos as reivindicações no que estava sendo debatido no Concílio Vaticano II, que falava sobre um diálogo diferente com a sociedade, com as pessoas, com as religiões, procurando compreender porque que as pessoas se tornavam ateias.

Vocês estudavam autores como Marx nessa época?

Já estudávamos, e como! Não se estudava em sala de aula, mas no meu caso, por exemplo, era junto com outros colegas. Estávamos no seminário, mas nos ligávamos também aos grupos de Ação Católica. Isso no início dos anos 1960.

Eu tive relação principalmente com a JUC (Juventude Universitária Católica) e com a JAC, que é a Juventude Agrária Católica. Olha a minha raiz rural... alguns colegas eram filhos de operários e, por isso, eles se relacionavam com a JOC (Juventude Operária Católica). Participávamos dos encontros de formação, das assembleias. Com isso, a gente começa a ter outro tipo de formação, que, inicialmente, não era baseada no marxismo - era na linha de consciência histórica. No caso do Rio Grande do Sul, o padre Hugo Assmann foi proibido de ser professor do seminário porque era formado na Alemanha, na área da ética e da moral. Mas por que o estudo do marxismo? Porque os militantes conviviam com os grupos e partidos de esquerda. E por participarem de eleições nas mediações organizativas da época, seja na região, seja em âmbito nacional, aumentava o interesse por diferentes experiências, inclusive a marxista.

Isto se intensifica a partir do Golpe Militar de 1964. Por quê? Porque nós, do curso de teologia, usamos o seminário para esconder, agasalhar, gente que estava marcada para morrer, por serem militante de grupos de esquerda em atividades clandestinas, e que tinha que sair do país. Escondemos por meses, como um dever de justiça.

A reitoria não sabia?

Não sabia. Era ação autônoma dos alunos. Quem nos avisou que o pessoal da segurança já estava sabendo, que talvez fossem buscar esse jovem, foi o nosso bispo de Caxias do Sul. Não nos repreendeu, nos protegeu. Disse: ‘O menino não está mais seguro ali’. Lembro sempre desse jovem, porque ele se declarava ateu, era maoísta. Eu o considero um dos meus mestres, apesar de nem me lembrar do nome dele. Por quê? Porque dialogamos muito, e ele me desafiou demais da conta. Tive que ler tudo de Mao e da história da China para dialogar com ele.

E na formação intelectual, além de Hugo Assmann, vocês liam brasileiros, como Celso Furtado, Caio Prado?

Foi mais adiante, na Ação Católica, que se lia tudo isso. Havia um núcleo, principalmente na JUC, mas, através dos assessores, ia-se também para a JOC, para a JAC, só que numa linguagem diferente. O militante da JAC era lá da roça, e não se podia usar a mesma linguagem do universitário. Estudava-se muito a realidade brasileira. E se aproveitava o que houvesse de melhor, de textos que ajudassem a ter uma compreensão crítica da realidade e uma consciência histórica. Não era uma consciência meramente teórica, intelectual, não. Era a capacidade de perceber onde e como se deveria agir. E aí o método da Ação Católica ajudava: o ‘*ver, julgar e agir*’. Julgar era uma reflexão, no início, só bíblica. Mas depois entrou toda uma discussão da realidade, e isso foi muito rico.

A gente tinha que avaliar, porque ia participar de enfrentamentos concretos. Estávamos naquele período das reformas, começando a exigir que a universidade fosse diferente, que o seminário fosse diferente. Criamos uma organização dos seminaristas para poder exigir que o seminário fosse diferente, tivesse disciplinas diferentes e metodologias. Elaboramos uma proposta para o seminário. Chamava-se ‘União dos Seminaristas Maiores do Sul’. Andei muito para ampliar isso. Foi minha primeira experiência de viagem: saí do Rio Grande do Sul para o Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro; fui até Belo Horizonte para encontrar os colegas de seminário, para organizar e ver se entrávamos num acordo para forçar as mudanças do ensino no próprio seminário.

Como se nota, era militância interna e militância para fora - sempre através do método ‘*ver, julgar e agir*’. Isso exigia o confronto com os outros grupos: grupos, digamos, socialistas, e também grupos conservadores. Em relação ao seminário de Viamão, onde eu estava estudando, o Gustavo Corção, por exemplo, escreveu artigos dizendo que era um seminário vermelho e que os estudantes se apresentavam com plumas brancas para dar impressão que eram pombas, mas que, na verdade, não passavam de comunistas enrustidos. Éramos provocados por causa do debate e das acusações que vinham de fora.

Isso nos levou a estudar com maior profundidade. Mas há um detalhe: qual foi o nosso caminho de entrada para o pensamento de Marx? Foi a Marta Harnecker. Porque todo mundo, nesse período, quando tentava conhecer melhor isso, só encontrava esse material. Como estudantes nos encontrávamos no período de férias, inclusive com alguns padres assistentes da Ação Católica para estudar.

Foi depois do Golpe de 1964, ou vocês já faziam isso antes?

Começamos antes.

E vocês tinham alguma relação com Movimento de Educação de Base?

Não, só tínhamos notícias, porque no Sul o MEB não atuava.

IGREJA CATÓLICA: ENGAJAMENTO, MUDANÇAS E TENSÕES

Quando você saiu do Sul?

Em 1972. Completando a informação sobre o período de formação, tivemos duas marcas importantes: pelo lado da igreja, o Concílio Vaticano II, que nos deu força para conhecer os livros daqueles que o estavam assessorando na área da teologia; e o Le Bret, na área da economia e humanismo. Nós traduzíamos livros ainda não disponíveis. Traduzimos, por exemplo, o livro de eclesiologia do teólogo Edward Schillebeeckx, um dos censurados alguns anos depois. Só que isso embrulhava com os professores, porque eles não davam conta já que sua formação era pré-conciliar - inclusive D. Ivo, por exemplo, sobre eclesiologia. Só que ele era um cara muito vivo, mas outros professores não. Ele era capaz de manter a sua base e também dialogar com as outras elaborações que surgiram a partir do Concílio. Outros professores não conseguiam, e começaram as tensões. Tanto que houve disciplinas em que nós forçamos o professor a fazer um plano de estudos: formaram-se grupos, e nós mesmos preparamos as aulas, tipo seminários. Foi um período extremamente criativo e de rompimento, inclusive com externalidades impostas de forma autoritárias. Por exemplo, começamos a forçar coisas, como acabar com a batina, que simbolicamente era importante.

Pelo lado da sociedade, foi a crise que se viveu com o Golpe de 1964 o que nos obrigou a ir mais fundo. Por quê? Porque apareceram melhor as diferenças entre quem antes parecia desenvolvimentista - mas na verdade tinha uma visão muito fechada em relação à sociedade -, e outros que sentiam necessidade de ter uma compreensão mais crítica. Foi preciso estudar mais, para agir de forma mais correta e eficaz. No meu caso, estudei teologia de 1965 a 1968, e, imagina... em 1968, o AI-5! Minha ordenação se deu junto com o AI-5, em julho de 1968. Comecei o trabalho em 1969, em Caxias do Sul, com a espada do AI-5 sobre a cabeça!

É difícil hoje imaginar até a dificuldade de optar. Eu não aceitei nenhuma daquelas cerimônias que deviam ter sido feitas a partir de 1966, antes da ordenação. Ainda em 1967 pedi para ficar um ano fora, e fui morar numa paróquia no interior, combinando com os padres que ia, primeiro, discernir se valia a pena, se eu devia assumir ou não; e segundo, queria perceber o que só se podia fazer sendo padre. No fundo, querendo ver também o que se podia fazer sem ser padre.

Foi nesse período que decidi dar os passos para a ordenação. Que alternativa eu teria para colocar em prática tudo o que tive oportunidade de aprender, não no interesse da igreja, mas no interesse das pessoas, da sociedade? Que alternativas eu teria para fazer um trabalho aberto, público, ligado à igreja, sem aceitar ser padre? Honestamente, seria a clandestinidade. Então, vivi ali um momento de opção, entre a clandestinidade ou um trabalho aberto. E em um trabalho aberto, tem que ter algum tipo de instituição como referência, ainda mais em tempo de ditadura. Não foi uma opção de instrumentalização da instituição. Não! Havia uma convicção que eu poderia e achava importante fazer esse trabalho. E, ao mesmo tempo, havia a compreensão do processo político que estávamos vivendo.

Daí a opção de aceitar as condições impostas pela igreja, mesmo discordando delas. E eu conseguia dialogar com o bispo, inclusive não concordando com a lei do celibato. Dizia que não devia existir essa lei, mas, como era a única condição, deixei claro: ‘Hoje estou motivado, mas se um dia não tiver a alegria e a motivação que tenho hoje, vou pedir para me liberar desse compromisso’.

Isso tudo foi dito? Quem era o bispo?

Foi dito, e ele aceitou. Era D. Benedito Zorzi, bispo de Caxias do Sul. Era pároco de aldeia. Esta é a melhor expressão para lembrar dele, com carinho, porque era um cara de coração bondoso, missionário, aberto e, ao mesmo tempo, muito limitado em termos intelectuais e de formação. E a gente conseguiu ter uma relação parecida no fundo com a que tive com meu pai, só que menos tensa. Porque conseguimos combinar, primeiro, que, em princípio, ficava aberta a porta de uma temporalidade, mas sem marcar nada, o que me deixava mais livre.

Dialogamos também sobre a promessa de obediência. Aí vem a questão fundamental: a corresponsabilidade. Na minha visão, obediência era corresponsabilidade, não era dependência. Se ele mandasse fazer qualquer coisa, eu tinha que fazer? Não necessariamente. A decisão devia nascer do diálogo com ele, eu sendo corresponsável com a missão dele. E aí definimos inclusive que ele, percebendo alguma coisa que eu não estava fazendo corretamente, ele não só podia, mas era obrigado a dizer. E valia a recíproca. Isso abriu uma porta para que nós, mesmo com enormes tensões pastorais, nunca rompêssemos as

relações. Tanto que ele abençoou a minha vinda para Goiás. Normalmente, eu deveria ter ido para o Mato Grosso do Sul, mas eu questioneei o projeto, dizendo que era neocolonial: ‘Eu não entro nisso! Ou fico em Caxias do Sul, ou vou estudar sociologia, e depois vou ver o que a gente faz. Agora, se o senhor aceitar, vou para Goiás, porque lá tem um projeto, e estão me chamando para ajudar’. Ele disse: ‘Vai, vai lá ajudar!’ Conseguimos ter esse diálogo, e isso foi base para uma relação muito adulta de amizade, e de corresponsabilidade. Porque não foi nada fácil: começar o trabalho em 1968, e, logo em seguida, surgirem as primeiras acusações de que éramos comunistas...

Permita-me contar um detalhezinho de antes de 1968, para você ver como a gente tem que romper também com as institucionalidades se quiser contribuir. A igreja é uma instituição pesadíssima, centralizadora, hierárquica. Então, com tudo o que a gente já tinha dialogado com o bispo e com o coordenador de pastoral, eu me sentia mais preparado e mais disposto a contribuir em duas alternativas: se fosse para a cidade, teria que ser Caxias, porque lá não havia nenhum trabalho sendo feito nas periferias, e as paróquias do centro eram acomodadas; mostrei a eles que se fosse para trabalhar em Caxias seria na periferia e, de preferência, não sozinho, e sim numa equipe. Como era morador da cidade, os padres podiam achar que eu queria ficar na cidade. Não, eu me dispus a ir para o interior, sem nenhum problema – na verdade, eu tinha ficado o ano anterior justamente no interior, e fizemos um trabalho de educação muito bom lá, inclusive com o método Paulo Freire. Eu disse: ‘Topo ir para o interior com uma equipe, e pode ser em três municípios, porque são pequenos, a gente acompanha os três’.

O TRABALHO DE CATEQUESE NAS PERIFERIAS

Depois de ordenado, fui procurar onde ia trabalhar e com que equipe, e descobri que fizeram o contrário do que se tinha falado: era para trabalhar justamente na catedral, e não como pároco, mas como ajudante. Não estava lá o bispo nem o coordenador de pastoral, por isso deixei um papelzinho dizendo: ‘Inútil me nomear porque eu não vou assumir, e não faço isso por desobediência, faço isso como ajuda à igreja de Caxias, para que ela se dê conta de onde ela não está presente’.

Quando eu escuto agora o Papa, fico me lembrando dessas discussões. Eu disse: ‘Olha, se é para ficar em Caxias, periferia e equipe... no interior, pode ser dois, três municípios, dependendo do tamanho e da equipe’. Acrescentei: ‘Estou indo para São Paulo, vou visitar meu irmão, quando eu voltar, perto do natal, a gente conversa’... Ah, completei: ‘E se acharem isso muito incômodo, me liberem logo para eu ir trabalhar em outra região que precise mais da gente’.

Quando voltei de São Paulo, uma confusão... Eles começaram a procurar gente que topasse formar equipe. Ninguém se colocava a ideia de trabalhar em equipe. Para a gente que tinha trabalhado com a Ação Católica, a ideia era trabalho de equipe, e não sozinho. Finalmente, dois toparam, e aí começamos um trabalho numa área de periferia, no chamado ‘Setor Sul da Cidade de Caxias’. Não tinha paróquia, tinha uma capela pertencente à catedral, e só. Os outros espaços religiosos eram um Carmelo – fechado -, das irmãs carmelitas; uma Congregação religiosa feminina, que tinha uma escola e uma capela que dava para usar... Eram onze bairros e não tinha nada! Digo: ‘Aqui é o ‘campo bom’’. Eles nos jogaram lá sem dar condição nenhuma, achando que pediríamos para voltar para trás.

Conseguimos uma pessoa que nos cedeu uma casa, esperando três meses para começar a pagar, porque não tínhamos dinheiro, e começamos a fazer o trabalho. Foi muito difícil no começo, porque não tínhamos a mesma visão. Você imagina acertar entre nós primeiro um pequeno plano de trabalho que fosse partindo da relação com as pessoas, em periferia, em bairro... inclusive procurando descobrir lideranças religiosas, ou iniciativas religiosas, mas também procurando ver como eles enfrentavam seus problemas trabalhistas, todas as situações da vida! ... Então, demos o primeiro passo que foi genial: visitamos casa por casa, e sempre dizíamos: ‘Estamos chegando aqui, morando em tal endereço. Se vocês acharem interessante se reunir para o que vocês quiserem, inclusive, por exemplo, ler a Bíblia, rezar um pouco, trocar ideia sobre a vida... a gente está à disposição. E se quiserem se reunir com a vizinhança do quarteirão...’.

Surgiram logo muitos grupos de quarteirão, já por iniciativa de algumas pessoas visitadas, que começaram a se reunir com vizinhos. Em seis meses, devíamos ter umas 600 pessoas em processo de formação para o trabalho, desde a preparação para celebrar batizados, até o trabalho de defesa dos operários ameaçados. Aí, logo descobrimos um grupo de religiosas em processo de formação, que moravam num dos bairros. Nós as visitamos, e descobrimos que começaram a se interessar. Falamos com as superiores, elas se ligaram em ampliar o nosso grupo com presença de mulheres - religiosas, no início, mas depois também leigas.

Isso foi depois de 1968?

Foi em 1969... E perguntavam, ‘o que estão querendo fazer nesses bairros? Mas nós tínhamos contatos com militantes que trabalhavam com os operários, gente de vários partidos. Eles foram percebendo que estávamos fazendo o que eles não conseguiam fazer. Agora, o terrível foi um dos padres que começou a falar que nós éramos comunistas.

Era do grupo de vocês?

Não, um dos padres da cidade. Havia reuniões do clero, e na reunião seguinte, antes de começar, eu disse: 'Eu tenho uma questão prévia. Inclusive, dependendo do encaminhamento, eu fico ou não'. O tal padre estava ali. Eu disse: 'Eu sei com segurança que o senhor anda falando que nós fazemos o trabalho porque somos comunistas'. Deu um gelo, não era hábito fazer isso nunca. 'Mas o senhor não precisa se assustar hoje não. Eu tenho uma proposta. Para a próxima reunião, o senhor se prepare para convencer todo mundo aqui que nós somos comunistas. Eu vou me preparar para demonstrar que o que estamos fazendo é uma tentativa de ser cristão, e digo tentativa porque sei que estamos ainda muito longe de sermos cristãos. Então, dialogamos, e se a conclusão for de que somos comunistas, vocês vão nos dispensar porque, segundo a visão de vocês, comunista é ateu e, então, não dá para ser cristão. O senhor concorda?' E ele disse 'tudo bem'. Aí seguiu a reunião. E ele nunca mais voltou às reuniões, mas também não repetiu a acusação irresponsável.

Você estava falando do trabalho na periferia de Caxias...

Esse trabalho abre para a Diocese de Caxias, que era extremamente conservadora, muito europeia - tanto a população como o clero - um campo novo de trabalho. Na época, havia mais de 100 padres diocesanos e outro tanto de religiosos; havia mil e tantas religiosas, e, assim mesmo, estavam distantes das periferias urbanas. Então, com esse trabalho no Setor Sul, combinado com a influência que a gente foi tendo na área da catequese, ligando com as renovações do Concílio, conseguimos que se aprovasse uma proposta de fazer um Sínodo Diocesano, para redefinir a nossa forma de viver e realizar a missão da igreja; dentro desse esforço, uma das dimensões que começamos a trabalhar foi a perspectiva missionária.

Uma igreja fechada nela própria, isolada, autossuficiente, era uma igreja infantil. Uma igreja adulta tem que ser capaz de abraçar o mundo, no sentido de partilhar do sofrimento, das alegrias, de tudo que faz parte da vida do povo no mundo e, de modo particular, em nosso país. Por isso, foi ampliado um trabalho na linha de despertar para a missão. Estava quase começando a funcionar, quando eu saí de lá, o que ficou conhecido como 'Centro de Orientação Missionária', uma iniciativa de formação que mexeu com as congregações religiosas, com o laicato e com a diocese, no sentido de se abrir para outras realidades do Brasil. Só que eu já estava dialogando com o bispo, pois era minha disposição sair também para outros lugares. Não iria ficar toda a vida ali, já tinha muita gente na área de igreja em Caxias.

A DIOCESE DE GOIÁS – D. TOMÁS BALDUÍNO

E 1970, nas férias, em vez de fazer outros programas, decidi passar o mês inteiro na região Centro-Oeste. Não vim sozinho. Sete ou oito colegas vieram comigo.

Visitamos todas as dioceses de Goiás com apoio de D. Tomás Balduino. Alguns voltaram depois de quinze dias, mas eu e um amigo fomos até o sul do Maranhão. Percorremos essa região toda, conhecendo a realidade. Só que, numa das passagens por Goiânia, D. Fernando Gomes, na época o arcebispo, sabendo que eu estava com vontade de trabalhar em outro lugar, propôs: ‘Vem para cá, ajudar a organizar a CNBB Regional’. Eu disse comigo: ‘CNBB Regional... eu não sou louco... vir de fora, sem conhecer nada, pegar uma bucha dessas? ... Nunca!’ D. Tomás também fez seu convite – e ele já era nosso conhecido, porque já tinha ido lá para o Sul, convidado por nós: ‘Olha, a Assembleia Diocesana decidiu constituir uma equipe para formar lideranças aqui, e acho que você poderia nos ajudar a fazer isso’.

Dario e Eliseu vieram antes de você?

Vieram ao mesmo tempo. D. Tomás foi fazendo contato com eles nesse mesmo período, e a Terezinha Coelho, de Goiânia, termina também entrando. Mas a equipe começa mesmo em 1972, ano em que eu vim para Goiás.

Todos vêm do mesmo lugar?

O Dario é de Minas, só que estava trabalhando no Rio de Janeiro. Os dois são religiosos. Depois entrou mais gente. Antes da mudança, convidado por D. Tomás, tive a alegria de participar da sagração de D. Pedro Casaldáliga, em São Félix, MT, em 1971. Na oportunidade, aproveitei para entrevistar D. Fernando, D. Pedro e D. Tomás, com o objetivo de publicar a mensagem deles na região sul.

A VIGILÂNCIA E O INTERROGATÓRIO NA OBAN

Aos poucos, durante dois anos, fui me incorporando à Diocese de Goiás enquanto se consolidava o trabalho no Setor Sul de Caxias do Sul, fazendo ponte entre os dois. No final de 1971, eu vim participar do encontro de estudo da realidade socioeconômica, política, religiosa, a partir da pesquisa que foi feita aqui na Diocese. O Carlos Brandão já estava na pesquisa - não lembro todos os que ajudaram na assessoria. Eu vim para o estudo, e, na ocasião, passei por uma dificuldade enorme: quando cheguei a São Paulo e fui procurar o Pedro Wilson Guimarães (que depois foi prefeito de Goiânia), que estava fazendo pós-graduação em sociologia na USP - para saber se ele viajaria para Goiânia -, ele estava sendo vigiado porque achavam que o primo dele, que foi o último

presidente da UNE, o Honestino Guimarães, ia visitá-lo; imediatamente, ao falar do nome de Pedro Wilson, os agentes de segurança acharam que eu era o Honestino, com alguns disfarces... E, de fato, depois, olhando algumas fotografias, vi que de perfil, como eu usava um cabelo comprido, tinha uma aparência.

Fui levado, de camburão, para a OBAN, e interrogado durante horas numa sala em que havia instrumentos de tortura. A sorte foi que, quando eles iam me colocar no camburão, o Pedro Wilson chegou e disse: 'Mas gente, o que que é isso? Ele é meu amigo, lá de Caxias e tal'. Mas eles me levaram e até hoje não sei como consegui sair. Acho que eles foram examinando e se convenceram que eu não era o Honestino. Eu insistia, repetindo: 'Estou de passagem aqui, indo para Goiás, para uma atividade da Diocese de Goiás... preciso ir para a Rodoviária, porque o Pedro Wilson não vai para Goiânia e eu só fui lá para confirmar se ele iria ou não...'. Num certo momento, o cara disse: 'Então, a sua mala onde está?' 'Está na rodoviária...', informei. 'Então vamos lá...'. Levaram-me para a rodoviária, me fizeram pegar a mala, e olha o sofrimento: dentro dela estava um resumo do Paulo Freire, *Libertar os Oprimidos*, que eu fiz, e estava multiplicado com aquele mimeógrafo a álcool!

A partir dali o interrogatório foi terrível. Pensei 'Agora não saio mais!' Os interrogadores disseram horrores da igreja, de D. Hélder; quando eu falei que era padre, aí que eles acharam que eu estava inventando e disseram horrores, e no final, eles me mandam embora... 'Tudo bem, o senhor já pode sair'. Aí eu me lembrei: 'Mas eu vou sair por onde?' ... voltei... 'Meu senhor, mas eu não conheço a casa, como é que eu posso sair?'... 'Bem que o senhor lembrou. É melhor que alguém vá com o senhor, porque se não eles podem achar que o senhor está fugindo', falou cinicamente o interrogador. Aí eu disse: 'Obrigado, só que eu não conheço São Paulo, o senhor poderia me indicar aonde eu pego o táxi?'. Eu queria que me levassem no camburão. Mas ele... 'Saindo ali do portão, dobre à esquerda, em frente há uma avenida e o senhor pode pegar um táxi'.

Você queria voltar de camburão?

É que sair sozinho era mais perigoso; melhor era ir de camburão. Tive total consciência de que eles estavam tentando armar uma oportunidade para me apagar. Porque se eu saísse sozinho para o corredor, estaria morto.

A IDA PARA A DIOCESE DE GOIÁS

Em que ano foi isso?

No final de 1971. Esta vai ser a minha entrada na Diocese de Goiás. Foi complicada, porque, ao chegar, tive que pedir uma reunião com a equipe, e in-

formar, depois de contar o ocorrido: ‘Olha, eu sei do risco, porque eles podem estar me seguindo, podem querer vir me buscar aqui, e eu disse para eles que vinha para cá porque esse era o meu álibi; meu álibi não, minha informação verdadeira. Eu sei que já é arriscado fazer o encontro. Então, se vocês quiserem, eu vou embora, volto logo para o Rio Grande do Sul, corro o risco sozinho, vocês me acompanham, eu vou me comunicando com vocês...’ Aí falou D. Tomás: ‘O que é isso Ivo, você fica aqui sim, e eu vou combinar que ninguém atende ninguém, ninguém deixa entrar ninguém sem que eu chegue na porta. Eles só entram passando por cima de mim’. E fechou a porta!

Aí fizemos o encontro, ninguém me procurou. Preventivamente, voltei para o Rio Grande do Sul de carona com outras pessoas. Em fevereiro de 1972, mudei para Goiás, viajando de ônibus, com a minha maleta, trazendo o mínimo possível. Deixei as minhas coisas todas lá, tinha pouco também, mas deixei lá para vir para cá e fazer uma mudança na minha vida. Na preparação para serem missionários, era isso que eu insistia que todos e todas deviam fazer.

Aceitei o convite de D. Tomás, entrei na equipe de formação, mas, ao mesmo tempo, combinamos que eu viveria num município, Itapuranga, envolvido em trabalho de base. Precisava conhecer a religiosidade e a linguagem popular para contribuir na formação.

Mesmo trabalhando em Itapuranga e participando da equipe diocesana de formação, dedicava uma semana por mês para visitar os grupos que vinham lá do Rio Grande do Sul, lá de Caxias, animados por essa dimensão missionária. Andava de fusquinha para visitá-los, avaliar com eles como estavam vivendo e trabalhando com o povo. Fazia as três coisas ao mesmo tempo.

Não marquei a data de chegada, não informei D. Tomás quando chegaria. Ao entrar no ônibus para Itapuranga, encontrei pessoas que já me conheciam, porque eu participava das assembleias, e começaram a brincar comigo: ‘Esse aqui é o novo padre que está chegando para Itapuranga’. Cheguei em Itapuranga, fui para casa paroquial e, à noite, fui para igreja me apresentar, perguntando: ‘Querem celebrar a eucaristia?’ Estranharam a consulta, óbvio. Mas disseram: ‘Vamos fazer a celebração’. E aí, ao presidir a celebração, coloquei em prática o que considero a atitude pedagógica fundamental - quando chega a hora de fazer a reflexão da ‘Palavra’-, sentei na frente e disse o seguinte: ‘Olhem, estou alegre por estar chegando aqui, muito alegre, e eu tenho certeza que para minha vida vai ser uma experiência maravilhosa conviver com vocês. Não sei quanto tempo vou ficar, mas meu sonho, meu desejo, é o seguinte: que vocês não precisassem de mais ninguém que vem de fora para celebrar, para viver a vida de vocês como pessoas e como cristãos. Eu gostaria que o tempo que eu ficar aqui seja oportunidade de irem crescendo, preparando-se para não precisar vir gente da Itália ou do Sul do Brasil...’.

E continuei: 'Digo isso porque, na celebração, o padre não é o dono da 'Palavra' de Deus. Ele também não é dono do Espírito Santo. O Espírito Santo pode e deve iluminar todo mundo que está na comunidade, e todas as pessoas da comunidade devem ter o direito de se expressarem e dizer aquilo que Deus iluminou que deveriam dizer. Por isso, não vou usar o que vocês acham que é direito do padre, e só dele, de fazer pregação. Vai ficar sempre aberto para que todo mundo que quiser possa participar. E nós vamos começar hoje. Quem quiser pode partilhar. Se ninguém quiser, porque sei que não é costume, eu não vou estranhar, nem Deus vai estranhar. Se Deus acompanha o que a gente pensa, o que a gente sente, ele vai perceber, não tem problema'. Acho que eu nunca ouvi um silêncio tão intenso como aquele. Esperei uns cinco minutos, e aí disse: 'Agora, na confiança que nós temos em Deus, vamos recolher o que todo mundo pensou, sentiu, vivenciou, e vamos fazer a oferta disso. Agora, eu só quero lembrar o seguinte: no domingo que vem vai ser assim, sempre faremos isso'.

Foi uma revolução. Você foi contestado pelo pessoal mais tradicional da cidade?

Fui! Logo começaram a dizer que a missa estava ficando feia porque o padre estava colocando gente que não sabe ler para anunciar a 'Palavra', e pessoas que falavam tudo errado. No domingo seguinte, houve duas ou três pessoas que participaram. Em pouco tempo, como se alongava muito, foi preciso combinar com o pessoal quantos minutos dedicaríamos a essa reflexão, passando para o domingo seguinte quem estava na fila ao findar o tempo combinado. Era incrível a participação!

A DIOCESE DO DIÁLOGO E DAS TENSÕES POLÍTICAS

Qual era o perfil dos seus fiéis?

Lá em Caxias, a maioria era de operários de indústrias, porque era periferia de uma cidade industrial. Aqui, a maioria era de camponeses, mais de 80%. Não havia grandes propriedades. Eram pequenas e médias. Eles moravam no campo, e a grande maioria era de meeiros que trabalham nas médias propriedades.

Que tipo de plantio eles faziam?

Mais arroz, mas também milho, feijão - produzia-se muito feijão. Era uma área muito fértil, com manchas de produtividade altíssima. Hoje, ao passar por lá, me dá uma tristeza, porque agora é só cana-de-açúcar... é terrível! A monocultura está incorporando tudo. Bom, então eram camponeses, ou camponeses recém-chegados na área urbana. A cidade, mesmo com 20% da população,

era formada por famílias que vinham do campo, principalmente para os filhos estudarem, porque a escola no campo oferecia só o básico. Havia o pessoal do comércio, um comércio local de grãos, intermediários para compra do arroz e etc., máquinas de descascar o arroz. O resto eram funcionários, principalmente da prefeitura ou de alguma outra repartição, que exerciam um poder muito grande de controle sobre a população.

Um dos políticos, vindo de fora, depois de ser prefeito e se considerar dono da população, ao perder a eleição no terceiro ano de nosso trabalho no município, interpretou que fizemos campanha contra. Na verdade, não fizemos. Só que a população, com o processo de formação desenvolvido e a leitura correta da realidade, o derrotou. Ele se vingou: juntou parte da elite e, num dia que eu não estava na cidade, agrediram meu colega dominicano, o ameaçaram de morte e expulsaram da cidade.

Ele chegou em Goiás Velho e eu estava lá, em reunião com D. Tomás. No dia seguinte, D. Tomás e eu fomos a Itapuranga e tentamos dialogar. Ele tentou reunir, mas o pessoal não veio; chamou para uma celebração, aí o povo veio, e os que estavam contra ficaram lá atrás, talvez alguns até armados. E D. Tomás tornou público a decisão: 'Agrediram aqui os que trabalham comigo, e eu estou comunicando que a igreja-templo vai ficar fechada por seis meses - porque isso não se pode aceitar. Mas também estou dizendo a todo o povo que quer participar da nossa igreja, realmente, e não quer dominar, que não vai faltar assistência religiosa; vai ter, mas não será na igreja matriz'.

Nós ficamos morando noutra município, mas ficávamos junto às comunidades de Itapuranga às vezes a semana inteira, dormindo nas casas do pessoal. Foi um período genial, de grande tensão, mas de maior crescimento.

Foi genial a experiência. Mas houve muitas tensões. O pessoal interpretou que nós estávamos querendo mudar a religião, que estávamos sendo comunistas, claro, e que estávamos jogando o povo contra os patrões, criando conflito... 'Esse negócio de defender direito, isso é coisa de maluco'. Agora, vocês imaginem como eles devem ter se sentido quando, numa das semanas santas, não sei se no segundo ano que estávamos lá, dialogando com o pessoal da liturgia, decidimos fazer a leitura da Paixão de Jesus na vida concreta de um meeiro. Um Jesus meeiro!

Hoje, eu acho que talvez as iniciativas que a gente fazia tinham intenção - e até pressa -, de que a população se libertasse, por um lado, de uma interpretação opressora da própria religião, certo? Por outro lado, era uma pressa também de que o pessoal tivesse consciência crítica da realidade e, motivado por Jesus Cristo, assumisse a sua própria vida, enfrentando os problemas, conseguindo mudanças. Talvez a gente tenha dado alguns passos que, para consciência de muitas pessoas, fossem grandes demais.

NOVOS CAMINHOS – CPT E CIMI

Você ficou lá de 1972 a 1976?

Fiquei 1972, 1973, 1974, mas foi no final do ano de 1974 que aconteceu aquela ação violenta. No ano seguinte, 1975, acompanhamos tudo sem estar morando lá e nem reunindo o povo na igreja matriz. Por outro lado, nesse ano, eu já estava participando do processo que ia dar no nascimento da CPT, em 1975. Eu já era delegado pela diocese para participar desse processo, e começa o ano com a organização do seminário sobre a igreja na Amazônia Legal. Depois, termino o ano desafiando a assumir a secretaria executiva da CPT. Consultados, os companheiros da Diocese de Goiás definem: ‘Bom, tenta pelo menos por um ano, e vamos ver como vai ser’. Porque ninguém sabia quantos dias poderia andar esse trabalho. Era uma loucura total! A gente sabia que os nossos amigos desaparecidos por ação da ditadura, quase todos o foram em viagens. Imaginem, então, como é que era partir de Goiânia em ônibus, sem saber se voltava ou não!

Mas foi assim. Em 1976, trabalhava na CPT, mas morava em Itaberaí e participava de todo o trabalho da diocese na medida do possível. Só que o envolvimento da CPT foi se tornando tão forte que eu tive que ficar mais em Goiânia. Arrumei um lugar de apoio pertencente à prelazia de São Félix, e a CPT rapidamente foi exigindo tempo integral. Foi por isso que mudei definitivamente para Goiânia.

Você participou do debate sobre a criação da CPT? Quem mais participou?

Publiquei um texto no livro celebrativo dos 25 anos da CPT, em que demonstrei que ela nasceu num ‘tempo germinal’. O período de 1970 e 1975, mesmo sendo o tempo de maior agressividade da ditadura, foi, contraditoriamente, um tempo em que mais germinaram iniciativas novas. Nesse período, em 1972, Pedro Casaldáliga e sua equipe foram detidos na casa do bispo, com ameaças, sopapos etc... Os que não estavam em casa na hora da prisão decidiram subir o Araguaia e, algum tempo depois, chegaram em Goiás Velho. Qual foi a nossa atitude? ... ‘Vamos sentar e pensar sobre isso, e ver o que a gente deve fazer’.

Quem fazia parte da equipe?

Tomás, e a equipe toda: Dario, Terezinha, Eliseu, Vera... acho que ampliamos inclusive um pouco a equipe, chamamos o Chiquinho, Padre Francisco e outras pessoas. Nos demos conta, na análise da situação, que a ditadura evitava prender, torturar e matar os bispos. Chegou-se à seguinte perspectiva: ‘Vale a pena, quem sabe, visitar, determinados bispos que têm um trabalho melhor e

tentar chamá-los para uma reunião, para responder a seguinte pergunta - O que vamos fazer com o privilégio que temos na sociedade brasileira?’ Entramos em acordo e, mais uma vez, dedicamos o mês de férias, janeiro de 1973, para fazer estas visitas. Participaram D. Tomás, Dario, Eliseu, Terezinha, eu e, depois, também a Vera. O plano foi seguinte: ‘Primeiro temos que ir ao Recife conversar com D. Hélder. Por quê? Por que D. Hélder é o bispo que melhor conhece o episcopado; ele vai nos ajudar a listar os bispos que nós devemos visitar’.

Conseguimos ter a conversa com D. Hélder. Ele se animou: ‘Mas que beleza essa visita! E quem sabe poderíamos pensar em termos de América Latina?’ D. Tomás ficou assim, sem saber frear. Então, coube a mim a tarefa. Eu encontrava D. Hélder pela primeira vez. Lia tudo dele, sabia tudo dele, mas nunca tinha tido a oportunidade de me encontrar pessoalmente com ele. Digo ‘D. Hélder, o senhor vai me desculpar, acho muito importante que cheguemos a essa dimensão latino-americana, mas agora se trata do Brasil. Lembre seu irmão Pedro, lá em São Félix, lembre D. Valdir, e agora nós temos que dar um passo aqui no Brasil’. Ele sentou - podia também me mandar tomar banho, mas disse: ‘Ivo, você tem razão. Vamos então fazer um plano de trabalho’. E aí nos ajudou a fazer a lista.

Só que aí aconteceu – e isso para ver como as coisas acontecem misturadas: as duas companheiras, Terezinha e a Vera, que haviam se hospedado na casa de um diácono colaborador de D. Hélder, ficaram em prisão domiciliar, sem documentos, por causa da prisão deste diácono. ‘O que fazer?’ D. Hélder foi enfático: ‘Vamos tirar essas meninas, não dá para deixar lá’. D. Tomás: ‘É isso mesmo!’ Os dois pegaram o carro com um motorista que conhecia bem a cidade e foram lá e convenceram as duas a sair. Entraram no carro e partiram para João Pessoa. Tiveram sorte, porque, num sinal, o cara conseguiu passar, e os seguros ficaram para trás.

Foi muita sorte!

Foi também uma bênção. O fato é que isso fez que a gente dividisse a equipe: Tomás e o Eliseu ficaram para visitar os bispos no Nordeste; Dario e eu tínhamos que levar a Vera e a Terezinha para Goiás, que era um lugar seguro. ‘Como fazer?’ Elas estavam sem documentos, em fuga. Então, entramos pelo interior, pelo sertão, de Fusca. Andamos dia e noite, sem poder parar. Encontramos o Exército começando a asfaltar a estrada. Atolamos na areia, mas, por sorte e bênção de novo, os anjos, na forma de passageiros de um Jeep, nos ajudaram a sair, e terminamos chegando aqui perto de Brasília.

Chegamos - Deus sabe como -, em Goiás Velho. Dormimos um dia e pouco, para recuperar as forças. E aí, nova decisão: partir na direção do Rio Grande do Sul, para, na volta, visitar bispos que constavam da lista e moravam em Santa

Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. O fato é que, como fruto, foi realizada em São Paulo, no mês de maio, a reunião com presença de uns 28 bispos que se manteriam como um grupo informal dentro da CNBB.

Este grupo foi a origem, ou, mais do que origem, o guarda-chuva das iniciativas que resultaram no nascimento da CPT e de outras pastorais sociais. Porque eles assumiram um duplo compromisso: primeiro, escrever textos declarando publicamente, e de forma coletiva, qual o posicionamento deles enquanto igreja em relação à realidade. Foram publicados: *Eu ouvi os clamores do meu povo*, assinado por bispos e superiores religiosos do Nordeste; *Marginalização do povo, o grito das igrejas*, de bispos do Centro-Oeste; *Y-juca-pirama: o índio, aquele que deve morrer*, assinado por bispos e missionários junto a povos indígenas. Os outros dois textos previstos, sobre o mundo operário e a segurança nacional, terminam não saindo.

Publicados os textos, com grande repressão e repercussão, o grupo de bispos, numa reunião de avaliação no Rio de Janeiro, em dezembro de 1973, decidiu dar apoio e cobertura para uma reunião ampliada de agentes pastorais e educadores populares engajados nas ações por eles defendidas nos documentos. Isso tornou possível a organização do I Encontro de Articulação Nacional, realizado em fevereiro de 1974, em Salvador, Bahia, com a cobertura lá do CEAS, dos jesuítas, e a presença dos bispos para garantir.

Nesse encontro, foi criada uma equipe encarregada de mapear e entrar em contato com pessoas de entidades e iniciativas pastorais que desejassem ser incluídas na articulação nacional. Fiz parte dela, com responsabilidade no Centro-Oeste. Foi nesse trabalho que surgiu a ideia de, em vez de querer reunir todo mundo, num país tão extenso, fazer algo mais especializado, reunindo por ambiente humano. O CIMI já existia, para atuação junto aos povos indígenas. Então, porque não fazer reunião só do pessoal que atuava no campo, e outra, só com o das cidades? Essa ideia foi avaliada numa reunião realizada no Centro de Orientação Missionária, em Caxias do Sul, e foi aí que se reorientou o planejamento da articulação a caminhar na direção da organização do Encontro Pastoral da Amazônia Legal, com patrocínio da CNBB. Coube a D. Pedro Casaldáliga apresentar a proposta na Assembleia da CNBB seguinte, e para isso, conseguiu o apoio dos bispos da Amazônia.

Com a aprovação da CNBB, o Encontro foi realizado em junho de 1975, em Goiânia, e foi nele que surgiu a proposta, e se abriu o processo de criação da que, alguns meses depois, foi denominada Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em seguida, 1976, já nascem a Pastoral Operária, a Pastoral dos Migrantes, a Pastoral da Mulher Marginalizada e outras mais. A opção foi mesmo de firmar articulações entre grupos que trabalhavam em realidades e práticas mais espe-

cíficas e, ao mesmo tempo, mantê-las interligadas no setor de pastorais sociais da CNBB.

A PARTICIPAÇÃO DOS BISPOS

Quais outros bispos da CPT estavam envolvidos, além de D. Tomás e D. Pedro?

D. Moacir, desde o início, por ser bispo de Rio Branco, Acre, e por ter um excelente trabalho junto aos povos indígenas e camponeses em sua diocese, sendo o bispo responsável pela 'linha' Missionária da CNBB.

D. Pelé?

D. Pelé vai ser força importantíssima logo em seguida, mas não esteve no Encontro Nacional. Quem vem é um bispo novo lá do Rio de Janeiro...

D. Waldir?

Não, não é o Waldir. Era D. Vital Wilderink, bispo de Itaguaí, diocese que incluía Angra dos Reis e outras cidades em que havia conflitos por causa de projetos de turismo. Quando soube do encontro, logo mostrou interesse, desejo de saber como enfrentar os conflitos por causa da terra. Foi na diocese dele que nasceu a CPT do Rio de Janeiro, com apoio de D. Waldir Calheiros, que tinha atuação significativa junto ao mundo operário.

Da Amazônia, quase todos os bispos vêm para a reunião, mas estavam pouco envolvidos. Quem logo se destacou foi D. Jorge Marskell, da Prelazia de Itacoatiara, Amazonas. Os demais foram conquistados aos poucos. A CPT nasce para atuar na Amazônia. Mas, como estavam migrando para o norte levas de camponeses de todas as demais regiões, todos foram provocados a se juntarem na mesma Comissão, para enfrentar com mais eficácia os problemas e os conflitos ligados à terra em todo o país.

O MOVIMENTO DOS SEM TERRA

E qual era a relação com o MST - Movimento dos Sem Terra?

O MST nasce em 1984, num encontro nacional realizado no interior do Paraná. Mas, antes disso, a CPT está organizando grupos de trabalhadores em todas as regiões: grupos de meeiros sem-terra, de posseiros, de peões, de assalariados, de foreiros; grupos de oposição sindical na área dos sindicatos... Atua com diferentes tipos e situações de trabalho e de conflitos no campo - há um trabalho prévio ao MST. João Pedro Stédile diz que o MST nasceu princi-

palmente a partir dos trabalhos da Pastoral da Terra, práticas realizadas junto a camponeses que viviam em situações de conflito com diferentes origens.

No Paraná, por exemplo, a própria CPT nasce do trabalho junto às mais de 8 mil famílias expulsas de suas terras pela hidrelétrica de Itaipu; é nesse conflito que também nasce o núcleo originário do MST neste estado. No Rio Grande do Sul, o núcleo originário do MST nasce da ação dos índios Kaingang, que, cansados das promessas não cumpridas da FUNAI, liberam seu território, expulsando 1.400 famílias. Elas ficam na estrada, sem saber para onde ir. Logo tomam uma primeira decisão: ocupar duas fazendas desapropriadas para reforma agrária no governo de Leonel Brizola, antes do Golpe Militar de 1964, que estavam arrendadas. Como a ocupação é reconhecida como legítima, planejaram nova, agora da Fazenda Anoni. Só que, antes deles, a Brigada Militar ocupou a área e impediu a entrada dos Sem-Terra. Aí eles decidiram acampar na beira da estrada. E, com isso, nasce o núcleo gaúcho do MST.

Esses destaques deixam claro que o MST nasce de uma longa e dolorosa, e também vitoriosa, história. A organização formal significou reforço das lutas já existentes e esforço para constituir um espaço autônomo dos Sem-Terra para lutar pelo seu direito à Terra, por uma reforma agrária efetiva e com participação popular, por uma sociedade em que os camponeses fossem reconhecidos como cidadãos.

CUT E CONTAG

Como era a relação da CPT com a CUT no início de sua formação? Existia uma oposição no campo à CONTAG?

Desde o início, se tivermos presente o documento em que são definidos os objetivos e a missão da Comissão Pastoral da Terra, no encontro de pastoral da Amazônia Legal, pode-se perceber que ela deveria lutar pela aplicação da letra e do espírito do Estatuto da Terra, e para isso, trabalhar em parceria com as organizações dos próprios trabalhadores rurais, aí incluída a CONTAG. Houve uma atuação razoável junto com a CONTAG, no primeiro tempo. Só que a CONTAG sofre com ameaças e com práticas populistas da ditadura, e aí a CPT apoiará iniciativas de oposição sindical. Em 1979, no III Congresso da CONTAG, houve presença de militantes de oposição que não estavam nas direções dos sindicatos e da própria CPT. As oposições sindicais tiveram presença fortíssima nesse Congresso, seja para vaiar e impedir a fala do Delfim Neto, ministro da Agricultura, que dissera que um camponês japonês valia por três ou quatro brasileiros, seja para aprovar orientações positivas para a prática dos sindicatos.

Essa prática de diálogo e, ao mesmo tempo, de apoio às oposições será a base da participação camponesa na criação da CUT, assim como será base da criação do PT. Porque esses grupos de trabalhadores não têm apenas visão sindicalista; trabalham com uma formação integral, que objetivava uma mudança mais profunda do sistema capitalista. A mediação partidária fazia parte de suas perspectivas e, por isso, enfrentariam tensões com os trabalhadores e organizações das cidades que não entendiam, ou tinham preconceitos em relação aos camponeses. Na verdade, tiveram que conquistar espaço e poder na CUT e no PT.

E como era a relação do grupo com os comunistas?

Vale examinar as práticas em dois momentos diferentes: o tempo da clandestinidade e o período que começa com a Anistia e a organização de cinco partidos políticos. No longo tempo de clandestinidade os partidos quase foram dizimados. Lideranças sobreviventes estão fora do país, e o que existe é uma militância subterrânea. De nossa parte, havia diálogo com parte desses militantes, mas praticamente nada com as coordenações. Militantes de diferentes grupos participaram das equipes da CPT nas regiões. Eu vou dar um exemplo de uma pessoa assassinada e considerada um dos mártires da luta pela terra: o advogado Paulo Fontelles. Como secretário da CPT estava buscando no país inteiro um advogado para a região sul do estado do Pará. De preferência, um religioso ou uma religiosa, porque a região era um campo minado, área da guerrilha do Araguaia, e as perseguições e a violência eram terríveis. Aí o Paulo se apresentou aos colegas do Pará, e chegou para a gente esse recado: ‘O Paulo Fontelles está disposto a assumir e quer conversar com vocês’.

Tivemos um diálogo franco, e ele disse: ‘Olha, eu quero que as coisas sejam explícitas. Sou do PCdoB, militante do partido, mas, no momento, eu não posso fazer trabalho de militante abertamente. Sou advogado, conheço as leis agrárias, e acho que poderia dar uma contribuição, se vocês quiserem’. Ele aceitou não misturar a militância com o trabalho de advogado da CPT, e foi contratado. Pouco depois, numa reunião na CNBB, perguntaram: ‘Como é que a CPT contrata um advogado comunista?’ Minha resposta foi essa: ‘Enquanto ele estiver fazendo um bom trabalho de apoio ao pessoal e não houver outras pessoas para fazer isso, nós o manteremos como advogado na região. Na verdade, depois de procurar um advogado ou advogada em todo o país e de não termos conseguido ninguém, nem religiosos ou religiosas, Paulo foi quem se dispôs a enfrentar os riscos de ser advogado dos camponeses nessa região conflituada.’

Quando, com a anistia e com a organização de novos partidos, Paulo desejou retomar sua militância partidária, ele nos disse: ‘A partir de agora vou retomar o trabalho do partido, então não sei se vai ser bom eu continuar como

advogado'. O diálogo nos levou à conclusão de que isso poderia confundir os campos de atuação, e ele foi substituído. Infelizmente, alguns meses depois, ele foi assassinado num posto de gasolina. Houve outros casos parecidos. O caminho sempre foi o do diálogo franco, evitando instrumentalizações. Quando não houve diálogo, nasceram tensões que prejudicaram o trabalho e as relações entre as pessoas.

CASAMENTO

Quando fui desafiado a assumir a CPT, já estava refletindo se iria continuar ou não com o compromisso do celibato. Estava em diálogo sobre isso com os amigos, inclusive com o Tomás. Por isso, na reunião com o conselho da CPT, em outubro de 1975, deixei claro: 'Aceito ser secretário, se vocês quiserem, por um ano, inicialmente. Durante o próximo ano - enquanto assumir essa loucura -, decidirei algo em relação à minha vida pessoal: continuar ou não com o compromisso do celibato e, por isso, com o exercício do presbiterato'. Eles toparam, assumi, e trabalhei feito doido...

Foi nesse ano que Joana e eu tomamos a decisão de aprofundar a relação afetiva, e, a partir daí, encaminhei o processo de liberação do celibato. Comuniquei a decisão aos companheiros da Diocese de Goiás e aos membros do conselho da CPT, a quem falei: 'Até o final do próximo ano encaminharei esse processo e sairei do exercício do ministério presbiteral. Decidam, por isso, se desejam convidar outra pessoa para o encargo'. E fui embora.

Depois de um tempo me chamaram: 'Veja, Ivo, você está fazendo um trabalho que está indo bem e não é preciso estar no exercício do ministério institucional para realizá-lo. Se você topa, convidamos para você continuar'. Imediatamente, depois de agradecer, falei: 'Tenho uma condição: que um padre no exercício do ministério trabalhe comigo, e que ele vá para as áreas - e na própria CNBB, se for preciso - em que a minha presença, a partir da decisão tomada, cause tensão. A tensão da luta pela terra já é tanta... e eu não quero que minha situação a agrave'.

Aceita a condição, coube-me a missão, em nome Diocese de Goiás, de atrair os beneditinos de Curitiba para Goiás; e o padre Marcelo Barros assumiu a CPT junto comigo. Para ele foi ótimo, porque entrou e assumiu a teologia da terra como um dos grandes temas de sua vida; e a CPT enriqueceu-se com sua reflexão e estímulo a uma espiritualidade engajada.

O processo de dispensa do celibato foi encaminhado em 1977. Houve algumas dificuldades, mas D. Tomás e outros bispos amigos assumiram a decisão de abençoar meu casamento com Joana, celebrado em dezembro desse ano, num encontro de lideranças da região em que atuei na Diocese de Goiás.

A Joana ficava aqui na CPT de Goiânia enquanto você viajava?

No início, só contávamos com uma sala da Arquidiocese de Goiânia como ponto de referência. As pessoas que me ajudavam eram voluntárias, inclusive a Joana. Com isso, mesmo sozinho para os deslocamentos, conseguimos fazer até 6... 10 mil boletins, impressos inicialmente na Universidade Católica, nossa parceira, e, depois, numa Offset adquirida com recursos da solidariedade internacional. Só Deus sabe quanto material foi impresso nessas máquinas! ...

A gente fazia mutirão. Era um tempo muito bom. [Joana está presente à conversa, e concorda].

De fato, não havia ninguém liberado. No início, foi uma religiosa que trabalhava na arquidiocese que nos ajudou. A Joana e outras pessoas se juntavam e faziam tudo que fosse necessário: organizar as publicações, levar ao correio ou transportadoras... Alguns meses se passaram até que se encaminhasse o processo de contratação de uma equipe de assessoria, com uma advogada, um sociólogo e um jornalista, que potencializaria todo esse trabalho nas regiões e em âmbito nacional.

A decisão de casar não significa mudança em minha vida de agente pastoral. Foi, sim, uma decisão e um passo para me sentir feliz e livre para continuar prestando o serviço que eu fosse capaz de realizar. Cheguei à conclusão, em um processo de reflexão feito com calma, que manter-me no celibato seria negativo - para minha própria vida, para minha liberdade, alegria, realização. 'Alguém infeliz, como pode fazer o outro feliz? Alguém quebrado, como pode contribuir para que as pessoas se levantem, superem seus problemas?' Fiz o pedido de liberação do compromisso do celibato só porque era a única maneira de continuar trabalhando no espaço institucional.

Você casou com a Joana e continuou a fazer o trabalho na CPT?

Continuei no trabalho da CPT e, talvez, com dedicação mais intensa. Na verdade, eu devo isso à nossa relação, à Joana e eu. Porque assumimos um compromisso, uma convivência que respeita as opções de cada um. Incorporamos isso como parte da nossa convivência e passamos para os filhos. Acho que isso significou uma abertura, uma outra possibilidade para os filhos, porque o tempo inteiro, desde que nasceram, conviveram comigo, viajando e voltando, e eles, devagarzinho, partilhando um pouco, indo aos acampamentos dos Sem-Terra, indo para a diocese e convivendo.

São quantos filhos?

São quatro.

Todos homens?

Não, tem uma filha, Sara.

A CPT muda muito nos anos 1980?

Diria que a CPT se consolidou na década de 1980. Não porque ela quer se consolidar, mas por causa da conjuntura. O governo militar toma a decisão de militarizar de forma plena a questão agrária. Criam o ministério, e nomeiam um general, o General Venturini. A área mais tensa é o norte de Goiás, na época, hoje Tocantins, e o Sul do Pará – região denominada Araguaia-Tocantins pela CPT. Instalam-se núcleos militares, e isso multiplica os conflitos, torna muito tensa a luta pela terra. É o período em que estamos apoiando a autonomização organizativa dos Sem-Terra. Estamos trabalhando uma visão crítica do mundo sindical e até de formas de associação para eles poderem se autonomizar, criar algo novo. No caso dos Sem-Terra, reforçando a luta para conquistar terra mesmo.

Estas práticas foram vistas como algo inaceitável, subversivo. A acusação era de que a CPT criava conflitos. Mas, ela ficou firme ao lado dos posseiros e todos os demais tipos de camponeses, apoiando suas organizações.

Na relação com a CNBB a CPT recebeu confirmação e apoio para seu trabalho. Por causa da eferescência da questão agrária, e a presença da Pastoral da Terra em todo o país, a CNBB decidiu enfrentar o tema 'Igreja e problemas da terra' em sua assembleia geral de 1980. A CPT, ainda sem ser convidada, decidiu oferecer material de apoio e uma proposta de análise da realidade – o 'ver' – e de compromissos de ação – o 'agir'. Nasceu disso o convite para um dia de reflexão com a presidência e comissão de pastoral e, depois, para assumir a assessoria da temática na própria assembleia. Trabalhei intensamente, junto com a qualificada contribuição de José de Souza Martins nessa assessoria.

O fruto da assembleia, depois de seis dias de reflexão, debates e elaborações, foi o documento *Igreja e Problemas da Terra*. Provocou polêmica, especialmente por ter assumido a diferenciação entre 'terra de trabalho' e 'terra de exploração' entre os critérios de legitimidade da propriedade de terra. O importante é que a CNBB fundamentou sua posição doutrinária em favor da propriedade voltada para a produção de alimentos e contra todo tipo de propriedade usada como oportunidade de exploração do trabalho humano, da natureza e de especulação; mais ainda: consolidou uma prática consequente em relação às propriedades da própria igreja, destinando a processos de reforma agrária as que não fossem utilizadas para a sua missão. Por fim, foram fundamentais as decisões de apoiar a pastoral da terra e de reconhecer o direito, e apoiar a construção de organizações autônomas dos que lutam pela terra.

Ao mesmo tempo, contudo, e até como resposta ao posicionamento da CNBB, o governo ditatorial foi endurecendo. Foi um período muito difícil, com muitas baixas, com muita tensão, mas a pastoral da terra e as organizações camponesas se consolidaram. Isso continua se expressando nas mobilizações camponesas nas 'Diretas Já'. É claro que quando se faz a solução negociada nas 'Diretas Já' e dá no Sarney, as coisas se complicaram. Aparentemente, tivemos abertura com a criação até de um ministério para fazer a reforma agrária. Mas nasce a UDR, para se contrapor, porque agora os grandes proprietários e grileiros não contam mais com os militares para fazer o serviço; eles se organizam para agir de forma direta, até mesmo realizando leilões de bois para contratar milícias contra os que lutam pela democratização da propriedade da terra. A violência se tornou ainda mais terrível.

A eleição indireta garantiu a vitória da dupla Tancredo Neves/Sarney. Como ficamos com o Sarney em relação ao campo, a ditadura praticamente teve continuidade. Afinal, o governo tinha o ministério da reforma agrária, mas Sarney torcia pela UDR, até mesmo para garantir suas propriedades e as dos amigos do Maranhão.

A CPT começa a ter dificuldades nesse período de pós-ditadura denominado 'Nova República'. A igreja institucional começa a pensar: 'Agora tem governo para fazer reforma agrária, e a igreja pode centrar-se no seu específico'. Uma interpretação equivocada da institucionalidade política, achando que agora é o estado que vai fazer, e a gente tem que negociar, quando muito pressionar. Deixa-se de ver a importância do trabalho mais consolidado de base e das organizações populares...

Há um tempo de atuação forte em torno da elaboração da Constituição de 1988. Junto com a CNBB e muitas forças políticas da sociedade civil, a CPT brigou muito pela Constituinte exclusiva. Depois de mais uma derrota de um parlamento ainda permeado por serviçais da ditadura e por representantes da oligarquia econômica, a luta foi pelo direito de apresentar propostas populares para a Constituição. Em relação ao direito de propriedade e à reforma agrária, por exemplo, a soma de forças do campo conseguiu mais de 1 milhão e 500 assinaturas em favor de uma proposta construída pelas organizações camponesas. Mesmo assim, ou talvez por causa disso, a proposta foi deixada de lado, e a Constituição do Congresso Constituinte continuou conservadora, consagrando a sacralidade da propriedade de terra sem limites.

Com relação aos índios foi menos...

Teve menos adesões, mas foi mais efetiva. Eles realizaram uma ação mais direta dentro do congresso. Os camponeses não fizeram isso, talvez porque

havia diferentes posições em relação ao sentido estratégico da luta pela terra dentro dos próprios movimentos e organizações camponeses. Não se conseguiu construir uma frente unitária, com objetivos claros. Essas contradições se farão presentes também na CPT.

Você fica na CPT nesse cargo de secretário geral?

Só fiquei como secretário nos primeiros cinco anos. Em 1980, depois de assessorar a assembleia geral dos bispos, comuniquei ao conselho: ‘Preciso de uma parada longa, por dois motivos: primeiro, porque acho que cinco anos é um tempo que a pessoa contribui com sua melhor criatividade, de modo especial num cargo como esse; e segundo, porque estou esgotado, e preciso recuperar-me’. Graças a Deus, um padre lá do Maranhão, Mário Aldighieri, se dispôs a assumir. É um cara muito bom, um artista, com uma visão muito boa, apaixonado pelas causas populares. Com apoio da própria CPT, consegui ir para São Paulo e lá estudar na USP durante todo o ano de 1981. Foi um tempo diferente, de convivência com a família e de estudo.

Você escreveu?

Deixei para escrever depois que eu voltasse. Como isso se deu no tempo da militarização da questão agrária e eu retornei à CPT como assessor, não consegui nem tempo nem justificativas para dedicar-me a escrever algo segundo os cânones acadêmicos. De toda forma, esse tempo de estudo me ajudou muito para minha contribuição na organização de processos de formação dos agentes de pastoral da terra e de outras pastorais e movimentos sociais.

Dos anos 1990 para cá, com que tipo de trabalho você se envolveu?

Fiquei na CPT, como assessor, até 1992. Sem entrar em detalhes sobre a tensão interna que se aprofundou, os membros da diretoria e do conselho dispensaram toda a equipe de assessoria nacional. Poucos dias depois dessa decisão, o bispo presidente da Cáritas Brasileira, D. Demétrio Valentini, de Jales, São Paulo, me telefonou de Caracas, onde participava de uma reunião do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) e Caribenho: ‘Estou solidário contigo em relação ao que a CPT fez, mas peço que não assuma outro trabalho antes de conversar com a gente. Por quê? Porque nós estamos abrindo um processo de avaliação da Cáritas e eu estou convencido que você pode nos ajudar nesse processo’. Digo: ‘Tudo bem, vamos conversar quando você voltar’. Os amigos consultados achavam que não devia assumir esse trabalho. Só que eu terminei firmando uma posição pessoal no seguinte sentido: ‘Se a gente conseguir que a Cáritas se renove, contaremos com mais uma força importante, até mesmo pela

sua relação institucional'. Topei a proposta, mas combinando que fosse por três meses, e em meio período inicialmente, facilitando a avaliação.

Depois de dois meses, contudo, já quiseram que dedicasse tempo integral para aprofundar e concluir o processo de avaliação, que caracteriza a Cáritas até hoje. Em vista disso, fiquei na Cáritas até 2002. Em 2003, com a eleição do Lula, aceitei o convite do Frei Betto, fiquei dois anos no Fome Zero. Ao sair desse trabalho, não aceitei ser contratado por uma entidade, dedicando-me a serviços de assessoria, como aconteceu na temática das mudanças climáticas, junto às pastorais sociais e CNBB.

A partir da decisão aprovada no Seminário Internacional sobre Aquecimento e Mudanças Climáticas no sentido da necessidade da existência de uma secretaria e assessoria para o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, tenho dedicado a maior parte do meu tempo e trabalho para este Fórum.

Entrevista realizada em Goiânia (GO), em 09/01/2014,
por José Ricardo Ramalho e Neide Esterci

Victor Asselin

O SEMINÁRIO E A FORMAÇÃO EM TEOLOGIA

Nasci na província de Quebec (Canadá). Fiz meus estudos primários e secundários aqui mesmo, e me formei na Universidade de Ottawa, em filosofia e letras, em 1960. Depois, entrei no seminário para formação de padres e, em 1964, me formei em teologia. Em sociologia, meus estudos foram na universidade que se chamava Universidade Sir Jorge Williams. Em 1966, viajei para o Brasil com o objetivo de formar padres. O que na verdade não aconteceu! É que o Seminário da Diocese de Pinheiro havia sido fechado. Fui, então, vigário da paróquia de Guimarães. Um ano depois, recebi um convite da secretária de agricultura do estado do Maranhão para um trabalho de formação de cooperativas. Mas isso durou pouco tempo. Não fiquei nem um ano, porque fui nomeado coordenador das pastorais da Diocese de Pinheiro em tempo integral, e lá permaneci até 1973.

Tive então a oportunidade de viajar para Quito, no Equador, para um curso latino-americano sobre teologia da libertação. Foi um ponto decisivo na minha vida. Estive lá de janeiro a julho de 1973. Quando voltei ao Maranhão, não voltei para Pinheiro, fiquei em São Luís. Fui nomeado coordenador das Comunidades Eclesiais de Bases do estado, trabalhando com as comunidades rurais. Aí, é claro, trabalhando com a classe rural, a gente começava a sentir de perto a problemática da terra. Tínhamos dois encontros anuais a nível estadual, e a gente estudava o Estatuto da Terra, que era o estatuto do governo militar.

Por incrível que pareça, em 2010, cheguei à conclusão que a legislação que ainda era favorável ao trabalhador rural era o Estatuto da Terra. A gente estudava o Estatuto da Terra junto aos trabalhadores rurais. Em 1975, então, na igreja, havia todo um trabalho articulado. Estávamos no regime militar, muito trabalho era feito discretamente, e muitas reuniões eram clandestinas. Iniciou-se então um movimento de um grupo de dez bispos para criar uma articulação nacional das comunidades de bases. Fui chamado para ser o representante do Nordeste, para fazer parte deste grupo.

A MISSÃO NA AMAZÔNIA

Não demorou muito tempo para própria a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) convocar uma reunião para discutir o problema da terra

na Amazônia. A reunião foi em junho de 1975, em Goiânia. Era uma reunião de cunho mais jurídico, organizada pela Comissão de Justiça e Paz nacional, mas o tema principal era a problemática da terra na Amazônia. Um bom número de participantes era de advogados vindos de todo canto do Brasil, além de agentes de igreja. Nessa reunião, estava, por exemplo, D. Tomás Balduino, D. Pedro Casaldáliga, o representante da CNBB, o Ivo Poletto, o grupo de agentes de igreja. Eu estava representando o Maranhão. Durante o encontro, a gente dizia: ‘Não podemos terminar essa reunião sem uma posição clara sobre a problemática da terra na região amazônica’. Daí, então, surgiu a proposta de uma Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o objetivo de assessorar os trabalhadores rurais daquela região. Isso foi em junho de 1975.

A CPT no Maranhão foi criada em 1976?

A CPT, no Maranhão, foi criada em uma reunião com os responsáveis pelas comunidades de base, e por lideranças de Igreja. Foi criada na casa de Pirapora. Foi no começo do ano de 1976. Eu fui o primeiro presidente e também fui nomeado vice-presidente nacional. Meu primeiro mandato de nível nacional foi de 1976 a 1982.

Você ia muito à Goiânia?

Ia à Goiânia todo mês. Tínhamos uma reunião de uma semana em Goiânia. Fazíamos essa viagem de ônibus. Inicialmente, a CPT era só para a chamada Amazônia Legal. Mas não demorou seis meses, chegaram vários pedidos de todo o canto do Brasil, reivindicando que a questão da terra não era só nossa, ela existia também em outros lugares. Então, em um prazo de ano e meio, criaram-se as CPTs regionais por todo o país.

A ORIGEM HUMILDE NO CANADÁ

Fale um pouco sobre a sua família.

Minha família é de origem rural. Eu nasci em um povoado, uma pequena vila de 1.400 habitantes, na parte leste de Quebec, mais ou menos a 500 km daqui. O nome do lugar é Sully, hoje é Pohénégamook, um pequeno vilarejo rural. Meu pai e meu avô eram agricultores. Aqui [mostrando uma foto], é exatamente o lugar onde eu nasci, e esta fotografia é do ano em que nasci, 1938. Você pode ver pelas casas da época, todas de madeira. Hoje, está totalmente mudado. Meu pai era filho de agricultor, mas não trabalhou muito tempo como agricultor, com o meu avô. Abriu um açougue, se tornou açougueiro.

E sua mãe?

Minha mãe nasceu não muito longe desse lugar, e de família pobre. Na época, Quebec - preciso dizer isto -, era uma província pobre, e o nível de vida era baixo. Na minha infância, conheci energia elétrica aos 13 anos, não tinha água em casa. Quando cheguei no Maranhão, em 1966, em Guimarães, para mim, era como se estivesse revivendo a minha infância. Quebec cresceu muito depois da Segunda Guerra Mundial, mas antes, as famílias eram grandes e pobres. A família da minha mãe era ainda mais pobre do que a do meu pai.

A minha mãe era professora. Fez os seus estudos na cidade dela, mais ou menos uns 50 km da cidade onde eu nasci. Os estudos dela não custaram caro, porque toda a questão da educação, como também a saúde, tudo era com orientação e ajuda da igreja. Minha mãe contava que os estudos dela foram pagos por pessoas do lugar, que facilitavam, por exemplo, os livros e a hospedagem, e a instituição atendia as necessidades dos estudantes. A mesma coisa para mim. Em minha casa, muitos dos meus irmãos tiveram estudos superiores, mas foi com ajuda dos outros. A gente tinha o que chamavam de os benfeitores, entendeu?

Quem eram os benfeitores?

Não era gente rica. Era de uma classe média, mas que tinha um espírito de solidariedade. Na época, a solidariedade entre os vizinhos era impressionante. Era costume, se você tinha mais dinheiro, era aquele que tinha um comércio e que ajudava as pessoas. Os agricultores, vamos dizer, eram pobres, que tinham um pedaço de terra, que podiam ter um gado. Quem tinha dez vacas era abastado.

Quantos irmãos?

Éramos quatorze.

ESTUDOS

Todos foram estudar em Ottawa?

Não, não! Tenho uma irmã mais velha que fez o curso para ser professora. Na época, professor ou professora não podia casar. Se casasse, tinha que deixar as aulas para cuidar da casa. Minha mãe ensinou durante dois anos e deixou o cargo, porque se casou dois anos depois. Ela era professora da área rural, e nessa área rural ela se hospedou na casa do meu avô. Foi aí que conheceu meu pai. Então, da família tem uns que fizeram estudos universitários em vários ramos, tem outros que têm estudo superior, na época não considerados como universitários, como é o caso de enfermagem - por exemplo, tenho na família

três irmãs enfermeiras, um médico e outro formado em finanças. Das irmãs, tenho duas que não têm estudos superiores, quiseram parar depois do secundário e fizeram, vamos dizer, mais trabalhos domésticos. Tem outro que se formou em administração e já trabalhou em diversos ministérios em Ottawa.

A relação de vocês era mais com Ottawa...

Ottawa, durante meus estudos universitários. Depois da universidade, voltei para Nicolet, perto daqui (Drummondville), para fazer os estudos de padre, e dois anos depois viajei para o Brasil. Minha família morou nesse lugar, em Sully, até o ano de 1955, quando se mudaram para Drummondville, cidade que na época vivia da produção de tecidos. Era uma grande indústria. A cidade tinha 20 mil habitantes, era uma cidade pequena...

Alguém veio trabalhar na fábrica?

Meu pai veio para trabalhar nesta fábrica, mas não deu certo. Ele já estava com mais de 50 anos e passou a fazer... 'quebrar-galhos', trabalhos de seis meses, um ano no máximo. Não tinha trabalho fixo. Ficou assim até a aposentadoria dele, aos 65 anos.

A 'REVOLUÇÃO TRANQUILA'

Você falou da importância da reunião de Quito, mas quando você veio de Quebec para o Maranhão já não tinha uma visão progressista no mundo?

Em termos de visão eu diria o seguinte: na universidade, comecei a fazer uma análise diferente. Hoje de manhã, veio um colega meu, e a gente relembra este assunto no começo dos anos 1960, em Quebec. Havia um movimento que começava a questionar toda a situação política, econômica e religiosa. Nós éramos uma classe considerada, por um grupo de professores, de pessoas problemáticas, indesejáveis, e que questionavam, que criavam problemas. Éramos considerados um pouco assim.

No Seminário Maior, quando terminamos teologia, o superior, antes de sairmos, disse: 'Graças a Deus vocês estão indo embora'[risos]. Então, nesses termos, eu posso dizer que sim. Eu comungava do movimento que se iniciava aqui em Quebec, movimento de mais abertura, que culminou, quando já estava no Brasil, com a 'revolução tranquila'.

O que foi a 'revolução tranquila'?

Eu não vivi a 'revolução tranquila'. Mas vivi os anos que precederam àquele movimento. Em Quebec, os movimentos de Igreja eram muito fortes, e tinham

um poder político importante. Basta dizer que a educação e a saúde ficavam sob a orientação de Igreja Católica. Não existia ministério da educação, não existia ministério da saúde. O ministério da educação nasceu em 1960. E todas as escolas, como também os hospitais, as instituições de saúde, eram dirigidos por membros de igreja, como congregações de religiosos. Então, esse poder da igreja sobre o povo começou a ser questionado. Teve um momento em que um irmão marista escreveu um livro denunciando este poder. Em seguida, vieram os movimentos de leigos.

MUDANÇA SOCIAL DE QUEBEC

Viajei para o Brasil em 1966, e quando voltei, três anos depois, em 1969, não compreendi absolutamente mais nada do que se passava em Quebec. A própria vida familiar ficou diferente: os filhos questionavam os pais. Nós nunca questionávamos nossos pais. Não havia mais as escolas católicas como eu conheci. Começaram a falar de uma escola polivalente, depois CEGEP (Colégio de Ensino Geral e Profissional). Todos os prédios da saúde passaram para as mãos do Estado. Esse movimento, que foi visto como a ‘revolução tranquila’, nunca entendi a sua profundidade.

Quando, em 1988, vim passar um ano aqui, mais de 25 anos depois, tentei entender Quebec de hoje. Uma coisa posso dizer, uma única conclusão, a de que essa revolução não teve nada de tranquila. Foi a coisa mais violenta que o povo podia sofrer. Porque não houve nenhuma briga, nem derramamento de sangue. Foi uma revolução cultural, política, econômica, religiosa, e de maneira rápida. Foi isso, e, atualmente, o povo de Quebec está começando a botar os dois pés no chão. Foram anos de muitas transformações, especialmente uma mudança cultural...

Como foi combinar a visão de mundo quando chegou ao Maranhão?

Posso dizer que, em minha vida, sempre tive sensibilidade para com a questão social. Mas, para mim, a grande mudança foi em 1973, quando estive em Quito e fiz o curso de teologia latino-americana. Foi uma retomada da visão de mundo da Igreja Católica. Quando voltei do curso, nunca mais trabalhei em igrejas e paróquias. Podia prestar serviços aos colegas, mas não aceitei mais trabalho dessa natureza. Entrei logo nas comunidades eclesiais de base e, evidentemente, na questão da terra, com toda essa visão nova. A gente falava em Pastoral Operária a partir da problemática das fábricas, Pastoral da Terra, que eram agricultores, Pastoral do Menor, Pastoral dos Pescadores. Todas as pastorais eram pensadas a partir da problemática da categoria.... Então, isso era

impressionante, e a gente não podia pensar em um trabalho de Igreja sem em primeiro lugar conhecer e ver a situação de cada categoria.

A CPT, A RÁDIO E AS PUBLICAÇÕES NO MARANHÃO NOS TEMPOS DE REPRESSÃO

Quem estava na primeira direção da CPT?

O Ivo Poletto, que colocamos como primeiro secretário nacional. E o que eu considero os grandes bispos, o Tomás Balduino, o Pedro Casaldáliga, o Moacir Grecchi... depois tem o Marcelo Barros... tinha alguns jesuítas, como o Cláudio Perani, um tal de André Cristino.

E no Maranhão?

Tinha o Cláudio *Bergamaschi*, que morreu em São Mateus, com o colega dele também, o Mario Aldegheri; o Maurizio Gamba, que era o esposo da Josiane Gamba. Tinha também o D. Gilles Xavier, que na época era vigário de Urbano Santos.

Você fica à frente da CPT do Maranhão até quando?

Até 1980. Esses anos foram muito difíceis. Estava esgotado. Na verdade, eu, fisicamente, não podia mais aguentar. Mas aí o Pedro Casaldáliga me disse: 'Rapaz, eu te aconselharia a mudar de ambiente' - porque o Maranhão era considerado o estado mais violento na época! ... E ele me disse: 'Por que você não vai passar uma temporada em Porto Nacional, com o bispo de lá?' - que precisava também de ajuda... eu estou caçando o nome dele, que é um grande amigo... Fui passar um tempo lá, mas não fiquei muito porque recebi um chamado do estado do Maranhão... Quem me telefonou foi a Helena Heluy: 'Por que você não vem fazer o curso de direito?' Eu não estava interessado. Durante todos esses anos na CPT, o pessoal me dizia que se eu fizesse o curso seria melhor. Acabei aceitando, porque a Helena Heluy insistiu.

Voltei para São Luís, fui à universidade e verifiquei que não tinha que fazer o vestibular, porque existiam vagas reservadas para pessoas já diplomadas. Então apresentei o meu currículo e fui dispensado de treze ou quinze disciplinas. O único curso preparatório que me foi pedido foi o de português. O restante, eu entrei diretamente nas disciplinas específicas do curso de Direito. Então, eu fiz isto, e também fui chamado para ser o diretor da Rádio Educadora.

Em que ano se formou em Direito?

Fiz em três anos: 1980, 1981, formei em 1982.

PUBLICAÇÕES

Já tinha escrito 'Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás' (Vozes, 1982), nesse momento?

Não, eu estava pesquisando, terminando as pesquisas. Quando deixei a CPT, em 1980, tive um tempo dedicado à atualização, ao complemento das informações. Porque o livro foi publicado em 1982.

O livro foi escrito no período em que você estava na universidade.

Foi uma loucura! Estudava, era diretor da rádio e fazia esse trabalho de escrita, com muitas viagens, além disso.

A RÁDIO EDUCADORA

E o trabalho de diretor da Rádio Educadora?

Naquela época, a Rádio Educadora tinha um diretor que manipulava o arcebispo, D. Mota, e ameaçava vender a Rádio para um político, que, se não me engano, era o João Castelo. Então, D Mota cancelou o contrato com o diretor da rádio. O diretor ficou zangado e tentou impedir a minha entrada no prédio. Fomos obrigados a arrombar a porta. A rádio estava com dezoito processos trabalhistas, tinha uma dívida terrível! Era um problema administrativo. Entrei na Rádio com o padre Aluisio...

A REPERCUSSÃO DO LIVRO: INTIMIDAÇÕES E AMEAÇAS

Quando o livro foi publicado, houve muita repercussão?

Houve. O livro foi publicado pelo Leonardo Boff, que era o diretor da Editora Vozes. Até certo ponto, houve resistência à publicação. No conselho editorial tinha um coronel das Forças Armadas que era simpático aos franciscanos lá de Petrópolis, e era considerado um coronel progressista. Esse coronel me telefonou e disse: 'Gostaria que você viesse, pegasse um avião, e me trouxesse alguns documentos que fundamentam teu livro.' Cheguei ao Rio trazendo alguns documentos, que, aliás, são os que estão no livro. Ele não demorou cinco minutos. Quando olhou para os documentos, disse: 'Olha, eu vou dar o parecer favorável à publicação do livro. Pelo que estou vendo, tudo que está no livro os militares já sabem, só que eles não têm as provas, e você tem as provas. Então, vamos publicar. Mas essa tem que ser uma decisão sua. Posso te dizer duas coisas: você será processado, e um plano por sua morte será certamente arquitetado'.

O livro saiu, e evidentemente, logo após a publicação, veio aquele processo que nasceu de Imperatriz, através do Agostinho Noleto. Depois, fui obrigado a pedir proteção da segurança pública, embora soubesse que não adiantava. Mas era uma questão legal, e uma questão de necessidade. Houve muitas reações pelo fato de que o livro implicava São Paulo, Minas, Goiás... além do Maranhão. E eram, evidentemente, pessoas...

Quando se criou aquele problema na região de Imperatriz, saiu no Jornal *O Progresso*, uma série de artigos do Agostinho Noleto, me ameaçando seriamente. O Agostinho Noleto era uma pessoa que se aproveitava muito da Igreja, era presidente da Comissão de Justiça e Paz, era presidente do Conselho de Cristandade, e assim por diante. Em Imperatriz, Agostinho Noleto era conceituado a ponto de criar um problema entre a Igreja de Imperatriz e a Igreja de São Luís. Chegou ao ponto de convocar uma reunião em São Luís, lá no Arcebispado, de um conjunto de igrejas de Imperatriz com um conjunto de igrejas de São Luís. Na época, nós éramos umas vinte pessoas, e eu tinha levado alguns documentos para a reunião em que estava o bispo de Imperatriz. E o Agostinho Noleto começou a falar, pedindo para que eu renunciasse e declarasse que tudo no livro era mentira.

Que você renunciasse ao quê?

Renunciasse aos dados do livro, porque ele já tinha entrado com um processo de difamação contra mim. Disse que não adiantava, e comecei a puxar alguns documentos. Agostinho Noleto então - vejo ele muito bem -, estava sentado, levantou, pulou praticamente por cima da cadeira, gritando que não tinha nada a ver com o processo, que era peixe pequeno, que quem mandava fazer era o José Sarney... E então saiu. Mas na reunião, havia Aureliano Demétrio, que era da Ordem dos Advogados (OAB), de Imperatriz. O Aureliano ficou até o fim, como também outro pessoal de Imperatriz...

A coisa foi discutida de tal maneira que o pessoal de Imperatriz começou a perceber que o problema não era aquele do Agostinho Noleto. Era algo muito maior. Apesar disto, a polêmica continuou com o Agostinho, a tal ponto que, uma noite, eu estava na universidade - não tinha terminado o curso ainda -, e quem chega? ... O motorista de Ulisses Guimarães, presidente do MDB na época... O motorista me disse que ele estava em São Luís e queria falar comigo. O Ulisses queria dados sobre o Agostinho Noleto, porque ele seria um possível candidato do MDB ao Senado. Então o Ulisses viajou para Imperatriz, cancelou a candidatura do Agostinho e esfriou essa polêmica pública.

O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM SÃO LUÍS

O que aconteceu depois que saiu da Rádio Educadora?

Uma vez sanados os problemas, deixei a Rádio Educadora. Foi quando me formei e abri um escritório de advocacia em São Luís.

Por quanto tempo?

Por cinco anos. Eu era um fã de júri. Advoguei muitas causas para o pessoal da penitenciária, aliás, uma experiência muito boa. Na penitenciária, encontrava os grupos de... como que a gente chama? ... de pistoleiros! Me lembro de um dia em que houve uma briga dentro da penitenciária entre duas turmas, e os policiais entre os dois lados. Foi um negócio terrível... mas uma experiência boa, porque nessa época tinha muito medo dos policiais, e quem me protegia eram os presos.

Com relação à abertura do escritório (de advocacia) era o fato de que pobres - se é mulher, se é negro ou se é pobre -, você não tem acesso à justiça, e eu não podia tolerar isso. Então, a primeira coisa foi esse escritório estar a serviço de quem não tem acesso. Segunda coisa, a questão da violência e também a questão do terreno urbano. Na época, tinha o padre Marcos Passerini que trabalhava muito também nessa questão da articulação dos bairros e virou um pouco um complemento da Pastoral da Terra.

Quem trabalhava nesse escritório?

No escritório, eu comecei só. Depois quem me apoiava muito era a Helena Heluy e o marido dela. Tive como dois primeiros estagiários o Heluy Junior, que hoje atua em São Luís como juiz, e a Isabela Martins, filha de Silvia Parga.

DE QUEBEC PARA O SUL DO MARANHÃO: GRILAGEM DE TERRAS E CRIME ORGANIZADO

Essa experiência durou então cinco anos?

Foi até 1988, quando voltei ao Canadá para fazer um estágio. Eu queria rever a situação de Quebec. Passei seis anos lá e voltei ao Brasil em 1994, para a região sul do Maranhão, região de Balsas.

D. Rino Carlesi ainda era vivo? Você era assessor da Diocese de Balsas?

D. Rino ainda estava vivo. Fui como assessor. Me interessei muito pela questão da terra no sul do Maranhão.

Pegou então a chegada forte da soja no Maranhão?

A região de Balsas, a gente não dava o justo valor, não reconhecia a gravidade da situação. Me lembro que eu tinha feito uma viagem com um rapaz que trabalhava no Banco do Nordeste e ele me dizia: 'Daqui a dez anos, isso aqui vai ser um deserto, porque o que se bota aí de agrotóxicos...'

Mas o que mais me tocou nessa região foi a grilagem, a grilagem no sul do Maranhão. Tinha um documento de uma pessoa ligada à política, que morava em Alto Parnaíba, que fazia anos que estudava isto, e fez um documento descrevendo como aconteceu a entrada da grilagem no estado do Maranhão e todo o crime organizado em Balsas.

Porque, para mim, a primeira vez que cheguei em Balsas, o primeiro choque foi quando me defrontei com as pessoas que já tinha me encontrado em Imperatriz, na questão da grilagem na região do Pindaré. Tanto no que diz respeito aos policiais como também, vamos dizer, no nível de agentes... como, por exemplo, o Dourado, que era o vice-prefeito ligado a Silva Junior, da secretaria de segurança, que deu origem à morte do padre Mauricio de São Mateus. Gente da grilagem de Imperatriz que, naquele momento, se encontrava em Balsas. Eu disse: 'Gente, pelo amor de Deus, esse pessoal não está aqui por acaso, não'. E de fato, o crime organizado de Imperatriz tinha se transferido em parte para Balsas.

As grandes empresas já tinham chegado... Bunge, Cargill?

Já, já. Por isso, aquilo cresceu rapidamente. Porque quando eu saí de lá, a soja vinha de Alto Parnaíba e subia, vamos dizer, até São Raimundo das Mangabeiras. Eu estive na região de Balsas até 2005.

MARANHENSES E GAÚCHOS

Quem era a liderança nessa época? Antônio Crioulo...? Quem eram as pessoas?

Antônio Crioulo. Foi o fim do período de D. Rino Carlesi, e D. Franco Masserdotti começou. Trabalhei diversos anos com D. Rino. Em Balsas, na pastoral, tinha a Marta, tinha também o padre Nadir, Abraão. E o João Fonseca, que saiu para vir aqui coordenar a CPT.

Tinha uma pastoral do migrante, não tinha?

Tinha, tinha. Aliás, houve em Balsas toda uma pesquisa feita por uma congregação de religiosas, não me lembro do nome delas, sobre as migrações do sul do Maranhão.

Foi o Centro Scalibriano que publicou, não é?

Acho que foram eles mesmos. E aquela irmã responsável pela pesquisa, ainda quando voltei a última vez a Balsas, encontrei com ela. Uma pesquisa excelente, só que não deu resultado. Após a pesquisa, houve algumas reuniões, e aí gaúchos e maranhenses não vão juntos [...] o que, aliás, foi um dos problemas que o Jonas, como prefeito, encontrou. Porque uma pessoa que não nasceu no Maranhão é gaúcha. Jonas não é gaúcho, é paulista, mas é gaúcho, entendeu?

POLÍTICA MARANHENSE

Em 2005, teve alguma atuação?

Voltei para São Luís. Na época, eu estava meio cansado. E me preocupou muito essa questão do processo do padre Félix. Depois, vieram outras causas e alguns problemas da ilha de São Luís. Eu estava imaginando um projeto diferente, o projeto de rearticular a problemática da questão da terra, razão pela qual se pensou na reedição do livro *Grilagem...* Eu tinha esse projeto junto ao Movimento dos Sem Terra, também com o Elias. Eu conversava muito com o Elias, o Jonas... e a gente imaginava a possibilidade de um seminário de nível estadual, das lideranças da questão agrária, estendendo aos trabalhadores rurais. Isso era para ser realizado no ano de 2011. Trabalhei muito também na campanha política para eleição do Jackson Lago.

Foi uma vitória que deu esperança.

O Jonas fez uma avaliação muito serena, mas o erro do Jackson foi não ter levado a sério as orientações que a gente tinha chegado, como por exemplo, com a organização do gabinete dele. Se ele tivesse seguido os traços iniciais, teria organizado um secretariado totalmente diferente. Nessa época, tive a oportunidade de colaborar com a secretaria de segurança, na formação dos núcleos de segurança cidadã da cidade de São Luís. Foi um trabalho excelente.

A secretária era a esposa do Edson Vidigal?

Era a esposa do Vidigal, mas a gente tinha carta branca para a organização desses núcleos. Chegamos a formar mais de vinte núcleos em toda a cidade. Essas lideranças tinham recebido toda uma formação para assumir a segurança de sua região, e era aquele entusiasmo dos moradores, era impressionante! A Eurídice Vidigal concordava com isto, e os próprios núcleos iam ser os administradores dos projetos, até financeiros, da segurança do Estado.

Quem participou dessa proposta?

Tinha toda uma equipe - que, aliás, a Claudete colaborou na formação das equipes. Eu brigava muito com a Claudete Ribeiro. Ela se articula politicamente com a Roseana, mas é uma mulher que, do ponto de vista de visão educacional, tem uma visão muito boa. Então, eu queria a Claudete para o desenho do projeto. Mas aí tinha o gerente da própria secretaria, gente boa.

DIREITOS HUMANOS E O GOVERNO JACKSON

E o movimento dos direitos humanos? Alguém da sociedade participou desta proposta?

Não. Engraçado que essa questão dos direitos humanos, eu, pessoalmente, me questionava, porque achava muito burocratizado. Algumas vezes eu ia lá, mas achava tão difícil falar com as pessoas. Era diferente da época que eu conheci, com o pessoal no arcebisado, quando as portas estavam abertas para você entrar... Mas, nessa parte, eu [acho] muito interessante do ponto de vista político.

O Jackson tinha chegado à conclusão que o governo teria que mudar radicalmente à medida que se inspirava nos núcleos de base e núcleos das regiões. Durante o mandato dele, ele até tinha feito seminários em algumas regiões. Era exatamente para, a partir dessas lideranças regionais, começar a criar um secretariado diferente. Ele falhou nisso, porque criou um secretariado misturado com uma série de coisas. Não tinha nenhum controle sobre sua própria agenda. Me lembro que, por exemplo, para eu falar com ele tinha de passar por trás, e ele me dizia: 'Rapaz, pela agenda eu não sei, eu não tenho acesso a minha agenda'.

ATUANDO NA FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS DE SEGURANÇA E DE POLICIAIS

No governo Jackson você participou desta proposta de segurança e fez outras atividades?

A gente trabalhava dia e noite nesta atividade, em toda a ilha de São Luís. Porque havia diversas etapas. A primeira era um contato geral com a população para apresentar a proposta. Desse encontro, havia o convite para a inscrição de quem gostaria de ser conselheiro de segurança da região. A gente via a formação de quem tinha dado seu nome, e depois havia a eleição, a partir de quem deu os nomes, de quem tinha feito a preparação e continuava a ser candidato. Então, a gente formava esse núcleo. E o núcleo começava a se entrosar com os policiais, porque o projeto era também de entrosamento com a Polícia Militar da secretaria de segurança, bombeiros e cidadãos.

Esse trabalho era interessante... e foi uma coisa que nunca pensei que ia fazer na minha vida, trabalhar na formação dos policiais. Eu mesmo participei da formação dos policiais em Zé Doca, em Chapadinha, em Rosário... em Rosário, por exemplo, tinha um major que tinha uma visão política totalmente contrária à da polícia de São Luís. A gente tinha mais de cem policiais naquela sala. Chapadinha também... Zé Doca foi muito difícil... Estive em Imperatriz também.

Que tipo de formação era essa?

Muita coisa a partir dos direitos humanos. Tinha a parte legal, sobre segurança e cidadania, a parte de legislação, da constituição... É claro, que às vezes tinha policiais que eram totalmente contra, no sentido de que não era para a polícia fazer isto. A polícia era para vigiar. Por outro lado, vi policiais que choravam durante a formação. Teve um caso em Imperatriz que me tocou muito. O policial disse: 'Olha, faz 23 anos que eu estou na polícia e nunca tinha ouvido coisa dessa natureza... Estou começando a sentir que sou também um ser humano. Recebi uma formação de que tinha que ser bruto, não sorrir para ninguém, o pessoal tinha que ter medo de mim'. Aí esse projeto foi interrompido quando o Jackson foi tirado do governo.

O FIM DO PROJETO

Você participou dos últimos momentos? Teve aquela tentativa de resistência...

Eu estava até no palácio acompanhando ele. Vi lá uma traição impressionante, impressionante! Até vou lhe dizer uma coisa... naquela última noite, ele já tinha sido derrubado, e a Roseana ia tomar posse, e aí o Jackson tentava entrar em contato com o Marcelo Tavares, presidente da assembleia legislativa, sobrinho do José Reinaldo e não conseguia. O Jackson queria convencer o Marcelo de não dar posse à Roseana. Eu fui a pessoa que, às 2h da manhã, saiu do palácio para ir falar com o Marcelo. Quando eu chego à assembleia, a primeira pessoa que eu encontro era o secretário de Jackson, secretário de articulação política.

Quem era ele?

Wilson Carvalho. Ele tinha ido falar com o Marcelo para denunciar o Jackson. Mas cheguei a falar com Marcelo de qualquer maneira. E o Marcelo me explicou uma série de coisas. Mas percebi claramente que o Wilson Carvalho já tinha armado um outro esquema. Quando voltei para o palácio, o Jackson já estava deitado, estava dormindo. Encontrei, então, um outro, que foi secretário dele, Aderson Lago, com outro, e tentando me impedir de qualquer maneira de

falar com Jackson. Eu disse: ‘Não, vocês não vão me impedir’. Eles sabiam do relacionamento que eu tinha, da confiança que o Jackson tinha comigo. Mas fizeram de tudo para que eu não pudesse falar com ele. Mas o dia saiu, fiquei lá, tomei até café com o Jackson. O Jackson estava esperando de mim uma resposta do Marcelo. Disse então: ‘Meu irmão, eu não sei como é que tu estás fazendo, mas os teus auxiliares mais próximos são os quem estão te traindo’. Sabe qual foi a reação de Jackson? Jackson, bem calmo, me disse: ‘Victor, tu conheces como eu a classe política do Maranhão’.

A EXPERIÊNCIA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

Quando terminou o governo Jackson, o que você fez?

Fui trabalhar em Guimarães, com meu colega que era prefeito, o padre William. Fazia tempo que ele queria. Quando foi eleito, no segundo turno, tinha vindo falar comigo, para eu aceitar ser o secretário de educação. Eu disse, ‘Não, nunca!’.

Fazia uns anos que ia uma semana por mês para colaborar com ele, embora fôssemos opostos diametralmente, porque ele sempre foi Sarney e Roseana. Eu tinha sempre uma conversa muito aberta com ele. Ele sabia que eu não apoiava de jeito nenhum as alianças. Ele sabia disto, mas ele sabia o tipo de trabalho que eu fazia, sabia do conteúdo, e ele nunca me fez restrições. Até 2011, o ano que viajei. Houve uma pressão forte da parte dele para eu aceitar a secretaria de administração, que era administração, finanças e planejamento. Eu disse: ‘Olhe, eu não vou aceitar para todo o mandato, mas eu vou aceitar, eu vou fazer uma experiência’. Nunca tinha entendido porque ele tinha feito esse convite. E até, vamos dizer, foi muito discutido, todo mundo sabe que politicamente somos totalmente opostos. Meu irmão, quando eu entrei lá... vi o ‘saco de gatos’ que era.

Chegou a assumir a secretaria de administração?

Assumi. Sofri o martírio... Depois de três meses não aguentava mais. Lá tinha descoberto coisas que realmente... porque até esse momento, o que me tinha também levado a aceitar é que eu ia uns três dias por mês. Então fazia o trabalho, mas não dava para ver mais... Mas tudo me parecia, vamos dizer, normal... Mas quando cheguei lá dentro... Primeira coisa, secretaria de administração, finanças, planejamento que não tem nada a planejar porque não tem plano; finanças, eu não tenho nem um tostão sequer para comprar uma folha de papel; e a administração, que se resumia à questão de resolver os problemas do pessoal que estava, vamos dizer, nas brigas.

Eu disse para ele: para ser secretaria de administração, finanças e planejamento vamos ver o que é que diz a lei, e quais as atribuições do secretário... Eu sei que, afinal, tentei. Tinha sérios problemas de mão de obra, porque não se criava concursos de jeito nenhum, eram nomeações políticas que ele fazia. Em dado momento, comecei a descobrir que tem uma folha de pagamento, mas que tinha gente que não trabalhava na prefeitura e que estava recebendo. Um monte de coisas! ... aí eu disse, 'não, não vou' ...

Aí eu descobri - não sei se é isso -, mas eu cheguei à conclusão que ele queria que eu fosse lá porque queria ganhar eleição custe o que custar, e a minha presença talvez, convencesse os eleitores contra ele a ficar a favor dele. Eu não vejo outra razão. Mas em todo caso, eu saí de lá...

VISÃO DE BRASIL E DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Com relação às mobilizações sociais, como você vê a situação no Brasil, tomando o Maranhão? Que balanço você faz?

Eu conversava muito com o Elias sobre isso, e com Emílio Azevedo. Para mim, infelizmente, os movimentos sociais em São Luís têm perdido o seu objetivo. E chegaram ao ponto de se burocratizar, e de perder a paixão pela causa. Eu conversava muito sobre isso também com o Manuel da Conceição. Razão pela qual a gente idealizava esse seminário estadual de rearticulação dos trabalhadores rurais, para tentar reencontrar um caminho para os movimentos sociais. A Comissão de Direitos Humanos, que era uma comissão muito ativa, atualmente está tão difícil... A própria CPT – embora, nos últimos meses que estive em São Luís, eu achei que o padre Inaldo estava começando a reanimar através do movimento dos quilombolas. Mas, antes do Inaldo, não se passou muita coisa não. Era muito diferente do que a gente tinha vivido anteriormente.

Se a gente fosse rememorar esse período inicial da CPT, quais eram as principais lideranças de trabalhadores rurais?

É difícil lembrar nomes, mas eu posso dizer as regiões muito, muito engajadas. Por exemplo, se eu pego a região de São Mateus, Coroatá... Você tinha lideranças em Coroatá incríveis! E em São Mateus também. Se eu pego, por exemplo, a região de Chapadinha, Itapecuru, o nome que eu lembro é o Justo Evangelista.

Ele foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru.

Sim. Esse ainda, vamos dizer, é muito engajado, muito comprometido. Tinha também em todos esses povoados lá do interior de Itapecuru, do interior de Santa Rita... região Veneza, região Pedra. Existiam lideranças muito boas.

Tinha lideranças aí do interior de Brejo - de Brejo e de Santa Quitéria. Tinha lideranças excelentes na região de Bacabal.

Nessa região de Imperatriz...

A região de Imperatriz, que, aliás, na época, tinha a liderança do deputado Luís Vila Nova. E tinha uma turma de sindicato muito boa, muito boa. Açailândia... eu conheci Açailândia com no máximo dez casas, quando conheci isto. Toda essa banda... descendo lá de Pindaré para Santa Luzia. Eu vejo também lideranças dos sindicatos de Santa Luzia, na época, muito boa, muito boa em termos de conflito de terra.

No fundo, a política no estado do Maranhão mudou através das oposições sindicais. Atualmente, está tudo acomodado. Para mim, é um quadro bastante triste em termos de análise. Isso era a conversa que a gente tinha nessas últimas conversas. Eu tinha um projeto muito interessante com o Manoel da Conceição. Era um projeto - vamos dizer -que ligava a questão política com a questão da terra da região de Manoel, depois que ele soube, aí eu não tinha mais condições, me escreveu lamentando, mas...

Entrevista realizada em Drumondville (Canadá), em 01/11/2012,
por Marcelo Sampaio Carneiro e Antônio Marcos Gomes

Esta publicação foi revisada por Marise
Batista dos Reis. Design por Raquel
Noronha. Composta pelas famílias
tipográficas Calisto MT e Humanist.
Impressa em papel Lux Screen 70g
pela Allprint.

Apostar no trabalho político de transformação social a mais longo prazo foi opção de um significativo número de pessoas e instituições que se dedicaram ao paciente processo de resistência à ditadura civil-militar brasileira do pós-1964.

A estratégia se fazia através do engajamento discreto em atividades junto às classes trabalhadoras, com a opção de se “voltar para o povo”, valorizar o “saber popular”, desenvolver uma consciência crítica e reforçar suas formas de organização.

Este livro pretende ressaltar alguns dos principais atributos e orientações comuns a esses militantes e assessores, tendo por base relatos de um elenco de 12 deles (6 mulheres e 6 homens), recolhidos ao longo dos últimos cinco anos. Chama-nos a atenção a grandeza política daqueles que conscientemente ficaram “na retaguarda”, reconhecendo no conjunto diverso de trabalhadores e seus movimentos os reais sujeitos da história.

As trajetórias descritas se referem, principalmente, a situações e experiências vividas nas três décadas que vão do início de 1960 até o final dos anos de 1980, quando entrou em vigência a Nova Constituição e realizou-se a primeira eleição direta para presidente, no pós-ditadura.

Nossa intenção, ao recolher esses relatos, foi abarcar contextos marcados pela repressão e restrição às liberdades de expressão e organização, neles identificando suas fontes de motivação e inspiração militante, fossem elas de origem familiar, vindas do universo de ensino e educação, oriundas de propaganda política, de entidades religiosas, ou resultantes da conjuntura nacional e/ou internacional marcada pelo surgimento e ascensão de novos ideais.

